

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

do Município de Gondomar
2025-2030



GONDOMAR
é D'ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

FICHA TÉCNICA

Título | Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar
2025-2030

Coordenação | Núcleo Executivo do CLAS`G – Conselho Local de Ação Social de
Gondomar | Rede Social de Gondomar

Aprovado em reunião Plenário do CLAS`G de 29 de janeiro de 2025

Entidade Promotora

www.cm-gondomar.pt
geral@cm-gondomar.pt



Coordenação Técnica | MAGNA Consultores



Índice Geral

1. DIAGNÓSTICO SOCIAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GONDOMAR (2025-2030)	25
1.1. Objetivos e linhas orientadoras	25
2. A REDE SOCIAL DE GONDOMAR: ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO	26
2.1. Enquadramento geral	26
2.2. A Rede Social de Gondomar	27
2.2.1. Missão, composição e objetivos	27
2.2.2. População-alvo, domínios de atuação e principais projetos e programas	31
3. DESENHO METODOLÓGICO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL (2024) E DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GONDOMAR (2025-2030)	34
4. CONCELHO DE GONDOMAR: ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	36
5. DIAGNÓSTICO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GONDOMAR (2024): ÁREAS TEMÁTICAS	39
5.1. Demografia e Famílias	39
5.1.1. Dinâmicas Populacionais, familiares e migratórias	39
5.1.1.1. População Residente, Crescimento Efetivo e Migratório	39
5.1.1.2. Natalidade, Mortalidade, Fecundidade e Nupcialidade	48
5.1.1.3. Famílias	51
5.1.2. Envelhecimento Populacional	56
5.1.2.1. Grupos Etários, Índices de Envelhecimento, Dependência e Longevidade	56
5.2. Educação	65
5.2.1. Educação/Escolaridade.....	65
5.2.1.1. População residente segundo o nível de escolaridade completo mais elevado	65
5.2.1.2. Analfabetismo	66
5.2.2. Abandono e Retração Escolar.....	71
5.2.2.1. Retenção e Desistência	71
5.2.3. Rede Escolar Concelhia.....	74
5.2.3.1. Estabelecimentos de ensino, número de alunos e docentes	74
5.2.3.1.1. Ensino Pré-Escolar	74
5.2.3.1.2. Ensino Básico - 1.º ciclo	78

5.2.3.1.3. Ensino Básico - 2.º ciclo	81
5.2.3.1.4. Ensino Básico - 3.º ciclo e Ensino Secundário	83
5.2.3.1.5. Taxas Brutas de Pré-Escolarização e de Escolarização no Ensino Básico e Secundário	87
5.2.3.1.6. Mobilidade Pendular e Fixação da População Estudantil	89
5.3. Atividade Económica, Emprego e Qualificações	90
5.3.1. Atividade, Emprego e Índices de Renovação da População em Idade Ativa	90
5.3.2. Emprego	98
5.3.2.1. Níveis de instrução	98
5.3.2.2. Setores/ramos de atividade económica	100
5.3.2.3. Ganho médio mensal (total e por setor de atividade)	108
5.3.2.4. Mobilidade Pendular e Localização da População Empregada	110
5.3.3. Dinâmica Empresarial Concelhia	111
5.3.4. Indicadores da atividade económica	114
5.3.5. Iniciativas Municipais de incentivo ao dinamismo económico local e outras respostas.....	115
5.3.6. Desemprego	116
5.3.6.1. Grupos etários, setores de atividade e níveis de escolaridade	118
5.3.6.2. Tempo de inscrição e Situação face ao emprego	122
5.3.6.3. Beneficiários de prestações de desemprego	123
5.3.7. Formação Profissional	125
5.4. Habitação.....	126
5.4.1. A Estratégia Local de Habitação	127
5.4.2. Alojamentos Familiares Clássicos e População residente	131
5.4.3. Arrendamento	137
5.4.4. Propriedade	141
5.4.5. Habitação Pública	142
5.5. Acessibilidades, Mobilidade e Rede de Transportes	144
5.5.1. Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias	144
5.5.2. Rede de Transportes Coletivos.....	145
5.5.2.1. Transporte ferroviário	145
5.5.2.2. Transporte metropolitano	146
5.5.2.3. Transporte rodoviário.....	148

5.5.3. Mobilidade e ação social	148
5.6. Sustentabilidade Ambiental	152
5.6.1. Enquadramento europeu e nacional das políticas ambientais	153
5.6.2. Sustentabilidade ambiental no Município de Gondomar	156
5.6.2.1. Gestão de Resíduos Urbanos, Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais	157
5.6.2.2. Gestão do Património Arbóreo	161
5.6.2.3. Educação Ambiental	163
5.7. Saúde	165
5.7.1. A Estratégia Municipal de Saúde de Gondomar 2024-2027	166
5.7.2. Saúde Pública.....	167
5.7.2.1. Equipamentos de saúde	167
5.7.2.2. Profissionais de saúde e utentes inscritos.....	169
5.7.2.3. Cuidados Continuados Integrados.....	171
5.7.2.4. Morbilidade	172
5.7.2.5. Mortalidade geral e prematura	174
5.7.2.6. Saúde Perinatal.....	176
5.7.3. Saúde Mental.....	177
5.8. Equipamentos, Respostas Sociais e Grupos Sociais Vulneráveis	180
5.8.1. População Infantil e Juvenil	180
5.8.1.1. Creche, Jardins de Infância, Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e Centros de Atividades de Tempos Livres.....	180
5.8.1.2. Respostas para crianças e jovens em situação de perigo/vulnerabilidade.....	184
5.8.1.3. Outros serviços/respostas sociais para crianças e jovens	194
5.8.1.3.1. Núcleo Local de Garantia para a Infância de Gondomar	194
5.8.2. População Idosa	196
5.8.2.1. SAD, Centros de Dia e Centros de Convívio, Universidades Seniores e ERPI	196
5.8.3. População com deficiência e/ou incapacidade	201
5.8.3.1. CAARPD, CACI e RAI.....	201
5.8.4. Comunidade em Geral.....	206
5.8.4.1. Famílias e Comunidade	206
5.8.4.2. Cuidadores Informais	211
5.8.4.3. População Sem-Abrigo	215
5.8.4.4. População migrante/refugiada.....	218
5.8.4.4.1. População migrante	218

5.8.4.4.2. População refugiada	222
5.8.4.5. Pessoas vítimas de violência doméstica	227
5.8.4.6. Pessoas com comportamentos aditivos/dependências.....	231
5.8.5. Outros Programas de Apoio Municipal	238
5.9. Proteção Social	239
5.9.1. Subsistema de Solidariedade	240
5.9.1.1. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	240
5.9.1.2. Pensões Sociais	246
5.9.2. Subsistema de proteção familiar	250
5.10. Justiça e Segurança	251
5.10.1. Indicadores gerais de criminalidade e sinistralidade	251
5.10.2. Indicadores gerais de justiça	262
5.11. Desporto, Cultura, Lazer e Associativismo	264
5.11.1. Desporto Cultura e Lazer	264
5.11.1.1. Desporto	266
5.11.1.2. Cultura	268
5.11.1.3. Lazer	271
5.11.2. Associativismo e Voluntariado	274
5.11.2.1. Associativismo	274
5.11.2.2. Voluntariado	276
6. NOTAS DE SÍNTESE E PRINCIPAIS DESAFIOS	280
7. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GONDOMAR (2025-2030).....	297
7.1. Caracterização dos problemas identificados e necessidades de intervenção: resultados da auscultação aos elementos da Rede Social	297
7.2. Prioridades de Intervenção: resultados da auscultação aos elementos da Rede Social	308
7.3. Definição dos Eixos de Intervenção do Plano de Desenvolvimento Social	309
8. PLANO DE AÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GONDOMAR (2025-2030).....	311
8.1. Eixo Estratégico 1 - Governação em Rede Social	315
8.1.1. Eixo Temático 1.1. - Concertação Integrada da Rede Social	315
8.1.1.1. Coordenação e visibilidade	315

8.1.1.2. Capacitação e monitorização	315
8.1.2. Eixo Temático 1.2. - Inovação e Transformação Digital	316
8.1.2.1. Inovação organizacional, gestão e logística	316
8.1.2.2. Digitalização e transformação digital, incluindo cibersegurança e proteção de dados	316
8.1.2.3. Capacitação para o desenvolvimento de produtos, serviços e processos	316
8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social	317
8.2.1. Eixo Temático 2.1. - Coesão Socio Territorial	317
8.2.1.1. Habitação	317
8.2.1.2. Acessibilidades e Mobilidade	318
8.2.1.3. Educação	318
8.2.1.4. Desenvolvimento Económico, Emprego e Qualificação	319
8.2.1.5. Cidadania, Bem Estar e Saúde	320
8.2.1.6. Sustentabilidade Ambiental	321
8.2.2. Eixo Temático 2.2. - Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis	322
8.2.2.1. Famílias vulneráveis e/ou em risco de pobreza e exclusão social	322
8.2.2.2. População Idosa	323
8.2.2.3. Crianças e Jovens	324
8.2.2.4. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	325
8.2.2.5. Pessoas e Saúde Mental	326
8.2.2.6. Vítimas de Violência Doméstica	327
8.2.2.7. Cuidadores Informais	328
8.2.2.8. Migrantes	328
8.2.2.9. Pessoas em Situação de Sem Abrigo	329
8.2.2.10. Pessoas com comportamentos aditivos e dependências	330

Referências Bibliográficas e Outras Fontes

Índice de Quadros

Capítulo 2 - A Rede Social de Gondomar: elementos de caracterização

Quadro 1 – Entidades do CLASG (2024)	28
Quadro 2 – Entidades do Núcleo Executivo (NE) da Rede Social de Gondomar (2024)	30

Capítulo 5 - Diagnóstico Social do Município de Gondomar (2024): Áreas Temáticas

5.1. Demografia e Famílias

Quadro 3 – Evolução da população residente em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (N.º e %)	40
Quadro 4 – Peso Demográfico do Concelho de Gondomar na AMP e no EDV – (%)	41
Quadro 5 - População residente de nacionalidade estrangeira em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (%)	45
Quadro 6 – População residente de nacionalidade estrangeira (por continente e país) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) - (%)	47
Quadro 7 - Taxa bruta de natalidade e taxa bruta de mortalidade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (‰)	50
Quadro 8 - Taxa de fecundidade geral e taxa bruta de nupcialidade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (‰)	51
Quadro 9 - Famílias (e n.º de pessoas por famílias) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2001-2021) – (%)	52
Quadro 10 – Evolução das famílias unipessoais em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2001-2021) – (%)	53
Quadro 11 – Evolução das famílias unipessoais com + de 65 anos em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2001-2021) – (%)	54
Quadro 12 – Evolução das famílias monoparentais em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) – (%)	56
Quadro 13– População residente segundo os grupos etários (e respetiva variação) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e freguesias) (2011-2021) - (%)	58
Quadro 14 – População residente segundo os grupos etários (e respetiva variação) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e freguesias) (2011-2021) - (%)	60
Quadro 15 – Índices de envelhecimento, dependência e longevidade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e freguesias) (2011-2021) – (%)	62

5.2. Educação

Quadro 16 – População residente com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade completo mais elevado em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021)	68
Quadro 17 – População residente com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade completo mais elevado e o sexo em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) - (%)	69
Quadro 18 – Taxa de analfabetismo (segundo o sexo) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) - (%)	70

Quadro 19 – Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico, por ciclo de ensino, em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (%).....	72
Quadro 20 – Taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário, por tipo de oferta, em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (%).....	73
Quadro 21 – Estabelecimentos do ensino pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário (ensino público e privado) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2022/2023) - (N.º)	74
Quadro 22 – Estabelecimentos do ensino pré-escolar (total, público e privado) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)	75
Quadro 23 – Alunos matriculados e Docentes no ensino pré-escolar (total) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)	75
Quadro 24 – Estabelecimentos do ensino pré-escolar de Gondomar segundo a tipologia e a localização – ano letivo 2023/2034 - (N.º).....	76
Quadro 25 – Estabelecimentos do Ensino Básico – 1.º ciclo (total, público e privado) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)	78
Quadro 26 – Alunos matriculados e Docentes no Ensino Básico – 1.º ciclo (total) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)	79
Quadro 27 – Estabelecimentos do 1.º ciclo do Ensino Básico de Gondomar segundo a tipologia e a localização – ano letivo 2023/2034 - (N.º)	80
Quadro 28 – Estabelecimentos do Ensino Básico – 2.º ciclo (total, público e privado) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)	81
Quadro 29 – Alunos matriculados e Docentes no Ensino Básico – 2.º ciclo (total) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)	82
Quadro 30 – Estabelecimentos do 2.º ciclo do Ensino Básico de Gondomar segundo a tipologia e a localização – ano letivo 2023/2034 - (N.º).....	82
Quadro 31 – Estabelecimentos do Ensino Básico – 3.º ciclo e Ensino Secundário (total, público e privado) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º).....	84
Quadro 32 – Alunos matriculados e Docentes no Ensino Básico – 3.º ciclo e Ensino Secundário (total) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º).....	85
Quadro 33 – Estabelecimentos do 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário de Gondomar segundo a tipologia e a localização – ano letivo 2023/2034 - (N.º)	86
Quadro 34 – Taxas Brutas de Pré-Escolarização e de Escolarização no Ensino Básico e Secundário em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (%)	88
Quadro 35 – População estudantil segundo o local de estudo em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (%).....	90

5.3. Atividade Económica, Emprego e Qualificações

Quadro 36 – Taxa de atividade (segundo o sexo) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (%) .	91
Quadro 37 – Taxa de emprego (segundo o sexo) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (%)..	93
Quadro 38 – Índice de Renovação da População em Idade Ativa em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (%).....	94
Quadro 39 – Taxa de emprego segundo os grupos etários em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2021) – (%)	97
Quadro 40 – População empregada segundo o nível de escolaridade mais elevado completo em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) – (%).....	99

Quadro 41 – Desafios e Oportunidades encontrados na dinâmica empresarial de Gondomar (2024).....	103
Quadro 42 – População empregada segundo os setores de atividade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) – (%).....	104
Quadro 43 – População empregada segundo os ramos de atividade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) – (%).....	105
Quadro 44 – Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem - total e por setor de atividade económica - em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2002-2021) – (€).....	109
Quadro 45 – População empregada segundo o local de trabalho em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) - (%).....	111
Quadro 46 – Áreas Empresariais de Gondomar (2024)	113
Quadro 47 – Taxa de desemprego (segundo o sexo) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) – (%).....	117
Quadro 48 – Taxa de desemprego (segundo os grupos etários) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (%).....	119
Quadro 49 – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por grandes setores de atividade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (%)	121
Quadro 50 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por nível de escolaridade completo em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (%).....	122
Quadro 51 - Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por tempo de inscrição e tipo de desemprego em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (N.º).....	123
Quadro 52 - Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social (total e por sexo) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar e Peso no total de beneficiários ativos (2011-2023) – (N.º/%)	124
Quadro 53 - Principais entidades formadoras do concelho de Gondomar e respetiva oferta (2024).....	125

5.4. Habitação

Quadro 54 – N.º de Alojamentos Familiares Clássicos ocupados como Residência Habitual (e sua variação) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (N.º e %)	132
Quadro 55 – Alojamentos Familiares Clássicos, por Época de construção em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2021) – (N.º e %).....	134
Quadro 56 – Edifícios de Alojamentos Familiares Clássicos com necessidade de reparação em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2021) – (%)	135
Quadro 57 – Alojamentos Familiares Clássicos sobrelotados ocupados como residência habitual em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (N.º e %).....	137
Quadro 58 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, por modalidade de apoio ao arrendamento em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2021) – (%)	139
Quadro 59 – Valor mediano das rendas por m ² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos 12 meses anteriores em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2023 - 2017) – (€).....	140
Quadro 60 – Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2023-2019) – (€)	141
Quadro 61 – Habitação social em Gondomar (2024)	143

5.5. Acessibilidades, Mobilidade e Rede de Transportes

Quadro 62 – Alunos apoiados ao nível do transporte no concelho de Gondomar (ano letivo 2024/2025).....	151
--	-----

Quadro 63 – Alunos residentes em Gondomar apoiados, ao nível do transporte, que estudam fora do concelho (ano letivo 2024/2025)	152
---	-----

5.6. Sustentabilidade Ambiental

Quadro 64– Quantidade de Resíduos urbanos recolhidos (em toneladas) por tipo de recolha, em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2022) – (t e %).....	158
Quadro 65 – Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais na Região Norte, na AMP e em Gondomar (2022) – (%)	161
Quadro 66 – Atividades do Centro de Educação Ambiental da Quinta do Passal (set-nov. 2024)	164

5.7. Saúde

Quadro 67 – Estrutura organizacional do ACeS Grande Porto II – Gondomar (2024)	168
Quadro 68 – Principais atividades das Unidades Funcionais do ACeS Grande Porto II – Gondomar (2024)	168
Quadro 69 – Distribuição dos recursos humanos por grupo profissional – ACeS Grande Porto II – Gondomar (2023) – (N.º)	169
Quadro 70 – Distribuição dos profissionais de saúde por cada 1000 habitantes em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) – (%)	170
Quadro 71 – Utentes inscritos no ACeS Grande Porto II – Gondomar, com e sem médico de família atribuído (2020-2023) - (N.º e %)	171
Quadro 72 – Número de consultas e domicílios e taxa de variação em Gondomar (2022-2023) - (N.º e %)	171
Quadro 73 – Doentes referenciados para a RNCCI pelos Cuidados de Saúde Primários e taxa de variação (2022-2023) em Gondomar - (N.º e %)	172
Quadro 74 – Taxa de ocupação por tipologia de internamento e variação em Gondomar (2022-2023) - (%)	172
Quadro 75 – Camas disponíveis por tipo de internamento na RNCC (2023) e camas necessárias em Gondomar (2024) - (N.º)	172
Quadro 76 – Proporção de inscritos por diagnóstico ativo por ordem decrescente em Gondomar (2021) - (%)	173
Quadro 77 – Óbitos por Local de residência (NUTS - 2013) e causa de morte (Lista sucinta europeia) (2011-2021) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar - (N.º)	175

5.8. Equipamentos, Respostas Sociais e Grupos Sociais Vulneráveis

Quadro 78 – Respostas sociais (IPSS) direcionadas à População Infantil e Juvenil, segundo número de beneficiários - (N.º)	183
Quadro 79 – Entidades Sinalizadoras em Processos Instruídos (2024) - (N.º)	186
Quadro 80 – Crianças acompanhadas segundo a nacionalidade (2024) - (N.º)	187
Quadro 81 – Problemática sinalizada segundo o sexo e o escalão etário das crianças/jovens - Processos Instruídos (2024) - (N.º)	189
Quadro 82 – Áreas de intervenção e Entidades Parceiras do Núcleo Local de Garantia para a Infância de Gondomar.	196
Quadro 83 – Número de disciplinas e atividades desenvolvidas pelas Universidades Sénior do concelho - (2024)	198
Quadro 84– Respostas sociais (IPSS) direcionadas à População Idosa, segundo o número de beneficiários - (N.º)	200
Quadro 85 – Respostas sociais (IPSS) direcionadas à População com deficiência e/ou incapacidade, segundo o número de beneficiários - (N.º)	203

Quadro 86 – População beneficiária (segundo o sexo) da prestação social para a inclusão em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2019-2023) - (N.º)	205
Quadro 87 – População beneficiária da prestação social para a inclusão segundo os grupos etários em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2023) - (N.º)	206
Quadro 88 – Respostas sociais (IPSS) direcionadas às Famílias e Comunidade em Geral, segundo o número de beneficiários - (N.º).....	210
Quadro 89 – Cuidadores Informais (com estatuto deferido e ativo) residentes no concelho de Gondomar, por sexo e por freguesia de residência (2024) - (N.º/%)	213
Quadro 90 – Cuidadores Informais (com estatuto deferido e ativo) residentes no concelho de Gondomar, por escalão etário e por freguesia de residência (2024) - (N.º/%)	214
Quadro 91 – Pessoas cuidadas residentes no concelho de Gondomar, por tipo de relação familiar com o requerente e por freguesia de residência (2024) - (N.º/%)	215
Quadro 92 – Pessoas atendidas no CLAIM de Gondomar segundo a localização geográfica (2023- 2024) – (N.º)	220
Quadro 93 – Pessoas atendidas no CLAIM de Gondomar segundo o assunto referenciado (2023- 2024) – (N.º)	220
Quadro 94– Novas pessoas atendidas no CLAIM de Gondomar segundo a nacionalidade (2023- 2024) – (N.º)	221
Quadro 95 – Perfil dos refugiados apoiados em Gondomar (2018-2023) - (N.º)	223
Quadro 96 – Perfil dos requerentes de asilo em Gondomar (2021) - (N.º)	224
Quadro 97 – Perfil dos Menores Estrangeiros Não Acompanhados em Gondomar (2024) - (N.º).....	224
Quadro 98 – Perfil dos Deslocados da Ucrânia em Gondomar (2022-2023) - (N.º)	225
Quadro 99 – Perfil de Migrantes com resposta social no âmbito do Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais de Gondomar (2021-2023) - (N.º)	226
Quadro 100 – Perfil de Migrantes sem resposta social em Gondomar (2023-2024) - (N.º)	227
Quadro 101 – Número de vítimas de violência doméstica atendidas, de novos casos e número de atendimentos em Gondomar/Valongo (2022-2023) - (N.º)	228
Quadro 102 – Perfil de utentes da EAV em Gondomar/Valongo (2022-2023) - (N.º).....	230
Quadro 103 – Movimento Clínico do Polo de Gondomar - CAD (2023) - (N.º).....	233
Quadro 104 – Fonte de Referência dos casos ativos em Gondomar - CAD (2023) - (N.º).....	234
Quadro 105 – Nacionalidade e Freguesias de residência dos utentes ativos - CAD (2023) - (N.º)	234
Quadro 106 – Tipo de inscrição dos utentes ativos, segundo o sexo, por substância principal - CAD (2023) - (N.º)	235
Quadro 107 – Uteses ativos segundo o sexo e o escalão etário - CAD (2023) - (N.º)	236
Quadro 108 – Uteses ativos segundo as habilitações literárias e a situação profissional - CAD (2023) - (N.º).....	237

5.9. Proteção Social

Quadro 109 – População beneficiária do RSI (segundo o sexo) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)	241
Quadro 110 – População beneficiária do RSI segundo o escalão etário, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)	243
Quadro 111 – - Beneficiárias/os do rendimento social de inserção por 1000 habitantes em idade ativa em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (%).....	244
Quadro 112 – Total de pensionistas da segurança social (invalidez, velhice e sobrevivência) e taxa de variação em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º e %)	247

Quadro 113 – Pensionistas da segurança social por tipo de pensão e taxa de variação em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º e %)	248
Quadro 114 – Total de beneficiárias/os do abono de família para crianças e jovens da segurança social (e taxa de variação) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) (N.º e %)	251

5.10. Justiça e Segurança

Quadro 115 – Taxa de criminalidade por categoria de crime em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar – (2013-2023) - (%)	254
Quadro 116 – Crimes registados em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar – (2013-2023) - (N.º)	255
Quadro 117– Crimes mais participados (10+) no concelho de Gondomar (2019-2024) - (N.º)	258
Quadro 118 – Criminalidade participada e registada em Gondomar (2023-2024) - (N.º).....	258
Quadro 119 – Criminalidade participada e registada em Gondomar segundo a freguesia/UF (2019-2024) - (N.º).....	259
Quadro 120 – Crimes de violência doméstica em Gondomar (2023-2024) - (N.º)	259
Quadro 121 – Violência doméstica total participada em Gondomar por freguesia/UF (2019-2024) - (N.º)	260
Quadro 122 – Acidentes (e consequências pessoais decorrentes) em Gondomar (2023-2024) - (N.º)	261
Quadro 123– Acidentes graves em Gondomar por freguesia/UF (2024) - (N.º).....	262
Quadro 124 – Escrituras Públicas e Principais atos notariais celebrados por escritura pública em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar – (2013-2023) - (N.º)	263

5.11. Desporto, Cultura, Lazer e Associativismo

Quadro 125 – Tipos e número de instalações desportivas no Município de Gondomar (2017)	267
Quadro 126 – Rede de Equipamentos Desportivos do Município de Gondomar (2024)	267
Quadro 127 – Evolução do número de ações culturais e número de utilizadores da Biblioteca Municipal Camilo de Oliveira (2022-2024) - (N.º).....	269
Quadro 128 – Parques Infantis instalados no Município de Gondomar (2017).....	273
Quadro 129 – Evolução do número de Associações no Município de Gondomar (2014-2024) – (N.º).....	275
Quadro 130 – Perfil dos/as Voluntários/as inscritos no BLV de Gondomar, segundo o sexo, escalão etário e nível de escolaridade (novembro de 2024) – (N.º)	277
Quadro 131– Perfil das Organizações Promotoras de Voluntariado no Município de Gondomar, segundo a natureza e a atividade (novembro de 2024) – (N.º)	278

Capítulo 7 - Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar (2025-2030)

Quadro 132 – Temáticas e problemas prioritários selecionados da discussão coletiva dos parceiros da Rede Social de Gondomar (2024)	298
Quadro 133– Áreas de Intervenção e Problemas Prioritários definidos em sede final de discussão coletiva (2025-2030)	308

Capítulo 8 - Plano de Ação do Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar (2025-2030)

Quadro 134 – Quadro Síntese dos Eixos Estratégicos, Eixos Temáticos de Intervenção e Objetivos Gerais e Estratégicos do Plano de Ação (2025-2030)	313
---	-----

Índice de Figuras

Capítulo 2 - A Rede Social de Gondomar: elementos de caracterização

Figura 1 – A Rede Social de Gondomar	27
--	----

Capítulo 3 - Desenho Metodológico do Diagnóstico Social (2024) e do Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar (2025-2030)

Figura 2 – Áreas temáticas do Diagnóstico Social do Município de Gondomar (2024)	35
Figura 3 – Etapas de trabalho do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social (2024)	36

Capítulo 4 - Concelho de Gondomar: enquadramento territorial

Figura 4 – Enquadramento Administrativo do Município de Gondomar (2024)	37
Figura 5 – Tipologia das freguesias do Município de Gondomar	38

Capítulo 5 - Diagnóstico Social do Município de Gondomar (2024): Áreas Temáticas

5.3. Atividade Económica, Emprego e Qualificações

Figura 6 – Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades equiparadas em Portugal, na Região Norte, na AMP e Gondomar (2022/2023) – (N.º/%)	114
Figura 7 – Estatísticas do Comércio Internacional de Bens em Portugal, na Região Norte, na AMP e Gondomar (2022) – (N.º/%)	115

5.4. Habitação

Figura 8 – Uma dimensão renovada nas Políticas Habitacionais – (EHL)	128
Figura 9 – Identificação das Carências Habitacionais existentes no Município - (ELH)	129
Figura 10 – Pressupostos para a delimitação inicial do âmbito de análise do estudo – (EHL)	130

5.5. Acessibilidades, Mobilidade e Rede de Transportes

Figura 11 – Rede Rodoviária da envolvente do concelho de Gondomar	145
Figura 12 – Mapa das linhas ferroviárias - Gondomar	146
Figura 13 – Mapa da Rede do Metro do Porto (Linha F em destaque)	147
Figura 14 – Paragens de Transportes Coletivos regulares (2021) e Ligações intermunicipais da Rede UNIR (2024) - Gondomar	148

5.9. Proteção Social

Figura 15 – Contratos de Inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por território inframunicipal (2022-2024) - (N.º e %)	245
Figura 16 – Total de agregados familiares com RSI e respetiva dimensão, por freguesia/união de freguesias (2024) - (N.º)	246

Índice de Gráficos

Capítulo 5 - Diagnóstico Social do Município de Gondomar (2024): Áreas Temáticas

5.1. Demografia e Famílias

Gráfico 1 – Evolução da variação da população residente em Gondomar e respetivas freguesias (2011-2021) – (%)	42
Gráfico 2 – Taxa de crescimento efetivo em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (%)	43
Gráfico 3 – Taxa de crescimento migratório em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (%).....	44
Gráfico 4 – Taxa de crescimento natural em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (%)	48
Gráfico 5 – Dimensão média das famílias em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2001-2021) – (média)	52

5.3. Atividade Económica, Emprego e Qualificações

Gráfico 6 – Taxa de atividade (segundo o sexo) em Gondomar e respetivas freguesias (2021) – (%)	92
Gráfico 7 – Taxa de emprego (segundo o sexo) em Gondomar e respetivas freguesias (2021) – (%)	93
Gráfico 8 – Índice de Renovação da População em Idade Ativa (segundo o sexo) em Gondomar (e respetivas freguesias) (2021) – (%).....	95
Gráfico 9 – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por grupo etário na Região Norte, na AMP e em Gondomar (2023) – (%).....	120

5.4. Habitação

Gráfico 10 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com apoio ao arrendamento em Gondomar (e respetivas freguesias) (2021) – (%).....	138
---	-----

5.8. Equipamentos, Respostas Sociais e Grupos Sociais Vulneráveis

Gráfico 11 – Crianças em acompanhamento segundo a freguesia/UF do concelho de Gondomar (2024) - (N.º)	187
Gráfico 12 – Pessoas sem-abrigo segundo o estado civil e nível de escolaridade em Gondomar (2024) - (%)	217
Gráfico 13 – Razões para a situação atual das pessoas sem-abrigo em Gondomar (2024) - (N.º)	218
Gráfico 14 – Pessoas atendidas no CLAIM de Gondomar segundo a nacionalidade (2023- 2024) – (N.º)	219
Gráfico 15 – Pessoas atendidas no CLAIM de Gondomar segundo o sub-assunto referenciado (2023- 2024) – (N.º)... ..	221
Gráfico 16 – Entidades encaminhadoras de casos de violência em Gondomar/Valongo (2022-2023) - (N.º).....	229
Gráfico 17 – Distribuição dos utentes ativos, segundo a substância principal - CAD (2023) - (%).....	236

5.9. Proteção Social

Gráfico 18 – Taxa de variação da população beneficiária do RSI entre 2014 e 2013, segundo o sexo, em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar - (%).....	242
Gráfico 19 – Valor médio anual das pensões da segurança social por tipo de pensão em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2023) - (€)	249

5.10. Justiça e Segurança

Gráfico 20 – Crimes participados por categoria no concelho de Gondomar (2019-2024) – (N.º).....	253
---	-----

Gráfico 21 – Crimes participados por categoria no concelho de Gondomar segundo a freguesia/UF (2019-2024) - (N.º) 256

5.11. Desporto, Cultura, Lazer e Associativismo

Gráfico 22 – Despesas das câmaras municipais em Cultura e Desporto no total de despesas em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2022) - (%)265

Gráfico 23 – Evolução dos apoios financeiros no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo (2022-2024) (€) 271

Gráfico 24 – Associações do Município de Gondomar por atividade (2014) - (%) 276

Gráfico 25 – Ações de Voluntariado por domínio de atividade (janeiro a novembro de 2024) - (N.º) 279

Siglas e Acrónimos

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

ACeS – Agrupamento de Centros de Saúde

ACES Europe – Associação das Cidades Europeias do Desporto

AIG – Atendimento Integrado de Gondomar

AIGP – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo

AMP – Área Metropolitana do Porto

ARS – Administrações Regionais de Saúde

ARU - Áreas de Reabilitação Urbana

ATL – Atividades de Tempos Livres

CAARPD - Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade

CAD – Comportamentos Aditivos e Dependências

CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CATL - Centros de Atividades de Tempos Livres

CE – Comissão Europeia

CCH – Cursos Científico-Humanísticos

CD – Centros de Dia

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CI – Cuidadores informais

CI - Comissão Interministerial

CP – Comboios de Portugal

CP - Cursos Profissionais

CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CLAS`G – Conselho Local de Ação Social de Gondomar

CLAIM – Centro Local de Apoio à integração de Migrantes

CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social

CMG – Câmara Municipal de Gondomar

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CSF – Comissões Sociais de Freguesia

CSI – Complemento solidário para idosos

CSIF - Comissões Sociais Interfreguesia

CSP – Cuidados Saúde Primários

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

DGE - Direção Geral da Educação

DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DGS – Direção Geral da Saúde

DGSS - Direção-Geral de Segurança Social

DGTF - Direção-Geral do Tesouro e Finanças

DL – Decreto-Lei

EAV – Estrutura de Apoio à Vítima

EE – Encarregados de Educação

ELH – Estratégia Local de Habitação

EMS – Estratégia Municipal de Saúde

EN – Estrada Nacional

ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual

ENIPD - Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência

ENIPSSA – Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

ERPI – Estrutura(s) Residencial para Idosos

FAMI – Fundo, Asilo, Migração e Integração

GAEI – Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e Imigrantes

GEE – Gases com efeito de estufa

GNR - Guarda Nacional Republicana

GPI – Garantia para a Infância

IEFP, I.P. - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. INE – Instituto Nacional de Estatística

II, I.P. - Instituto de Informática, I.P.

ISS I.P. - Instituto de Segurança Social, I.P.

IPSS – Instituição (ções) Particular(es) de Solidariedade Social

MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

MC – Mandado de condução

NE – Núcleo Executivo

NE – Necessidades Específicas

NEET – Não trabalham, não estudam e não frequentam qualquer tipo de formação

NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

NGPH - Nova Geração de Políticas de Habitação

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OAU – Óleos Alimentares Usados

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OMS - Organização Mundial da Saúde

PADES – Programa de Apoio à Dinamização de Equipamentos e Respostas Sociais

PAES – Plano de Ação para a Energia Sustentável

PAGPI - Plano de Ação da Garantia para a Infância

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PER - Processo Especial de Revitalização

PLA - Português Língua de Acolhimento

PMAC – Planos Municipais de Ação Climática

PNRCAD – Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências

PPP - Processos de Promoção e Proteção

PSP - Polícia de Segurança Pública

PSSA – Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

PRAC – Planos Regionais de Ação Climática

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

RAI - Residências de Autonomização e Inclusão

RAP – Resposta de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica

RIVD – Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar

RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SLSM – Serviços Locais de Saúde Mental

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SPA – Substâncias Psicoativas

STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto

UC – Unidade de Convalescença

UE – União Europeia

UF – União de Freguesias

ULD – Unidade de Longa Duração

USP – Unidade de Saúde Pública

UMDR – Unidade de Média Duração e Reabilitação

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

Nota de Abertura

As pessoas são e serão sempre o capital mais valioso de um território. Consciente dessa necessidade imperativa de preservar e cuidar do seu património humano, o Município de Gondomar assumiu, desde logo, a promoção da inclusão e do desenvolvimento social e territorial como uma das suas principais prioridades e responsabilidades.

As dinâmicas e realidades sociais atuais impuseram novos modelos de governação, assentes num compromisso coletivo, pessoal e institucional, que assume o desenvolvimento social como uma responsabilidade partilhada por diversos parceiros, materializada numa efetiva rede social.

Integrando 115 organizações públicas, privadas com e sem fins lucrativos, com intervenção na área social, a Rede Social de Gondomar tem vindo, ao longo das duas últimas décadas, a desempenhar um papel determinante na promoção do desenvolvimento social e na qualidade de vida e bem-estar dos gondomarenses, na medida em que concorre para uma consciência coletiva dos problemas sociais, para a otimização dos recursos de intervenção e para a ativação de respostas necessárias.

Assim, a elaboração, pela Rede Social, do Diagnóstico Social de Gondomar e do Plano de Desenvolvimento Social para o período de 2025-2030 permitiu traçar um cenário macro, a nível social, dos contextos e das dinâmicas que definem o concelho e a sua identidade em áreas tão diversas como a saúde, a educação, o envelhecimento, os sem-abrigo, a privação material, a violência doméstica, os cuidadores informais, a garantia para a infância, a deficiência, entre outros.

Aos seis eixos de intervenção referenciados no diagnóstico e planos anteriores – acessibilidades, habitação, atividade económica, emprego e qualificações, envelhecimento e rede de apoio, infância, juventude e educação – juntam-se agora mais dois: a deficiência e a rede social e comunicação.

O Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar para os próximos cinco anos representam dois instrumentos privilegiados, capazes de favorecer o conhecimento e a reflexão aprofundados sobre o território e as suas dinâmicas de evolução, identificando as suas fragilidades, mas também as suas potencialidades e recursos, em prol de um desenvolvimento social mais coeso para Gondomar.

O diagnóstico está feito e as prioridades identificadas. O plano de ação pode agora começar a ser traçado para uma intervenção mais informada, eficaz e eficiente, com vista à diminuição de vulnerabilidades e de disparidades, mediante respostas diferenciadas e adequadas às populações.

Tendo este documento como ponto de partida e guia orientador no caminho a seguir para o planeamento integrado e participado do desenvolvimento social de Gondomar, é agora altura de colocar mãos à obra, rumo a uma sociedade mais inclusiva, justa, equitativa, promovendo a igualdade de oportunidades, a justiça social, a diversidade e a qualidade de vida para todos os munícipes.

Gondomar, janeiro de 2025

Marco Martins

Presidente da Câmara Municipal de Gondomar

Assente num modelo de trabalho versado pela horizontalidade de funcionamento e de relação, a Rede Social do Município de Gondomar, constituída pelo Conselho Local de Ação Social do Município de Gondomar e pelo Núcleo Executivo, e consequentemente pelas respetivas Entidades que o compõem, assume-se como a estrutura estratégica que garante a identificação e a operacionalização dos projetos, medidas ou ações que visam dar resposta aos problemas e necessidades sociais, contribuindo para o desenvolvimento social do território.

A abordagem social reveste-se de extrema diversidade e complexidade de fatores, que obriga a um olhar especializado, congregador e focado na criação de oportunidades e potencialidades detidas no território e nos vários agentes de intervenção.

Importa, por isso, sustentar a nossa ação com base nos instrumentos de diagnóstico e planeamento, para que de forma articulada e concertada possamos desenvolver respostas efetivas, ajustadas às reais necessidades do território e das pessoas.

Pensar e trabalhar a área social é um desafio constante, onde as necessidades são encaradas como desafios e a mobilização dos parceiros são o garante de que as respostas às necessidades são asseguradas.

Com uma dinâmica de atuação caracterizada pela participação ativa, pela procura de soluções para os problemas observados, pela criação de sinergias e de empoderamento, assim como a apresentação de respostas e projetos inovadoras, constituem-se como os principais atributos das Entidades que integram o Conselho Local de Ação Social com as quais conseguimos desenvolver um modelo de trabalho diferenciado, eficaz e eficiente.

A Rede Social assume-se como estrutura estratégica e com base nesse trabalho, foi possível a criação de redes especializadas - rede de intervenção na violência doméstica (RIVD); núcleo de planeamento e intervenção sem-abrigo (NPISA); núcleo local da garantia para a infância (NLGI) - que se organizam de forma autónoma, mas convergente com as linhas orientadoras estabelecidas.

Considerando os desafios da área social, que obriga a um trabalho contínuo e de constante ajustamento às necessidades, o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e o respetivo Plano de Ação são a bússola orientadora do caminho a percorrer, conseguido através do envolvimento das nossas entidades, na integração dos contributos e da visão global dos parceiros, onde o “Todo” consegue ser muito superior à simples soma das partes!

Assim é o trabalho em Rede em Gondomar e do qual muito nos orgulhamos!

Gondomar, janeiro de 2025

Cláudia Vieira

Pelouro Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo / Coesão Social / Saúde

Vereadora-Adjunta do Presidente para a Gestão do Território e para o Planeamento Estratégico

1. DIAGNÓSTICO SOCIAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GONDOMAR (2025-2030)

1.1. Objetivos e linhas orientadoras

Dando continuidade aos ciclos de planeamento de desenvolvimento social previstos na intervenção do Município de Gondomar, o presente documento – que integra o **Diagnóstico Social** e o **Plano de Desenvolvimento Social** – conclui a fase do processo de atualização da leitura da realidade social municipal e de delineação das principais estratégias da continuidade da ação desenvolvida neste domínio durante os próximos anos (2025-2030).

Concebido a partir da superação de uma visão estritamente valorativa do crescimento económico ou cuja planificação é entendida de “cima para baixo”, o conceito de Desenvolvimento Social assenta precisamente na noção de articulação entre diferentes dimensões – social, económica e proteção ambiental – em prol do desenvolvimento sustentável de um território. Em paralelo, pressupõe o encorajamento de parcerias com organizações livres e representativas da sociedade civil, favorecendo-se os mecanismos de associação e participação da população, sobretudo aquelas franjas que se encontram em situações de maior vulnerabilidade e exclusão social (NRS/DIC, 2002, pp.13-14).

Nesse sentido, e adotando uma abordagem eminentemente territorializada, comparativa e estratégica com base na informação atual mais relevante e rentabilizando-se, ao máximo e sempre que possível, a ativação dos meios existentes e o envolvimento dos agentes sociais locais através de uma lógica de trabalho colaborativo¹, o **Diagnóstico Social** é entendido como um instrumento privilegiado capaz de favorecer o conhecimento e a reflexão aprofundados sobre o território e as suas dinâmicas de evolução, onde se identificam as suas vulnerabilidades, mas também as suas potencialidades e recursos.

Em termos operativos, o exercício de atualização do Diagnóstico Social e da elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar arrancou durante o ano de 2024, depois do término do período de vigência dos anteriores documentos de referência da Rede Social (2015-2020), não se descurando nem as problemáticas elencadas em relação ao território em sede de diagnóstico anterior, nem as reflexões atuais dos diversos parceiros do CLAS`G.

Recuperando em parte as linhas orientadoras do passado, os resultados que aqui se apresentam em sede de diagnóstico centram-se em 12 áreas temáticas (cf. Capítulo 5). E estas constituem, por conseguinte, um ponto de partida para a ação dos agentes e entidades do ecossistema local de promoção do desenvolvimento social no concelho de Gondomar, incluindo a Rede Social de Gondomar – entidade que, no decurso do tempo, tem vindo a pautar a sua ação em torno da promoção do desenvolvimento social

¹ Ver, a este respeito, o Capítulo 3.

concelhio, numa lógica de procura de envolvimento, participação e dinamização dos seus vários parceiros em prol do bem-estar e da sustentabilidade da comunidade para a qual se encontra direcionada.

Paralelamente, e em articulação com o Diagnóstico Social, o **Plano de Desenvolvimento Social**, enquanto instrumento no qual se gera e desenvolve o quadro estratégico de intervenção e desenvolvimento social do território, pressupõe igualmente a programação de etapas e de implementação de medidas estratégicas que restituem as principais dinâmicas de transformação de áreas-chave do seu desenvolvimento social.

De forma integrada, este processo de planeamento estratégico teve em linha de conta não só as várias dimensões dos problemas prioritários a serem consideradas nas soluções, de modo a prever formas de tirar partido delas ou de as contornar, como procurou seguir uma lógica participativa e colaborativa de reflexão, proposição e partilha conjunta dos vários agentes locais em torno dos eixos considerados prioritários de análise da realidade concelhia. Em paralelo, não negligenciou os resultados advindos de outros planos estratégicos do Município, tentando, assim, integrar e perspetivar as mudanças que serão produzidas noutros setores ou a outros níveis de intervenção.

Por último, e uma vez concluída a fase de definição conjunta e negociada dos objetivos e eixos temáticos prioritários a adotar em matéria de intervenção (cf. Capítulo 7), o **Plano de Ação** do Plano de Desenvolvimento Social beneficiará do histórico de trabalho realizado e da própria consolidação das parcerias locais existentes no território e, consequentemente, do CLAS`G no âmbito da ação da Rede Social (cf. Capítulo 8).

2. A REDE DE SOCIAL DE GANDOMAR: ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO

2.1. Enquadramento geral

Portugal assume o compromisso de promover e reforçar o papel da Rede Social em todo o país, investindo na gestão local participada e assegurando o planeamento e a instalação de respostas e equipamentos sociais. Fazendo parte da estratégia do XVII Governo Constitucional, este compromisso foi levado a cabo progressivamente, tendo em conta a rentabilização dos recursos existentes e da verdadeira participação das entidades locais. Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, foi desenvolvida a fase experimental desta medida de política social - a criação de Redes Sociais - , integrando inicialmente 41 concelhos piloto.

Atualmente, a Rede Social está implementada em 275 concelhos em todo o território continental². Assente nos princípios de parceria, subsidiariedade, articulação, inovação, integração e igualdade de género, esta vem permitir pôr em prática e enquadrar o conceito de governança colaborativa, sustentada em

² Regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 115/2006- Diário da República n.º 114/2006, Série I-A de 2006-06-14.

objetivos estratégicos comuns para os territórios, assumida pelos mais diversos parceiros como uma medida de política social de incentivo às redes locais. Neste sentido, pretende-se que estes diversos parceiros tenham: uma visão partilhada dos problemas sociais que existem nessa área; definam em conjunto objetivos, prioridades, estratégias e ações e utilizem de forma mais racional os recursos disponíveis³.

2.2. A Rede Social de Gondomar

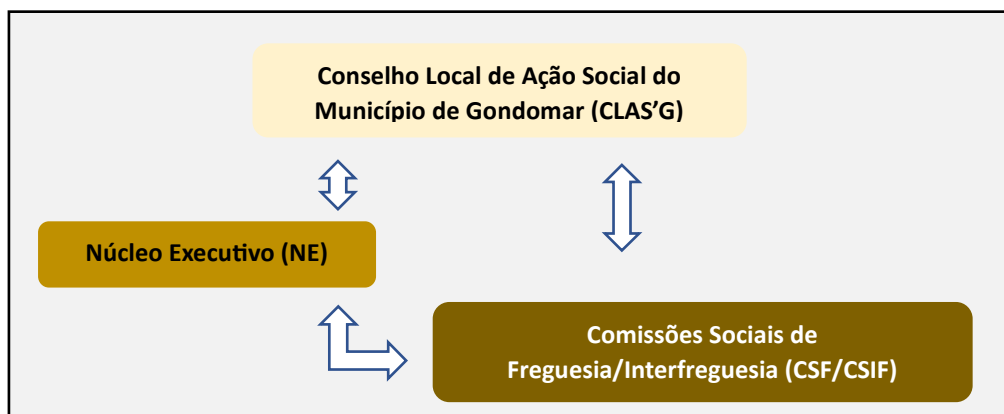
2.2.1. Missão, composição e objetivos

A Rede Social de Gondomar está implementada no município desde 2003, contando já com 20 anos de trabalho de gestão local participada. Constitui-se como um fórum de articulação e congregação de esforços, baseado na adesão livre por parte das autarquias locais e de entidades públicas ou privadas. Esta parceria alargada baseia-se na igualdade entre os parceiros, na consensualização dos objetivos, assim como na concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.

Partilhando a missão e objetivos gerais comuns, a Rede Social de Gondomar, sedimentada ao longo do tempo, é constituída atualmente por entidades privadas e públicas que, de forma voluntária, atuam no concelho. Trata-se, assim, de uma estrutura de governança local que, através do desenho de soluções, materializadas em abordagens concertadas e colaborativas, procura responder às necessidades e problemas sociais, contribuindo para o combate à pobreza e à exclusão social.

Através da sua intervenção, esta plataforma de congregação de sinergias entre diferentes parceiros públicos e privados, tem consolidado a sua relevância e importância fulcral para a promoção do desenvolvimento social local, mais especificamente no apoio às franjas mais vulneráveis da população e ao desenvolvimento integral do território. Materializa-se numa organização que integra o Conselho Local de Ação Social do Município de Gondomar (CLAS`G) e respetivo Núcleo Executivo (NE) e as Comissões Sociais de Freguesia/Interfreguesia (CSF/CSIF) (cf. Figura 1).

Figura 1 – A Rede Social de Gondomar



Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

³ Informação disponível em: www.seg-social.pt/a-rede-social.

O CLAS'G representa o órgão máximo, deliberativo e decisor da Rede Social. Este órgão concerta e congrega esforços com vista ao planeamento social de carácter local, numa lógica de rentabilização dos recursos concelhios. Dele fazem parte, atualmente, as 116 entidades (cf. Quadro 1).

Quadro 1 – Entidades do CLAS'G (2024)

A Físga – Infância e Jardim de Infância
AAPM – Associação dos Amigos do Padre Moura
Actual Gest – Formação Profissional Lda.
ADIRT – Associação para o Desenvolvimento de Rio Tinto
ADRIEM – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria
AFAGOS – Associação de Formação e Apoio Gondomar Social
Agrupamento de Escolas À Beira Douro
Agrupamento de Escolas de Gondomar
Agrupamento de Escolas de Rio Tinto n.º 3
Agrupamento de Escolas de S. Pedro da Cova
Agrupamento de Escolas de Valbom
Amizade – Associação de Imigrantes de Gondomar
ANEIS – Associação Nacional para o Estudo e Intervenção na Sobredotação
ANEM – Associação Nacional de Esclerose Múltipla
Anjos da Vida - Cuidados Geriátricos Unipessoal, Lda.
APEE AUTISMO - Associação de Pais e Encarregados de Educação de Alunos com Perturbação do Espectro do Autismo
APTERIDAS – Associação Portuguesa de Tratamento de Feridas
Assistência aos Tuberculosos do Norte de Portugal
Associação Centro Hípico de Gondomar
Associação Cultural Geral Independente de Trabalhadores Amadores - ACGITAR
Associação das Donas de Casa de Gondomar
Associação de Reformados das Medas
Associação Desportiva Leões Cabanenses Futebol Clube
Associação de Socorros Mútuos São Bento das Pêras de Rio Tinto
Associação Dignidade e Futuro de Gondomar
Associação do Centro de Convívio de Reformados e Pensionistas da Foz do Sousa
Associação de Reformados e Pensionistas de S. Pedro da Cova
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valbom
Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Gondomar
Associação Nacional das Farmácias
Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Valbom
Associação Porto de Paralisia Cerebral – Villa Urbana de Valbom
Associação Recreativa Cultural e Social de Silveirinhos
Associação Saltem et Equus – ASE
Associação Social Estrelas de Silveirinhos
Associação Social Recreativa Cultural e de Bem-Fazer “Vai Avante”
Associação Três por Quatro
Associação Vicentina de Melres
Auchan Portugal Hipermercados, S.A.
Câmara Municipal de Gondomar
Centro de Cuidados de Saúde Primários da ULS de St.º António
Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Gondomar
Centro de Emprego de Gondomar
Centro de Reabilitação da Areosa – Instituto da Segurança Social, IP
Centro de Respostas Integradas Porto Oriental - DICAD - ARS Norte, IP
Centro Distrital do Porto – ISS, IP

Centro Infantil de Valbom – Cruz Vermelha Portuguesa Delegação Porto Matosinhos

Centro Republicano e Democrático de Fânzeres

Centro Social da Lomba

Centro Social da Paróquia de Rio Tinto

Centro Social de Soutelo

Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom

Centro Social e Paroquial de Baguim

Centro Social Paroquial de S. João da Foz do Sousa

Centro Social Paroquial de Santo António do Corim

Centro Social Paroquial de São Pedro da Cova

CINDOR - Formação Profissional de Ourivesaria e Relojoaria

CLIDUCA, Centro Pedagógico e Terapêutico, Lda.

Clifala - Centro Terapêutico e Pedagógico, Lda.

Colégio Carrocel Mágico

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar

Conferência Vicentina de Sto. António do Corim

Cooperativa de Solidariedade Social do Povo Portuense (CPP)

Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 405 Baguim do Monte

Creche Infantil – “O Teu Filho”

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Gondomar Valongo

De Mãos Dadas, Associação de Solidariedade Social

DGESTE – Direção de Serviços da Região Norte

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - Equipa Porto Penal 4

Divisão Policial de Gondomar da Polícia de Segurança Pública

Escola Dramática e Musical Valboense

Escola Profissional de Gondomar

Escola Secundária de S. Pedro da Cova

Escolinha da Estação

Farmácia Sá da Bandeira- Luís Pedro Marques, Unipessoal, Lda.

FAPAG – Federação das Associações de Pais do Concelho de Gondomar

Federação das Coletividades do Concelho de Gondomar

Fundação Fernando Pessoa – Hospital-Escola da Universidade Fernando Pessoa

Fundação Nuno Silveira

Geoclube – Associação Juvenil de Ciência, Natureza e Aventura

Gondomar Social – Associação de Intervenção Comunitária

GTI – Gestão, Tecnologia e Inovação, S.A.

Igreja da Congregação das Irmãs da Caridade do Sagrado Coração de Jesus – Colégio Madre Isabel Larrañaga

IPAFASIA – Instituto Português de Afasia

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude, IP

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar

Junta de Freguesia da Lomba

Junta da União de Freguesias da Foz do Sousa e Covelo

Junta da União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova

Junta da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim

Junta da União de Freguesias de Melres e Medas

Junta de Freguesia de Baguim do Monte

Junta de Freguesia de Rio Tinto

Liga dos Amigos da USF Nascente

Liga dos Amigos do Centro de Saúde da Foz do Sousa

Liga Nacional Contra a Fome

Longevidade – Cooperativa de Solidariedade Social. CRL

Margem, Formação e Consultadoria Económica

Movimento Cidadão Diferente (MCD)

Movimento de Defesa da Vida

Muralha de Esperança - Associação
Obra ABC – Amici Boni Consili
Orfeão de Gondomar
Orfeão de Rio Tinto
Paróquia de S. Pedro da Cova – Conferência Vicentina
Paróquia de S. Veríssimo de Valbom
Pista Mágica - Associação
Polícia Municipal do Município de Gondomar
PrestiCare - Serviço Domiciliário
Projeta-te – Projeto Eixo Reinserção PRI
Projeto Tum, Tum, Tum
Projeto A Escolha é Tua
Querer Ser - Associação para o Desenvolvimento Social
Rede Inducar
Rotary Club de Gondomar
Semente – Associação de Voluntários da LIPOR
Trilhos da Vida – Associação para o Desenvolvimento e Inclusão
WDMI – Distribuição de Material Informático

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

A um nível mais operativo atua o NE, que é constituído por entidades-chave que operam no concelho em diversas áreas, nomeadamente na área da Educação, do Emprego, da Saúde, da Segurança Social, da Reinserção Social e Serviços Prisionais, das IPSS do Município, assim como por Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia. O cumprimento do seu papel de coordenação é fundamental e, para além da Câmara Municipal de Gondomar, dele fazem parte um conjunto alargado de entidades (cf. Quadro 2).

Quadro 2 – Entidades do Núcleo Executivo (NE) da Rede Social de Gondomar (2024)

Centro Distrital do Porto, Instituto da Segurança Social, I.P.
ULS Santo António
Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P de Gondomar
IPSS Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante
Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais
DGEstE - Direção de Serviços da Região Norte
CSF de Baguim do Monte
CSF de Rio Tinto
CSF da União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova
CSF da União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo
CSF da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
CSIF Douro Nascente – Melres, Medas e Lomba

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

O Diagnóstico Social do Município de Gondomar, neste sentido, procura aprofundar a identificação e o conhecimento acerca dos fatores que concorrem para a reprodução cíclica de processos de pobreza e de exclusão social, tendo em conta as especificidades deste território, e em comparação com os restantes concelhos que compõem a AMP, com a Região Norte e com os dados ao nível nacional.

O Município de Gondomar, apoiado nos instrumentos de diagnóstico e de desenvolvimento social que vem promovendo e recolhendo ao longo do tempo, tem vindo a reafirmar de forma comprometida a importância das parcerias alargadas. Nesta senda, a Rede Social promove uma intervenção construída em torno da consciencialização de objetivos e estratégias comuns que envolvem e implicam todo o território gondomarense num caminho de crescimento e desenvolvimento inclusivo e sustentável. Esta tem como impactos previstos e ambicionados:

- possibilitar a articulação e adaptação das políticas e medidas de âmbito nacional, aos problemas e necessidades locais;
- aumentar a capacidade de deteção e resolução de problemas individuais, gerando respostas específicas para necessidades específicas;
- transformar a cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e da abertura a outras entidades e às populações;
- implementar sistemas de informação eficazes, permitindo a produção e atualização de diagnósticos locais, bem como a difusão da informação a todos os agentes e entidades interessadas;
- e incrementar a participação e mobilização dos destinatários dos programas e dos projetos de intervenção social.

Em suma, a Rede Social de Gondomar pretende transformar cada programa, cada medida e cada recurso num impulsionador de crescimento e desenvolvimento, proporcionando a cada cidadã/o condições de vida dignas, em igualdade de oportunidades.

2.2.2. População-alvo, domínios de atuação e principais projetos e programas

No que diz respeito a franjas populacionais e domínios de atuação, as atividades desenvolvidas pelos parceiros da Rede Social abrangem um leque alargado de grupos sociais identificados como mais vulneráveis. Formula e concretiza respostas sociais através de intervenções de cariz transversal para as famílias e comunidade em situação de exclusão social, nomeadamente crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, idosos, pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidade e de doença mental, bem como outros grupos populacionais vulneráveis ao risco social, tais como, os cuidadores informais, migrantes, vítimas de violência doméstica, desempregados, pessoas em situação de sem abrigo, pessoas com comportamentos aditivos e dependências, refugiados, entre outros.

A proteção e o apoio social, a educação, a formação, o voluntariado, a cultura, o desporto e lazer são áreas em que atuam as entidades privadas sem fins lucrativos, e que assumem alguma expressividade entre

os parceiros da Rede Social. Já o setor público, assegura uma parte significativa no que diz respeito ao apoio relativo às medidas de segurança social, justiça, segurança, emprego, saúde, cidadania, bem como respostas educativas vocacionadas para os jovens⁴.

No âmbito dos Projetos e Programas que têm a Câmara Municipal de Gondomar como entidade promotora, desenhados a partir de uma ponderação partilhada e implementação e estrategicamente assegurados pelo Núcleo da Rede Social de Gondomar da Divisão de Desenvolvimento Social (conjuntamente com os parceiros), este município destaca os elencados de seguida:

- Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Gondomar (NPISA de Gondomar);
- Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar de Gondomar (RIVD Gondomar);
- +Cuidar 2.0 - Projeto de Apoio ao Cuidador Informal do Município de Gondomar;
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social, composto pelos seguintes Subprogramas “PADES” – Programa de Apoio à Dinamização de Equipamentos e Respostas Sociais; “Resposta Mais” - Apoio a pequenas obras de beneficiação e remodelação de infraestruturas sociais e/ou aquisição de equipamentos; Programa de Apoio à aquisição e cedência de Transporte; Apoio Pontual à realização de iniciativas de interesse relevante;
- Programa de Apoio Extraordinário ao 3º Setor;
- Contrato-Programa de Desenvolvimento Social - Paróquias do Município de Gondomar || Conferencias de S. Vicente de Paulo;
- Roteiro / Carta Social;
- Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS-5G);
- Núcleo Local de Garantia para a Infância.

A Câmara Municipal de Gondomar destaca ainda outros serviços/respostas implementadas, cujos parceiros do CLAS`G estão envolvidos quer como beneficiários, quer como entidades parceiras:

- Incentivo e apoio às candidaturas a fundos nacionais e/ou comunitários, por parte de IPSS ou Empresas Sociais;
- Diversificação da rede de Equipamentos Sociais nas áreas de: Intervenção Precoce; CAFAP; Centro de Alojamento Temporário; Apartamentos de Autonomização; Fórum Sócio-Ocupacional; Centro de Atividades Ocupacionais; Lares Residenciais para Pessoas com Deficiência;

⁴ Para uma detalhada informação relativa às múltiplas respostas sociais que visam proporcionar uma mudança positiva e sustentável na vida das pessoas, assim como dos serviços de Atendimento Integrado, remetemos para a leitura do Capítulo 5.8 do presente documento. Nos restantes subpontos deste capítulo encontram-se, ainda, referências aos principais programas/operações das respetivas áreas específicas aqui elencados.

- Fomento de desenvolvimento das instituições, através da qualificação e formação do capital humano das Instituições (capacitação de dirigentes associativos);
- Implementação e Promoção do Banco Local de Voluntariado de Gondomar;
- Orquestra Geração em Gondomar - Projeto Músicos D'Ouro;
- Programa Idade D'Ouro;
- Programas Escolhas E9G;
- PRR – Radar Social – Criação de Equipas para Projeto Piloto;
- Operações integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto:
 - Operação “Aproxima – Rede de Proteção e Apoio à População Sénior”;
 - Operação “Contas à Vida – Literacia Financeira”;
 - Operação “Núcleos de Envelhecimento Ativo”;
 - Operação “Rotas Saber+”;
 - Operação “Gondomar Cuida”;
 - Operação “Mais Saúde – Envelhecimento Ativo”;
 - Operação “HUB Inovação Social”;
 - Operação “Plano de Intervenção para as Relações Positivas”;
 - Operação “Espaços Saber+”.

Por fim, são ainda destacados os seguintes programas implementados no Município que concorrem para o desenvolvimento social do território:

- Programa Social+, no âmbito das atividades inerentes ao Núcleo de Respostas Sociais da Divisão de Desenvolvimento Social;
- Programa Abem: Rede Solidário do Medicamento;
- Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Gondomar – Tarifa Especial de Água;
- Tarifário Especial de Água / Programa TEA;
- Plano Municipal da Saúde, no âmbito da criação de estratégias municipais de promoção e educação para a saúde;
- Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação do Município de Gondomar;
- Estratégia Local de Habitação;
- Atividades do Museu Municipal da Filigrana, dinamização de espaços culturais, percursos pedestres, passadiços e ciclovias;
- Projeto Pulmão Verde (Parque das Serras do Porto).

3. DESENHO METODOLÓGICO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL (2024) E DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GONDOMAR (2025-2030)

O processo de trabalho associado à atualização do Diagnóstico Social e à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar, no quadro das suas atividades de coordenação da Rede Social concelhia, procurou seguir uma lógica de colaboração participada e estruturada, encontrando-se orientado para o envolvimento e a ação coletiva, numa lógica de valorização das diferentes perspetivas, conhecimentos experiências e recursos locais presentes no território.

Do ponto de vista metodológico, a atualização do Diagnóstico Social e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar organizaram-se, ao longo do ano de 2024, em torno de três grandes vertentes de ação.

i) a análise de *documentos orientadores estratégicos do Município de Gondomar* relativos a temáticas, respostas e iniciativas com relevância para a organização e a atuação da Rede Social;

ii) a elaboração e afinamento do retrato relativo à evolução da situação socioterritorial concelhia, feito a partir da *triagem, recolha e análise* quer de *indicadores estatísticos oficiais* – lidos a diferentes escalas de análise (nacional, regional, municipal e inframunicipal) e balizas temporais – quer de outros *indicadores internos* do Município, obedecendo-se, neste último caso, a um trabalho de colaboração mútua com os seus vários patamares organizativos;

iii) e, por fim, a realização de *sessões de trabalho*, baseadas nos princípios da investigação-ação, junto dos membros do CLAS`G e do Núcleo Executivo da Rede Social, bem como das Equipas Técnicas do Município de Gondomar.

Para a obtenção de um retrato social alargado do território foram tidas em consideração onze áreas temáticas que irão ser examinadas detalhadamente mais adiante (cf. Figura 2).

Figura 2 – Áreas temáticas do Diagnóstico Social do Município de Gondomar (2024)

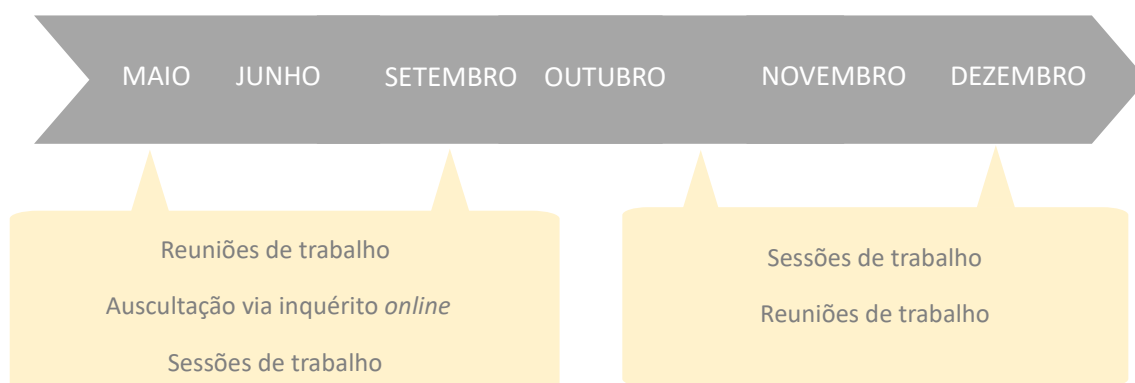


Já no que concerne ao processo de discussão e definição das ações estratégicas, vertidas, posteriormente, em Plano de ação, optou-se pelo recurso a metodologias participativas, dado que estas partem sempre da realidade e da experiência dos atores ou detentores de interesse e assentam num processo criativo de reflexão, análise e prática. Um processo desta natureza age mais concretamente sobre a realidade, desenvolvendo, por isso, a confiança e ajudando a construir compromissos entre os envolvidos (Idñez & Ander-Egg, 2007).

Para esta construção participada, decorreram, numa primeira fase, reuniões com o Município e o Núcleo Executivo (NE) e, numa segunda fase, sessões de trabalho com o CLAS`G, as Equipas Técnicas do Município, o Município e o NE.

Uma vez validada a informação reunida, foram elaboradas as grelhas do Plano de Ação para cada um dos eixos de intervenção com o objetivo de se elencar, e fundamentar os objetivos gerais e específicos a cumprir para cada problema identificado/áreas de intervenção e definir as medidas estratégicas por domínio temático (incluindo a definição das entidades responsáveis pela sua execução e os principais indicadores de execução) (cf. Figura 3)⁵.

Figura 3 – Etapas de trabalho do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social (2024)



Enquanto instrumento fundamental da política social local, e uma vez definido o Plano de Ação segundo os Eixos Estratégicos (cf. Capítulos 7 e 8), o Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar deverá ser alvo ainda de um acompanhamento ao nível da sua monitorização e avaliação com vista a reforçar uma cultura de governança que promova a responsabilidade, o compromisso e o envolvimento de todas as entidades destacadas na resposta aos desafios sociais locais.

4. CONCELHO DE GONDOMAR: ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

A Região Norte é uma das nove regiões de Portugal (NUT II), cuja capital administrativa se localiza na cidade do Porto. Tem uma área de 21 286 km² e registou, em 2023, uma população de 3 673 861 habitantes. É a região mais populosa de Portugal e a terceira mais extensa. A AMP (NUT III) é uma das 8 sub-regiões do Norte e ocupa uma área aproximada de 2 040 km², representando cerca de 10% da Região Norte e 2,21% do

⁵ Os resultados destas sessões que enquadraram, em grande parte, o processo de planeamento estratégico do desenvolvimento social local podem ser consultados nos Capítulos 8 e 9.

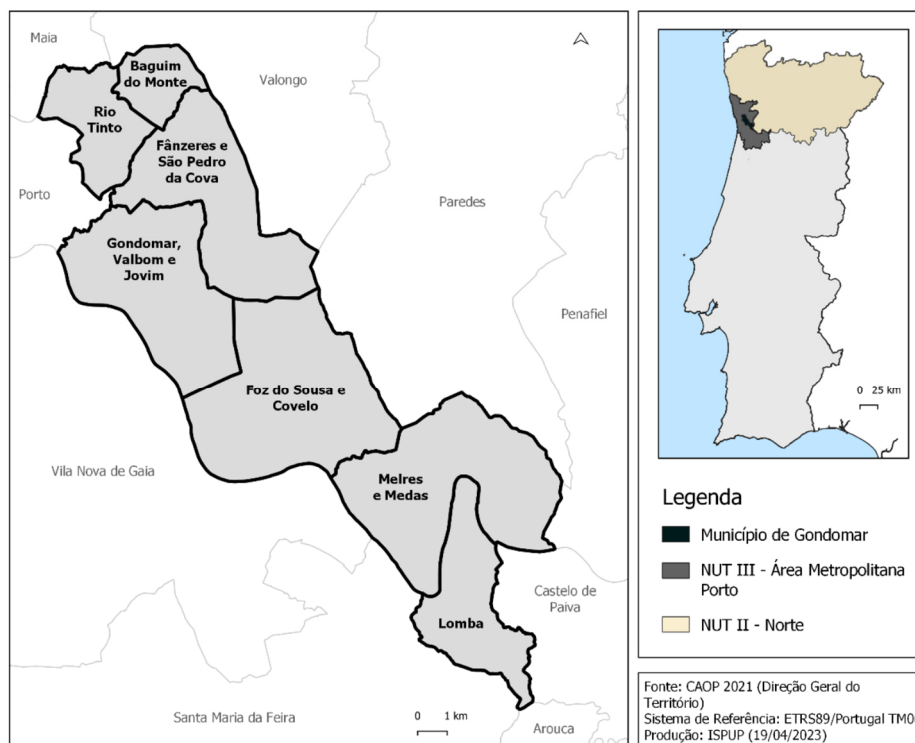
território de Portugal continental. É constituída por 17 municípios e regista, atualmente, uma população residente a rondar 1 700 000 habitantes⁶.

Localizado na NUT II do Norte e na NUT III da Área Metropolitana do Porto (cf. Figura 4), o concelho de Gondomar tem uma área aproximada de 126 km², sendo limitado, a oeste, pelo concelho do Porto, a noroeste pela Maia, a sudoeste por Vila Nova de Gaia e, por outro lado, a nordeste pelos concelhos de Valongo e Paredes, a sudeste por Penafiel e Castelo de Paiva e a Sul por Arouca e Santa Maria da Feira.

Morfológicamente, Gondomar caracteriza-se pela linha de serras que delimitam o território a norte e a leste, designadamente a Serra de Santa Justa, a Serra do Castiçal, a Serra das Flores, a Serra de Santa Iria e a Serra das Banjas. Por outro lado, apresenta uma forma relativamente alongada com uma direção predominantemente noroeste-sudeste, atingindo o comprimento máximo este/oeste de 18 km e de 22 km norte/sul.

O concelho encontra-se dividido em 7 Freguesias e Uniões de Freguesia (UF): Baguim do Monte, Lomba, Rio Tinto e a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova, a UF de Foz do Sousa e Covelo, a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim e a UF de Melres e Medas⁷ (cf. Figura 4).

Figura 4 – Enquadramento Administrativo do Município de Gondomar (2024)



Fonte: CMG (2024a) - Estratégia Municipal de Saúde de Gondomar (2024-2027), p. 3.

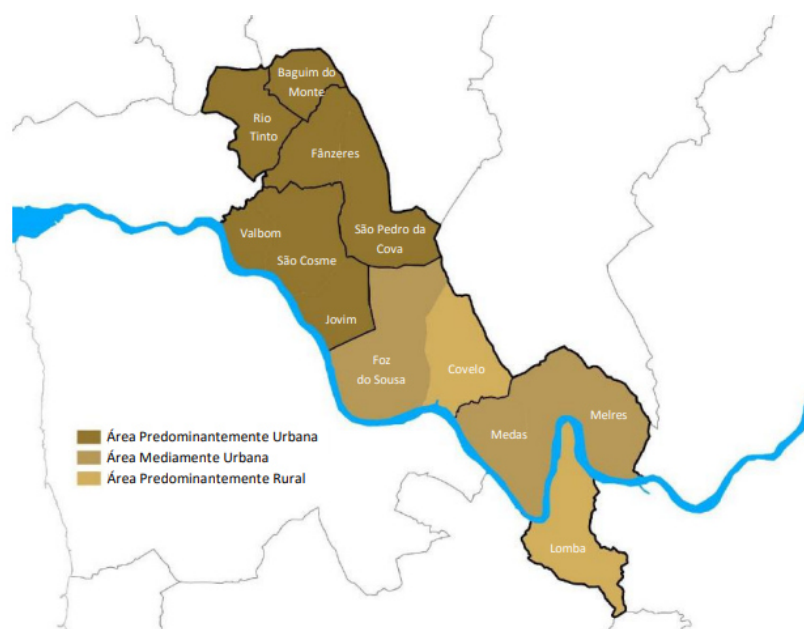
⁶ Informação disponível em: www.amp.pt/.

⁷ A atual distribuição das freguesias resultou da reorganização proposta na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (publicada no Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-28). Lomba, Rio Tinto e Baguim do Monte (Rio Tinto) constituem as exceções às uniões de freguesias.

A separar o município a oeste e sudoeste, ao longo de cerca de 35km, encontra-se o rio Douro, que funciona como uma divisão física entre a freguesia da Lomba, na margem esquerda, e as restantes freguesias e UF do município, que se encontram na margem norte (cf. Figura 5).

No que concerne a Tipologia de Áreas Urbanas⁸, Gondomar é um município predominantemente urbano, contudo, com alguns territórios com marcos ruralizantes significativos: a UF de Melres e Medas e a UF de Foz de Sousa e Covelo caracterizam-se como sendo áreas medianamente urbanas; a Freguesia da Lomba e a Freguesia de Covelo (integrada na UF de Foz do Sousa e Covelo) são classificadas como áreas predominantemente rurais (cf. Figura 5). Gondomar inclui ainda três cidades – Gondomar, Rio Tinto e Valbom.

Figura 5 – Tipologia das freguesias do Município de Gondomar



Fonte: CMG (2016) - Estudo Estratégico para Definição das Linhas Orientadoras de “Gondomar 2020”, p.6.

De referir ainda que a Freguesia de Lomba, a União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo e a União das Freguesias de Melres e Medas fazem parte dos territórios da AMP definidos como vulneráveis no âmbito do Plano Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais e da criação de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)⁹.

⁸ A Tipologia de Áreas Urbanas de 2014 (TIPAU 2014) constitui uma nomenclatura territorial atualizada do grau de urbanização de Portugal mediante a classificação tripartida das freguesias do território nacional em Áreas predominantemente urbanas (APU), Áreas medianamente urbanas (AMU) e Áreas predominantemente rurais (APR) (INE, 2014).

⁹ Enquadrado no Programa de Ação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, na Medida 1.4 “Valorização do Território através da Paisagem”, com o objetivo de promover a qualidade da paisagem rural, urbana e periurbana, através de novas abordagens territoriais. Os restantes territórios vulneráveis da AMP (no total, correspondem a 19 freguesias/UF) são: Folgosa (Maia); Aguiar de Sousa, Recarei e Sobreira (Paredes); Agrela, Água Longa, Monte Córdova, Reguenga e União de Freguesias de Lamelas e Guimarei (Santo Tirso); Alfena, Valongo e União de Freguesias de Campo e Sobrado (Valongo); e Covelas (Trofa) (AMP, 2022).

Por fim, a localização do concelho de Gondomar constitui um importante elo de ligação entre as áreas de grandes densidades da metrópole do Porto com as áreas residenciais e rurais da conjuntura metropolitana, sendo por isso, um território policêntrico e estruturante para a dinâmica regional e nacional (CMG, 2018).

5. DIAGNÓSTICO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GONDOMAR (2024): ÁREAS TEMÁTICAS

5.1. Demografia e Famílias

5.1.1. Dinâmicas Populacionais, familiares e migratórias

O presente capítulo procura identificar as principais mudanças verificadas ao longo das últimas décadas no concelho de Gondomar em matéria demográfica, mobilizando, para tal, alguns dos principais indicadores que ajudam a melhor compreender a estrutura de povoamento do território e as dinâmicas sentidas em termos de evolução populacional.

5.1.1.1. População Residente, Crescimento Efetivo e Migratório

População Residente

No que toca à evolução da população residente, registaram-se, no último período censitário, dinâmicas divergentes nos 17 municípios que constituem a Área Metropolitana do Porto (AMP). Num cenário generalizado de quebra populacional nos territórios em análise, apenas 5 concelhos apresentaram uma tendência de crescimento populacional (ainda que ligeira). Foram eles, os municípios de São João da Madeira, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila Nova de Gaia.

Tal como aconteceu nas regiões envolventes e no conjunto do país, o concelho de Gondomar tem vindo a perder população residente.

A população do concelho de Gondomar diminuiu 2,24%, variação inferior à registada na Região Norte (-2,79%), mas superior à registada no país e, em particular, na AMP (respetivamente, -2,07% e -1,32%), estabilizando o seu efetivo, em 2021, nos 164257 indivíduos (77991 homens e 86266 mulheres) (cf. Quadro 3).

Reconhecendo que o reequilíbrio das estruturas demográficas e o reforço da coesão social e territorial constituem desafios cruciais a prosseguir pela Área Metropolitana do Porto no horizonte de 2030, o eixo de intervenção “Demografia e Coesão Social” continua a ser uma prioridade no quadro das preocupações dos municípios que compõem a região e das entidades que se encontram mais próximas das pessoas e dos territórios e que, nesse sentido, se posicionam sistematicamente na primeira linha do diagnóstico e da intervenção no combate às assimetrias sociais, à pobreza e à exclusão em prol do desenvolvimento comunitário (AMP, 2021, pp.34-35).

Quadro 3 – Evolução da população residente em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (N.º e %)

Territórios	População Residente		Variação População Residente (2011-2021)	População Residente segundo o sexo	
	2011	2021		2021	
	Total			H	M
Portugal	10562178	10343066	-2,07	4920220	5422846
Região Norte	3689682	3586586	3586586	1707820	1878766
AMP	1759524	1736228	1736228	822268	913960
Arouca	22359	21146	21146	10170	10976
Espinho	31786	31043	31043	14461	16582
Gondomar	168027	164257	164257	77991	86266
Maia	135306	134977	134977	64127	70850
Matosinhos	175478	172557	172557	81225	91332
Oliveira de Azeméis	68611	66175	66175	32020	34155
Paredes	86854	84354	84354	40842	43512
Porto	237591	231800	231800	106153	125647
Póvoa de Varzim	63408	64255	64255	30238	34017
Santa Maria da Feira	139309	136674	136674	65880	70794
Santo Tirso	71530	67709	67709	32241	35468
São João da Madeira	21713	22143	22143	10380	11763
Trofa	38999	38548	38548	18473	20075
Vale de Cambra	22864	21269	21269	10278	10991
Valongo	93858	94672	94672	44973	49699
Vila do Conde	79533	80825	80825	38717	42108
Vila Nova de Gaia	302298	303824	303824	144099	159725
Gondomar	168027	164257	-2,24	77991	86266
Freguesias e UF					
Baguim do Monte (Rio Tinto)	14102	14386	2,01	6765	7621
Lomba	1505	1284	-14,68	613	671
Rio Tinto	50713	51083	0,73	23833	27250
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	39586	37753	-4,63	18122	19631
UF de Foz do Sousa e Covelo	7701	7034	-8,66	3400	3634
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	48600	47422	-2,42	22638	24784
UF de Melres e Medas	5820	5295	-9,02	2620	2675

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

Ao nível regional, o concelho de Gondomar ocupava uma posição intermédia (8.º lugar) no conjunto dos 12 municípios que perderam população residente entre 2011-2021. Não obstante a perda de população, Gondomar era, em 2021, o 4.º concelho da região com o peso demográfico mais significativo na AMP (9,5%), tendência essa igualmente notada há uma década atrás (cf. Quadro 4).

Quadro 4 – Peso Demográfico do Concelho de Gondomar na AMP e no EDV – (%)

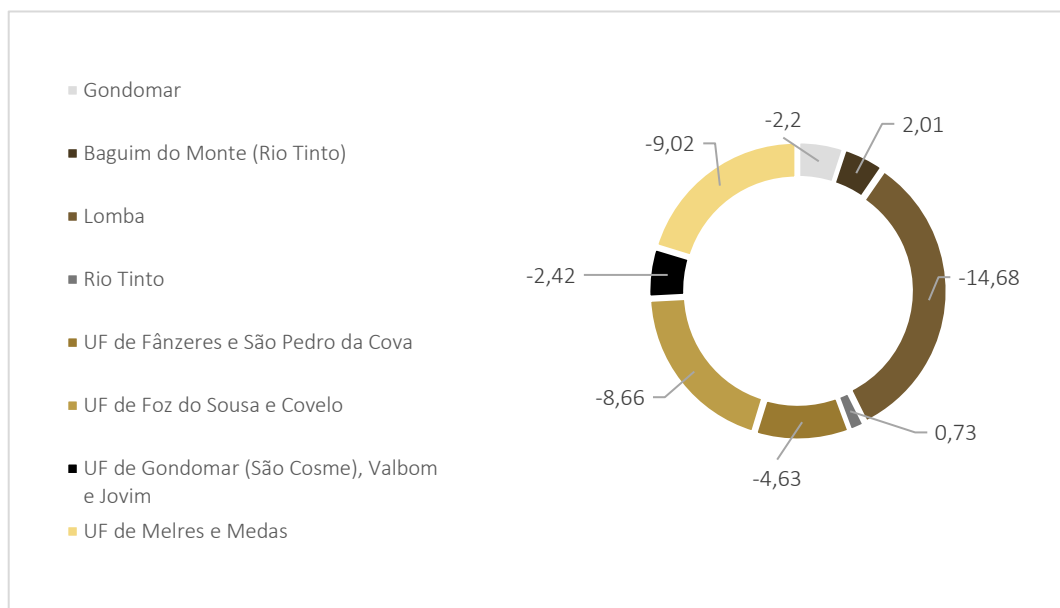
Territórios	Peso na AMP	
	2011	2021
Arouca	1,2	1,3
Espinho	1,8	1,8
Gondomar	9,5	9,5
Maia	7,8	7,7
Matosinhos	9,9	10,0
Oliveira de Azeméis	3,8	3,9
Paredes	4,9	4,9
Porto	13,4	13,5
Póvoa de Varzim	3,7	3,6
Santa Maria da Feira	7,9	7,9
Santo Tirso	3,9	4,1
São João da Madeira	1,3	1,2
Trofa	2,2	2,2
Vale de Cambra	1,2	1,3
Valongo	5,5	5,3
Vila do Conde	4,7	4,5
Vila Nova de Gaia	17,5	17,2

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

À escala inframunicipal, nota-se, entre 2011 e 2021, uma perda populacional em quase todas as freguesias, à exceção de Baguim do Monte e Rio Tinto onde houve um aumento do número de residentes, embora pouco significativo (respetivamente, 2,01% e 0,73%). Esta capacidade relativa de retenção facilmente se compreende já que ambas se encontram mais próximas da cintura mais industrializada e comercial da envolvente do Porto.

A freguesia da Lomba, a UF de Melres e Meda e a UF de Foz do Sousa e Covelo, territórios de matriz mais rural e mais afastadas dos eixos centrais, foram aquelas que evidenciaram uma maior perda de população no período em análise. Sendo economicamente menos atrativas e de menor dinamismo demográfico, estas áreas acumulam, pois, fragilidades e vulnerabilidades de cariz diverso (cf. Quadro 3 e Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução da variação da população residente em Gondomar e respetivas freguesias (2011-2021) – (%)



Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

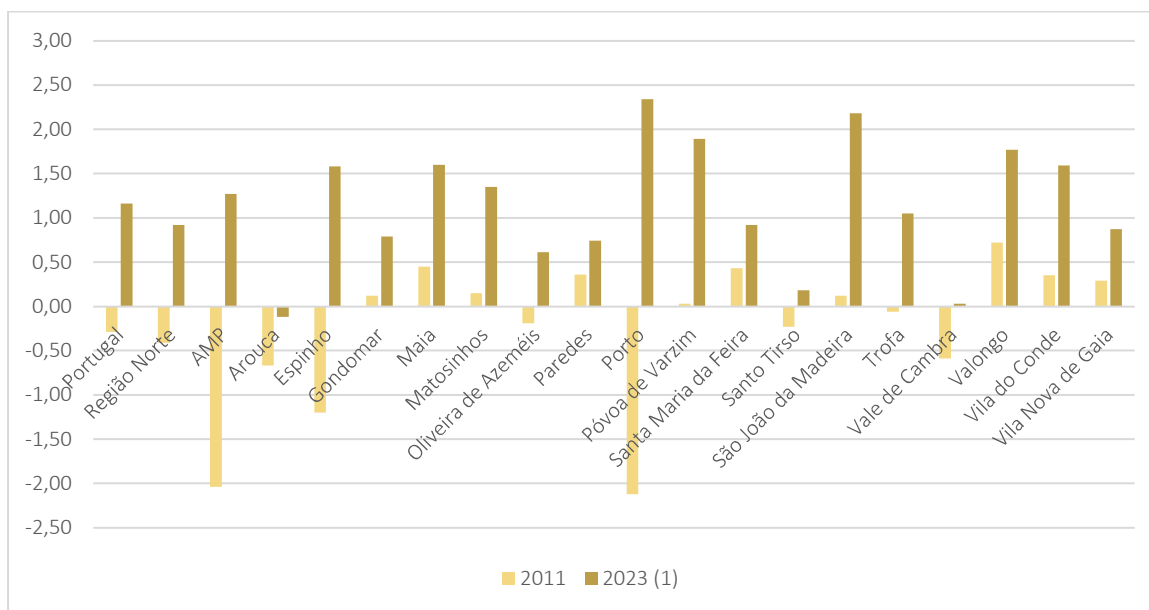
Crescimento efetivo e migratório

Apesar das assimetrias internas, o movimento de relativa atratividade populacional concelhia pode ser, analogamente, atestado pela evolução favorável da taxa de crescimento efetivo¹⁰ face à última década. Entre 2011 e 2023, a taxa passou de 0,12% para 0,79%. Ainda assim, é de referir que esta encontrava-se, em 2023, abaixo da taxa registada no país, na Região Norte e na AMP (cf. Gráfico 2).

Aliás, a grande dimensão, diversidade e complexidade económica, social e cultural da área metropolitana tem acentuado, a complexidade dos desafios associados ao reequilíbrio demográfico e à promoção da coesão social na região, tornando-se importante apostar, ao nível concelhio, na redução das assimetrias sociais e territoriais mais evidentes, e que se prolongam e reproduzem no tempo.

¹⁰ T.C.E.- Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes) (Metainformação- INE).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento efetivo em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (%)



Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021; Indicadores Demográficos, Dados Anuais, 2022-2023.

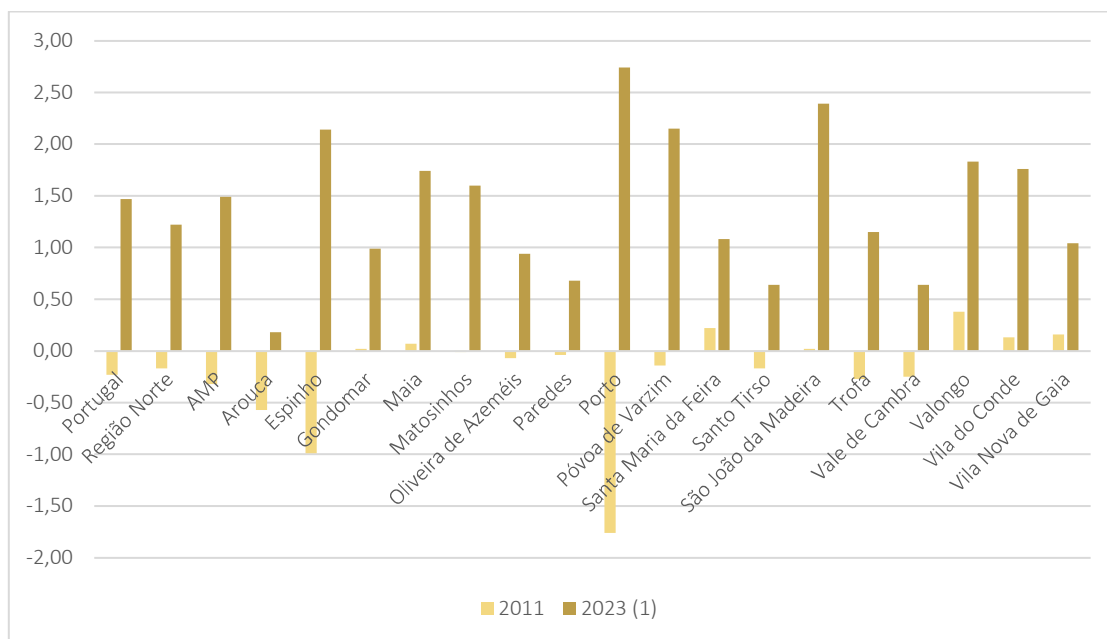
Nota: (1) Os dados de 2023 têm por base as Estimativas Provisórias de População Residente - estimativas pós-censitárias assentes nos resultados dos Censos 2021 e
2022, Estimativas Provisórias de População Residente revistas em junho de 2024, que incluem na população residente as pessoas deslocadas da Ucrânia beneficiárias do regime de Proteção Temporária em Portugal.

No que diz respeito à dinâmica migratória de carácter definitivo, o crescimento migratório concelhio tem vindo, desde 2011, a reforçar-se, aproximando-se dos valores médios da AMP. Não obstante, o concelho de Gondomar situava-se, ao nível regional, entre os concelhos com os valores mais baixos: em 2023, a taxa de crescimento migratório¹¹ era de 0,99% (cf. Gráfico 3).

Ainda assim, tal não significa que a intervenção desenvolvida localmente, no sentido de garantir o acolhimento e a integração de migrantes e valorização da interculturalidade, respondendo ao número de recém-chegados que entra no concelho e correspondendo à própria sustentabilidade imposta pela evolução demográfica, não enfrente um conjunto de desafios.

¹¹ T.C.M. - Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes) (Metainformação- INE).

Gráfico 3 – Taxa de crescimento migratório em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (%)



Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021; Indicadores Demográficos, Dados Anuais, 2022-2023.

Nota: (1) Os dados de 2023 têm por base as Estimativas Provisórias de População Residente - estimativas pós-censitárias assentes nos resultados dos Censos 2021 e
2022, Estimativas Provisórias de População Residente revistas em junho de 2024, que incluem na população residente as pessoas deslocadas da Ucrânia beneficiárias do regime de Proteção Temporária em Portugal.

Olhando para a informação relativa à população residente de nacionalidade estrangeira, nota-se que esta tem-se mantido bem abaixo dos valores médios nacionais (5,2% em 2021) e regionais (2,6% e 3,1%, respetivamente). De facto, em 2021, esta representava 1,9% no total do concelho, valor acima do verificado em 2011 (1,0%). Internamente, a freguesia de Rio Tinto registava, em 2021, a proporção de população residente de nacionalidade estrangeira mais elevada (3,1%) (cf. Quadro 5).

Neste ponto, e apesar da sua relativa expressão, o reforço multifacetado do acolhimento e da integração por parte do Município a certas franjas desta população continua a ser muito significativo¹² entrando em linha com as necessidades já detetadas no anterior Diagnóstico Social do Município. O documento antecedente apontava, aliás, para o facto de o aumento importante do número de imigrantes no nosso país ter exigido, nas últimas décadas, modificações, investimentos e a criação de uma nova configuração institucional, legal e de lógica de intervenção neste domínio (com efeitos inclusive em matéria de abordagem), atendendo às próprias características diferenciadas ao nível cultural, social e económico destes novos fluxos (CMG, 2015a, pp.48-51).

¹² Para uma análise mais detalhada sobre os dados dos migrantes e as respostas do concelho para esta população, cf. o Capítulo 5.8. «Equipamentos, Respostas Sociais e Grupos Sociais Vulneráveis».

Quadro 5 – População residente de nacionalidade estrangeira em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (%)

Territórios	2011	2021
Portugal	3,7	5,2
Região Norte	1,4	2,6
Área Metropolitana do Porto	1,6	3,1
Arouca	0,7	1,2
Espinho	1,4	2,5
Gondomar	1,0	1,9
Maia	1,7	2,7
Matosinhos	1,9	3,0
Oliveira de Azeméis	1,1	2,0
Paredes	0,5	1,4
Porto	2,9	6,3
Póvoa de Varzim	1,7	3,5
Santa Maria da Feira	1,2	2,0
Santo Tirso	0,9	1,5
São João da Madeira	2,3	4,8
Trofa	1,7	2,4
Vale de Cambra	1,4	2,5
Valongo	1,1	2,0
Vila do Conde	1,6	2,9
Vila Nova de Gaia	1,7	3,4
Gondomar	1,0	1,9
Freguesias e UF		
Baguim do Monte (Rio Tinto)	1,0	1,7
Lomba	0,2	0,6
Rio Tinto	1,6	3,1
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	0,7	1,5
UF de Foz do Sousa e Covelo	0,4	0,8
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	0,7	1,1
UF de Melres e Medas	0,5	1,2

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

Olhando mais precisamente para os países de origem (cf. Quadro 6), é de destacar que, no concelho de Gondomar a nacionalidade brasileira era aquela que detinha, em 2021, uma maior representatividade (57,9%), tendência já observada no anterior Recenseamento (2011), e que se justifica pela ligação cultural e histórica existente entre Portugal e este país.

Se se reportar à informação presente no anterior Diagnóstico Social, era evidente que, em 2011, a população residente proveniente de países da União Europeia era, logo depois da população proveniente do Brasil, aquela que detinha maior expressão na AMP e nos seus municípios, com exceção dos municípios de Gondomar e Valongo onde residiam mais pessoas provenientes dos PALOP, à semelhança do panorama nacional. No entanto, a população proveniente do continente europeu era aquela que efetivamente revelava maior representatividade em todos os municípios da região (CMG, 2015a, p.50).

Em 2021, a Europa reunia igualmente significância, sendo de destacar a expressão da população oriunda da Ucrânia (3,4%), cuja entrada foi favorecida devido, primeiramente, a um primeiro processo,

iniciado na década de 1990, de pressão emigratória nos países de origem dos migrantes e de desorganização social inerente à transição político-económica em que os países de Leste estavam envolvidos, e, mais recentemente, por via dos conflitos político-territoriais que este país atravessa.

Ainda que a comunidade imigrante em Portugal tenha deixado de ser apenas originária dos PALOP, África continuava, em 2021, a destacar-se como um continente importante de proveniência destes fluxos e mais especificamente Angola (6,2%), país com laços históricos e sociais antigos com Portugal.

Por fim, de acordo com o último Recenseamento (2021), é de referir, no interior do continente asiático, o significado da população oriunda da China (2,3%), comunidade essa que, como é sabido, há já alguns anos tem tido forte implementação no território nacional.



Quadro 6 – População residente de nacionalidade estrangeira (por continente e país) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) - (%)

Territórios	Europa		Ucrânia		África		Angola		América		Brasil		Ásia		China		Oceânia	
	2011 ⁽¹⁾	2021	2011	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011	2021	2011 ⁽¹⁾	2021
Portugal	37,2	28,7	3,9	3,9	26,1	18,0	5,8	5,8	30,9	41,0	27,8	36,9	5,7	12,1	3,1	3,1	0,2	0,1
R. Norte	43,9	23,0	2,8	2,8	14,2	10,7	4,6	4,6	33,8	58,0	28,5	52,3	7,9	8,3	3,9	3,9	0,3	0,1
AMP	37,7	21,0	2,8	2,8	15,7	10,9	5,1	5,1	37,4	59,4	32,0	53,5	9,0	8,6	4,4	4,4	0,2	0,1
Arouca	45,3	28,5	3,5	3,5	13,7	9,2	4,6	4,6	39,8	59,2	35,4	50,8	1,2	3,1	2,3	2,3	0,0	0,0
Espinho	45,1	25,7	4,2	4,2	7,0	10,1	6,7	6,7	38,0	59,9	25,1	45,3	9,9	4,3	2,7	2,7	0,0	0,0
Gondomar	35,6	16,9	3,4	3,4	19,0	14,0	6,2	6,2	39,6	63,1	36,8	57,9	5,8	5,9	3,8	3,8	0,0	0,1
Maia	37,6	20,6	4,8	4,8	14,7	9,9	4,4	4,4	41,8	63,9	37,7	58,1	5,6	5,5	2,2	2,2	0,3	0,1
Matosinhos	32,2	23,5	2,4	2,4	10,3	8,3	3,3	3,3	50,7	61,9	46,2	57,5	6,7	6,3	3,9	3,9	0,1	0,2
O. Azeméis	45,6	19,2	4,9	4,9	13,3	10,4	6,1	6,1	33,2	63,0	18,5	48,8	7,3	7,2	3,2	3,2	0,7	0,3
Paredes	49,0	22,0	2,4	2,4	13,3	10,9	5,4	5,4	30,4	59,8	27,3	53,4	6,6	7,1	4,4	4,4	0,6	0,2
Porto	33,4	23,1	1,1	1,1	21,2	11,7	4,7	4,7	34,1	55,7	31,1	50,9	11,2	9,4	2,8	2,8	0,1	0,2
P. de Varzim	38,0	16,3	2,9	2,9	11,5	7,3	2,7	2,7	39,1	65,2	34,1	59,2	11,3	11,0	7,6	7,6	0,0	0,2
S. M. Feira	47,4	23,0	4,0	4,0	12,8	13,8	5,0	5,0	36,3	58,9	21,1	48,0	4,0	4,3	3,1	3,1	0,1	0,0
Santo Tirso	59,5	27,5	4,0	4,0	9,6	11,7	5,7	5,7	21,4	52,3	19,6	44,0	7,2	8,3	3,6	3,6	2,3	0,1
S. J. Madeira	51,9	16,4	5,4	5,4	10,6	7,9	4,1	4,1	28,5	67,2	23,6	59,7	9,0	8,5	4,4	4,4	0,0	0,0
Trofa	57,1	20,7	8,6	8,6	8,4	8,1	1,6	1,6	23,1	55,6	19,2	50,9	11,1	15,4	3,4	3,4	0,3	0,2
V. Cambra	50,3	16,8	4,1	4,1	7,5	7,4	3,7	3,7	33,6	70,8	27,4	63,7	8,5	4,8	2,8	2,8	0,0	0,2
Valongo	35,7	19,0	4,6	4,6	22,1	9,8	4,5	4,5	38,2	65,5	31,3	59,9	3,6	5,6	3,1	3,1	0,5	0,2
V. Conde	34,2	17,6	2,0	2,0	9,1	5,3	2,5	2,5	24,0	42,2	19,1	38,0	32,5	34,8	30,1	30,1	0,2	0,1
V.N. Gaia	35,8	19,6	2,8	2,8	17,1	12,9	7,7	7,7	40,0	61,5	33,7	56,2	7,0	6,0	2,2	2,2	0,2	0,0

Fontes: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2001-2011. PORDATA

Notas: ⁽¹⁾ Quebra de série e Dados retificados pela entidade responsável.

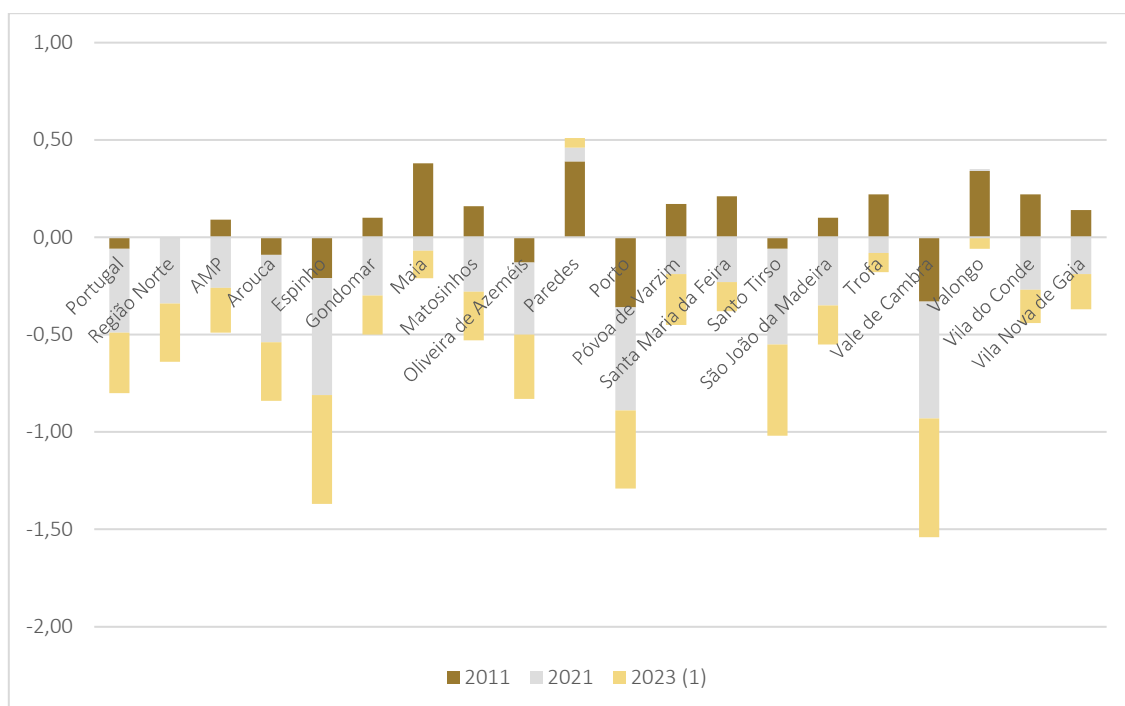
Nota metodológica: O cálculo percentual foi efetuado sobre o total de população residente de nacionalidade estrangeira. Optou-se igualmente por, no presente quadro, discriminar por continente os países com expressão relativa mais significativa.

5.1.1.2. Natalidade, Mortalidade, Fecundidade e Nupcialidade

Crescimento Natural

O concelho de Gondomar registava, em 2023, uma taxa de crescimento natural¹³ negativa (-0,20%), que tem vindo a recuar desde 2021 (-0,30%), o que traduz o facto de a população que tem entrado ainda não ser suficiente para compensar as perdas no território face à tendência evidente de declínio do saldo natural (número de nascimentos menos o número de óbitos) registada (cf. Gráfico 4).

Gráfico 4 – Taxa de crescimento natural em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (%)



Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021; Indicadores Demográficos, Dados Anuais, 2022-2023.

Nota: (1) Os dados de 2023 têm por base as Estimativas Provisórias de População Residente - estimativas pós-censitárias assentes nos resultados dos Censos 2021 e
2022, Estimativas Provisórias de População Residente revistas em junho de 2024, que incluem na população residente as pessoas deslocadas da Ucrânia beneficiárias do regime de Proteção Temporária em Portugal.

Este movimento opõe-se face ao passado visto que, no penúltimo Recenseamento (2011), a taxa permanecia positiva (0,10%), superando os valores regionais e nacionais, embora abaixo de outros concelhos que compõem a AMP, como são os casos da Maia, de Paredes e Valongo. Neste caso, verifica-se que apenas o concelho de Paredes tem conservado, no período em análise, taxas positivas.

¹³ T.C.N.- Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10²) ou 1000 (10³) habitantes) (Metainformação- INE).

Natalidade e Mortalidade

Encontrando-se muito próxima da média da AMP (7,5‰), Gondomar ocupava, em 2023, uma posição intermédia no que toca aos valores de natalidade¹⁴ (7,3‰), confirmando uma dinâmica natural em curva descendente e cada vez mais lenta, num quadro de consolidação do que muitos dos especialistas denominam de período demográfico “moderno” (Ferrão, 1996) (cf. Quadro 5).

É de recordar que, em 2011, o concelho surgia em 13.º lugar (8,3‰ – 8,3 nados-vivos por 1.000 habitantes), tendo registado uma diminuição significativa face aos Censos de 2001 (13,3‰), apresentando ainda valores inferiores quer face à média nacional (9,2‰), quer à Região Norte (8,5‰) (CMG, 2015a, p.35).

Apesar da tendência generalizada de queda da taxa bruta de natalidade (-1,0 ‰ face a 2011), o concelho revelava, em 2023, um comportamento menos gravoso quando comparado com outros concelhos da região, como por exemplo Vale de Cambra e Espinho, denotando-se, por isso, algum dinamismo nesta matéria.

Neste ponto, e como se verá mais adiante, os movimentos de fecundidade e de procriação parecem ser um fator explicativo de tais movimentos (cf. Quadro 8).

Relativamente ao comportamento da mortalidade¹⁵ (cf. Quadro 7), e não obstante o impacto dos avanços da medicina e o alargamento da assistência médica às populações e das melhorias das condições de higiene e alimentares, vê-se que este sofreu, entre 2011 e 2023, um aumento relativo importante (+2,1‰).

Este cenário tem vindo, aliás, a agravar-se na última década; recorde-se que, em 2011, o concelho de Gondomar apresentava o sexto valor mais baixo da AMP, exibindo igualmente valores inferiores em relação à média nacional (9,7‰), à da Região Norte (8,6‰), assim como à da AMP (8,1‰) (CMG, 2015a, p.35).

Em 2023, Gondomar encontrava-se, pois, entre os concelhos com uma variação positiva da taxa bruta de mortalidade mais expressiva, com reflexos na dinâmica natural, embora com valores ainda distantes dos demonstrados por Vale de Cambra, Porto, Espinho, Santo Tirso e Póvoa de Varzim.

¹⁴ T.B.N.: Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^{^3}) habitantes).

¹⁵ T.B.M.: Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10^{^3}) habitantes) (Metainformação- INE).

Quadro 7 – Taxa bruta de natalidade e taxa bruta de mortalidade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (‰)

Territórios	Taxa Bruta de Natalidade (‰)		Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	
	2011	2023	2011	2023
Portugal	9,2	8,0	9,7	11,2
Região Norte	8,5	7,3	8,6	10,2
Área Metropolitana do Porto	9,0	7,5	8,1	9,6
Arouca	8,7	6,6	9,6	9,6
Espinho	7,3	6,1	9,4	11,7
Gondomar	8,3	7,3	7,3	9,4
Maia	10,1	6,9	6,4	8,3
Matosinhos	9,4	7,2	7,8	9,7
Oliveira de Azeméis	7,6	6,5	8,8	9,8
Paredes	9,7	8,1	5,8	7,6
Porto	8,4	7,8	11,9	11,9
Póvoa de Varzim	9,3	7,7	7,6	10,3
Santa Maria da Feira	9,0	7,4	6,8	8,9
Santo Tirso	7,7	6,5	8,3	11,1
São João da Madeira	8,6	6,4	7,5	8,5
Trofa	8,6	7,8	6,5	8,8
Vale de Cambra	6,6	5,8	10,0	12,0
Valongo	10,2	7,8	6,8	8,4
Vila do Conde	10,4	7,5	8,2	9,1
Vila Nova de Gaia	9,1	7,5	7,7	9,3

Fonte: INE – Portugal, Indicadores Demográficos, Dados Anuais, 2011-2023.

Fecundidade e Nupcialidade

No plano da fecundidade geral¹⁶, e entrando em convergência com os valores da AMP, o concelho de Gondomar exibiu, em 2023, uma posição favorável no interior da região. Veja-se que a taxa de fecundidade geral era ligeiramente superior (34,4‰ contra 34,3‰) e tem vindo a aumentar desde 2011, evidenciando, nesse sentido, alguma resistência aos padrões típicos de fecundidade mais “modernos” (cf. Quadro 8).

Num cenário geral de descida das taxas de natalidade, aliado à recente reconfiguração dos padrões de fecundidade, Gondomar tem se distanciado do dinamismo regional verificado em matéria de nupcialidade¹⁷, uma vez que a proporção de casamentos por cada mil habitantes na AMP, na Região Norte e até no país têm-se mantido superiores desde 2011.

Na realidade, no conjunto dos 17 municípios que constituem a AMP, Gondomar apresentava, em 2023, a taxa mais reduzida de nupcialidade (1,6‰), registando uma quebra importante face a 2011 (-0,9‰), descida que poderá refletir igualmente mudanças importantes nas práticas matrimoniais que têm vindo a marcar a sociedade portuguesa.

¹⁶ T.F.G.: Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³) mulheres em idade fértil) (Metainformação- INE).

¹⁷ T.B.N.: Número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1000 (10³) habitantes) (Metainformação- INE).

Quadro 8 – Taxa de fecundidade geral e taxa bruta de nupcialidade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023)
– (‰)

Territórios	Taxa de Fecundidade Geral (‰)		Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	
	2011	2023	2011	2023
Portugal	38,6	38,6	3,4	3,5
Região Norte	34,6	34,0	3,7	3,5
Área Metropolitana do Porto	36,2	34,3	3,5	3,7
Arouca	36,7	32,8	4,1	3,8
Espinho	33,2	32,4	6,7	8,2
Gondomar	33,0	34,4	2,5	1,6
Maia	38,6	30,9	3,3	3,8
Matosinhos	38,4	34,1	3,0	2,6
Oliveira de Azeméis	31,3	32,0	2,9	2,4
Paredes	36,0	34,9	3,8	4,4
Porto	38,2	36,6	4,1	5,3
Póvoa de Varzim	36,1	34,8	4,8	4,8
Santa Maria da Feira	35,1	35,1	2,8	2,8
Santo Tirso	31,6	32,3	3,4	3,7
São João da Madeira	33,6	30,0	6,3	6,6
Trofa	33,0	35,6	4,4	2,8
Vale de Cambra	29,5	31,6	4,0	4,8
Valongo	38,8	34,1	3,0	4,7
Vila do Conde	41,1	34,1	4,3	6,2
Vila Nova de Gaia	35,9	35,1	3,1	3,0

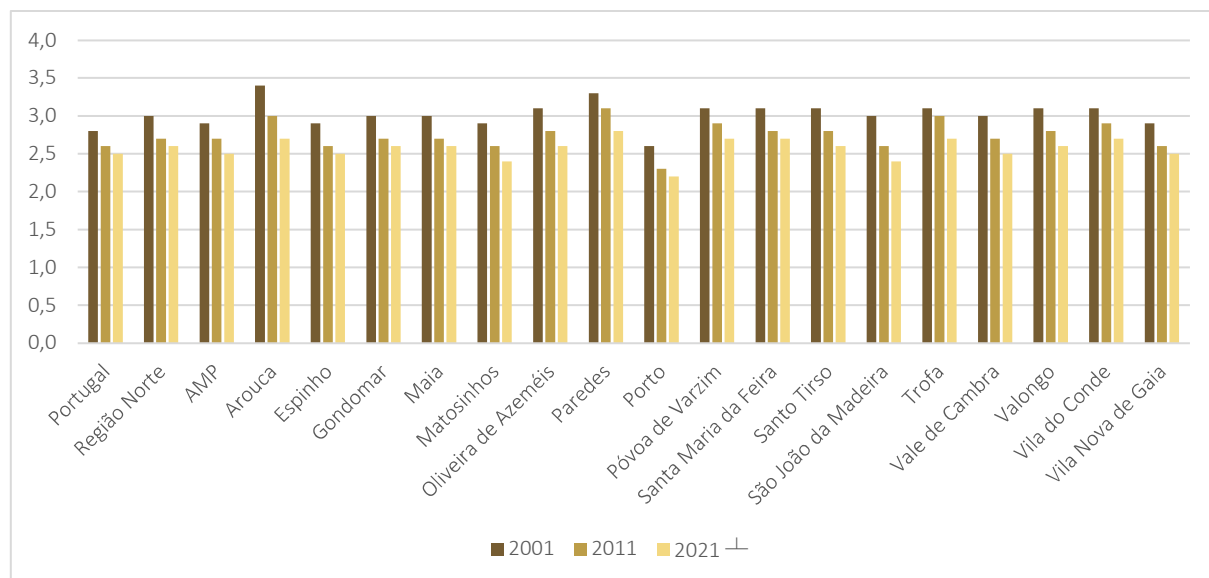
Fonte: INE – Portugal, Indicadores Demográficos, Dados Anuais, 2011-2023.

5.1.1.3. Famílias

A análise da estrutura e dinâmicas da família no nosso país ao longo das últimas décadas, no que toca à evolução da sua dimensão média, permite registar a relevância crescente da sua contração. De facto, as alterações sociodemográficas sentidas ao longo das últimas décadas, como sejam os ganhos em esperança média de vida ou as transformações nos padrões gerais de fecundidade e de nupcialidade, têm-se refletido no decréscimo de número de elementos por família.

Em linha com o sucedido no país, o concelho de Gondomar tem registado essa mesma tendência. Em 2001, a dimensão média das famílias era de 3,0 elementos havendo, em 2021, uma inflexão da descida para 2,6. Este fenómeno é explicado pelo progressivo declínio das taxas de natalidade e consequente abandono dos padrões demográficos tradicionais. Apesar de tudo, o concelho encontrava-se, em 2021, entre os concelhos da AMP com a dimensão média mais elevada (cf. Gráfico 5).

Gráfico 5 – Dimensão média das famílias em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2001-2021) – (média)



Fontes: INE – Portugal, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2001-2011. PORDATA.

Nota: — Quebra de série.

Olhando de forma isolada os vários tipos de dimensão familiar, importa referir que, de acordo com o modelo de desagregação, – à exceção do conjunto de famílias extensas, ou seja, todas aquelas que abarcam cinco e mais pessoas, e cujo registo tem ocorrido em sentido decrescente desde 2001, certificando a sua menor relevância relativa, – a proporção de famílias compostas por duas a quatro pessoas tem assumido maior prevalência em todos os territórios da região. De facto, percebe-se que a redução da dimensão média das famílias resulta não apenas do aumento do número das famílias unipessoais (i.e., constituídas por um só elemento), mas também da redução do número de famílias numerosas.

Quadro 9 – Famílias (e n.º de pessoas por famílias) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2001-2021) – (%)

Territórios	2001			2011			2021 ⁽¹⁾		
	1 pss	2-4 pss	5 e + pss	1 pss	2-4 pss	5 e + pss	1 pss	2-4 pss	5 e + pss
Portugal	17,3	73,2	9,5	21,4	72,1	6,5	24,8	69,6	5,6
Norte	13,2	74,6	12,2	17,2	74,9	7,9	21,0	72,8	6,2
Área Metropolitana do Porto	13,6	76,4	10,0	18,3	74,8	6,9	22,0	72,2	5,8
Arouca	10,9	68,8	20,3	13,0	75,5	11,5	17,4	73,9	8,6
Espinho	13,6	77,4	9,0	19,4	73,6	7,1	24,0	70,1	5,8
Gondomar	10,6	79,7	9,7	15,4	78,1	6,5	19,8	74,8	5,5
Maia	11,3	79,7	8,9	16,8	77,6	5,6	19,8	74,9	5,3
Matosinhos	14,0	77,8	8,2	20,6	74,0	5,4	24,3	71,0	4,8
Oliveira de Azeméis	9,3	78,9	11,8	13,4	78,4	8,2	17,9	75,5	6,6
Paredes	7,0	77,3	15,7	10,4	78,6	11,0	15,3	77,5	7,2
Porto	25,3	66,7	8,0	30,5	64,0	5,5	32,7	62,8	4,5
Póvoa de Varzim	11,5	74,9	13,6	16,1	72,9	11,0	19,6	71,6	8,9
Santa Maria da Feira	9,7	79,7	10,6	13,3	78,9	7,7	17,5	75,7	6,7
Santo Tirso	8,5	80,3	11,1	12,5	79,6	7,9	17,6	75,8	6,6
São João da Madeira	11,4	78,8	9,8	17,7	77,2	5,1	22,3	73,5	4,2

Trofa	8,4	80,8	10,9	11,6	78,7	9,7	16,4	75,7	7,9
Vale de Cambra	11,9	76,6	11,4	16,4	77,2	6,3	20,6	74,5	4,9
Valongo	9,6	80,0	10,4	15,2	78,2	6,7	19,3	75,4	5,3
Vila do Conde	11,0	76,4	12,7	14,0	76,3	9,7	17,9	73,8	8,4
Vila Nova de Gaia	13,0	78,2	8,8	18,6	75,3	6,1	22,4	72,4	5,2

Fontes: INE – Portugal, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2001-2011. PORDATA.

Nota: (1) Quebra de série.

Notas conceituais: Até 2011, os valores apresentados referem-se às famílias clássicas. A partir de 2021 passou a ser usado o conceito de agregado doméstico privado (conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar) (Metainformação - INE).

Perante este cenário, importa ter presente que o concelho de Gondomar, no último Recenseamento, se encontrava entre os concelhos da AMP que exibiam proporções relativas importantes de famílias com um só elemento (em 2021, situavam-se nos 19,8%) e entre aqueles que ainda mostravam proporções relativas de famílias com cinco ou mais elementos com algum significado (em 2021, estas representavam 8,6%) (cf. Quadro 9). Estas tendências tinham sido já anteriormente diagnosticadas: em 2011, o município de Gondomar dava sinais da cada vez maior importância das famílias unipessoais no conjunto de famílias existentes e, por outro lado, juntamente com Santa Maria da Feira, Trofa, Valongo e Vila do Conde, revelava um número de famílias clássicas constituídas por 3 elementos ainda importante (CMG, 2015a, p.45).

Quadro 10 – Evolução das famílias unipessoais em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2001-2021) – (%)

Territórios	Famílias unipessoais		
	2001	2011	2021 [⊥]
Portugal	17,3	21,4	24,8
Norte	13,2	17,2	21,0
Área Metropolitana do Porto	13,6	18,3	22,0
Arouca	10,9	13,0	17,4
Espinho	13,6	19,4	24,0
Gondomar	10,6	15,4	19,8
Maia	11,3	16,8	19,8
Matosinhos	14,0	20,6	24,3
Oliveira de Azeméis	9,3	13,4	17,9
Paredes	7,0	10,4	15,3
Porto	25,3	30,5	32,7
Póvoa de Varzim	11,5	16,1	19,6
Santa Maria da Feira	9,7	13,3	17,5
Santo Tirso	⊥ 8,5	12,5	17,6
São João da Madeira	11,4	17,7	22,3
Trofa	8,4	11,6	16,4
Vale de Cambra	11,9	16,4	20,6
Valongo	9,6	15,2	19,3
Vila do Conde	11,0	14,0	17,9
Vila Nova de Gaia	13,0	18,6	22,4
Gondomar	10,6	15,4	19,8
Freguesias e UF			
Baguim do Monte (Rio Tinto)	ND	ND	17,7

Lomba	ND	ND	21,2
Rio Tinto	ND	ND	22,5
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	ND	ND	18,7
UF de Foz do Sousa e Covelo	ND	ND	15,0
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	ND	ND	19,4
UF de Melres e Medas	ND	ND	13,2

Fontes: INE – Portugal, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2001-2011. PORDATA.

Nota: ND – Dado não disponível.

Notas conceituais: A partir de 2021 passou a ser usado o conceito de agregado doméstico privado (conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar) (Metainformação - INE).

A afirmação crescente da importância da elevada proporção de famílias nucleares simples na sociedade portuguesa, justificada, ao longo do tempo, pela perda do peso das famílias alargadas e pela evolução crescente das famílias nucleares sem filhos e das famílias monoparentais (Bandeira, 1996), leva-nos a observar, de igual modo, o significado da proporção das famílias unipessoais no concelho de Gondomar (cf. Quadro 10).

Neste ponto, importa não desconsiderar os níveis de envelhecimento da população e as mudanças de vida da população em idades mais jovens (situações de pessoas solteiras e/ou em rutura conjugal). Mais acresce o facto de várias recomposições vividas e analisadas neste tipo de estrutura familiar poderem indiciar, desde logo, situações de alguma vulnerabilidade ou potencial risco de exclusão social (Torres & Pereira, 1996).

Em 2021, a proporção das famílias unipessoais situava-se nos 19,8%, valor ainda abaixo da verificada no país e nas restantes regiões em análise. Não obstante, houve um crescimento desta tipologia familiar desde 2001 já que, na altura, o valor era de 10,6% (cf. Quadro 10).

À escala inframunicipal, as freguesias de Rio Tinto e da Lomba detinham as proporções mais elevadas de famílias unipessoais.

Quadro 11 – Evolução das famílias unipessoais com + de 65 anos em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2001-2021) – (%)

Territórios	Famílias unipessoais (65 e mais anos)		
	2001	2011	2021
Portugal	8,8	10,1	12,5
Norte	6,9	8,3	10,7
Área Metropolitana do Porto	5,7	7,3	10,5
Arouca	7,5	7,5	10,4
Espinho	7,4	10,3	14,2
Gondomar	5,0	6,7	9,8
Maia	4,4	5,9	8,7
Matosinhos	5,8	7,6	10,9
Oliveira de Azeméis	5,3	7,3	9,8
Paredes	3,8	4,7	7,0
Porto	11,0	13,2	15,4
Póvoa de Varzim	5,2	7,1	9,8
Santa Maria da Feira	5,1	6,4	9,0
Santo Tirso	5,0	6,7	10,0

São João da Madeira	5,6	7,3	10,7
Trofa	3,8	5,1	7,8
Vale de Cambra	7,6	9,8	12,4
Valongo	4,0	5,6	8,5
Vila do Conde	5,1	6,0	8,5
Vila Nova de Gaia	5,5	7,2	10,1
Gondomar	5,0	6,7	9,8
Freguesias e UF			
Baguim do Monte (Rio Tinto)	3,6	5,0	8,1
Lomba	7,2	8,3	13,0
Rio Tinto	5,8	7,6	10,9
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	4,5	6,4	9,2
UF de Foz do Sousa e Covelo	5,0	5,7	8,7
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	4,9	6,7	9,6
UF de Melres e Medas	4,6	5,5	8,0

Fontes: INE – Portugal, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2001-2011. PORDATA.

Notas conceituais: A partir de 2021 passou a ser usado o conceito de agregado doméstico privado (conjunto de pessoas que tem a residência habitual no alojamento familiar ou a pessoa independente que ocupa um alojamento familiar) (Metainformação - INE).

Por outro lado, num cenário marcado pelo genérico envelhecimento da população residente (cf. ponto 5.1.2. do presente documento), será importante considerar igualmente a evolução do conjunto de famílias unipessoais maioritariamente constituídas por pessoas idosas (com mais de 65 anos) (cf. Quadro 11).

Em 2021, as famílias unipessoais constituídas por pessoas com mais de 65 anos representavam no concelho de Gondomar quase 10% no total de famílias clássicas unipessoais e uma parcela muito importante no conjunto de famílias unipessoais existentes (49,3%), confirmando o quadro mais alargado de crescimento desta franja familiar. Todavia, é preciso atender que esta percentagem permanecia distante dos valores relativos do país e das regiões em apreço e de outros municípios da AMP, como são os casos do Porto, de Espinho e Vale de Cambra.

Internamente, as freguesias de Rio Tinto e da Lomba detinham também as proporções mais elevadas de famílias unipessoais constituídas por pessoas com mais de 65 anos, tendência já observada desde 2001.

Em convergência com o país e a AMP, nota-se no concelho de Gondomar o movimento de aumento das famílias monoparentais (+4,4 face a 2011), ocupando o território, em 2021, uma posição intermédia no conjunto de municípios constituintes da região. Nesse ano, a proporção deste tipo de composição familiar era de 18,6%.

A expressividade das famílias monoparentais, essencialmente as de mães a viver com filhos, era já igualmente significativa, nas últimas décadas, em todos os municípios quando comparadas com as de pais a viver com filhos, podendo este fenómeno ser assumido como um resultado, sobretudo, do aumento das ruturas conjugais (divórcios e separações) (CMG, 2015a, pp.46-47).

Ao nível da freguesia, resta acrescentar que a freguesia de Rio Tinto e UF de Fânzeres e São Pedro da Cova exibiam, em 2021, as proporções de famílias monoparentais mais elevadas, contrariamente às da UF de Melres e Medas e da freguesia da Lomba que, por sua vez, mostravam proporções mais reduzidas.

Quadro 12 – Evolução das famílias monoparentais em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) – (%)

Territórios	Famílias monoparentais	
	2011	2021
Portugal	14,9	18,5
Norte	13,8	16,8
Área Metropolitana do Porto	15,0	18,5
Arouca	10,9	12,9
Espinho	17,4	20,1
Gondomar	14,2	18,6
Maia	13,9	17,6
Matosinhos	16,1	19,6
Oliveira de Azeméis	10,5	13,8
Paredes	11,7	16,3
Porto	22,2	25,2
Póvoa de Varzim	15,4	17,7
Santa Maria da Feira	12,6	15,9
Santo Tirso	11,6	14,4
São João da Madeira	17,3	20,0
Trofa	12,2	15,4
Vale de Cambra	11,5	13,6
Valongo	14,5	18,4
Vila do Conde	12,7	16,4
Vila Nova de Gaia	15,1	19,0
Gondomar	14,2	18,6
Freguesias e UF		
Baguim do Monte (Rio Tinto)	13,4	17,6
Lomba	11,8	14,1
Rio Tinto	15,8	20,2
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	14,3	19,3
UF de Foz do Sousa e Covelo	11,3	15,2
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	13,2	17,6
UF de Melres e Medas	11,2	14,5

Fontes: INE – XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021; PORDATA.

Nota: Núcleo familiar que integra apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s).

5.1.2. Envelhecimento Populacional

5.1.2.1. Grupos Etários, Índices de Envelhecimento, Dependência e Longevidade

Olhando com mais atenção para a evolução da população residente no concelho segundo os grandes grupos etários – crianças, jovens, adultos e velhos – é possível atestar modificações importantes.

De um lado, o decréscimo da população infantil e jovem é uma evidência no território. Essa descida, corroborada no período intercensitário 2001-2011, veio a acentuar-se neste último Recenseamento, correlacionando-se com o aumento nas faixas etárias seguintes, sendo efetivamente significativo o incremento do número de pessoas com 65 e mais anos de idade (CMG, 2015a, pp.32-33).

Em 2021, as percentagens dos jovens, com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, no total da população do concelho de Gondomar refletiram uma tendência de queda (-5,3%), com tradução muito

semelhante verificada à escala regional. Repare-se que a proporção desta população residente era, em 2011, de 10,8% e, em 2021, de 11,2%. No interior da AMP, o destaque positivo vai mesmo para os concelhos de Paredes, Trofa e Póvoa de Varzim que, entre 2011 e 2021, exibiam as proporções mais elevadas de jovens (cf. Quadro 13).

Internamente, a freguesia de Baguim do Monte e a UF de Melres e Medas detinham, em 2021, as proporções mais elevadas de população deste grupo etário.

Contudo, é preciso ver que o cenário de quebra é ainda mais gravoso na proporção de população residente com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, conduzindo à afirmação de um generalizado “envelhecimento na base” do território. A situação piora num intervalo de uma década – veja-se que, entre 2011 e 2021, a quebra foi de 20,8% (cf. Quadro 13) –, comprovando a necessidade de políticas que visem um maior apoio e incentivo à natalidade.

Em 2021, a UF de Foz do Sousa e Covelo, a UF de Melres e Medas e a freguesia da Lomba registavam as proporções mais reduzidas de população desta faixa etária.

Quadro 13 – População residente segundo os grupos etários (e respetiva variação) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e freguesias) (2011-2021) - (%)

Territórios	Crianças e Jovens			Proporção de Crianças e Jovens (%)			Variação Crianças (2011-2021) ¹⁾	Variação Jovens (2011-2021) ¹⁾
	0 aos 14 anos 2011	0 aos 14 anos 2021	15 aos 24 anos 2011	0 aos 14 anos 2011	0 aos 14 anos 2021	15 aos 24 anos 2011		
Portugal	1572329	1331188	1147315	1088087	14,9	12,9	10,9	10,5
Região Norte	557233	440165	425876	385934	15,1	12,3	11,5	10,8
AMP	264987	217937	195609	184644	15,1	12,6	11,1	10,6
Arouca	3463	2674	2713	2286	15,5	12,6	12,1	10,8
Espinho	4043	3300	3406	3126	12,7	10,6	10,7	10,1
Gondomar	25845	20464	18756	17759	15,4	12,5	11,2	10,8
Maia	22776	18481	13831	14792	16,8	13,7	10,2	11,0
Matosinhos	25112	21634	18851	16954	14,3	12,5	10,7	9,8
O. Azeméis	9679	7679	7930	6910	14,1	11,6	11,6	10,4
Paredes	16138	11693	11168	10690	18,6	13,9	12,9	12,7
Porto	28379	26434	25017	23236	11,9	11,4	10,5	10,0
P. Varzim	10417	8527	7656	7386	16,4	13,3	12,1	11,5
S. M. Feira	22041	17166	16035	14870	15,8	12,6	11,5	10,9
Santo Tirso	9882	7345	8122	6995	13,8	10,8	11,4	10,3
S. J. Madeira	3126	2680	2514	2336	14,4	12,1	11,6	10,5
Trofa	6075	4820	4988	4315	15,6	12,5	12,8	11,2
V. Cambra	2899	2266	2515	1992	12,7	10,7	11,0	9,4
Valongo	15539	12746	10480	10313	16,6	13,5	11,2	10,9
V. Conde	12931	11116	9082	8623	16,3	13,8	11,4	10,7
V.N. Gaia	46642	38912	32545	32061	15,4	12,8	10,8	10,6
Gondomar	25845	20464	18756	17759	15,4	12,5	11,2	10,8
Freguesias e UF								
Baguim do Monte (Rio Tinto)	2235	1834	1519	1692	15,8	12,7	10,8	11,8
Lomba	216	88	182	145	14,4	6,9	12,1	11,3
Rio Tinto	7599	6382	5391	5332	15,0	12,5	10,6	10,4
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	6491	4921	4695	4254	16,4	13,0	11,9	11,3
UF de Foz do Sousa e Covelo	1023	757	886	715	13,3	10,8	11,5	10,2
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	7434	5914	5340	5011	15,3	12,5	11,0	10,6
UF de Melres e Medas	847	568	743	610	14,6	10,7	12,8	11,5

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

Nota: ¹⁾ Cálculo da variação: [(n.º em 2021 - n.º em 2011) / n.º em 2011] *100.

Relativamente ao grupo da população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos – grupo que continua a ocupar a maior fatia na distribuição populacional residente no concelho de Gondomar –, nota-se que também este tem vindo a reduzir, até de forma não menos relevante (-7,4%), contrariando o que havia sido verificado no início do século XXI (cf. Quadro 14).

Mas é sobretudo o reforço da proporção de indivíduos com 65 e mais anos, originando o fenómeno de “envelhecimento no topo”, e que veio conferir à estrutura etária portuguesa uma modificação profunda, encontrando-se intimamente interligado a variações de cariz negativo em indicadores como a fecundidade e a natalidade, que deve ser olhado com maior atenção.

No caso de Gondomar, o peso deste grupo etário tem vindo a crescer – entre 2011 e 2021 a variação de aumento foi de 39,4%, variação bem acima dos valores nacionais e regionais. No interior da AMP, os concelhos de Valongo e Trofa exibiam as variações de aumento mais expressivas (cf. Quadro 14).

Internamente, a freguesia de Baguim do Monte e a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim sofreram as variações positivas mais significativas.

O fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem, tem vindo a agravar-se nas últimas décadas, tendo sido equacionadas no anterior Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar estratégias de combate ao envelhecimento demográfico, com o contributo de um conjunto de grupos de políticas (CMG, 2015b, p.12) que, na atualidade, deverão continuar a ser reforçadas e atualizadas.

De facto, confrontando com outros indicadores percebemos melhor o agravamento do cenário na análise da pirâmide etária do território. O índice de envelhecimento¹⁸ calculado em 2021 situava-se, em Gondomar, na casa dos 175 idosos por 100 jovens, valor que subia para 182 idosos por 100 jovens, em média, em Portugal e que se assemelhava ao da Área Metropolitana do Porto (174 por 100 jovens) (cf., mais adiante, Quadro 15).

¹⁸ I.E.- Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos) (Metainformação- INE).

Quadro 14 – População residente segundo os grupos etários (e respetiva variação) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e freguesias) (2011-2021) - (%)

Territórios	Adultos e Velhos				Proportão de Adultos e Velhos (%)				Variação Adultos (2011-2021)	Variação Velhos (2011-2021)
	25 aos 64 anos		65 e + anos		25 aos 64 anos		65 e + anos			
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021		
Portugal	5832470	5500152	2010064	2423639	55,2	53,2	19,0	23,4	-5,7	20,6
Região Norte	2075134	1950231	631439	810256	56,2	54,4	17,1	22,6	-6,0	28,3
AMP	1012976	952895	285952	380752	57,6	54,9	16,3	21,9	-5,9	33,2
Arouca	12159	11155	4024	5031	54,4	52,8	18,0	23,8	-8,3	25,0
Espinho	17783	15843	6554	8774	55,9	51,0	20,6	28,3	-10,9	33,9
Gondomar	98256	90939	25170	35095	58,5	55,4	15,0	21,4	-7,4	39,4
Maia	80591	75568	18108	26136	59,6	56,0	13,4	19,4	-6,2	44,3
Matosinhos	103230	94467	28285	39502	58,8	54,7	16,1	22,9	-8,5	39,7
O. Azeméis	38960	36317	12042	15269	56,8	54,9	17,6	23,1	-6,8	26,8
Paredes	49770	48179	9778	13792	57,3	57,1	11,3	16,4	-3,2	41,1
Porto	129112	121920	55083	60210	54,3	52,6	23,2	26,0	-5,6	9,3
P. Varzim	35843	35120	9492	13222	56,5	54,7	15,0	20,6	-2,0	39,3
S. M. Feira	80610	76011	20623	28627	57,9	55,6	14,8	20,9	-5,7	38,8
Santo Tirso	41194	36701	12332	16668	57,6	54,2	17,2	24,6	-10,9	35,2
S. J. Madeira	12498	12221	3575	4906	57,6	55,2	16,5	22,2	-2,2	37,2
Trofa	22720	21732	5216	7681	58,3	56,4	13,4	19,9	-4,3	47,3
V. Cambra	12621	11017	4829	5994	55,2	51,8	21,1	28,2	-12,7	24,1
Valongo	55353	53208	12486	18405	59,0	56,2	13,3	19,4	-3,9	47,4
V. Conde	45823	44656	11697	16430	57,6	55,3	14,7	20,3	-2,5	40,5
V.N. Gaia	176453	167841	46658	65010	58,4	55,2	15,4	21,4	-4,9	39,3
Gondomar	98256	90939	25170	35095	58,5	55,4	15,0	21,4	-7,4	39,4
Freguesias e UF										
Baguim do Monte (Rio Tinto)	8400	7920	1948	2940	59,6	55,1	13,8	20,4	-5,7	50,9
Lomba	792	666	315	385	52,6	51,9	20,9	30,0	-15,9	22,2
Rio Tinto	29684	28318	8039	11051	58,5	55,4	15,9	21,6	-4,6	37,5
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	23053	21173	5347	7405	58,2	56,1	13,5	19,6	-8,2	38,5
UF de Foz do Sousa e Covelo	4471	3803	1321	1759	58,1	54,1	17,2	25,0	-14,9	33,2
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	28475	26120	7351	10377	58,6	55,1	15,1	21,9	-8,3	41,2
UF de Melres e Medas	3381	2939	849	1178	58,1	55,5	14,6	22,2	-13,1	38,8

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

Nota: ¹⁾ Cálculo da variação: [(n.º em 2021 - n.º em 2011) / n.º em 2011] * 100.

Em 2011, é de recordar que Gondomar ocupava o 8.º lugar onde o aumento foi mais acentuado, sendo que, por cada 100 jovens entre os 0 e os 14 anos de idade, existiam 99,7 pessoas com 65 ou mais anos, o que representava já um aumento de 36 pessoas face a 2001 (CMG, 2015a, p.36).

O certo é que num cenário marcado pelo genérico envelhecimento da população residente (mais acentuado nas mulheres, refletindo a sua maior longevidade), percebe-se que o concelho de Gondomar continua a observar índices de envelhecimento inferiores aos registados nos contextos regional e nacional, muito embora se tenha observado um aumento importante desde 2011 (+80,4%). Ao nível regional, Espinho e Vale de Cambra apresentavam os índices mais elevados, entrando em linha com o observado no passado, contrariamente ao concelho de Paredes, cujo índice mais reduzido se justifica devido às taxas de crescimento natural positivas e às proporções de população jovem mais significativas.

À escala inframunicipal, a freguesia da Lomba ganhava um grande destaque – em 2021, o índice de envelhecimento situava-se na casa dos 437 idosos por 100 jovens –, seguindo-se a UF de Foz do Sousa e Covelo com um índice na ordem dos 232. De resto, é de salientar a presença de um quadro de envelhecimento generalizado nas diferentes freguesias e uniões de freguesia do concelho, encontrando-se a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova e a freguesia de Baguim do Monte numa situação não tão desfavorável.

Vale a pena sublinhar igualmente, a este propósito, a presença de um índice de longevidade¹⁹ por parte do concelho situado em níveis inferiores aos verificados em Portugal e nas regiões em apreço, revelando uma estrutura etária da população com idade superior a 65 anos cada vez mais envelhecida. Contudo, globalmente Gondomar evidenciava uma evolução não tão gravosa no interior da AMP (cf. Quadro 15).

Ao nível de freguesia, e seguindo a tendência observada anteriormente, a freguesia da Lomba e a UF de Foz do Sousa e Covelo eram aquelas que, em 2021, exibiam os índices de longevidade mais elevados.

¹⁹ I.L. - Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 65 ou mais anos) (Metainformação- INE).

Quadro 15 – Índices de envelhecimento, dependência e longevidade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e freguesias) (2011-2021) – (%)

Territórios	Índice de Envelhecimento		Índice de Dep. de Idosos	Índice de Dep. de Jovens		Índice de Dep. Total	Índice de Longevidade
	2011	2021	2021	2011	2021	2021	2021
Portugal	127,8	182,1	36,8	22,5	20,2	57,0	48,7
Região Norte	113,3	184,1	34,7	22,3	18,8	53,5	46,5
AMP	107,9	174,7	33,5	21,9	19,2	52,6	45,3
Arouca	116,2	188,2	37,4	23,3	19,9	57,3	47,6
Espinho	162,1	265,9	46,3	19,1	17,4	63,7	48,2
Gondomar	97,4	171,5	32,3	22,1	18,8	51,1	43,6
Maia	79,5	141,4	28,9	24,1	20,5	49,4	49,4
Matosinhos	112,6	182,6	35,5	20,6	19,4	54,9	54,9
O. Azeméis	124,4	198,8	35,3	20,6	17,8	53,1	53,1
Paredes	60,6	118,0	23,4	26,5	19,9	43,3	43,3
Porto	194,1	227,8	41,5	18,4	18,2	59,7	59,7
P. Varzim	91,1	155,1	31,1	24,0	20,1	51,2	51,2
S. M. Feira	93,6	166,8	31,5	22,8	18,9	50,4	50,4
Santo Tirso	124,8	226,9	38,2	20,0	16,8	55,0	55,0
S. J. Madeira	114,4	183,1	33,7	20,8	18,4	52,1	52,1
Trofa	85,9	159,4	29,5	21,9	18,5	48,0	48,0
V. Cambra	166,6	264,5	46,1	19,2	17,4	63,5	63,5
Valongo	80,4	144,4	29,0	23,6	20,1	49,0	49,0
V. Conde	90,5	147,8	30,8	23,6	20,9	51,7	51,7
V.N. Gaia	100,0	167,1	32,5	22,3	19,5	52,0	52,0
Gondomar	97,4	171,5	32,3	22,1	18,8	51,1	43,6
Freguesias e UF							
Baguim do Monte (Rio Tinto)	87,2	160,3	30,6	22,5	19,1	49,7	42,6
Lomba	145,8	437,5	47,5	22,2	10,9	58,3	57,7
Rio Tinto	105,8	173,2	32,8	21,7	19,0	51,8	44,4
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	82,4	150,5	29,1	23,4	19,4	48,5	41,7
UF de Foz do Sousa e Covelo	129,1	232,4	38,9	19,1	16,8	55,7	45,6
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	98,9	175,5	33,3	22,0	19,0	52,3	43,4
UF de Melres e Medas	100,2	207,4	33,2	20,5	16,0	49,2	44,2

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

Apesar do concelho de Gondomar revelar um índice de dependência da população (dependência total)²⁰ em processo de agravamento, em 2021 este ainda se encontrava em patamares menos desfavoráveis aos patamares registados à escala regional e nacional. Aliás, o concelho estava entre os concelhos da AMP com os índices mais reduzidos – 51,1% no último Recenseamento, o que significa que por cada 100 pessoas em idade ativa existiam 51 que eram dependentes. Por comparação, os concelhos de Espinho e Vale de Cambra voltavam a exibir os índices mais preocupantes.

²⁰ I.D.T.: Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos) (Metainformação- INE).

A tendência registada neste último índice tem tido, por sua vez, tradução na própria evolução dos índices de dependência de jovens²¹ e de idosos²² já que, ligeiramente distante dos valores registados à escala nacional, Gondomar continuava a revelar uma posição intermédia no conjunto dos municípios constitutivos da AMP (cf. novamente Quadro 15).

Em 2021, o índice de dependência de jovens era 18,8%, valor esse inferior ao verificado em 2011, o que reflete a contração do peso da população mais jovem no território. Já o índice de dependência de idosos era, no último Recenseamento, 32,3%.

Internamente, em 2021, a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova exibia o índice de dependência de jovens mais elevado (situação já observada em 2011) e, por correlação, o índice de dependência de idosos mais baixo. Já a freguesia da Lomba apresentava, em igual período, o índice de dependência de jovens mais baixo e, analogamente, o índice de dependência de idosos mais elevado.

Apesar de, no interior da região, os valores percentuais relativos à população idosa colocarem o concelho de Gondomar numa posição relativamente mais favorável a outros contextos territoriais, tal não invalida a necessidade de o Município estar atento às fragilidades advindas do acréscimo do número de idosos, associadas, entre outros processos conhecidos, ao aumento do número de pensionistas no total da população e aos maiores encargos com assistência e apoios sociais.

No âmbito das respostas/serviços já implementados no concelho, importa dar destaque a dois programas, cujos parceiros do CLAS`G estão envolvidos quer como beneficiários quer como entidades parceiras, e que trabalham diretamente com a área do envelhecimento e as suas consequências no território: a “Operação Aproxima - Rede de Proteção e Apoio à População Sénior” e a Operação “Núcleos de Envelhecimento Ativo”.

A **“Operação Aproxima - Rede de Proteção e Apoio à População Sénior”** tem como objetivo global promover a inclusão social e a diminuição do isolamento social junto desta franja da população, operacionalizada através de uma resposta de teleassistência com ativação de um serviço diferenciado e de respostas personalizadas e humanizadas face às necessidades detetadas localmente.

Sendo um serviço prestado por profissionais 24 horas por dia, sete dias por semana, tem capacidade de resposta dentro e fora de casa, aumentando o sentimento de segurança e a garantia de assistência e despacho de meios de socorro em situação de emergência, prolongando-se, desta forma, a estadia dos idosos nos seus domicílios e evitando-se a institucionalização involuntária.

A par do serviço de teleassistência, a Operação Aproxima disponibiliza ainda uma linha de apoio emocional – o serviço “Voz Amiga”, bem como o acompanhamento, por parte de voluntários, em atividades lúdicas complementares identificadas pelos aderentes como relevantes no combate à solidão. Através deste

²¹ I.D.J.- Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

²² I.D.I.- Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos) (Metainformação- INE).

serviço podem também ser assegurados contactos diários ou semanais para minimizar a solidão e insegurança ou para a ativação de algum tipo de serviço de alerta para atividades essenciais do quotidiano.

Numa lógica de inovação e incentivo à participação das comunidades na gestão e planeamento do seu território, favorecendo a participação e criação de sinergias na procura de soluções de problemas sociais identificados, os **“Núcleos de Envelhecimento Ativo”** constituem-se como um espaço conjunto de reflexão e partilha de ações e estratégias de envelhecimento, promotor da dinâmica local participativa e de definição de prioridades comunitárias. Operacionalizam-se através do desenvolvimento de 7 Núcleos de Envelhecimento Ativo, em complementaridade com o Programa Idade D’Ouro do Município de Gondomar, de forma descentralizada e de acordo com a organização territorial da Rede Social do Município. Destinado a todas as pessoas residentes e recenseadas no concelho de Gondomar com idade igual ou superior a 60 anos, o **Programa Idade D’Ouro** foi criado face à necessidade de se dinamizar e delinear, localmente, estratégias de promoção de qualidade de vida junto da população sénior, fomentando o seu desenvolvimento pessoal e social, mediante a dinamização de atividades diversas, potenciando-se a ocupação dos tempos livres, o convívio e o lazer das pessoas através da experiência de vida atingida por parte desta franja etária²³.

O certo é que a própria auscultação realizada quer aos agentes de natureza e/ou com responsabilidades técnicas no processo de desenvolvimento social local²⁴, quer aos agentes representantes das instituições cívicas e comunitárias locais permitiu aferir um conjunto de necessidades a colmatar no Eixo “Envelhecimento e Rede de Apoio” que passam, em grande medida, pela consolidação e requalificação da rede de equipamentos e serviços existentes (infraestruturas e pessoal especializado) em articulação com a comunidade (e.g. rede familiar e de vizinhança), atendendo à relevância do número de idosos dependentes sem retaguarda e às fragilidades encontradas na sinalização desta população para prestação de apoio, bem como à escassez de respostas sociais (ERPI, SAD, etc.) no território.

Ao mesmo tempo, tornou-se perceptível o interesse em alterar os moldes de prestação dos serviços direcionados a este grupo em específico, através da potenciação de novas respostas adequadas à sua problemática biopsicossocial, cada vez mais revestida de grande complexidade. Na reflexão acerca do futuro da base demográfica do tecido social e económico municipal deverá ser tida em conta a procura na minimização, por um lado, das situações de isolamento, abandono e solidão dos idosos, com todas as consequências sociais, físicas, psicológicas que estes processos acarretam e, por outro, de aspetos de desigualdade que possam vivenciar e a maior vulnerabilidade social a que possam estar eventualmente sujeitos, numa lógica de combate e atenuação dos fenómenos de pobreza e de marginalidade locais, mas também de promoção do envolvimento comunitário.

²³ Sobre este Programa, consultar o suponto 5.8.2. do 5.8 «Equipamentos, Respostas Sociais e Grupos Sociais Vulneráveis».

²⁴ Consultar, a este respeito, o Capítulo 3 «Desenho Metodológico do Diagnóstico Social (2024) e do Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar (2025-2030)» e o Capítulo 7 «Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar (2025-2030)».

5.2. Educação

5.2.1. Educação/Escolaridade

Neste capítulo pretende-se elaborar um breve retrato em relação aos padrões globais de escolarização do conjunto da população do concelho de Gondomar, atendendo às alterações verificadas ao longo das últimas décadas no território, sem descurar a análise dos indicadores relativos ao sistema de ensino local.

5.2.1.1. População residente segundo o nível de escolaridade completo mais elevado

Numa linha de progressivo reforço das taxas de escolarização e dos níveis de certificação e qualificação no nosso país, muito à custa das mudanças do regime de escolaridade obrigatória, com reflexos (mais recentes) na expansão marcante e continuada do nível de ensino secundário e uma crescente abrangência da escola junto da população em geral²⁵, o concelho de Gondomar tem visto aumentar, desde 2011, globalmente o acesso aos diferentes níveis de instrução/escolaridade.

Uma análise mais fina da informação disponível relativamente à instrução da população residente com mais de 15 anos, segundo o nível de escolaridade completo mais elevado (cf. Quadro 16), permite, conquanto, tirar certas ilações.

Em primeiro lugar, os níveis de escolaridade do 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário têm vindo a ocupar, no concelho de Gondomar uma expressão muito significativa, ultrapassando os valores da região da AMP. Em 2021, o concelho detinha, à escala regional, as proporções mais elevadas de população residente com estes níveis de escolaridade – respetivamente, 19,0% e 25,1%. No que toca ao Ensino Médio, também o território se encontrava numa posição bastante favorável (1,3%).

À escala regional, a acompanhar estas tendências nestes patamares de instrução, encontravam-se, juntamente com Gondomar, os concelhos de Valongo, Trofa e Maia.

A este propósito, é de destacar ainda, no concelho, diferenças nos universos masculino e feminino já a proporção de homens com níveis de escolaridade de cariz secundário tem sido mais relevante (cf. Quadro 17).

Em segundo lugar, nota-se o recuo generalizado dos índices de destituição escolar desde 2011, sendo que Gondomar tem assumido, em comparação com o contexto nacional e regional, uma posição ligeiramente mais vantajosa. Em 2011, a proporção de população residente com 15 e mais anos sem nenhum nível de ensino (incluindo, neste caso, as situações de analfabetismo literal e perilliteral²⁶) era de 7,8% e, uma década depois, de 4,2% (cf. também Quadro 18).

²⁵ A aceleração dos níveis de instrução mais elevados tornou-se mais visível com as mudanças introduzidas pelo novo regime de escolaridade obrigatória ao 12.º ano (Lei n.º 85/2009, 27 de agosto).

²⁶ O analfabetismo literal diz respeito a todas as situações em que os indivíduos, não obstante terem adquirido os saberes culturais herdados da tradição e da experiência, não frequentaram o sistema de ensino. O analfabetismo perilliteral cobre os casos em que os sujeitos não completaram o sistema de Ensino Básico (1.º ciclo), revelando, por isso, maior incapacidade para dominar as competências e os meios necessários à inserção profissional, à vida social e familiar (Candeias, 2009).

No conjunto da região da AMP, e não obstante o movimento de quebra, verifica-se que os concelhos de Arouca, Vale de Cambra e Espinho permaneceram ao longo do período em análise com as posições mais desfavoráveis, exibindo as proporções mais significativas.

A análise da sua distribuição segundo o sexo permite asseverar também diferenciais de evolução já que continuam a ser as mulheres as mais afetadas pelo analfabetismo literal e periliteral, o que explica, de alguma forma, a maior vantagem masculina neste nível de instrução/escolaridade (cf. Quadros 17 e 18).

Quanto aos patamares de instrução elementares (1.º ciclo do Ensino Básico), verifica-se que a proporção de população com este nível de escolaridade completo mais elevado no concelho era, em 2021, ainda muito significativa (23,2%), denotando ainda certas fragilidades da população do território no processo de elevação das qualificações/títulos escolares. De resto, é de frisar que Gondomar, sendo acompanhado de muito perto por concelhos como Póvoa de Varzim, Valongo e São João da Madeira, encontrava-se, por comparação, no último recenseamento entre os municípios da AMP com as proporções mais reduzidas.

De forma idêntica ao registo anterior, também os homens apresentavam maior vantagem neste nível de instrução/escolaridade, apesar da distância em relação às mulheres ser, neste caso, mais reduzida (cf. Quadro 17).

Por fim, e tendo em linha de conta as proporções de habitantes que atingiram os níveis de escolaridade superior, valerá a pena referir que o concelho de Gondomar tem prosseguido com uma posição menos privilegiada. Não obstante este facto, importa salientar as melhorias registadas face a 2011, tendência que deixa traduzir o prolongamento e a maior valorização da escolarização na sociedade portuguesa.

O certo é que ocupando uma posição intermédia no conjunto dos concelhos que compõem a AMP, Gondomar revelava, em 2021, um ritmo de convergência no acesso aos patamares superiores não tão expressivo como o país e as regiões em análise, facto esse atestado no anterior Diagnóstico Social²⁷. Essa diferença era bem visível face a concelhos como Porto, Maia, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, territórios mais bem posicionados no que toca à população com este nível de instrução/escolaridade.

Ao mesmo tempo, observa-se uma maior vantagem do universo feminino neste grau de escolaridade, confirmando a reconhecida “vantagem escolar feminina” nos patamares superiores de instrução e as assimetrias entre os sexos feminino e masculino em matéria de construção escolar (cf. Quadro 17).

5.2.1.2. Analfabetismo

Uma nota complementar pode ser dada relativa à evolução do analfabetismo no território (cf. Quadro 18). Em matéria de destituição escolar, e tendo por referência os dados das últimas duas décadas, importa ter presente que a taxa de analfabetismo em Gondomar, encontrando-se sistematicamente abaixo das taxas verificadas no país e nas regiões em análise, sofreu uma redução de pouco mais de um ponto percentual, situando-se nos 3,3%, em 2011, e nos 2,0%, em 2021.

²⁷ Para uma análise comparativa, consultar o respetivo documento no ponto «Educação e Formação» (CMG, 2015a, p.143).

Percebe-se que a diminuição da tendência de privação cultural extrema²⁸ no concelho parece ser uma evidência, muito embora se reconheça que Gondomar esteja inserido num contexto, à partida, mais favorecido no que toca a oportunidades de contacto com a escrita e de acesso à cultura letrada e qualificada no interior da AMP – repare-se que, em 2021, o concelho estava na 6.ª posição no grupo de concelhos com taxas mais reduzidas, como são os casos de (por ordem decrescente) Vila Nova de Gaia, Valongo, Porto, São João da Madeira e Maia.

Essa quebra já se fazia sentir desde 1991, sendo que, em 2001, a taxa de analfabetismo no concelho havia diminuído cerca de 1%, tendo sido possível, com a implicação de diversos intervenientes locais, reduzir cerca de 2% para 2011 (5,46% em 2001 para 3,27% em 2011) (CMG, 2015a, p. 145).

Por outro lado, é importante ter em linha de conta que, apesar do ritmo de redução ter sido, entretanto na última década, mais intenso no universo feminino (-1,8%) do que no masculino (-0,6%), tal não invalida que as mulheres continuem a ser mais penalizadas neste indicador. Veja-se a diferença existente entre eles em 2021 (M: 1,3%; F: 2,7%). Para além de uma parte da população feminina, sobretudo a mais velha, ter sido arredada da (relativa) abrangência da escola no passado, este diferencial pode em parte ser explicado pelo maior peso relativo da população idosa entre a população feminina.

À escala inframunicipal, há que ver que, sendo contextos territorialmente mais afetados pelo envelhecimento da sua população, a freguesia da Lomba e a UF de Melres e Medas eram aquelas que, em 2021, exibiam taxas de analfabetismo mais elevadas (respetivamente, 13,3% e 11,5%), confirmando as tendências traçadas desde 2011 (ver o subponto 5.1.2.1. do Capítulo 5.1. «Demografia e Famílias»). Por seu turno, as freguesias de Baguim do Monte e Rio Tinto apresentavam as taxas mais reduzidas (cf. Quadro 18).

²⁸ A privação cultural ou sociocultural abrange toda a situação em que, por razões de ordem social, política e cultural, a pessoa não sabe ler ou escrever ou que, sabendo ler e escrever, não possui qualquer grau académico, ficando, por isso, excluída da participação- ou diminuída nos seus direitos- em múltiplas atividades económico-sociais. Nestes casos, ocorrem maiores obstáculos no acesso às instituições educativas existentes (Pinto & Queirós, 2010).

Quadro 16 – População residente com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade completo mais elevado em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) - (%)

Territórios	Nenhum		Ensino Básico -1º ciclo		Ensino Básico -2º ciclo		Ensino Básico -3º ciclo		Ensino Secundário		Ensino Médio		Ensino Superior	
	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021
Portugal	10,4	5,9	27,2	22,3	12,8	9,6	19,1	17,8	15,7	23,5	1,0	1,2	13,8	19,8
Região Norte	10,3	5,7	29,7	25,1	14,8	11,3	18,5	17,2	14	21,9	0,8	1,0	12,0	17,8
Área Metropolitana do Porto	7,9	4,4	28,3	22,7	14,1	10,5	18,9	17,4	15,2	22,8	1,0	1,1	14,6	21,0
Arouca	13,4	7,4	33,2	29,5	18,2	14,9	16,5	17,3	10,3	18,3	1,0	1,1	7,4	11,4
Espinho	9,8	6,2	30,8	25,5	12,7	10,0	17,8	16,6	13,9	21,3	0,6	0,6	14,3	19,8
Gondomar	7,8	4,2	28,8	23,2	14,4	10,6	20,4	19,0	16,4	25,1	1,0	1,3	11,1	16,6
Maia	5,9	3,4	24,5	19,0	11,5	8,5	19,6	17,2	18,1	25	1,3	1,4	19,1	25,5
Matosinhos	7,4	4,1	26,8	21,7	12,1	8,7	18,2	16,3	16,4	23,3	1,1	1,1	18,0	24,7
Oliveira de Azeméis	9,2	4,8	32,0	26,9	18,0	14,6	19,3	18,5	12,5	21,1	0,9	1,1	8,1	13,0
Paredes	9,6	5,1	32,9	26,4	19,2	14,4	19,0	18,7	11,6	22,2	0,7	1,0	7,0	12,1
Porto	6,6	3,8	24,2	17,4	10,2	7,1	17,0	14,8	15,7	20,9	0,9	0,8	25,3	35,3
Póvoa de Varzim	8,2	4,6	28,4	23,0	17,7	13,2	18,8	17,9	14	22,6	0,8	0,9	12,0	17,7
Santa Maria da Feira	9,2	5,1	30,6	25,6	16,9	13,0	18,7	17,9	13,3	21,7	0,8	1,1	10,4	15,7
Santo Tirso	9,6	4,8	34,7	30,1	15,8	12,7	17,9	16,8	12,3	20,2	0,8	1,0	8,9	14,3
São João da Madeira	6,9	4,3	27,4	22,5	14,5	11,4	20,4	18,1	16,3	23,5	1,1	1,2	13,4	19,1
Trofa	8,0	4,7	31,0	25,6	16,5	12,6	20,2	18,8	14,3	22,7	1,1	1,4	8,9	14,2
Vale de Cambra	12,3	6,5	32,5	29,5	15,4	13,1	16,8	15,7	12,5	19,3	1,0	1,3	9,5	14,6
Valongo	7,1	3,9	28,1	22,6	15,1	10,7	20,1	18,9	16,6	25	1,1	1,4	12,0	17,6
Vila do Conde	8,2	4,5	30,2	24,1	16,7	12,5	18,8	18,1	13,6	22,1	0,9	1,1	11,6	17,6
Vila Nova de Gaia	7,4	4,2	27,7	22,0	13,3	9,6	19,5	17,6	16,2	23,9	1,1	1,2	14,8	21,4

Fontes: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021. PORDATA.

Notas: ⁽¹⁾ Quebra de série.

Quadro 17 – População residente com 15 e mais anos segundo o nível de escolaridade completo mais elevado e o sexo em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) - (%)

Territórios	Nenhum				Ensino Básico - 1.º ciclo				Ensino Básico - 2.º ciclo				Ensino Básico - 3.º ciclo				Ensino Secundário				Ensino Médio				Ensino Superior			
	2011 ⁽¹⁾ H ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾ M ⁽³⁾	2021 H ⁽²⁾	2021 M ⁽³⁾	2011 ⁽¹⁾ H ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾ M ⁽³⁾	2021 H ⁽²⁾	2021 M ⁽³⁾	2011 ⁽¹⁾ H ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾ M ⁽³⁾	2021 H ⁽²⁾	2021 M ⁽³⁾	2011 ⁽¹⁾ H ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾ M ⁽³⁾	2021 H ⁽²⁾	2021 M ⁽³⁾	2011 ⁽¹⁾ H ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾ M ⁽³⁾	2021 H ⁽²⁾	2021 M ⁽³⁾	2011 ⁽¹⁾ H ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾ M ⁽³⁾	2021 H ⁽²⁾	2021 M ⁽³⁾	2011 ⁽¹⁾ H ⁽²⁾	2011 ⁽¹⁾ M ⁽³⁾	2021 H ⁽²⁾	2021 M ⁽³⁾
Portugal	7,6	12,9	4,3	7,2	27,5	26,9	21,4	23,1	15,1	10,8	11,3	8,1	21,2	17,2	20,2	15,7	16,0	15,5	24,6	22,5	1,1	0,8	1,4	0,9	11,6	15,9	16,8	22,4
Região N.	7,3	12,9	4,0	7,1	30,2	29,2	24,3	25,8	17,2	12,6	13,1	9,7	20,3	16,8	19,3	15,3	14,2	13,8	23,0	21,0	1,0	0,7	1,3	0,8	9,8	13,9	14,9	20,3
AMP	5,4	10,0	3,0	5,5	27,9	28,8	21,3	24,0	16,5	12,1	12,2	9,1	20,8	17,1	19,5	15,5	15,8	14,6	24,3	21,6	1,1	0,8	1,4	0,9	12,5	16,6	18,3	23,4
Arouca	9,9	16,7	4,8	9,8	35,4	31,1	30,3	28,7	20,9	15,7	17,1	12,9	17,5	15,7	19,6	15,2	9,7	10,8	18,0	18,5	1,1	0,9	1,4	0,9	5,5	9,1	8,8	13,9
Espinho	6,8	12,4	4,4	7,7	30,8	30,8	24,1	26,7	14,5	11,1	11,4	8,8	20,0	16,0	18,9	14,6	15,0	13,0	23,5	19,4	0,8	0,5	0,8	0,5	12,1	16,2	17,0	22,3
Gondomar	5,5	10,0	2,9	5,3	28,3	29,3	21,6	24,7	16,9	12,1	12,3	9,0	22,7	18,4	21,6	16,7	16,7	16,1	26,3	24,0	1,2	0,9	1,7	1,0	8,7	13,3	13,6	19,3
Maia	4,1	7,5	2,4	4,4	23,3	25,6	17,3	20,6	13,3	9,8	9,7	7,4	22,0	17,4	19,5	15,2	19,5	16,9	27,0	23,2	1,4	1,1	1,7	1,0	16,3	21,7	22,4	28,3
Matosinhos	4,9	9,7	2,8	5,3	25,7	27,7	19,6	23,6	14,3	10,2	10,2	7,5	20,7	16,1	18,7	14,3	17,4	15,4	25,4	21,5	1,3	0,9	1,4	0,8	15,7	20,0	21,9	27,1
O. Azeméis	6,0	12,2	3,3	6,2	32,4	31,6	25,7	28,0	20,1	16,1	16,2	13,2	21,8	16,9	21,1	16,0	12,4	12,6	21,7	20,6	1,1	0,6	1,6	0,7	6,3	9,9	10,5	15,2
Paredes	7,6	11,4	3,8	6,4	34,5	31,3	26,5	26,3	22,1	16,5	17,0	12,1	19,3	18,8	20,1	17,4	10,6	12,6	21,9	22,3	0,8	0,6	1,3	0,8	5,1	8,8	9,3	14,7
Porto	4,0	8,7	2,5	4,9	21,8	26,2	14,6	19,7	11,9	8,8	8,0	6,3	19,0	15,4	16,4	13,5	17,6	14,2	23,3	18,9	1,2	0,7	1,1	0,6	24,5	26,0	34,1	36,2
P. Varzim	5,6	10,5	3,0	6,1	28,0	28,8	21,7	24,1	20,2	15,6	14,6	12,0	20,7	17,2	20,4	15,7	14,7	13,4	24,1	21,3	0,9	0,7	1,2	0,7	9,9	13,8	15,0	20,1
S. M. Feira	6,5	11,7	3,6	6,5	31,5	29,8	25,2	25,9	19,5	14,6	14,8	11,2	20,3	17,3	20,0	15,9	13,2	13,4	22,4	21,1	0,9	0,7	1,4	0,9	8,0	12,6	12,6	18,6
S. Tirso	6,8	12,1	3,3	6,2	34,8	34,5	29	31,1	17,9	13,9	14,2	11,3	20,1	15,9	19,0	14,8	12,5	12,1	21,2	19,4	0,8	0,8	1,3	0,7	6,9	10,7	11,9	16,6
S. J. Madeira	4,6	8,9	2,9	5,4	26,7	28,0	20,6	24,1	16,3	12,9	12,9	10,1	23,5	17,7	21,2	15,4	16,9	15,9	25,1	22,1	1,5	0,8	1,5	1,0	10,5	15,8	15,8	21,9
Trofa	5,6	10,2	3,4	5,8	30,6	31,4	24,3	26,9	18,8	14,4	14,3	11,0	22,5	18,1	21,1	16,8	14,2	14,4	23,6	21,8	1,3	0,9	1,7	1,1	7,0	10,6	11,6	16,6
V. Cembra	7,5	16,8	3,9	8,9	34,1	31,1	28,7	30,3	17,2	13,8	14,7	11,6	19,4	14,4	17,8	13,8	12,9	12,2	20,8	17,9	1,2	0,7	2,0	0,7	7,8	11,0	12,1	16,8
Valongo	5,1	8,9	2,8	4,9	27,5	28,5	21,1	23,9	18,0	12,6	12,7	9,0	21,9	18,5	20,8	17,2	16,9	16,3	26,5	23,6	1,3	0,9	1,7	1,1	9,4	14,3	14,4	20,4
V. Conde	6,0	10,3	3,4	5,4	29,6	30,7	22,4	25,6	19,8	13,8	14,8	10,5	20,2	17,4	20,2	16,2	13,8	13,5	22,9	21,4	1,0	0,8	1,4	0,8	9,5	13,5	14,9	20,1
V.N. Gaia	5,1	9,4	3,0	5,3	27,2	28,2	20,6	23,2	15,6	11,2	11,3	8,2	21,3	17,8	19,7	15,8	17,0	15,5	25,4	22,6	1,2	1,0	1,4	1,0	12,6	16,9	18,6	23,8

Fontes: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021. PORDATA

Notas: ⁽¹⁾ Quebra de série; ⁽²⁾ Cálculo efetuado o universo total de homens; ⁽³⁾ Cálculo efetuado o universo total de mulheres.

Quadro 18 – Taxa de analfabetismo (segundo o sexo) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) - (%)

Territórios	2011			2021			Variação 2011-2021		
	T	H ⁽¹⁾	M ⁽²⁾	T	H ⁽¹⁾	M ⁽²⁾	T	H ⁽¹⁾	M ⁽²⁾
Portugal	5,2	3,5	6,8	3,1	2,1	4,0	-2,1	-1,4	-2,8
Região Norte	5,0	3,2	6,6	3,0	2,0	3,9	-2,0	-1,2	-2,7
Área Metropolitana do Porto	3,4	2,0	4,7	2,1	1,4	2,8	-1,3	-0,7	-1,9
Arouca	7,3	4,6	9,8	4,2	2,6	5,7	-3,1	-2,1	-4,1
Espinho	4,7	2,7	6,4	3,1	2,0	4,0	-1,6	-0,7	-2,4
Gondomar	3,3	1,9	4,6	2,0	1,3	2,7	-1,2	-0,6	-1,8
Maia	2,5	1,5	3,4	1,6	1,0	2,1	-0,9	-0,5	-1,3
Matosinhos	3,2	1,7	4,5	2,1	1,2	2,8	-1,1	-0,5	-1,7
Oliveira de Azeméis	4,1	2,5	5,6	2,4	1,6	3,3	-1,6	-0,9	-2,3
Paredes	4,2	3,2	5,1	2,6	2,0	3,2	-1,6	-1,2	-1,9
Porto	2,8	1,3	4,1	1,9	1,1	2,5	-1,0	-0,3	-1,6
Póvoa de Varzim	3,6	2,1	5,0	2,2	1,3	3,0	-1,5	-0,8	-2,1
Santa Maria da Feira	4,0	2,5	5,3	2,4	1,6	3,2	-1,5	-0,9	-2,1
Santo Tirso	4,3	2,8	5,6	2,6	1,7	3,3	-1,7	-1,1	-2,4
São João da Madeira	2,9	1,7	4,0	1,8	1,1	2,4	-1,1	-0,6	-1,6
Trofa	3,5	2,2	4,7	2,2	1,4	2,9	-1,3	-0,8	-1,8
Vale de Cambra	6,3	3,2	9,1	3,4	1,8	4,9	-2,8	-1,5	-4,1
Valongo	2,8	1,7	3,8	1,9	1,2	2,5	-0,9	-0,5	-1,3
Vila do Conde	3,8	2,5	4,9	2,3	1,7	2,9	-1,5	-0,8	-2,1
Vila Nova de Gaia	3,2	1,8	4,4	2,0	1,3	2,6	-1,2	-0,5	-1,8
Gondomar	3,3	1,9	4,6	2,0	1,3	2,7	-1,2	-0,6	-1,8
Freguesias e UF									
Baguim do Monte (Rio Tinto)	2,9	1,7	4,0	1,7	1,0	2,3	-1,2	-0,7	-1,7
Lomba	6,5	2,8	10,0	3,5	2,9	4,0	-3,0	0,1	-6,0
Rio Tinto	2,5	1,3	3,5	1,6	1,0	2,1	-0,9	-0,3	-1,4
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	4,1	2,3	5,7	2,6	1,6	3,5	-1,5	-0,7	-2,2
UF de Foz do Sousa e Covelo	4,0	2,3	5,6	2,4	1,6	3,2	-1,6	-0,7	-2,4
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	3,2	1,9	4,4	2,0	1,2	2,7	-1,2	-0,7	-1,7
UF de Melres e Medas	4,6	3,1	6,1	2,8	2,0	3,7	-1,7	-1,1	-2,4

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

Notas: ⁽¹⁾ Cálculo efetuado o universo total de homens; ⁽²⁾ Cálculo efetuado o universo total de mulheres.

5.2.2. Abandono e Retração Escolar

5.2.2.1. Retenção e Desistência

Muito embora seja de registar, ao nível geral, melhorias no que toca ao acesso à instrução por parte da população portuguesa a partir das últimas décadas do século XX, decorrentes do prolongamento e da maior valorização da escolarização, será importante dar atenção aos focos de resistência e/ou abandono presentes no sistema de ensino regional e local, mensuráveis através da evolução das taxas de retenção e de desistência²⁹ nos vários níveis de ensino. Estes indicadores refletem-se, na verdade, em dificuldades e/ou obstáculos vivenciados pela população que se encontra a estudar e que, por sua vez, poderão trazer impactos em matéria de exclusão social e no próprio acesso à aprendizagem ao longo da vida.

Assim, estas taxas cobrem os casos em que os alunos se encontram numa situação de retenção, situação que deriva do aproveitamento sem êxito do/a aluno/a pelo não cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência no ano de escolaridade seguinte àquele em que se encontra, ou numa situação de desistência que decorre do abandono temporário do/a aluno/a da frequência das atividades letivas no decurso de um ano letivo. De notar que a situação de desistência inclui os cenários de abandono, anulação da matrícula e exclusão por excesso de faltas³⁰.

Tendo por base a informação disponível³¹, é possível constatar que, em Gondomar, a taxa de retenção e de desistência do Ensino Básico (cf. Quadro 19) sofreu, globalmente, um importante recuo (-5,1%) entrando em linha com o sucedido no país e nas regiões em apreço. No ano letivo de 2014/2015, esta situava-se nos 7,6% e, no ano letivo 2022/2023, nos 2,5%.

É necessário, porém, ter presente que o território se encontrava entre os concelhos da AMP com as taxas mais elevadas, afastando-se, por exemplo, de concelhos como o de São João da Madeira – território que, de forma sistemática, foi revelando as taxas mais reduzidas nos vários níveis de ensino.

No período de análise, as taxas de retenção e de desistência do 3.º e 2.º ciclos foram aquelas que sentiram a maior redução – respetivamente, -8,5% e -6,0% – face à do 1.º ciclo (-1,6%), podendo indiciar a implementação de ações locais no investimento no apoio/acompanhamento do percurso educativo dos alunos (e consequente combate ao distanciamento face ao contexto escolar). Ainda assim, por comparação, nota-se que o território tem revelado taxas elevadas no interior da área metropolitana.

Por outro lado, sendo certo que a taxa de retenção e de desistência do Ensino Básico (1.º ciclo), não tendo tanta expressividade como a verificada nos restantes ciclos, era reduzida em 2022/2023, também é de sublinhar esta era a mais elevada no interior dos concelhos que compõem a AMP.

²⁹ A taxa de retenção e desistência é calculada através da seguinte fórmula (Alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade $x+1$ / Alunos matriculados no ano x) *100 (Metainformação- INE).

³⁰ Informação disponível em: [DGEEC- https://www.dgeec.mec.pt/np4/248/](https://www.dgeec.mec.pt/np4/248/)

³¹ Foram considerados, para a análise, os anos letivos 2014/2015 e 2022/2023.

Quadro 19 – Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico, por ciclo de ensino, em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (%)

Territórios	Ensino Básico - Total		1.º ciclo		2.º ciclo		3.º ciclo	
	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23
Portugal	7,9	3,8	4,1	1,9	8,6	3,6	12,3	6,2
Região Norte	6,7	2,1	3,1	0,9	6,4	1,8	10,9	3,5
Área Metropolitana do Porto	7,3	2,5	3,2	1,1	7,6	2,4	11,9	4,2
Arouca	6,2	1,8	2,7	0,4	6,7	0,5	9,8	4,0
Espinho	7,0	2,8	4,5	1,0	8,7	1,2	8,5	5,4
Gondomar	7,6	2,5	3,4	1,8	8,0	2,0	12,2	3,7
Maia	6,0	1,9	2,2	0,3	6,6	1,7	10,3	3,7
Matosinhos	9,4	2,3	3,1	0,8	10,4	1,9	16,4	4,5
Oliveira de Azeméis	6,6	1,1	2,6	0,6	6,6	0,6	11,1	2,0
Paredes	9,3	1,3	4,1	0,6	8,1	0,3	15,9	2,7
Porto	7,3	3,6	3,4	1,4	8,5	4,6	11,0	5,5
Póvoa de Varzim	5,5	2,1	2,6	1,5	4,8	1,8	9,1	2,9
Santa Maria da Feira	6,9	1,8	2,9	1,2	5,7	1,1	11,9	3,1
Santo Tirso	5,3	1,3	2,2	0,4	4,9	2,3	8,5	1,6
São João da Madeira	2,8	0,9	1,4	0,1	1,2	1,7	5,3	1,3
Trofa	9,0	2,6	3,6	1,2	6,5	2,5	16,6	4,3
Vale de Cambra	6,9	1,7	3,6	0,7	7,5	1,7	10,3	2,7
Valongo	6,9	2,6	3,4	0,9	6,6	2,9	11,5	4,4
Vila do Conde	7,2	2,3	3,2	1,6	7,2	0,7	12,5	4,4
Vila Nova de Gaia	8,1	3,3	3,9	1,4	9,5	3,3	12,3	5,6

Fontes: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014-2023; INE.

Fica, portanto, claro a necessidade de continuar a reforçar e atualizar as estratégias quer de incentivo do sucesso educativo nos jovens, quer de combate ao insucesso e abandono/desistência escolar, na perspetiva de que este constitui um fator nuclear no rompimento da reprodução social da pobreza e dos riscos de exclusão social, tal como preconizadas no anterior Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar (CMG, 2015b, p.15 e pp.51-52).

Essas ações tornam-se mais prementes quando se vê que as taxas de retenção e de desistência têm tendência a aumentar à medida que o percurso educativo atinge níveis de escolaridade mais elevados, sendo as taxas mais elevadas referentes ao Ensino Secundário.

Não obstante este movimento, é de realçar que, em igual período, houve também um decréscimo da taxa de retenção e de desistência no Ensino Secundário (-8,1%) – de 14,7%, em 2014/2015, para 6,6% em 2022/2023 (cf. Quadro 20), reflexo não só das alterações introduzidas pelo novo regime de escolaridade obrigatória ao 12.º ano, mas também de uma ação cada vez mais concertada e continuada de estruturação e organização local da oferta e dos recursos educativos disponíveis.

Quadro 20 – Taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário, por tipo de oferta, em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (%)

Territórios	Ensino Secundário - Total		Cursos gerais/científico-humanísticos		Cursos tecnológicos/profissionais	
	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23
Portugal	16,6	9,8	18,4	9,3	13,5	10,6
Região Norte	14,0	6,3	16,0	5,9	10,9	7,1
Área Metropolitana do Porto	13,9	7,1	15,3	6,8	11,7	7,5
Arouca	17,3	4,5	20,1	3,5	12,3	6,7
Espinho	13,0	8,2	12,1	6,7	14,5	10,2
Gondomar	14,7	6,6	16,4	5,7	9,0	9,4
Maia	18,6	8,1	19,0	7,7	17,6	9,8
Matosinhos	18,3	8,5	21,2	8,7	13,2	8,3
Oliveira de Azeméis	13,3	4,6	12,1	2,0	14,6	7,7
Paredes	14,1	6,2	16,3	5,8	7,7	7,8
Porto	12,7	7,0	11,8	6,1	14,0	8,4
Póvoa de Varzim	14,7	9,2	15,7	8,6	10,6	11,6
Santa Maria da Feira	14,1	7,7	11,5	5,4	19,5	12,8
Santo Tirso	10,4	3,8	12,9	3,5	8,4	4,2
São João da Madeira	11,5	5,7	11,1	4,4	11,9	8,0
Trofa	7,3	7,3	8,3	7,7	3,2	5,1
Vale de Cambra	13,8	4,0	15,2	1,7	11,7	9,1
Valongo	16,6	7,0	19,0	6,9	9,4	7,2
Vila do Conde	17,3	6,7	23,1	5,6	7,3	8,3
Vila Nova de Gaia	12,4	7,5	17,4	10,9	8,4	4,6

Fontes: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014-2023; INE.

Um exame mais fino dos dados permite verificar a evolução positiva de Gondomar no interior da AMP – em 2022/2023, o concelho era acompanhado em termos médios por Vila do Conde e Paredes –, embora haja registo de diferenciais segundo o tipo de oferta.

De facto, entre 2014/2015 e 2022/2023, a diminuição da taxa de retenção e desistência foi claramente expressiva nos Cursos Gerais/Científico-Humanísticos (-10,7%), levando o concelho a ocupar uma posição intermédia no interior da AMP. No ano letivo 2022/2023, a taxa situava-se nos 5,7%, contra 16,4% em 2014/2015.

O mesmo não aconteceu com os Cursos Tecnológicos e Profissionais, cuja taxa sofreu um ligeiro aumento (+0,4%): no ano letivo 2014/2015, a taxa encontrava-se nos 9,0% e, em 2023/2024, nos 9,4%. Este movimento deverá ser merecedor de atenção uma vez que poderá indiciar, desde logo, dificuldades acrescidas na transição de níveis de ensino e/ou uma entrada mais precoce no sistema de emprego por parte das gerações jovens (com reflexos na não conclusão da escolaridade obrigatória).

Neste ponto, importa não perder de vista estratégias como as de prioridade à diversificação das vias de ensino, nomeadamente através do reforço das vias vocacionais e profissionalizantes, com um forte pendor da formação em contexto de trabalho, bem como a aposta na orientação vocacional e profissional dos jovens para ofertas ajustadas ao seu perfil e ao mercado de trabalho previstos na dimensão da qualidade e inovação do sistema de educação e formação (CMG, 2015b, p.18).

5.2.3. Rede Escolar Concelhia

5.2.3.1. Estabelecimentos de ensino, número de alunos e docentes

Uma análise da rede escolar concelhia sobre o número de estabelecimentos existentes nos ensinos pré-escolar, básico e secundário por nível de ensino, tomando como referência o ano letivo de 2022/2023, leva-nos a constatar a diversidade de oferta na área educativa.

Quadro 21 – Estabelecimentos do ensino pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário (ensino público e privado) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2022/2023) - (N.º)

Territórios	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico -1.º ciclo		Ensino Básico -2.º ciclo		Ensino Básico -3.º ciclo		Ensino Secundário	
Portugal	3452	2279	3509	506	917	264	1122	293	589	380
R. Norte	1269	652	1199	133	307	81	377	105	199	140
AMP	514	363	502	90	126	51	162	63	85	73
Arouca	12	1	12	0	2	0	2	0	2	0
Espinho	6	4	6	1	4	1	4	2	3	3
Gondomar	47	25	42	7	9	3	13	3	5	3
Maia	35	32	35	4	7	3	8	3	6	3
Matosinhos	30	40	32	8	12	3	16	5	6	4
O. Azeméis	26	13	26	2	8	0	8	0	4	0
Paredes	27	5	15	2	7	1	9	1	8	1
Porto	41	92	47	33	20	19	27	23	19	34
P. Varzim	16	17	20	1	5	1	7	1	3	1
S.M. Feira	57	26	50	3	10	3	11	3	3	3
Santo Tirso	31	10	31	5	7	3	8	5	4	5
S.J. Madeira	10	5	9	2	3	1	4	1	4	2
Trofa	16	4	16	1	3	1	4	1	2	1
V. Cambra	12	1	10	0	2	0	2	0	1	0
Valongo	29	18	28	6	7	3	9	4	4	2
V. Conde	32	14	33	2	5	1	7	1	2	1
V.N. Gaia	87	56	90	13	15	8	23	10	9	10

Fontes: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014-2023; INE.

Existiam, assim, 72 estabelecimentos do Ensino Pré-Escolar (47 do ensino público e 25 do ensino privado), 49 do 1.º ciclo do Ensino Básico (42 do ensino público e 7 do ensino privado), 12 do 2.º ciclo (9 do ensino público e 3 do ensino privado), 16 do 3.º ciclo do Ensino Básico (13 do ensino público e 3 do ensino privado), bem como 8 do Ensino Secundário (5 do ensino público e 3 do ensino privado) (cf. Quadro 21).

5.2.3.1.1. Ensino Pré-Escolar

No que concerne à educação pré-escolar, o concelho de Gondomar apresenta um predomínio de estabelecimentos públicos, número que se tem mantido estável nos últimos anos, muito embora não seja de negligenciar o peso da rede privada neste nível de ensino. Na Área Metropolitana do Porto, quase todos os municípios perderam estabelecimentos de ensino entre o ano letivo de 2014/2015 e o de 2022/2023,

representando Gondomar uma exceção (com mais 2 estabelecimentos, distribuídos pelos dois tipos de ensino) (cf. Quadro 22).

Quadro 22 – Estabelecimentos do ensino pré-escolar (total, público e privado) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)

Territórios	Educação Pré-Escolar					
	Ensino Público		Ensino Privado		Total	
	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23
Portugal	3760	3452	2348	2279	6108	5731
Região Norte	1397	1269	696	652	2093	1921
AMP	538	514	386	363	924	877
Arouca	12	12	1	1	13	13
Espinho	6	6	6	4	12	10
Gondomar	46	47	24	25	70	72
Maia	36	35	32	32	68	67
Matosinhos	31	30	39	40	70	70
Oliveira de Azeméis	28	26	16	13	44	39
Paredes	33	27	5	5	38	32
Porto	45	41	103	92	148	133
Póvoa de Varzim	17	16	19	17	36	33
Santa Maria da Feira	61	57	26	26	87	83
Santo Tirso	32	31	11	10	43	41
São João da Madeira	10	10	5	5	15	15
Trofa	16	16	5	4	21	20
Vale de Cambra	16	12	1	1	17	13
Valongo	29	29	19	18	48	47
Vila do Conde	36	32	13	14	49	46
Vila Nova de Gaia	84	87	61	56	145	143

Fontes: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014-2023; INE.

Quanto ao número de crianças inscritas no pré-Escolar, vê-se que Gondomar, no período em apreço, sofreu um aumento (+81), contrariando a tendência da Região Norte e da Área Metropolitana do Porto. A esse nível, o concelho foi aquele que mais crianças ganhou no conjunto da região, refletindo a elevada procura deste tipo de oferta de nível de ensino. Relativamente ao número de docentes, Gondomar destacou-se identicamente por, durante este período, se encontrar entre os concelhos da AMP onde o aumento de docentes mais se fez sentir (+30) (cf. Quadro 23).

Quadro 23 – Alunos matriculados e Docentes no ensino pré-escolar (total) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)

Territórios	Educação Pré-Escolar			
	Alunos		Docentes	
	2014/2015	2022/2023	2014/2015	2022/2023
Portugal	264660	265025	16079	17346
Região Norte	90333	87645	5341	5799
AMP	44259	42875	2524	2739
Arouca	528	454	29	31
Espinho	811	833	48	55

Gondomar	3473	3554	206	236
Maia	3558	3444	198	220
Matosinhos	4221	4064	235	264
Oliveira de Azeméis	1511	1451	86	86
Paredes	2136	1966	116	129
Porto	7501	7096	459	450
Póvoa de Varzim	1737	1624	98	106
Santa Maria da Feira	3389	3301	172	207
Santo Tirso	1568	1493	97	105
São João da Madeira	839	788	43	49
Trofa	862	852	49	54
Vale de Cambra	478	483	34	32
Valongo	2450	2346	141	157
Vila do Conde	2181	2106	119	129
Vila Nova de Gaia	7016	7020	394	429

Fontes: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014-2023; INE.

De seguida, apresentam-se os estabelecimentos deste nível de ensino existentes no território, no ano letivo de 2022/2023, segundo a tipologia e a sua localização (cf. Quadro 24).

Quadro 24 – Estabelecimentos do ensino pré-escolar de Gondomar segundo a tipologia e a localização – ano letivo 2023/2024 (N.º)

Pré-Escolar	Tipologia	Localização
Escola Básica de Branzelo - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Melres
Escola Básica de Chães - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Covelo
Escola Básica de Cimo de Vila - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Melres
Escola Básica de Zebreiros - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Foz do Sousa
Jardim de Infância de Vila Cova - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Medas
Jardim de Infância de Areja - Agrupamento de Escolas de Canedo, Santa Maria da Feira	Escola Pública	Lomba
Escola Básica de Boucinha - Agrupamento de Escolas de Pedrouços, Maia	Escola Pública	Rio Tinto
Jardim de Infância de Santegãos - Agrupamento de Escolas de Pedrouços, Maia	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica de Alto de Soutelo - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	Escola Pública	Fânzeres
Escola Básica n.º 2 de São Caetano - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	Escola Pública	Rio Tinto
Jardim de Infância de Areias - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	Escola Pública	Rio Tinto
Jardim de Infância n.º 1 de Portelinha - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	Escola Pública	Fânzeres
Jardim de Infância n.º 2 de Portelinha - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica de Baguim do Monte - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Baguim do Monte
Escola Básica de Seixo - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Fânzeres
Jardim de Infância de Baguim do Monte - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Baguim do Monte
Jardim de Infância de Baixinho - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Baguim do Monte
Jardim de Infância de Castro - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Baguim do Monte
Jardim de Infância de Entre-Cancelas - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica de Bela Vista - Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara	Escola Pública	Fânzeres
Escola Básica de Montezelo - Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara	Escola Pública	Fânzeres
Jardim de Infância de Santa Bárbara - Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara	Escola Pública	Fânzeres
Jardim de Infância de Santa Eulália - Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara	Escola Pública	Fânzeres
Escola Básica de Belo Horizonte - Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Carvalho e Mó - Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova	Escola Pública	S. Pedro da Cova
Escola Básica de Passal - Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova	Escola Pública	S. Pedro da Cova
Escola Básica de Vila Verde - Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova	Escola Pública	S. Pedro da Cova
Jardim de Infância de Mineiro - Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova	Escola Pública	S. Pedro da Cova
Escola Básica de Pinheiro de Além - Agrupamento de Escolas de Valbom	Escola Pública	Valbom
Escola Básica de Valbom - Agrupamento de Escolas de Valbom	Escola Pública	Valbom
Jardim de Infância da Quinta do Sol - Agrupamento de Escolas de Valbom	Escola Pública	Valbom

Jardim de Infância de Arroiteia - Agrupamento de Escolas de Valbom	Escola Pública	Valbom
Escola Básica da Boavista - Lourinha - Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica da Venda Nova - Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda	Escola Pública	Rio Tinto
Jardim de Infância de Venda Nova - Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Aguiar - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica do Taralhão - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica n.º 1 de Gondomar - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Jardim de Infância de Fontela - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Jardim de Infância de Vinhal - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Jardim de Infância dos Carregais - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Gens - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Outeiro - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Foz do Sousa
Jardim de Infância de Atães - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Gondomar
Jardim de Infância de Jancido - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Foz do Sousa
Jardim de Infância de Ribeira - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Foz do Sousa
Jardim de Infância de Trás-da-Serra - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Gondomar
Casinha Alegre - Jardim Infantil	Escola Privada	S. Pedro da Cova
Centro Comunitário de S. Cosme da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar	Rede Solidária / IPSS	Gondomar (S. Cosme)
Centro de Apoio à Família	Rede Solidária / IPSS	Jovim
Centro Infantil de Valbom	Rede Solidária / IPSS	Valbom
Centro Social de Fânzeres	Rede Solidária / IPSS	Fânzeres
Centro Social de Silveirinhos	Rede Solidária / IPSS	S. Pedro da Cova
Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom	Rede Solidária / IPSS	Valbom
Centro Social e Paroquial de Santo António de Corim	Rede Solidária / IPSS	Rio Tinto
Centro Social e Paroquial de São João da Foz do Sousa	Rede Solidária / IPSS	Foz do Sousa
Colégio da Areosa	Escola Privada	Rio Tinto
Colégio da Quinta Inglesa	Escola Privada	Gondomar (S. Cosme)
Colégio Madre Isabel Larrañaga	Escola Privada	Gondomar (S. Cosme)
Colégio Mundo do Colibri	Escola Privada	Rio Tinto
Colégio Paulo VI de Gondomar	Escola Privada	Gondomar (S. Cosme)
Colégio Carrocel Mágico	Escola Privada	Rio Tinto
Comboio Trolaró	Escola Privada	Rio Tinto
Creche Pessoaíhas	Escola Privada	Rio Tinto
Associação Social Recreativa e Cultural Bem-Fazer Vai Avante	Escola Privada	Gondomar (S. Cosme)
Creche Sonho Mágico	Rede Solidária / IPSS	S. Pedro da Cova
De Mãos Dadas, Associação de Solidariedade Social	Escola Privada	Gondomar (S. Cosme)
Entrartes	Rede Solidária / IPSS	Rio Tinto
Escolinha da Campinha, Cooperativa de Solidariedade Social, Crl	Escola Privada	Rio Tinto
Colégio Camões	Escola Privada	Rio Tinto
Externato Santa Margarida	Escola Privada	Rio Tinto
Infantário O Papagaio (Academia Ramos Pinto)	Escola Privada	Gondomar
Creche Infantário O Teu Filho	Escola Privada	Rio Tinto
Jardim de Infância A Físga	Rede Solidária / IPSS	Rio Tinto
Jardim de Infância Alegria de Aprender	Escola Privada	Rio Tinto
Jardim de Infância O Chorão	Escola Privada	Rio Tinto
Jardim de Infância Rá-Mi-Olé	Escola Privada	Rio Tinto
Jardim de Infância Saber Crescer	Escola Privada	Rio Tinto
Jardim de Infância Urbanitos - Villa Urbana de Valbom	Escola Privada	Rio Tinto
Jardim Infantil A Girafa	Escola Privada	Gondomar (S. Cosme)
Jardim Infantil do Centro Social de Soutelo	Escola Privada	Valbom
Jardim Infantil Pinga Amor	Escola Privada	Rio Tinto
Pedrocas - Jardim de Infância, Lda.	Rede Solidária / IPSS	Rio Tinto
	Escola Privada	Fânzeres
	Escola Privada	S. Pedro da Cova

Fonte: Portal da Educação de Gondomar, disponível em: educacao.cm-gondomar.pt/

5.2.3.1.2. Ensino Básico – 1.º ciclo

No que diz respeito ao 1.º ciclo do Ensino Básico, a oferta do município é, esmagadoramente, pública. No período em apreço, verifica-se uma redução de 52 para 49 estabelecimentos no total de estabelecimentos existentes, tendo-se registado uma tendência de descida na oferta pública (-6), contrariamente à oferta privada (+3). Esta tendência de decréscimo global do número total de estabelecimentos³² é visível quer na Região Norte, quer na AMP (-36). No interior da região, os concelhos do Porto, Matosinhos e Paredes foram aqueles que registaram maior quebra, ainda que tenha sido reduzido o recuo (respetivamente, -7, -5 e -5 unidades) (cf. Quadro 25).

Quadro 25 – Estabelecimentos do Ensino Básico – 1.º ciclo (total, público e privado) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)

Territórios	Ensino Básico -1º ciclo					
	Ensino Público		Ensino Privado		Total	
	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23
Portugal	3832	3509	522	506	4354	4015
Região Norte	1338	1199	131	133	1469	1332
AMP	542	502	86	90	628	592
Arouca	12	12	0	0	12	12
Espinho	7	6	0	1	7	7
Gondomar	48	42	4	7	52	49
Maia	36	35	4	4	40	39
Matosinhos	36	32	9	8	45	40
Oliveira de Azeméis	27	26	3	2	30	28
Paredes	20	15	2	2	22	17
Porto	52	47	35	33	87	80
Póvoa de Varzim	23	20	1	1	24	21
Santa Maria da Feira	52	50	2	3	54	53
Santo Tirso	33	31	5	5	38	36
São João da Madeira	9	9	2	2	11	11
Trofa	16	16	1	1	17	17
Vale de Cambra	14	10	0	0	14	10
Valongo	28	28	6	6	34	34
Vila do Conde	35	33	1	2	36	35
Vila Nova de Gaia	94	90	11	13	105	103

Fontes: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014-2023; INE.

Quanto ao número de alunos, Gondomar perdeu um total de 791 entre 2014/15 e 2022/23, sendo que, dentro da Área Metropolitana do Porto, foi um dos municípios com perdas mais acentuadas de alunos, juntamente com Vila Nova de Gaia, Paredes e Valongo.

³² Aqui contemplando a oferta pública e privada.

No que se refere à distribuição de docentes, verifica-se um aumento do seu número no concelho (+33), situação essa observada no país e nas regiões em análise. No interior da AMP, é de registar que apenas o concelho de Valongo sentiu um movimento de contração, ainda que ligeiro (cf. Quadro 26).

Quadro 26 – Alunos matriculados e Docentes no Ensino Básico – 1.º ciclo (total) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)

Territórios	Ensino Básico -1.º ciclo			
	Alunos		Docentes	
	2014/2015	2022/2023	2014/2015	2022/2023
Portugal	418145	388316	28095	31360
Região Norte	140272	122204	9321	10266
AMP	68615	60562	4222	4671
Arouca	866	733	58	68
Espinho	1368	1164	75	85
Gondomar	5695	4904	358	391
Maia	5462	4811	323	348
Matosinhos	6314	5759	383	441
Oliveira de Azeméis	2197	1998	148	164
Paredes	3707	2838	215	236
Porto	11006	10250	704	751
Póvoa de Varzim	2764	2430	172	198
Santa Maria da Feira	4837	4385	302	338
Santo Tirso	2489	2111	164	167
São João da Madeira	1293	1242	77	101
Trofa	1486	1225	85	100
Vale de Cambra	715	668	48	53
Valongo	3895	3027	242	239
Vila do Conde	3175	2805	196	231
Vila Nova de Gaia	11346	10212	672	760

Fontes: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014-2023; INE.

No território, eram estes os estabelecimentos do 1.º ciclo do Ensino Básico no ano letivo de 2022/2023, segundo a tipologia e a sua localização (cf. Quadro 27).

Quadro 27 – Estabelecimentos do 1.º ciclo do Ensino Básico de Gondomar segundo a tipologia e a localização – ano letivo 2023/2034 - (N.º)

1.º CEB	Tipologia	Localização
Escola Básica de Branzelo - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Melres
Escola Básica de Carvalhos - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Medas
Escola Básica de Chães - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Covelo
Escola Básica de Cimo de Vila - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Melres
Escola Básica de Zebreiros - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Foz do Sousa
Escola Básica de Sante - Agrupamento de Escolas de Canedo, Santa Maria da Feira	Escola Pública	Lomba
Escola Básica de Boucinha - Agrupamento de Escolas de Pedrouços, Maia	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica de Santegãos - Agrupamento de Escolas de Pedrouços, Maia	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica de Alto de Soutelo - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	Escola Pública	Fânzeres
Escola Básica de Cabanas - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica n.º 1 de São Caetano - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica n.º 2 de São Caetano - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica do Baguim do Monte - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Baguim do Monte
Escola Básica de Seixo - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Fânzeres
Escola Básica de Vale de Ferreiros - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Baguim do Monte
Escola Básica de Alvarinha - Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara	Escola Pública	Fânzeres
Escola Básica de Bela Vista - Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara	Escola Pública	Fânzeres
Escola Básica de Montezelo - Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara	Escola Pública	Fânzeres
Escola Básica de Belo Horizonte - Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Carvalhal e Mó - Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova	Escola Pública	S. Pedro da Cova
Escola Básica de Passal - Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova	Escola Pública	S. Pedro da Cova
Escola Básica de Silveirinhos - Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova	Escola Pública	S. Pedro da Cova
Escola Básica de Vila Verde - Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova	Escola Pública	S. Pedro da Cova
Escola Básica de Arroiteia - Agrupamento de Escolas de Valbom	Escola Pública	Valbom
Escola Básica de Lagoa - Agrupamento de Escolas de Valbom	Escola Pública	Valbom
Escola Básica de Pinheiro de Além - Agrupamento de Escolas de Valbom	Escola Pública	Valbom
Escola Básica de Valbom - Agrupamento de Escolas de Valbom	Escola Pública	Valbom
Escola Básica da Boavista - Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica da Boavista - Lourinha - Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica da Venda Nova - Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica de Aguiar - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Gandra - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Ramalde - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Souto - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Vinhal - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica do Taralhão - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica n.º 1 de Gondomar - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Atães - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Gens - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Jancido - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Foz do Sousa
Escola Básica de Jovim e Foz do Sousa - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Foz do Sousa
Escola Básica de Outeiro - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Foz do Sousa
Colégio Madre Isabel Larrañaga	Escola Privada	Gondomar (S. Cosme)
Colégio Mundo do Colibri	Escola Privada	Rio Tinto
Colégio Paulo VI de Gondomar	Escola Privada	Gondomar (S. Cosme)
Colégio Camões	Escola Privada	Rio Tinto
Colégio Quinta Inglesa	Escola Privada	Gondomar (S. Cosme)
Externato Santa Margarida	Escola Privada	Gondomar
Colégio Carrocel Mágico	Escola Privada	Rio Tinto

Fonte: Portal da Educação de Gondomar, disponível em: educacao.cm-gondomar.pt/

5.2.3.1.3. Ensino Básico – 2.º ciclo

Ao nível do 2.º ciclo do Ensino Básico, e atendendo ao número de estabelecimentos de ensino por natureza institucional, entre 2014/15 e 2022/23, constata-se que este tem-se mantido fixo (12), muito embora seja notório o movimento de redução na oferta pública (-1), tendência essa que não ocorreu na oferta privada (+1). A nível da AMP, registou-se um ligeiro recuo (-3), com menos 2 escolas públicas e 1 privada (cf. Quadro 28).

Quadro 28 – Estabelecimentos do Ensino Básico – 2.º ciclo (total, público e privado) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)

Territórios	Ensino Básico -2.º ciclo					
	Ensino Público		Ensino Privado		Total	
	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23
Portugal	929	917	271	264	1200	1181
Região Norte	309	307	86	81	395	388
AMP	128	126	52	51	180	177
Arouca	2	2	0	0	2	2
Espinho	4	4	1	1	5	5
Gondomar	10	9	2	3	12	12
Maia	7	7	2	3	9	10
Matosinhos	12	12	4	3	16	15
Oliveira de Azeméis	8	8	0	0	8	8
Paredes	7	7	1	1	8	8
Porto	20	20	24	19	44	39
Póvoa de Varzim	5	5	1	1	6	6
Santa Maria da Feira	11	10	2	3	13	13
Santo Tirso	7	7	3	3	10	10
São João da Madeira	3	3	1	1	4	4
Trofa	3	3	1	1	4	4
Vale de Cambra	2	2	0	0	2	2
Valongo	7	7	3	3	10	10
Vila do Conde	5	5	0	1	5	6
Vila Nova de Gaia	15	15	7	8	22	23

Fontes: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014-2023; INE.

No que concerne à variação do número de alunos no período que medeia entre 2014/2015 e 2022/2024, confirma-se a perda de 522 alunos no concelho de Gondomar, movimento de quebra que atravessou todos os territórios em apreço. Mais, será de sublinhar que o concelho se encontrava entre aqueles que mais havia perdido alunos durante este período, a par de Vila Nova de Gaia, Porto, Paredes e Santa Maria da Feira.

Relativamente à evolução do número de docentes, importa referir que também se registaram perdas, neste caso de 24 docentes, estando Gondomar, de forma semelhante ao observado anteriormente, entre os concelhos onde se sentiu mais essa perda, juntamente com o concelho do Porto, da Maia e de Vila Nova de

Gaia, por oposição a municípios como Espinho, Matosinhos, Vila do Conde, São João da Madeira e Vale de Cambra, territórios que (com variações) assistiram a uma tendência de aumento (cf. Quadro 29).

Quadro 29 – Alunos matriculados e Docentes no Ensino Básico – 2.º ciclo (total) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)

Territórios	Ensino Básico -2.º ciclo			
	Alunos		Docentes	
	2014/2015	2022/2023	2014/2015	2022/2023
Portugal	238582	210345	23747	22976
Região Norte	81246	67053	8020	7597
AMP	39787	33743	3683	3507
Arouca	450	391	48	46
Espinho	857	810	75	88
Gondomar	3158	2636	287	263
Maia	3090	2731	311	269
Matosinhos	3521	3119	331	344
Oliveira de Azeméis	1281	1060	133	129
Paredes	2191	1522	192	184
Porto	6569	5868	624	571
Póvoa de Varzim	1633	1423	155	147
Santa Maria da Feira	2954	2428	251	246
Santo Tirso	1684	1364	156	136
São João da Madeira	778	722	60	67
Trofa	835	690	86	70
Vale de Cambra	440	355	33	37
Valongo	2236	1716	207	187
Vila do Conde	1635	1421	169	182
Vila Nova de Gaia	6475	5487	565	541

Fontes: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014-2023; INE.

Quadro 30 – Estabelecimentos do 2.º ciclo do Ensino Básico de Gondomar segundo a tipologia e a localização – ano letivo 2023/2024 - (N.º)

2.º CEB	Tipologia	Localização
Escola Básica e Secundária À Beira Douro - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Medas
Escola Básica de Canedo - Agrupamento de Escolas de Canedo, Santa Maria da Feira	Escola Pública	—
Escola Básica e Secundária de Pedrouços - Agrupamento de Escolas de Pedrouços, Maia	Escola Pública	—
Escola Básica de Rio Tinto - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica de Frei Manuel de Santa Inês - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Baguim do Monte
Escola Básica de Santa Bárbara - Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara	Escola Pública	Fânzeres
Escola Básica de São Pedro da Cova - Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova	Escola Pública	S. Pedro da Cova
Escola Básica Marques Leitão - Agrupamento de Escolas de Valbom	Escola Pública	Valbom
Escola Básica Infanta D. Mafalda - Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica Júlio Dinis - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Jovim e Foz do Sousa - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Jovim
Colégio Paulo VI de Gondomar	Escola Privada	Gondomar (S. Cosme)
Colégio Camões	Escola Privada	Rio Tinto
Colégio Carrocel Mágico	Escola Privada	Rio Tinto

Fonte: Portal da Educação de Gondomar, disponível em: educacao.cm-gondomar.pt/

No que toca aos estabelecimentos do 2.º ciclo do Ensino Básico no ano letivo de 2022/2023, segundo a tipologia e a sua localização, será de notar a presença de um leque alargado de unidades (cf. Quadro 30).

5.2.3.1.4. Ensino Básico – 3.º ciclo e Ensino Secundário

Analisando os dados do 3.º ciclo do Ensino Básico, constata-se, ao nível dos estabelecimentos de ensino, a tendência de estabilidade verificada no ciclo de ensino anterior, pois Gondomar manteve, no período em apreço, as 16 unidades de ensino, 13 do ensino público e 3 do privado, contrariando a tendência de perda da média registada na AMP, na Região Norte e no país. A nível da Área Metropolitana do Porto, no que diz respeito ao Ensino Secundário, há a registar, entre o ano letivo de 2014/2015 e o de 2022/2023, um aumento de 6 unidades de ensino com mais 5 unidades no público e mais 1 no privado. O município de Gondomar, neste caso, manteve o seu número total de 8 unidades (5 do ensino público e 3 do ensino privado) (cf. Quadro 31).

No que se refere ao número de estudantes do 3.º ciclo do Ensino Básico, Gondomar perdeu 890 alunos entre 2014/15 e 2022/23, sendo o segundo concelho da AMP que registou a maior diminuição, logo a seguir ao concelho do Porto. Já em relação ao número de alunos do Ensino Secundário, constata-se a uma perda embora não tão gravosa (-65 alunos). Gondomar, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Santo Tirso foram os únicos concelhos da AMP que perderam alunos neste nível de ensino no período compreendido para análise (cf. Quadro 32).

Quadro 31 – Estabelecimentos do Ensino Básico – 3.º ciclo e Ensino Secundário (total, público e privado) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)

Territórios	Ensino Básico - 3.º ciclo						Ensino Secundário					
	Ensino Público			Ensino Privado			Ensino Público			Ensino Privado		
	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23
Portugal	1154	1122	327	293	1481	1415	584	589	378	380	962	969
Região Norte	384	377	122	105	506	482	199	199	147	140	346	339
AMP	165	162	65	63	230	225	80	85	72	73	152	158
Arouca	2	2	0	0	2	2	2	2	0	0	2	2
Espinho	4	4	3	2	7	6	3	3	3	3	6	6
Gondomar	13	13	3	3	16	16	5	5	3	3	8	8
Maia	9	8	3	3	12	11	6	6	3	3	9	9
Matosinhos	16	16	5	5	21	21	6	6	4	4	10	10
O. Azeméis	8	8	0	0	8	8	4	4	0	0	4	4
Paredes	9	9	1	1	10	10	5	8	1	1	6	9
Porto	28	27	30	23	58	50	17	19	38	34	55	53
P. Varzim	7	7	1	1	8	8	3	3	1	1	4	4
S.M. Feira	11	11	2	3	13	14	2	3	3	3	5	6
Santo Tirso	10	8	5	5	15	13	4	4	4	5	8	9
S.J. Madeira	4	4	1	1	5	5	4	4	2	2	6	6
Trofa	4	4	1	1	5	5	2	2	1	1	3	3
V. Cambra	2	2	0	0	2	2	1	1	0	0	1	1
Valongo	9	9	3	4	12	13	4	4	2	2	6	6
V. Conde	6	7	0	1	6	8	2	2	1	1	3	3
V. N. Gaia	23	23	7	10	30	33	10	9	6	10	16	19

Fontes: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014-2023; INE.

Quanto à distribuição de docentes nos dois níveis de ensino resta acrescentar que, a nível global³³, o concelho de Gondomar registou, no período em apreço, um aumento de 47 profissionais, sendo que, à escala regional, apenas os concelhos do Porto, de Paredes, São João da Madeira e Trofa tiveram uma quebra, embora com significâncias distintas (respetivamente, -219, -22, -10 e -6 profissionais) (cf. Quadro 32).

Em termos gerais, nota-se que eram vários os estabelecimentos do 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, no ano letivo de 2022/2023, segundo a tipologia e a sua localização, embora em menor número face aos ciclos anteriores (cf. Quadro 33).

Quadro 32 – Alunos matriculados e Docentes no Ensino Básico – 3.º ciclo e Ensino Secundário (total) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)

Territórios	Ensino Básico - 3º ciclo		Ensino Secundário		Ensino Básico - 3º ciclo e Ensino Secundário	
	Alunos		Alunos		Docentes	
	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23
Portugal	384971	346788	393618	394964	73353	78134
Região Norte	138316	114634	141564	133676	25603	26445
AMP	66216	56962	68857	65957	12234	12626
Arouca	872	719	659	727	150	162
Espinho	1606	1552	1917	1995	342	348
Gondomar	5376	4396	4303	4238	913	960
Maia	4858	4430	3480	3825	825	902
Matosinhos	5823	5367	4487	5817	1059	1175
Oliveira de Azeméis	2225	1790	1650	1861	409	462
Paredes	3758	2859	2379	2616	579	557
Porto	11211	9478	22565	16368	2693	2474
Póvoa de Varzim	2696	2577	2477	3004	524	561
Santa Maria da Feira	4947	3997	4800	3491	679	686
Santo Tirso	2944	2113	3206	2724	509	510
São João da Madeira	1292	1285	2336	1702	363	353
Trofa	1492	1157	1105	1084	259	253
Vale de Cambra	657	561	551	586	136	140
Valongo	3620	2992	2394	2829	598	682
Vila do Conde	2625	2248	1985	2195	462	510
Vila Nova de Gaia	10214	9441	8563	10895	1734	1891

Fontes: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014-2023; INE.

³³ Relativamente a este indicador não foi possível obter informação desagregada.

Quadro 33 – Estabelecimentos do 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário de Gondomar segundo a tipologia e a localização – ano letivo 2023/2024 - (N.º)

3.º CEB	Tipologia	Localização
Escola Básica e Secundária À Beira Douro - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Medas
Escola Básica de Canedo - Agrupamento de Escolas de Canedo, Santa Maria da Feira	Escola Pública	—
Escola Básica e Secundária de Pedrouços - Agrupamento de Escolas de Pedrouços, Maia	Escola Pública	—
Escola Básica de Rio Tinto - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica de Frei Manuel de Santa Inês - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Baguim do Monte
Escola Secundária de Rio Tinto - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica de Santa Bárbara - Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara	Escola Pública	Baguim do Monte
Escola Básica de São Pedro da Cova - Agrupamento de Escolas de São Pedro da Cova	Escola Pública	S. Pedro da Cova
Escola Básica Marques Leitão - Agrupamento de Escolas de Valbom	Escola Pública	Valbom
Escola Secundária de Valbom - Agrupamento de Escolas de Valbom	Escola Pública	Valbom
Escola Básica Infanta D. Mafalda - Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Básica Júlio Dinis - Agrupamento de Escolas Júlio Dinis	Escola Pública	Gondomar
Escola Básica de Jovim e Foz do Sousa - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Jovim
Escola Secundária de Gondomar - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Gondomar (S. Cosme)
Colégio Paulo VI de Gondomar	Escola Privada	Gondomar (S. Cosme)
Escola Profissional de Gondomar	Escola Privada	S. Pedro da Cova
Escola Secundária de São Pedro da Cova	Escola Pública	S. Pedro da Cova
Colégio Camões	Escola Privada	Rio Tinto
Secundário	Tipologia	Localização
Escola Básica e Secundária À Beira Douro - Agrupamento de Escolas À Beira Douro	Escola Pública	Medas
Escola Básica e Secundária de Pedrouços - Agrupamento de Escolas de Pedrouços, Maia	Escola Pública	—
Escola Secundária de Rio Tinto - Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3	Escola Pública	Rio Tinto
Escola Secundária de Valbom - Agrupamento de Escolas de Valbom	Escola Pública	Valbom
Escola Secundária de Gondomar - Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar	Escola Pública	Gondomar (S. Cosme)
Colégio Paulo VI de Gondomar	Escola Privada	Gondomar (S. Cosme)
Escola Secundária de São Pedro da Cova	Escola Pública	S. Pedro da Cova
Colégio Camões	Escola Privada	Rio Tinto

Fonte: Portal da Educação de Gondomar, disponível em: educacao.cm-gondomar.pt/

Dados recentes apontavam para um total de 701 alunos afetos aos cursos profissionais – 235 do sexo feminino e 466 do sexo masculino. No total, 45 pertenciam ao AE À Beira Douro, Gondomar; 57 do AE de Valbom; 289 (+ 13 EFA) do AE n.º 1 de Gondomar; 168 (+ 9 EFA) da Escola Secundária de Rio Tinto e 142 da Escola Secundária de São Pedro da Cova.

Em termos de Recursos Humanos³⁴ afetos aos diferentes ciclos de ensino, o registo era o seguinte: 163 na Educação Pré-Escolar e 166 no 1.º EB e um total de 334 no 2.º e 3.º ciclo do E.B., do Ensino Secundário e Profissional.

³⁴ Refira-se que estes são os Recursos Humanos afetos à autarquia de Gondomar, não estando aqui contabilizados docentes e outros colaboradores adstritos ao Ministério da Educação.

5.2.3.1.5. Taxas Brutas de Pré-Escolarização e de Escolarização no Ensino Básico e Secundário

A avaliação das taxas brutas de pré-escolarização e escolarização permite obter um retrato mais aproximado acerca da frequência da população estudantil na comunidade escolar local e regional (cf. Quadro 34).

É possível observar, no que diz respeito à taxa bruta de Pré-Escolarização³⁵, a um aumento da frequência da educação pré-escolar em quase todos os territórios em análise, constituindo o concelho do Porto a única exceção (-8,3%).

No que diz respeito a este indicador, destacam-se os municípios de Arouca (+17,5%), Póvoa de Varzim (+14,6%), São João da Madeira (+14,2%), Espinho (+12,9) e Vale de Cambra (+12,3%), com o maior aumento de indivíduos a frequentar a educação pré-Escolar.

No caso de Gondomar, a frequência do pré-Escolar, nos períodos analisados, teve um aumento de quase 8,6% – a taxa situava-se, em 2014/2015, nos 78,6% e, em 2022/2023, nos 86,9%, revelando aqui um importante investimento nas infraestruturas de suporte a este nível de ensino. Contudo, apesar desta subida, o município continuava a ser aquele com a taxa mais reduzida na Área Metropolitana do Porto em 2022/2023, o que indicia a importância da aposta em políticas públicas na criação de condições de inclusão social, dado que a educação pré-escolar constitui um dos mais importantes fatores de combate à exclusão e de promoção de condições de igualdade no acesso à educação.

Relativamente à taxa bruta de Escolarização³⁶ no Ensino Básico, ciclo que se apresenta mais longo (cerca de nove anos de duração em condições normais), é de notar, de um modo geral, uma perda de alunos entre o período de 2014/2015 e 2022/2023 no conjunto de municípios que constituem a AMP. Apenas Vila Nova de Gaia registou uma variação positiva (+2,7%), seguindo a tendência observada no país e na Região Norte (respetivamente, +2,3% e +0,3%).

O concelho de Gondomar, durante este período, sofre um pequeno recuo (-1,0%), exibindo uma taxa bruta de Escolarização no Ensino Básico, em 2014/2015, de 92,9% e, em 2022/2023, de 91,9%. Gondomar, aliás, nesta matéria, e por comparação aos restantes concelhos da região, continuava a revelar, em 2022/2023, a segunda mais baixa taxa de escolarização, sendo apenas ultrapassado negativamente por Vila do Conde (90,8%). Este facto entra em linha de comparação com aquilo que foi possível analisar relativamente aos níveis de retenção e desistência do concelho (rever o subponto 5.2.2.1. do presente Capítulo), uma vez que foi possível aferir a relevância destas últimas taxas no território, em especial no interior da área metropolitana.

Já no que concerne à taxa bruta de Escolarização no Ensino Secundário, Gondomar acabou por evidenciar um aumento de praticamente 10% – esta passou de 77,5%, em 2014/2015, para 87,4% em

³⁵ T.B.P.E.- Taxa que permite definir a relação entre crianças entre os 3 e os 5 anos matriculadas no ensino pré-escolar pela população residente com idade entre 3 a 5 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas) (Metainformação- INE).

³⁶ T.B.E.- Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino (Metainformação- INE).

2022/2023, encontrando-se entre os municípios da região que menos aumentaram as suas taxas. Os concelhos de São João da Madeira (-73,3%) e do Porto (-55,4%) por seu turno, destacaram-se por exibirem as maiores quebras no período em apreço. Ainda assim, neste indicador, continuavam a ser, em 2022/2023, os municípios da AMP com a taxa bruta de Escolarização do Ensino Secundário mais elevada – respetivamente 257,1% e 268,5%.

De forma semelhante à ocorrida com a anterior taxa, Gondomar permanecia, em 2022/2023, com a segunda mais baixa taxa bruta de escolarização do Ensino Secundário, sendo novamente superado pela negativa por Vila do Conde (83,6%).

Quadro 34 – Taxas Brutas de Pré-Escolarização e de Escolarização no Ensino Básico e Secundário em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (%)

Territórios	Taxa Bruta de Pré-Escolarização		Taxa Bruta de Escolarização			
			Ensino Básico		Ensino Secundário	
	2014/15	2022/23	2014/15	2022/23	2014/2015	2022/23
Portugal	90,0	99,4	109,7	112,0	117,5	126,8
Região Norte	93,3	100,4	109	109,3	114,8	127,3
AMP	91,8	97,7	110,2	108,6	119,4	128,6
Arouca	86,6	104,1	109,3	106,2	86,4	110,5
Espinho	117,7	130,6	150,5	162,3	205,5	240,1
Gondomar	78,3	86,9	92,9	91,9	77,5	87,4
Maia	83,4	93,4	98,1	98,8	76,4	87,6
Matosinhos	86,7	91,4	103,6	103	84,8	117,4
Oliveira de Azeméis	94,3	96,3	102,1	99,9	74,3	103,8
Paredes	79,7	88,7	103,6	98,5	68,9	89,0
Porto	130,7	122,4	162,6	149,1	323,9	268,5
Póvoa de Varzim	86,9	101,5	110,9	115,6	111,1	142,1
Santa Maria da Feira	90,2	97,2	99,6	99,3	101,2	87,8
Santo Tirso	101,3	102,5	124,9	122,2	139,3	161,6
São João da Madeira	138,2	152,4	174,3	176,6	330,4	257,1
Trofa	85,6	86,1	106,6	101,1	80,4	93,9
Vale de Cambra	98,0	110,3	107,6	111,2	88,4	116,5
Valongo	85,7	88,3	104,9	95,1	75,1	93,7
Vila do Conde	88,5	92,8	96,7	90,8	72,8	83,6
Vila Nova de Gaia	81,5	90,6	99,7	102,4	85,4	120,5

Fontes: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2014-2023; INE.

Estes dados fazem então refletir a necessidade de não perder de vista o esforço, por um lado, no aumento da qualidade e eficiência do sistema de educação/formação nas suas diferentes componentes e níveis de ensino, sobretudo na reta final do percurso educativo de escolaridade obrigatória da população estudantil do concelho e, por outro lado, na melhoria do ajustamento entre a formação/ educação lecionada e a procura de qualificações pelo mercado de trabalho – estratégias já equacionadas no anterior Plano de Desenvolvimento Social (CMG, 2015b, p. 18 e pp.51-52) e reflexões consideradas aquando da auscultação realizada quer aos agentes de natureza e/ou com responsabilidades técnicas no processo de desenvolvimento

social local, quer aos agentes representantes das instituições cívicas e comunitárias locais no âmbito da atualização do presente Diagnóstico Social³⁷.

5.2.3.1.6. Mobilidade Pendular e Fixação da População Estudantil

Uma nota complementar poder ser dada, ainda, acerca da morfologia das deslocações da população estudantil do concelho, mais especificamente sobre as especificidades das práticas de mobilidade (cf. Quadro 35).

Nota-se, antes de mais, uma elevada concentração espacial dos movimentos no território. A proporção de população que estudava no concelho, mesmo em queda, era ainda significativa – veja-se que, em 2021, 65,0% da população estudantil de Gondomar permanecia na sua área de residência, proporção essa próxima dos valores da AMP (69,5%), embora abaixo dos nacionais (73,6%).

A lógica de organização de fluxos casa-escola, resultante da composição da organização escolar local, permite verificar a incidência local dos modelos de migração pendular³⁸, muito embora se note uma certa permeabilidade face ao exterior. Gondomar ocupava, em 2021, uma posição intermédia em matéria de localização no interior da AMP, sobretudo quando confrontado com os padrões de deslocação de outros concelhos como Porto (88,1%), São João da Madeira (74,0%), Vila Nova de Gaia (72,1%), Póvoa de Varzim (72,0%) e Arouca (71,6%) que exibiam proporções mais elevadas de fixação territorial.

Assim, importa ter presente a importância decrescente dos movimentos internos ao próprio concelho de Gondomar já que a proporção de população que estudava fora do município de residência tem vindo a aumentar – repare-se que, em 2011, era de 28,4% e, em 2021, passou para 35,0% –, indiciando, portanto, uma menor atratividade em termos de oferta formativa/educacional face ao passado. Ainda assim, é de ressaltar que o concelho ocupava uma posição menos desfavorável do que outros municípios da AMP. Com proporções mais elevadas, encontravam-se os municípios de Santa Maria da Feira (38,2%), Maia (37,4%), Trofa (36,9%), Valongo (36,3%) e Espinho (35,7%).

Pode-se afirmar, da parte do concelho, a existência de um grau cada vez menos expressivo de adesão ao local e um elevado peso das viagens no interior da própria região (com particular destaque para a relevância da contiguidade espacial nas matrizes interconcelhias de mobilidade).

³⁷ Parte destas reflexões estão contempladas no Eixo “Atividade Económica, Emprego e Qualificações”, podendo ser consultadas no capítulo seguinte. Ainda a propósito do processo de auscultação realizado, consultar o Capítulo 3 «Desenho Metodológico do Diagnóstico Social (2024) e do Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar (2025-2030)». Sobre os resultados referentes a este tema, ver com mais detalhe o Capítulo 7 «Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social (2025-2030): breves considerações».

³⁸ A análise isolada destes fluxos por parte da população empregada concelhia será explorada mais adiante no Capítulo 5.3 «Atividade Económica, Emprego e Qualificações».

Quadro 35 – População estudantil segundo o local de estudo em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) - (%)

Territórios	Estuda no município de residência		Estuda fora do município de residência		Noutro município da mesma região		Num município de outra região		No estrangeiro	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	80,9	73,6	19,1	26,4	12,2	18,1	6,5	7,7	0,4	0,7
Região Norte	80,7	72,1	19,3	27,9	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
AMP	78,1	69,5	21,9	30,5	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.	N.D.
Arouca	81,7	71,6	18,3	28,4	12,8	21,0	5,2	7,3	0,3	0,1
Espinho	77,6	64,3	22,4	35,7	16,7	28,4	5,4	6,8	0,3	0,6
Gondomar	71,6	65,0	28,4	35,0	26,6	32,3	1,6	2,4	0,2	0,4
Maia	68,3	62,6	31,7	37,4	29,6	34,5	1,8	2,4	0,3	0,4
Matosinhos	72,9	66,6	27,1	33,4	24,8	30,7	1,8	2,1	0,4	0,7
Oliveira de Azeméis	75,1	65,6	24,9	34,4	16,3	23,4	8,3	10,7	0,3	0,4
Paredes	81,4	66,5	18,6	33,5	11,1	22,4	7,2	10,7	0,3	0,4
Porto	92,5	88,1	7,5	11,9	4,8	8,5	2,0	2,4	0,7	0,9
Póvoa de Varzim	81,7	72,0	18,3	28,0	12,0	20,1	6,0	7,4	0,3	0,4
Santa Maria da Feira	75,8	61,8	24,2	38,2	18,5	30,4	5,5	7,4	0,2	0,4
Santo Tirso	81,2	67,4	18,8	32,6	8,8	21,4	9,8	10,7	0,2	0,4
São João da Madeira	78,9	74,0	21,1	26,0	12,5	17,5	8,3	8,1	0,3	0,5
Trofa	74,6	63,1	25,4	36,9	19,5	27,5	5,7	9,2	0,2	0,2
Vale de Cambra	79,5	67,1	20,5	32,9	9,8	23,4	10,3	9,4	0,4	0,2
Valongo	75,6	63,7	24,4	36,3	22,5	33,4	1,7	2,6	0,2	0,3
Vila do Conde	75,9	65,6	24,1	34,4	20,3	29,5	3,5	4,3	0,2	0,6
Vila Nova de Gaia	79,6	72,1	20,4	27,9	17,7	24,3	2,4	3,1	0,3	0,5

Fontes: INE – XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021; PORDATA.

5.3. Atividade Económica, Emprego e Qualificações

Tendo por base alguns indicadores socioeconómicos, este capítulo reúne breves considerações acerca das mudanças que se têm vindo a sentir na organização da estrutura económica nacional e regional, atendendo-se em especial aos traços de reconfiguração a que o concelho de Gondomar tem estado sujeito nas últimas décadas tanto em matéria de emprego e desemprego, como de perfil de mão de obra local. Em paralelo, mobiliza-se alguma informação importante referente à dinâmica empresarial concelhia.

5.3.1. Atividade, Emprego e Índices de Renovação da População em Idade Ativa

A análise relativa à evolução das taxas de atividade³⁹ e de emprego⁴⁰ nas duas últimas décadas a nível nacional (cf. Quadros 36 e 37) revela um cenário generalizado de desaceleração traduzindo, no essencial, as alterações sociodemográficas que a Região Norte e a Área Metropolitana do Porto têm sofrido no decurso do tempo, se se tiver em linha de conta os próprios impactos da retração populacional em matéria de

³⁹ T.A.- Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população. Neste caso, foi considerado o número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos. Os ativos são a mão de obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados (Metainformação- INE).

⁴⁰ T.E.- Taxa que permite definir o peso da população empregada sobre o total da população. Neste caso, foi considerado o número de empregados por cada 100 pessoas com 15 e mais anos (Metainformação- INE).

estruturação de força de trabalho. À escala regional, é possível observar, no entanto, algumas assimetrias relevantes.

Desde logo, há que destacar que a Região Norte apresentou, no último período intercensitário, uma tendência de desaceleração menos gravosa face ao país e à AMP revelando a vitalidade socioeconómica deste espaço: repare-se que, por um lado, a taxa de atividade recuou apenas 0,5%, contrariamente aos restantes territórios que assistiram a uma diminuição de, respetivamente, 1,0% e 1,3%; por outro lado, a região conheceu um ligeiro aumento da taxa de emprego (1,3%), tendo este sido mais expressivo do que nas outras áreas (respetivamente, 0,6% e 0,7%).

Em matéria de atividade, e ultrapassando os valores nacionais e regionais, Gondomar tem mantido uma posição relativamente favorável no interior da AMP, facto que decorre do próprio dinamismo que o território possui em matéria de estruturação e de especialização produtivas, altamente beneficiado pelas funções de alargamento extra-local das respetivas zonas/áreas de emprego. Veja-se que o concelho ocupava, em 2021, o 9.º lugar no conjunto dos 17 municípios que constituem a região. Além do mais, apesar de exibir uma variação negativa entre 2011 e 2021 (-1,5%), esta era bem distante da registada em concelhos como Santo Tirso, Matosinhos, Espinho (-2,5%) e Vila Nova de Gaia (-2,2%).

A análise da sua distribuição segundo o sexo permite confirmar também alguns diferenciais já que continuam a ser os homens (não obstante a quebra sentida desde 2011) a exibir as taxas de atividade mais elevadas (em 2021, M: 51,2%; F: 46,0%) (cf. Quadro 36).

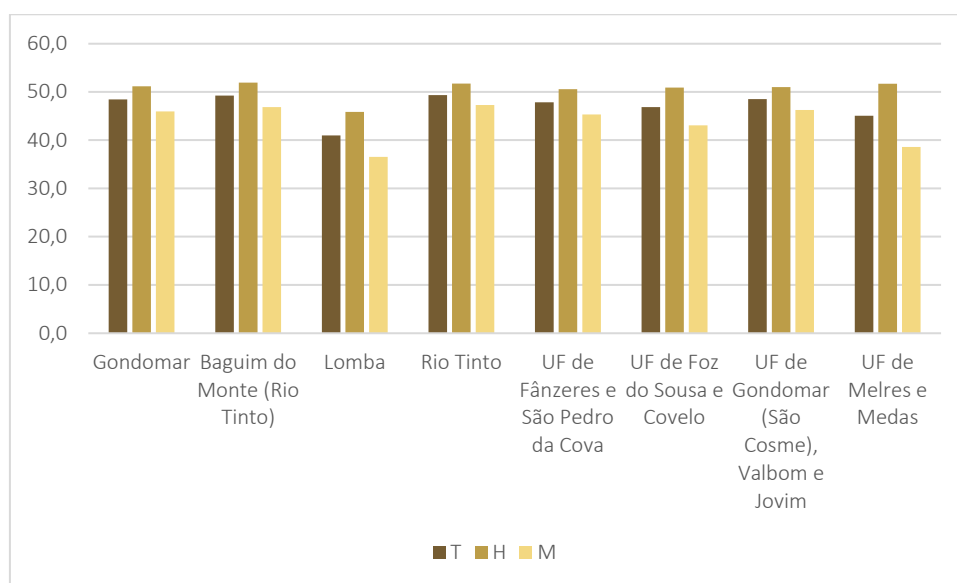
Quadro 36 – Taxa de atividade (segundo o sexo) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (%)

Territórios	2011			2021			Variação T
	T	H	M	T	H	M	
Portugal	47,6	51,6	43,9	46,6	49,5	43,9	-1,0
Região Norte	47,6	52,3	43,2	47,1	50,5	44,0	-0,5
Área Metropolitana do Porto	49,6	53,7	45,9	48,3	51,4	45,5	-1,3
Arouca	44,5	52,5	37,1	44,7	51,3	38,6	0,1
Espinho	46,0	50,1	42,3	43,5	47,2	40,2	-2,5
Gondomar	50,0	53,9	46,3	48,4	51,2	46,0	-1,5
Maia	52,5	55,6	49,7	50,7	53,2	48,3	-1,9
Matosinhos	50,3	53,7	47,3	47,8	49,9	46,0	-2,5
Oliveira de Azeméis	50,4	55,4	45,7	49,7	53,5	46,1	-0,7
Paredes	49,8	55,9	44,0	50,1	54,4	46,1	0,3
Porto	45,2	49,0	42,0	45,8	48,8	43,2	0,6
Póvoa de Varzim	48,7	53,1	44,7	48,1	51,4	45,2	-0,6
Santa Maria da Feira	50,4	54,9	46,1	49,0	52,6	45,7	-1,3
Santo Tirso	50,0	53,4	46,9	47,6	50,7	44,7	-2,5
São João da Madeira	51,4	54,3	48,9	49,6	51,9	47,5	-1,9
Trofa	52,0	57,0	47,4	51,1	55,1	47,3	-1,0
Vale de Cambra	45,7	51,5	40,3	45,3	49,6	41,3	-0,4
Valongo	51,2	54,9	47,8	49,7	52,7	47,0	-1,5
Vila do Conde	50,3	54,7	46,1	48,6	52,3	45,2	-1,7
Vila Nova de Gaia	50,5	54,2	47,1	48,3	50,9	46,0	-2,2

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

À escala inframunicipal, e corroborando as assimetrias internas verificadas no concelho, as freguesias de Rio Tinto e Baguim do Monte e a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim revelavam, em 2021, as taxas de atividade mais elevadas (inclusive masculinas e femininas⁴¹), por oposição à freguesia da Lomba que detinha a taxa mais reduzida (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Taxa de atividade (segundo o sexo) em Gondomar e respetivas freguesias (2021) – (%)



Fonte: INE – Portugal, XVI Recenseamento Geral da População, 2021.

Em linha de consonância com o sucedido no país (0,6%), o panorama de evolução do emprego à escala concelhia tem conhecido uma tendência de relativa estabilização no período em apreço, na medida em que, desde 2011, é perceptível uma variação bastante mais ligeira da taxa de emprego em Gondomar (0,1%) – veja-se que, entre os 13 municípios da AMP que conheceram uma variação positiva desta taxa, o concelho ocupava a última posição, contrariamente aos concelhos do Porto e da Trofa que exibiam os valores mais elevados (respetivamente, 3,3% e 2,5%). Por sua vez, São João da Madeira sobressaía por registar, no último período intercensitário, a variação negativa mais expressiva (-2,0%) (cf. Quadro 37).

Ainda assim, há que ter presente que, em 2021, Gondomar detinha uma taxa de emprego (49,3%) superior à do país (49,1%) e da Região Norte (49,2%), ultrapassando inclusive a do concelho de Espinho (43,7%) e do Porto (45,6%) – territórios com os valores mais reduzidos no interior da AMP.

Relativamente à sua distribuição segundo o sexo, verifica-se novamente uma maior prevalência masculina, apesar da diminuição registada (em 2021, M: 53,2%; F: 45,8%).

De facto, a análise desagregada destes indicadores permite confirmar que as taxas locais de emprego (em especial) e de atividade femininas têm sido, no período considerado, bastante mais reduzidas do que as

⁴¹ Também aqui se verificaram diferenciais, com maior vantagem para o sexo masculino.

masculinas asseverando as linhas de diferenciação e de hierarquização que desde sempre têm marcado a segregação dos mercados de trabalho em função do sexo.

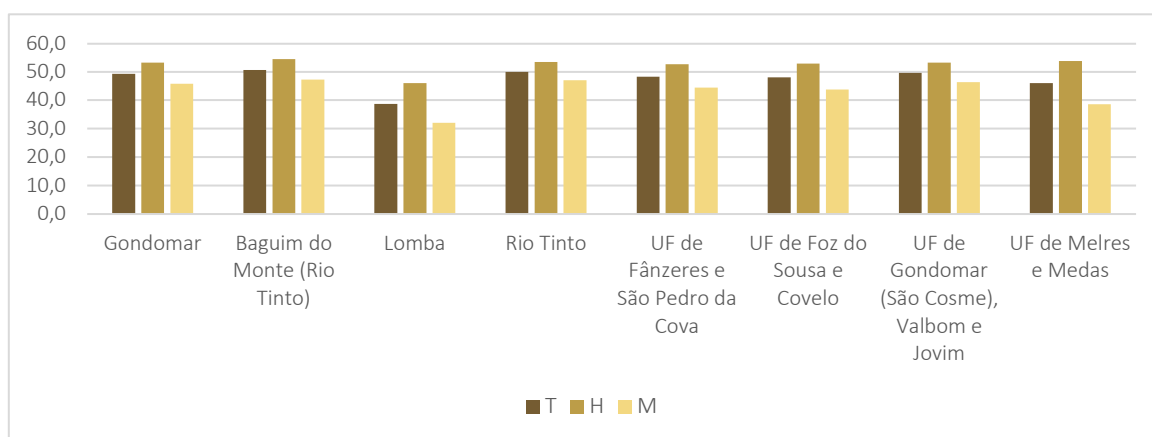
Quadro 37 – Taxa de emprego (segundo o sexo) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (%)

Territórios	2011 ⁽¹⁾			2021			Variação T
	T	H	M	T	H	M	
Portugal	48,5	53,6	43,9	49,1	53,3	45,5	0,6
Região Norte	47,9	54,3	42,3	49,2	54,0	44,8	1,3
Área Metropolitana do Porto	49,2	54,7	44,3	49,9	54,4	46,0	0,7
Arouca	48,4	58,4	39,1	48,7	56,9	41,1	0,3
Espinho	43,0	48,3	38,3	43,7	48,7	39,4	0,7
Gondomar	49,1	54,1	44,5	49,3	53,2	45,8	0,1
Maia	54,3	59,1	49,9	53,6	57,6	50,0	-0,7
Matosinhos	49,9	54,0	46,3	49,2	52,2	46,6	-0,7
Oliveira de Azeméis	53,5	59,9	47,5	52,8	58,1	47,9	-0,7
Paredes	51,7	59,9	43,9	53,1	59,5	47,2	1,4
Porto	42,3	46,1	39,2	45,6	49,5	42,5	3,3
Póvoa de Varzim	50,2	56,5	44,7	50,9	55,6	46,8	0,7
Santa Maria da Feira	51,0	57,8	44,7	51,8	56,7	47,2	0,8
Santo Tirso	48,0	52,9	43,5	49,3	53,7	45,3	1,3
São João da Madeira	53,5	58,0	49,5	51,5	55,4	48,2	-2,0
Trofa	51,3	59,1	44,0	53,8	60,1	48,1	2,5
Vale de Cambra	48,1	55,8	41,0	48,6	54,3	43,3	0,5
Valongo	51,0	56,7	45,8	51,7	56,6	47,3	0,7
Vila do Conde	51,3	58,1	45,1	52,0	57,4	47,1	0,7
Vila Nova de Gaia	49,0	54,1	44,4	49,2	53,1	45,7	0,2

Fontes: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021; PORDATA.

Nota: ⁽¹⁾ Quebra de série.

Gráfico 7 – Taxa de emprego (segundo o sexo) em Gondomar e respetivas freguesias (2021) – (%)



Fonte: INE – Portugal, XVI Recenseamento Geral da População, 2021.

Internamente, e seguindo a orientação da taxa anterior, em 2021, as freguesias de Baguim do Monte e Rio Tinto e a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim voltavam a apresentar as taxas de emprego mais elevadas⁴², por contraste à freguesia da Lomba que sustentava a taxa mais reduzida (Gráfico 7).

Vale a pena ainda olhar para o progressivo envelhecimento da população ativa do país, movimento que, como se compreende, tem levantado dificuldades na sua capacidade de renovação. Entre 2011 e 2021, o índice de renovação da população ativa⁴³ a nível nacional conheceu uma quebra considerável (-16,6%). Neste domínio, a Área Metropolitana do Porto apresenta, no período de referência, uma dinâmica evolutiva distintiva no que toca à recomposição dos seus ativos já que a quebra foi menos gravosa (-16,3%) face ao país e, em especial, à Região Norte (-22,1%) (cf. Quadro 38).

Quadro 38 – Índice de Renovação da População em Idade Ativa em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (%)

Territórios	2011	2021	Variação
Portugal	92,7	76,1	-16,6
Região Norte	96,2	74,1	-22,1
Área Metropolitana do Porto	91,5	75,2	-16,3
Arouca	99,9	71,5	-28,4
Espinho	71,3	62,6	-8,8
Gondomar	89,3	72,7	-16,6
Maia	96,0	76,6	-19,4
Matosinhos	85,5	69,1	-16,4
Oliveira de Azeméis	89,9	68,7	-21,2
Paredes	123,4	85,7	-37,7
Porto	79,3	85,6	6,3
Póvoa de Varzim	97,5	81,8	-15,7
Santa Maria da Feira	96,3	71,7	-24,6
Santo Tirso	83,2	68,6	-14,6
São João da Madeira	99,2	72,2	-27,0
Trofa	105,1	79,0	-26,1
Vale de Cambra	80,9	64,9	-16,0
Valongo	101,5	79,0	-22,5
Vila do Conde	99,6	74,5	-25,1
Vila Nova de Gaia	92,5	74,0	-18,5

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

No interior da AMP, Gondomar tem vindo a assistir a um progressivo comprometimento quer no equilíbrio necessário entre as camadas mais jovens e mais envelhecidas da população ativa, quer na sua capacidade de renovação. Mas, apesar de tudo, o concelho tem conseguido sustentar índices relativamente

⁴² Tanto masculinas, como femininas, embora seja de notar também que a UF de Melres e Medas apresentava uma taxa de emprego masculina significativa.

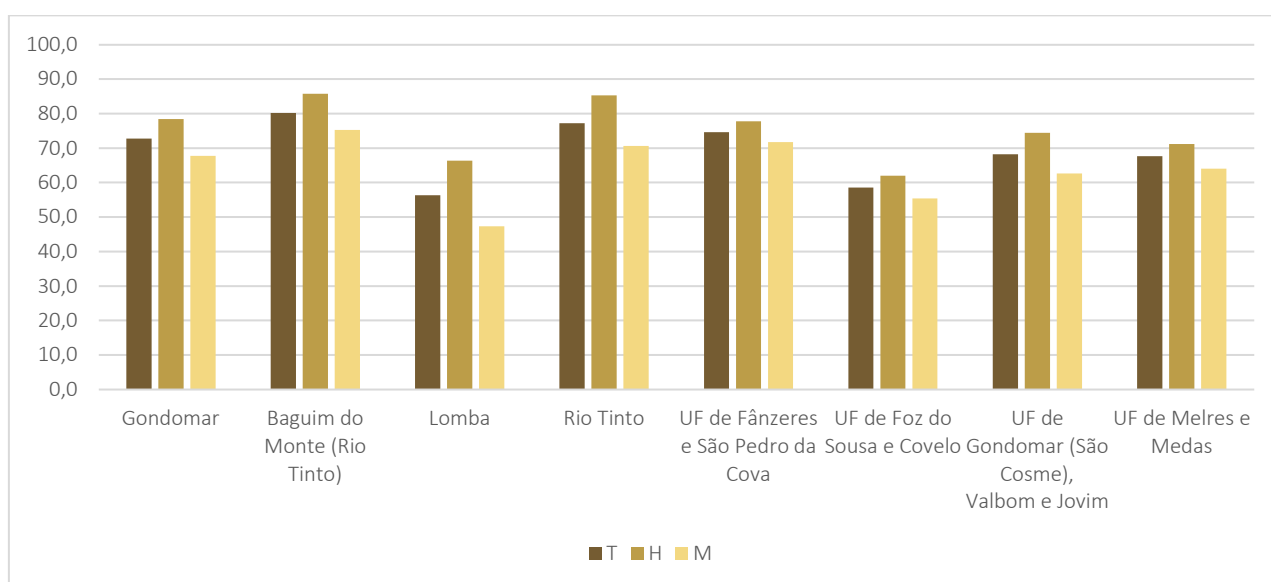
⁴³ IRPIA- Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 55-64 anos) (Metainformação- INE).

menos desfavoráveis no quadro regional. Note-se que a quebra registada, entre 2011 e 2021, no concelho foi, em linha com o país, apreciável (-16,6%), muito embora não tão expressiva como nos concelhos de Paredes (-37,7%), Arouca (-28,4%) e São João da Madeira (-27,0%).

Em 2021, o IRPIA de Gondomar situava-se nos 72,7%, ocupando o território uma posição intermédia no conjunto de municípios constituintes da região. Paredes (85,7%), Porto (85,6%) e Póvoa de Varzim (81,8%) eram os concelhos com os índices mais elevados.

À escala inframunicipal, as freguesias de Baguim do Monte (80,2%) e de Rio Tinto (77,2%) e a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (74,6%) registaram, em 2021, os índices mais elevados, em contraponto à UF de Foz do Sousa e Covelo (58,6%) e à freguesia da Lomba (56,3%) – contraste facilmente perceptível se se atender aos índices de envelhecimento destes espaços (cf. Gráfico 8).

Gráfico 8 – Índice de Renovação da População em Idade Ativa (segundo o sexo) em Gondomar (e respetivas freguesias) (2021) – (%)



Fonte: INE – Portugal, XVI Recenseamento Geral da População, 2021.

A partir de um exame mais detalhado sobre a composição etária, percebe-se uma natural concentração dos ativos empregados do concelho na faixa dos “25-59 anos” de idade, embora com maior significância na dos “35-44 anos” (cf. Quadro 39).

É de ter presente igualmente que, no interior da AMP, Gondomar evidenciava, em 2021, taxas de emprego (segundo os diferentes escalões) reduzidas, sendo esta distância maior face aos restantes concelhos da região à medida que se avançava nos escalões, particularmente nos dos “55-59 anos”, “60-64 anos” e “65 + anos”.

À escala inframunicipal, e olhando isoladamente, é de notar que em 2021:

- a freguesia da Lomba exibia as taxas mais elevadas nas faixas etárias dos “15-24 anos”;

- a UF de Foz do Sousa e Covelo no escalão dos “25-39 anos” e no dos “55-59 anos”;
- a freguesia de Rio Tinto registava uma taxa de emprego mais elevada no grupo etário dos “40-44 anos” e dos “60-64 anos”;
- a freguesia de Baguim do Monte no de “45- 49 anos”;
- a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim no dos “65 e mais anos”.

Quadro 39 – Taxa de emprego segundo os grupos etários em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2021) – (%)

Territórios	T	2021									
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-54	55-59	60-64	65 + anos
Portugal	49,1	4,1	43,3	75,5	80,7	81,8	82,0	80,3	75,7	66,9	59,4
Região Norte	49,2	5,0	45,9	77,6	82,1	82,5	81,9	79,3	73,8	64,6	52,0
Área Metropolitana do Porto	49,9	4,4	44,2	76,7	81,3	82,2	81,9	79,6	74,4	65,9	54,0
Arouca	48,7	6,8	57,4	81,6	83,3	86,4	83,4	79,4	69,2	61,0	51,4
Espinho	43,7	5,4	43,9	75,0	79,7	77,4	78,1	77,1	71,4	63,6	53,6
Gondomar	49,3	4,0	43,6	75,6	80,2	81,8	81,5	78,5	72,7	64,9	50,8
Maia	53,6	3,0	40,1	77,5	83,4	84,9	85,2	84,2	78,7	69,7	57,8
Matosinhos	49,2	3,3	38,7	74,9	79,0	81,4	81,8	79,8	75,4	66,9	56,7
Oliveira de Azeméis	52,8	7,1	55,4	84,7	85,4	86,0	85,7	83,9	80,6	71,2	55,3
Paredes	53,1	6,9	53,0	80,0	83,2	82,0	80,6	77,7	70,9	62,2	50,9
Porto	45,6	2,4	33,3	70,3	76,4	77,5	76,8	75,3	71,2	65,1	64,4
Póvoa de Varzim	50,9	5,1	46,6	77,7	82,5	81,7	81,9	79,3	73,2	66,4	58,3
Santa Maria da Feira	51,8	5,6	51,6	81,1	85,2	85,2	84,6	81,3	75,5	65,4	49,6
Santo Tirso	49,3	7,0	52,3	83,4	86,6	86,7	83,7	82,8	78,8	66,9	39,2
São João da Madeira	51,5	5,6	48,6	77,9	81,7	82,3	82,7	82,7	78,4	70,5	54,4
Trofa	53,8	6,5	54,4	81,1	87,6	85,5	85,4	81,1	78,0	67,5	51,0
Vale de Cambra	48,6	7,2	51,4	83,4	87,2	87,2	85,0	82,4	79,1	69,3	55,3
Valongo	51,7	3,9	45,7	78,2	83,1	82,6	82,2	79,1	74,1	65,3	50,1
Vila do Conde	52,0	4,8	49,3	77,9	83,0	84,0	84,0	81,1	75,1	66,2	52,7
Vila Nova de Gaia	49,2	3,6	41,7	75,1	79,8	81,1	80,8	78,1	72,5	64,4	51,6
Gondomar	49,3	4,0	43,6	75,6	80,2	81,8	81,5	78,5	72,7	64,9	50,8
Freguesias e UF											
Baguim do Monte (Rio Tinto)	50,6	4,0	41,8	77,6	84,0	83,8	82,2	81,6	74,1	65,8	48,9
Lomba	38,7	6,2	55,0	75,9	80,4	76,5	77,4	73,6	66,9	54,2	33,7
Rio Tinto	50,0	3,8	41,6	74,7	80,8	81,6	83,3	79,8	74,2	67,1	52,7
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	48,3	5,2	47,1	75,8	78,3	80,4	77,9	75,2	68,5	60,1	43,5
UF de Foz do Sousa e Covelo	48,1	3,1	51,8	79,2	84,4	84,3	83,2	78,0	76,1	64,3	55,0
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	49,6	3,5	41,7	75,0	79,5	82,6	82,6	79,3	74,5	66,9	55,6
UF de Melres e Medas	46,1	3,8	45,7	78,1	77,4	78,3	75,2	76,5	69,2	61,8	43,9

Fonte: INE – Portugal, XVI Recenseamento Geral da População, 2021.

5.3.2. Emprego

5.3.2.1. Níveis de instrução

Num cenário regional de acréscimo das oportunidades de acesso à instrução e formação dos ativos empregados, a análise da distribuição das qualificações (segundo o nível de escolaridade mais elevado completo) permite ver, no caso do concelho de Gondomar, dois movimentos importantes a considerar.

De um lado, nota-se, entre 2011 e 2021, o acréscimo significativo da população com patamares intermédios e superiores de qualificações, i.e., com o 3.º ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário (+8,8%), bem como o Ensino Superior (+8,1%). Veja-se, aliás, que, em 2021, 49,1% da população empregada do concelho detinha o 3.º ciclo completo, 31,2% havia completado o Ensino Secundário e 26,3% o Ensino Superior (cf. Quadro 40).

Internamente, em 2021, as freguesias de Rio Tinto, de Baguim do Monte e a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim reuniam mais ativos empregados com o 3.º ciclo do Ensino Básico e o Ensino Superior.

Do outro lado, verifica-se, em igual período, a redução da população empregada com os patamares mais elementares. Esta diminuição foi especialmente expressiva nos ativos com o 1.º ciclo do Ensino Básico (-8,3%) do que naqueles com o 2.º ciclo (-0,5%) ou sem nível de instrução (-1,5%). O certo é que, não obstante esta tendência, no último Recenseamento, estes dois níveis de instrução ainda eram reveladores junto deste segmento da população, perfazendo, no total, 50,8% da população empregada (22,2% com o 1.º ciclo e 28,6% com o 2.º ciclo do Ensino Básico).

No interior do concelho, em 2021, a UF de Melres e Medas, a freguesia da Lomba e UF de Foz do Sousa e Covelo reuniam mais ativos empregados com os dois primeiros ciclos do Ensino Básico.

Quadro 40 – População empregada segundo o nível de escolaridade mais elevado completo em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) – (%)

Territórios	Nenhum		Ensino básico		1.º ciclo		2.º ciclo		3.º ciclo		Ensino Secundário		Ensino Pós-Secundário		Ensino Superior (a)	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	2,3	1,0	53,1	37,6	31,8	23,3	28,4	28,6	39,8	48,1	20,9	28,8	1,4	2,3	22,3	30,3
Região Norte	2,2	0,7	58,7	42,5	33,1	24,7	31,8	32,2	35,1	43,1	18,4	27,3	1,2	2,1	19,4	27,4
AMP	2,0	0,6	54,0	37,9	31,9	23,2	30,8	31,3	37,2	45,4	19,5	27,2	1,4	2,3	23,2	31,9
Arouca	2,8	0,7	70,1	54,2	35,6	24,5	36,7	36,4	27,7	39,1	13,9	24,9	1,6	2,3	11,6	17,9
Espinho	2,6	1,0	54,1	38,4	35,0	25,2	28,1	30,0	36,9	44,8	18,5	27,0	0,9	1,4	23,9	32,2
Gondomar	2,1	0,6	55,8	39,2	30,5	22,2	29,2	28,6	40,3	49,1	22,4	31,2	1,5	2,7	18,2	26,3
Maia	1,3	0,5	45,3	30,9	29,4	21,9	27,1	28,0	43,5	50,1	22,5	28,2	1,7	2,5	29,1	37,8
Matosinhos	2,1	0,7	46,8	31,6	32,6	24,5	27,8	28,0	39,6	47,4	20,9	27,1	1,5	2,2	28,7	38,4
Oliveira de Azeméis	2,1	0,7	68,6	51,0	30,7	21,3	35,7	36,7	33,7	42,0	16,0	27,1	1,2	2,2	12,0	19,1
Paredes	3,0	0,8	70,0	52,3	35,6	27,5	34,8	34,5	29,7	38,0	15,2	27,0	0,9	1,9	10,9	18,0
Porto	1,7	0,6	35,7	21,8	33,9	24,8	24,8	25,9	41,3	49,3	18,2	21,1	1,3	1,8	43,1	54,6
Póvoa de Varzim	1,9	0,7	61,6	44,5	31,5	21,5	36,4	37,1	32,1	41,4	17,1	26,9	1,0	1,8	18,3	26,0
Santa Maria da Feira	2,3	0,6	62,9	45,7	32,2	22,6	34,5	34,5	33,4	42,9	17,2	27,4	1,2	2,2	16,5	24,1
Santo Tirso	1,8	0,5	65,2	47,8	32,7	24,3	33,4	34,9	34,0	40,7	17,1	27,2	1,2	2,0	14,7	22,5
São João da Madeira	1,8	0,7	57,7	40,1	30,3	22,6	31,5	32,8	38,2	44,6	19,7	28,8	1,6	2,4	19,2	28,0
Trofa	2,1	0,8	64,1	47,3	32,6	23,7	31,9	32,2	35,5	44,1	18,8	28,2	1,5	2,6	13,4	21,1
Vale de Cambra	1,9	0,6	64,5	46,9	32,8	21,7	34,4	37,7	32,8	40,6	17,1	26,8	1,5	2,7	15,0	23,1
Valongo	2,0	0,6	55,1	39,4	29,8	21,9	31,1	29,9	39,1	48,2	22,2	30,3	1,6	2,7	19,1	27,0
Vila do Conde	2,0	0,8	61,2	43,9	31,0	21,2	35,2	35,3	33,7	43,5	17,3	27,0	1,3	2,1	18,2	26,4
Vila Nova de Gaia	1,9	0,6	51,3	35,5	31,6	23,2	28,3	28,5	40,2	48,3	21,2	28,3	1,6	2,5	24,0	33,1
Gondomar	2,1	0,6	55,8	39,2	30,5	22,2	29,2	28,6	40,3	49,1	22,4	31,2	1,5	2,7	18,2	26,3
Freguesias e UF																
Baguim do Monte (Rio Tinto)	1,6	0,3	53,8	38,4	30,1	21,2	28,4	28,4	41,5	50,4	22,8	30,9	1,4	2,8	20,4	27,6
Lomba	2,3	1,5	75,0	55,7	35,3	24,8	35,6	33,3	29,2	41,9	13,5	27,0	1,5	1,9	7,7	13,8
Rio Tinto	1,9	0,5	52,0	34,6	27,9	20,5	28,6	27,7	43,4	51,8	23,6	32,2	1,6	2,9	20,9	29,8
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	3,2	0,9	64,1	47,3	30,9	23,0	30,2	29,1	38,9	47,8	20,3	31,3	1,3	2,9	11,1	17,7
UF de Foz do Sousa e Covelo	1,6	0,6	61,6	45,0	36,6	24,7	30,8	30,7	32,6	44,7	21,2	30,1	1,5	2,1	14,1	22,2
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	1,8	0,5	51,8	36,1	30,9	22,4	28,0	27,8	41,1	49,8	23,3	30,7	1,5	2,6	21,6	30,2
UF de Melres e Medas	1,9	0,6	63,9	48,5	35,8	27,0	32,5	34,8	31,6	38,2	20,1	29,8	2,3	2,0	11,8	19,2

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021. Nota: (a) inclui Curso técnico superior profissional, Bacharelato, Licenciatura, Mestrado e Doutoramento.

Na realidade, estas evidências entram em linha de articulação com o que se sabe em relação aos indicadores referentes à educação/escolaridade da população residente concelhia. É bom ter presente que o território tem visto aumentar, desde 2011, o acesso aos diferentes níveis de instrução/escolaridade, sendo, neste caso, os ganhos particularmente consideráveis nos patamares intermédios (3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário) (rever, a este propósito, o ponto 5.2.2.1 do presente Documento).

Isto permite concluir que o impacto da escolarização tem sido progressivo e consistente no território, ainda que haja a necessidade de se continuar a apostar no favorecimento dos processos de (re)qualificação profissional de cariz diverso, seja por via da capacitação/formação em geral (com o objetivo de aumentar as qualificações dos jovens e adultos empregados com baixos níveis de instrução), seja por outras estratégias de ativação para o emprego e de favorecimento da (re)inserção em prol de um maior envolvimento do tecido empresarial/comunitário nestes domínios.

5.3.2.2. Setores/ramos de atividade económica

Setor primário

As indicações acerca da estrutura produtiva permitem, à primeira vista, compreender que o nosso país, desde a segunda metade do século XX, foi atravessado por fortes processos de recomposição nos seus setores de atividade económica.

Em primeiro lugar, por força do incremento do processo de industrialização e do arranque da terciarização das atividades económicas, Portugal vive um período de crescimento significativo, notadamente até aos anos de 1970, e uma das consequências mais evidentes destas mudanças foi, precisamente, o abandono progressivo da atividade agrícola.

A partir desse período, o movimento de desaceleração, patente num declínio muito sensível dos ativos envolvidos nesta atividade, começa a ser muito relevante.

Ora, sendo esta redução drástica bastante intensa ao longo das décadas subsequentes, denota-se que, no início do século XXI, pouca era a expressão da população empregada neste setor – aliás, no último Recenseamento, a sua importância situava-se mesmo nos 2,9%, sofrendo uma variação de pouco alcance face a 2011 (-1%) (cf. Quadro 42).

Neste ponto, o concelho de Gondomar manteve, no último período censitário, os seus ativos empregados neste setor – veja-se que estes constituíam, em 2021, apenas 0,4% no total da população empregada, proporção essa das mais reduzidas dos concelhos que integram a AMP. Gondomar era, de resto, acompanhado pelos concelhos do Porto e Valongo (0,4%), bem como por São João da Madeira (0,3%).

Ainda que sujeita a um movimento consistente de inflexão, reconhece-se a relevância do volume global que as atividades da agricultura, silvicultura, pesca e caça sempre tiveram na composição do tecido

económico de concelhos como Póvoa de Varzim, Arouca e Vila do Conde – territórios com as proporções mais elevadas em 2021 (respetivamente, 5,9% e 5,5%).

No interior do concelho de Gondomar, a freguesia da Lomba destacava-se por deter a proporção mais elevada de ativos neste setor.

Sector Secundário

Por outro lado, importa ver que, ao longo do tempo, o peso do setor secundário na estruturação da mão de obra regional foi sendo também muito importante, conseguindo os territórios manter, não obstante o reforço crescente do processo de terciarização, uma posição relativamente favorável na retenção de emprego na indústria, especialmente até finais do século XX (década de 1980), e que se vai sustentando (mais moderadamente) até início do século seguinte.

Tomando por referência as últimas duas décadas, e por confronto à média nacional, os valores da Região Norte e da AMP ainda eram expressivos, posicionando-se as diferenças percentuais, na casa dos 9 e 4 pontos (cf. Quadro 42).

No entanto, é de sublinhar que as variações de declínio verificadas no setor secundário começam já a ser na atualidade muito significativas. Ainda que a Região Norte e a AMP se encontrassem marcadas, de alguma forma, pelas atividades na indústria, a quebra do setor não deixa de surgir de modo explícito nos últimos dois Recenseamentos, daí que se entenda que o significado deste setor tem vindo a perder gradativamente força.

Veja-se, aliás, que, um pouco mais do que à escala nacional (-1,7%), a AMP e a Região Norte registaram movimentos de alguma contração (respetivamente, -2,0%). Perante tal cenário, conhecem-se bem as consequências que daí decorrem: por um lado, a contribuição decrescente do setor na criação de emprego e, por outro, o progressivo decréscimo da sua importância na estrutura produtiva.

Relativamente ao concelho de Gondomar, há que ver que, em consonância com o sucedido nas regiões, também o território conheceu, entre 2011 e 2021, uma contração da proporção dos seus ativos no setor secundário de ordem semelhante (-1,9%), ocupando uma posição menos favorável no conjunto de municípios constituintes da AMP. Veja-se que Gondomar, juntamente com os concelhos de Matosinhos e do Porto, reunia as proporções mais reduzidas (respetivamente, 22,3%, 18,0% e 13,6%) traduzindo um menor dinamismo deste setor, em especial tendo por referência o passado. Estes valores contrastavam claramente, em 2021, com os dos concelhos de Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Arouca e São João da Madeira (cuja variação se situava entre os 46% e 55%).

À escala inframunicipal, a freguesia da Lomba e a UF de Melres e Medas registavam as proporções mais elevadas nesse setor.

Apesar desta quebra, Gondomar não deixa de apresentar uma dinâmica empresarial marcada por uma diversidade de setores e uma forte tradição industrial, especialmente na metalomecânica e na ourivesaria. A sua proximidade ao Porto e as boas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias conferem-lhe vantagens competitivas (CMG, 2024b, p.1).

A este propósito, e olhando a informação de forma desagregada, resta acrescentar que o peso do setor secundário no concelho tem permanecido em torno de certos ramos de atividade, principalmente afetos às indústrias transformadoras e (em menor grau) às atividades da construção, verificando-se, portanto, um histórico de especialização produtivo deste território (cf. adiante Quadro 43). A freguesia da Lomba, a UF de Melres e Medas e a UF de Foz do Sousa e Covelo registavam, em 2021, as proporções mais elevadas nestes ramos.

Gondomar é, aliás, conhecido pela sua tradição em ourivesaria e joalharia, com várias empresas a atuar neste setor. Além disso, a metalomecânica e a produção de materiais de construção também têm uma presença significativa.

No que respeita ao Património Industrial, é de referir a Indústria de Extração Mineira de São Pedro da Cova que, num passado ainda recente, empregou muitos habitantes da freguesia, sendo um símbolo dessa atividade industrial o Cavalete de S. Vicente (CMG, 2024b, p.1).

Setor Terciário

É preciso referir que as transformações ocorridas, a nível nacional, no setor secundário dizem igualmente respeito ao modo como, em igual período, o setor terciário foi ganhando força. Bastará notar que este setor assume, desde 2011, forte expressividade na retenção de ativos empregados – sempre acima dos 70% –, detendo um importante diferencial face ao setor secundário (acima dos 44,0% em 2011 e dos 47,5% em 2021) (cf. Quadro 42).

Este panorama não parece, aliás, divergir com o sucedido na Região Norte e na Área Metropolitana do Porto – repare-se que, em 2021, ambas as regiões concentravam, respetivamente, 64% e 70% da sua população empregada. O que está aqui em causa é que, de facto, o processo de terciarização passou a assumir dominância na evolução da população ativa, tendo a ocupação profissional neste setor vindo sempre a crescer. No último período censitário, a proporção dos ativos empregados no setor terciário cresceu 1,8% no país, 2,5% na Região Norte e 2,2% na AMP.

Ainda que a convergência não assuma um impacto similar em todos os concelhos da AMP, Gondomar situava-se, em 2021, entre os concelhos da região em que o processo de terciarização mais se fazia sentir (77,2%), acompanhando, de forma próxima, concelhos como os do Porto (86,0%) e Matosinhos (81,4%), territórios com as maiores proporções de ativos no setor. Além do mais, há que acrescentar que também os concelhos da Maia e de Vila Nova de Gaia detinham proporções importantes (respetivamente, 76,0% e

75,7%). Por oposição, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca exibiam as proporções mais baixas (respetivamente, 44,0%, 46,9% e 48,3%), o que se entende se se tiver em linha de conta os dados relativos ao peso do setor secundário.

No concelho de Gondomar, as freguesias de Rio Tinto e de Baguim do Monte e UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim reuniam as proporções mais elevadas neste setor.

Será, ainda, de sublinhar que, desde 2011, destacando-se inclusive no interior da AMP, Gondomar tem vindo a registar o fortalecimento dos serviços ligados ao comércio, alojamento e restauração, mas também dos serviços prestados à sociedade nas áreas da educação e da saúde humana e apoio social (cf. adiante Quadro 43). As freguesias de Rio Tinto, de Baguim do Monte e a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova registavam as proporções mais elevadas nos ramos do comércio e no alojamento e restauração. A UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim e as freguesias de Rio Tinto e da Lomba tinham as proporções mais elevadas de ativos nas áreas da educação e da saúde.

O setor de serviços, incluindo turismo e restauração, tem vindo a crescer, apoiado por iniciativas para promover o património cultural e natural da região. Por outro lado, nos últimos anos, tem havido um esforço da autarquia para incentivar a inovação, com a criação de incubadoras e espaços de *coworking* que apoiam *startups* e empresas tecnológicas (CMG, 2024b, p.2).

No que toca à evolução dos diferentes setores, Gondomar enfrenta, na atualidade, uma série de oportunidades e desafios relevantes (cf. Quadro 41).

Quadro 41 – Desafios e Oportunidades encontrados na dinâmica empresarial de Gondomar (2024)

Desafios	Oportunidades
Concorrência: A competição com concelhos vizinhos, especialmente o Porto, pode ser um obstáculo para algumas empresas.	Turismo: O desenvolvimento de iniciativas turísticas, como a promoção de rotas culturais e gastronómicas.
Capacitação: A necessidade de formação e capacitação da mão de obra para atender às exigências de um mercado em constante evolução.	Inovação: Investimento em tecnologia e inovação pode abrir novas portas, especialmente em setores como a indústria.
Sustentabilidade: A adoção de práticas empresariais sustentáveis é um desafio crescente que exige investimento e adaptação	Colaboração: A colaboração entre empresas, associações e o Município pode fomentar um ambiente empresarial mais robusto.

Fonte: CMG (2024b) – Enquadramento de Dinâmica Empresarial do Município de Gondomar, Divisão de Promoção e Atração de Investimento, p.2.

Quadro 42 – População empregada segundo os setores de atividade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) – (%)

Territórios	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	3,1	2,9	26,5	24,8	70,5	72,3
Região Norte	2,9	2,4	35,5	33,5	61,6	64,1
AMP	1,3	1,1	30,7	28,7	68,0	70,2
Arouca	6,6	5,5	45,7	46,2	47,7	48,3
Espinho	0,7	0,5	31,1	30,9	68,2	68,6
Gondomar	0,4	0,4	24,2	22,3	75,4	77,2
Maia	0,6	0,6	25,3	23,4	74,1	76,0
Matosinhos	0,6	0,6	20,6	18,0	78,8	81,4
Oliveira de Azeméis	1,2	1,2	56,4	54,8	42,4	44,0
Paredes	1,1	0,9	45,7	43,0	53,1	56,2
Porto	0,3	0,4	14,3	13,6	85,4	86,0
Póvoa de Varzim	8,3	5,9	29,4	27,8	62,3	66,3
Santa Maria da Feira	0,7	0,7	46,3	44,5	52,9	54,8
Santo Tirso	0,8	0,8	48,9	43,9	50,3	55,3
São João da Madeira	0,2	0,3	45,1	45,6	54,7	54,1
Trofa	1,8	1,3	47,9	44,8	50,3	53,9
Vale de Cambra	2,0	1,2	53,5	51,9	44,5	46,9
Valongo	0,4	0,4	28,5	27,2	71,1	72,4
Vila do Conde	7,5	5,5	34,2	30,7	58,3	63,8
Vila Nova de Gaia	0,4	0,5	25,8	23,7	73,7	75,7
Gondomar	0,4	0,4	24,2	22,3	75,4	77,2
Freguesias e UF						
Baguim do Monte (Rio Tinto)	0,4	0,5	22,9	20,6	76,7	78,9
Lomba	2,3	1,5	55,0	46,7	42,7	51,8
Rio Tinto	0,3	0,3	19,3	17,6	80,4	82,2
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	0,4	0,5	28,5	26,6	71,1	72,9
UF de Foz do Sousa e Covelo	0,9	0,6	33,9	29,8	65,3	69,6
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	0,5	0,5	22,6	21,8	76,8	77,7
UF de Melres e Medas	0,5	0,5	38,7	34,7	60,8	64,8

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

Quadro 43 – População empregada segundo os ramos de atividade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) – (%)

Territórios	A		B		C		D		E		F		G	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	3,1	2,9	0,3	0,2	16,4	15,7	0,6	0,4	0,7	0,7	8,5	7,7	17,3	16,1
Região Norte	2,9	2,4	0,3	0,2	24,1	23,4	0,6	0,4	0,6	0,7	10,0	8,9	17,4	16,6
AMP	1,3	1,1	0,1	0,1	22,7	21,3	0,6	0,4	0,7	0,7	6,7	6,3	19,1	17,7
Arouca	6,6	5,5	0,6	0,2	29,1	31,3	0,5	0,2	0,2	0,6	15,1	13,9	14,6	12,6
Espinho	0,7	0,5	0,0	0,0	24,1	24,3	0,5	0,2	0,5	0,6	6,0	5,7	17,0	15,8
Gondomar	0,4	0,4	0,1	0,0	15,6	14,2	0,6	0,4	0,9	1,0	7,0	6,6	22,0	20,4
Maia	0,6	0,6	0,1	0,0	17,3	16,2	0,8	0,5	0,8	0,8	6,4	5,9	20,1	18,7
Matosinhos	0,6	0,6	0,1	0,0	14,2	11,9	0,7	0,5	0,6	0,6	5,0	4,9	19,6	18,6
Oliveira de Azeméis	1,2	1,2	0,1	0,0	50,7	49,6	0,3	0,2	0,6	0,5	4,7	4,5	15,7	13,3
Paredes	1,1	0,9	0,1	0,1	34,7	32,4	0,5	0,3	0,6	0,5	9,8	9,6	18,9	17,5
Porto	0,3	0,4	0,0	0,0	9,4	8,5	0,6	0,6	0,5	0,6	3,7	3,8	17,1	14,9
Póvoa de Varzim	8,3	5,9	0,1	0,0	18,1	18,2	0,4	0,2	0,5	0,5	10,4	8,8	18,7	18,3
Santa Maria da Feira	0,7	0,7	0,1	0,1	36,7	36,3	0,4	0,3	0,5	0,7	8,7	7,2	18,7	16,6
Santo Tirso	0,8	0,8	0,3	0,1	41,2	36,8	0,5	0,3	0,7	0,7	6,2	6,0	16,0	17,8
São João da Madeira	0,2	0,3	0,1	0,0	42,0	42,0	0,2	0,1	0,5	0,5	2,3	3,0	18,8	15,3
Trofa	1,8	1,3	0,0	0,0	38,1	36,1	0,5	0,2	0,9	0,8	8,3	7,6	18,8	18,5
Vale de Cambra	2,0	1,2	0,2	0,1	45,7	45,0	0,4	0,2	0,2	0,4	7,0	6,3	13,7	11,8
Valongo	0,4	0,4	0,1	0,1	19,2	18,6	0,7	0,4	1,0	0,9	7,5	7,3	21,1	19,6
Vila do Conde	7,5	5,5	0,1	0,0	23,3	21,5	0,6	0,3	0,6	0,7	9,6	8,1	18,0	17,8
Vila Nova de Gaia	0,4	0,5	0,1	0,0	18,0	16,5	0,5	0,3	0,7	0,9	6,5	6,0	20,6	18,9
Gondomar	0,4	0,4	0,1	0,0	15,6	14,2	0,6	0,4	0,9	1,0	7,0	6,6	22,0	20,4
Freguesias e UF														
Baguim do Monte (Rio Tinto)	0,4	0,5	0,0	0,0	13,9	12,6	0,5	0,3	1,1	1,1	7,4	6,6	22,9	21,9
Lomba	2,3	1,5	1,9	0,4	28,8	30,2	0,4	0,2	0,4	1,3	23,5	14,5	10,0	10,8
Rio Tinto	0,3	0,3	0,0	0,0	13,1	11,6	0,6	0,5	0,6	0,6	5,0	4,9	22,2	20,6
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	0,4	0,5	0,0	0,0	18,6	17,1	0,5	0,4	0,8	1,0	8,5	8,2	23,5	21,9
UF de Foz do Sousa e Covelo	0,9	0,6	0,2	0,1	21,1	18,8	0,8	0,4	2,6	2,5	9,3	8,1	18,9	17,8
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	0,5	0,5	0,1	0,1	15,2	14,2	0,7	0,5	1,0	1,2	5,6	5,9	22,3	20,0
UF de Melres e Medas	0,5	0,5	0,2	0,0	15,1	16,2	1,5	1,0	1,9	1,8	19,9	15,6	11,8	13,1

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

Legenda: A) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B) Indústrias extrativas; C) Indústrias transformadoras; D) Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E) Captação, trat. e distrib. de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F) Construção e G) Comércio por grosso e a retalho; rep. de veículos automóveis e motociclos.

Quadro 43 – População empregada segundo os ramos de atividade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) – (%) – (cont.)

Territórios	H		I		J		K		L		M		N	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	3,7	4,0	6,7	5,8	2,3	3,4	2,4	2,3	0,6	0,9	4,1	4,9	4,4	4,8
Região Norte	2,9	3,2	5,4	4,6	1,5	2,5	1,7	1,6	0,5	0,7	3,5	4,3	3,3	3,9
AMP	3,6	4,1	5,7	5,2	2,0	3,4	2,2	2,1	0,6	1,0	4,4	5,3	4,2	4,7
Arouca	2,3	2,4	5,0	4,1	0,5	1,1	1,3	1,8	0,2	0,2	2,0	2,7	1,9	2,2
Espinho	2,2	2,7	7,0	5,9	1,6	2,6	2,2	1,9	0,7	0,9	3,5	4,6	3,3	3,9
Gondomar	4,2	4,8	6,6	6,1	2,1	3,4	2,0	1,9	0,6	0,9	3,9	4,5	5,4	5,9
Maia	5,2	5,8	5,5	4,8	2,6	4,3	2,8	2,4	0,8	1,1	5,3	5,8	4,5	5,2
Matosinhos	5,4	6,0	7,0	6,0	2,7	4,4	2,9	2,6	0,8	1,3	5,4	6,3	5,9	6,0
Oliveira de Azeméis	1,8	2,2	2,9	2,6	0,7	1,3	1,0	1,3	0,2	0,5	2,2	3,1	1,7	2,5
Paredes	2,5	3,2	4,0	3,4	0,9	1,5	1,1	1,3	0,3	0,6	2,5	3,5	2,9	3,5
Porto	2,9	3,2	6,8	6,9	3,2	5,8	3,9	3,3	1,1	1,6	8,3	9,9	5,4	5,7
Póvoa de Varzim	2,3	3,7	6,6	5,3	1,0	2,3	1,5	1,6	0,6	0,9	3,5	4,2	2,9	3,2
Santa Maria da Feira	2,3	2,6	4,1	3,7	0,9	1,8	1,4	1,4	0,4	0,6	2,7	3,6	2,5	3,3
Santo Tirso	2,6	3,0	3,8	3,1	1,4	2,3	1,1	1,2	0,2	0,5	2,5	3,2	2,7	2,9
São João da Madeira	1,8	2,0	4,1	3,7	1,6	2,0	1,6	1,6	0,4	0,6	3,1	4,7	2,5	3,2
Trofa	3,0	3,4	4,2	3,5	1,3	2,0	1,0	1,1	0,4	0,7	2,9	3,7	3,0	3,7
Vale de Cambra	2,4	2,2	3,5	3,0	0,8	1,3	1,3	2,1	0,3	0,4	2,1	3,4	1,7	2,3
Valongo	4,8	5,5	5,9	4,9	2,1	3,4	2,0	1,8	0,5	0,8	3,6	4,2	4,4	5,1
Vila do Conde	3,7	5,1	5,1	4,4	1,2	2,4	1,5	1,4	0,5	0,8	3,4	4,1	3,0	3,7
Vila Nova de Gaia	4,1	4,4	6,6	6,1	2,6	3,9	2,6	2,3	0,8	1,1	4,6	5,3	4,8	5,3
Gondomar	4,2	4,8	6,6	6,1	2,1	3,4	2,0	1,9	0,6	0,9	3,9	4,5	5,4	5,9
Freguesias e UF														
Baguim do Monte (Rio Tinto)	4,6	5,1	6,7	6,7	2,5	3,6	2,5	1,8	0,6	1,1	4,0	4,8	5,2	5,8
Lomba	2,3	3,0	2,7	2,6	0,8	1,5	0,4	0,2	0,6	0,0	1,3	2,8	2,5	4,3
Rio Tinto	4,8	5,3	7,3	6,8	2,6	4,3	2,5	2,2	0,7	1,1	4,0	4,7	5,8	6,2
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	4,3	4,8	7,3	6,3	1,6	3,0	1,1	1,3	0,4	0,7	2,7	3,4	6,0	6,8
UF de Foz do Sousa e Covelo	3,2	3,8	3,2	3,9	1,3	1,6	1,0	1,6	0,5	0,8	2,5	3,8	4,0	4,6
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	3,8	4,4	6,1	5,4	2,1	3,3	2,5	2,2	0,6	1,0	4,9	5,3	4,8	5,2
UF de Melres e Medas	2,8	3,7	5,6	5,6	1,4	1,7	0,9	0,9	0,5	0,7	2,7	3,6	3,9	4,0

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

Legenda: H) Transportes e armazenagem; I) Alojamento, restauração e similares; J) Atividades de informação e de comunicação; K) Atividades financeiras e de seguros; L) Atividades imobiliárias; M) Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e N) Atividades administrativas e dos serviços de apoio.

Quadro 43 – População empregada segundo os ramos de atividade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) – (%) – (cont.)

Territórios	O		P		Q		R		S		T		U	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	7,2	7,9	8,6	7,4	8,2	10,1	1,0	1,2	2,0	2,3	1,9	1,4	0,0	0,0
Região Norte	5,2	5,8	8,5	7,0	7,3	9,2	0,8	1,0	1,9	2,2	1,8	1,3	0,0	0,0
AMP	4,7	5,1	8,6	7,3	7,9	9,7	1,0	1,2	2,1	2,3	1,9	1,3	0,0	0,0
Arouca	3,9	4,6	6,5	5,1	5,1	7,8	0,4	0,5	1,7	2,0	2,3	1,2	0,0	0,0
Espinho	6,0	6,5	10,4	8,4	7,0	8,6	2,9	2,8	2,3	2,5	1,8	1,5	0,0	0,0
Gondomar	5,8	6,0	8,0	7,0	8,9	10,8	0,9	1,0	2,5	2,6	2,4	1,8	0,0	0,0
Maia	4,9	5,2	9,2	8,1	8,7	10,0	0,9	1,0	2,3	2,3	1,4	1,1	0,0	0,0
Matosinhos	5,1	5,8	9,1	8,2	9,1	10,7	1,1	1,5	2,4	2,4	2,3	1,6	0,0	0,0
Oliveira de Azeméis	3,0	3,2	5,6	4,9	4,5	6,0	0,5	0,6	1,5	1,7	1,1	0,8	0,0	0,0
Paredes	4,4	4,9	6,1	5,5	4,8	7,0	0,4	0,7	1,4	1,8	2,9	1,8	0,0	0,0
Porto	5,4	5,6	13,0	10,2	11,9	12,9	1,5	2,0	2,3	2,3	2,6	1,6	0,0	0,1
Póvoa de Varzim	4,5	4,7	8,2	7,0	7,3	9,8	1,6	1,6	2,1	2,6	1,5	1,2	0,0	0,0
Santa Maria da Feira	3,4	3,7	7,3	6,0	5,8	7,8	0,6	0,9	1,7	2,0	1,1	0,9	0,0	0,0
Santo Tirso	3,4	3,8	7,0	6,0	6,5	8,3	0,5	0,7	1,8	2,0	0,9	0,7	0,0	0,0
São João da Madeira	3,6	4,1	8,5	6,7	5,6	6,7	0,7	0,9	1,8	2,0	0,7	0,4	0,0	0,0
Trofa	2,5	3,2	5,3	4,7	4,6	5,8	0,5	0,7	1,9	2,0	0,9	0,8	0,0	0,0
Vale de Cambra	3,9	4,2	6,4	5,0	5,4	7,8	0,5	0,6	1,3	1,8	1,4	1,0	0,0	0,0
Valongo	5,7	5,7	8,1	6,8	8,3	9,8	0,6	1,0	2,3	2,4	1,6	1,3	0,0	0,0
Vila do Conde	4,3	4,9	7,3	6,3	6,5	8,7	1,0	1,2	1,6	2,0	1,4	1,0	0,0	0,0
Vila Nova de Gaia	4,8	5,4	8,8	7,6	8,0	10,1	1,1	1,3	2,3	2,5	2,1	1,5	0,0	0,0
Gondomar	5,8	6,0	8,0	7,0	8,9	10,8	0,9	1,0	2,5	2,6	2,4	1,8	0,0	0,0
Freguesias e UF														
Baguim do Monte (Rio Tinto)	5,9	6,3	8,5	7,2	8,6	9,8	0,8	0,9	2,1	2,7	1,9	1,3	0,0	0,0
Lomba	9,6	8,4	4,2	4,3	6,5	12,1	0,4	0,2	0,6	0,6	0,8	0,9	0,0	0,0
Rio Tinto	5,4	5,8	8,8	7,6	10,3	12,0	0,9	1,1	2,8	2,7	2,3	1,7	0,0	0,0
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	4,7	4,7	5,9	5,5	7,5	9,3	0,8	0,9	2,8	2,6	2,5	1,8	0,0	0,0
UF de Foz do Sousa e Covelo	7,6	8,0	8,2	6,6	8,4	11,3	0,8	0,8	2,0	2,1	3,4	3,0	0,0	0,0
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	6,3	6,6	9,0	7,9	8,8	11,0	1,0	1,0	2,5	2,6	2,3	1,6	0,0	0,0
UF de Melres e Medas	8,9	8,1	6,6	5,6	9,2	10,9	1,0	1,0	1,5	2,3	4,0	3,4	0,0	0,0

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

Legenda: O) Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória; P) Educação; Q) Atividades de saúde humana e apoio social; R) Atividades artísticas, de espetáculos, desp. e recreativas; S) Outras atividades de serviços; T) Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e ativ. de prod. das famílias para uso próprio e U) Atividades dos org. internacionais e outras instituições extra-territoriais.

5.3.2.3. Ganho médio mensal (total e por setor de atividade)

Tendo em consideração o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem do concelho (cf. Quadro 44), verifica-se que, apesar do aumento registado entre 2011 e 2022 (na ordem dos 272,4€), na generalidade, este tem sido bem mais reduzido do que o encontrado à escala nacional e regional – na Região Norte, a variação foi de 304,4€ e na AMP de 322,2€.

Em 2022, o ganho médio mensal em Gondomar fixava-se nos 1141,0€, encontrando-se o concelho entre aqueles que, no interior da AMP, detinham os valores mais baixos⁴⁴. A par de Gondomar, destacam-se os municípios da Póvoa de Varzim (1134,2€), de Arouca (1091,2€) e Paredes (1059,1€). Neste ano, Porto, Matosinhos, Maia e Vila Nova de Gaia reuniam os ganhos médios mensais mais significativos (respetivamente, 1628,7€, 1536,5€, 1430,5€ e 1305,7€), situação igualmente observada em 2011.

Será importante, ainda, referir a presença de disparidades de género na avaliação do ganho médio mensal no período em apreço. De modo transversal, e não obstante o aumento dos rendimentos em ambos os sexos, constata-se a persistência de diferenciais remuneratórios em Gondomar – na ordem dos 100,46€ (em 2002) –, com evidente penalização para as mulheres. Ainda assim, Gondomar, a par de Paredes, encontrava-se entre os concelhos da região cujo diferencial era menos significativo (93,18€), denotando um maior sentido de equidade remuneratória.

Em paralelo, e sendo notório o reforço remuneratório entre os trabalhadores por conta de outrem pelos vários setores de atividade económica, é de sublinhar também que, em 2022, o setor dos serviços, juntamente com o da indústria, construção, energia e água eram aqueles que, no concelho, e por comparação, exibiam as remunerações médias mais elevadas (1164,2€ e 1098,83€). Mesmo sendo baixas face às médias nacionais e regionais, estas espelham os próprios moldes de configuração do tecido socioeconómico local existente.

⁴⁴ Tendência igualmente verificada no anterior Diagnóstico Social aquando da análise do mercado de trabalho concelhio (CMG, 2015a, p.216).

Quadro 44 – Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem - total e por setor de atividade económica - em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2002-2021) – (€)

Territórios	2011	2022	Variação	2022			2022	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústria, construção, energia e água	Serviços
				H	M	Diferencial				
Portugal	ND	1362,4	x	1469,15	1233,53	235,62	1362,37	1056,18	1279,73	1407,3
Região Norte	949,1	1253,5	304,4	1347,67	1136,56	211,11	1253,46	1009	1181,32	1308,8
AMP	1056,4	1378,6	322,2	1490,7	1235,35	255,35	1378,56	1132,34	1290,16	1423,39
Arouca	747,9	1091,2	343,3	1163,33	978,1	185,23	1091,19	1031,1	1127,43	1042,12
Espinho	867,1	1145,1	278,0	1245,04	1057,18	187,86	1145,08	1077,67	1174,31	1132,91
Gondomar	868,6	1141	272,4	1184,32	1083,86	100,46	1141,02	921,96	1098,83	1164,2
Maia	1144,7	1430,5	285,8	1540,09	1269,51	270,58	1430,48	979,65	1396,95	1445,92
Matosinhos	1137,1	1536,5	399,4	1686,67	1350,07	336,6	1536,5	1153,22	1580,88	1526,26
Oliveira de Azeméis	929,1	1272,6	343,5	1403,37	1055,86	347,51	1272,56	931,31	1329,39	1142,5
Paredes	795,5	1059,1	263,6	1094,86	1001,68	93,18	1059,05	938,86	1010,15	1122,76
Porto	1279,9	1628,7	348,8	1830,9	1415,01	415,89	1628,73	1677,63	1634,85	1628,1
Póvoa de Varzim	908,2	1134,2	226,0	1214,58	1046,71	167,87	1134,24	1330,45	1075,55	1153,22
Santa Maria da Feira	952,1	1222,1	270,0	1307,62	1100,39	207,23	1222,14	983,21	1256,79	1179,69
Santo Tirso	829	1161,4	332,4	1255,45	1049,48	205,97	1161,39	978,48	1156,85	1173,38
São João da Madeira	901,7	1212,6	310,9	1335,2	1095,65	239,55	1212,57	832,8	1234	1190,33
Trofa	963,8	1254,1	290,3	1334,11	1132,8	201,31	1254,14	876,27	1319,39	1198,79
Vale de Cambra	986,9	1261,4	274,5	1381,52	1084,44	297,08	1261,44	810,03	1304,29	1152,8
Valongo	912,3	1229,6	317,3	1308,54	1104,37	204,17	1229,59	876,17	1269,24	1202,9
Vila do Conde	960,4	1267,1	306,7	1355,27	1146,74	208,53	1267,13	1037,11	1247,32	1296,44
Vila Nova de Gaia	1029,5	1305,7	276,2	1380,55	1205,79	174,76	1305,72	1375,63	1282,09	1317,27

Fonte: MTSSS/GEP– Portugal, Quadros de Pessoal, 2011-2022.

Notas: Os dados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa; ND - Dado não disponível.

5.3.2.4. Mobilidade Pendular e Localização da População Empregada

À semelhança da análise efetuada acerca da morfologia das deslocações da população estudantil do concelho⁴⁵, também é possível fornecer alguma informação relativa às práticas da mobilidade da população empregada (cf. Quadro 45).

Primeiramente, o modelo de organização dos fluxos casa-trabalho permite observar uma grande permeabilidade dos ativos empregados do concelho de Gondomar à região da AMP. Veja-se que, em 2021, 62,7% deste segmento populacional trabalhava fora do município de residência – proporção bem acima dos valores nacionais (40,1%) –, sendo o concelho acompanhado pelo de Valongo (65,3%). Já a proporção daqueles que trabalhavam noutro município da região situava-se nessa altura nos 57,1%, valor que superava identicamente o registado no país (30,3%).

Juntamente com Valongo, Gondomar encontrava-se no topo dos concelhos da AMP onde o significado da adesão ao local era menos significativo, embora seja importante sublinhar que o raio das deslocações diárias não tem extravasado a própria região – repare-se que, em 2021, apenas 3,9% da população empregada do concelho trabalhava num município de outra região.

Marcada pela relativa inter-mobilidade da sua população, e atendendo ao número marcante de viagens diárias realizadas em torno dos concelhos vizinhos da própria região, a AMP revela, assim, uma capacidade de atratividade em termos de captação de emprego bastante expressiva ao longo do tempo.

À escala regional, a incidência local dos modelos de migração pendular é também mais notória em concelhos como Vale de Cambra, Porto e Oliveira de Azeméis uma vez que estes concentravam, de forma evidente, os seus ativos nos respetivos territórios de residência.

Face ao exposto, não é de admirar que em Gondomar haja cada vez mais uma menor concentração espacial dos movimentos no território por parte da população empregada, o que se justifica até pelo facto de, historicamente, a grande maioria dos ativos que trabalham no Porto e residem noutro concelho pertencerem, efetivamente, à cintura suburbana “Matosinhos-Maia-Valongo-Gondomar-Gaia” da área do Grande Porto. Desde 2011, Gondomar e Valongo têm exibido as proporções mais baixas de ativos empregados a trabalhar no município de residência, sendo que, em 2021, estas fixavam-se nos 37,3% e 34,7%, respetivamente.

Por fim, e apesar de serem globalmente menos expressivos, é de sublinhar a importância crescente dos movimentos para fora do território nacional – em 2021, 1,6% da população empregada de Gondomar trabalhava no estrangeiro (+0,4% face a 2011) –, evidenciando o sentido de procura de melhores condições laborais por parte deste segmento populacional perante os ciclos recessivos a que o país tem estado submetido e as suas consequências sobre os setores do mercado de trabalho.

⁴⁵ Rever a este propósito o subponto 5.2.3.1.6. do Capítulo 5.2. «Educação».

Quadro 45 – População empregada segundo o local de trabalho em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) - (%)

Territórios	Trabalha no município de residência		Trabalha fora do município de residência			Noutro município da mesma região		Num município de outra região		No estrangeiro	
	2011	2021	2011	2021		2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	64,3	59,9	35,7	40,1		26,3	30,3	7,6	7,8	1,7	2,0
Região Norte	65,7	60,5	ND	ND		ND	ND	ND	ND	ND	ND
AMP	57,2	51,6	ND	ND		ND	ND	ND	ND	ND	ND
Arouca	67,5	59,9	32,5	40,1		26,9	34,3	4,3	4,2	1,4	1,6
Espinho	48,1	40,8	51,9	59,2		37,8	45,0	12,6	12,7	1,5	1,5
Gondomar	40,7	37,3	59,3	62,7		53,6	57,1	4,5	3,9	1,2	1,6
Maia	46,0	41,9	54,0	58,1		47,2	51,7	5,6	4,9	1,2	1,5
Matosinhos	51,8	47,9	48,2	52,1		42,2	46,3	4,7	4,3	1,2	1,5
Oliveira de Azeméis	70,8	64,0	29,2	36,0		21,0	26,7	7,5	8,4	0,7	0,9
Paredes	59,9	53,4	40,1	46,6		19,1	24,9	17,2	18,3	3,8	3,4
Porto	69,9	64,2	30,1	35,8		23,1	28,4	6,0	5,9	1,0	1,5
Póvoa de Varzim	64,9	56,4	35,1	43,6		22,1	29,7	9,2	9,7	3,8	4,3
Santa Maria da Feira	66,2	58,2	33,8	41,8		25,1	32,1	7,4	8,3	1,3	1,4
Santo Tirso	65,9	54,9	34,1	45,1		13,4	20,4	20,0	23,5	0,8	1,2
São João da Madeira	60,3	49,8	39,7	50,2		33,7	42,9	5,0	6,2	0,9	1,1
Trofa	56,4	48,9	43,6	51,1		27,9	33,3	14,4	16,4	1,3	1,4
Vale de Cambra	74,1	65,0	25,9	35,0		18,5	27,5	5,5	5,8	1,9	1,8
Valongo	38,3	34,7	61,7	65,3		54,4	58,2	5,6	5,2	1,6	1,9
Vila do Conde	57,9	53,2	42,1	46,8		30,6	36,1	6,8	6,4	4,7	4,3
Vila Nova de Gaia	58,8	54,0	41,2	46,0		34,4	38,9	5,5	5,4	1,3	1,7

Fontes: INE – XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021; PORDATA.

Nota: ND- Dado não disponível.

5.3.3. Dinâmica Empresarial Concelhia

A evolução do número de empresas e estabelecimentos em Gondomar pode ser analisada a partir de diversos indicadores⁴⁶.

Nos últimos anos, Gondomar tem registado um crescimento no número de empresas, refletindo uma diversificação da economia local. Este crescimento parece ser impulsionado principalmente por novos empreendimentos nas áreas de comércio, serviços e tecnologia.

O exame desagregado de informação por setor de atividade permite verificar algumas tendências de evolução:

- na indústria, os ramos da ourivesaria e metalomecânica continuam a constituir um dos pilares da economia local. Embora o número de empresas neste setor tenha mostrado um crescimento moderado, a modernização e inovação são cruciais;

⁴⁶ Este breve enquadramento tem por base a informação disponibilizada pela Divisão de Promoção e Atração de Investimento do Município de Gondomar (CMG, 2014b, pp.6 e 7 e pp.11-13).

- o comércio local tem visto um aumento significativo de estabelecimentos, particularmente no sector de retalho e serviços, com a abertura de novas lojas e centros comerciais;
- e o setor de serviços tem crescido rapidamente, impulsionado pela procura por serviços de saúde, educação e turismo. O surgimento de *startups* na área de tecnologia e serviços digitais também tem contribuído para este crescimento.

Em paralelo, a taxa de sobrevivência das empresas em Gondomar tem mostrado resiliência, embora as novas *startups* enfrentem desafios, tais como a concorrência e a necessidade de capital.

A criação de empresas está diretamente relacionada à geração de emprego. Com o aumento do número de empresas, há uma tendência de crescimento no emprego local, especialmente em setores como comércio e serviços.

O nível de investimento privado tem aumentado, com várias iniciativas a serem implementadas para apoiar a inovação e a modernização do tecido empresarial local. A este propósito, o município de Gondomar tem promovido diversas iniciativas para apoiar o empreendedorismo, incluindo programas de capacitação e financiamento para novos negócios.

Em suma, o município de Gondomar está a adaptar-se às mudanças económicas e às necessidades do mercado, criando um ambiente propício para o desenvolvimento empresarial. A continuidade deste crescimento dependerá, nesse sentido, da capacidade de inovação, da formação profissional e da colaboração entre o setor público e privado.

Vale a pena acrescentar que Gondomar possui várias áreas empresariais que são fundamentais para o seu desenvolvimento económico (cf. Quadro 46).

Atualmente, o concelho possui 28 Espaços de Atividades Económicas e prevê a ampliação de Áreas Empresariais específicas para disponibilização de espaços para instalação de empresas. A maioria das Áreas Empresariais não se encontram totalmente ocupadas, existindo lotes livres para a instalação de empresas e pavilhões/edifícios abandonados que podem ser alvo de reabilitação.

Destacam-se, de seguida, alguns núcleos importantes no território.

O **Parque Empresarial de Gondomar** constitui uma das principais áreas empresariais do concelho, destinada a indústrias de diversos setores incluindo a metalomecânica, a tecnologia e os serviços.

A **Zona Industrial de Valbom**, focada em atividades industriais, é um espaço que atrai empresas dos ramos da ourivesaria e da metalurgia. Detendo uma localização estratégica e dotada de boas acessibilidades, esta zona é ideal para indústrias de transformação.

A **Área de Localização Empresarial de São Pedro da Cova**, destinada às pequenas e médias empresas (PMEs), tem o seu foco em setores como comércio e serviços, tendo como objetivo promover o empreendedorismo local e criar oportunidades de emprego.

Em várias freguesias do concelho, há também núcleos que apoiam *startups* e pequenas empresas, oferecendo espaços de trabalho e programas de formação, beneficiando de parcerias com instituições de ensino e associações empresariais.

O **Centro de Negócios de Gondomar** encontra-se dedicado ao apoio a empresas e empreendedores, oferecendo serviços de consultoria, formação e *networking*. A sua grande mais-valia é facilitar o acesso a financiamento e incentivos para novos negócios.

Gondomar possui também diversas zonas comerciais que integram lojas de retalho, restauração e serviços.

Do conjunto das áreas empresariais existentes no concelho (cf. Quadro 46), é de notar que a grande maioria se concentra nas freguesias de Rio Tinto e Baguim do Monte, na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova e na UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim.

Quadro 46 – Áreas Empresariais de Gondomar (2024)

Áreas Empresariais	Localização
Área Empresarial da Formiga	Baguim do Monte
Zona Industrial de Baguim do Monte	Baguim do Monte
Área Empresarial das Cavadas	Baguim do Monte
Área Empresarial da Triana	Rio Tinto
Área Empresarial de Medancelhe / Catrinas	Rio Tinto
Área Empresarial de Carreiros	Rio Tinto
Área Empresarial do Clube Atlético de Rio Tinto I	Rio Tinto
Área Empresarial do Clube Atlético de Rio Tinto 2	Rio Tinto
Área Empresarial de Rio Tinto	Rio Tinto
Área Empresarial da Venda Nova	Rio Tinto
Zona Industrial de Cabanas	Fânzeres e S. Pedro Cova
Área Empresarial de Montezelo	Fânzeres e S. Pedro Cova
Parque Empresarial de S. Crispim	Fânzeres e S. Pedro Cova
Área Empresarial da Lagoa	Gondomar, Valbom e Jovim
Área Empresarial de S. Pedro da Cova	Fânzeres e S. Pedro Cova
Zona Industrial do Passal	Fânzeres e S. Pedro Cova
Área Empresarial de Gondomar e Gondomar Goldpark – Parque tecnológico	Gondomar, Valbom e Jovim
Zona Industrial de Tardariz	Fânzeres e S. Pedro Cova
Área Empresarial D. Miguel	Fânzeres e S. Pedro Cova
Área Empresarial de S. Jumil	Gondomar, Valbom e Jovim
Área Empresarial de Bulha	Gondomar, Valbom e Jovim
Área Empresarial da Vessada	Gondomar, Valbom e Jovim
Área Empresarial das Valas	Foz do Sousa e Covelo
Área Empresarial de Zebreiros e Esposade	Foz do Sousa e Covelo
Área Empresarial de Branzelo	Melres e Medas
Área Empresarial da Lomba	Lomba
Centro Empresarial Gondomarinho Business Hub	Gondomar, Valbom e Jovim

Fonte: CMG (2024b) – Enquadramento de Dinâmica Empresarial do Município de Gondomar, Divisão de Promoção e Atração de Investimento, pp.12-13.

5.3.4. Indicadores de atividade económica

Tendo por base os dados relativos aos meses entre novembro de 2022 e outubro de 2023, verifica-se que mensalmente são significativamente constituídas pessoas coletivas ou equiparadas no concelho (cf. Figura 6).

Em 2021, ao nível das empresas, 37279 pessoas estiveram em atividade totalizando um volume de negócios de 3187 milhões de euros e um valor acrescentado bruto que chegou aos 805 milhões de euros. Por outro lado, em relação aos estabelecimentos, o volume de negócios e o número de pessoal envolvidas foi ligeiramente superior, com 3480 milhões de euros e 39273 pessoas, respetivamente.

É sabido ainda que, neste ano em análise, 59% das sociedades que haviam sido constituídas dois anos antes sobreviveram, uma taxa superior à média nacional, constituindo, portanto, bom indicativo para a região (Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas).


Figura 6 – Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades equiparadas em Portugal, na Região Norte, na AMP e Gondomar (2022/2023) – (N.º/%)

Mês	Município	NUTSIII	NUTSII	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
out-23	46	723	1 338	4 254	6,4
set-23	41	649	1 210	3 855	6,3
ago-23	37	577	963	3 334	6,4
jul-23	42	672	1 203	3 922	6,3
jun-23	49	654	1 089	3 559	7,5
mai-23	50	766	1 320	4 545	6,5
abr-23	33	595	1 061	3 635	5,5
mar-23	54	850	1 541	5 284	6,4
fev-23	49	715	1 342	4 533	6,9
jan-23	69	811	1 506	5 154	8,5
dez-22	38	599	1 054	3 528	6,3
nov-22	34	621	1 154	3 915	5,5
12 Meses	542	8 232	14 781	49 518	6,6

Fontes: INE – Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas, 2022-2023; CMG (2024b) – Enquadramento de Dinâmica Empresarial do Município de Gondomar, Divisão de Promoção e Atração de Investimento, p.8.

Em função do comércio internacional, é de destacar ainda o registo de uma taxa de cobertura de 83,5% (razão entre as exportações e as importações), valor esse superior à média nacional e um indicador importante de empreendedorismo do concelho (ainda que longe do ideal) (cf. Figura 7).

Figura 7 – Estatísticas do Comércio Internacional de Bens em Portugal, na Região Norte, na AMP e Gondomar (2022) – (N.º/%)

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
(milhares de euros)					
Saldo da balança comercial	- 87 291	- 1 833 822	2 220 004	- 31 083 063	-
 Exportações de bens	442 877	13 620 542	27 153 840	78 402 738	3,3
Taxa de variação (2022/2021) (%)	14,6	16,5	16,5	23,2	-
 Importações de bens	530 168	15 454 364	24 933 836	109 485 801	3,4
Taxa de variação (2022/2021) (%)	65,1	22,1	23,9	31,7	-
Taxa de cobertura (%)	83,5	88,1	108,9	71,6	-

Fontes: INE – Estatísticas do Comércio Internacional de Bens, 2022; CMG (2024b) – Enquadramento de Dinâmica Empresarial do Município de Gondomar, Divisão de Promoção e Atração de Investimento, p.10.

5.3.5. Iniciativas Municipais de incentivo ao dinamismo económico local e outras respostas

Várias são as iniciativas promovidas pelo Município com o intuito de contribuir para o dinamismo económico local. Entre elas, destacam-se as seguintes:

- **Gabinete do Empresário** – estrutura que recebe todos os empresários para esclarecimento de dúvidas no âmbito da sua atividade económica;
- **“Dinamizar – Comércio Local”** e **“Neste Natal Compre + Local”** são campanhas realizadas nas épocas da Páscoa e do Natal onde os clientes dos estabelecimentos do Município aderentes ficam habilitados a prémios mediante submissão da fatura na plataforma “compre+local”. Estas campanhas têm por objetivo principal dinamizar as compras do comércio local;
- **Gondomar Investe** – Plataforma de comunicação do D.P.A.I. (Divisão de Promoção e Atração de Investimento do Município de Gondomar) trata-se de uma plataforma onde constam notícias sobre apoios a projetos comunitários, eventos realizados na Divisão, a rede empresarial de Gondomar, as zonas industriais são visíveis no site, bem como os serviços para o empresário;
- **Expo Gondomar** – iniciativa que se insere no conjunto de estratégias de desenvolvimento económico promovidas pela autarquia com a finalidade de apoiar o tecido empresarial do concelho; São quatro dias dedicados ao tecido empresarial local, reforçando o seu papel enquanto plataforma de promoção de produtos e serviços, fomentando-se sinergias entre os atores económicos de Gondomar. O evento é dirigido a empresas, empresários e entidades com intervenção direta nas áreas de atividade económica, inovação e emprego. Para além de uma centena de expositores, os participantes podem usufruir de *workshops* e eventos de formação, oferecendo oportunidades únicas de aprendizagem e *networking*.

Já no âmbito de outros serviços/respostas realizadas no território, cujos parceiros do CLAS`G estão envolvidos quer como beneficiários quer como entidades parceiras, será de sublinhar:

- a implementação dos **Programas Contratos Locais de Desenvolvimento Social (atual CLDS-5G)** que visam promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social, constituindo-se como um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria. Neste caso, destaca-se o Eixo 1: Emprego, formação e qualificação⁴⁷;
- e a operação **“HUB Inovação Social”**. Esta compreende uma estreita combinação entre as forças da sociedade civil, o setor público, o setor privado, o setor do conhecimento e o cidadão, pela criação de um programa que se apresente participativo, colaborativo, integrado e transectorial por via de um modelo híbrido de Inovação Social, envolvendo assim os demais *stakeholders* do Município. Tem por base uma análise meticulosa a desenvolver, com fundamento na inclusão de várias participações, às situações-problema da cidade e das suas comunidades, pretendendo-se experimentar novas abordagens para conceção de novas formas de as solucionar. A experimentação visa o contínuo acompanhamento e avaliação de impacto da nova solução encontrada, em que o objetivo final se transcreve na continuidade da implementação, com impacto comprovado, tendo como apoiantes o Município e outras instituições. Esta operação permite, desde logo, estreitar laços entre os vários agentes locais de apoio social e inovar a abordagem à resolução de alguns dos problemas existentes, levando à diminuição da exposição destes grupos vulneráveis.

5.3.6. Desemprego

No que toca à análise da evolução da taxa de desemprego, é possível verificar que, após um período antecedente marcado pelo aumento generalizado e regular, a última década tem sido pautada por uma quebra deste indicador, e de forma até muito mais evidente na Região Norte (-6,1%) e na Área Metropolitana do Porto (-6,2%) do que no país (-5,1%) (cf. Quadro 47).

À escala regional, o concelho de Gondomar registou, no último período intercensitário, uma diminuição significativa do fenómeno no conjunto dos territórios em análise – repare-se que, no último período censitário, a queda foi de 5,9%.

Todavia, e exibindo registos superiores às taxas de desemprego encontradas a nível nacional e regional, é indiscutível que o território, à semelhança dos outros municípios, como são os casos do Porto e

⁴⁷ Existem ainda outras áreas de intervenção que se ancoram em mais dois eixos: “Eixo 2: Combate à pobreza e à exclusão social das crianças e dos jovens, promotor de uma efetiva garantia para a infância” e “Eixo 4: Desenvolvimento social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de exceção”.

de Vila Nova de Gaia, tem sido mais punido por este fenómeno, facto que pode indiciar algumas fragilidades no tecido económico local e na atratividade do concelho em matéria de emprego.

Esta evidência tinha sido, aliás, atestada no anterior Diagnóstico Social dado que, em dezembro de 2013, o desemprego em Gondomar correspondia a 10,7% do total do desemprego registado nos 17 municípios da AMP, sendo o 3.º concelho com maior número de desempregados nesta área territorial (CMG, 2015a, p.218), posição essa que se manteve até ao último Recenseamento.

Em 2021, a taxa de desemprego de Gondomar situava-se nos 11,0%, valor bem acima das taxas de desemprego verificadas em concelhos como Oliveira de Azeméis (6,1%), Arouca (4,8%) e Vale de Cambra (4,2%) – territórios que, globalmente, reuniram os valores mais baixos.

No interior do concelho, nota-se, de forma destacada, que a freguesia da Lomba, a UF de Melres e Medas, a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova e a freguesia de Baguim do Monte foram aquelas que registaram, no período em apreço, uma maior quebra desta taxa.

Ainda assim, nesta altura, e superando a média concelhia, a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (12,1%) e as freguesias da Lomba (12,0%) e de Rio Tinto (11,3%) exibiam as taxas de desemprego mais elevadas.

Quadro 47 – Taxa de desemprego (segundo o sexo) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (e respetivas freguesias) (2011-2021) – (%)

Territórios	2011			2021			Variação		
	T	H ⁽¹⁾	M ⁽²⁾	T	H ⁽¹⁾	M ⁽²⁾	T	H	M
Portugal	13,2	12,6	13,8	8,1	7,4	8,9	-5,1	-5,2	-4,9
Região Norte	14,5	13,0	16,1	8,4	7,2	9,7	-6,1	-5,8	-6,4
AMP	15,7	14,5	17,1	9,6	8,5	10,7	-6,2	-6,0	-6,4
Arouca	8,1	6,4	10,4	4,8	3,7	6,2	-3,3	-2,7	-4,2
Espinho	18,4	17,1	19,7	10,1	8,5	11,7	-8,3	-8,7	-8,0
Gondomar	16,9	16,1	17,8	11,0	9,9	12,1	-5,9	-6,1	-5,7
Maia	14,1	12,8	15,4	8,7	7,7	9,7	-5,4	-5,1	-5,7
Matosinhos	15,0	14,7	15,3	10,0	9,5	10,5	-5,0	-5,3	-4,8
Oliveira de Azeméis	8,9	7,6	10,2	6,1	4,9	7,3	-2,8	-2,7	-2,9
Paredes	15,5	13,4	18,0	8,7	6,6	11,1	-6,8	-6,8	-6,9
Porto	17,6	18,6	16,6	11,7	11,5	11,9	-5,9	-7,1	-4,7
Póvoa de Varzim	13,8	12,5	15,2	8,3	7,3	9,3	-5,6	-5,3	-6,0
Santa Maria da Feira	14,8	12,4	17,5	7,7	6,5	9,0	-7,1	-5,9	-8,5
Santo Tirso	17,4	15,4	19,4	7,7	6,4	9,1	-9,7	-9,0	-10,4
São João da Madeira	11,0	9,7	12,4	8,7	7,7	9,8	-2,3	-2,0	-2,6
Trofa	16,8	13,0	21,2	7,8	5,3	10,5	-9,0	-7,6	-10,7
Vale de Cambra	8,1	6,3	10,3	4,2	3,2	5,4	-3,9	-3,1	-4,9
Valongo	16,9	15,0	19,0	10,0	8,3	11,8	-6,9	-6,7	-7,2
Vila do Conde	14,5	12,0	17,3	7,8	6,4	9,3	-6,7	-5,6	-8,0
Vila Nova de Gaia	17,9	16,6	19,3	11,2	10,1	12,2	-6,8	-6,5	-7,1
Gondomar	16,9	16,1	17,8	11,0	9,9	12,1	-5,9	-6,1	-5,7
Freguesias e UF									
Baguim do Monte (Rio Tinto)	16,3	14,8	17,9	10,3	9,0	11,5	-6,0	-5,8	-6,4
Lomba	19,6	11,4	31,9	12,0	6,8	18,0	-7,6	-4,7	-14,0

Rio Tinto	16,7	15,8	17,7	11,3	10,5	12,1	-5,4	-5,2	-5,6
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	19,3	18,7	20,0	12,1	10,6	13,7	-7,2	-8,1	-6,3
UF de Foz do Sousa e Covelo	13,0	11,0	15,4	8,4	7,7	9,1	-4,6	-3,3	-6,3
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	15,9	15,7	16,2	10,5	9,7	11,3	-5,4	-6,0	-4,8
UF de Melres e Medas	16,0	14,7	17,9	8,8	7,6	10,3	-7,3	-7,1	-7,7

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021.

Notas: T.D. - Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa; ⁽¹⁾ Cálculo efetuado o universo total de homens; ⁽²⁾ Cálculo efetuado o universo total de mulheres

À semelhança dos restantes municípios da AMP, em Gondomar continuavam a ser as mulheres a contribuir em maior número para o total dos desempregados, atestando a presença de desigualdades nas oportunidades de acesso à formação e ao mercado de trabalho e, também, de desigualdades nos rendimentos do trabalho, tal como observado anteriormente no presente capítulo.

Repare-se que, em 2021, a taxa de desemprego das mulheres estava situada nos 12,1%, valor acima da taxa de desemprego feminina de 10,7% registada no conjunto dos concelhos que compõem a região. A taxa de desemprego dos homens era de 9,9%, valor também ele acima do cenário encontrado na AMP (8,5%) e, ainda mais, no da Região Norte (7,2%) e do país (7,4%).

À escala inframunicipal, a taxa de desemprego masculina era mais significativa na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova, na freguesia de Rio Tinto e na UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim, ao passo que a taxa de desemprego feminina encontrava maior expressão na freguesia da Lomba, na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova e na freguesia de Rio Tinto (nestes dois últimos casos, tal como as suas congéneres masculinas).

5.3.6.1. Grupos etários, setores de atividade e níveis de escolaridade

No que respeita ao desemprego registado por escalão etário, e tendo em consideração os anos de 2011 e 2021, o concelho de Gondomar, em linha com o país, assistiu à redução do número de pessoas desempregadas em todos os escalões etários, asseverando, deste modo, a tendência decrescente do fenómeno no passado mais recente. É de sublinhar que esta diminuição foi mais significativa nos grupos etários das extremidades da população ativa, i.e., dos “15-24 anos” (-8,4%) e dos “45-54 anos” (-7,4%) e “55-64 anos” (-6,7%) (cf. Quadro 48).

Pese embora este decréscimo generalizado, importa ter presente que, no período em análise, é precisamente nestes grupos que as taxas eram mais expressivas. Em 2021, a taxa de desemprego nos jovens com “15-24 anos” era a mais alta (24,0%), seguindo-se a dos desempregados mais velhos com “55-64 anos” (valor que se encontrava nos 11,9%).

Olhando para o número de pessoas inscritas nos centros de emprego e formação profissional (média anual) em 2023, percebe-se de forma evidente a tendência de reprodução deste fenómeno no concelho de Gondomar (cf. Gráfico 9).

De um lado, é claro o significado do desemprego nos grupos etários dos 45 aos 54 anos e dos 65 e mais anos. Ambos os escalões tinham as proporções mais elevadas – respetivamente, 35,9% e 19,7%. Ainda assim, no interior da AMP, os concelhos da Trofa, de Espinho, de Paredes, Vila Nova de Gaia e de Santo Tirso demonstravam, por comparação, um quadro menos favorável.

Do outro lado, também se nota a incidência do fenómeno nas faixas etárias mais jovens. A este propósito, refira-se que, mesmo detendo proporções comparativamente mais baixas face a estes escalões, Gondomar era o 4.º concelho da AMP com maior número de desempregados no grupo dos 25-34 anos (12,1%). Neste ano, o território encontrava-se, aliás, muito próximo dos concelhos do Porto (15,2%), de São João da Madeira (13,9%) e de Oliveira de Azeméis (13,4%).

Quadro 48 – Taxa de desemprego (segundo os grupos etários) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (%)

Territórios	Grupos etários											
	15-24		25-34		35-44		45-54		55-64		65 + anos	
	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021	2011 ⁽¹⁾	2021
Portugal	27,9	18,7	12,4	9,4	10,8	6,9	12,0	6,6	13,8	7,7	0,4	3,0
R. Norte	26,2	17,6	12,7	8,9	11,8	6,8	14,2	7,0	17,2	9,1	0,3	3,7
AMP	29,5	20,3	13,6	9,9	12,9	7,8	15,7	8,2	18,3	10,5	0,4	3,6
Arouca	17,6	9,7	6,5	6,7	6,1	3,4	7,3	3,3	9,7	4,9	0,0	3,0
Espinho	36,0	20,2	17,3	10,5	16,0	8,8	16,8	8,9	19,1	10,0	0,4	4,1
Gondomar	32,4	24,0	14,7	11,6	14,1	8,6	16,6	9,2	18,6	11,9	0,1	3,8
Maia	29,8	20,9	12,0	9,2	10,8	6,9	14,8	7,0	17,9	10,1	0,8	4,2
Matosinhos	32,9	24,5	13,6	10,8	11,8	8,0	14,2	8,3	16,6	10,8	0,4	3,7
O. Azeméis	18,2	13,5	8,1	6,0	6,0	5,1	7,8	4,9	12,6	6,3	0,0	2,9
Paredes	25,1	16,7	12,5	7,9	13,1	7,4	16,1	7,3	19,2	10,2	0,4	4,7
Porto	38,8	26,2	18,1	12,6	15,3	10,2	16,1	10,7	15,5	11,5	0,3	2,6
P. Varzim	24,6	18,5	12,7	9,0	10,7	6,7	13,6	6,8	16,9	8,1	0,6	4,6
S. M. Feira	25,4	14,8	11,3	7,7	12,4	5,9	15,2	6,3	20,8	9,8	0,6	3,0
Santo Tirso	21,8	14,3	12,0	6,3	12,7	6,2	20,9	6,3	29,3	10,8	0,4	3,6
S.J. Madeira	20,1	17,7	10,2	9,1	8,6	7,8	10,1	7,3	15,4	8,9	0,0	3,7
Trofa	22,2	14,0	12,2	7,1	14,5	6,0	18,8	6,7	25,0	10,2	1,1	4,8
V. Cambra	19,6	9,0	8,4	5,6	5,8	4,2	6,2	3,2	9,3	3,1	0,0	1,3
Valongo	31,4	21,8	14,2	9,5	14,5	8,3	17,4	9,0	18,4	10,7	0,0	5,0
V. Conde	25,1	17,7	12,0	8,8	11,5	6,2	14,9	6,3	19,4	7,9	1,1	3,0
V.N. Gaia	33,7	23,7	15,3	11,4	15,4	9,0	18,0	10,0	20,2	12,2	0,4	4,4

Fontes: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, 2011-2021; PORDATA.

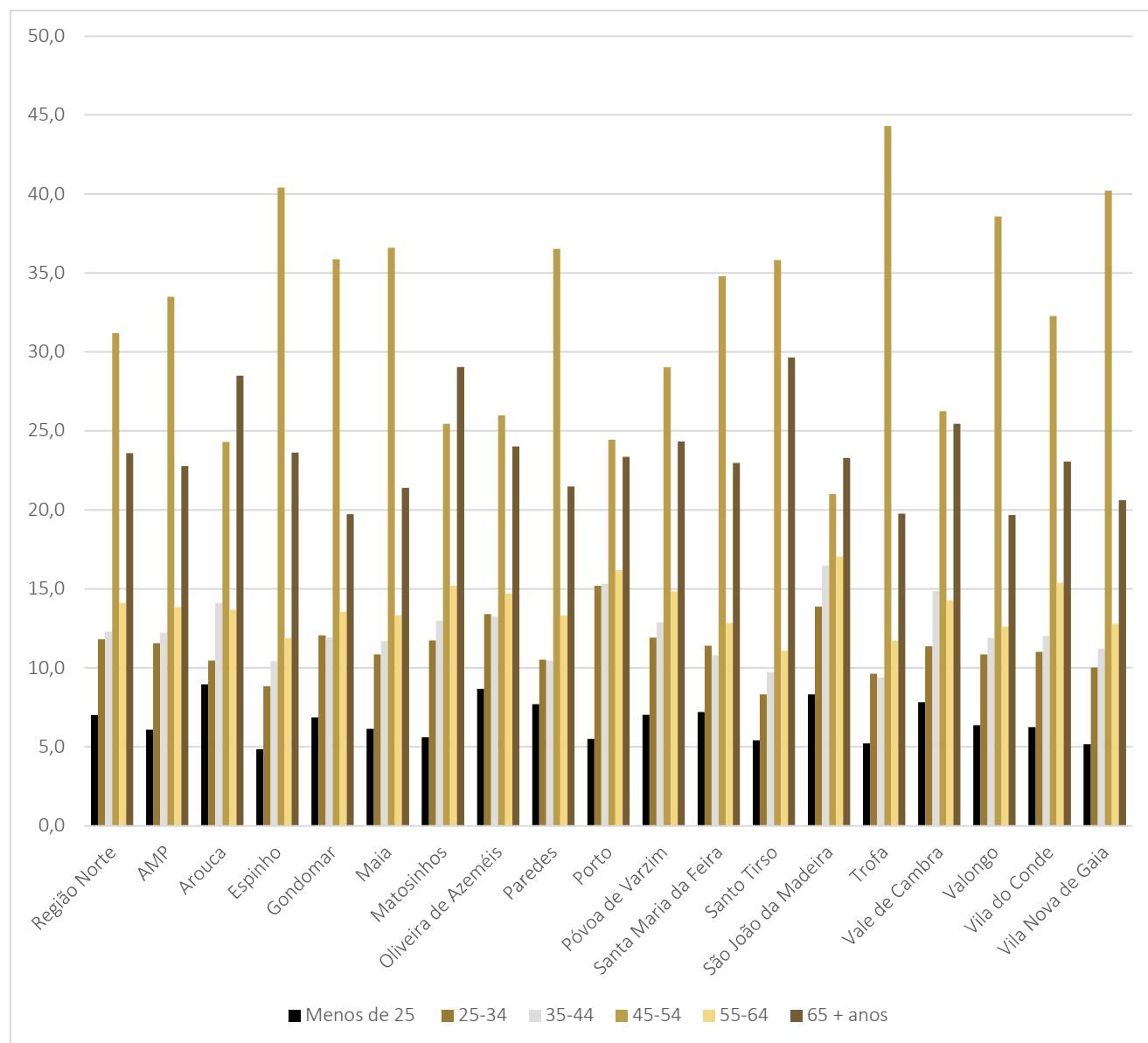
Nota: (1) Quebra de série.

A análise conjunta destes dados merece, nesse sentido, uma leitura suplementar, visto que o desemprego tanto da população mais jovem, como da população mais envelhecida é de considerar no âmbito das políticas locais.

As disparidades encontradas, para lá de refletirem idiosincrasias relativas às trajetórias sociais destes grupos sociodemográficos, apontam basicamente para um conjunto de desafios relevantes ao nível local. Uns relacionados com a promoção da participação educativa e formativa das pessoas adultas, reconhecidas as

maiores dificuldades de reentrada no mercado de trabalho dos segmentos mais envelhecidos da população e a exposição acrescida a situações de maior fragilidade económica e social. Mas também outros como o combate ao insucesso e abandono/desistência escolar e o aumento das qualificações com vista a uma melhor integração dos jovens no mercado de trabalho⁴⁸.

Gráfico 9 – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por grupo etário na Região Norte, na AMP e em Gondomar (2023) – (%)



Fontes: IEF/MTSSS-MEM – Portugal, Desemprego registado, 2023; PORDATA.

Notas: Não foi possível obter informação para o país. O cálculo percentual teve por base a média anual registada.

Considerando, por seu turno, a evolução, no concelho de Gondomar, dos desempregados segundo o setor de atividade e os níveis de escolaridade, podem-se acrescentar as seguintes notas analíticas.

⁴⁸ Consultar a informação relativa aos níveis de escolaridade desta população mais adiante.

O concelho de Gondomar tem concentrado, entre 2011 e 2023, mais desempregados no setor terciário e secundário – em 2023, estes representavam, respetivamente, 78,8% e 18,5% no total de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, asseverando a relevância destes setores na composição da população ativa local (rever o suponto 5.3.2.2. do presente Capítulo). Já a expressividade destes ativos ligados ao setor primário era residual (0,5%) (cf. Quadro 49).

Ao mesmo tempo, é de referir que, no período em apreço, a redução do número de desempregados ocorreu somente no setor secundário (-19,2%), dando conta da perda gradativa da sua força na criação de emprego, contrariamente aos restantes setores em que se registou um acréscimo – no setor primário este foi ligeiro (+0,2%) e no terciário mais significativo (+16,9%).

Quadro 49 – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por grandes setores de atividade em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (%)

Territórios	Primário		Secundário		Terciário		Ignorado	
	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Região Norte	2,8	4,4	44,2	27,8	52,6	65,1	0,4	2,6
Área Metropolitana do Porto	0,9	1,3	39,2	19,9	59,4	76,2	0,5	2,6
Arouca	8,5	7,1	41,0	30,1	50,4	61,4	0,1	1,4
Espinho	0,4	0,4	42,9	14,0	55,2	82,5	1,5	3,2
Gondomar	0,3	0,5	37,7	18,5	61,9	78,8	0,2	2,3
Maia	0,3	0,3	33,8	8,6	65,3	90,3	0,6	0,8
Matosinhos	0,4	0,5	23,7	12,1	75,2	85,1	0,7	2,2
Oliveira de Azeméis	1,6	1,1	53,2	40,7	45,0	57,0	0,2	1,2
Paredes	0,8	1,6	62,9	36,2	36,0	60,0	0,3	2,3
Porto	0,3	0,6	22,6	13,3	76,6	83,1	0,5	3,0
Póvoa de Varzim	4,6	7,2	43,1	22,7	52,0	68,1	0,3	2,0
Santa Maria da Feira	0,8	0,9	58,4	40,1	40,5	57,7	0,2	1,3
Santo Tirso	0,4	0,6	65,7	39,3	33,4	58,6	0,5	1,5
São João da Madeira	0,5	0,5	41,5	33,6	57,9	64,9	0,1	0,9
Trofa	0,8	0,6	58,0	15,0	40,7	82,9	0,5	1,5
Vale de Cambra	2,0	2,1	41,8	33,9	55,7	61,7	0,4	2,3
Valongo	0,2	0,3	41,9	22,4	57,4	75,0	0,4	2,3
Vila do Conde	6,4	10,0	50,0	24,8	43,4	62,8	0,2	2,4
Vila Nova de Gaia	0,4	0,6	31,1	13,7	67,8	81,0	0,6	4,8

Fontes: IEF/MTSSS-MEM – Portugal, Desemprego registado, 2011-2023; PORDATA.

Notas: Não foi possível obter informação para o país. O cálculo percentual teve por base a média anual registada.

Os dados relativos aos níveis de escolaridade dos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional em 2023 permitem aferir a importância, em Gondomar, dos patamares elementares e intermédios de instrução na configuração da mão de obra local – veja-se, neste caso, o peso do nível de Ensino Secundário, seguindo-se o do 3.º e 1.º ciclo do Ensino Básico (cf. Quadro 50).

Quadro 50 – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por nível de escolaridade completo em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (%)

Territórios	Nível de escolaridade completo											
	S/ escolaridade		1º ciclo E.B.		2º ciclo E.B.		3º ciclo E.B.		Ensino Secundário		Ensino Superior	
	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Região Norte	4,7	5,4	31,0	16,9	18,3	15,2	19,5	18,7	17,6	30,8	8,8	12,9
AMP	4,2	4,9	29,5	14,9	18,8	15,2	19,9	19,0	18,6	32,2	9,1	13,8
Arouca	4,9	4,0	22,7	17,4	22,3	18,0	19,3	20,0	18,2	30,2	12,6	10,5
Espinho	7,8	7,1	28,6	17,7	19,9	15,2	18,7	19,5	16,4	28,6	8,6	11,9
Gondomar	4,0	3,8	28,0	13,0	19,8	16,1	22,3	20,9	19,0	34,1	6,9	12,1
Maia	2,9	3,0	24,7	11,5	14,5	11,0	22,7	18,0	23,7	37,9	11,6	18,7
Matosinhos	2,6	4,4	26,5	16,1	16,5	14,3	19,8	18,4	22,6	31,7	12,0	15,1
Oliveira de Azeméis	5,8	3,3	30,5	11,5	18,3	19,7	18,2	18,3	17,1	35,6	10,2	11,7
Paredes	7,8	5,5	37,9	19,6	20,2	16,0	17,2	20,2	11,9	29,3	5,0	9,4
Porto	3,2	6,3	22,2	13,6	17,4	14,8	21,1	17,6	22,0	30,8	14,0	16,9
Póvoa de Varzim	4,0	4,1	28,9	15,2	18,3	16,0	19,8	17,0	19,1	33,7	9,8	14,0
S. M. Feira	6,1	4,4	33,8	16,1	19,5	15,9	17,6	20,4	15,1	31,3	7,9	11,9
Santo Tirso	4,2	4,9	42,7	25,0	19,5	20,5	14,9	17,7	12,5	22,2	6,2	9,8
S. J. Madeira	3,8	2,5	22,5	10,2	16,7	18,3	18,8	16,8	25,7	40,8	12,5	11,5
Trofa	4,1	3,6	37,1	17,4	20,1	14,6	18,0	19,7	14,2	32,6	6,5	12,1
Vale de Cambra	5,5	5,3	21,5	14,8	18,2	14,5	18,3	18,8	19,1	33,2	17,6	13,5
Valongo	3,2	4,1	28,1	13,3	20,8	15,7	21,0	20,7	19,6	33,8	7,3	12,4
Vila do Conde	4,0	3,6	32,4	14,8	19,3	18,5	20,1	20,8	16,1	29,3	8,1	12,9
Vila Nova de Gaia	4,1	6,0	29,6	14,6	19,7	13,6	20,0	19,2	18,3	33,1	8,2	13,6

Fontes: IEFPP/MTSSS-MEM – Portugal, Desemprego registado, 2011-2023; PORDATA.

Notas: Não foi possível obter informação para o país. O cálculo percentual teve por base a média anual registada.

5.3.6.2. Tempo de inscrição e Situação face ao emprego

Relativamente ao tempo de inscrição e à situação face ao emprego (cf. Quadro 51), Gondomar ocupava, em 2023, o 4.º lugar no conjunto dos municípios constituintes da AMP com o peso mais expressivo de desempregados de longa duração (1 ano e mais) e com maior significado dos desempregados à procura de novo emprego, situação em linha de continuidade com o passado⁴⁹ e demonstrativa das fragilidades nesta matéria.

Em consonância com o país e as restantes regiões, verifica-se igualmente que, entre 2011 e 2023, o desemprego de longa duração e de curta duração (menos de 1 ano) decresceu em Gondomar. Por outro lado, e não obstante o movimento de redução (em especial nos desempregados à procura de novo emprego), observa-se, em igual período, a prevalência dos inscritos à procura de novo emprego face aos que procuravam o primeiro emprego.

⁴⁹ Veja-se que, em 2013, o concelho era o segundo município da AMP onde se verificava um maior peso dos desempregados de longa duração (1 ano e mais) e à procura de novo emprego, relativamente ao total de inscritos, demonstrando, à época, a escassez de ofertas de emprego (CMG, 2015a, p.218).

Quadro 51 – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional por tempo de inscrição e tipo de desemprego em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2023) – (N.º)

Territórios	Total		Tempo de inscrição				Situação face ao emprego			
			Menos de 1 ano		1 ano ou mais		À procura do 1º emprego		À procura de novo emprego	
	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023	2011	2023
Portugal	551944	301336	322259	184900	229685	116437	42414	29259	509530	272077
R. Norte	237488	116948	120968	66910	116519	50038	20046	10780	217442	106168
AMP	123218	56703	59202	33075	64016	23628	8077	4270	115141	52433
Arouca	659	433	378	233	281	201	64	27	596	407
Espinho	3309	1102	1271	577	2037	526	328	102	2980	1000
Gondomar	12252	5283	6201	3357	6051	1927	799	406	11453	4877
Maia	8335	3571	4405	2314	3930	1257	431	244	7904	3327
Matosinhos	9145	5965	5258	3186	3888	2779	337	309	8809	5656
O. Azeméis	2544	1465	1345	940	1199	524	165	90	2379	1375
Paredes	5955	2545	2811	1482	3144	1064	395	198	5560	2347
Porto	15199	10180	7739	5854	7461	4326	1105	915	14094	9265
P. Varzim	3941	2043	2184	1332	1757	711	321	178	3620	1866
S.M. Feira	8777	3759	3958	2167	4818	1592	490	262	8287	3497
Santo Tirso	6662	2218	2615	1230	4047	988	529	169	6133	2049
S.J. Madeira	1070	853	623	514	447	339	54	47	1016	806
Trofa	3556	1013	1591	665	1965	347	267	55	3289	958
V. Cambra	673	376	379	228	294	148	58	20	615	357
Valongo	7708	3045	3989	1802	3720	1243	625	254	7083	2791
V. Conde	4943	2296	2623	1464	2319	832	317	159	4626	2138
V.N. Gaia	28491	10555	11831	5731	16660	4824	1793	838	26698	9717

Fontes: IEF/MTSSS-MEM – Portugal, Desemprego registado, 2011-2023; PORDATA.

Nota: Os dados correspondem a uma média.

5.3.6.3. Beneficiários de prestações de desemprego

Relativamente ao número de pessoas desempregadas beneficiárias de prestações de desemprego no concelho de Gondomar, os dados revelam, entre 2011 e 2023, da mesma forma que no país e nas regiões em análise, um decréscimo importante com impactos no próprio peso destas pessoas no total de beneficiários de ativos – em 2011, este representava 8,6 e, em 2023, 3,2%.

Assistindo a uma redução de 3143 beneficiários no período compreendido, Gondomar foi, aliás, um dos concelhos que, no interior da AMP, conheceu a maior quebra. Entre eles, destacam-se Vila Nova de Gaia (-5322) e Matosinhos (-2983) (cf. Quadro 52).

Quadro 52 – Beneficiários do subsídio de desemprego da Segurança Social (total e por sexo) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar e Peso no total de beneficiários ativos (2011-2023) – (N.º/%)

Territórios	2011			2023			Peso no total de beneficiários ativos (%)	
	T	H	M	T	H	M	2011	2023
Portugal	261093	134768	126325	142537	61953	80584	6,3	2,7
Região Norte	104748	53470	51278	52894	21419	31475	7,4	3,1
AMP	55279	28119	27160	27051	11632	15419	7,8	3,1
Arouca	232	116	116	180	70	110	2,6	1,9
Espinho	968	523	445	486	220	266	8,4	3,6
Gondomar	5703	3102	2601	2560	1181	1379	8,6	3,2
Maia	4501	2199	2302	1874	813	1061	7,9	2,7
Matosinhos	5640	2957	2683	2657	1262	1395	7,8	3,2
Oliveira de Azeméis	1335	625	710	1038	420	618	4,3	3,0
Paredes	2824	1638	1186	1177	438	739	8,1	2,8
Porto	6195	3337	2858	3483	1653	1830	7,4	2,8
Póvoa de Varzim	1706	724	982	900	412	488	6,9	2,7
Santa Maria da Feira	4239	1960	2279	2296	913	1383	7,3	3,3
Santo Tirso	3046	1409	1637	1379	455	924	10,5	4,3
São João da Madeira	545	231	314	428	167	261	5,4	3,6
Trofa	1663	732	931	691	228	463	9,6	3,3
Vale de Cambra	354	142	212	211	77	134	3,7	2,1
Valongo	3326	1730	1596	1393	568	825	8,7	3,0
Vila do Conde	2652	1214	1438	1270	542	728	8,0	3,1
Vila Nova de Gaia	10350	5480	4870	5028	2213	2815	8,6	3,4

Fontes: II/MTSSS– Portugal, Dados dos Beneficiários, 2011-2023; PORDATA.

Apesar da quebra registada, há que ver que, em 2023, o concelho ocupava a 4.ª posição no conjunto de municípios da AMP com o maior número de beneficiários, registando um total de 2560 pessoas, tendo sido ultrapassado por Vila Nova de Gaia (n=5028), pelo Porto (n=3483) e por Matosinhos (n=2657).

De outro modo, a análise desagregada por sexo permite asseverar igualmente que este tipo de prestação era mais relevante para as mulheres, ainda que no passado (2011) existisse uma maior relevância dos homens na composição deste segmento da população.

A este nível, e atendendo aos valores do desemprego concelhio, será de ter em linha de conta a especificidade de cada tipo de trajetória socioprofissional e de experiência de desemprego, de forma a se poder contribuir para a idealização de modalidades de intervenção mais ajustadas ao perfil diferenciado dos saberes, interesses e expectativas dos desempregados/as, isto se se tiver em linha de conta os próprios contornos particularmente relevantes relativamente ao desemprego feminino e jovem, bem como ao desemprego de longa duração e pouco escolarizado existente no território.

Fica claro que quer as estratégias de promoção de um maior ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, através de políticas ativas de emprego orientadas para as diferentes necessidades diagnosticadas, quer as ações de aumento das condições de empregabilidade dos desempregados e de

reforço da criação de emprego para grupos vulneráveis, equacionadas no anterior Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar (CMG, 2015b, p.22 e pp. 52-53), deverão continuar a ser fortalecidas.

5.3.7. Formação Profissional

Ao nível de formação profissional, vale a pena acrescentar que o concelho de Gondomar, em 2024, dispunha de um conjunto alargado de cursos distribuídos por várias entidades formadoras, dando conta do perfil produtivo/formativo do território. No geral, estas entidades têm vindo a formar profissionais, dotando-os de competências para integrarem o mercado de trabalho.

Para além da oferta de cursos profissionais disponibilizados nas Escolas de Ensino Público (consultar pág.67), o Município de Gondomar tem ainda uma oferta disponibilizada por 3 entidades de referência no concelho – a ACTUAL GEST, a CINDOR - Centro de Formação Profissional de Ourivesaria e Relojoaria e a Escola Profissional de Gondomar –, sistematizada no seguinte Quadro.

Quadro 53 – Principais entidades formadoras do concelho de Gondomar e respetiva oferta (2024)

Entidades	Oferta
ACTUAL GEST	<i>Cursos de Aprendizagem:</i> Técnico/a de Restaurante/Bar Técnico/a de Cozinha/Pastelaria Técnico/a de Instalações Elétricas Técnico/a de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade Técnico/a Comercial Técnico/a de Contabilidade
	<i>Formação Não-Financiada:</i> Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores (b-learning)
CINDOR - Centro de Formação Profissional da Indústria de Ourivesaria e Relojoaria	<i>Áreas de oferta formativa:</i> Ourivesaria Relojoaria Design CAD Informática Fotografia Multimédia Vitrinismo Empreendedorismo e Inovação Turismo Gestão e Marketing Comércio Línguas Estrangeiras Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho.

Escola Profissional de Gondomar (EPG)	<p><i>Oferta:</i></p> <p>Formação financiada de curta e longa duração</p> <p>Formação não financiada</p> <p>Ações de formação à medida para empresas</p> <p>Qualificação e certificação escolar e profissional</p> <p>Prestação de serviços</p> <p>Participação em projetos internacionais - Erasmus+</p>
	<p><i>Formação Não-Financiada:</i></p> <p>Gemologia</p> <p>Formação Certificada Especializada</p>
	<p><i>Centro Qualifica⁵⁰</i></p> <p><i>Cursos SEDE:</i></p> <p>Técnico/a de Turismo</p> <p>Técnico/a de Restaurante/Bar</p> <p>Esteticista</p>
	<p><i>Cursos Profissionais 2024-2025:</i></p> <p>Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital</p> <p>Técnico/a de Mecatrónica Automóvel</p> <p>Técnico/a de Tráfego de Assistência em Escala</p> <p>Técnico/a Administrativo/a</p> <p>Técnico/a de Marketing</p> <p>Cabeleireiro/a</p>

Fontes: ACTUAL GEST – Informação disponível em: <https://actualgest.pt/>; CINDOR – Informação disponível em: <https://www2.cindor.pt/pt/> e EPG - Informação disponível em: <https://epgondomar.org/>

5.4. Habitação

O presente capítulo procura identificar as principais mudanças verificadas ao longo das últimas décadas no concelho de Gondomar em matéria de habitação, mobilizando, para tal, alguns dos principais indicadores que contribuem para a consolidação do conhecimento relativo ao parque habitacional do concelho e à população residente.

Arranca-se, assim, com uma breve referência ao território delimitado pela AMP, no qual reside 17% da população nacional, em 14% do parque habitacional total. Tal como acontece no conjunto do país, observa-se uma preponderância da habitação própria e um reduzido mercado de arrendamento. Concomitantemente, a oferta de habitação pública não responde às necessidades existentes, nomeadamente dos indivíduos e famílias económica e socialmente mais desprotegidos.

⁵⁰ A funcionar desde 6 de março de 2017, o Centro Qualifica do CINDOR pretende apoiar, informar e orientar todos os jovens e adultos que procurem respostas de educação, formação e emprego, intervindo em diferentes níveis, tais como: i) orientação e informação de apoio na definição de um percurso formativo/educativo que sustente um projeto de vida; ii) diagnóstico, informação, orientação e encaminhamento de jovens (a partir dos 15 anos) e adultos para as diversas ofertas formativas; iii) desenvolvimento de Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), permitindo, assim, a obtenção de certificação profissional ou de dupla-certificação (escolar e profissional) nas áreas de Artesanato, Comércio, Ciências Informáticas e Secretariado e Trabalho Administrativo e iv) assegurar uma resposta formativa ou educativa ajustada às necessidades de cada candidato.

Com uma distribuição muito assimétrica entre municípios – o que contribui para processos de segregação urbana e de fragmentação social – o parque habitacional público representava 5% do total de fogos da AMP sendo que esta região continua a revelar, em muitos casos, “necessidades de reabilitação do edificado, de qualificação dos espaços públicos e de valorização imagética e identitária” (AMP, 2022, p. 35).

5.4.1. A Estratégia Local de Habitação

Para o desenvolvimento e análise em torno da temática da Habitação considerou-se essencial a integração de elementos relevantes decorrentes do trabalho realizado no âmbito da Estratégia Local de Habitação de Gondomar de 2021. Nesse sentido, é aqui apresentado o seu enquadramento, uma breve elencação das principais conclusões do diagnóstico das carências habitacionais, que se revelam complementares aos dados sistematizados para a construção do presente documento, assim como são sintetizadas as principais estratégias definidas.

A Estratégia Local de Habitação (ELH) de Gondomar foi elaborada no âmbito do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, orientada para um horizonte temporal que culmina em 2026, cujo objetivo central é a criação de soluções habitacionais para os habitantes do concelho que vivem em condições indignas, sem a capacidade de superarem sozinhos a situação de vulnerabilidade em que vivem devido à insuficiência financeira necessária para sustentar os custos do acesso à habitação.

Esta estratégia foi elaborada tendo em conta “as profundas transformações que globalmente se têm desenvolvido” e que “colocam desafios consideráveis às dinâmicas habitacionais”, assumindo que “novas exigências são colocadas quer pelos residentes e pelos novos modos de habitar, quer pelos intervenientes no setor” (CMG, 2021, p.19). É, por isso, importante que o Estado e outros agentes conduzam uma mudança de paradigma nas políticas de Habitação, expressa nas prioridades políticas do país: a garantia do acesso universal a uma habitação adequada.

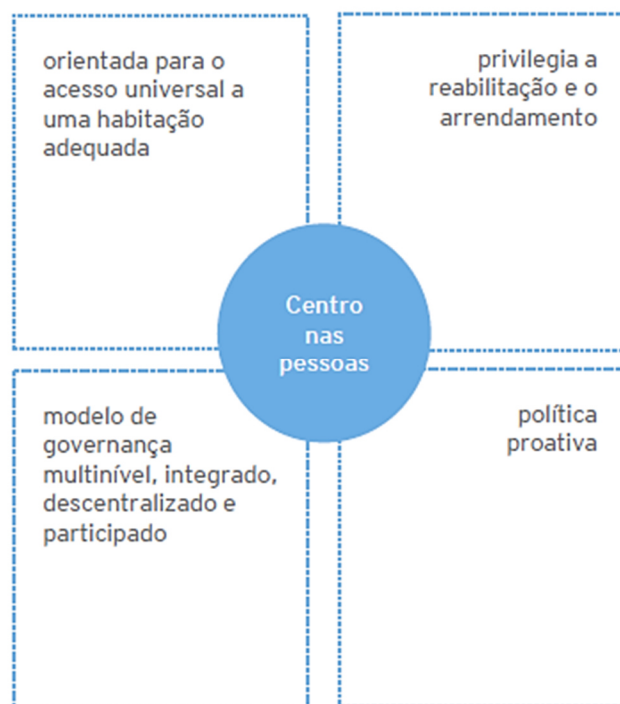
Com uma orientação estratégica diferente da anterior, a Nova Geração de Políticas de Habitação (RCM n.º 50 A/2018, de 2 de maio) suporta-se em políticas proativas e instrumentos centrados nas pessoas, no acesso a uma habitação adequada, “privilegiando a reabilitação e o arrendamento e um modelo de governança participado e integrado” (CMG, 2021, p.19), que têm vindo a ser operacionalizados ao longo dos últimos dois anos.

O Programa 1.º Direito, criado em 2018, está na base da construção da ELH, sendo que esta última enquadra “a validação de todos os apoios financeiros a conceder no território municipal” (idem) no âmbito deste programa.

É muito significativa a relevância da ELH em vigor, que vem servindo de referencial estratégico de verificação da conformidade de todas as candidaturas apresentadas (proprietários privados, públicos, ...), que

visam mobilizar os apoios disponíveis no 1.º Direito para operacionalizar as soluções habitacionais eleitas e priorizadas pelo Município (cf. Figura 8).

Figura 8 – Uma dimensão renovada nas Políticas Habitacionais – (ELH)

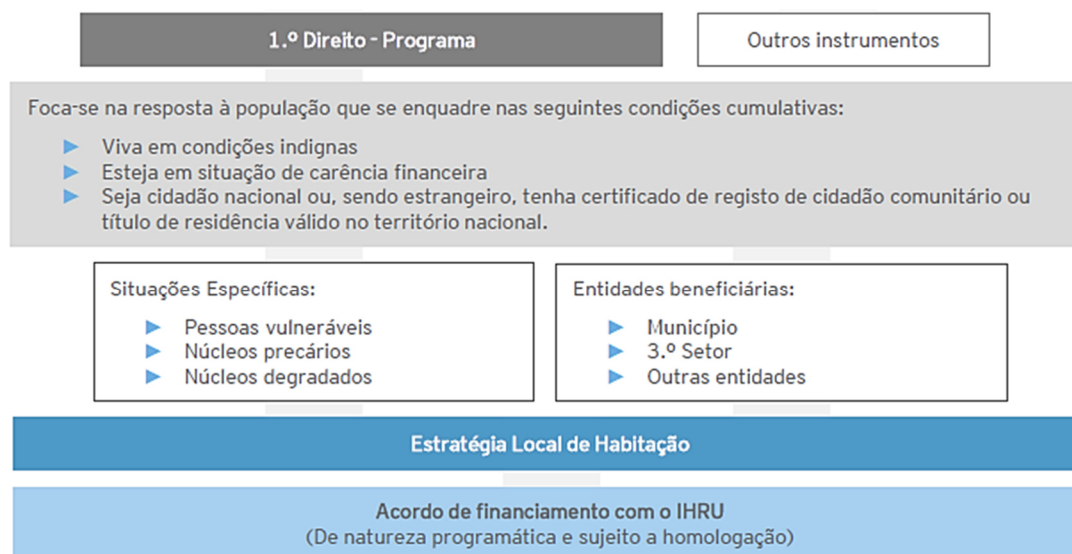


Fonte: CMG, 2021, Estratégia Local da Habitação de Gondomar, Relatório Final, p. 19.

O principal objetivo da elaboração da ELH de Gondomar consistiu na identificação das características e do número de situações de pessoas e famílias em condições habitacionais indignas e na definição de uma estratégia de atuação ao abrigo do Programa público 1.º Direito. Esta estratégia de atuação permitiu mobilizar apoios financeiros por parte quer de beneficiários diretos (pessoas vulneráveis e proprietários de núcleos precários e degradados), quer de outras entidades (Câmara Municipal, Estado - através da DGTF -, Regiões Autónomas, associações de municípios, empresas públicas, organizações do Terceiro Sector, associações de moradores e proprietários de frações situadas em núcleos degradados), conforme os artigos 10.º, 11.º, 12.º e 26.º do DL n.º 37/2018 e alterações seguintes.

O diagnóstico realizado no âmbito da ELH de Gondomar procurou a verificação da 1.ª condição de elegibilidade para o Programa 1.º Direito - “Viva em condições indignas” -, que corresponde a 4 critérios: Precariedade; Insalubridade e Insegurança; Sobrelotação; Inadequação. O diagnóstico contemplou também as situações de carência financeira e, nesse sentido, formulou uma abordagem metodológica que se ajustasse ao máximo à realidade local (cf. Figura 9).

Figura 9 – Identificação das Carências Habitacionais existentes no Município - (ELH)



Fonte: CMG, 2021, Estratégia Local da Habitação de Gondomar, Relatório Final, p. 20.




Ao nível concetual, foram tidos em conta os enunciados da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), que estabiliza um conjunto de conceitos, e dentre os quais se destacam: a) «Agregado habitacional» como o “conjunto constituído pelas pessoas que coabitam em economia comum no mesmo local e mantêm entre si vínculos de convivência estável e ou de dependência, ou que constitua uma unidade de convivência⁵¹; d) «Deficiência» ou «incapacidade», como “a situação da pessoa com grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60%, devidamente comprovado com atestado médico de incapacidade multiuso”; i) «Habitação adequada», como “a fração ou o prédio destinado a habitação apto a satisfazer condignamente as necessidades habitacionais de uma pessoa ou de um agregado familiar determinado, tendo em consideração, designadamente, a composição deste, a tipologia da habitação e as condições de habitabilidade e de segurança da mesma” (CMG, 2021, p. 21).

As principais fontes de informação mobilizadas pelo Município, em complemento à informação cedida pelo próprio, foram o Instituto Nacional de Estatística (INE), o que permitiu elaborar um retrato evolutivo comparativo do setor da habitação e da população (a nível concelhio, regional e nacional) e aceder aos dados relativos às delimitações territoriais das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU).

A metodologia utilizada pelo Município de Gondomar para a definição da ELH permitiu a estabilização dos temas a abordar, no sentido da concretização diferenciada, de acordo com as especificidades do território, com a intensidade de cada problema identificado e, por fim, a apresentação de propostas de soluções ajustadas à realidade local (cf. Figura 10).

⁵¹ Na aceção do n.º 2 do artigo 8.º da lei de bases da habitação (LBH), provada pela Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, excluindo as situações previstas no n.º 8 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, na sua redação atual.

Figura 10 – Pressupostos para a delimitação inicial do âmbito de análise do estudo – (ELH)

 Delimitação temporal	 Delimitação territorial	 Limitações do projeto
<p>Informação mais recente disponível</p> <p>Anos mais recentes disponíveis</p> <p>Tendências recentes (últimos 5 anos ou intervalo censitário, consoante informação disponível)</p>	<p>Informação ao nível do Município e das Freguesias (sempre que possível)</p> <p>Enquadramento regional (AMP) e comparativo nacional (Portugal Continental)</p>	<p>A existência de limitações nas bases de dados disponíveis para a realização deste projeto e do reduzido espaço temporal em que o trabalho decorre, obrigam a que diversos pressupostos sejam assumidos, a fim de mitigar as implicações das mesmas.</p>

Fonte: CMG, 2021, Estratégia Local da Habitação de Gondomar, Relatório Final, p. 20.

De forma sintética, destacam-se as principais conclusões que decorreram do diagnóstico realizado no âmbito da ELH:

- 77% das famílias residentes no concelho cumprem o critério de situação de carência financeira do 1.º Direito, com rendimentos médios mensais abaixo dos 4 IAS;
- eram 800 as candidaturas ativas submetidas por agregados familiares - 2.160 indivíduos (2020);
- 244 Fogos de gestão municipal encontravam-se ocupados e com condições indignas;
- existiam 60 núcleos precários correspondentes a 183 fogos e 142 agregados familiares e 53 núcleos degradados correspondentes a 324 fogos e 191 agregados familiares (2019);
- eram 52 as pessoas em situação de sem-abrigo (2021);
- predominam os fogos adquiridos ao abrigo do programa PER;
- foram investidos mais de 11.642.103€ na conservação do edificado de habitação municipal desde 2014 (até 2020);
- previu-se se a necessidade de reabilitar 200 fogos, ao ritmo de 50 por ano, nos 4 anos seguintes;
- verificou-se a presença de um mercado de aquisição em subida, mas ainda distante da média da AMP;
- notou-se um mercado de arrendamento em subida, mas em situação mais favorável do que a AMP.

Por fim, resumidamente, as soluções propostas para o apoio aos agregados familiares em carência habitacional (por via da ELH e investimento associado às Entidades Beneficiárias) visam:

- Melhorar as condições de habitabilidade nos focos de maior concentração de condições indignas:
 - Promover a redução e gradual eliminação dos focos de maior concentração de habitação degradada ou precária;
 - Promover condições para realojamento de famílias enquadráveis no 1.º direito;
- Facilitar a melhoria das condições habitacionais dispersas pelo Município:
 - Conjugar resposta à lista de pedidos de habitação;
 - Reforçar a coesão social e conformar uma bolsa de resposta a situações de emergência social.

A garantia do acesso à habitação digna para todos é também amplamente reportada como um dos maiores desafios e uma das grandes prioridades na Estratégia AMP 2030, cujo plano de ação preconiza, entre outras medidas nesta matéria, o desenvolvimento de uma Estratégia Metropolitana de Habitação capaz de articular os diagnósticos municipais e as diversas Estratégias Locais de Habitação, consolidando uma visão estratégica em matéria de promoção do acesso à habitação e, simultaneamente, de aumento da atratividade residencial deste território (AMP, 2022, p.15).

Esta região é também cenário de um persistente problema de baixos rendimentos e de desigual distribuição da riqueza. O poder de compra é consideravelmente mais baixo do que o registado na Área Metropolitana de Lisboa e a situação de muitas famílias é agravada pela pressão crescente das despesas com habitação nos respetivos orçamentos. O documento relembra ainda a manutenção de situações de forte carência e precariedade habitacional, assim como a persistência de fenómenos de reprodução intergeracional de pobreza, observada, entre outros indicadores, através do elevado peso de beneficiários de prestações sociais entre a população residente (AMP, 2022, p. 27).

5.4.2. Alojamentos Familiares Clássicos e População Residente

Em 2021, dos 5 970 677 alojamentos familiares clássicos que constituíam o parque habitacional do concelho, 69,4% encontravam-se ocupados como residência habitual (4 142 581). As residências secundárias representavam 18,5% (1 104 881) e os alojamentos vagos 12,1% (723 215).

Dos 4 142 581 alojamentos familiares clássicos de residência habitual, 2 900 093 estavam ocupados pelo proprietário (70,0%), os restantes 1 242 488 alojamentos encontravam-se em arrendamento ou noutras

situações (30,0%), dos quais 88,8% eram propriedade de particulares ou de empresas privadas e de ascendentes ou descendentes.

Observando-se agora o conjunto de mudanças verificadas na estruturação da evolução e do perfil do parque habitacional do país, é possível verificar que, entre 2011 e 2021, houve um relativo crescimento. Essa ampliação do parque habitacional não se expressou da mesma forma no território. Ao nível nacional houve um aumento de 3,5%, valor inferior àquele que regista a Região Norte (4,5%) e a AMP (5,4%). Entre os municípios que constituem a AMP, São João da Madeira, Póvoa do Varzim e Vila do Conde foram aqueles que registaram um aumento mais significativo (9,8%, 9% e 8,8%, respetivamente). Gondomar também viu o seu edificado habitacional clássico aumentar em 4,8%, o que coloca o município muito próximo dos valores da AMP, mas numa posição intermédia relativamente aos restantes municípios desta demarcação territorial.

Internamente ao município de Gondomar, Baguim do Monte (8%) e Rio Tinto (7%) eram as freguesias que expressaram o maior aumento no que diz respeito ao número de alojamentos familiares clássicos, facto que as distancia das restantes freguesias e uniões de freguesias (UF). A freguesia de Lomba e UF de Foz do Sousa e Covelo eram as únicas que revelavam uma taxa de variação negativa (cf. Quadro 54).

Quadro 54 – N.º de Alojamentos Familiares Clássicos ocupados como Residência Habitual (e sua variação) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (N.º e %)

Territórios	2011	2021	Taxa de variação (%)
Portugal	3991112	4142581	3,8
Região Norte	1319665	1379430	4,5
AMP	646703	681349	5,4
Arouca	7402	7598	2,6
Espinho	11931	12486	4,7
Gondomar	61103	64028	4,8
Maia	49827	52094	4,5
Matosinhos	67188	69969	4,1
Oliveira de Azeméis	24102	24894	3,3
Paredes	28032	30107	7,4
Porto	98669	102093	3,5
Póvoa do Varzim	21523	23458	9,0
Santa Maria da Feira	48587	50928	4,8
Santo Tirso	24673	25391	2,9
São João da Madeira	8208	9014	9,8
Trofa	12969	13938	7,5
Vale de Cambra	8450	8416	-0,4
Valongo	33772	36611	8,4
Vila do Conde	26783	29129	8,8
Vila Nova de Gaia	113484	121195	6,8
Gondomar	61103	64028	4,8
Freguesias e UF			
Baguim do Monte (Rio Tinto)	5119	5528	8,0
Lomba	495	485	-2,0
Rio Tinto	19490	20850	7,0
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	13962	14386	3,0
UF de Foz do Sousa e Covelo	2539	2514	-1,0

UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	17666	18453	4,5
UF de Melres e Medas	1832	1812	-1,1

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 2011-2021.

No que diz respeito à população residente em Alojamentos Familiares Clássicos por época de construção, verifica-se que, tanto ao nível nacional, como na Região Norte e na AMP, o período que mais concentra a construção desta tipologia é o de 1981 a 2000 (38%, 42% e 42%, respetivamente). Relativamente aos municípios que compõem a AMP, observa-se a mesma tendência: apenas o concelho do Porto foge à regra, apresentado uma maior percentagem dos alojamentos que foram construídos entre 1961-1980 (32,7%, neste período, e 27% entre 1981-2000).

Relativamente a Gondomar, comparando com os valores que registam Portugal, Região Norte e AMP, verificam-se os seguintes movimentos: entre 1961 e 1980, as percentagens encontravam-se muito próximas; entre 1981-2000, as percentagens eram superiores (47,5%) e, no período 2001-2010, estas eram inferiores (14,7%).

Entre os anos 1961 e 2000, encontravam-se cerca de 66% dos alojamentos construídos ao nível nacional, na Região Norte e na AMP. Em Gondomar, considerando o mesmo intervalo, registavam-se 72% alojamentos, valor acima da média dos territórios acima mencionados. Nos restantes municípios verificava-se a mesma configuração, com a exceção dos municípios da Maia e de Paredes, que registavam valores superiores no período entre 2001-2010. Acrescenta-se, ainda, que Matosinhos e Vila do Conde, embora apresentassem uma percentagem superior entre 1961-1980 relativamente a 2001-2010, essa diferença era residual, sendo que estes dois municípios se aproximavam dos valores da Maia e de Paredes (cf. Quadro 55).

Em relação à construção mais recente, Gondomar apresentava percentagens abaixo das que se reportam a Portugal no seu todo, à Região Norte e à AMP. Considerando o período entre os anos 2001 e 2021, Gondomar (16,1%) era um dos dois municípios com menor percentagem de Alojamentos Familiares Clássicos construídos dentro deste intervalo temporal (apenas precedido pelo concelho do Porto, com 15,7%).

Quadro 55 – Alojamentos Familiares Clássicos, por Época de construção em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2021) – (N.º e %)

Territórios	Época de construção													
	Antes de 1919		1919 - 1945		1946 - 1960		1961 - 1980		1981 - 2000		2001-2010		2011-2021	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	103812	2,5	174129	4,2	316743	7,6	1117298	27,0	1575144	38,0	741242	17,9	114213	2,8
Região Norte	37107	2,7	50316	3,6	82165	6,0	326363	23,7	582300	42,2	253425	18,4	47754	3,5
AMP	17657	2,6	28013	4,1	47246	6,9	163648	24,0	288184	42,3	118519	17,4	18082	2,7
Arouca	290	3,8	403	5,3	529	7,0	1507	19,8	3044	40,1	1499	19,7	326	4,3
Espinho	331	2,7	557	4,5	1288	10,3	3499	28,0	4777	38,3	1657	13,3	377	3,0
Gondomar	1482	2,3	2217	3,5	4067	6,4	15599	24,4	30383	47,5	9400	14,7	880	1,4
Maia	966	1,9	1423	2,7	2567	4,9	9793	18,8	25596	49,1	10781	20,7	968	1,9
Matosinhos	1088	1,6	2277	3,3	4243	6,1	15629	22,3	31798	45,4	13679	19,6	1255	1,8
Oliveira de Azeméis	649	2,6	1081	4,3	1773	7,1	6620	26,6	10186	40,9	3876	15,6	709	2,8
Paredes	736	2,4	951	3,2	1747	5,8	6449	21,4	12327	40,9	6606	21,9	1291	4,3
Porto	4950	4,8	7970	7,8	12145	11,9	33379	32,7	27609	27,0	12749	12,5	3291	3,2
Póvoa de Varzim	330	1,4	559	2,4	1129	4,8	5247	22,4	10634	45,3	4530	19,3	1029	4,4
Santa Maria da Feira	1248	2,5	1772	3,5	2728	5,4	10389	20,4	23759	46,7	9429	18,5	1603	3,1
Santo Tirso	668	2,6	1241	4,9	1695	6,7	6730	26,5	9583	37,7	4620	18,2	854	3,4
São João da Madeira	76	0,8	250	2,8	476	5,3	2194	24,3	4519	50,1	1417	15,7	82	0,9
Trofa	317	2,3	429	3,1	619	4,4	3405	24,4	6462	46,4	2439	17,5	267	1,9
Vale de Cambra	177	2,1	331	3,9	590	7,0	2373	28,2	3368	40,0	1370	16,3	207	2,5
Valongo	703	1,9	830	2,3	1576	4,3	8332	22,8	16986	46,4	7276	19,9	908	2,5
Vila do Conde	984	3,4	943	3,2	1594	5,5	6382	21,9	11979	41,1	6149	21,1	1098	3,8
Vila Nova de Gaia	2662	2,2	4779	3,9	8480	7,0	26121	21,6	55174	45,5	21042	17,4	2937	2,4

Fonte: INE – Portugal, XVI Recenseamento Geral da População e Habitação, 2021.

A necessidade de reparação dos Edifícios de Alojamentos Familiares Clássicos constitui um indicador relevante para avaliar as condições de habitabilidade residentes. O levantamento deste número permitiu observar que o município de Gondomar tinha percentagens próximas às da Região Norte e da AMP (cf. Quadro 56).

Quadro 56 – Edifícios de Alojamentos Familiares Clássicos com necessidade de reparação em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2021) – (%)

Territórios	Dimensão da necessidade de reparação (%)		
	Necessidades ligeiras	Necessidades médias	Necessidades profundas
Portugal	21,8	9,4	4,6
Região Norte	22,5	9,8	4,9
AMP	26,1	10,6	4,6
Arouca	22,8	11,2	6,4
Espinho	31,1	11,8	6,4
Gondomar	24,0	10,9	5,0
Maia	23,9	9,9	4,4
Matosinhos	25,1	8,7	2,8
Oliveira de Azeméis	29,8	13	6,4
Paredes	26,3	12	5,4
Porto	25,8	12	5,4
Póvoa de Varzim	27,3	9,6	3,8
Santa Maria da Feira	30,2	11	5,5
Santo Tirso	21,1	6,6	2,9
São João da Madeira	20,8	10	6,1
Trofa	22,4	9	3,8
Vale de Cambra	19,9	11	5,5
Valongo	31,8	11	3,8
Vila do Conde	17,9	6,5	2,9
Vila Nova de Gaia	28,6	12	4,5
Gondomar	24,0	10,9	5,0
Freguesias e UF			
Baguim do Monte (Rio Tinto)	27,7	9,2	2,9
Lomba	12,3	8,5	7,9
Rio Tinto	21,4	9,8	4,7
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	24,7	13	6,5
UF de Foz do Sousa e Covelo	31,9	9,7	2,8
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	24,8	12	4,9
UF de Melres e Medas	16,9	7,4	4,9

Fonte: INE – Portugal, XVI Recenseamento Geral da População e Habitação, 2021.

Ao se considerar o total dos edifícios com necessidades médias e profundas (que representarão situações prioritárias e urgentes), verifica-se que a AMP (15,2%) e, concretamente, Gondomar (15,8%) apresentavam percentagens superiores às registadas a nível nacional (14%). Ainda assim, vários municípios exibiam valores superiores aos de Gondomar, sendo os três mais significativos Oliveira de Azeméis (19,3%), Paredes (17,3%) e Porto (17,6%).

No interior de Gondomar, as três freguesias / uniões de freguesias que, em 2021, mostravam percentagens mais elevadas de edifícios com necessidades de reparação médias e profundas eram a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova, com 19,3%, a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim, com 16,7%, e a Freguesia de Lomba com 16,4%.

Um outro indicador que fornece informação acerca das condições de habitabilidade dos residentes nos diferentes territórios diz respeito à lotação dos Alojamentos Familiares Clássicos ocupados como residência habitual (cf. Quadro 57).

A AMP viu aumentar o seu valor, entre 2011 e 2021, de 9,9% de alojamentos sobrelotados para 14%. Este aumento foi superior ao registado ao nível nacional e na Região Norte, que apresentavam 12,7 e 12,3%, respetivamente. Gondomar, por sua vez, não viu aumentar a percentagem de sobrelotação, contudo, já em 2011 exibía valores elevados, 14,2%, passando para 14,9% em 2021. Trata-se, portanto, de um problema que não sofreu alterações positivas no último período intercensitário.

Observando o fenómeno ao nível das freguesias / uniões de freguesia, verifica-se que a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova registava valores preocupantes (à semelhança daqueles que apresentou ao nível das necessidades de reparação) – 17,4%, em 2011, e 17,8% em 2021. Outra freguesia com uma percentagem significativa de sobrelotação era a de Rio Tinto, com 15,3% de alojamentos nessa condição.

A crescente coabitação em regime de sobrelotação constitui uma nova forma de habitação precária, por vezes num registo de informalidade, ou resultante de carências de rendimentos da população para suportar os encargos com a habitação. Segundo a Estratégia AMP 2030, estimava-se que, em 2022, na AMP, perto de 20% das famílias coabitem em situações de sobrelotação e que igual proporção dos alojamentos não possua condições adequadas de conforto (AMP, 2022, p. 35), dados que denunciam a tendência crescente deste problema social neste território.

Quadro 57 – Alojamentos Familiares Clássicos sobrelotados ocupados como residência habitual em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) – (N.º e %)

Territórios	2011		2021	
	N.º	%	N.º	%
Portugal	450729	11,3	527855	12,7
Região Norte	154277	11,7	170188	12,3
AMP	64161	9,9	95531	14,0
Arouca	897	12,1	909	12,0
Espinho	1444	12,1	1671	13,4
Gondomar	8692	14,2	9571	14,9
Maia	5821	11,7	6667	12,8
Matosinhos	8631	12,8	9943	14,2
Oliveira de Azeméis	2266	9,4	2546	10,2
Paredes	4785	17,1	4765	15,8
Porto	13285	13,5	16074	15,7
Póvoa de Varzim	2682	12,5	3106	13,2
Santa Maria da Feira	5699	11,7	6350	12,5
Santo Tirso	2760	11,2	2798	11,0
São João da Madeira	754	9,2	974	10,8
Trofa	1775	13,7	1876	13,5
Vale de Cambra	645	7,6	78	0,9
Valongo	4697	13,9	5456	14,9
Vila do Conde	3275	12,2	3776	13,0
Vila Nova de Gaia	15634	13,8	18341	15,1
Gondomar	8692	14,2	9571	14,9
Freguesias e UF				
Baguim do Monte (Rio Tinto)	671	13,1	781	14,1
Lomba	60	12,1	57	11,8
Rio Tinto	2593	13,3	3182	15,3
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	2423	17,4	2558	17,8
UF de Foz do Sousa e Covelo	341	13,4	311	12,4
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	2342	13,3	2460	13,3
UF de Melres e Medas	262	14,3	222	12,3

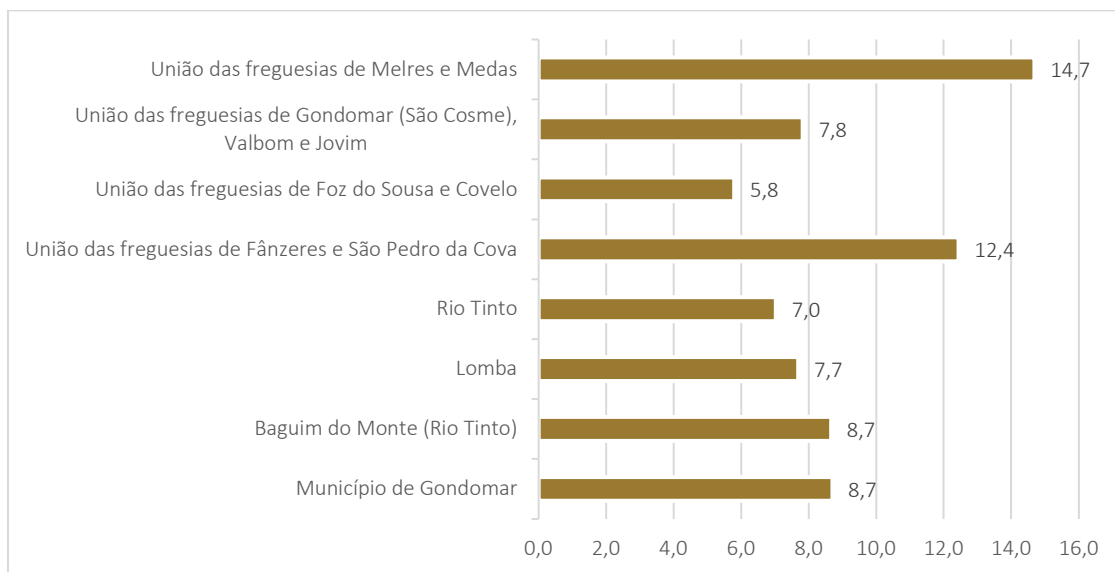
Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 2011-2021.

5.4.3. Arrendamento

Em 2021, 6,9% dos Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual em Portugal tinham algum tipo de apoio ao arrendamento. A Região Norte contava com 7,9% e a AMP com 9,2% dos alojamentos. Gondomar, por sua vez, registava 9,7% dos alojamentos, proporção apenas ultrapassada por Matosinhos, Porto e São João da Madeira (12,7%, 14,1% e 13,3%, respetivamente). Os municípios da AMP que registavam os menores valores eram Vale de Cambra (1,6%) e Paredes (3%).

No interior do município de Gondomar, as Uniões de freguesias que se destacavam, registando valores mais elevados, eram a UF Melres e Medas e UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (cf. Gráfico 10).

Gráfico 10 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual com apoio ao arrendamento em Gondomar (e respetivas freguesias) (2021) – (%)



Fonte: INE – Portugal, XVI Recenseamento Geral da Habitação, 2021.

A distribuição destes valores pela modalidade de apoio ao arrendamento acrescenta informação relevante para uma melhor caracterização da situação dos habitantes que usufruem destes apoios.

No mesmo ano, Portugal, a Região Norte e a AMP registavam a “Renda Social ou apoiada” como a modalidade de apoio ao arrendamento maioritária (63,3%, 59,8% e 63,9%, respetivamente). Com a mesma tendência, Gondomar detinha 58,5% deste tipo de apoio. Por outro lado, cinco municípios da AMP não registavam esta modalidade como maioritária, mas sim o Subsídio de Renda da Administração Central (sendo os mais significativos Arouca, Paredes e Vale de Cambra).

No concelho de Gondomar, observa-se que a freguesia de Lomba, as Uniões de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo, Fânzeres e São Pedro da Cova e Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim registavam, em 2021, valores superiores ao total do município no que diz respeito à primeira modalidade (respetivamente 75%, 65%, 64,9% e 63,1%). Em todas as freguesias e uniões de freguesia de Gondomar, a modalidade “Renda social ou apoiada” era aquela que detinha a maioria dos casos de apoio ao arrendamento, com a exceção da UF de Melres e Medas, que registava a mesma percentagem relativamente à modalidade “Subsídio de renda do município” (cf. Quadro 58).

Quadro 58 – Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, por modalidade de apoio ao arrendamento em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2021) – (%)

Territórios	Modalidade de apoio ao arrendamento					
	Renda social ou apoiada		Subsídio de renda da administração central		Subsídio de renda do município	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	40017	63,3	12649	20,0	10551	16,7
Região Norte	14521	59,8	4513	18,6	5244	21,6
AMP	10934	63,9	2956	17,3	3232	18,9
Arouca	14	35,0	23	57,5	3	7,5
Espinho	270	79,9	59	17,5	9	2,7
Gondomar	869	58,5	280	18,9	336	22,6
Maia	569	63,0	267	29,6	67	7,4
Matosinhos	1526	58,0	280	10,6	827	31,4
Oliveira de Azeméis	63	19,9	71	22,5	182	57,6
Paredes	68	40,5	83	49,4	17	10,1
Porto	4728	74,6	546	8,6	1068	16,8
Póvoa de Varzim	118	42,6	131	47,3	28	10,1
Santa Maria da Feira	253	52,2	176	36,3	56	11,5
Santo Tirso	205	40,7	46	9,1	253	50,2
São João da Madeira	309	79,8	43	11,1	35	9,0
Trofa	58	42,0	30	21,7	50	36,2
Vale de Cambra	7	36,8	11	57,9	1	5,3
Valongo	275	48,8	238	42,3	50	8,9
Vila do Conde	183	54,6	106	31,6	46	13,7
Vila Nova de Gaia	1419	64,8	566	25,9	204	9,3
Gondomar	869	58,5	280	18,9	336	22,6
Freguesias e UF						
Baguim do Monte (Rio Tinto)	54	47,8	28	24,8	31	27,4
Lomba	3	75,0	0	0,0	1	25,0
Rio Tinto	221	50,6	117	26,8	99	22,7
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	313	64,9	72	14,9	97	20,1
UF de Foz do Sousa e Covelo	13	65,0	5	25,0	2	10,0
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	248	63,1	56	14,2	89	22,6
UF de Melres e Medas	17	47,2	2	5,6	17	47,2

Fonte: INE – Portugal, XV e XVI Recenseamentos Gerais da Habitação, 2021.

Ainda relativamente a este fenómeno, importa observar a evolução dos valores praticados no mercado de arrendamento. Verifica-se que havia, de forma generalizada, um aumento do valor das rendas em território nacional, lido aqui através do preço médio do m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos 12 meses anteriores ao período de referência. Foram considerados os segundos semestres dos anos 2017 e 2023.

Em 2023, este indicador registava, em Portugal, 7,21€, o que significa, em termos absolutos, um aumento de 2,82€ relativamente a 2017. A Região Norte apresentava uma variação semelhante à média nacional (2,42€) (cf. Quadro 59).

Quadro 59 – Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos 12 meses anteriores em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2023 - 2017) – (€)

Territórios	Valor mediano das rendas por m ² (€)	
	2.º semestre 2023	2.º semestre 2017
Portugal	7,21	4,39
Região Norte	6,25	3,83
AMP	7,98	4,58
Arouca	4,59	3,13
Espinho	6,92	4,49
Gondomar	6,91	4,18
Maia	7,69	4,78
Matosinhos	10,0	5,99
Oliveira de Azeméis	4,35	2,85
Paredes	4,75	2,91
Porto	11,72	6,77
Póvoa de Varzim	6,88	4,01
Santa Maria da Feira	5,08	3,31
Santo Tirso	4,31	2,93
São João da Madeira	5,26	3,52
Trofa	6,0	3,45
Vale de Cambra	5,0	2,80
Valongo	7,0	4,11
Vila do Conde	6,76	4,00
Vila Nova de Gaia	8,51	4,81

Fonte: INE – Portugal, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local, 2017-2023.

Tendo em linha de conta o mesmo intervalo temporal, a AMP, dentre estas três designações territoriais mais alargadas que se tem vindo a considerar, era a que expunha um aumento absoluto maior, registando um incremento (variação absoluta) de 3,4€. O município de Gondomar aproximava-se da evolução nacional: em 2017, registava um valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de 4,18€ e, em 2023 de 9,91€, o que se traduziu num aumento médio de 2,73€.

Esta análise dos encargos com os alojamentos arrendados à escala nacional e regional permite certificar que, considerando o curto intervalo temporal entre 2017 e 2023, o preço das rendas foi aumentando expressivamente quer por força do aumento do custo de vida, quer pela valorização crescente do mercado imobiliário. Estes valores refletem igualmente a evolução desmedida dos valores praticados no mercado do arrendamento e, conseqüentemente, da taxa de esforço financeiro das famílias, tendência esta que, de resto, ainda se mantém.

5.4.4. Propriedade

Os alojamentos ocupados pelo “proprietário” têm vindo a ganhar uma crescente importância no mercado da habitação, transformação extensível a todo o território nacional, muito por força do desgaste das políticas de arrendamento.

Em 2021, dos 2 900 093 alojamentos de residência habitual ocupados pelos proprietários, 38,4% (1 112 875) tinham encargos mensais com a sua aquisição. Considerando os escalões de encargos por compra, verificou-se que em 52,8% dos alojamentos as mensalidades se situavam entre os 200 euros e os 399 euros.

Quadro 60 – Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2023-2019) – (€)

Territórios	Valor mediano das vendas por m ² (€)	
	2.º semestre 2023	2.º semestre 2019
Portugal	1 629	1 098
Região Norte	1 390	1 120
AMP	1 802	1 120
Arouca	//	//
Espinho	2 176	1 190
Gondomar	1 599	983
Maia	1 782	1 141
Matosinhos	2 472	1 466
Oliveira de Azeméis	982	745
Paredes	1 047	716
Porto	2 857	1 906
Póvoa de Varzim	1 689	1 173
Santa Maria da Feira	1 141	786
Santo Tirso	1 216	778
São João da Madeira	946	760
Trofa	1 294	851
Vale de Cambra	1 158	//
Valongo	1 493	911
Vila do Conde	1 750	1 149
Vila Nova de Gaia	1 806	1 099

Fonte: INE – Portugal, Estatísticas de Rendimentos da Habitação ao nível local, 2017-2023.

No que diz respeito aos preços da habitação, e tendo presente o indicador valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares entre 2019 e 2023, é de notar, ao nível nacional, um aumento médio de 531€ por m². A Região Norte registava uma variação absoluta de 270€. Já a AMP apresentava valores bastante superiores à da sua região, assinalando um aumento de 682€. O concelho de Gondomar passa de 983€ por m², no 2º semestre de 2019, para 1599€ no segundo semestre de 2023, representando um incremento de 616€ por m² (cf. Quadro 60).

Percebe-se que, a acompanhar a dinâmica de aumento dos preços das rendas, verifica-se a subida dos preços dos imóveis. Esta realidade tem constituído um obstáculo muito significativo à manutenção ou

melhoria das condições de vida das famílias, em especial nos casos dos indivíduos ou famílias com mais baixos rendimentos, mas também, crescentemente, nos casos de famílias da classe média.

O grupo de pessoas em situação ou em risco de vulnerabilidade social tem aumentado significativamente, fruto das sucessivas crises económicas. Muitas pessoas e famílias deixaram de poder cumprir com as suas obrigações em matéria de crédito habitacional.

O problema da habitação alargou-se a outros grupos sociais, nomeadamente a populações de diferentes idades, a diversos tipos de famílias e com vários níveis de remuneração, quer pela insuficiente oferta no regime de arrendamento a preços suportáveis, quer pela dificuldade em aceder a um empréstimo para aquisição de casa.

Considerando este contexto, merece destaque o **Programa Social+**, inserido no conjunto de atividades inerente ao Núcleo de Respostas Sociais da Divisão de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar, com início em 2014, que tem como um dos seus principais objetivos⁵² o ajuste dos apoios às necessidades dos agregados familiares atendendo aos novos contextos sociais.

Um dos seus Eixos de Intervenção é precisamente o eixo «**+habitação**»⁵³ que se consubstancia numa contribuição mensal para o pagamento de renda ou de crédito à habitação (cujos valores sejam iguais ou superiores a 150€ mensais) aos cidadãos e às famílias em situação de maior vulnerabilidade social. Os beneficiários devem residir em Gondomar há pelo menos seis meses e, para obterem este apoio, devem responder a uma série de critérios, nomeadamente o valor da renda ou do crédito à habitação, a caracterização socioeconómica do agregado familiar e as despesas fixas do mesmo.

Em 2016, o Município de Gondomar deu ainda início ao **Programa TEA - Tarifário Especial de Água**, no sentido de dar apoio no que respeita aos gastos com água (um dos encargos fixos relativos à habitação), que se aplica igualmente aos agregados familiares em situação de carência socioeconómica e aos agregados familiares numerosos residentes no concelho.

5.4.5. Habitação Pública

No que respeita à distribuição territorial, o maior número de fogos reabilitados ocorreu nas regiões da Grande Lisboa e da Área Metropolitana do Porto que, em 2021, representaram 53,4% do número total de fogos concluídos neste tipo de intervenção em todo o país. Mais, a proporção de fogos concluídos em intervenções de reabilitação, no período de 2011 a 2021, aumentou em todas as regiões do país relativamente ao período de 2001 a 2011.

⁵² Os restantes objetivos são: promover e sustentar a transversalidade ao nível da ação e desenvolvimento social; fomentar a complementaridade e não sobreposição em relação aos demais organismos com competência na área da intervenção social; e promover a intervenção social integrada possibilitando um permanente acompanhamento.

⁵³ O Programa Social+ é constituído por 4 Eixos de Intervenção não cumulativos: «+alimentação» (atribuição de um apoio mensal a agregados familiares em situação de carência socioeconómica, sob a forma de cartão ou vale, a descontar nos estabelecimentos comerciais aderentes); «+saúde» (atribuição de apoio para aquisição de medicação relativa a doenças crónicas, suplementos alimentares e leite adaptado); «+habitação» e um fundo de emergência (atribuição de apoio aos agregados familiares em situações excecionais e devidamente fundamentadas).

No município de Gondomar, cerca de 7400 munícipes, distribuídos por 3300 fogos, encontram-se atualmente alojados em 27 Urbanizações Municipais, distribuídas pelo território (cf. Quadro 61).

O número de realojamentos efetuados, entre os anos de 2022 e 2024, foi de 114. A UF de Fânzeres e São Pedro da Cova é a que conta com mais fogos (1230), sendo que o Conjunto Habitacional do Bairro Mineiro, em São Pedro da Cova, é o de maior dimensão do concelho (com 404 fogos). O Bairro Mineiro reúne o maior número de residentes (n=874).

É, de resto, é na UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova onde se encontra o maior número de aglomerados (n=8) (Santa Bárbara, Várzea, Santo António, Bairro Mineiro, Padre Joaquim Alves Neves, Tardariz, Durão Barroso e Gandra) e, sem surpresa, o maior número de habitantes (n=2236).

Quadro 61 – Habitação pública em Gondomar (2024)

Freguesias	Urbanização Municipal	N.º de Habitações	Tipologias	Número de Residentes
Gondomar (São Cosme)	Monte Castro	188	T2 / T3 / T4	468
	Fontela	88	T1 / T2 / T3	180
	Padre Vaz	93	T1 / T2 / T3 / T4	210
Baguim do Monte (Rio Tinto)	Castro	250	T1 / T2 / T3 / T4	569
Lomba	Lomba	30	T1 / T2 / T3 / T4	59
Rio Tinto	Areias	220	T1 / T2 / T3 / T4	408
	Triana	25	T1 / T2 / T3 / T4	36
	Padre Vidinha	94	T1 / T2 / T3	218
	Sr. Aflitos	88	T1 / T2 / T3	196
	Boavista	9	T2 / T3 / T4	6
	Carreiros	256	T1 / T2 / T3 / T4	538
	Ponte	80	T2 / T3 / T4	179
Fânzeres	Várzea	56	T2 / T3 / T4	93
	Santa Bárbara	148	T1 / T2 / T3 / T4	350
	St. º António	88	T1 / T2 / T3	279
São Pedro da Cova	Gandra	207	T3 / T4	544
	Tardariz	128	T1 / T2 / T3	283
	Dr. Durão Barroso	156	T1 / T2 / T3 / T4	419
	Padre Joaquim Alves das Neves	43	T1 / T2 / T3	116
	Bairro Mineiro	404	T1 / T2 / T3 / T4	874
Foz do Sousa	Ribeira	54	T1 / T2 / T3 / T4	109
Covelo	Covelo	18	T1 / T2 / T3 / T4	42
Valbom	Monte	252	T1 / T2 / T3 / T4	513
	Giesta	138	T2 / T3 / T4	321
Jovim	Jovim	114	T1 / T2 / T3 / T4	270
Melres	Melres	35	T1 / T2 / T3 / T4	73
Medas	Medas	36	T1 / T2 / T3 / T4	82
TOTAL		3300		7435

Fonte: Divisão da Habitação Pública, Município de Gondomar, 2024.

São 900 as candidaturas ativas a habitação pública, verificando-se um desencontro entre as necessidades habitacionais da população e a habitação pública disponível.

O acesso à habitação, direito consagrado constitucionalmente desde 1976, constitui uma das necessidades básicas das pessoas e famílias, mas também um elemento de inclusão social e um dos mais importantes indicadores que medem as desigualdades sociais. A escalada dos preços no mercado de

arrendamento e de venda, fenómeno transversal em todo o território nacional, assim como as dificuldades observadas no acesso a habitação pública, colocam sérias dificuldades no acesso a uma habitação digna e contribui para o agravamento das desigualdades sociais.

Estas dinâmicas sociais e económicas que influem as necessidades e o mercado da habitação no território, parametrizadas na ELH do concelho, realçam a urgência de respostas habitacionais para uma multiplicidade de solicitações da população residente e também daquela que se pretende atrair e fixar. Este instrumento, é, por isso, fulcral para a operacionalização de mecanismos que visem a melhoria da qualidade de vida da população, a qualificação e atratividade do território, assim como a promoção da sustentabilidade no desenvolvimento urbano.

De resto, esta é problemática cujos contornos se tornaram ainda mais visíveis durante a pandemia da COVID-19, “período ao longo do qual a premissa de «ficar em casa» sublinhou diariamente a importância não apenas de «ter casa», mas igualmente de «ter condições em casa» (condições de habitabilidade, salubridade e segurança, mas também presença de relações de vizinhança e de formas de organização e vivência comunitária virtuosas e acesso próximo a bens e serviços essenciais e a transportes de qualidade)” (AMP, 2022, p. 34).

Por fim, resta a acrescentar que os problemas prioritários sinalizados em torno da temática da Habitação, em sede do trabalho colaborativo realizado no âmbito da realização deste Diagnóstico e do Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar, (cf. Capítulo 7) estão em consonância com as reflexões aqui percorridas. Estes prendem-se, precisamente, com a crise da habitação que se vive atualmente e a necessidade da garantia de acesso à habitação condigna e a custo acessível, e acentuam a evidente centralidade que a habitação deve ter no conjunto das políticas públicas locais e nacionais.

5.5. Acessibilidades, Mobilidade e Rede de Transportes

5.5.1. Acessibilidades rodoviárias e ferroviárias

No que respeita à acessibilidade importa enquadrar a realidade do concelho de Gondomar não só ao nível inframunicipal (entre as diversas freguesias e uniões de freguesias), como também ao nível intermunicipal (entre o concelho e restantes concelhos da AMP).

Gondomar dispõe de relevantes acessos rodoviários (cf. Figura 11), destacando-se a A43, que permite o acesso rápido à principal rede de autoestradas nacionais, nomeadamente: A20, A3 e A28 (Norte); A4 e A41 (Litoral e Interior) e A1 e A29 (Sul). Em termos de Estradas Nacionais, destacam-se a EN15 (entre limites do concelho de Valongo), a EN108 (entre a UF de Melres e Medas e o limite do concelho de Penafiel) e a EN222 (entre o limite de Santa Maria da Feira e o limite do concelho de Castelo de Paiva)⁵⁴.

⁵⁴ Informação disponível em <https://gondomarinveste.cm-gondomar.pt/> e Relatório sobre o estado do Ordenamento do Território de Gondomar (CMG, 2018).

Figura 11 – Rede Rodoviária da envolvente do concelho de Gondomar



Fonte: Infraestruturas de Portugal, Mapa Plano Rodoviário Nacional, 2018.

Ao nível ferroviário, Gondomar é abrangido pela CP – Comboios de Portugal, com estação em Rio Tinto, que integra as linhas de Braga, Guimarães e Caíde/ Marco de Canaveses, e pela Metro do Porto, através da Linha F/Linha Laranja.

O município encontra-se localizado num contexto central, integrando o Corredor da Faixa Atlântica, que estabelece a relação entre o litoral Atlântico da Península Ibérica e o Corredor Ibérico (Norte), por intermédio da rede ferroviária, ligando a AMP com Espanha. A rede rodoviária permite, por sua vez, a ligação com o Corredor Ibérico (Norte), através da Rede Nacional Fundamental de Autoestradas (CMG, 2018, p. 14).

5.5.2. Rede de Transportes Coletivos

Em matéria de rede de transportes coletivos, o concelho de Gondomar é servido por três tipos de meios - comboio, metro e autocarro.

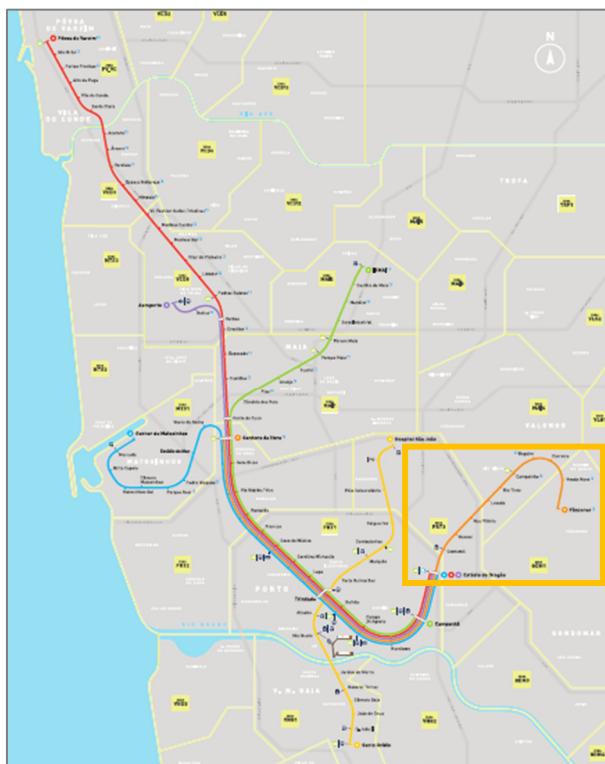
No que respeita a este tipo de transporte, é de sublinhar que foi aprovado recentemente o financiamento para a construção da nova linha de metro para Gondomar, através de fundos europeus⁵⁵.

Esta segunda linha fará a ligação entre o Estádio do Dragão e o Souto, no centro da cidade de Gondomar, e terá uma extensão total de cerca de 6,9 quilómetros. Está prevista a criação de oito novas estações, designadamente: São Roque, Cartes, Parque Oriental, Valbom Lagoa, Valbom Pinheiro, Hospital Fernando Pessoa, Parque Urbano de Gondomar e Souto.

Este alargamento da cobertura do metro no território gondomarense permitirá ainda uma interface com a rede de autocarros que liga o centro de Gondomar às restantes freguesias do concelho. A obra tem um prazo de conclusão previsto para 2029.

Nesse sentido, percebe-se que a este movimento de expansão surgirão associados padrões de mobilidade de carácter multidirecional com forte incidência nos modelos de migração pendular do território.

Figura 13 – Mapa da Rede do Metro do Porto (Linha F em destaque)



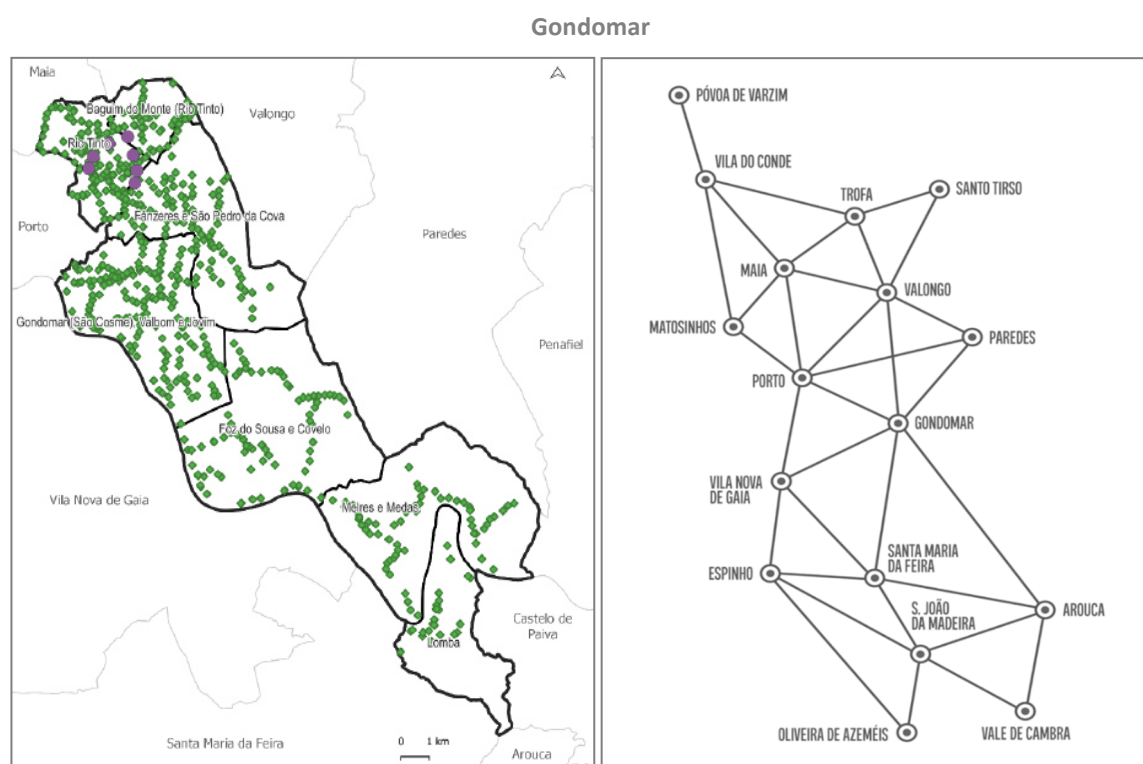
Fonte: Metro do Porto – Mapa da Rede.

⁵⁵ Está, presentemente, aberto o aviso para a empresa Metro do Porto apresentar candidatura à verba do programa Sustentável 2030, que financiará a construção da segunda linha de metro para Gondomar. O investimento, no total de 225 milhões de euros, contempla ainda a ligação à Trofa.

5.5.2.3. Transporte rodoviário

As companhias que operam ao nível rodoviário em Gondomar são a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP) e a rede UNIR, que distribuem o seu serviço pelo concelho de Gondomar. A UNIR é uma iniciativa que funde a rede de transporte público dos municípios da Área Metropolitana do Porto, e que se encontra em funcionamento desde 1 de dezembro de 2023 (cf. Figura 14). O Município de Gondomar integra o Lote 2 (Gondomar, Valongo, Paredes e Santo Tirso).

Figura 14 – Paragens de Transportes Coletivos regulares (2021) e Ligações intermunicipais da Rede UNIR (2024) -



Fontes: CMG, 2024a, p. 27; UNIR, disponível em: <https://www.unirmobilidade.pt/>

5.5.3. Mobilidade e ação social

Procura-se, neste ponto, identificar que respostas o Município de Gondomar tem procurado dar às necessidades e aos desafios que persistem no território no que diz respeito aos condicionamentos à mobilidade - limitações e obstáculos no acesso ao meio físico e aos transportes - da população em geral e, em particular, das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Relativamente ao acesso aos transportes públicos, nomeadamente ao acesso às respetivas paragens, conquanto se tenha verificado a uma cobertura alargada no território, verificam-se assimetrias entre as freguesias e as UF.

De facto, não existem orientações ou recomendações sobre qual o limiar de acessibilidade, contudo, segundo a Estratégia Municipal de Saúde de Gondomar 2024-2027, é possível recolher em relatórios e

publicações internacionais a sugestão de que deva existir pelo menos uma paragem de transporte até 400 ou 500 metros do local de residência. Usando o limiar dos 500 metros, verifica-se que a esmagadora maioria dos Gondomarenses (98,8%) tem uma paragem acessível. Ainda assim, notam-se diferenças substanciais entre as freguesias e as UF, que penalizam a metade sudeste do município. A Freguesia de Lomba, a UF de Melres e Medas e a UF de Foz do Sousa e Covelo têm entre 7 e 9% de habitantes que residem a uma distância superior a 500 metros de uma paragem de transportes coletivos públicos, enquanto que a média deste indicador para todo o território de Gondomar é de 1,2%⁵⁶ (CMG, 2024a, p. 27).

A circulação de pessoas, além de ser um fenómeno que envolve questões sociais, tem em conta os conceitos de tempo e espaço, isto é, a mobilidade não é apenas uma deslocação, envolve a capacidade e vontade dos atores para se moverem (Oliveira, 2015). E esta tem vindo a ser potenciada pelo desenvolvimento das redes de comunicação e acessibilidade, que amplia as possibilidades de movimento. Além do mais, é importante ter presente a forte relação entre o perfil de mobilidade e o perfil social de quem viaja em transportes públicos.

No sentido de colmatar esta fragilidade, e tendo como público-alvo a população em situação de vulnerabilidade socioeconómica e com mobilidade reduzida, o Município de Gondomar iniciou recentemente um serviço gratuito de transporte de passageiros flexível destinado à UF de Foz do Sousa e Covelo, à UF de Melres e Medas e à freguesia de Lomba – o **GondoMOB**⁵⁷. Trata-se de um serviço público complementar à rede regular de transporte rodoviário, que permitirá assegurar a mobilidade gratuita da população destas freguesias até à sede do concelho, centros de saúde, serviços públicos e paragens de autocarro para interligação. Configura-se como projeto-piloto e tem uma fase inicial de três meses (em curso), período durante o qual será elaborada uma monitorização e avaliação para posterior replicação noutras localidades do concelho.

Importa também destacar que, no final de 2021, foi apresentado, pelo Município de Gondomar, o **Plano de Promoção da Acessibilidade Pedonal de Gondomar**. Este Plano foi considerado como um marco relevante na matéria e um importante meio para informar e formar os principais intervenientes no Município (Executivo, Presidentes de Junta, Dirigentes, IPSS, etc.) no âmbito da legislação em vigor, das políticas e ações estratégicas a ter em conta para o desenvolvimento de um território muito mais inclusivo e democrático e para uma melhor qualidade de vida de todos. Decorre, assim, do reconhecimento da existência de lacunas significativas no que diz respeito à acessibilidade para todos, sejam habitantes, trabalhadores ou visitantes do concelho de Gondomar. Esta estratégia torna-se muito relevante para a formação do modelo territorial concelhio, apesar de marcado por padrões contrastantes, colocando-o noutra plano quer ao nível da diversidade funcional e mobilidade, quer no que toca à maior participação dos munícipes na vida quotidiana,

⁵⁶ Cálculos realizados em Sistemas de Informação Geográfica, utilizando a população residente de 2021.

⁵⁷ O projeto GondoMOB resulta de uma operação individual da Câmara Municipal de Gondomar inscrita no Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Operação Integrada AMP Centro-Oriental, no âmbito do Aviso N.º 02/C03-i06.03/2022 – 2.ª Fase do Investimento RE-C03-i06.03 – “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto”, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Apresentado em meados de 2022, o Projeto “**+Acesso para Todos - Por comunidades mais inclusivas**”, em colaboração com a Associação Salvador⁵⁸, procurou sensibilizar a comunidade para a necessidade de se operar uma mudança no que diz respeito à garantia da “igualdade e respeito para com as pessoas com diferença” no que diz respeito em particular à sua capacidade de mobilidade⁵⁹. As ações passaram pela capacitação de jovens como agentes de mudança do futuro, a par do aumento do número de espaços acessíveis no concelho, que fomentem uma mobilidade inclusiva.

Para o efeito, foi realizado um trabalho de mapeamento e categorização de diversos espaços, com o objetivo de identificar barreiras e alertar para as necessidades de melhorias nas acessibilidades, identificação essa que pôde ser feita através de uma aplicação móvel. Todas as denúncias de situações que condicionam a mobilidade de pessoas com deficiência motora (nomeadamente escadas em vez de rampas, edifícios com entradas demasiado estreitas, rampas com inclinações vertiginosas, inexistência de casas de banho adaptadas, entre outras) são enviadas de forma imediata e automática para o Instituto Nacional para a Reabilitação e as respetivas Câmaras Municipais. Neste âmbito, é de referir que o Município de Gondomar é um dos 15 municípios que assumiram o papel de investidor neste projeto.

Uma das iniciativas desenvolvidas no âmbito deste projeto foi a realização de Ações de Gamificação, Capacitação e Sensibilização (realizadas em Escolas – na sua maioria -, em Câmaras Municipais, em Juntas de Freguesia e noutras entidades, num total de 305 na Região Norte. O alcance destas ações, refletido no número de pessoas abrangidas, superou os objetivos traçados: cerca de 5200 pessoas, versus 308 em candidatura. Reconhece-se, tendo em conta este indicador, o sucesso e o impacto do projeto. Contudo, Gondomar ficou aquém das suas metas em termos de realização destas ações em Escolas (Palestras e *Peddy Papers*) (Portugal Inovação Social, 2023).

Relativamente à mobilidade dos alunos residentes no concelho de Gondomar e que frequentam estabelecimento de ensino/educação no concelho, bem como para aqueles que por questões de oferta educativa frequentam estabelecimentos de ensino fora da área de residência e/ou concelho, compete ao Município, no âmbito das suas atribuições, nomeadamente, na área da Educação⁶⁰, assegurar, organizar e gerir os **transportes escolares** do seu território⁶¹.

Neste sentido, devem os estabelecimentos colaborar ao fornecer a previsão do número de alunos, por localidade, que utilizarão este transporte no respetivo ano letivo. Com base nessa informação, é feita a estimativa de despesa de acordo com o percurso efetuado pelos alunos, e elaborado o **Plano Anual de Transportes Escolares**, que é submetido à apreciação do Conselho Municipal de Educação à aprovação da Câmara Municipal de Gondomar.

⁵⁸ Resulta de candidatura efetuada pela Associação Salvador ao Programa de Parcerias para o Impacto, no âmbito da iniciativa Portugal Inovação Social, e conta com a participação do Município de Gondomar na qualidade de investidor social.

⁵⁹ Informação disponível em: www.cm-gondomar.pt/municipio-de-gondomar-e-associacao-salvador-promovem-maiores-acessibilidades-e-inclusao-na-deficiencia/.

⁶⁰ Conforme disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

⁶¹ A este propósito, ver o item 5.2.3.1.6. Mobilidade Pendular e Localização da População Estudantil do suponto 2 do Capítulo 5.

Para além das competências autárquicas previstas na Lei e dos compromissos assumidos até então pelos planos anteriores, o Plano de Transporte Escolar 2023-2024 assumiu a inclusão de outras situações que correspondem a necessidades identificadas e que não estavam a ser satisfeitas. Esta maior abrangência, de carácter optativo, foi uma decisão da Câmara Municipal de Gondomar, no sentido de responder às necessidades das famílias, combater a exclusão e absentismo escolar, bem como atualizar os recursos relativamente a novos percursos escolares, subsidiando os alunos que frequentam currículos alternativos/cursos de educação e formação/transição para a vida ativa⁶².

Neste sentido, sabe-se que, com o Plano de Transporte Escolar 2023-2024, aumentou a taxa de comparticipação para os estudantes do Ensino Secundário, introduzindo-se a modalidade do transporte para alunos residentes no concelho com necessidades educativas específicas que, comprovadamente, não possam utilizar os transportes regulares ou os transportes escolares. Paralelamente, foi tida em conta a criação de circuitos especiais sempre que os meios de transporte coletivo não satisfaçam as necessidades de transporte pela extensão da rota ou pelos tempos de espera⁶³ no sentido de diminuir as assimetrias face aos residentes que são fortemente condicionados e penalizados do ponto de vista espacial.

No que concerne aos dados relativos ao presente ano letivo, verifica-se que 12 alunos se encontram a beneficiar da modalidade do Circuito Especial, criado para colmatar a inexistência de carreiras públicas a mais de 3km de distância das suas residências, e 40 alunos são abrangidos pela Unidade Especializada integrada em CAA (Centro de Apoio à Aprendizagem) (cf. Quadro 62).

Relativamente aos alunos residentes em Gondomar que frequentam estabelecimentos de educação/ensino fora do concelho, regista-se que, no ano letivo 2023-2024, que são 43 aqueles que beneficiam de uma Rota- Circuito Especial. Este apoio abrange as deslocações para os concelhos do Porto, Maia, Valongo e Penafiel (cf. Quadro 63).

Quadro 62 – Alunos apoiados ao nível do transporte no concelho de Gondomar (ano letivo 2024/2025)

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento de educação/ensino	N.º de alunos a transportar				Modalidade
		Ed. Pré-Escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário	Total	
AE Canedo	Jardim de Infância de Areja	9			9	Circuito Especial - inexistência de carreiras públicas - residentes a mais de 3km (12 alunos)
	Escola Básica de Areja		3		3	
AE N.º 3 Rio Tinto	Escola Secundária de Rio Tinto			2	2	Rota - circuito especial (8 alunos)
	Escola Básica Frei Manuel Stª Inês		2		2	
	Escola Básica Baguim do Monte		1		1	
AE À Beira Douro	Escola Básica de Branzelo		1		1	
	Escola Básica de Chães		1		1	
AE N.º 1 Gondomar	Escola Básica de Jovim e Foz do Sousa		1		1	Unidade Especializada integrada em CAA (40 alunos)
AE Júlio Dinis	Escola Básica Júlio Dinis		7		7	
	Escola Básica N.º 1 de Gondomar		8		8	
AE Valbom	Escola Secundária de Valbom			5	5	
	Escola Básica Marques Leitão		2		2	

⁶² Informação disponível em: <https://educacao.cm-gondomar.pt/acao-social/transportes-escolares-1-ao-12-ano>

⁶³ Relativamente aos tempos de espera superiores a 45 minutos ou deslocações superiores a 60 minutos, em cada viagem simples, enquadram-se, neste âmbito, o transporte dos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico e das crianças da Educação Pré-escolar residentes na freguesia da Lomba.

AE Rio Tinto	Escola Básica de Rio Tinto		1		1
AE Pedrouços	Escola Básica da Boucinha		11		11
AE S. Pedro da Cova	Escola Básica Carvalhal Mó		6		6
Total		9	44	7	60

Fonte: Divisão da Intervenção Social Escolar da CMG, 2024.

Quadro 63 – Alunos residentes em Gondomar apoiados, ao nível do transporte, que estudam fora do concelho (ano letivo 2024/2025)

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento de educação/ensino	N.º de alunos a transportar				Modalidade
		Ed. Pré-Escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário	Total	
AE Águas Santas	Escola Básica e Secundária Águas Santas		4	1	5	Rota - circuito especial (29 alunos)
AE Alexandre Herculano	Escola Básica Campo 24 de Agosto		2		2	
AE Aurélia de Sousa	Escola Básica Augusto Gil		1		1	
AE Cerco do Porto	Escola Básica do Falcão		2		2	
	Escola Básica e Secundária do Cerco		1	3	4	
AE Infante D. Henrique	Escola Secundária Infante D. Henrique			1	1	
AE Pedrouços	Escola Básica e Secundária de Pedrouços		7	3	10	
AE Rodrigues de Freitas	Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas		3		3	
AE Valongo	Escola Secundária de Valongo			1	1	
AE Eugénio de Andrade	Escola Básica Eugénio de Andrade		5		5	Rota - circuito especial - escola de referência (14 alunos)
	Escola Básica Augusto Lessa	3	5		8	
AE Joaquim Araújo			1		1	
	Escola Básica Penafiel Sul					
Total		3	31	9	43	

Fonte: Divisão da Intervenção Social Escolar da CMG, 2024.

Na última década tem-se verificado uma diminuição significativa do número de alunos abrangidos pelo Transporte Escolar, e estamos em crer que esta redução se deverá a todo um conjunto de medidas municipais e nacionais que afetaram as condições de acesso aos transportes públicos, nomeadamente a progressiva gratuitidade para crianças e jovens, condição que abrange, atualmente, todos os indivíduos até aos 23 anos de idade.

5.6. Sustentabilidade Ambiental

O anterior Diagnóstico Social do Município de Gondomar (2015) introduziu pela primeira vez a temática ambiental no âmbito da recolha de dados, análise e reflexão deste documento municipal. Tratando-se de um documento dinâmico e de atualização contínua, importa perceber de que forma o Município evoluiu relativamente a esta área.

A preservação e sustentabilidades ambientais têm vindo a assumir uma importância crescente ao nível internacional e, naturalmente, ao nível europeu. Neste capítulo será apresentado, primeiramente, um

breve enquadramento relativo à evolução das políticas na União Europeia e em Portugal, para chegarmos àquilo que são as responsabilidades dos Municípios nesta matéria e aos documentos estratégicos do Município de Gondomar.

Seguidamente, e uma vez que as questões ambientais e de sustentabilidade são significativamente amplas, serão apresentados, por um lado, dados de uma seleção de indicadores recolhidos em fontes oficiais no sentido de atualizar a informação relativa ao Diagnóstico Social anterior, e, por outro, as principais operações e projetos que estão a cargo da atividade municipal de Gondomar.

5.6.1. Enquadramento europeu e nacional das políticas ambientais

O desenvolvimento sustentável é considerado aquele que permite a satisfação das necessidades das gerações atuais sem hipotecar a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas. Este é um conceito que está profundamente enraizado nas políticas europeias e vai muito para além das preocupações ambientais num sentido mais estrito. Ao longo de 40 anos, a Europa tem aplicado algumas das normas ambientais mais rígidas e promovido políticas climáticas mais ambiciosas a nível mundial e é uma das grandes defensoras do Acordo de Paris.

A estratégia global da União Europeia rege-se pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas e que são parte da Agenda 2030⁶⁴ para o Desenvolvimento Sustentável. Adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, esta estratégia define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns: os 17 ODS⁶⁵ que representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global.

Neste contexto, foi desenhada uma estratégia para uma *Europa Sustentável até 2030*⁶⁶. Muito sucintamente, os pontos estratégicos definidos para o continente europeu passam: i) pela renovação do modelo económico e social da Europa; ii) pelo desafio demográfico, principalmente gerado pela conjugação do envelhecimento da população e da diminuição da mão de obra interna; iii) pela aposta numa produção energética sustentável e na redução da dependência energética da Europa, com medidas que contribuam para os compromissos de luta contra as alterações climáticas; iv) pelo desafio da segurança interna e externa e v) pela visão de uma “Europa no Mundo”.

⁶⁴ Trata-se de uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”. Informação disponível em: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>.

⁶⁵ Esta informação pode ser consultada em: <https://ods.pt/ods/>

⁶⁶ Informação disponível em: https://commission.europa.eu/publications/sustainable-europe-2030_pt

Especificamente em matéria de ambiente, de energia e de clima⁶⁷, a política, estratégia e legislação da UE para atingir os objetivos para 2030 têm os seguintes enfoques:

- Metas climáticas para 2030 – redução das emissões de gases com efeito de estufa da UE em 55 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990;
- Objetivos de eficiência energética - redução do consumo de energia final em, pelo menos, 11,7 %, em comparação com as projeções de utilização esperada de energia para 2030;
- Metas em matéria de energias renováveis – aceleração da adoção das energias renováveis para contribuir e alcançar o objetivo de reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030;
- Plano de Ação para a Poluição Zero – estabelecimento de metas globais para uma eficaz transição para as energias limpas;
- Estratégia de biodiversidade da UE - travar a perda de biodiversidade e de serviços ecossistémicos na UE;
- Plano de ação para a economia circular - medidas sobre da produção e consumo à gestão dos resíduos e ao mercado das matérias-primas secundárias.

Em todo este processo incluem-se as autoridades regionais e locais, no sentido de um trabalho colaborativo que visa assegurar uma melhor coordenação. É estabelecido um processo de execução para acompanhar os progressos, fixando metas com vista à realização dos objetivos até 2030, sendo que cada Estado-membro, dentro destas orientações gerais, definiu as suas estratégias e abordagens para, com base nessas diretrizes, delinear os seus objetivos e eixos prioritários.

É neste contexto que surge a Estratégia Portugal 2030⁶⁸, com o objetivo de preparar respostas que adequadamente atendam aos desafios globais que se perspetivam. Esta encontra-se estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030, a saber: i) as pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; ii) digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento; iii) transição climática e sustentabilidade dos recursos e iv) um país competitivo externamente e coeso internamente.

⁶⁷ Informação disponível em: https://commission.europa.eu/energy-climate-change-environment/overall-targets-and-reporting/2030-targets_pt

⁶⁸ Aprovada na reunião do Conselho de Ministros de 29 de outubro de 2020, consubstancia a visão do governo para a próxima década e é o referencial para os vários instrumentos de política, como sejam o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o quadro comunitário de apoio 2021-27. Consultar em: <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/estrategia-portugal-2030>

A terceira agenda temática central – focada na transição climática e na sustentabilidade e uso eficiente de recursos – procura promover a economia circular e responder ao desafio da transição energética e à resiliência do território. Os seus objetivos para 2030 são especificamente:

- Reduzir as emissões globais de GEE em 45% a 55% e em 40% no setor dos transportes face a 2005;
- Aumentar para 47% do peso das energias renováveis no consumo final bruto de energia;
- Reduzir em 35% o consumo de energia primária; e reduzir para metade a área ardida, de modo a aumentar a capacidade de sequestro do carbono.

Compreende-se, assim, que a integração da sustentabilidade como eixo estratégico nas políticas municipais responde, necessariamente, às diretrizes nacionais e europeias. A crescente preocupação com a degradação ambiental tem, por isso, colocado o ambiente e a sustentabilidade como prioridades essenciais dos municípios em Portugal, o que se traduziu na definição da política ambiental comunitária e nacional e na integração do ambiente nas demais políticas.

Os diagnósticos e a identificação das principais necessidades de atuação a este nível, expressas, como vimos, em documentos estratégicos ao nível europeu, refletem-se igualmente na Lei de Bases do Clima em vigor em Portugal (Lei n.º 98/2021, que revoga a de 1987). Este documento central reconhece a situação atual de emergência climática e vem consolidar objetivos, princípios e obrigações para os diferentes níveis de governação através de políticas públicas para a ação climática, e estabelece ainda novas disposições em termos de política climática.

As autarquias passaram a ser responsáveis pela criação de Planos Municipais de Ação Climática até 2024⁶⁹, que devem integrar medidas de: promoção de energias renováveis e eficiência energética (facilitando, assim, a transição energética), medidas de proteção da biodiversidade, medidas de incentivo à sensibilização e participação da sociedade, assim como soluções financeiras e tecnológicas de apoio à inovação para implementação das políticas climáticas, entre outras.

No que diz respeito aos ODS, embora haja uma interligação entre todos, destacamos, em matéria de ambiente e sustentabilidade, e considerando o território de Gondomar, os seguintes: ODS 6 – Água potável e saneamento; ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis; ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12 – Produção e consumo sustentáveis; ODS 13 – Ação climática e ODS 15 – Proteger a vida terrestre.

⁶⁹ Neste contexto, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) desenvolveu o documento “Orientações para a elaboração de Planos Regionais de Ação Climática”, no sentido de promover a harmonização e comparabilidade dos Planos Regionais de Ação Climática (PRAC), bem como a sua coerência com os planos e estratégias de âmbito nacional em matéria de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Informação disponível em:

https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Planeamento/220811_LBC_Orientacoes_Planos_Regionais_Accao_Climatica.pdf

5.6.2. Sustentabilidade ambiental no Município de Gondomar

Com o aumento dos fenómenos climáticos extremos, a perda de biodiversidade e os impactos diretos na qualidade de vida das populações, tornou-se imprescindível que as autarquias locais assumissem um papel ativo na promoção de políticas e ações que assegurem a preservação dos recursos naturais e a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável. A Lei de Bases do Clima vem estabelecer um conjunto de obrigações relativas à necessidade de desenvolvimento de novos instrumentos da política climática, entre os quais se destacam os Planos Regionais de Ação Climática (PRAC) e os Planos Municipais de Ação Climática (PMAC) (Art.º 14.º - Políticas Climáticas regionais e locais).

O Município de Gondomar enfrenta, na linha do que acontece ao nível nacional e europeu, um aumento na vulnerabilidade às alterações climáticas.

Neste território são identificadas, especificamente, fenómenos como cheias, inundações, incêndios florestais e perda de biodiversidade, os quais têm um impacto direto na saúde e subsistência da população. No sentido de enfrentar estes e outros desafios do foro ambiental, o Município segue as metas estabelecidas pela União Europeia e pela LBC, comprometendo-se a reduzir emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em 55% até 2030, 75% até 2040 e 90% até 2050 (CMG, 2024c; p.8).

Este Município tem vindo a desenvolver, ao longo da última década, iniciativas estratégicas, incluindo reconversão florestal, promoção da biodiversidade, melhoria de transportes coletivos e mobilidade sustentável, reciclagem, melhorias na gestão de resíduos, criação de áreas verdes e transição energética. Esses esforços, entre outros, estão integrados no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAC) e no Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES), promovendo um equilíbrio entre desenvolvimento económico e conservação ambiental.

O poder local, devido à sua proximidade com as pessoas, é, de facto, um meio privilegiado para potenciar o desenvolvimento de políticas públicas integradas. Como entidade da Administração Local, dispõe, como é sabido, de atribuições e competências associadas à satisfação das necessidades da sua população. Os pontos seguintes deste documento centrar-se-ão, principalmente, nas atribuições que se referem à gestão de recolha de resíduos urbanos, abastecimento público de água, gestão do Património Arbóreo Municipal, assim como à Educação e Sensibilização Ambiental.

O Departamento do Ambiente do Município de Gondomar (DepA)⁷⁰ materializa as suas ações através da:

- Subunidade Orgânica de Apoio à Divisão de Desenvolvimento Ambiental, que incorpora o Núcleo de Alterações Climáticas e o Núcleo de Gestão de Resíduos;

⁷⁰ Informação disponível:

<https://www.cm-gondomar.pt/wp-content/uploads/2024/03/2024.02.23-Aviso-DR-Criacao-de-subunidades-organicas.pdf>

- Subunidade Orgânica de Apoio à Divisão de Espaços Verdes e Parques (DEVP), que incorpora o Núcleo das Florestas e Recursos Naturais (NFRN).

É importante mencionar, neste seguimento, que é da competência deste Departamento: a coordenação do Serviço Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos; a elaboração do Plano Anual de Educação Ambiental para o Município; a definição da estratégia municipal no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, em colaboração com as demais entidades públicas e privadas; a elaboração da Carta Verde Municipal e o Plano Municipal de Parques e Espaços Verdes Urbanos; a monitorização e manutenção da qualidade dos recursos hídricos naturais, dos solos, da poluição sonora e atmosférica e do clima, de acordo com os objetivos e metas das políticas ambientais⁷¹.

Por fim, destacamos ainda os seguintes serviços: Gestão de Resíduos Têxteis; Sector Técnico de Ruído; Recolha de Águas Residuais; Serviço Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos; Centros de Educação Ambiental do Município; e a Gestão do Arvoredo Urbano.

5.6.2.1. Gestão de Resíduos Urbanos, Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais

Gestão de Resíduos Urbanos

No que diz respeito à quantidade de resíduos urbanos recolhidos em 2022 (cf. Quadro 64), distinguindo-se a recolha indiferenciada da recolha seletiva, os dados revelam que são, sem surpresas, os concelhos com maior densidade populacional aqueles que apresentam valores superiores.

Gondomar é o quarto município que mais resíduos urbanos recolheu em 2022. Em primeiro lugar encontra-se Vila Nova de Gaia, seguido do Porto e Matosinhos. Os dados referentes a 2012, que constam do anterior Diagnóstico social, revelam a mesma tendência, ainda que apresentem valores ligeiramente inferiores. Por exemplo, em Gondomar, em 2012 foram recolhidas 68249 toneladas de resíduos urbanos, enquanto que em 2022 foram 75407. Este movimento ascendente é, de resto, consonante com o que ocorreu na AMP, na Região Norte e no somatório de todo o território nacional.

No que diz respeito à distribuição pelo tipo de recolha, indiferenciada ou seletiva, verifica-se que o Município de Gondomar se encontrava alinhado com o que decorria ao nível nacional e ao nível da AMP.

Observa-se que 78% dos resíduos recolhidos eram de recolha indiferenciada e 22% de recolha seletiva (cf. Quadro 64). Contudo, Gondomar encontrava-se numa posição relativamente intermédia se compararmos com os restantes municípios que constituem a AMP. Distanciava-se, por exemplo, da Maia e da Póvoa do Varzim, que apresentavam percentagens de recolha seletiva de resíduos urbanos significativamente superiores – 35% e 31%, respetivamente.

Se considerarmos a evolução entre 2012 e 2022, é possível aferir que, em 2012, o Município de Gondomar apresentava valores superiores comparativamente com Portugal, com a Região Norte e com a AMP, o que revela um ponto de partida favorável, considerando esta década. Verifica-se, assim, que a evolução não foi tão expressiva como nesses territórios (embora não se distancie dos valores nacionais e da AMP, como vimos). Gondomar posicionava-se, ainda assim, em 2022, acima da Região Norte, com uma percentagem superior na recolha seletiva de resíduos urbanos.

⁷¹ De acordo com: <https://dre.tretas.org/dre/5171197/aviso-24100-2022-de-26-de-dezembro>

Quadro 64 – Quantidade de Resíduos urbanos recolhidos (em toneladas) por tipo de recolha, em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2022) – (t e %)

Territórios	Total	Indiferenciada		Seletiva	
		t	%	t	%
Portugal	5323199	4093698	77	1229501	23
Região Norte	1710388	1377226	81	333162	19
AMP	873904	678994	78	194909	22
Arouca	7666	6590	86	1076	14
Espinho	16705	13556	81	3149	19
Gondomar	75407	58817	78	16590	22
Maia	60536	39234	65	21302	35
Matosinhos	93338	69658	75	23681	25
Oliveira de Azeméis	28649	23871	83	4779	17
Paredes	40210	36618	91	3592	9
Porto	141788	105232	74	36556	26
Póvoa de Varzim	38862	26824	69	12038	31
Santa Maria da Feira	56103	43954	78	12149	22
Santo Tirso	33633	28885	86	4748	14
São João da Madeira	10900	8433	77	2466	23
Trofa	20698	16934	82	3764	18
Vale de Cambra	9315	8025	86	1290	14
Valongo	43680	30889	71	12791	29
Vila do Conde	47841	34788	73	13054	27
Vila Nova de Gaia	148572	126686	85	21886	15

Fonte: INE –Portugal, Estatísticas dos resíduos urbanos, 2022.

O Departamento do Ambiente de Gondomar, no que diz respeito à sua atividade no âmbito da Gestão de Resíduos urbanos, apresenta uma significativa variedade de operações e projetos em que o Município está envolvido.

Elencam-se, de seguida, as mais significativas⁷²:

- **“Operação Restauração 5 Estrelas”**: tem como objetivo a separação da porção orgânica presente nos resíduos urbanos, junto dos grandes produtores, como é o caso dos estabelecimentos de restauração, cantinas e similares;
- Implementação de uma **Rede de Recolha de Resíduos Têxteis**, através da colocação de **“Roupões”** na via pública que contempla a recolha de roupa e/ou calçado usados para posterior tratamento e valorização dos mesmos;
- **“Missão Reciclar – Vamos Começar Pela Nossa Casa”**: implementada em todos os equipamentos do município, teve por objetivo dotar cada gabinete dos edifícios da Câmara Municipal de um mini ecoponto, em substituição dos anteriores cestos do lixo (desde 2016);

⁷² Informação fornecida pelo Município de Gondomar em novembro de 2024.

- Projeto **“Aqui Separamos com o Coração”**: campanha de recolha de resíduos recicláveis no setor não residencial, promovida pela Lipor, com o objetivo de promover a recolha multimaterial nos restaurantes, hotéis, cafés, comércio e serviços do município de Gondomar (desde 2016);
- Implementação de uma **Rede de Recolha Seletiva supramunicipal de Óleos Alimentares Usados** (OAU), no município de Gondomar, através da colocação de **“Oleões”** na via pública.
- **Alargamento do projeto-piloto Eco Shop** em Escolas e IPSS: esta campanha assume-se como uma ferramenta de promoção de uma Gestão Sustentável de Resíduos, através da valorização da fração reciclável de resíduos, potenciando desta forma uma maior participação da comunidade no processo de Reciclagem Multimaterial. Em simultâneo, a campanha representa um instrumento de reconhecimento das instituições que se mostrem regularmente participativas no processo.
- **“Reciclar é Dar +”**: implementação de circuitos de recolha seletiva porta-a-porta em zonas específicas dos municípios abrangidos pela LIPOR. O projeto de recolha multimaterial porta-a-porta, no município de Gondomar conta com 5 circuitos. O novo circuito de recolha seletiva decorre regularmente, no setor residencial e também no de serviços, nas seguintes zonas do município: Areias e Alto Soutelo (Rio Tinto), Manariz e Portelinha (Fânzeres), Cooperativa dos Funcionários Judiciais (S. Cosme) e Vila Verde e CH. Mineiro (S. Pedro da Cova), Fânzeres, Baguim do Monte e Rio Tinto. A implementação deste novo sistema foi precedida da distribuição de equipamentos de contentorização para recolha dedicada das várias frações (papel/cartão, plástico/metall, vidro e indiferenciados, a cada um dos fogos abrangidos, em simultâneo com uma ação de sensibilização, para introduzir e apelar a uma correta separação, informar sobre a periodicidade da recolha, procedimentos de deposição, bem como sobre as mais-valias deste novo sistema, nomeadamente o apoio a causas sociais;
- Implementação da **Recolha Seletiva de Resíduos Verdes** através de **“Mini bags”** com identificador eletrónico. Através dos respetivos circuitos, os cidadãos podem promover a reciclagem dos resíduos verdes que produzem nos seus jardins e encaminhar gratuitamente para recolha gratuita através de um sistema específico;
- Implementação da **Recolha Seletiva de Resíduos Verdes** através da colocação de **contentores** na via pública. Assim, através dos circuitos de recolha seletiva de resíduos verdes, os cidadãos podem reciclar os resíduos verdes que produzem nos seus jardins colocando-os em contentores especialmente preparados para a recolha destes resíduos;

- **“ECO+PERTO - Ecocentro Móvel”**: tem como objetivo percorrer as freguesias e UF do município de forma disponibilizar aos cidadãos um ecocentro que lhes permite reciclar alguns resíduos que têm em casa e que não sabem que lhes destino dar em termos de separação (desde 2021);
- Implementação de equipamentos na via pública para a Recolha seletiva de Biorresíduos Alimentares de Acesso Condicionado com um sistema eletrónico de identificação de utilizador, sendo entregue em cada habitação um pequeno contentor castanho e uma chave de eletrónica para abertura dos contentores castanhos da via pública (desde 2023).

Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais

A Águas de Gondomar, S.A. é responsável pela exploração do Sistema Municipal de Abastecimento de Água e Drenagem e Tratamento de Águas Residuais de Gondomar. Esta entidade assegura, desde 2002, o fornecimento de água para consumo público e o tratamento de águas residuais no concelho de Gondomar.

Segundo os dados disponíveis, atualmente a taxa de cobertura do sistema de abastecimento de água é de 100% e o consumo médio diário no início da concessão era de 26.650 m³/dia. Cerca de 50% do investimento contido no Plano de Investimentos desta entidade⁷³ destina-se ao sistema de recolha e tratamento de águas residuais e tem como grande objetivo dotar o concelho de Gondomar de uma cobertura adequada de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.

Em 2022, no município de Gondomar, 90% dos alojamentos eram servidos por sistemas de drenagem de águas residuais. Esta proporção era superior, comparativamente com a Região Norte (83%) e ligeiramente inferior à registada na AMP (92%) (cf. Quadro 65).

⁷³ Informação disponível em: <https://aguasdegondomar.pt/servicos/aguas-residuais/>

Quadro 65 – Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais na Região Norte, na AMP e em Gondomar (2022) – (%)

Territórios	Proporção de alojamentos servidos	
	por abastecimento de água (%)	por drenagem de águas residuais (%)
Região Norte	95	83
AMP	96	92
Arouca	81	51
Espinho	100	100
Gondomar	97	90
Maia	100	100
Matosinhos	100	99
Oliveira de Azeméis	84	59
Paredes	100	78
Porto	100	100
Póvoa de Varzim	100	94
Santa Maria da Feira	98	97
Santo Tirso	92	79
São João da Madeira	100	100
Trofa	96	97
Vale de Cambra	67	75
Valongo	99	98
Vila do Conde	98	92
Vila Nova de Gaia	90	88

Fontes: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento, 2022.

5.6.2.2. Gestão do Património Arbóreo

A Gestão do Património Arbóreo integrado em espaço público é uma competência da Divisão de Espaços Verdes do Município de Gondomar. Esta divisão tem a responsabilidade de preservar e manter as árvores de domínio público nas melhores condições de manutenção, quer de fitossanidade, quer biomecânicas e de estabilidade. Esta gestão parte da premissa de que às árvores – enquanto seres vivos integrantes da Floresta Urbana que tantos benefícios nos dá (produção de oxigénio, melhoria da qualidade do ar, redução da temperatura, etc.) – devem ser concedidas as melhores condições de desenvolvimento e de vivência, no sentido de poderem cumprir a sua função vital, que em muito se distancia de uma meramente decorativa.

Com este intuito, são efetuadas avaliações fitossanitárias às árvores instaladas em arruamentos, praças e parques, de forma a prevenir a ocorrência de acidentes (pois podem, a dada altura, deixar de garantir segurança quanto à sua estabilidade) e de garantir a conservação destes seres vivos que pertencem à estrutura verde do concelho. Com base nessas avaliações é determinado o tipo de intervenção necessário⁷⁴.

A Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto, que estabelece o regime jurídico de gestão do arvoredo urbano, sublinha a importância de uma gestão e proteção adequadas deste património, considerando-o essencial

⁷⁴ Informação disponível em: <https://www.cm-gondomar.pt/atividade-municipal/ambiente/gestao-do-patrimonio-arboreo-municipal/>

para a sustentabilidade ambiental, a qualidade de vida e a resiliência climática nas cidades. Este diploma impõe várias obrigações às autarquias, entre as quais a criação de instrumentos de gestão, tais como o Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo Urbano e o Inventário Municipal do Arvoredo Urbano. Estes instrumentos fornecem orientações e padrões que orientam as futuras intervenções na infraestrutura verde municipal⁷⁵.

A elaboração do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo Urbano é da responsabilidade dos municípios e deve incluir normas técnicas e operacionais específicas para a prevenção, conservação e valorização do arvoredo urbano. Atualmente, encontra-se em fase de desenvolvimento, com foco na unificação de conceitos entre os diversos departamentos.

O Inventário Municipal do Arvoredo Urbano deve identificar o número, as espécies e as dimensões das árvores existentes nas áreas urbanas e urbanizáveis do município. Este levantamento será disponibilizado no site municipal, integrando uma plataforma online que centraliza as informações do cadastro, facilitando:

- a Gestão integrada das intervenções no arvoredo e partilha de boas práticas;
- a Acessibilidade em tempo real para técnicos e cidadãos;
- e a Interação pública, permitindo denúncias, reclamações e sugestões, promovendo a participação cívica.

A plataforma, desenvolvida internamente, encontra-se em fase de testes para garantir uma utilização otimizada. O inventário está a ser elaborado por um prestador de serviços externo e, até ao momento, foram catalogados 23.108 exemplares.

Como principais dados do Inventário destacam-se:

1. Diversidade de Espécies - foram identificadas cerca de 320 espécies, sendo as mais comuns:

- Liquidambar styraciflua;
- Yucca aloifolia;
- Magnolia soulangeana.

2. Exemplares Notáveis:

- Maior diâmetro: um plátano (*Platanus x hispanica*) com 156,4 cm, localizado no Largo do Mosteiro, em Rio Tinto;
- Maior altura: um choupo-negro (*Populus nigra*) com 36,5 metros, localizado na Ribeira de Abade, Parque POLIS;

⁷⁵ A informação relativa a estes instrumentos foi fornecida pelo Município de Gondomar em novembro de 2024.

- 26 exemplares com dimensões que permitem classificação como de interesse público, segundo a Portaria n.º 124/2014.

3. Contribuição Ambiental:

- Carbono armazenado: as árvores retêm aproximadamente 3.406,94 toneladas de carbono, equivalente a 12.474,81 toneladas de CO₂ retiradas da atmosfera;
- Sequestro anual de carbono: Capacidade de sequestrar 120,33 toneladas de carbono por ano, correspondendo a 441,20 toneladas de CO₂;
- Retenção de água: Prevenção do escoamento de 3.168,80 m³ de água das chuvas por ano, equivalente a 3.168.800 litros infiltrados nos solos, alimentando os aquíferos.

Este inventário destaca não só o valor ambiental e social do arvoredo urbano, mas também a necessidade de uma gestão eficiente e de políticas públicas que promovam a sua proteção e valorização.

5.6.2.3. Educação Ambiental

No que diz respeito às atividades municipais dirigidas à temática do ambiente e sustentabilidade, no âmbito das suas incumbências acima referidas, destaca-se a diversidade e o alcance de iniciativas da Quinta do Passal (cf. Quadro 66).

Inaugurada a 12 setembro de 2013, esta quinta é uma antiga quinta agrícola requalificada no âmbito do programa Polis, que se insere no núcleo histórico de Gramido, na freguesia de Valbom, a cerca de 3,5 km da ponte do Freixo, no concelho do Porto. Conta, assim, com uma localização estratégica, estando posicionada junto à margem do rio Douro, com 4 hectares de extensão, e dispõe de inúmeros serviços e equipamentos lúdicos com acesso livre.

A horta biológica comunitária possui 57 talhões, com mais de 25m², disponibilizados gratuitamente a agregados familiares de Gondomar interessados em praticar agricultura biológica e compostagem, apoiando, assim a estratégia de biorresíduos municipal e as famílias na sua subsistência alimentar, uma vez que os produtos hortícolas cultivados são exclusivamente para consumo próprio.

A Quinta do Passal integra ainda um Centro de Educação Ambiental (CEA), equipamento público de educação ambiental para a sustentabilidade, com objetivos pedagógicos de sensibilização ambiental, que proporciona atividades de exploração de temáticas como a água, a biodiversidade, a floresta, as alterações climáticas, a agricultura biológica, a alimentação saudável e sustentável, a economia circular e a proteção animal. Este Centro propõe, anualmente, às escolas do ensino público e privado, um Plano de Educação Ambiental, com atividades de exploração destas temáticas, sempre adaptadas às diversas faixas etárias⁷⁶.

⁷⁶ Informação disponível em: <https://www.cm-gondomar.pt/atividade-municipal/ambiente/quinta-do-passal/centro-educacao-ambiental/>

Quadro 66 – Atividades do Centro de Educação Ambiental da Quinta do Passal (set-nov. 2024)

Atividade ou Serviço prestado	Iniciativas (Breve descrição)	Participantes
Plano de Educação Ambiental da Quinta do Passal	Oficina da natureza	42
	Hotel de insetos	131
	Abrigos e alimentadores para aves	219
	Jogo Antes e depois do Ecoponto	168
	O valor da Água	113
	Conhecer a Quinta do Passal	198
	Conhecer o charco	20
	Planeta limpo	150
	Gincana dos resíduos	100
	Plantas aromáticas	66
	<i>Peddy Paper</i> na Quinta do Passal	212
	Clima está a mudar	40
	O que esconde a floresta	52
	Jogo da floresta	20
	Quem é quem das árvores	24
	Reutilizar com imaginação	736
	Prevenção dos Resíduos	129
	Jogo da Biodiversidade	25
	Desperdício Zero	147
	Pzzim	61
Agenda para o público	Ação Controlo invasoras	32
	Limpeza Costeira- Ação margens das linhas de agua	206
	Ação de plantação / Reflorestação	426
	Oficina Reutilização - Expo Gondomar/24	200
	EWWR: Encenação teatral do livro "Desperdício Zero"	22
	Palestra / debate " O papel do nutricionista na prevenção Resíduos"	30
	Oficina do brinquedo " Simão feito á mão "	24
	Oficina - Lanche sem resíduos	71
	Oficina de máscaras de Carnaval	21
	Exposição - Os 5 mandamentos da Prevenção dos resíduos - EB1 Gandra	150
	Exposição de brinquedos " Simão feito á mão "	150
	Acampamento escuteiros S. P. Cova (30/11/24)	25
	Sindicato Ind. Dos trabalhadores da infº e comunicações	100
	Colónias biblioteca	20
	Colónias Casa da Juventude	24
	Colónias Ferias de verão	30
	Centro estudos - Pensar ao Quadrado	44
	Junta Freguesia Milheirós	100
	Visita de grupos/ escolas e grupos de vários serviços da CMG ⁷⁷	1289
	Reviver o Ciclo do Linho	100
	Encontro pelo Rio Sousa	30
	Festas de aniversário e Festa de aniversário <i>Animais da Quinta</i>	224
Gondomar a Pedalar	Bicicletas em manutenção	13
P. Canino		3038
<i>Farm Golf</i>		662
Parque Infantil		755 ⁷⁸
Projeto " Horta á porta "		2148
N.º Total de participantes nas atividades		6 616
N.º Total de visitantes à Quinta		20 702
Total		39 905

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024. (dados disponibilizados em novembro de 2024).

⁷⁷ Tais como APPC, ATL-O Teu filho, ANAG, Vai Avante, Pátio das Lições, Escola S. Lourenço, Escuteiros 328 Fânzeres, Toca a Mexer- Valongo, Férias D' Ouro, Team Building, percursos D'Ouro, Colónias da Biblioteca de Gondomar, Colónias da Juventude, Colónias de Verão, Centro de Estudos *Pensar ao Quadrado*, Junta de Freguesia de Milheirós, Grupo Peculiar, Sindicato Independente dos trabalhadores da Informação e Comunicações, Acampamento de Escuteiros,

⁷⁸ Desativado desde maio; os dados referem-se ao mês de abril de 2024.

5.7. Saúde

O direito à saúde é um direito consagrado constitucionalmente e é garantido e realizado, em Portugal, através de um serviço nacional de saúde (SNS) de gestão descentralizada e participada, que é universal e tendencialmente gratuito e tem em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos.

Assim, ao Estado estão incumbidas, prioritariamente, entre outras, algumas garantias: a do acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação; a de uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde; a de orientação da sua ação para a socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentosos e a da fiscalização das formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o serviço nacional de saúde, por forma a assegurar, nas instituições de saúde públicas e privadas, adequados padrões de eficiência e de qualidade⁷⁹.

A equidade no acesso aos sistemas de saúde tem sido tema central das políticas de saúde à escala europeia e nacional, a par da proteção e melhoria da saúde dos cidadãos. O Sistema Nacional de Saúde (SNS) reorganizou-se recentemente no que diz respeito às suas unidades, e tem procurado promover o cada vez mais a articulação e a integração dos cuidados de saúde, centrando-os, simultaneamente, mais no utente. A abordagem efetuada foca-se, então, “no acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde disponibilizados pelo SNS e não no modo de organização das entidades que integram a orgânica das Administrações Regionais de Saúde (ARS), no âmbito do qual as entidades intermunicipais tenderão a ter cada vez mais preponderância, tomando em consideração a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais” (CCDRN, 2020, p. 115). Neste sentido, e reiterada a relevância atribuída ao acesso à saúde, a forma como a rede de cuidados de saúde se distribui no território assume-se também como significativa para a leitura do sistema urbano.

De forma a contribuir para a consolidação do conhecimento relativo à área da saúde no concelho de Gondomar, será seguidamente apresentada e analisada uma seleção de indicadores considerando-se incontornável a integração do enquadramento da Estratégia Municipal de Saúde de Gondomar 2024-2027, assim como, nos pontos seguintes, de elementos relevantes decorrentes da análise deste documento.

Por outro lado, importa referir também que, além da incorporação dos dados de saúde pública, procurou-se incluir informação sobre a saúde mental, uma vez que, como é sabido, as perturbações ou doenças do foro mental são abrangidas pelo Serviço Nacional de Saúde. Segundo a mesma organização pública, “a saúde mental é a base do bem-estar geral e diz respeito a um nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional ou a ausência de uma doença mental”⁸⁰. Contudo, se por um lado, a prestação de cuidados continuados em saúde mental é ainda muito limitada e assimétrica, por outro, as dificuldades de articulação

⁷⁹ Segundo o art.º 64 da Constituição da República Portuguesa.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.sns24.gov.pt/tema/saude-mental/>

entre os cuidados de saúde primários e os serviços de saúde mental são ainda uma realidade, constituindo a referenciação dos doentes um obstáculo importante (CNS, 2019, p2). Planos estratégicos europeus e nacionais têm vindo a evidenciar crescentes preocupações com o aumento dos diagnósticos de doença ou perturbação mental e, em consonância, a Estratégia Municipal de Saúde de Gondomar 2024-2027 referenciou como um dos 5 eixos de atuação estratégicos a necessidade de “dar visibilidade à saúde mental”.

5.7.1. A Estratégia Municipal de Saúde de Gondomar 2024-2027

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), um “município saudável” é aquele que dedica constantes esforços no sentido da melhoria das condições de vida, laborais e culturais da população, e que estabelece uma relação harmoniosa com o meio ambiente físico e natural, e que contribui para a expansão dos recursos comunitários para melhorar a convivência, desenvolver a solidariedade, a gestão em colaboração e a democracia. Neste sentido, para além de procurar proporcionar serviços de saúde acessíveis, procurando atingir um alto nível de saúde, os critérios da OMS passam também pelos esforços para a garantia de: um ambiente físico limpo e seguro; um ecossistema estável e sustentável; um alto suporte social; um alto grau de participação social; necessidades básicas satisfeitas; o acesso a experiências, recursos, contatos, interações e comunicações; uma economia local diversificada e com capacidade inovativa e o respeito pela herança biológica e cultural⁸¹.

É nesta lógica de encarar a cidade como um ecossistema, em que todas as esferas intercomunicam e se influenciam, que o Município elaborou a *Estratégia Municipal de Saúde de Gondomar 2024-2027* (doravante designada como EMS), que se constitui como um documento estratégico fundamental e ferramenta essencial para a definição a longo prazo das políticas municipais nesta área de atuação, partindo da premissa de que “muito além da ausência de doença, a saúde é composta pela busca do bem-estar integral das pessoas e das comunidades” (CMG, 2024a, p. iv). Por conseguinte, a EMS estabelece cinco eixos de atuação estratégicos: 1) criar capital de saúde; 2) dar visibilidade à saúde mental; 3) prevenir para viver melhor; 4) enfrentar as vulnerabilidades e 5) desenhar territórios para as pessoas.

Assim, é neste sentido que, para além de neste documento estratégico constar a caracterização da saúde no município de Gondomar, estão também presentes a caracterização territorial e ambiental e a caracterização demográfica e socioeconómica, sendo que todas estas áreas se englobam naquilo que é definido como “Perfil Municipal de Saúde”⁸².

Dada a qualidade e atualização dos dados recolhidos e analisados na EMS, serão utilizados seguidamente aqueles que mais diretamente se dirigem à caracterização da saúde, sem prejuízo da leitura

⁸¹ Disponível em: <https://cidadessaudaveis.org/requisitos-oms/>

⁸² Por este motivo, não é apenas este ponto relativo à saúde do documento presente que é beneficiário do diagnóstico completo e articulado da EMS, como também o são os restantes subpontos do Capítulo 5 e o Capítulo 4.

integrada dos dados incorporados noutros momentos desde diagnóstico e complementados com outros recolhidos junto de outras fontes.

5.7.2. Saúde Pública

5.7.2.1. Equipamentos de saúde

Na Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, a rede de cuidados de saúde é constituída por 21 Unidades Locais de Saúde (ULS) e respetivas unidades funcionais. Estas unidades decorrem da reorganização do SNS, desde 1 de janeiro de 2024⁸³, e integram hospitais e centros de saúde de Portugal continental sob uma única gestão.

O Município de Gondomar dispõe de diferentes recursos de saúde para a prestação de vários tipos de cuidados - os cuidados de saúde primários, os cuidados hospitalares, os centros de respostas integradas, entre outros - no âmbito do sistema público, privado e social. No início de 2024, o Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS) Grande Porto II – Gondomar⁸⁴, juntamente com o ACeS Grande Porto V – Porto Ocidental, e o Centro Hospitalar Universitário de Santo António, E.P.E. deram origem à ULS de Santo António, E.P.E., fomentando assim um modelo integrado de cuidados de saúde. Esta ULS, cuja área de influência direta abrange o Porto Ocidental, Gondomar, Rio Tinto e São Pedro da Cova, conta com as unidades hospitalares Hospital de Santo António, Centro Materno-Infantil do Norte Dr. Albino Aroso, Centro Integrado de Cirurgia de Ambulatório, Centro de Genética Médica Doutor Jacinto de Magalhães e Hospital Magalhães Lemos. No que diz respeito ao sistema privado, existe um equipamento hospitalar na cidade – Hospital Escola da Universidade Fernando Pessoa – que disponibiliza diferentes especialidades e serviços.

O ACeS Grande Porto II – Gondomar engloba quatro Centros de Saúde - a Unidade Foz do Sousa; a Unidade Gondomar; a Unidade Rio Tinto e a Unidade São Pedro da Cova - e na sua estrutura organizacional dispõe das Unidades Funcionais apresentadas no Quadro 67, cujas principais atividades e responsabilidades se encontram elencadas no Quadro 68 (ver na página seguinte).

Existe, ainda, a Unidade de Apoio à Gestão (UAG), o Gabinete do Cidadão, a Entidade Coordenadora Local de Cuidados Continuados Integrados (ECL), a Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI), o Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR), a Equipa de Prevenção da Violência em Adultos (EPVA), 4 Gabinetes de Saúde Oral e 1 Pólo de Colheita de Análises em parceria com o Centro Hospitalar Universitário do Porto (CHUP).

No que diz respeito ao número de farmácias e postos farmacêuticos móveis, o Município contava, em 2023, com 34 farmácias. Entre 2014 e 2023, pode observar-se que houve um aumento muito pouco

⁸³ Ao abrigo do seguinte do Decreto-Lei n.º 102/2023 – Diário da República n.º 215/2023, Série I de 2023-11-07 que procede à criação, com natureza de entidades públicas empresariais, de unidades locais de saúde.

⁸⁴ Até dezembro de 2023, a referência utilizada era ACeS Gondomar.

significativo tanto ao nível nacional, como ao nível regional, na AMP, e igualmente no município de Gondomar (este último com um aumento de apenas um estabelecimento).

Quadro 67 – Estrutura organizacional do ACeS Grande Porto II – Gondomar (2024)

Unidades de Saúde Familiar (USF)	Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC)
USF Amanhecer	UCC Coração de Ouro (Foz do Sousa; Gondomar)
USF Baguim	UCC Inovar (Rio Tinto; São Pedro da Cova)
USF Beira Douro	Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP)
USF Brás-Oleiro	URAP Gondomar
USF Despertar	Polo Foz do Sousa
USF Fânzeres	Polo Gondomar
USF Monte Castro (com Centro de Saúde)	Polo Rio Tinto
USF Nascente	Polo São Pedro da Cova
USF Renascer	Centro de Diagnóstico Pneumológico (inserido na URAP)
USF Santa Maria	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP)
USF São Bento	UCSP Medas
USF São Pedro da Cova	Unidade de Saúde Pública (USP)
USF Sete Caminhos	USP Gondomar
USF Valbom	

Fontes: CMG (2024a) – Estratégia Municipal de Saúde, p.34 e <https://www.chporto.pt/>

Quadro 68 – Principais atividades das Unidades Funcionais do ACeS Grande Porto II – Gondomar (2024)

Unidades Funcionais	Principais Atividades
Unidades de Saúde Familiar (USF)	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde Infantil e Juvenil; • Saúde da Mulher, do Adulto e do Idoso; • Vigilância da gravidez; • Planeamento Familiar; • Rastreios (e.g., cancro da mama, cancro do cólon e reto, cancro do colo do útero); • Plano Nacional de Vacinação (PNV); • Vigilância da doença crónica; • Doença aguda; • Consulta no Próprio Dia; • Domicílios médicos e de enfermagem; • Renovação de receituário, observação e registo de exames, elaboração de relatórios, atestados.
Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC)	<ul style="list-style-type: none"> • Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI); • Apoio aos cuidadores informais; • Operacionalização do Programa Nacional de Saúde Escolar (PASSE, PRESS); • Acompanhamento das crianças com Necessidades de Saúde Especiais (NSE); • Atendimento no Gabinete de Apoio ao Aluno; • Acompanhamento das grávidas referenciadas para preparação para o parto, amamentação e recém-nascido das grávidas acompanhadas; • Massagem infantil/Parentalidade; • Rastreio de Saúde Visual Infantil (RSVI); • Programas de reabilitação respiratória; • Intervenção Comunitária no âmbito da Rede Social; • Acompanhamento de doentes com Asma/DPOC; • Ponto Focal para as comunidades vulneráveis; • Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco; • Núcleo Local de Inserção.

Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP)	<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Nutrição; • Serviço de Psicologia; • Serviço Social; • Realização de Espirometrias e de Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA); • Centro de Diagnóstico Pneumológico; • Rastreio de retinopatia diabética; • Saúde Oral (Valbom, S. Pedro da Cova, Baguim do Monte e Foz do Sousa); • Colheita para análises clínicas em Rio Tinto (em parceria com o Centro Hospitalar do Porto).
Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP)	
Unidade de Saúde Pública (USP)	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoriza o estado de saúde da população e seus determinantes, como Observatório Local de Saúde; • Elabora o Diagnóstico de Situação de Saúde e Plano Local de Saúde; • Programa Nacional de Saúde Escolar (PASSE, PRESS, PELT); • Plano de promoção da saúde oral, VIH e programa de saúde ocupacional; • Vigilância epidemiológica das doenças de notificação obrigatória, surtos/emergências; • Vacinação de utentes em Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI); • Vigilância da qualidade da água destinada ao consumo humano, piscinas, zonas balneares, estabelecimentos de apoio social, estabelecimentos de restauração e bebidas, REVIVE (rede de vigilância de vetores, mosquitos e carraças) e plano de contingência da saúde sazonal (verão e inverno).

Fonte: CMG (2024a) – Estratégia Municipal de Saúde, pp.34-35.

5.7.2.2. Profissionais de saúde e utentes inscritos

No mês de dezembro de 2023, trabalhavam no ACeS Grande Porto II – Gondomar 497 profissionais, dos quais 22,7% médicos, 28,6% enfermeiros e 22,5% assistentes técnicos (cf. Quadro 69), cuja rede de prestação de cuidados de saúde abrangia 166.851 utentes, dos quais 47,7% eram do sexo masculino e 52,3% do sexo feminino.

Quadro 69 – Distribuição dos recursos humanos por grupo profissional – ACeS Grande Porto II – Gondomar (2023) - (N.º)

Grupo Profissional	Dez. 2023
Assistentes Operacionais	38
Assistentes Técnicos	112
Enfermeiros	142
Médicos	113
Médicos em formação	65
Médicos Dentistas	2
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica	8
Técnicos de Medicina Dentária	2
Técnicos Superiores	11
Técnicos Superiores de Saúde	4
Total	497

Fonte: CMG (2024a) - Estratégia Municipal de Saúde de Gondomar (2024-2027), p.35.

Relativamente ao rácio de médicos/as por cada 1000 habitantes, importa então ter presente que o concelho de Gondomar tem assistido a um aumento destes profissionais. Em 2014, o município contava com

um rácio de 3,4 médicos por cada 1000 habitantes e, em 2023, com um rácio de 4,7. Não obstante esta evolução positiva, os valores apresentavam-se inferiores aos da AMP, situados nos 6,2% e 7,9%, respetivamente. O concelho posicionava-se, também, em linha de dissonância com o quadro nacional e regional, abaixo dos valores nacionais e da Região Norte. Relativamente aos concelhos vizinhos, vemos que, no período em análise, o concelho do Porto assumia um destaque evidente, contemplando, em 2023, cerca de 20 médicos/as por cada 1000 habitantes. No sentido oposto, os concelhos de Oliveira de Azeméis e de Paredes apresentavam rácios inferiores a 2 (cf. Quadro 70).

No que respeita ao rácio de enfermeiros/as por cada 1000 habitantes, nota-se, em igual período, um reforço generalizado destes profissionais no território nacional, regional e na AMP (com a exceção dos concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Espinho). O município de Gondomar viu este rácio aumentar, no período em análise, em 1 profissional, o que corresponde a um aumento muito pouco significativo (cf. Quadro 70).

De acordo com a mesma fonte, agora relativamente aos profissionais de farmácia, no período intercensitário (2011-2021), apenas contabilizou-se a informação do rácio relativa à AMP, registando-se um aumento do rácio de 1,42 para 2,16. Considerando o ano de 2021, este território apresentava valores superiores à Região Norte (1,94) e ao território nacional (1,98).

Quadro 70 – Distribuição dos profissionais de saúde por cada 1000 habitantes em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) – (‰)

Territórios	Médicos/as ‰		Enfermeiros/as ‰	
	2014	2023	2014	2023
Portugal	4,5	5,8	6,4	7,9
Região Norte	4,3	6	6,3	8,1
AMP	6,2	7,9	6,9	8,9
Arouca	1,2	1,8	3,5	2,9
Espinho	5,6	7,5	5,1	3
Gondomar	3,4	4,7	3,2	4,3
Maia	5,9	7,3	3,2	4
Matosinhos	8,1	10,2	6,2	6,9
Oliveira de Azeméis	1,9	2,7	3,8	3,7
Paredes	1,4	2,6	3	4,3
Porto	20,3	22	22,8	29,6
Póvoa de Varzim	4,6	6,3	6,6	7,5
Santa Maria da Feira	2,2	3,6	5,8	5,9
Santo Tirso	2,8	5	5,3	6,9
São João da Madeira	3,8	4,1	7,1	4,9
Trofa	2,8	3,9	3,3	4
Vale de Cambra	2,4	4	2,7	3,3
Valongo	3	3,9	4	4,4
Vila do Conde	3,5	5,2	3,2	4,4
Vila Nova de Gaia	4,9	6,6	5,6	7,5

Fonte: INE – Portugal, Estatísticas do pessoal de saúde (2014-2023).

Relativamente à relação entre número de utentes inscritos e a atribuição de médico/a de família, e observando os valores de todo o período em análise, pode concluir-se que o número de utentes inscritos tem vindo a diminuir progressivamente, embora de forma muito ligeira. Não obstante este movimento, nota-se em paralelo um aumento dos inscritos com atribuição de médico/a de família. Em dezembro de 2023, do total de utentes inscritos no ACeS Grande Porto II – Gondomar, 99,91% tinham médico de família atribuído, o que significa uma excelente cobertura da população residente neste território. Somente 0,07% dos utentes inscritos não tinham médico/a de família atribuído, e 0,02% não o/a tinham por opção (cf. Quadro 71).

Quadro 71 – Utentes inscritos no ACeS Grande Porto II – Gondomar, com e sem médico de família atribuído (2020-2023) – (N.º e %)

ACeS Grande Porto II – Gondomar	Dez. 2020		Dez. 2021		Dez. 2022		Dez. 2023	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Utentes inscritos	169017	100	167805	100	167799	100	166851	100
Utentes com médico/a de família atribuído	160983	95,24	163935	97,69	165869	98,84	166709	99,91
Utentes sem médico/a de família atribuído	7963	4,71	3799	2,26	1864	1,11	112	0,07
Utentes sem médico/a de família atribuídos por opção	71	0,04	71	0,04	66	0,04	30	0,02

Fonte: SNS, disponível em <https://transparencia.sns.gov.pt>.

Entre 2022 e 2023, o número de diligências efetuadas por médicos/as, apresentaram uma taxa de variação positiva. No sentido inverso, as consultas e domicílios realizados por enfermeiros/as sofreram uma quebra (cf. Quadro 72).

Quadro 72 – Número de consultas e domicílios e taxa de variação (2022-2023) - (N.º e %)

Tipologia	2022	2023	Taxa de Variação (%)
N.º consultas médicas realizadas	285460	305647	7,1%
N.º consultas enfermagem realizadas	247628	237610	-4,0%
N.º domicílios médicos realizadas	3119	3365	7,9%
N.º domicílios enfermagem realizadas	23243	22869	-1,6%

Fonte: Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários (BI-CSP).

5.7.2.3. Cuidados Continuados Integrados

A análise dos dados relativos aos internamentos na RNCCI permite verificar que os doentes referenciados pelos Cuidados de Saúde Primários viram o seu número aumentar significativamente entre 2022 e 2023 em todas as unidades. Este aumento foi mais expressivo relativamente à UC, à ULD e aos CCI (136,3%, 137,5% e 103,7%) (cf. Quadro 73). As taxas de ocupação também têm vindo a sofrer um acréscimo, como se pode observar no Quadro 74. Estes aumentos refletem-se na necessidade significativa de mais camas disponíveis para internamento nas várias valências no ano corrente (cf. Quadro 75).

Quadro 73 – Doentes referenciados para a RNCCI pelos Cuidados de Saúde Primários e taxa de variação (2022-2023) - (N.º e %)

Tipologia de internamento	2022	2023	Taxa de Variação (%)
Unidade de Convalescença (UC)	44	104	136,3%
Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	87	141	62,01%
Unidade de Longa Duração (ULD)	16	38	137,5%
Equipa de Cuidados Continuados Integrados	109	222	103,7%
Unidade de Cuidados paliativos	0	0	0%

Fonte: Dados das Equipas Coordenadoras Locais (ECL) de Gondomar, 2024; dados revistos.

Quadro 74 – Taxa de ocupação por tipologia de internamento e variação (2022-2023) - (%)

Tipologia de internamento	2022	2023	Variação em pontos percentuais (%)
Unidade de Convalescença (UC)	90,4%	95,1%	4,7%
Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	89,2%	97,8%	8,6%
Unidade de Longa Duração (ULD)	90,5%	98,8%	8,3%
Equipa de Cuidados Continuados Integrados	89,8%	86,5%	-3,3%
Unidade de Cuidados paliativos	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: SI RNCCI - Taxas de ocupação, 2022-2023; dados revistos.

Nota: n.a. – não aplicável.

Quadro 75 – Camas disponíveis por tipo de internamento na RNCC (2023) e camas necessárias (2024) - (N.º)

Tipologia de internamento	N.º de camas disponíveis	N.º de camas necessárias ⁸⁵
	2023	2024
Unidade de Convalescença (UC)	20	10
Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	40	20
Unidade de Longa Duração (ULD)	40	20
Equipa de Cuidados Continuados Integrados	50	15
Unidade de Cuidados paliativos	0	15

Fonte: Dados das Equipas Coordenadoras Locais (ECL) de Gondomar, 2024.

5.7.2.4. Morbilidade⁸⁶

No que concerne aos principais diagnósticos ativos, verifica-se que, em dezembro de 2021, tanto ao nível nacional, como regional e local, as “alterações no metabolismo dos lípidos” ocupavam o primeiro lugar, embora os valores fossem ligeiramente maiores na ARS Norte e no ACeS Gondomar. Seguiam-se os diagnósticos de “excesso de peso” e “hipertensão”, com uma distribuição equitativa tanto ao nível das unidades consideradas, como em relação à percentagem de homens e mulheres.

⁸⁵ Atendendo que as unidades da RNCCI recebem doentes da Região Norte, estes dados são baseados na estatística da listagem de utentes sem critérios de permanência na RNCCI (casos sociais) mensais. As camas solicitadas nas ECCI seriam exclusivamente para utentes em reabilitação distribuídas pelas três ECCI existentes em Gondomar.

⁸⁶ Para o cálculo de morbilidade consideram-se os utentes inscritos nos Cuidados de Saúde Primários de Gondomar no final do ano de 2021, de acordo com os diagnósticos da *International Classification of Primary Care*/ Classificação de Cuidados de Saúde Primários (ICPC-2) (CMG, 2024a, p.86).

Já no que concerne aos diagnósticos de “abuso de tabaco” e de “obesidade”, os valores divergiam relativamente às duas variáveis consideradas. Relativamente ao primeiro, havia mais mulheres com este diagnóstico ativo na ARS Norte, ao passo que no ACeS de Gondomar eram os homens que tinham o valor mais significativo. Inversamente, a “obesidade” era um problema mais presente nos homens ao nível regional (mais do dobro em relação às mulheres), embora em Gondomar fossem as mulheres aquelas que apresentavam valores superiores (embora não tão significativos).

Quadro 76 – Proporção de inscritos por diagnóstico ativo por ordem decrescente em Gondomar (2021) - (%)

Diagnóstico ativo	ARS Norte			ACeS Gondomar		
	T	H	M	T	H	M
Alterações no metabolismo dos lípidos	26,6	26,1	27,0	27,2	26,7	27,6
Excesso de peso	25,9	25,9	25,8	26,1	25,8	26,3
Hipertensão	22,5	21,1	23,8	22,7	21,2	24,1
Abuso do tabaco	15,5	12,7	18,0	17,3	23,1	12,0
Obesidade	14,1	19,5	9,2	16,0	13,0	18,7
Perturbações depressivas	12,4	5,4	18,8	15,3	6,8	23,0
Diabetes	8,7	9,1	8,3	9,2	9,8	8,7
Doenças dos dentes e gengivas	8,1	8,1	8,0	7,3	8,0	6,5
Osteoartrose do joelho	6,3	4,0	8,4	6,5	4,0	8,8
Asma	3,6	3,1	4,0	5,3	4,5	6,1
Osteoartrose da anca	3,2	2,4	3,9	3,2	2,4	3,9
Osteoporose	2,5	0,4	4,4	2,5	0,5	4,3
Abuso Crónico do Álcool	2,1	3,9	0,4	2,2	4,1	0,5
DPOC	1,6	2,3	0,9	2,0	3,0	1,1
Doença Cardíaca Isquémica	1,5	2,1	1,0	1,9	2,7	1,2
Trombose/ Acidente Vascular	1,3	1,4	1,2	1,6	1,7	1,5
Demência	0,9	0,6	1,2	1,1	0,7	1,4
Enfarte Agudo do Miocárdio	0,9	0,9	0,9	1,0	1,5	0,5
Abuso de Drogas	0,7	1,1	0,3	0,8	1,3	0,3
Neoplasia Maligna do Cólon/ Reto	0,6	1,0	0,3	0,7	0,8	0,6
Bronquite Crónica	0,6	0,7	0,5	0,5	0,5	0,5
Neoplasia Maligna do Estômago	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2
Neoplasia Maligna do Brônquio/ Pulmão	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1
Neoplasia Maligna do Colo do Útero	NA	NA	0,3	NA	NA	0,4
Neoplasia Maligna da Mama Feminina	NA	NA	1,9	NA	NA	2,3
Neoplasia Maligna da Próstata	NA	1,2	NA	NA	1,1	NA

Fonte: ARS Norte - Morbilidade nos Cuidados de Saúde Primários, 2013-2021 e CMG, 2024a.

Nota: NA – não aplicável.

De notar, ainda, que as perturbações depressivas ocupavam o 6.º lugar nesta listagem e aqui o número de mulheres afetadas sobressaía de forma ainda mais significativa, tendo estas condições de saúde uma distribuição bastante desigual no que diz respeito ao sexo. Em Gondomar, 23% das mulheres inscritas apresentavam este diagnóstico como ativo, enquanto que os homens eram apenas 6,8%⁸⁷ (cf. Quadro 76).

Destacam-se, de seguida, morbididades que, apesar de não apresentarem números tão significativos, correspondem a diagnósticos de vigilância epidemiológica⁸⁸.

Em 2020, registaram-se 20,6 casos de tuberculose por 100.000 habitantes, uma incidência superior à da Região Norte (14,1) e do país (13,4). Entre 2018 e 2021, verificou-se um aumento de 20,8% na notificação

⁸⁷ Recorde-se que cada utente pode ter mais do que um diagnóstico ativo – comorbilidade.

⁸⁸ Esta síntese decorre de dados recolhidos na EMS, cuja fonte é o SINAVE.

de tuberculose em Gondomar, ao contrário da tendência nacional e regional. Embora o número de casos seja relativamente baixo e, por esse motivo, menos valorizados nas tendências temporais, é de sublinhar que em Gondomar, entre os casos de tuberculose, evidencia-se uma proporção de pessoas relevante, por um lado, que apresentam comportamentos de dependência de álcool ou de drogas ilícitas e, por outro, de imigrantes.

No que diz respeito às comorbilidades associadas a esta doença, destacam-se a diabetes, as neoplasias e a infeção pelo VIH. Em Gondomar, o número de casos notificados com infeção VIH diminuiu 33,6% entre 2011 e 2021, uma quebra inferior àquela registada em Portugal (de 47,6%). No mesmo período, a maioria dos casos de infeção por VIH diagnosticados em Gondomar ocorreu em indivíduos do sexo masculino. No momento do diagnóstico, 37,3% dos casos estavam na faixa etária de 45 a 59 anos, e 32,5% tinham entre os 30 e os 44 anos. A transmissão sexual revelou-se como a mais prevalente. A partir de 2012, o número anual de diagnósticos de SIDA tem apresentado, no concelho, uma tendência decrescente, tendência essa que se estende a todo o território nacional.

5.7.2.5. Mortalidade geral e prematura

Conforme foi anteriormente apontado, no subponto 5.1.1.2. do Capítulo 5.1. «Demografia e Famílias», a taxa bruta de mortalidade no concelho de Gondomar sofreu, entre 2011 e 2023, um aumento relativo importante (+2,1‰), encontrando-se como um dos concelhos com uma variação positiva mais expressiva. De resto, trata-se de uma evolução que acompanha as tendências nacional e regional⁸⁹.

Relativamente a esta matéria, podemos distinguir as principais causas de morte contabilizando todos os óbitos daquelas que se configuram como mortes prematuras (indivíduos com idades inferiores a 70 anos)⁹⁰.

Relativamente à primeira categoria, tanto em 2011 como em 2021, verifica-se que, num contexto nacional de aumento do número de mortes (considerando-se aqui todas as causas⁹¹), a maior causa centrava-se nas “doenças do aparelho circulatório” (doenças isquémicas do coração, doenças cerebrovasculares e outras doenças cardíacas). Os tumores malignos (no seu total) constituíam a segunda maior causa de mortes, com destaque para o “da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões”. Considerando o período intercensitário 2011-2021, e não obstante o número de mortes com esta condição ter aumentado, notou-se que nalguns tipos de tumor maligno houve uma quebra, sendo a mais significativa relativa ao tumor maligno no estômago. Por sua vez, aqueles que viram o seu número aumentar como causa de morte foram os tumores malignos da “laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões” e o do “pâncreas” (cf. Quadro 77).

⁸⁹ INE – Portugal, Indicadores Demográficos, Dados Anuais, 2011-2023.

⁹⁰ Considera-se morte prematura aquela que acontece a homens e mulheres idade com inferior a 70 anos (CMG, 2024a).

⁹¹ Com base na lista de causas de morte denominada “Lista europeia sucinta de causas de morte”. Esta é constituída por um conjunto de grupos de causas selecionadas a partir da CID 9 e da CID 10, alguns dos quais apresentando subgrupos de causas (INE, Óbitos por causas de morte), sendo que estão apenas aqui apresentadas as 5 principais causas de morte correspondendo aos grandes grupos.

Quadro 77 – Óbitos por Local de residência (NUTS - 2013) e causa de morte (Lista sucinta europeia) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2011-2021) - (N.º)

Causa de morte	2011				2021			
	Total	Norte	AMP	Gondomar	Total	Norte	AMP	Gondomar
Todas as causas de morte	103203	31578	14234	1233	125223	37124	17284	1713
Tumores (neoplasmas) malignos	25593	8002	3866	359	27644	8750	4291	404
Tumor (neoplasma) maligno do lábio, cavidade bucal e faringe	764	220	116	11	868	308	135	20
Tumor (neoplasma) maligno do esófago	561	212	92	10	528	203	92	18
Tumor (neoplasma) maligno do estômago	2430	981	465	46	2019	841	380	28
Tumor (neoplasma) maligno do cólon	2743	852	362	34	2469	713	333	28
Tumor (neoplasma) maligno da junção retossigmoideia, reto, ânus e canal anal	1086	309	138	10	1140	321	140	13
Tumor (neoplasma) maligno do fígado e das vias biliares intra-hepáticas	979	296	151	16	1263	418	198	18
Tumor (neoplasma) maligno do pâncreas	1292	356	174	14	1818	535	304	22
Tumor (neoplasma) maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões	4077	1447	796	74	4675	1617	893	76
Tumor (neoplasma) maligno da mama	1657	444	231	26	1822	476	242	24
Tumor (neoplasma) maligno de outras partes e de partes não especificadas do útero	438	121	46	3	431	122	57	7
Tumor (neoplasma) maligno do ovário	386	93	44	2	392	110	60	7
Tumor (neoplasma) maligno da próstata	1821	463	179	17	1782	485	197	16
Tumor (neoplasma) maligno do rim, exceto pelve renal	373	115	57	6	440	148	71	7
Tumor (neoplasma) maligno da bexiga	890	250	120	13	707	194	92	9
Tumor (neoplasma) maligno do tecido linfático e hematopoético e tecidos relacionados	2056	582	269	21	2242	657	285	27
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5520	1624	755	55	5247	1432	604	54
Diabetes mellitus	4545	1376	652	45	3474	934	389	34
Doenças do aparelho circulatório	31670	8977	3857	333	32453	9505	4289	397
Doenças do aparelho respiratório	11930	3773	1641	128	10272	3267	1532	160
Doenças do aparelho digestivo	4555	1478	566	42	5340	1712	763	80

Fonte: INE - Portugal, Óbitos por causas de morte (2011-2021).

No que concerne ao indicador que contempla apenas as mortes consideradas prematuras (<70), verifica-se que também têm vindo a aumentar no concelho de Gondomar, ao contrário do observado em Portugal e na AMP, que têm vindo a assistir a uma diminuição das suas taxas mortalidade prematura⁹².

Diferentemente do que acontece com a totalidade das mortes, indicador analisado anteriormente, os tumores malignos representavam a principal causa de morte prematura no município. Os tumores da laringe, traqueia, brônquios e pulmões eram os tumores malignos com mais elevada taxa de mortalidade prematura, apresentando valores superiores aos da registada a nível nacional, mas inferiores em relação à da AMP. Por sua vez, a mortalidade prematura por tumores malignos do lábio, cavidade bucal e faringe, assim como do fígado e vias biliares era superior em Gondomar relativamente à AMP e ao território nacional.

As doenças do aparelho circulatório constituíam a segunda principal causa de mortes prematuras em Gondomar. Não obstante, a taxa de mortalidade prematura devido a estas doenças era menor em Gondomar comparativamente com a taxa a nível nacional, em particular no que se refere às doenças cerebrovasculares.

A mortalidade prematura por doenças do aparelho respiratório em Gondomar era superior à Área Metropolitana do Porto e Portugal, destacando-se as doenças crónicas das vias aéreas inferiores. No que respeita a mortalidade prematura por doenças no aparelho digestivo, Gondomar registava valores acima daqueles observados em Portugal, ainda que ligeiramente inferiores aos da AMP.

5.7.2.6. Saúde Perinatal

Em Gondomar, a proporção de nascimentos pré-termo tem vindo a assistir a uma quebra desde 2014, apresentando valores semelhantes ao total nacional. Considerando a média anual do triénio 202-2022, a proporção de crianças com baixo peso à nascença também diminuiu nos últimos anos na AMP (8,9%) e em Portugal (8,3%), enquanto que os valores identificados no ACeS Grande Porto II – Gondomar permaneciam ligeiramente mais altos (9,3%).

Tanto no território nacional como na AMP, é possível observar uma ligeira diminuição da mortalidade infantil entre os quinquénios de 2007/2011 e 2016/2020. Contrariamente, no em Gondomar registou-se um aumento, elevando de 2,1 mortes por 1000 nascimentos para 2,8 mortes por 1000 nascimentos⁹³.

A mortalidade neonatal em Gondomar aumentou de 1,6%, no quinquénio de 2007/2011, para 2,3% no quinquénio de 2016/2020. Em comparação, na Região Norte e em Portugal os valores permaneceram ligeiramente inferiores (2,1% e 2,0%, respetivamente).

⁹² A síntese analítica aqui apresentada relativa às Taxas de Mortalidade Prematura baseia-se nos dados estatísticos referentes a esta matéria presentes na EMS.

⁹³ De notar que a informação sobre as causas deste aumento não se encontra disponível.

5.7.3. Saúde Mental

A nova Lei de Saúde Mental⁹⁴ entrou em vigor a 20 de agosto de 2023 e resulta de uma proposta elaborada por uma comissão de especialistas e apresentada pelo Governo à Assembleia da República. Vem, deste modo, substituir a Lei de Saúde Mental de 1998, cuja revisão se justificava após mais de vinte anos de vigência, considerando, por um lado, os avanços registados, nesta área, a nível clínico, e, por outro, os compromissos assumidos por Portugal, relativamente a esta matéria, no âmbito da Organização Mundial de Saúde, do Conselho da Europa, da União Europeia e de outras instâncias internacionais⁹⁵.

A saúde mental é reconhecidamente uma componente integral e essencial da saúde de cada indivíduo e tem visto a aumentar a sua importância na última década na sociedade portuguesa, que se tem refletido numa aposta de intervenção gradual, por um lado, no sentido da prevenção e, por outro, na intervenção de situações mais crónicas, na facilitação da recuperação e na reinserção social dos utentes.

Os serviços públicos de saúde mental em Portugal estão organizados nos níveis local e regional e interligados através de uma rede nacional de referência. Os Serviços Locais de Saúde Mental (SLSM) constituem as unidades básicas da prestação de cuidados articulando-se com os cuidados de saúde primários (ULS e USF). Os serviços de psiquiatria da infância e da adolescência têm um enquadramento institucional similar aos serviços de adultos, contando com três Serviços Regionais – em Lisboa, Porto e Coimbra –, presentemente cada um com uma unidade de internamento de doentes agudos.

Nesta área, a população do concelho de Gondomar tem acesso através dos serviços públicos do Hospital Magalhães Lemos (HML), no âmbito do Serviço Local de Saúde Mental Gondomar/Porto Central (SLSMG/PC). Este serviço iniciou a sua atividade em 2011, quando o território passou a fazer parte da área de referência assistencial do Centro Hospitalar Universitário de Santo António, sendo a sua missão o tratamento das pessoas adultas desta área geográfica com problemas de saúde mental, bem como a prevenção deste tipo de patologia. Toda a atividade assistencial de consulta externa passou a ser feita nas instalações do Centro de Saúde de Gondomar e o internamento dos utentes é feito, desde então, no HML. O Serviço orienta-se segundo as boas práticas da psiquiatria comunitária, de acordo com o Plano Nacional de Saúde Mental em vigor.

Está geograficamente inserido na comunidade, em proximidade e cooperação com as estruturas comunitárias, nomeadamente a Autarquia – nomeadamente, com a vereação para a saúde com projetos conjuntos e na parceria com o serviço social da autarquia –, os Cuidados Primários de Saúde, as IPSS com vocação para o tratamento e prevenção da doença mental, bem como equipamentos culturais e académicos⁹⁶.

⁹⁴ Lei 35/2023, de 21 de julho.

⁹⁵ Informação disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=nova-lei-de-saude-mental>

⁹⁶ Informação disponível em: <https://www.chporto.pt/v0C0J0A0D/servico-local-de-saude-mental-gondomarporto-central>

Segundo a EMS, a falta de intervenção precoce em casos de doença mental afeta de forma muito impactante a qualidade de vida das pessoas que residem no município de Gondomar, podendo desencadear um possível agravamento da condição. O estigma associado tanto aos técnicos de saúde, assim como à própria doença em si, juntamente com lacunas na propagação de informação, concorrem para uma dificuldade acrescida na integração destas pessoas na sociedade, sobretudo quando estão associadas fragilidades socioeconómicas (desemprego, condições precárias de habitação, isolamento social, entre outras). Estas debilidades, quando associadas a quadros de doença mental grave, perturbam ainda mais o processo e ritmo de tratamento, senão mesmo o acesso a este. Concomitantemente, a falta de recursos humanos, especialmente nas áreas não médicas, bem como a falta de infraestrutura física, constituem barreiras adicionais (CMG, 2024a, p.16).

No ACeS de Gondomar existe o Núcleo de Psicologia, que conta com cinco psicólogas, número manifestamente insuficiente tendo em conta o rácio recomendado de um/a psicólogo/a por 5.000 cidadãos⁹⁷ (segundo a Entidade Reguladora da Saúde – ERS).

Existe, ainda, desde 20214, no Concelho de Gondomar, o Serviço de Intervenção Psicológica, inserido no conjunto de atividades inerente ao Núcleo de Respostas Sociais da Divisão de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar, que contempla a realização de aconselhamento Psicológico, consulta psicológica individual e avaliação psicológica à população em geral.

Como foi possível verificar no ponto anterior, as perturbações depressivas encontravam-se nas principais causas de morbilidade do concelho, e o número de mulheres afetadas sobressaía de forma significativa comparativamente com os homens, tendo estas condições de saúde uma distribuição bastante desigual no que diz respeito ao sexo. Em Gondomar, 23% das mulheres inscritas apresentavam este diagnóstico como ativo, enquanto que os homens eram apenas 6,8%. Apesar de na Região Norte também se registar esta diferença, ela não era tão significativa (M:5,4%; F:18,8%). É de referir, ainda, a percentagem significativamente superior das mulheres gondomarenses com este diagnóstico, em comparação com as da região (rever Quadro 77).

Através da leitura dos dados completos que compõem as causas de morte entre 2011 e 2021⁹⁸, pode se observar que a causa “transtornos mentais e comportamentais” viu o seu número aumentar exponencialmente em todo o território nacional, passando de 181 para 6119 óbitos; na Região Norte, de 69 para 221; na AMP, de 18 para 1041 e em Gondomar de 1 para 126 óbitos. No que diz respeito a “suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente” também se registou um aumento, embora sem grande expressividade. Em Gondomar, observou-se um aumento de 5 para 11 óbitos, na AMP de 68 para 99 e no Norte de 206 para 251⁹⁹.

⁹⁷ Segundo este rácio, o município de Gondomar identificou a falta de 28 profissionais nesta área.

⁹⁸ É de ressaltar que no Quadro 76 estão assinalados apenas os grandes grupos mais significativos.

⁹⁹ INE, Óbitos por causas de morte, 2011-2021.

Segundo os dados da Unidade de Saúde Pública (USP) de Gondomar, no que diz respeito aos pedidos de condução ao Serviço de Urgência (SU) de Psiquiatria, verificou-se uma tendência no sentido contrário. Entre 2013 e 2022, a Unidade de Saúde Pública (USP) do ACeS Grande Porto II – Gondomar recebeu 1.366 pedidos de avaliação de elegibilidade para condução ao Serviço de Urgência (SU) de Psiquiatria do Centro Hospitalar e Universitário de São João (CHUSJ), contudo somente 347 pedidos resultaram na emissão de mandado de condução (MC). Destes mandados emitidos, 80% correspondia a homens. Se observarmos os dados relativos à emissão de MC por freguesia e UF, no mesmo período, Rio Tinto – a freguesia mais populosa do município - registou o número mais elevado (cerca de 35%).

Segundo a Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental¹⁰⁰, Portugal é o segundo país com a mais elevada prevalência de doenças psiquiátricas da Europa, sendo apenas ultrapassado pela Irlanda do Norte e estima que mais de um quinto dos portugueses sofre de uma perturbação psiquiátrica. Identifica, ainda que, atualmente, as perturbações mentais e do comportamento representam 11,8% da carga global das doenças em Portugal, mais do que as doenças oncológicas (10,4%), sendo apenas ultrapassadas pelas doenças cérebro-cardiovasculares (13,7%). O uso de ansiolíticos, hipnóticos e sedativos é considerado como um problema nacional, sendo Portugal, de acordo com os dados mais recentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o segundo país da OCDE com maior consumo de antidepressivos.

¹⁰⁰ Informação disponível em: <https://www.sppsm.org/informemente/perturbacao-mental-em-numeros/>

5.8. Equipamentos, Respostas Sociais e Grupos Sociais Vulneráveis

Este capítulo incide o seu foco nas diferentes respostas sociais dinamizadas no concelho de Gondomar, reconhecendo o papel indispensável que a ação social desempenha atualmente na sociedade, face à crescente procura deste tipo de respostas de apoio prestadas aos indivíduos e (respetivos) agregados familiares, em especial aqueles que são económica ou socialmente mais vulneráveis.

Percorrendo os vários equipamentos/estruturas dirigidos à população infantil e juvenil, à população portadora de deficiência e/ou incapacidades, à população idosa e às famílias e comunidade em geral, sem deixar de enunciar alguns dos programas/operações municipais de referência do concelho, este capítulo torna-se importante para se repensar também o perfil de respostas atualmente em vigor e equacionar, porventura, a criação de novas respostas de modo a responder ajustadamente às várias necessidades territoriais encontradas.

5.8.1. População Infantil e Juvenil

5.8.1.1. Creches, Jardins de Infância, Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e Centros de Atividades de Tempos Livres

Um retrato feito a traço largo da rede de equipamentos sociais vocacionados para a população infantil e juvenil permite, primeiramente, verificar que, em 2024¹⁰¹, eram várias as estruturas existentes no território: 10 a nível de creche; 1 de jardim de infância; 7 na área da educação pré-escolar; 6 no que concerne às valências de atividades de tempos livres ou sala de estudo; 5 na dimensão de educação, cultura e arte e inserção no mercado de trabalho¹⁰² e 4 na área de acolhimento e residência (cf. Quadro 78).

Creche

Enquanto resposta social destinada a crianças até aos três anos de idade, a prestação do serviço de creche afigura-se como uma resposta social com grande importância, tanto na facilitação da conciliação da vida familiar e profissional dos agregados familiares, como, ao mesmo tempo, no contributo que presta para o melhor desenvolvimento pessoal e social dos seus destinatários.

De um total de 513 crianças abrangidas, 470 encontravam-se sob o regime de acordo de cooperação com a Segurança Social, o que deixa denotar uma capacidade de cobertura social importante (91,6%).

Entre as várias instituições a prestar este tipo de resposta, destacam-se, pelo número mais elevado de beneficiários cobertos, a Irmandade Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar (n=99) e a Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer «Vai Avante» (n=79).

¹⁰¹ Os dados que aqui se apresentam datam de julho de 2024.

¹⁰² Neste caso, foram consideradas as organizações do tecido social local que aderiram a programas e protocolos específicos nestas áreas de intervenção.

Não obstante a capacidade de cobertura verificada, esta resposta social registava, no cômputo geral, uma lista de espera de 644 crianças, algo que merece especial atenção se se tiver em linha de conta as exigências e as necessidades acrescidas em relação a este tipo de serviços.

Com as listas de espera mais elevadas, encontravam-se, em 2024, a instituição «De Mãos Dadas - Associação de Solidariedade Social» (n=223), a Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom (n=181) e o Centro Social de Soutelo (n=117).

Assim, atendendo às fragilidades detetadas em matéria de cobertura pública deste tipo de estrutura, será do maior interesse para o território o reforço do envolvimento da comunidade através da criação e/ou alargamento de mecanismos articulados de suporte social, especificamente com a abertura de mais vagas, havendo assim uma extensão do número de vagas (protocoladas) e da própria lotação prestada.

Jardim de infância e Educação Pré-Escolar

De cariz educativo e igualmente social, a resposta reservada a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingressar no 1.º ciclo do E.B., no âmbito do ensino pré-escolar, compreendia, em 2024, no concelho, 546 crianças, apresentando uma maior cobertura do que a registada nas faixas etárias antecedentes. Neste período, encontravam-se sob o regime de acordo de cooperação 466 crianças (indicando, portanto, uma taxa de cobertura de 85,3 %).

No conjunto de organizações sociais da Rede Social do concelho, o Centro Social de Soutelo (n=134) e a instituição «De Mãos Dadas - Associação de Solidariedade Social» (n=135) eram aquelas que mais crianças apoiavam dado situarem-se em zonas do concelho com forte densidade populacional.

Também neste tipo de estruturas há que ter presente a elevada lista de espera – um total de 248 crianças –, traduzindo carências de intervenção local. É de relembrar que, já no anterior Plano de Desenvolvimento Social do concelho, se apontava, no que toca a estratégias enquadradoras de ação (a nível macro), para a necessidade de aumento da cobertura da educação pré-escolar, quer através de contratos de desenvolvimento com entidades privadas, quer no reforço da oferta da educação pré-escolar nas instituições públicas, bem como na alocação e formação de educadores de infância especializados e na formação de docentes que acompanhavam alunos com Necessidades Específicas (CMG, 2015b, p. 18).

Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL) e Sala de Estudo

Com um enfoque muito direcionado para o desenvolvimento de atividades de lazer a crianças e jovens (dos seis aos doze anos de idade) nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares, os Centros de Atividades dos Tempos Livres (CATL), desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção – nomeadamente, através do acompanhamento/inserção, da prática de atividades específicas e da realização

de multiatividades –, apresentam fortes vantagens para o desenvolvimento pessoal e social dos seus destinatários.

Em Gondomar, existiam, em 2024, duas instituições que providenciavam este tipo de resposta em regime clássico com almoço e em regime de extensão sem almoço – nomeadamente, a Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom e a instituição «De Mãos Dadas - Associação de Solidariedade Social» –, abrangendo um total de 116 crianças (das quais 98 estavam sob o regime de acordo de cooperação, totalizando uma taxa de cobertura de 84,5%). Nestes casos, a lista total de espera era de 54 crianças.

Neste período, os restantes CATL de Gondomar, vistos como um complemento educativo que visa precisamente reforçar o processo de socialização da criança e/ou do jovem e das suas aprendizagens a par da escola, eram disponibilizados por 3 organizações de cariz social, especificamente a Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer «Vai Avante», a Creche Infantário «O Teu Filho» e o Centro Social de Soutelo. Estas abarcavam um total de 302 beneficiários, estando cobertos sob o regime de acordo de cooperação um total de 246 crianças e/ou jovens (o que perfazia uma taxa de cobertura de 81,5%).

No que diz respeito à sala de estudo, a Creche Infantário «O Teu Filho» prestava, em 2024, apoio a 42 beneficiários sem acordo de cooperação.

Ainda no âmbito das respostas destinadas à população infantojuvenil, importa acrescentar também uma resposta implementada no território, cujos parceiros do CLAS`G estão envolvidos quer como beneficiários quer como entidades parceiras – a implementação da **Orquestra Geração em Gondomar - Projeto Músicos D'Ouro**.

Este projeto promove a igualdade de oportunidades e a democratização do acesso à prática artística a crianças e jovens entre os nove e os quinze anos, criando uma visão diferenciadora no futuro dos jovens envolvidos.

Desenvolve-se em territórios de intervenção prioritária no concelho e privilegia jovens com vulnerabilidades financeiras, comportamentais e sociais, mas também jovens de outros contextos de forma a criar referências no trabalho de pares que promovam uma integração pela positiva. Ao mesmo tempo, promove o combate ao absentismo escolar, desenvolvendo laços entre os jovens e as instituições de ensino de forma lúdica.

Acolhimento Residencial e Familiar

Em 2024, Gondomar dispunha igualmente de instituições com as valências de acolhimento residencial e familiar (3 com Casa de Acolhimento/Casa de Acolhimento Residencial/Casa de Acolhimento Especializada e 1 com Acolhimento Familiar). No total, 117 crianças e/ou jovens encontravam-se nas seguintes situações: a residir em apartamentos de autonomização e/ou casas de acolhimento ou protegidos com a medida de acolhimento familiar, estando a sua gestão a cargo do Instituto da Segurança Social.

Estas valências constituem, na realidade, importantes recursos no território com vista a, por um lado, garantir os direitos das crianças e jovens em situação de comprometimento em áreas como a saúde, a educação, a formação, a segurança e/ou desenvolvimento integral, e, por outro lado, quando aplicável, a promover e estimular a autonomia deste público-alvo, criando condições para a sua futura reintegração social e minimizando eventuais riscos de exclusão social.

Quadro 78 – Respostas sociais (IPSS) direcionadas à População Infantil e Juvenil, segundo número de beneficiários (2024) - (N.º)

Resposta Social Dinamizada/IPSS	Nº de beneficiários/as		
	c/ acordo de cooperação	s/ acordo de cooperação	Lista de Espera
Creche			
Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom	31	8	181
Associação Social Estrelas de Silveirinhos	40	-	20
Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante	79	11	-
Centro Social de Soutelo	35	-	117
Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom	58	0	20
Centro Social e Paroquial de Sto. António de Corim	35	-	-
Centro Social e Paroquial S. João da Foz do Sousa	33	4	28
Creche Infantilário O Teu Filho	25	0	55
De Mãos Dadas - Associação de Solidariedade Social	35	0	223
Irmandade Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar	99	20	-
Total	470	43	644
Total de Equipamentos	10		
Jardim de Infância			
Associação Social Estrelas de Silveirinhos		20	
Total		20	
Total de Equipamentos	1		
Pré-Escolar			
Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom	70	-	20
Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante	-	50	-
Centro Social de Soutelo	134	-	55
Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom	50	0	0
Centro Social e Paroquial de Sto. António de Corim	22	10	-
Creche Infantilário O Teu Filho	65	0	12
De Mãos Dadas - Associação de Solidariedade Social	125	0	161
Total	466	60	248
Total de Equipamentos	7		
ATL			
Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom (Clássico c/ almoço)	21	-	-
De Mãos Dadas - Associação de Solidariedade Social (Clássico c/ almoço)	18	1	14
Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom (Extensão s/ almoço)	19	-	6
De Mãos Dadas - Associação de Solidariedade Social (Extensão s/ almoço)	40	17	34
Total	98	18	54
Total de Equipamentos	2		
ATL/CATL			
Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante	96	-	-
Creche Infantilário O Teu Filho	60	0	2
Centro Social de Soutelo (ATL 2.º e 3.º ciclos)	90	-	15
Centro Social de Soutelo (ATL 1.º ciclo)	-	56	16
Total	246	56	33

Total de Equipamentos	3		
Sala de Estudo			
Creche Infantilário O Teu Filho	0	42	1
Total	0	42	1
Total de Equipamentos	1		
Total de Equipamentos	6		
Resposta Social Dinamizada/IPSS	Nº de beneficiários/as		
	c/ acordo de cooperação	s/ acordo de cooperação	Lista de Espera
Educação/Apoio Social/Cultura e Arte/Emprego			
Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária - Academia d'Ouro E9G (Programa Escolhas)	-	-	-
Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante - Escolhas com Futuro - E9G (Programa Escolhas)	-	-	-
Centro Social de Soutelo - A Escolha é tua! - E9G (Programa Escolhas)	-	-	-
Cruz Vermelha Portuguesa - Gondomar/Valongo - VI(r)AGEM E9G (Programa Escolhas)	-	-	-
Querer Ser – Associação para o Desenvolvimento Social - Ser a Escolha E9G (Programa Escolhas)	-	-	-
Total de Equipamentos	5		
Apartamento de autonomização			
Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária	5	-	-
Total	5		
Total de Equipamentos	1		
Casa de Acolhimento/Casa de Acolhimento Residencial/ Casa de Acolhimento Especializada			
Irmandade Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar	22	-	-
Obra ABC - Amici Boni Consili	42	-	-
Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária	18	-	-
Total	82	-	-
Total de Equipamentos	3		
Acolhimento Familiar			
Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária	30	-	-
Total	30	-	-
Total de Equipamentos	1		
Total de Equipamentos	4		
TOTAL	33		

Fonte: Rede Social do Concelho de Gondomar, 2024 (jul.).

5.8.1.2. Respostas para crianças e jovens em situação de perigo/vulnerabilidade

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é uma Instituição oficial não judiciária, com autonomia funcional, que visa promover os direitos da criança e do jovem. e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança. Ao nível concelhio, a área de competência territorial desta instituição abrange todas as freguesias e/ou uniões de freguesia do Município de Gondomar.

No exercício da sua competência na área territorial de intervenção, esta instituição funciona em duas modalidades – a modalidade restrita e a alargada, integrando representantes de entidades públicas e privadas, cidadãos indicados pela Assembleia Municipal e membros cooptados¹⁰³.

Na primeira modalidade, encontra-se uma equipa multidisciplinar e interinstitucional, funcionando em permanência, sendo da sua competência a intervenção em situações que constituem perigo para a criança/jovem dos processos de promoção e proteção instaurados à Comissão Restrita que compete a análise das sinalizações rececionadas, a instauração de acompanhamento dos Processos de Promoção e Proteção (PPP), a aplicação, a revisão e a cessação de Medidas de Promoção de Proteção.

A segunda modalidade funciona em plenário, sendo da sua competência o desenvolvimento de ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem no sentido de, junto das entidades competentes, desenvolver projetos inovadores no domínio da prevenção de fatores de risco e constituição de uma rede de respostas adequadas.

Focada na implementação do Plano Local dos Direitos das Crianças e Jovens do município, a CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) de Gondomar detém um papel determinante na implementação de medidas preventivas e/ou de institucionalização direcionadas para crianças e jovens em situação de perigo da sua área de influência.

À Comissão alargada, segundo o definido legalmente¹⁰⁴, compete a operacionalização das seguintes ações:

- informar a comunidade sobre os direitos das crianças e jovens, e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;
- promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a deteção dos factos e situações que, na área da sua competência territorial, afetem os direitos e interesses da criança e do jovem, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação ou educação ou se mostrem desfavoráveis ao seu desenvolvimento e inserção social;
- informar e colaborar com as entidades competentes no levantamento das carências e na identificação e mobilização dos recursos necessários à promoção dos direitos, do bem-estar e do desenvolvimento integral da criança e jovem;
- dinamizar e dar parecer sobre programas destinados às crianças e aos jovens em perigo;
- analisar a informação semestral relativa aos processos iniciados e ao andamento dos pendentes da comissão restrita;

¹⁰³ A informação de enquadramento institucional que aqui se disponibiliza tem por base o Relatório Anual de Atividade da CPCJ de Gondomar de 2023, aprovado em Reunião de Comissão Alargada de 24 de janeiro de 2024 (CPCJG, 2024, pp.9-11).

¹⁰⁴ Lei de proteção de crianças e jovens em perigo- n.º 147/99 (DR n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01). As suas competências, composição e funcionamento encontram-se nos artigos 16.º, 17.º e 18.º, revistos em 2015.

- aprovar o relatório anual de atividades e avaliação elaborado pelo presidente e enviá-lo à Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, à Assembleia Municipal e ao Ministério Público.

O Município de Gondomar destaca-se pelo apoio efetivo no funcionamento desta Comissão nas várias vertentes operacionais, pois, para além de prestar o apoio logístico exigido pela Lei de Proteção, providencia um apoio complementar à CPCJ, sublinhando-se a cedência de pessoal técnico e o suporte financeiro para as atividades que, ao longo do ano, a comissão vai desenvolvendo, designadamente a elaboração de material de divulgação e a realização de ações de formação, seminários e cerimónias comemorativas.

O exame da informação referente aos Processos de Promoção e Proteção (PPP) da CPCJ do concelho¹⁰⁵, em 2024, permite constatar a existência de 343 processos ativos à data de 30 de junho. Refira-se que, até a esta altura, havia um registo total de 732 entradas e um total de 622 processos com instrução.

De acordo com a informação dos processos instruídos na CPCJ de Gondomar, é possível identificar o papel ativo de 2 entidades principais que conduziram à abertura do maior número de PPP. Eram elas a Autoridade Policial (36,8%; n=247) e os Estabelecimentos de Ensino (25,6%; n=172). No entanto, é de salientar igualmente o volume importante de processos “sem informação” quanto à entidade referenciadora (15,6%; n=105) (cf. Quadro 79).

A modalidade de contacto privilegiada em processos instruídos tinha sido o endereço eletrónico (561 em 622 processos).

Quadro 79 – Entidades Sinalizadoras em Processos Instruídos (2024) - (N.º)

Entidades Sinalizadoras	Processos			Total
	Transitados	Novos	Reabertos	
Atendimentos dos Serviços de Segurança Social	1	1	0	2
Autarquia	7	7	1	15
Autoridade Policial	153	76	18	247
CPCJ	12	7	1	20
Estabelecimentos de Ensino	95	57	20	172
Estabelecimentos de Saúde	29	13	0	42
Familiares	4	3	1	8
Mãe	9	4	2	15
Ministério Público	8	8	2	18
Pai	10	3	3	16
Pais	1	0	0	1
Projetos	0	2	1	3
Sem informação	75	27	3	105
Tribunal	0	0	1	1
Vizinhos e Particulares	3	4	0	7
Total	407	212	53	672
N.º Processos	368	201	53	622

Fonte: Dados disponibilizados pela CPCJ de Gondomar, 2024 (jun.).

¹⁰⁵ É de sublinhar que alguns dos dados disponibilizados pela CPCJ de Gondomar foram alvo de categorização e análise suplementar.

Da análise do quadro seguinte (cf. Quadro 80), destaca-se que a esmagadora maioria das crianças acompanhadas tinha a nacionalidade portuguesa (85%; n=529), muito embora não tivesse sido possível identificar a nacionalidade de um número expressivo de crianças (n=79; 12,7%). A nível territorial, das 347 crianças em situação de acompanhamento grande parte, encontrava-se na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (n=124; 35,7%), na freguesia de Rio Tinto (n=100; 28,8%) e a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim (n=66; 19,0%) (cf. Gráfico 11)

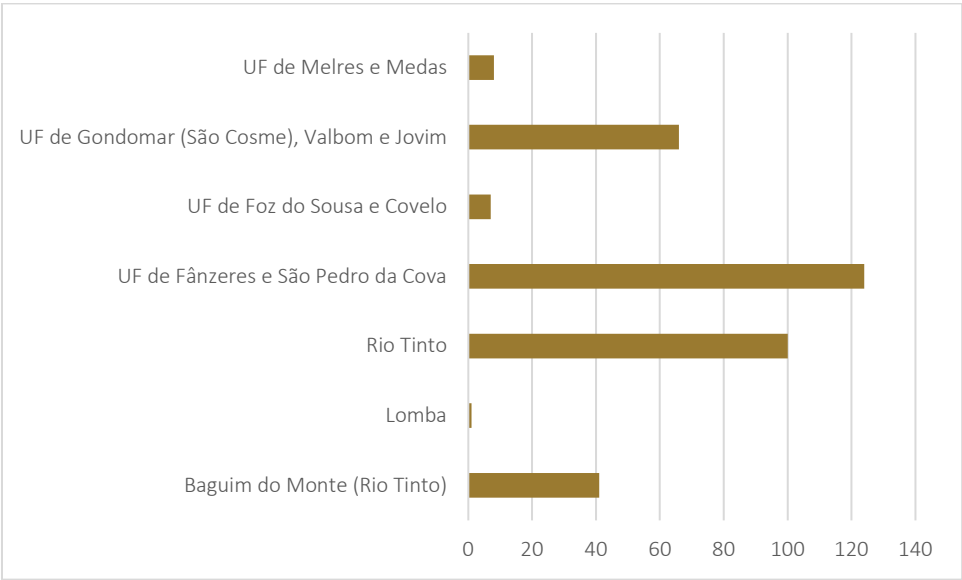
Quadro 80 – Crianças acompanhadas segundo a nacionalidade (2024) - (N.º)

Nacionalidade	Processos			Total
	Transitados	Novos	Reabertos	
Angola	2	0	0	2
Brasil	4	3	0	7
Chile	0	1	0	1
Portugal	357	120	52	529
Reino Unido	3	0	1	4
Desconhecida	2	77	0	79
Total Crianças	368	201	53	622

N.º Processos	368	193	53	614
----------------------	------------	------------	-----------	------------

Fonte: Dados disponibilizados pela CPCJ de Gondomar, 2024 (jun.).

Gráfico 11 – Crianças em acompanhamento segundo a freguesia/UF do concelho de Gondomar (2024) - (N.º)



Fonte: Dados disponibilizados pela CPCJ de Gondomar, 2024 (jun.).

Entre as situações sinalizadas em processos instruídos¹⁰⁶ (n=634), 53,9% reportavam-se a crianças e jovens do sexo masculino (n=342) e 46,1% do sexo feminino (n=292), estando mais concentradas nos grupos etários dos “15 e 17 anos de idade” (n=214; 33,8%) e dos “11 aos 14 anos” (n=125; 19,7%). Ainda assim, não deixa de ser importante ter em conta, no seu conjunto, o significado das crianças pertencentes ao grupo dos “3 aos 5 anos de idade” (n=133; 25,7%) (cf. Quadro 81).

Globalmente, em 2024, foi possível identificar 4 problemáticas predominantes. As diferentes situações encontravam-se, por ordem decrescente, associadas às seguintes problemáticas: *violência* (em particular, a violência doméstica); *negligência* (em específico, relacionada com a falta de supervisão e acompanhamento familiar e a negligência ao nível psicoafectivo); *comportamentos de risco* (designadamente, comportamentos antissociais graves e/ou de indisciplina e outros comportamentos) e *retração escolar* (em especial, o absentismo escolar).

Por outro lado, a análise da informação desagregada segundo o sexo leva a confirmar que:

- no caso das situações da *violência* em geral (n=261), estas distribuíam-se de forma equitativa (M=130; F=131), o mesmo se sucedendo nos casos particulares de *violência doméstica* (M=115; F=110);
- já nas ocorrências de *negligência* (n=161), estas eram mais expressivas nas crianças e jovens do sexo masculino (M=92; F=69), traduzindo-se igualmente nos casos específicos de falta de supervisão e acompanhamento familiar e de incúria ao nível psicoafectivo;
- nas situações ligadas a *comportamentos de risco* (n=96), inclusive os antissociais graves e/ou de indisciplina, também eram mais frequentes nas crianças e jovens do sexo masculino (M=56; F=40);
- e no caso das ocorrências ligadas à *retração escolar* (n=95), e em especial, o absentismo escolar, também se verificou a mesma tendência (M=56; F=39).

¹⁰⁶ De ressaltar que, para a presente análise, apenas se consideraram os dados dos processos instruídos, visto que o exame relativo aos dados das crianças e/ou jovens acompanhados (n=234) segundo o sexo (M: 129; F: 105), o escalão etário das crianças/jovens e a problemática diagnosticada da CPCJ de Gondomar apontavam no mesmo sentido do aqui exposto.

Quadro 81 – Problemática sinalizada segundo o sexo e o escalão etário das crianças/jovens - Processos Instruídos (2024) - (N.º)

Problemáticas sinalizadas	Sexo	Escalão etário								Total
		0 aos 2	3 aos 5	6 aos 8	9 aos 10	11 aos 14	15 aos 17	18 aos 21	Sem idade	
Consumo de estupefacientes	M	0	1	1	0	0	2	0	0	4
	F	1	0	0	0	0	1	0	0	2
	Total	1	1	1	0	0	3	0	0	6
Consumo de álcool	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	Total	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Consumos	Total	1	2	1	0	0	3	0	0	7
Violência doméstica (VD)	M	14	23	27	6	19	22	1	3	115
	F	13	30	16	7	19	20	1	4	110
	Total	27	53	43	13	38	42	2	7	225
Mau trato físico	M	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	F	0	0	0	0	0	2	0	0	2
	Total	1	0	0	0	0	2	0	0	3
Ofensa física	M	0	0	1	0	1	0	0	0	2
	F	0	0	0	0	2	1	0	0	3
	Total	0	0	1	0	3	1	0	0	5
Ofensa física em contexto de VD	M	0	0	2	1	2	0	0	0	5
	F	2	1	0	4	3	2	0	0	12
	Total	2	1	2	5	5	2	0	0	17
Mau trato psicológico ou indiferença afetiva	M	0	0	2	0	0	1	0	0	3
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	2	0	0	1	0	0	3
Depreciação/Humilhação	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	Total	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Castigos corporais que afetam o bem-estar e a integridade da criança	M	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	F	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Total	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Bullying	M	0	0	0	0	2	1	0	0	3
	F	0	0	0	1	1	0	0	0	2
	Total	0	0	0	1	3	1	0	0	5
Violência	Total	30	54	48	19	51	50	2	7	261

Fonte: Dados (adaptados) disponibilizados pela CPCJ de Gondomar, 2024 (jun.). Nota: Os resultados correspondem ao total dos processos instruídos (aqui contemplando processos transitados, novos e reabertos) e foram alvo de categorização própria.

Quadro 81 – Problemática sinalizada segundo o sexo e o escalão etário das crianças/jovens - Processos Instruídos (2024) - (N.º) – (cont.)

Problemáticas sinalizadas	Sexo	Escalão etário								Total
		0 aos 2	3 aos 5	6 aos 8	9 aos 10	11 aos 14	15 aos 17	18 aos 21	Sem idade	
Negligência	M	5	4	2	0	3	1	1	2	18
	F	2	0	2	0	1	0	0	0	5
	Total	7	4	4	0	4	1	1	2	23
Negligência ao nível da saúde	M	2	1	2	0	2	0	0	0	7
	F	2	0	0	0	4	0	0	0	6
	Total	4	1	2	0	6	0	0	0	13
Negligência ao nível educativo	M	1	3	1	0	4	3	0	0	12
	F	0	0	1	0	3	7	1	0	12
	Total	1	3	2	0	7	10	1	0	24
Negligência ao nível psicoafectivo	M	5	3	3	0	4	5	1	0	21
	F	2	1	3	0	2	2	0	0	10
	Total	7	4	6	0	6	7	1	0	31
Negligência (face a comportamentos da criança/jovem)	M	0	1	0	0	0	1	0	0	2
	F	0	0	0	0	1	2	1	0	4
	Total	0	1	0	0	1	3	1	0	6
Negligência (falta de supervisão e acompanhamento familiar)	M	4	3	3	0	6	3	0	2	21
	F	5	7	4	0	5	1	0	0	22
	Total	9	10	7	0	11	4	0	2	43
Negligência grave	M	4	0	1	0	2	4	0	0	11
	F	2	3	2	1	0	2	0	0	10
	Total	6	3	3	1	2	6	0	0	21
Negligência	Total	34	26	24	1	37	31	4	4	161
A criança está abandonada ou entregue a si própria	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	Total	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Está ao cuidado de terceiros em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais	M	0	0	0	0	0	2	0	0	2
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Ausência temporária de suporte familiar ou outro	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Total	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Fragilidades das redes de suporte	Total	0	0	0	0	0	3	1	0	4

Fonte: Dados (adaptados) disponibilizados pela CPCJ de Gondomar, 2024 (jun.). Nota: Os resultados correspondem ao total dos processos instruídos (aqui contemplando processos transitados, novos e reabertos) e foram alvo de categorização própria.

Quadro 81 – Problemática sinalizada segundo o sexo e o escalão etário das crianças/jovens - Processos Instruídos (2024) - (N.º) – (cont.)

Problemáticas sinalizadas	Sexo	Escalão etário								Total
		0 aos 2	3 aos 5	6 aos 8	9 aos 10	11 aos 14	15 aos 17	18 aos 21	Sem idade	
Insucesso escolar	M	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Absentismo escolar	M	0	0	0	2	0	38	9	0	49
	F	0	0	0	2	0	26	4	0	32
	Total	0	0	0	4	0	64	13	0	81
Abandono escolar	M	0	0	0	0	0	5	1	0	6
	F	0	0	0	0	2	4	0	0	6
	Total	0	0	0	0	2	9	1	0	12
Situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Total	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Retração escolar	Total	0	0	1	4	3	73	14	0	95
Importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	2	0	0	2
	Total	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Aliciamento sexual	M	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	F	0	0	0	0	0	2	0	0	2
	Total	0	0	0	0	0	2	1	0	3
Abuso sexual	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	2	0	0	0	2
	Total	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Violação ou outro ato sexual	M	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	F	0	0	0	1	0	0	1	0	2
	Total	0	0	0	1	1	0	1	0	3
Abusos de cariz sexual	Total	0	0	0	1	3	4	2	0	10

Fonte: Dados (adaptados) disponibilizados pela CPCJ de Gondomar, 2024 (jun.).

Nota: Os resultados correspondem ao total dos processos instruídos (aqui contemplando processos transitados, novos e reabertos) e foram alvo de categorização própria.

Quadro 81 – Problemática sinalizada segundo o sexo e o escalão etário das crianças/jovens - Processos Instruídos (2024) - (N.º) – (cont.)

Problemáticas sinalizadas	Sexo	Escalão etário								Total
		0 aos 2	3 aos 5	6 aos 8	9 aos 10	11 aos 14	15 aos 17	18 aos 21	Sem idade	
Comportamentos antissociais graves e/ou de indisciplina	M	0	0	0	1	4	13	0	0	18
	F	0	0	0	0	2	4	1	0	7
	Total	0	0	0	1	6	17	1	0	25
Outros comportamentos	M	0	0	0	2	12	13	0	0	27
	F	0	0	0	0	9	14	0	0	23
	Total	0	0	0	2	21	27	0	0	50
Criança /Jovem assume comportamentos que afeta o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada	M	0	0	0	0	2	0	0	0	2
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Exposição a Comportamentos que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem	M	0	1	1	3	2	2	0	0	9
	F	0	3	2	1	0	2	0	0	8
	Total	0	4	3	4	2	4	0	0	17
A criança/jovem assume comportamentos que afeta o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	2	0	0	2
	Total	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Comportamentos de risco	Total	0	4	3	7	31	50	1	0	96
TOTAL	M	36	40	47	15	67	116	14	7	342
	F	29	46	30	17	58	98	10	4	292
	T	65	86	77	32	125	214	24	11	634

Fonte: Dados (adaptados) disponibilizados pela CPCJ de Gondomar, 2024 (jun.).

Nota: Os resultados correspondem ao total dos processos instruídos (aqui contemplando processos transitados, novos e reabertos) e foram alvo de categorização própria.

Olhando para os grupos etários mais representativos – o dos “15 e 17 anos de idade” (n=214; 33,8%) e dos “11 aos 14 anos” (n=125; 19,7%) –, o exame cruzado dos dados dos processos instruídos segundo o sexo das crianças e jovens e as problemáticas sinalizadas permite tirar algumas ilações.

Em geral, nota-se que as crianças e jovens dos “15 aos 17 anos de idade” manifestavam mais comportamentos de *retração escolar* (n=73) e de *risco* (n=50), sendo fortemente afetados por contextos familiares (ou similares) de *violência* (n=50).

Colocando o foco na problemática sinalizada, percebe-se que, ao nível de retração escolar, o absentismo era um comportamento muito frequente, sobretudo nas crianças e jovens do sexo masculino. Identificado antecipadamente e intercetado por profissionais que trabalham diretamente na área, este fenómeno dá conta das situações em que a criança e/ou jovem reiteradamente não vai à escola, seja por vontade própria ou dos pais, ou quando é repetidamente expulsa da sala de aulas.

Em paralelo, a manifestação de comportamentos antissociais graves e/ou de indisciplina e de outros comportamentos, em especial nos rapazes, era igualmente muito significativa.

Nestes dois casos, a comunidade escolar desempenha um papel crucial na sinalização, no acompanhamento e no combate a estas situações, sendo necessário aumentar as respostas de parcerias locais e as abordagens integradas de desenvolvimento social, tal como preconizado no anterior Plano de Desenvolvimento Social (CMG, 2015b, pp.13-15).

Já no que toca à violência doméstica, esta era transversal nas crianças e jovens pertencentes a este grupo etário independentemente do seu sexo. Daí ser importante acionar instrumentos que definam e estabeleçam orientações para autoproteção e prevenção do risco e perigo das vítimas, tendo em conta a caracterização dos factos, bem como toda a informação relevante recolhida noutras fontes, de forma a evitar o possível aumento de risco de violência.

Já no que diz respeito às crianças e jovens dos “11 aos 16 anos de idade”, importa ter presente que as ocorrências de *violência* (n=51) e de *negligência* (n=37) eram mais consideráveis, pese embora a manifestação também não menos relevante de *comportamentos de risco* (n=31).

Atendendo à problemática sinalizada, destaca-se novamente o peso do fenómeno de violência doméstica cometido contra rapazes e raparigas deste escalão etário. Este fenómeno era também acompanhado pela negligência (abrangendo quer a falta de supervisão e acompanhamento familiar, quer o descuido ao nível educativo), embora fosse mais vincada nas crianças e jovens do sexo masculino.

De modo a minimizar os riscos associados à negligência, parece ser necessário encontrar, ao nível territorial, através do trabalho em rede entre as várias instituições competentes, formas mais eficazes de orientar as famílias e providenciar, no imediato, recursos concretos relacionados com as necessidades básicas, e atividades terapêuticas e de estímulo ao desenvolvimento, realizadas através de intervenções com o público-alvo e/ ou em contexto familiar.

De forma similar ao outro grupo etário, observa-se igualmente a importância dos comportamentos antissociais graves e/ou de indisciplina e de outros comportamentos de risco, sobretudo da parte dos rapazes. Por isso mesmo, e tendo em linha de conta a própria ação local de prevenção e proteção, a conceção e execução de projetos de prevenção primária da indisciplina, assim como a elaboração e monitorização de planos de intervenção para os casos de crianças sinalizadas à CPCJ, numa perspetiva de promoção da inserção social e socioprofissional dos alunos, assim como a organização de sessões de capacitação parental, particularmente nos casos em que está em causa o direito à educação, podem ser ativadas e reforçadas pelos vários agentes do território enquanto estratégias de inclusão ativa.

Por fim, e considerando a importância das crianças pertencentes ao grupo dos “3 aos 5 anos de idade” (n=133; 25,7%) no conjunto dos processos instruídos, é de sublinhar a relevância dos fenómenos de violência e de negligência cometidos contra este segmento da população infantil. Refira-se que a violência doméstica e a falta de supervisão e acompanhamento familiar, ganhando destaque no conjunto de comportamentos violentos e negligentes registados, eram mais expressivas nas meninas com estas idades.

Em síntese, vê-se que a violência e a negligência, liderando as situações de perigo nos principais grupos etários, devem continuar na ordem das preocupações das várias instituições locais, sendo fundamental o apoio às crianças e jovens em risco através de soluções que partam da definição conjunta, por parte dos vários agentes do território e dos casos acompanhados, das etapas a prosseguir ao nível do processo terapêutico e capacitação, de modo a minimizar as consequências psicológicas e emocionais associadas e os comportamentos de risco que comprometem a sua saúde (física e mental).

5.8.1.3. Outros serviços/respostas sociais para crianças e jovens

5.8.1.3.1. Núcleo Local de Garantia para a Infância

No final do ano de 2024, Gondomar avançou com o processo de implementação e acompanhamento do Núcleo da Garantia para a Infância de Gondomar¹⁰⁷, uma estrutura integrada no Conselho Local de Ação Social, cujo trabalho vai incidir na planificação estratégica da intervenção social local, envolvendo os diferentes atores sociais municipais, com o objetivo de contribuir para a erradicação da pobreza e exclusão social de crianças, jovens e respetivas famílias no território.

Com a constituição deste Núcleo, o concelho passa a dispor de uma estrutura especialmente dedicada para responder eficazmente às vulnerabilidades das crianças e dos jovens, e das suas famílias, através de uma abordagem integrada e multidisciplinar, potenciadora de uma efetiva integração social. A sua criação é vista como prioritária, no seguimento do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

¹⁰⁷ A 29 de outubro de 2024 foi assinado com a Coordenação Nacional da Garantia para a Infância o Protocolo de Parceria para a Implementação e Acompanhamento deste Núcleo. De acordo com o Plano de Ação para a Garantia para a Infância 2022-2030, é objetivo operacional desenvolver redes de apoio à infância e juventude, no âmbito local, que articulem e tornem eficazes a ação das várias entidades envolvidas na intervenção e assegurem um atendimento e acompanhamento de proximidade, através, entre outros, do cumprimento da Medida 10: criação de Núcleos Locais da Garantia para a Infância, no âmbito dos Conselhos Locais de Ação Social.

de Gondomar para o triénio de 2022-2025, assente no desenvolvimento de políticas centradas na parentalidade positiva, livre de violência e respeitadora dos interesses da criança, numa lógica comunitária, sistémica e com foco na prevenção.

Em linha com o Plano de Ação de Prevenção e Combate à Pobreza Infantil 2022-2030 (2023, p.39), nomeadamente no que diz respeito ao Pilar IV – Crianças e Jovens especialmente vulneráveis, e através da implementação de 76 medidas, pretende-se garantir:

- o reforço das políticas intersectoriais de combate à pobreza das crianças, jovens e das suas famílias;
- o acesso a serviços essenciais de qualidade (Respostas 1.ª Infância, Educação, Saúde, Alimentação e Habitação);
- uma Rede Social de apoio de âmbito local responsável pelo diagnóstico e propostas de intervenção no território;
- e um atendimento e acompanhamento próximo e integrado das situações das crianças e jovens e suas famílias.

De facto, as grandes finalidades deste Núcleo consistem na elaboração de um diagnóstico local sobre o fenómeno da pobreza infantil e da exclusão social, assim como na monitorização e avaliação da implementação de medidas e ações a nível local, nos diversos âmbitos de atuação, acompanhando em proximidade as crianças e os jovens que estão abrangidos pela Garantia para a Infância e as suas famílias, facilitando o acesso a serviços essenciais e potenciando a igualdade de oportunidades.

Proporcionando uma abordagem ampla e integrada, o Núcleo Local de Garantia para a Infância de Gondomar integra parceiros locais e institucionais com intervenção em diversas áreas (cf. Quadro 82).

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais define 20 princípios e direitos fundamentais para garantir uma maior justiça e o correto funcionamento dos mercados de trabalho e dos sistemas de proteção social, sendo um quadro de orientação da União Europeia para a construção de uma Europa social forte, justa, inclusiva e plena de oportunidades no século XXI. Nessa linha, um dos direitos fundamentais diz respeito ao 11.º Pilar: «Acolhimento e apoio a crianças». Este defende que todas as crianças têm direito a serviços de educação e de acolhimento na primeira infância a preços comportáveis e de boa qualidade, bem como o direito à proteção contra a pobreza e a beneficiar de medidas específicas que promovam a igualdade de oportunidades.

Quadro 82 – Áreas de intervenção e Entidades Parceiras do Núcleo Local de Garantia para a Infância de Gondomar

Áreas	Representante
Proteção Social	Instituto da Segurança Social
Educação	Agrupamento indicado pela DGEST, enquanto representante do NE
Saúde	Unidade Local de Saúde Santo António
Emprego	Centro de Emprego de Gondomar
Município de Gondomar	Divisão de Desenvolvimento Social Divisão de Habitação Pública
Direitos da Criança e Jovem	CPCJ de Gondomar Representante das IPSS do NE
CLDS 5G EIXO 2	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar
CLDS 5G EIXO 2	Centro Social de Soutelo

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

5.8.2. População Idosa

5.8.2.1. SAD, Centros de Dia e Centros de Convívio, Universidades Seniores e ERPI

Uma análise global sobre as estruturas e os serviços existentes no município de Gondomar destinados a esta franja populacional, segundo a informação recolhida, permite confirmar a diversidade e a amplitude do conjunto de respostas sociais existentes – como os SAD, os Centros de Dia, as ERPI e outras –, fundamentais na garantia de lazer e de ocupação do tempo livre e na salvaguarda de prestação de cuidados primários a um perfil de população, à partida, mais fragilizado física e socialmente.

Serviço de Apoio Domiciliário - SAD

No que diz respeito ao género de valência mais direcionada à prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a idosos que não possam assegurar a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades do seu dia a dia (SAD), importa ter presente que os 13 SAD existentes no concelho tinham, em 2024¹⁰⁸, uma capacidade total de 543 lugares e um número total de vagas preenchidas (em regime de acordo de cooperação com a Segurança Social) de 498 lugares, traduzindo uma taxa de cobertura de 91,7%. A lista de espera compreendia, nesta altura, 76 beneficiários (cf. Quadro 85).

No território, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar destacava-se por apresentar o maior número de vagas nesta valência (n=147).

Neste caso, e dado que este tipo de equipamentos demonstra ter sempre uma procura muito regular face ao crescendo de um quadro de maior isolamento social desta população e de quebra da retaguarda familiar encontrados no território, será de considerar a possibilidade de aumento e a melhoria de respostas

¹⁰⁸ À semelhança da informação referente às respostas destinadas à população infantil e juvenil, os dados que aqui se apresentam datam de julho de 2024.

mais adequadas no âmbito da prestação de apoio tipificado. Isto porque com o aumento progressivo da população idosa, sobretudo das classes etárias mais envelhecidas, a crescente ocorrência de situações de dependência física, psíquica e social, diagnosticada em sede de auscultação do presente Diagnóstico, tem exigido desafios de várias ordens na prestação de cuidados de higiene e conforto pessoal, de fornecimento e apoio nas refeições, de acompanhamento e ajuda na toma de medicação prescrita, bem como na higiene habitacional e tratamento do vestuário de uso pessoal dos utentes¹⁰⁹.

Centro de Dia e Centro de Convívio

Tendo em conta especificamente os Centros de Dia, é de notar que, em 2024, as 8 estruturas que providenciavam esta valência em Gondomar abrangiam 358 beneficiários. Deste universo, 332 tinham acordo de cooperação, perfazendo uma taxa de cobertura de 92,7%. A lista de espera era de 63 pessoas (cf. Quadro 84).

Ao nível de Centros de Convívio, as 4 organizações do tecido social local abarcavam 182 indivíduos, dos quais 180 possuíam acordo de cooperação, indicando, portanto, uma taxa de cobertura de 98,9%. Neste caso, a lista de espera era, por comparação, mais reduzida (contemplando 5 pessoas).

Olhando com maior detalhe, vê-se que a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar destacava-se novamente por deter o maior número de vagas nestas duas valências (respetivamente, 100 em Centro de Dia e 120 em Centro de Convívio), traduzindo a importância desta instituição de referência no território.

Reconhecendo que estas diferentes respostas visam a prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas com mais de 65 anos de idade no seu meio sociofamiliar habitual, e, nesse sentido, favorecem o estreitamento dos laços das pessoas com outras instituições locais, através do desenvolvimento de atividades que ajudam à promoção do seu sentido de pertença e de convívio com a comunidade, fica claro o trabalho de apoio e de acompanhamento social mais efetivo destas instituições junto dos seus utentes.

Por isso mesmo, e uma vez que, no anterior Plano de Desenvolvimento Social, se tinha considerado estratégico o combate ao envelhecimento demográfico, com o contributo de fomento de políticas de promoção do envelhecimento ativo e saudável, seja para adultos sénior em idade ativa, seja de apoio aos idosos não ativos e 4ª idade (CMG, 2015b, p. 12), torna-se essencial a aposta na criação e na capacitação destas estruturas, capazes de aumentar a importância do lazer e a ocupação do tempo em determinada fase da vida e de responder às preocupações e necessidades da população-alvo nas vertentes psicológica e social de apoio.

¹⁰⁹ Esta reflexão pode ser identicamente sustentada a partir da análise dos indicadores relativos ao envelhecimento populacional no subponto 5.1.2. «Envelhecimento Populacional» do Capítulo 5.1. «Demografia e Famílias».

Universidade Sénior

Uma nota complementar pode ser ainda dada relativamente às diferentes Universidades Sénior do concelho que desenvolvem um trabalho em torno da melhoria de qualidade de vida dos seus utentes/alunos (um total de 1136) e do impulso da sua participação cívica e auto-organização na comunidade (cf. Quadro 83).

São elas a Universidade Grande Idade da ADIRT - Associação para o Desenvolvimento Integral de Rio Tinto que integrava, neste período, 55 pessoas (todas sem acordo de cooperação); a Universidade Sénior de Fânzeres e São Pedro da Cova com um total de 234 alunos; a Universidade Sénior Gondomar com 424; a Universidade Sénior de Melres e Medas com 76 e a Universidade Sénior de Rio Tinto com um total de 347 alunos (cf. Quadro 84).

Quadro 83 – Número de disciplinas e atividades desenvolvidas pelas Universidades Sénior do concelho - (2024)

Universidade Sénior	Disciplinas	Atividades regulares desenvolvidas
Universidade Sénior de Fânzeres e São Pedro da Cova	13	Enterro das Merendas, Festa de Natal e Festa de Final de Ano letivo, Baile de Carnaval, participação em eventos anuais promovidos pela União de Freguesia (Dia da árvore e da Poesia, Dia da Mulher, Dia do Ambiente, etc.), Passeios e visitas culturais.
Universidade Sénior Gondomar	56	Tertúlia de Poesia; ConVida e Poesia de Rua, Celebração de dias / meses festivos (Exs: Outubro Rosa; Treme-treme; Maio, mês do Coração).
Universidade Sénior de Melres e Medas	10	Caminhadas, participação em encontros de <i>walking football</i> , visitas de estudo no âmbito das diversas disciplinas, exposições de pintura, encontros de música promovidos pela Rutis, Participação do Grupo de Música em diversos eventos, entre outros.
Universidade Sénior de Rio Tinto	26	Tertúlias culturais, as palestras informativas, encontros de convívio e lazer, visitas culturais, atividades intergeracionais. Conta com grupos de apresentação de palco, designadamente o Grupo de Cavaquinhos, a Tuna, o Grupo de Danças Populares, o Grupo de Danças de Salão e o Grupo de Teatro, Literatura e Poesia. Projetos dinamizados: Programa Eco-Escolas, a revista Sénior Magazine, a Biblioteca da USRT, a Geração de Histórias e os Recreios com Vida.

Fonte: Rede Social de Gondomar, 2024 (out.).

De forma adicional a este tipo de respostas, é de referir igualmente a implementação no território de dois programas/operações junto desta população: o **Programa Idade D'Ouro** e a **Operação "Rotas Saber+"**.

Destinado a todas as pessoas residentes e recenseadas no concelho de Gondomar com idade igual ou superior a 60 anos, o **Programa Idade D'Ouro** foi criado face à necessidade de se dinamizar e delinear, localmente, estratégias de promoção de qualidade de vida junto da população sénior, fomentando o seu desenvolvimento pessoal e social, mediante a dinamização de atividades diversas, potenciando-se a ocupação dos tempos livres, o convívio e o lazer das pessoas através da experiência de vida atingida por parte desta franja etária.

Pretende-se, com este programa, que o processo de envelhecimento decorra de forma ativa e no sentido da otimização de oportunidades em domínios como a saúde, a participação e a segurança, preservando-se sempre os seus níveis de independência e autonomia.

Com um cariz inovador pela sua atuação, a **Operação “Rotas Saber+”** promove a valorização do património ao serviço da inclusão social, o combate do isolamento social dos idosos e o acesso à cultura de pessoas que estariam excluídas por motivos económicos e de deslocação. Esta operação materializa-se através da participação de idosos dos concelhos de Gondomar nas excursões Rotas Saber+, desenvolvendo um conjunto de atividades que promovem a participação e cidadania e o contacto com a história, cultura e as tradições locais, designadamente através da Rotas Saber+ “Rota Terrestre Conhecer Gondomar” e “Rota Fluvial 6 Pontes”.

Estrutura Residencial para Idosos – ERPI

No caso das ERPI, resposta social destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, as dificuldades encontradas, embora a uma outra escala, são igualmente importantes, não obstante a cobertura dada pelos 4 equipamentos locais da rede solidária existente – designadamente, o Centro Social da Lomba, o Centro Social da Paróquia de Rio Tinto, o Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom, o Centro Social e Paroquial de Baguim e o Centro Social e Paroquial S. João da Foz do Sousa (cf. Quadro 85).

Veja-se que, em 2024, estes equipamentos disponibilizavam, no total, 169 lugares em regime de acordo de cooperação com a Segurança Social e 14 sem regime de acordo, e uma elevadíssima lista de espera – 922 pessoas. Tais dados refletem as carências identificadas a este nível no território, por força da aceleração do fenómeno de envelhecimento populacional e das próprias dificuldades internas das instituições na capacidade de drenagem destes números face ao limite de lotação existente em cada uma delas.

Por consequência, é premente continuar a investir e a qualificar as respostas existentes ao nível da prestação de cuidados a esta franja populacional, integrando, na medida do possível os indivíduos e as famílias com base numa cultura de coesão social, realizadas a partir de parcerias e com intervenções territorializadas de vários setores em articulação (como, por exemplo, segurança social, saúde, educação, entre outros) (CMG, 2015b, p. 26).

Quadro 84 – Respostas sociais (IPSS) direcionadas à População Idosa, segundo o número de beneficiários - (N.º)

Resposta Social Dinamizada/IPSS	Nº de beneficiários/as		
	c/ acordo cooperação	s/ acordo cooperação	Lista de Espera
SAD - Serviço de Apoio Domiciliário			
Associação Reformados da Freguesia de Medas	16	-	-
Associação Social Estrelas de Silveirinhos	20	-	6
Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante	30	-	-
Centro Social da Lomba	17	0	0
Centro Social da Paróquia de Rio Tinto	45	-	0
Centro Social de Soutelo	35	20	12
Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom	30	4	30
Centro Social e Paroquial de Baguim	20	4	-
Centro Social e Paroquial de Sto. António de Corim	40	-	-
Centro Social e Paroquial S. João da Foz do Sousa	40	0	3
Fundação Nuno Silveira	25	0	25
Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária	40	10	-
Irmadade Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar	140	7	-
Total	498	45	76
Total de Equipamentos	13		
Centro de Dia			
Associação Social Estrelas de Silveirinhos	20	-	2
Centro Social da Paróquia de Rio Tinto	65	-	11
Centro Social de Soutelo	32	5	9
Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom	50	0	40
Centro Social e Paroquial de Baguim	10	0	-
Centro Social e Paroquial de Sto. António de Corim	25	-	-
Centro Social e Paroquial S. João da Foz do Sousa	30	1	1
Irmadade Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar	100	20	-
Total	332	26	63
Total de Equipamentos	8		
Centro de Convívio			
Associação Social Estrelas de Silveirinhos	20	-	-
Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante	25	-	-
Centro Social de Soutelo	15	2	5
Irmadade Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar	120	0	-
Total	180	2	5
Total de Equipamentos	4		
ERPI			
Centro Social da Lomba	37	10	275
Centro Social da Paróquia de Rio Tinto	60	-	234
Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom	18	0	55
Centro Social e Paroquial de Baguim	24	4	-
Centro Social e Paroquial S. João da Foz do Sousa	30	0	358
Total	169	14	922
Total de Equipamentos	4		
Universidade Sénior			
ADIRT- Associação para o Des. Integral Rio Tinto - Universidade Grande Idade	-	55	55
Universidade Sénior de Fânzeres e São Pedro da Cova	-	234	234
Universidade Sénior de Gondomar	-	434	424
Universidade Sénior de Melres e Medas	-	76	76
Universidade Sénior de Rio Tinto	-	347	347
Total	-	1136	1136
Total de Equipamentos	5		
TOTAL	34		

Fonte: Rede Social do Concelho de Gondomar, 2024 (jul.).

5.8.3. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade

5.8.3.1. CAARPD, CACI e RAI

O concelho de Gondomar dispõe de diferentes respostas existentes para esta franja da população com as finalidades de promover o seu acolhimento e a sua valorização pessoal, o desenvolvimento dos níveis de autoestima e de autonomia e, em paralelo, assegurar processos de integração social e socioprofissional bem-sucedidos.

As políticas relativas à deficiência têm evoluído progressivamente nas últimas décadas no nosso país, reconhecendo-se que a prestação de cuidados elementares em meio institucional tem se revelado ainda insuficiente, o que tem motivado o aparecimento de novas políticas/abordagens educativas e de medidas de reabilitação e integração social dirigidas a esta população-alvo.

Sob o ponto de vista institucional, o território apresenta vários equipamentos sociais dirigidos à população com deficiência e/ou incapacidades, tendo sido abrangidos, em 2024¹¹⁰, 391 beneficiários (dos quais 337 encontravam-se sob o regime de acordo de cooperação, o que perfazia uma taxa de cobertura de 86,2%) (cf. Quadro 85).

Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade - CAARPD

Desse modo, o concelho de Gondomar tem 2 Centros de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD) – a ANEM - Associação Nacional de Esclerose Múltipla e a Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom – que, como o nome indica, encontram-se vocacionados para a prestação de serviços especializados referentes ao atendimento, ao acompanhamento e ao processo de reabilitação social desta população, sem descurar o próprio processo de capacitação e suporte às suas famílias ou cuidadores informais.

Em 2024, eram 116 os beneficiários com esta resposta social (dos quais 110 estavam sob o regime de acordo de cooperação, denotando uma taxa de cobertura de 94,8%). A lista de espera era de 24 indivíduos.

Em matéria de (re)habilitação social, a «Associação Recreativa Cultural e Social de Silveirinhos» tinha a seu cargo 25 beneficiários sem acordo de cooperação e uma lista de espera de 33 indivíduos.

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão - CACI

Por outro lado, o concelho de Gondomar conta com 3 instituições locais com a valência de CACI, nomeadamente a Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom, o Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom e a Fundação Nuno Silveira. Em 2024, eram 158 as pessoas abrangidas (respetivamente, por organização, 30, 18 e 110 indivíduos).

¹¹⁰ Os dados que aqui se apresentam datam de julho de 2024.

Apesar do CACI constituir a valência com um maior número de lugares em regime de cooperação com a Segurança Social em 2024 (neste caso, 158 pessoas), e se destinar para a prestação de atividades que visam a valorização pessoal e a integração social das pessoas acompanhadas ou de cuidados e serviços adequados às suas necessidades e expectativas, contribuindo, inclusive, na transição para programas de integração socioprofissional (quando aplicável), percebe-se que há uma insuficiência de respostas no território face às necessidades crescentes. Veja-se que essa limitação é evidente na elevada lista de espera existente nesta altura – 279 indivíduos.

No âmbito da capacitação e da empregabilidade, é de equacionar identicamente a resposta «Rumos Saúde Mental» da Associação Social de Silveirinhos, resposta que abrangia 17 beneficiários sem regime de cooperação, embora com uma lista de espera superior (23 pessoas).

Tendo em linha de conta o trabalho destinado às habilitações desta população, percebe-se igualmente, pelo total da lista de espera encontrada, em 2024, na Associação Social de Silveirinhos (n=33), a capacidade limitada da intervenção local neste domínio em concreto.

Por isso mesmo, não obstante terem sido equacionadas, no anterior Plano de Desenvolvimento Social do concelho, estratégias de promoção da inclusão socioprofissional e de reforço da empregabilidade dos segmentos da população mais afetados pelas desigualdades (CMG, 2015b, p.15 e pp.56-57), a prioridade consiste na contínua ativação deste tipo de respostas sociais, tendo-se, na medida do possível, em vista (futuramente) o alargamento das suas lotações.

Uma vez reconhecida a falta e/ou insuficiência de respostas sociais de integração desta população (nas diferentes valências), tendo sido esta igualmente discutida em sede de auscultação, foi considerado importante, por sugestão do Núcleo Executivo da Rede Social, autonomizar a área da deficiência no atual Plano de Desenvolvimento Social do concelho.

Lar Residencial e Residências de Autonomização e Inclusão - RAI

Atendendo ainda aos dados disponíveis, é de assinalar igualmente a capacidade reduzida de acolhimento dos 3 Lares residenciais existentes no território, estruturas primordiais no alojamento de utilização temporária ou permanente, de jovens e adultos com deficiência (de idade igual ou superior a 16 anos), que se encontrem impedidos de residir no seu meio familiar.

Repare-se que o número se situava, em 2024, em 73 pessoas abrangidas (das quais 69 estavam em regime de acordo de cooperação com a Segurança Social) e a lista de espera nos 278 beneficiários, o que traduz a forte desproporcionalidade entre a capacidade institucional das entidades sociais locais e a elevada procura deste tipo de respostas no território.

Reconhecida como uma valência que, além de contribuir para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos utentes, ajuda a promover estratégias de reforço da sua autoestima pessoal e da capacidade para

a organização das atividades da vida diária, ajustando-as aos seus projetos de vida, o Lar Residencial é visto identicamente como um meio importante na promoção ou manutenção efetivas da funcionalidade e autonomia dos seus residentes.

Na mesma linha, e tendo as Residências de Autonomização e Inclusão (RAI) por objetivo, mediante apoio individualizado, proporcionar condições para a concretização de um projeto de vida autónomo e inclusivo dos seus utentes, percebem-se as necessidades existentes no que toca a esta valência. Neste ponto, a Associação Social de Silveirinhos abarcava, em 2024, apenas 2 beneficiários em residência autónoma masculina, tendo uma lista de espera de 10 indivíduos; além do mais, tinha 15 pessoas em lista de espera para residência autónoma feminina.

Nesse sentido, urge a necessidade de alargar (a médio prazo) o número de vagas, incluindo uma resposta concertada para beneficiários de ambos os sexos, algo que permitirá atenuar as fragilidades verificadas nesta matéria e constituir um mecanismo de igualdade de oportunidades.

Quadro 85 – Respostas sociais (IPSS) direcionadas à População com deficiência e/ou incapacidade, segundo o número de beneficiários - (N.º)

Resposta Social Dinamizada/IPSS	Nº de beneficiários/as		
	c/ acordo de cooperação	s/ acordo de cooperação	Lista de Espera
CAARPD			
ANEM - Associação Nacional de Esclerose Múltipla	75	-	24
Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom	35	6	
Total	110	6	24
Total de Equipamentos	2		
CACI			
Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom	30	-	104
Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom	18	2	10
Fundação Nuno Silveira	110	0	165
Capacitação/Empregabilidade			
Associação Social de Silveirinhos - Rumos Saúde Mental	-	17	23
Total	158	19	302
Total de Equipamentos	4		
Centro de (re)habilitação para pessoas com deficiência			
Associação Social de Silveirinhos	-	25	33
Total	-	25	33
Total de Equipamentos	1		
RAI			
Associação Social de Silveirinhos (Residência Autónoma Masculina)	-	2	10
Associação Social de Silveirinhos (Residência Autónoma Feminina)	-	0	15
Lar Residencial			
Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom	32	2	85
Centro Social e Cultural da Paróquia de Valbom	4	0	20
Fundação Nuno Silveira	33	0	148
Total	69	4	278
Total de Equipamentos	4		
TOTAL	11		

Fonte: Rede Social do Concelho de Gondomar, 2024 (jul.).

Nesta área, será, ainda, de mencionar o trabalho desenvolvido pelo Centro de Reabilitação da Areosa, sediado em Rio Tinto, abrangendo o Distrito do Porto, com exceção do concelho de V.N. Gaia, sendo a entidade responsável o I.S.S. Este centro, cujos destinatários são as pessoas (a partir dos 18 anos) com deficiência intelectual, sensorial, motora, doença mental com deterioração e risco social, iniciou a sua atividade no ano de 1970, funcionando em regime de semi-internato. A finalidade do atendimento reside na Habilitação/ Reabilitação/ Inserção social de pessoas em situação de vulnerabilidade social, enquadrando-se no âmbito dos princípios orientadores da Lei de Bases 83.A/2013 da Segurança Social e tem por base o Manual de Procedimentos para os Estabelecimentos Integrados do I.S.S.

Acrescente-se, também, que a inclusão das pessoas com deficiência foi tida como uma das prioridades da ação governativa no ano de 2017¹¹¹ enquanto corolário de uma sociedade que se quer mais orientada em torno da justiça e da solidariedade. Nessa sequência, sob o ponto de vista de proteção social, foi criada a prestação social para a inclusão.

Esta prestação traduziu uma inovação de significativa importância tanto por agregar um conjunto de prestações dispersas, como pela forma como se encontra estruturada. Esta é constituída por três componentes: a componente base, o complemento e a majoração. A componente base destina-se a compensar os encargos gerais acrescidos que resultam da condição de deficiência e visa substituir o subsídio mensal vitalício e a pensão social de invalidez, sendo igualmente destinada aos demais cidadãos e cidadãs que requeiram a nova prestação e que cumpram as condições de atribuição. O complemento é aplicável na eventualidade de carência ou insuficiência de recursos, constituindo um instrumento de combate à pobreza das pessoas com deficiência. A majoração visa substituir as prestações que, no atual regime de proteção na deficiência, se destinam a compensar encargos específicos acrescidos resultantes da deficiência e será regulamentada numa fase subsequente.

Em relação ao número de pessoas beneficiárias desta prestação no concelho de Gondomar, os dados revelam, entre 2019 e 2023, da mesma forma que no país e nas regiões em análise, um aumento importante – em 2019, eram 1759 e, em 2023, 2740.

¹¹¹ Com a criação do Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro.

Quadro 86 – População beneficiária (segundo o sexo) da prestação social para a inclusão em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2019-2023) - (N.º)

Territórios	2019			2023			Variação 2019-2023		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M
Portugal	106567	54878	51689	155122	77028	78094	48555	22150	26405
Região Norte	39823	20596	19227	60011	29638	30373	20188	9042	11146
AMP	18407	9210	9197	27486	13252	14234	9079	4042	5037
Arouca	320	164	156	442	214	228	122	50	72
Espinho	407	201	206	595	284	311	188	83	105
Gondomar	1759	867	892	2740	1295	1445	981	428	553
Maia	1143	555	588	1726	800	926	583	245	338
Matosinhos	1591	798	793	2350	1149	1201	759	351	408
Oliveira de Azeméis	733	335	398	1109	495	614	376	160	216
Paredes	988	515	473	1683	874	809	695	359	336
Porto	2574	1397	1177	3577	1897	1680	1003	500	503
Póvoa de Varzim	871	416	455	1209	556	653	338	140	198
Santa Maria da Feira	1501	738	763	2124	1009	1115	623	271	352
Santo Tirso	726	356	370	1030	467	563	304	111	193
São João da Madeira	260	146	114	390	183	207	130	37	93
Trofa	385	180	205	553	241	312	168	61	107
Vale de Cambra	239	120	119	342	158	184	103	38	65
Valongo	1005	478	527	1534	713	821	529	235	294
Vila do Conde	1145	566	579	1636	752	884	491	186	305
Vila Nova de Gaia	2760	1378	1382	4446	2165	2281	1686	787	899

Fontes: II/MTSSS– Portugal, Dados dos Beneficiários, 2019-2023; INE.

Assistindo a um aumento de 981 beneficiários no período compreendido, Gondomar foi, aliás, um dos concelhos que, no interior da AMP, conheceu a maior ampliação. Entre eles, destacam-se os concelhos de Vila Nova de Gaia (+1686) e do Porto (+1003) (cf. Quadro 86).

De outro modo, a análise desagregada por sexo e por grupo etário permite asseverar igualmente que este tipo de prestação era mais relevante para as mulheres, tendência igualmente registada no passado (2019), e para os grupos etários dos “30 aos 39 anos” e dos “55 e mais anos de idade” (cf. Quadro 87).

Quadro 87 – População beneficiária da prestação social para a inclusão segundo os grupos etários em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2023) - (N.º)

Territórios	Grupos etários						
	Total	Menos de 25 anos	25 - 29 anos	30 – 39 anos	40 - 49 anos	50 – 54 anos	55 e mais anos
Portugal	155122	16612	8155	46628	21151	25716	36860
Região Norte	60011	5698	2936	18649	7786	10608	14334
AMP	27486	2795	1374	8511	3623	4766	6417
Arouca	442	35	27	122	60	83	115
Espinho	595	40	23	201	76	115	140
Gondomar	2740	336	134	816	351	474	629
Maia	1726	201	109	493	258	281	384
Matosinhos	2350	230	110	759	327	390	534
Oliveira de Azeméis	1109	110	58	343	144	188	266
Paredes	1683	176	68	492	207	354	386
Porto	3577	299	174	1200	503	582	819
Póvoa de Varzim	1209	89	67	346	183	216	308
Santa Maria da Feira	2124	197	89	715	286	344	493
Santo Tirso	1030	82	42	343	120	162	281
São João da Madeira	390	25	17	117	56	70	105
Trofa	553	48	24	160	70	98	153
Vale de Cambra	342	33	16	106	46	53	88
Valongo	1534	170	91	446	186	284	357
Vila do Conde	1636	135	88	568	184	298	363
Vila Nova de Gaia	4446	589	237	1284	566	774	996

Fontes: II/MTSSS– Portugal, Dados dos Beneficiários, 2023; INE.

5.8.4. Comunidade em Geral

5.8.4.1. Famílias e Comunidade

Considerando os dados relativos aos equipamentos reservados aos grupos sociais mais fragilizados social e economicamente e com maiores dificuldades de integração social, nota-se que a cultura de solidariedade pela qual se tem orientado a própria intervenção local no concelho de Gondomar, neste domínio, tem incidido precisamente no combate e/ou atenuação de situações de desfavorecimento e vulnerabilidade social, em grande parte devido às profundas recomposições socioeconómicas sentidas, nas últimas décadas, no nosso país.

Na intervenção destinada às Famílias e Comunidade em Geral, e apenas considerando parte do universo de medidas/respostas sociais existentes no território, observa-se, grosso modo, a amplitude de instituições envolvidas (n=34), quase na sua exclusividade do setor social (cf. Quadro 88).

Para lá dos vários projetos “Família e Comunidade” levados a cabo por 11 organizações do concelho e das intervenções na área do emprego e das qualificações por parte de 4 entidades, será de atentar, sinteticamente, às várias respostas dinamizadas no apoio à comunidade – desde logo, Centro Comunitário; Atendimento Integrado; Serviço de Apoio e Ação Social (SAAS); Apoio Alimentar e Médico, Atividades Ocupacionais e Banco de Ajudas Técnicas; Cantina Social/Cozinha Social e Violência e Igualdade de Género.

Primeiramente, pode-se afirmar que os **Centros Comunitários** de Gondomar, dinamizados pela Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom, a Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer «Vai Avante» e a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar têm produzido um trabalho social integrado junto da comunidade, formando uma resposta social polivalente que visa precisamente o reforço da capacidade de integração e participação social dos beneficiários e, em simultâneo, o combate a percursos de exclusão social.

Em 2024, havia um registo de apoio a um total 184 pessoas, das quais 145 estavam sob regime de cooperação, totalizando uma taxa de cobertura de 78,8%. Somente 8 pessoas, no total, se encontravam em lista de espera.

No que toca ao **Atendimento Integrado de Gondomar**, resposta que garante o serviço de atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e o acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), é de referir a intervenção de 7 instituições locais: a Associação Recreativa Cultural e Bem-Fazer «Vai Avante», o Centro Social de Soutelo, o Centro Social e Paroquial de S. João Foz do Sousa, a Fundação Nuno Silveira, a Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vera Cruz de Gondomar e, ainda, a Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo¹¹².

No que se refere aos Recursos Humanos, e tendo em consideração a revisão de Protocolo do **Atendimento Integrado de Gondomar** (AIG) existente entre a Autarquia e as entidades externas, em abril de 2024, a equipa afeta ao serviço é composta por 34 Técnicos Superiores e por 12 ajudantes de Ação Direta, ais quais ainda acrescem elementos da Equipa Técnica da Divisão de Desenvolvimento Social, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal de Gondomar a coordenação do AIG.

O Atendimento Integrado de Gondomar assenta num modelo de distribuição territorial, possibilitando a implementação de um modelo articulado de atendimento integrado, descentralizado e transversal a todos os territórios do Município de Gondomar, e que privilegia a figura do técnico gestor de processo, figura essa que assume todas as diligências inerentes aos agregados familiares à sua responsabilidade, promovendo-se desta forma uma maior eficácia e eficiência na resposta social às necessidades evidenciadas pelas famílias.

Entre abril de 2022 e agosto de 2024, o Atendimento Integrado de Gondomar registou um total de 9972 processos tramitados e 3107 processos ativos. A maior fatia abrangia os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) (67%)¹¹³ e a restante os restantes beneficiários da Ação Social (33%).

¹¹² Em abril de 2024, foi efetuada revisão dos protocolos de colaboração, sendo formalizado novo protocolo de parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo, desta feita contratualizando-se uma equipa especializada para intervenção junto de beneficiários especialmente vulneráveis encontrando-se, de momento, com nível de atuação junto das pessoas em situação de sem abrigo e outros vulneráveis.

¹¹³ A este propósito, consultar informação mais detalhada no item 5.9.1.1. do Capítulo 5.9. «Proteção Social».

Em termos de encaminhamentos da Ação Social, para lá de outros parceiros/instituições, destacam-se, no período em apreço, o papel das seguintes entidades: Tribunal (24%), Atendimento Descentralizado (18%), Trans SLAS e fora do concelho (17%) e LNES (16%).

A maioria dos Apoios Económicos Eventuais prestados destinavam-se, entre abril de 2022 e agosto de 2024, às mulheres (72%) e aos agregados familiares isolados (52%), abrangendo predominantemente as faixas etárias dos 40 aos 69 anos de idade.

Relativamente à sua natureza, esta prendia-se essencialmente com a subsistência (39%), a renda (28%) e a medicação (12%), sendo a freguesia de Rio Tinto aquela que territorialmente mais centralizava os apoios.

No quadro de atividades voltadas para a comunidade, há que referir identicamente a implementação no território da **Operação “Contas à Vida – Literacia Financeira”**. Esta operação consiste na implementação de uma estratégia integrada de literacia financeira, junto dos diferentes segmentos da população que integram as comunidades desfavorecidas. Esta compreende a realização de 6 Laboratórios de Literacia Financeira onde os participantes terão a oportunidade de adquirir conhecimentos que lhes permitam a tomada correta e informada de decisões financeiras e onde serão abordados os seguintes temas: Planeamento e Gestão de Orçamento; Poupança; Produtos Financeiros; Crédito e Endividamento e Direitos e Deveres e Seguros.

O Município de Gondomar conta também com a «Muralha de Esperança – Associação», a «Cruz Vermelha Portuguesa - Gondomar/Valongo» e a «Semente - Associação de Voluntários da LIPOR» na prestação de conjunto de diverso de respostas orientadas para o **apoio alimentar e médico**, as **atividades ocupacionais** e o **banco de ajudas técnicas**, sendo que, em 2024, estas instituições tinham apoiado, no total 462 pessoas (ainda que sem acordo de cooperação). Este tipo de respostas tem assumido, na esmagadora maioria dos casos, como uma importante alternativa (e viável) para a obtenção de um mínimo de dignidade humana e para o acesso a um primeiro patamar de reinserção/integração social por parte dos seus beneficiários.

Com objetivo de garantir o acesso ao medicamento em ambulatório por parte de qualquer cidadão que se encontre numa situação de carência económica que o impossibilite de adquirir os medicamentos comparticipados que lhe sejam prescritos por receita médica, o **Programa Abem: Rede Solidário do Medicamento**, ao qual o Município de Gondomar aderiu em 2019, promovido pela Associação Dignidade, também deve ser aqui referenciado.

A adesão a esta rede solidária do medicamento é considerada, pela autarquia, de grande relevância pois constitui um complemento à oferta de respostas sociais já existentes. Constitui-se como um apoio social para aquisição de medicação dos gondomarenses em situação de vulnerabilidade económica. Os destinatários são, para além dos beneficiários de prestações sociais de solidariedade, todos aqueles que

deparem com uma situação imprevista de carência económica (decorrente, entre outras, de uma situação de desemprego involuntário ou de doença incapacitante)".

Torna-se necessário, ainda, salientar outros dois serviços importantes no concelho – a **Cantina Social**, a **Cozinha Social** e o **Refeitório Social**. Asseguradas pelo Centro Social da Paróquia de Rio Tinto, o Centro Social e Paroquial de S. Pedro da Cova, o Centro Social e Paroquial S. João da Foz do Sousa, a «Semente - Associação de Voluntários da LIPOR» e a Liga Nacional Contra a Fome, tratam-se de respostas de intervenção que, no âmbito da emergência alimentar, asseguram refeições diárias à população local em situações de vulnerabilidade e emergência social, tentando cobrir, desta forma, as várias situações de necessidade identificadas no território. No que respeita ao total de beneficiários abrangidos, eram 199 os indivíduos apoiados, dos quais 59 se encontravam em regime de acordo de cooperação (perfazendo uma taxa de cobertura de 29,6%).

Por fim, na área da **Violência/Igualdade de Género**, destaca-se a Cruz Vermelha Portuguesa - Gondomar/Valongo na resposta à problemática da violência a vários grupos vulneráveis, tais como as mulheres, a população idosa, a população com demência, adições ou a população com deficiência. Dados de 2024, indicavam que esta estrutura tinha acompanhado, no seu conjunto, até então 344 pessoas (sem regime de acordo)¹¹⁴.

¹¹⁴ As repostas dadas às pessoas vítimas de violência doméstica podem ser analisadas com maior detalhe, mais adiante, no suponto 5.8.4.5. do presente Capítulo.

Quadro 88 – Respostas sociais (IPSS) direcionadas às Famílias e Comunidade em Geral, segundo o número de beneficiários - (N.º)

Resposta Social Dinamizada/IPSS	N.º de beneficiários/as		
	c/ acordo de cooperação	s / acordo de cooperação	Lista de Espera
Projetos Família e Comunidade			
ACGITAR - Associação Cultural Geral Independente De Trabalhadores Amadores E Recreativa	-	-	-
ADICV - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Valbom	-	-	-
AMIZADE - Associação de Imigrantes de Gondomar (integração de imigrantes e diálogo intercultural)	-	65	-
ANEIS - Associação Nacional para o Estudo e Intervenção na Sobredotação	-	-	-
Associação Mutualista de Gondomar - AMUT	-	-	-
Associação Portuguesa de Tratamento de Feridas	-	-	-
Cruz Vermelha Portuguesa - Gondomar/Valongo	-	-	-
Cooperativa de Solidariedade Social do Povo Portuense (CPP)	-	-	-
Liga dos Amigos do Centro de Saúde da Foz do Sousa	-	-	-
Liga Nacional Contra a Fome (LNCF)	-	-	-
Longevidade Cooperativa Social CRL a)	-	-	-
Total	-	65	-
Total de Equipamentos	11		
Centro Comunitário			
Associação Porto Paralisia Cerebral - Villa Urbana de Valbom	50	30	8
Associação Social Recreativa Cultural Bem Fazer Vai Avante	60	-	-
Irmandade Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar	35	9	-
Total	145	39	8
Total de Equipamentos	3		
Atendimento Integrado			
Associação Recreativa Cultural e Bem-Fazer " Vai Avante",	-	-	-
Centro Social de Soutelo	-	-	-
Fundação Nuno Silveira	-	-	-
Centro Social e Paroquial S. João da Foz do Sousa	-	-	-
Gondomar Social - Associação de Intervenção Comunitária	-	-	-
Irmandade Santa Casa da Misericórdia Vera Cruz de Gondomar	-	-	-
Cruz Vermelha Portuguesa - Gondomar/Valongo - Atendimento Integrado	-	-	-
Total	-	-	-
Total de Equipamentos	7		
Apoio Alimentar e Médico, Atividades Ocupacionais e Banco de Ajudas Técnicas			
Muralha de Esperança - Associação - Apoio alimentar	-	64	-
Muralha de Esperança - Associação - Apoio médico	-	15	-
Muralha de Esperança - Associação - Atividades ocupacionais	-	17	-
Cruz Vermelha Portuguesa - Gondomar/Valongo - Cartão Dá (alimentação)	-	230	-
Cruz Vermelha Portuguesa - Gondomar/Valongo - Banco de Ajudas Técnicas	-	36	-
Semente - Associação de Voluntários da LIPOR	-	100	-
Total	-	462	-
Total de Equipamentos	3		

Quadro 88 – Respostas sociais (IPSS) direcionadas às Famílias e Comunidade em Geral, segundo o número de beneficiários
- (N.º) – (cont.)

Resposta Social Dinamizada/IPSS	N.º de beneficiários/as		
	c/ acordo de cooperação	s / acordo de cooperação	Lista de Espera
Cantina Social/Cozinha Social/Refeitório Social			
Centro Social da Paróquia de Rio Tinto - Cantina Social	16	-	0
Centro Social e Paroquial de S. Pedro da Cova - Cantina Social	-	40	-
Centro Social e Paroquial S. João da Foz do Sousa - Cantina Social	43	0	0
Semente - Associação de Voluntários da LIPOR - Cozinha Social	-	-	-
Liga Nacional Contra a Fome	-	100	
Total	59	140	0
Total de Equipamentos	4		
Emprego			
Querer Ser – Associação para o Desenvolvimento Social - GIP - Gabinete de Inserção Profissional	-	760	-
Querer Ser – Associação para o Desenvolvimento Social - Entidades Prestadoras de Apoio Técnico (EPAT)/IEFP	-	138	-
Querer Ser – Associação para o Desenvolvimento Social - Rede Incorpora	-	55	-
Associação Social de Silveirinhos - Gabinete de Apoio ao/à Cidadão/ã Centro Social de Soutelo - Rede Incorpora	-	57	-
Total	-	953	-
Total de Equipamentos	4		
Violência Doméstica em contexto familiar e Resposta de Apoio Psicológico			
Cruz Vermelha Portuguesa - Gondomar/Valongo	-	344	-
Total	-	344	-
Total de Equipamentos	1		
TOTAL		33	

Fonte: Rede Social do Concelho de Gondomar, 2024 (jul.).

5.8.4.2. Cuidadores Informais

No âmbito das respostas locais destinadas a este segmento da população, o Município de Gondomar promove, desde 2015, o Projeto +CUIDAR 2.0 - Projeto de Apoio ao Cuidador Informal do Município de Gondomar, concertado territorialmente em sede de Rede Social local, juntamente com o ACES de Gondomar, autarquias locais e entidades do 3.º setor.

Com o grande objetivo de criar uma rede de partilha, suporte e apoio aos Cuidadores/as informais (CI) de Gondomar – pessoas que, na condição de ausência de remuneração ou de vínculo formal, prestam cuidados regulares a uma outra pessoa, seja familiar, amigo, vizinho, etc. –, este projeto é operacionalizado pelo Município com o seu papel representativo na Rede Social. Implementado através de um Acordo de Cooperação e de Colaboração Interinstitucional, e revogado em 2021 com múltiplos parceiros, a forte adesão a este projeto tem contribuído, aliás, em larga escala, para a sua sustentabilidade até aos dias de hoje.

Tanto assim é que, a partir de 2021, assumiu-se como estratégia local dar abertura a grupos de CI, cujas pessoas cuidadas se enquadram nas incapacidades indiferenciadas, abrindo um leque de atividades diversificadas de forma a consolidar o crescimento deste projeto e, ao mesmo tempo, alcançar um número cada vez maior de CI. O trabalho desenvolvido procura valorizar o ato de cuidar ao estabelecer uma rede de partilha e apoio especializado junto dos CI que acompanham pessoas idosas ou com demência e/ou com nível de dependência indiferenciado.

Esta ação tem sido possível através de uma aposta forte nos domínios da prevenção e da intervenção, partindo-se de uma relação de proximidade entre o corpo técnico local, os cuidadores, os vários serviços municipais e a comunidade em geral.

Em 2022, por força das necessidades encontradas no território pelos vários parceiros, desde logo o apoio emocional individual, o modelo psicoeducativo de intervenção e o descanso do cuidador, destaca-se a criação, no concelho, de um grupo psicoeducativo para CI com pessoas a seus cuidados com doença mental. Na génese deste grupo estabeleceram-se como principais parceiros a Associação Social de Silveirinhos, bem como a União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova, o ACES de Gondomar, o Movimento Cidadão Diferente e a AMUT.

Neste sentido, e uma vez focado para o desenvolvimento de intervenções que promovam o bem-estar físico e psicológico dos/as CI e para a promoção de estratégias no ato de cuidar junto da pessoa cuidada, tem sido já crescente o apoio dado junto deste grupo alvo, que, desde 2015, conta com a sinalização de 190 Cuidadores/as Informais; a realização de 14 Programas Psicoeducativos; a participação de 100 Cuidadores/as Informais; a realização de 69 sessões de Grupos de Ajuda Mútua (GAM), com a participação média de 10 Cuidadores/as por sessão, e valorização da formação e (re)capacitação de técnicos/as de entidades deste território.

Os serviços prestados nesta matéria subdividem-se em 3 áreas principais:

- apoio e atendimento dos CI e operacionalização do Programa Psico-Educativo para CI, através dos **Gabinetes de Apoio ao Cuidador (GAC)**.

Os GAC são os responsáveis pela operacionalização do Programa Psico-Educativo, a qual ocorre com a orientação do Coordenador Local que, por sua vez, agiliza as parcerias necessárias para a implementação dos referidos programas. O Programa Psico-Educativo visa capacitar os CI para a prestação de um melhor cuidado, mas essencialmente garantindo a constituição de uma rede de partilha, suporte e apoio a este grupo-alvo.

- apoio e suporte aos CI na pós-frequência do Programa PsicoEducativo por via dos **Grupos de Ajuda Mútua (GAM)**, sendo dinamizados por um Técnico de Referência do programa;
- e o **apoio aos beneficiários** de cuidados traduzido na agilização de parcerias e mecanismos que possam ser acionados durante o período de frequência do Programa PsicoEducativo.

O Projeto +CUIDAR 2.0 vem promover a inclusão social deste grupo populacional em situação de grande vulnerabilidade, a partir da mobilização integrada e concertada de parcerias, garantindo uma intervenção de proximidade e constituindo-se, ao mesmo tempo, como um projeto de combate à exclusão social.

A intervenção junto deste grupo alvo surge como resposta a necessidades sociais identificadas no território, numa lógica de inclusão social e na tentativa de contribuir para o desenvolvimento de competências sociais e pessoais e da promoção dos direitos fundamentais do ser humano, atendendo ao cada vez maior reconhecimento do papel do CI, por sua vez, traduzido na implementação da Lei n.º 100/2019 de 6 de setembro¹¹⁵.

A nível territorial, importa ter presente que, em 2024¹¹⁶, eram 336 os Cuidadores Informais (com estatuto deferido e ativo) residentes no concelho de Gondomar – na sua grande maioria mulheres (n=279; 83%) e a viver na freguesia de Rio Tinto (n=84; 25,0%), na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (n=75; 22,3%) e na UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim (n=72; 22,0%) (cf. Quadro 89).

Quadro 89 – Cuidadores Informais (com estatuto deferido e ativo) residentes no concelho de Gondomar, por sexo e por freguesia de residência (2024) - (N.º/%)

Número de CI	Total		M		F	
	336	100,0	57	17,0	279	83,0
Gondomar (freguesia de residência)	Total		M		F	
Baguim do Monte (Rio Tinto)	23	6,8	5	1,5	18	5,4
Lomba	3	0,9	0	0,0	3	0,9
Rio Tinto	104	31,0	20	6,0	84	25,0
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	90	26,8	15	4,5	75	22,3
UF de Foz do Sousa e Covelo	14	4,2	3	0,9	11	3,3
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	88	26,2	14	4,2	74	22,0
UF de Melres e Medas	14	4,2	0	0,0	14	4,2
Total	336	100,0	57	17,0	279	83,0

Fontes: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI) (1-10-2024); Rede Social do Concelho de Gondomar, 2024.

No que toca à sua distribuição segundo o escalão etário, é de notar que, em 2024, a sua expressão começava a aumentar à medida que a própria idade avançava, sendo notório o engrossamento do volume de CI sobretudo a partir dos 40 anos, muito embora os grupos etários com maior peso se situassem nas faixas etárias mais envelhecidas – as dos “50-59 anos” (n=132; 39,3%) e “mais de 65 anos” (n=57; 17,0%). De acordo com a informação disponibilizada e acessível, estes/as CI residiam precisamente nas freguesias/UF mencionadas acima (cf. Quadro 90).

É de ressaltar que, à semelhança das pessoas cuidadas, estes CI revelam dificuldades que carecem de cuidados específicos ligados à prevenção e combate de situações de elevada pressão e stress, geralmente

¹¹⁵ Esta aprova o Estatuto do Cuidador Informal, que regula os direitos e os deveres do cuidador e da pessoa cuidada, estabelecendo medidas de apoio. Também altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio (revogação do rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho, e criação do rendimento social de inserção).

¹¹⁶ Os dados que aqui se apresentam datam de outubro de 2024.

associadas a episódios com elevados níveis de ansiedade, conduzindo com frequência a desajustes psicoemocionais. Além do mais, estes desajustes encontram-se associados a realização de esforços físicos, decorrentes da prestação de cuidados, de tal forma significativos que provocam problemas de saúde no próprio cuidador com impactos na sua qualidade de vida.

Quadro 90 – Cuidadores Informais (com estatuto deferido e ativo) residentes no concelho de Gondomar, por escalão etário e por freguesia de residência (2024) - (N.º/%)

Número de CI	Idades	18 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 65	+ de 65	Total
	T %	5 1,5	32 9,5	55 16,4	132 39,3	55 16,4	57 17,0	336 100,0
Gondomar (freguesia de residência)								
Baguim do Monte (Rio Tinto)	T	0	*	5	6	6	*	23
	%	0,0	*	1,5	1,8	1,8	*	6,8
Lomba	T	0	0	*	*	0	0	3
	%	0,0	0,0	*	*	0,0	0,0	0,9
Rio Tinto	T	0	8	17	41	24	14	104
	%	0,0	2,4	5,1	12,2	7,1	4,2	31,0
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	T	*	*	12	38	*	16	90
	%	*	*	3,6	11,3	*	4,8	26,8
UF de Foz do Sousa e Covelo	T	0	*	*	*	*	5	14
	%	0,0	*	*	*	*	1,5	4,2
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	T	*	*	12	38	12	17	88
	%	*	*	3,6	11,3	3,6	5,1	26,2
UF de Melres e Medas	T	*	*	6	*	0	*	14
	%	*	*	1,8	*	0,0	*	4,2
Total		5	32	55	132	55	57	336

Fontes: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI) (1-10-2024); Rede Social do Concelho de Gondomar, 2024.
 Nota: * Os dados violam o segredo estatístico, pelo que não podem ser divulgados.

Olhando para o perfil de pessoa cuidada por tipo de relação familiar, segundo local de residência, resta acrescentar que, de um total de 348 pessoas que recebiam cuidados, a sua maioria encontrava-se a morar na freguesia de Rio Tinto, na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova e na UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim. Averiguou-se também que estas eram, predominantemente, “pai/mãe/sogro(a)” (n=137; 39,4%) e “filho/a” (n=127; 36,5%), dando conta da proximidade física e afetiva existente entre o cuidador e recetor do cuidado e, conseqüentemente, do estabelecimento de fortes laços de vinculação que, por sua vez, são determinantes na eficiência e eficácia do cuidado prestado (cf. Quadro 91).

Quadro 91 – Pessoas cuidadas residentes no concelho de Gondomar, por tipo de relação familiar com o requerente e por freguesia de residência (2024) - (N.º/%)

Pessoas Cuidadas por tipo de relação familiar	Cônjuge/ Companheiro/a (União de facto)		Filho/a		Pai/Mãe/ Sogro(a)		Outro (a)		Total	
	59	17,0	127	36,5	137	39,4	25	7,2	348	100,0
Baguim do Monte (Rio Tinto)	*	*	7	2,0	*	*	*	*	21	6,0
Lomba	0	0,0	*	*	*	*	*	*	4	1,1
Rio Tinto	18	5,2	43	12,4	46	13,2	*	*	109	31,3
UF de Fânzeres e São Pedro da Cova	17	4,9	35	10,1	31	8,9	10	2,9	93	26,7
UF de Foz do Sousa e Covelo	6	1,7	4	1,1	3	0,9	*	*	14	4,0
UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	11	3,2	32	9,2	40	11,5	9	2,6	92	26,4
UF de Melres e Medas	*	*	*	*	8	2,3	0	0,0	15	4,3
Total	59	17,0	127	36,5	137	39,4	25	7,2	348	100,0

Fontes: Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI) (1-10-2024); Rede Social do Concelho de Gondomar, 2024.

Nota: * Os dados violam o segredo estatístico, pelo que não podem ser divulgados.

Neste ponto, as questões relacionadas com o envelhecimento e/ou incapacidades indiferenciadas assumem-se, de facto, como uma pertinente e recente realidade social, pelo que, o efeito deste problema na sociedade está em constante análise e definição.

No âmbito das respostas implementadas no território a este segmento da população, é de sublinhar a execução da **Operação “Gondomar Cuida”**, operação que visa promover o Descanso do Cuidador, providenciando períodos de alívio ou descanso efetivo aos cuidadores, libertando-os temporariamente das atividades inerentes à prestação de cuidados.

Essa operação redobra os esforços na expansão e melhoria do apoio aos CI, que se encontram atualmente extenuados, sendo de fulcral importância a promoção de estratégias de descanso do cuidador, contribuindo para o seu bem-estar físico e psicológico.

5.8.4.3. População Sem-Abrigo

Sob a coordenação da autarquia de Gondomar no âmbito da Rede Social local, o Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Gondomar (NPISA)¹¹⁷, cujo protocolo foi assinado em 28 de junho de 2023, é responsável pela elaboração do diagnóstico local sobre o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo no território, constituindo um importante contributo para o retrato e acompanhamento da realidade social concelhia.

¹¹⁷ As entidades que integram o NPISA de Gondomar são as seguintes: Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social, I.P.; ARS Norte, I.P.; EAPN - Núcleo Distrital do Porto; IEFP, IP – Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto; Polícia de Segurança Pública; Guarda Nacional Republicana; Junta de Freguesia de Baguim do Monte, Junta de Freguesia da Lomba; Junta de Freguesia de Rio Tinto; Junta da União de Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim; Junta da União de Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova; Junta da União de Freguesias de Foz do Sousa e de Covelo; Junta da União de Freguesias de Melres e Medas; Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar Valongo; ULS de Santo António; Centro Hospitalar Universitário de Santo António; Delegação de Saúde Pública de Gondomar; ARS Norte – CRI Porto Oriental; Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar.

Além do mais, esta entidade contribui para assegurar a implementação e monitorização da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo (PSSA), centralizando toda a informação sobre o fenómeno a nível local.

Uma vez realizado o diagnóstico, cabe a este Núcleo a identificação e mobilização de recursos, assim como a planificação de um conjunto de atividades que deem resposta às necessidades encontradas, com vista à intervenção, promovendo-se a articulação entre as entidades públicas e privadas, sempre numa lógica de conjugação e rentabilização dos recursos existentes e de monitorização dos processos implementados.

Ao intervir junto deste grupo socialmente vulnerável, este núcleo tem como principal finalidade alavancar e potenciar o trabalho desenvolvido, com reforço de equipa técnica para o acompanhamento e a intervenção social junto da população-alvo, com vista a definir um plano individual de intervenção, tendo por base objetivos adequados a cada situação e o encaminhamento para respostas personalizadas e adequadas às potencialidades e necessidades diagnosticadas em cada momento, em torno da resolução da situação de desabrigo de cada elemento referenciado.

Assente numa estratégia Municipal para a integração de PSSA no âmbito do Atendimento Integrado (através da figura de gestor de caso) foram definidos 5 eixos prioritários:

- Eixo 1 – Acompanhamento Social (coordenado pelo Atendimento Integrado de Gondomar – Câmara Municipal de Gondomar);
- Eixo 2 – Habitação (coordenado pela Divisão de Habitação Pública da Câmara Municipal de Gondomar);
- Eixo 3 – Emprego e Formação (coordenado pelo Centro de Emprego e Formação Profissional de Gondomar – IEPF Gondomar);
- Eixo 4 – Saúde (coordenado pela ULS Sto. António);
- Eixo 5 – Medidas de Prevenção do Risco (coordenado pelo Núcleo da Rede Social).

Em abril de 2024, foi efetuada a revisão dos protocolos de colaboração, sendo formalizado novo protocolo de parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo, desta feita contratualizando-se uma equipa especializada para intervenção junto de beneficiários especialmente vulneráveis encontrando-se, de momento, entre outros públicos, com nível de atuação junto das pessoas em situação de sem abrigo.

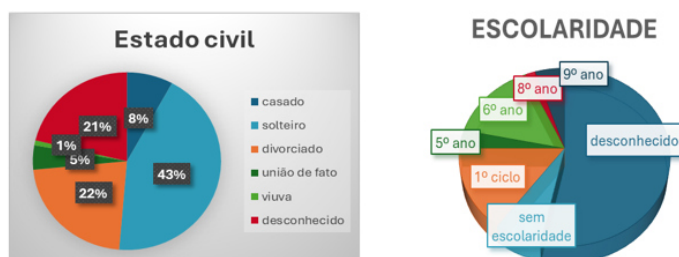
Sabe-se que o território regional continua a evidenciar fenómenos de segmentação social e económica, mais vincados em territórios críticos na Área Metropolitana do Porto, onde se verifica uma concentração espacial de pobreza e exclusão social, de desemprego, marginalidade social e degradação física envolvente.

De acordo com a informação disponível, em 2024¹¹⁸, o Município de Gondomar tinha sinalizado 113 pessoas em situação sem-abrigo – 70 homens (62%) e 43 mulheres (38%) –, abrangendo 67 agregados familiares.

Tendo sido identificadas, até agosto deste ano, cerca de 50 pessoas sem teto e quase 20 pessoas sem casa, a maioria das pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) encontrava-se nas faixas etárias dos 50-59 anos (n=28), dos 40-49 anos (n=19) e dos 30-39 anos (n=16) e territorialmente concentradas em Rio Tinto e S. Pedro da Cova. Localmente, as principais medidas de apoio destinadas a esta população eram o RSI e a Ação Social.

No que toca ao estado civil, a maior parte das PSSA era, nesta altura, solteira (43%) e/ou divorciada (21%), havendo uma proporção importante de população com situação desconhecida (21%), indiciando, portanto, fragilidades em matéria de rede de relações familiares. Atendendo à tipologia do agregado familiar dominante – o agregado isolado (69%) –, percebe-se a situação vulnerável a nível familiar e social. Em paralelo, também era relevante a proporção de pessoas sem-abrigo sem uma definição clara do seu nível de escolaridade, encontrando-se por isso frequentemente numa situação de desfiliação social (cf. Gráfico 12).

Gráfico 12 – Pessoas sem-abrigo segundo o estado civil e nível de escolaridade em Gondomar (2024) - (%)



Fonte: Rede Social do Concelho de Gondomar, Dados de monitorização das PSSA, 2024 (ago.).

Os problemas identificados junto das pessoas em situação de sem-abrigo em Gondomar prendiam-se principalmente com questões associadas à rutura e/ou desestruturação familiar, a comportamentos aditivos e dependências, despejo habitacional e desemprego (cf. Gráfico 13).

Nesse sentido, torna-se necessário dar respostas pertinentes e ajustadas às vulnerabilidades sociais detetadas, baseadas em processos de mudança no que toca à inserção de pessoas em situação de sem-abrigo, garantindo-se a atualização permanente do conhecimento do fenómeno pela rede social. Partindo do acompanhamento psicossocial e o apoio técnico desenvolvidos, é igualmente indispensável aumentar as soluções de alojamento e/ou melhorar o processo de inserção das pessoas em situação de extrema vulnerabilidade habitacional garantindo a acessibilidade e informação permanente sobre os recursos

¹¹⁸ Os dados que aqui se apresentam datam de agosto de 2024.

existentes na comunidade (seja nas áreas da saúde, apoio social, educação, emprego, justiça, cultura, entre outros).

Gráfico 13 – Razões para a situação atual das pessoas sem-abrigo em Gondomar (2024) - (N.º)



Fonte: Rede Social do Concelho de Gondomar, Dados de monitorização das PSSA, 2024 (ago.).

Este tipo de ações são particularmente importantes quando se reconhece que a pobreza e exclusão social encontram na conjuntura da Região Norte uma particular relevância, sendo apontados como fatores de destaque a incidência de desemprego de longa duração, assim como o elevado número de beneficiários do rendimento social de inserção e a intensificação do envelhecimento populacional, a par de problemas de insuficiência de rendimentos, de múltiplas formas de isolamento e de dificuldade no acesso a serviços, que exigem novas respostas sociais ao nível concelhio.

5.8.4.4. População migrante e refugiada

5.8.4.4.1. População migrante

Dinamizado pela Associação Amizade - Associação de Imigrantes de Gondomar, o Centro Local de Apoio à integração de Migrantes (CLAIM) de Gondomar é um gabinete que presta informação e apoio especializado no acolhimento e integração dos migrantes no território com o intuito de abranger e apoiar o máximo esta franja da população.

Este centro disponibiliza um serviço de apoio aos migrantes, no qual, presta informação, orientação, encaminhamento em diversas áreas: desde logo, nas situações de regularização e validação da nacionalidade;

no reagrupamento familiar; no apoio em domínios como trabalho, habitação, educação e saúde e, ainda, no esclarecimento de direitos e deveres dos migrantes e outras questões do quotidiano.

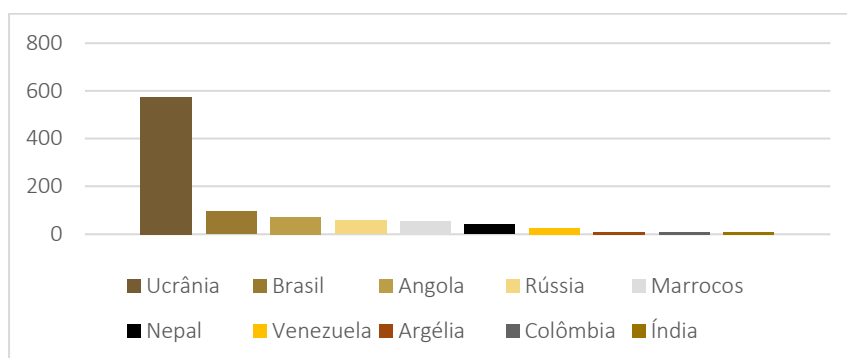
Cofinanciado pelo FAMI (Fundo, Asilo, Migração e Integração) e pelo Alto Comissariado das Migrações (ACM)¹¹⁹, o CLAIM de Gondomar tem como principais propósitos:

- a prestação de informações sobre a condição de migrantes em Portugal;
- a concessão de informações gerais e encaminhamentos sempre que necessário (no âmbito de atuação interinstitucional ou intrainstitucional);
- a promoção do atendimento descentralizado em sede de atendimento através da Itinerância;
- e a dinamização de ações de informação e sensibilização¹²⁰.

Tendo realizado, no período de 01/01/2023 a 30/03/2024, 948 atendimentos, o trabalho de acompanhamento deste centro vem sendo alicerçado no contínuo ajuste de expectativas da parte de quem presta os serviços de apoio e de quem é acolhido, sendo de referir que, neste caso, os migrantes que recorreram a este serviço eram provenientes maioritariamente de países como a Ucrânia (n=574; 60,5%), o Brasil (n=95; 10,0%) e Angola (n=72; 7,6%), entrando em linha de consonância com o perfil migratório identificado no concelho (rever o subponto 5.1.1.1 do Capítulo 5.1. «Demografia e Famílias») (cf. Gráfico 14).

De notar igualmente que estes utentes eram oriundos, na sua grande maioria, do concelho de Gondomar (n=424; 44,7%) e do Porto (n=279; 29,4 %), embora houvesse um volume importante de pessoas com origem desconhecida (n=129; 13,6%) (cf. Quadro 92).

Gráfico 14 – Pessoas atendidas no CLAIM de Gondomar segundo a nacionalidade (2023- 2024) – (N.º)



Fonte: CLAIM de Gondomar, Dados sobre os atendimentos, 2023-2024.

¹¹⁹ Aviso nº 82/FAMI 2020/578.

¹²⁰ Com o objetivo de promover uma integração de proximidade, os CLAIM e GAEI (Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e Imigrantes) resultam de parcerias estabelecidas entre o Alto Comissariado das Migrações- ACM, I.P. e autarquias ou entidades da sociedade civil que, em cooperação, promovem um atendimento integrado. Os CLAIM têm como missão ir além da informação, apoiando em todo o processo do acolhimento e integração dos migrantes, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local.

Informação disponível em: amizadeleste.wixsite.com/claim-gondomar

Quadro 92 – Pessoas atendidas no CLAIM de Gondomar segundo a localização geográfica (2023- 2024) – (N.º)

Concelhos	N.º	%
Gondomar	424	44,7
Porto	279	29,4
Desconhecido	129	13,6
Vila Nova de Gaia	57	6,0
Maia	20	2,1
Matosinhos	18	1,9
Valongo	12	1,3
Lousada	4	0,4
Vila Nova de Famalicão	3	0,3
Vila Verde	2	0,2
Total	948	100,0

Fonte: CLAIM de Gondomar, Dados sobre os atendimentos, 2023-2024.

A procura desta estrutura/serviço incidiu, na generalidade, em questões relacionadas com “outros assuntos” (n=369; 38,9%), “atendimento social” (n=252; 26,6%) e “permanência em território nacional” (n=127; 13,4%) (cf. Quadro 93).

Além do mais, verifica-se que os principais problemas que se lhes associa têm estado, de acordo com esta entidade, ligados às barreiras de ordem sociocultural e linguísticas, mas também à sua integração sociocultural, habitacional e socioprofissional.

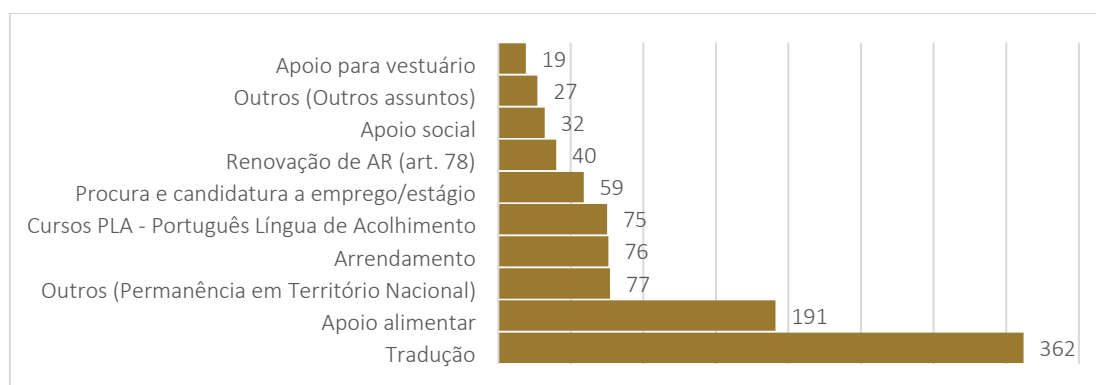
Quadro 93 – Pessoas atendidas no CLAIM de Gondomar segundo o assunto referenciado (2023- 2024) – (N.º)

Assuntos	N.º	%
Outros assuntos	369	38,9
Atendimento social	252	26,6
Permanência em Território Nacional	127	13,4
Habitação/Alojamento	54	5,7
Inserção profissional	49	5,2
Língua Portuguesa	39	4,1
Saúde	26	2,7
Segurança Social	13	1,4
Entrada em Território Nacional	11	1,2
Finanças	8	0,8
Total	948	100,0

Fonte: CLAIM de Gondomar, Dados sobre os atendimentos, 2023-2024.

Veja-se que os sub-assuntos mais solicitados encontravam-se, por ordem de relevância, relacionados com “tradução” (n=362; 38,2%), “apoio alimentar” (n=191; 20,1%), “permanência em território nacional” (n=77; 8,1%), “arrendamento” (n=76; 8,0%), “cursos PLA - Português Língua de Acolhimento” (n=75; 7,9%) e “procura e candidatura a emprego/estágio” (n=59; 6,2%) (cf. Gráfico 15).

Gráfico 15 – Pessoas atendidas no CLAIM de Gondomar segundo o sub-assunto referenciado (2023- 2024) – (N.º)



Fonte: CLAIM de Gondomar, Dados sobre os atendimentos, 2023-2024.

De notar, ainda, que, durante o período em apreço, esta estrutura/serviço registou 404 utentes novos (204 homens e 200 mulheres), tendo recorrido a este serviço, de forma semelhante ao verificado anteriormente, migrantes provenientes maioritariamente de países como a Ucrânia (n=187; 46,3%), o Brasil (n=141; 34,9%) e Angola (n=24; 5,9%) (cf. Quadro 94).

Quadro 94 – Novas pessoas atendidas no CLAIM de Gondomar segundo a nacionalidade (2023- 2024) – (N.º)

Nacionalidades	N.º	%
Ucrânia	187	46,3
Brasil	141	34,9
Angola	24	5,9
Venezuela	15	3,7
Colômbia	9	2,2
Marrocos	8	2,0
Nepal	5	1,2
São Tomé e Príncipe	5	1,2
Rússia	5	1,2
Índia	5	1,2
Total	404	100,0

Fonte: CLAIM de Gondomar, Dados sobre os atendimentos, 2023-2024.

De acordo com esta entidade/serviço, são vários os desafios que os imigrantes enfrentam aquando da entrada no país, variando em função da sua origem e estatuto legal. Alguns dos principais problemas apurados, que deverão ser equacionadas nas ações estratégicas locais neste domínio, relacionam-se com questões de:

- ordem burocrática e de regularização, sendo os procedimentos de autorização de residência e de naturalização usualmente processos morosos e complexos, levando a atrasos significativos. A par disto, há também dificuldade na obtenção de informação sobre os seus direitos e regularização da sua situação;

- acesso ao mercado laboral – tanto no que respeita à ocupação efetiva (e mais regular) de postos de trabalho e correspondência às suas qualificações, como em matéria de discriminação no trabalho;
- acesso à habitação – neste caso, notam-se dificuldades no arrendamento e/ou aquisição e, em alguns casos, a vivência em condições habitacionais precárias;
- acesso a serviços públicos, estando este mais condicionado por força das barreiras linguísticas e culturais existentes;
- integração social;
- documentação e legalidade – a vivência em situações irregulares é um forte condicionante no acesso a direitos e serviços básicos, aumentando a exposição a riscos de exploração e deportação;
- reconhecimento/validação das qualificações – vários são os desafios encontrados na validação dos seus diplomas e certificados obtidos no exterior, impedindo a sua inserção em áreas de especialização;
- apoio jurídico – muitas vezes, registam-se insuficiências no aconselhamento e apoio em situações de maior vulnerabilidade, tais como exploração laboral ou questões de residência;
- e rede de apoio/comunitária – a ausência ou fragilidades na criação de uma rede de apoio pode aumentar, nestas comunidades, os índices de isolamento e os sentimentos de solidão.

5.8.4.4.2. População refugiada

No que diz respeito aos dados relativos à população refugiada residente em Gondomar, a Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo, entidade que presta apoio localmente a esta população, auxiliou, entre 2018 a 2023, 31 pessoas com o estatuto de refugiado, 16 do sexo masculino e 15 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 5 e 62 anos de idade (cf. Quadro 95)¹²¹.

O primeiro processo de integração ocorreu no ano de 2018, sucedendo-se os seguintes processos nos anos subsequentes. É de destacar que os processos de integração ocorridos anos 2018 e 2021 decorreram no âmbito do Programa de Reinstalação de Refugiados, no qual a CVP acolheu duas famílias. A reinstalação consiste na transferência de refugiados do seu país de asilo para um país terceiro, tendo este previamente acordado acolhê-los e conceder-lhes um estatuto formal, geralmente o de refugiado com uma residência

¹²¹ Contabilizaram-se, neste caso, 8 processos de pessoas com estatuto de Refugiado- Lei n.º 27/2008, de 30 de junho. Esta lei estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2004/83/CE, do Conselho, de 29 de Abril, e 2005/85/CE, do Conselho, de 1 de Dezembro.

permanente e a faculdade de aquisição da nacionalidade. O processo de reinstalação deverá ser considerado, prioritariamente, como uma ferramenta de proteção internacional que permita fazer face às necessidades dos refugiados cuja vida, liberdade, segurança, saúde e outros direitos fundamentais se encontrem em risco no primeiro país de asilo (CPR, 2008, p.3).

No período em apreço, nota-se um aumento do número de refugiados, tendo-se atingido, em 2023, o máximo de pessoas apoiadas. Os anos de 2021, 2018 e 2022 (por ordem decrescente) foram os anos imediatos com registos mais expressivos.

Quadro 95 – Perfil dos refugiados apoiados em Gondomar (2018-2023) - (N.º)

Ano de integração	N.º de refugiados	Nacionalidade	Sexo		Idades	N.º de processos com inserção profissional
			M	F		
2018	5	Sudão do Sul	0	5	11 a 48	0
2019	1	Costa do Marfim	1	0	28	1
2019	1	Nigéria	1	0	62	1
2019	1	Eritreia	1	0	28	1
2021	6	Iraque	3	3	12 a 45	3
	1	Eritreia	1	0	27	1
2022	4	República Democrática do Congo e Guiné	2	2	5 a 40	1
2023	5	Síria	2	3	7 a 47	1
	7	Síria	5	2	11 a 55	3
Total (2018-2023)	31	–	16	15	5 a 62	12

Fontes: Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo (2018-2023); Rede Social de Gondomar (2024).

No seu conjunto, foram apoiados 5 agregados familiares e 4 pessoas isoladas, provenientes dos seguintes países: Costa do Marfim, Eritreia, Iraque, Nigéria, República Democrática do Congo, República Democrática da Guiné, Síria e Sudão do Sul. A nível de inserção profissional, refira-se que 12 pessoas refugiadas estavam, no período considerado, integradas no mercado de trabalho.

A Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo, no âmbito do seu apoio à população migrante e refugiada, tem também a responsabilidade de esclarecer e clarificar os diferentes e distintos estatutos legais na área da migração e asilo.

De facto, diferenciar os diversos termos é essencial para não dificultar o apoio público aos refugiados e a atenção das proteções legais específicas a que estes têm direito (visto que os Estados têm distintas obrigações conforme o motivo pelo qual as pessoas abandonaram os seus países).

Quadro 96 – Perfil dos requerentes de asilo em Gondomar (2021) - (N.º)

Ano de integração	N.º de requerentes asilo	Nacionalidade	Sexo		Idade	N.º de processos com inserção profissional
			M	F		
2021	1	Mali	1	0	25	1

Fontes: Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo (2021); Rede Social de Gondomar (2024).

Posto isto, é se sublinhar que, desde 2021, a CVP apoia 1 cidadão nacional do Mali que requereu Asilo em Portugal¹²². Atualmente, este cidadão, integrado no mercado de trabalho nacional, encontra-se com uma Autorização de Residência Provisória, estando a aguardar o deferimento ou não deste seu pedido (cf. Quadro 96).

Quadro 97 – Perfil dos Menores Estrangeiros Não Acompanhados em Gondomar (2024) - (N.º)

Ano de integração	N.º de refugiados	Nacionalidade	Sexo		Idade	N.º de processos com inserção profissional
			M	F		
2024	8	1 República Democrática do Congo	1	0	17	0
		2 Gâmbia	1	0	17	0
		3 Senegal	1	0	17	0
		2 México	1	0	17	0
Total	8	8	8	0	17	0

Fontes: Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo (2024); Rede Social de Gondomar (2024).

Relativamente aos Menores Estrangeiros Não Acompanhados (cf. Quadro 97), a Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo, em 2024, apoiou o acolhimento de 8 jovens menores do sexo masculino, oriundos dos seguintes países: Gâmbia (nacionalidade com mais expressão), México, Senegal e República Democrática do Congo¹²³. Até à data, nenhum deles estava integrado no mercado de trabalho.

Devido ao conflito armado na Ucrânia, o Conselho de Ministros aprovou a Concessão de Autorização de Residência ao Abrigo do Regime de Proteção Temporária para os cidadãos e cidadãs deslocados/as desse país.

Em Gondomar, foram integrados 32 processos de pessoas deslocadas ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022.

Entre 2022 e 2023, foram apoiadas 74 pessoas deslocadas, 44 do sexo feminino e 30 do sexo masculino, com idades compreendidas entre 7 a 80 anos. Importa esclarecer que uma destas pessoas tem a

¹²² Foi, assim, aberto 1 processo ao abrigo da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho.

¹²³ Registam-se, deste modo, 8 processos de Menores Não Acompanhados ao abrigo da Lei 27/2008, de 30 de junho, artigo 2º alínea i. Para efeitos do disposto na presente lei entende-se por «Menores não acompanhados» quaisquer pessoas nacionais de países terceiros ou apátridas com idade inferior a 18 anos que entrem em território nacional não acompanhadas por um adulto que, por força da lei ou do costume, se responsabilize por elas, enquanto não são efetivamente tomadas a cargo por essa pessoa, ou que tenham sido abandonados após a entrada em território nacional.

nacionalidade argelina, porém assume estatuto de deslocado porque, à data do conflito armado, encontrava-se a residir na Ucrânia (cf. Quadro 98). Ao nível da inserção profissional, 21 pessoas encontravam-se integradas no mercado de trabalho.

Quadro 98 – Perfil dos Deslocados da Ucrânia em Gondomar (2022-2023) - (N.º)

Ano de integração	N.º de deslocados	Nacionalidade	Sexo		Idades	N.º de processo com inserção profissional
			M	F		
2023	29	Ucrânia	10	19	7 aos 80	4
2022	45		20	25		17
Total	74	—	30	44	7 aos 80	21

Fontes: Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo (2023-2024); Rede Social de Gondomar (2024).

Nota: Dados registados no âmbito do Projeto PT/2022/FAMI/844 – Resposta Integrada para Requerentes de Asilo.

A Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo foi parceira do Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais coordenado pela Câmara Municipal de Gondomar entre dezembro de 2021 até junho de 2023. Este projeto teve como objetivo facilitar os processos de integração e acolhimento da comunidade migrante através de uma mediadora intercultural.

No que diz respeito à população migrante, o projeto abrangeu 184 pessoas migrantes, 84 do sexo feminino e 100 do sexo masculino, com idades compreendidas entre 1 a 77 anos (cf. Quadro 99)¹²⁴.

É de salientar que desta população migrante nem toda se encontrava com a sua situação regularizada (i.e. com autorização de residência concedida). A maior parte estava com a sua situação ou em processo de regularização (a aguardar contacto pela AIMA com processo iniciado) ou em processo irregular (sem qualquer tipo de processo a decorrer na AIMA).

De acordo com a informação disponível, observa-se que o período entre 2021 e 2022 de acolhimento foi o mais significativo (+66 migrantes do que no primeiro ano) do que de 2022/2023, apesar da tendência de crescimento registada (+37 migrantes).

As pessoas migrantes eram provenientes dos seguintes países: Angola, Argélia, Argentina, Brasil (país com maior significância nos fluxos para o concelho), Bangladesh, Colômbia, Costa do Marfim, El Salvador, Equador, Índia, Itália, Marrocos, Moçambique, Nepal, Nicarágua, Rússia, São Tomé e Príncipe, Senegal e Ucrânia. Desse conjunto, destaca-se o facto de 100 pessoas migrantes encontrarem-se integradas no mercado de trabalho, muita embora se reconheça que tal integração não seja propriamente estável, dado que que muitos destes migrantes se encontram em trabalhos precários e/ou sem contrato de trabalho.

¹²⁴ Há, portanto, registo de 71 processos de pessoas migrantes (regulares e irregulares) – Lei n.º 23/2007, de 4 de julho. Esta lei aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Quadro 99 – Perfil de Migrantes com resposta social no âmbito do Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais de Gondomar (2021-2023) - (N.º)

Ano de integração	N.º de migrantes	Nacionalidade	Sexo		Idades	Nº de processos com inserção profissional
			M	F		
2021	5	5 Brasil	4	1	11 a 44	2
Total (2021)	5	5 —	4	1	11 a 44	2
2022	71	48 Brasil	24	24	2 aos 77	38
		2 Equador	1	1	15 e 42	
		7 Senegal	5	1	16 a 56	
		4 Ucrânia	3	1	15 a 40	
		1 Moçambique	0	1	31	
		4 Rússia	1	3	17 a 75	
		4 Costa do Marfim	1	3	9 a 38	
Total (2022)	71	1 Argélia	1	0	43	38
		71 —	36	34	2 a 77	
2023	108	37 Brasil	19	18	1 a 53	60
		4 Ucrânia	2	2	18 a 51	
		18 Argentina	9	9	5 a 43	
		1 Itália	1	0	53	
		12 Colômbia	7	5	4 a 62	
		4 Índia	2	2	13 a 45	
		12 Angola	8	4	1 a 59	
		3 São Tomé e Príncipe	2	1	5 a 36	
		4 El Salvador e Nicarágua	2	2	16 a 50	
		5 El Salvador	2	3	19 a 51	
		2 Bangladesh	2	0	38	
		5 Nepal	3	2	7 a 44	
		1 Marrocos	1	0	24	
Total (2023)	108	108 —	60	48	1 a 62	60
Total	184	184 —	100	84	1 a 77	100

Fontes: Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo (2021-2023); Rede Social de Gondomar (2024).

O certo é que, após o término do Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais de Gondomar (coordenado pelo Município), a Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo continua a ser procurada pela comunidade migrante para prestar apoio na sua integração e acolhimento. Mesmo não tendo uma resposta para esta comunidade, esta entidade, através do Serviço de Intervenção e Acompanhamento Social, ausculta as pessoas migrantes realizando um diagnóstico social e posteriormente encaminha as situações para a Divisão de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar.

Na sequência do trabalho realizado, há a registar que, entre 2023 e 2024, a CVP auscultou e orientou 74 pessoas migrantes, 40 do sexo feminino e 34 do sexo masculino, com idades compreendidas entre 1 a 83 anos e provenientes dos seguintes países – Argélia, Brasil, Angola (estes dois últimos países com forte expressividade), Chile, Colômbia, Croácia e Marrocos (cf. Quadro 100). É preciso ter em linha de conta que, tal como observado anteriormente, nem todos se encontram com a sua situação regularizada¹²⁵.

¹²⁵ É de notar a existência de 26 processos de pessoas migrantes (regulares e irregulares) – Lei n.º 23/2007, de 4 de julho.

Ainda assim, mesmo sabendo-se da instabilidade de inserção profissional, 26 pessoas migrantes encontravam-se integradas no mercado de trabalho.

Quadro 100 – Perfil de Migrantes sem resposta social em Gondomar (2023-2024) - (N.º)

Ano de integração	N.º de migrantes	Nacionalidade	Sexo		Idades	nº de processo com inserção profissional
			M	F		
2023	43	17 Brasil	9	8	10 a 63	17
		20 Angola	7	13	1 a 47	
		5 Argélia	4	1	1 a 30	
		1 Colômbia	1	0	37	
Total (2024)	43	43 –	21	22	1 a 63	17
2024	31	14 Brasil	6	8	2 a 44	9
		6 Angola	2	4	5 a 35	
		1 Marrocos	1	0	22	
		4 Chile	2	2	10 a 38	
		5 Colômbia	2	3	6 a 83	
		1 Croácia	0	1	23	
Total (2024)	31	31 –	13	18	2 a 83	9
Total (2023-2024)	74	74	34	40	1 a 83	26

Fontes: Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo (2023-2024); Rede Social de Gondomar (2024).

A análise destes números permite considerar que, ao longo dos últimos anos, o município de Gondomar tem acumulado experiência relevante no acolhimento, proteção e integração da população migrante/refugiada, identificando carências e dificuldades, mas igualmente atividades bem-sucedidas. Importa, por isso, continuar a garantir a operacionalidade entre as entidades competentes nesta matéria, identificando novas instituições e/ou parceiros que poderão desempenhar um papel ativo nas diversas fases de acolhimento e apoio, e estabelecer critérios de integração que auxiliem a monitorização da autonomização desta população com vista a perceber o impacto das medidas locais públicas, entretanto, concertadas.

5.8.4.5. Pessoas vítimas de violência doméstica

No âmbito da prevenção e combate à violência doméstica, a Câmara Municipal de Gondomar, enquanto agente de poder local e de proximidade à comunidade, tem vindo a reconhecer a extrema pertinência desta problemática, dado o seu crescente reconhecimento junto da comunidade científica, do poder político e da sociedade civil. Além disso, os elevados custos que a violência acarreta no que toca à mortalidade e morbilidade dizem respeito vêm corroborar a Organização Mundial da Saúde (OMS) quando esta a classifica como um grave problema de saúde pública.

Reconhecendo que a incidência das situações de violência de género, particularmente sobre as mulheres que configura uma grave violação dos direitos humanos, o Município tem vindo a trabalhar no sentido da promoção da igualdade de género e no combate às discriminações, através da implementação do seu Plano para a Igualdade e a Não Discriminação – pensado e planeado à luz da Estratégia Nacional para a

Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND), assim como de acordo com o lema da Agenda 2030: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável - “Ninguém pode ficar para trás”¹²⁶.

No quadro generalizado de ação que pretende combater todas as formas de violência, foi criada em específico, no dia 17 de junho de 2021, a Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar, designada por RIVD, através da garantia de uma articulação e cooperação intersectorial e interdisciplinar e da criação de um modelo de intervenção que faça face ao problema identificado pelas entidades parceiras da Rede Social.

A RIVD¹²⁷ tem como objetivo criar e otimizar uma rede de parceria que permita garantir uma maior capacitação das entidades que atuam no concelho de Gondomar, garantindo como prioridade encontrar respostas mais eficazes e eficientes no combate e prevenção de todas as formas de violência.

De entre os parceiros da RIVD de Gondomar, a Estrutura de Apoio à Vítima (EAV) da Cruz Vermelha de Gondomar-Valongo é a única estrutura no concelho de Gondomar enquanto resposta social no atendimento e acompanhamento de vítima de Violência Doméstica e, como o próprio nome indica, estende também o seu apoio ao concelho de Valongo.

Quadro 101 – Número de vítimas de violência doméstica atendidas, de novos casos e número de atendimentos em Gondomar/Valongo (2022-2023) - (N.º)

Atendimentos	2022	2023	2022-2023
N.º de Vítimas Atendidas	284	303	19
Novos casos no período em análise	195	183	-12
N.º de atendimentos presenciais	605	638	33
N.º de atendimentos não presenciais	385	3439	3054
N.º de atendimentos para prestação de apoio emocional/psicológico	357	1038	681
N.º de atendimentos para prestação de apoio/informação jurídica	0	0	0
N.º de atendimentos para prestação de informação/apoio social	227	359	132
N.º de atendimentos para outro tipo de apoio	406	2680	2274

Fontes: EAV Gondomar-Valongo (2022-2024); Rede Social de Gondomar (2024).

A análise dos dados disponibilizados por esta entidade entre 2022 e 2023, tanto no que diz respeito ao número de vítimas como ao número dos atendimentos, leva a constatar um reforço da tendência de crescimento (cf. Quadro 101).

¹²⁶ Os respetivos Eixos de Intervenção do Plano – “Eliminando Estereótipos” e “Garantindo uma Igualdade Substantiva e Transformativa” – podem ser consultados com maior detalhe (CMG, 2020, pp.39-58).

¹²⁷ Fazem parte da RIVD Gondomar as seguintes entidades: Câmara Municipal de Gondomar, como entidade promotora e facilitadora (estando presentes os representantes da Divisão de Desenvolvimento Social/ Núcleo de Respostas Sociais e Núcleo da Rede Social, Divisão da Habitação Pública e Departamento da Proteção Civil, Segurança e Fiscalização); Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG); Ministério Público (DIAP Porto); Forças de Segurança (PSP e GNR); Serviços de Saúde (Unidade Local de Saúde Sto. António); Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar; Instituto da Segurança Social (Centro Distrital do Porto); Estrutura de Atendimento à Vítima da Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Gondomar/Valongo); Centro de Emprego de Gondomar; Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).

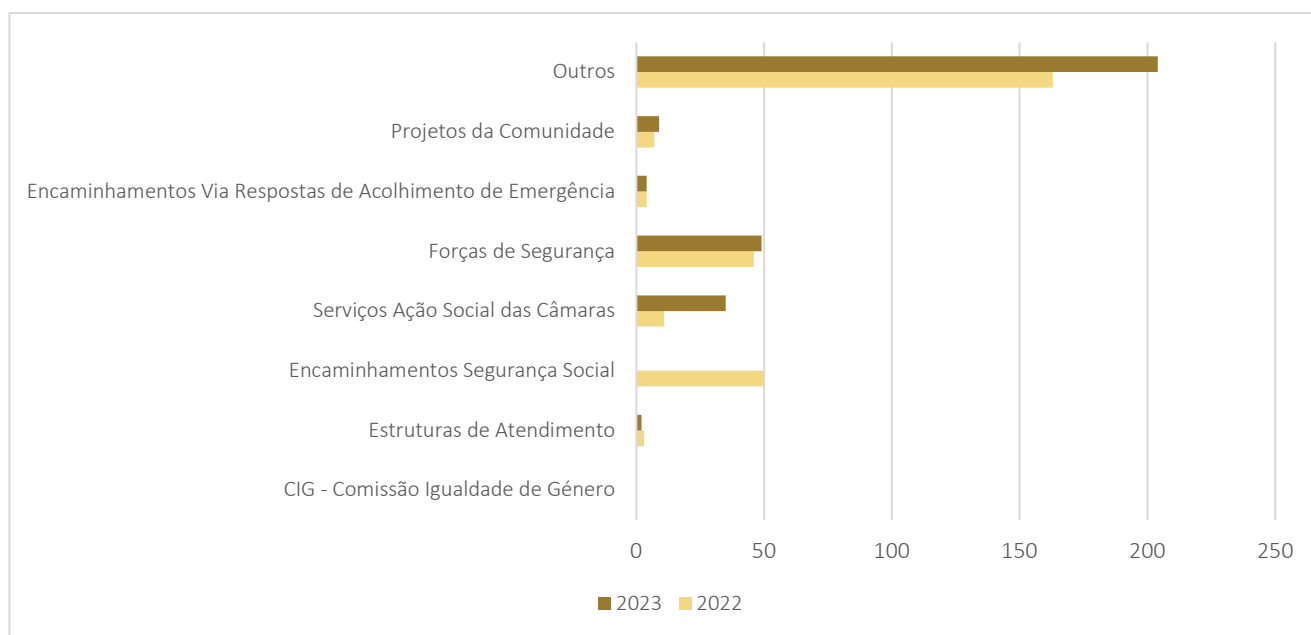
Em 2023, a estrutura tinha atendido 303 vítimas, mais 19 face ao ano anterior, registando, por isso, uma variação positiva de 6,7%. Não obstante esta variação, registou-se uma ligeira diminuição no número de novos casos em análise (-12; -6,2%).

A tendência de aumento foi particularmente significativa nos atendimentos não presenciais – veja-se que estes passaram de 385, em 2022, para 3439, em 2023.

Olhando para a finalidade do atendimento, conclui-se que o incremento foi também muito expressivo, por um lado, nos atendimentos de apoio complementar aos prestados comumente¹²⁸ (mais 2274 no período em apreço), mas também para os atendimentos voltados a componente psicológica e emocional (mais 681 em igual período).

No que toca às entidades referenciadoras (cf. Gráfico 16), é de notar que, no período em análise, os serviços da Segurança Social, os serviços da Ação Social das Câmaras e a Forças de Segurança têm assumido um papel muito ativo na deteção, no reporte e no encaminhamento dos casos encontrados, pese embora a grande maioria ser referenciada por outras entidades cuja identificação não foi especificada.

Gráfico 16 – Entidades encaminhadoras de casos de violência em Gondomar/Valongo (2022-2023) - (N.º)



Fontes: EAV Gondomar-Valongo (2022-2023); Rede Social de Gondomar (2024).

Por forma a poder ajudar a construir uma imagem mais detalhada sobre esta problemática no município, e em específico a obter uma melhor caracterização do perfil de utentes desta estrutura, o exame dos dados disponíveis permite avançar com alguma informação suplementar (cf. Quadro 102).

¹²⁸ Tais como os de apoio emocional/psicológico, prestação de apoio/informação jurídica e prestação de informação/apoio social.

Em primeiro lugar, as vítimas do crime de violência doméstica são: maioritariamente do sexo feminino; situam-se nas idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos, embora com maior predominância no escalão dos 36 a 45 anos; pertencem à população ativa dos respetivos territórios, estando geralmente empregadas; possuem, na grande maioria, o Ensino Secundário e o 3.º ciclo do Ensino Básico; e têm, na generalidade, a seu cargo crianças entre os 3 e os 10 anos de idade.

Quadro 102 – Perfil de utentes da EAV em Gondomar/Valongo (2022-2023) - (N.º)

Caracterização dos utentes	2022		2023	
Sexo	M	F	M	F
	13 4,58	271 95,42	18 5,94	285 94,06
Grupos etários	Total (n.º/%)		Total (n.º/%)	
menos de 18	11	3,9	17	5,6
18-25	15	5,3	25	8,3
26-35	57	20,1	57	18,8
36-45	73	25,7	65	21,5
46-55	60	21,1	63	20,8
56-65	33	11,6	44	14,5
>66	35	12,3	32	10,6
Situação face ao emprego	Total (n.º/%)		Total (n.º/%)	
Empregados/as	115	40,5	123	40,6
Desempregados/as	99	34,9	91	30,0
Estudantes	14	4,9	17	5,6
Pensionista	50	17,6	40	13,2
Outra situação que não a descrita	6	2,1	15	5,0
Total	284	100,0	303	100,0
Habilitações	Total (n.º/%)		Total (n.º/%)	
Não sabe ler nem escrever	8	2,8	11	3,6
Só sabe ler e escrever	0	0,0	13	4,3
1.º ciclo E.B.	39	13,7	43	14,2
2.º ciclo E.B.	53	18,7	43	14,2
3.º ciclo E.B.	74	26,1	78	25,7
Ens. Secundário	80	28,2	90	29,7
Ens. Especializado Tecnológico	0	0,0	3	1,0
Ens. Superior	22	7,7	21	6,9
Não apurado	8	2,8	1	0,3
Total	284	100,0	303	100,0
Grupos etários dos/as Dependentes a Cargo (Crianças /Jovens)	Total (n.º/%)		Total (n.º/%)	
< 3	34	15,7	23	20,0
3-6	40	18,5	28	24,3
7-10	47	21,8	23	20,0
11-12	27	12,5	12	10,4
13-15	27	12,5	11	9,6
16-18	30	13,9	12	10,4
>18	11	5,1	6	5,2
Total	216	100,0	115	100,0

Quadro 102 – Perfil de utentes da EAV em Gondomar/Valongo (2022-2023) - (N.º) - (cont.)

Relação com a pessoa agressora	2022		2023	
Cônjuge	98	45,4	97	84,3
Ex-Cônjuge	21	9,7	24	20,9
Companheiro/a	49	22,7	51	44,3
Ex-Companheiro/a	44	20,4	58	50,4
Namorado/a	5	2,3	5	4,3
Ex-Namorado/a	13	6,0	10	8,7
Ascendente	25	11,6	25	21,7
Descendente	23	10,6	23	20,0
Outro grau de parentesco	4	1,9	10	8,7
Outra relação que não a descrita	2	0,9	2	1,7
Total	216	100,0	115	100,0

Fontes: EAV Gondomar-Valongo (2022-2023); Rede Social de Gondomar (2024).

Em segundo lugar, o autor do crime apresenta uma ligação direta com as vítimas visto que a relação da vítima com pessoa agressora corresponde, com frequência, ao cônjuge, companheiro/a e ex-companheiro/a. Apesar disso, não será de negligenciar a importância das figuras do/a ascendente e descendente (cf. Quadro 102).

No quadro do trabalho local orientado para prevenir e combater todas as formas de violência desde tenra idade, torna-se pertinente salientar a implementação no território da **Operação “Plano de Intervenção para as Relações Positivas”**. Especificamente orientada para a comunidade escolar concelhia, esta operação por base a implementação, em contexto escolar, de um programa de prevenção da violência e promoção das relações positivas, destinado aos alunos com frequência escolar compreendida entre o 1.º e o 3.º ciclo do Ensino Básico. Este Programa de intervenção tem-se revelado eficaz no processo de sensibilização, consciencialização e mudança comportamental em relação à ocorrência de violência que poderá suceder nas relações interpessoais e que se podem experienciar nos diferentes contextos quotidianos, tais como familiares, escolares e/ou nas relações de intimidade, intervindo na base estrutural dos comportamentos de violência interpessoal.

Apresenta, deste modo, os seguintes objetivos: i) sensibilizar a comunidade para a problemática da violência; ii) promover relações interpessoais positivas e saudáveis; iii) fornecer estratégias de comunicação positiva; iv) fazer compreender o impacto da violência nas relações interpessoais e v) capacitar a população-alvo com estratégias para lidar e reagir a comportamentos agressivos.

5.8.4.6. Pessoas com comportamentos aditivos/dependências

O fenómeno dos comportamentos aditivos e das dependências reveste-se de grande complexidade. A sua causalidade é multidimensional, integrando, por isso, fatores de ordem genética, neurobiológica, psicológica e socioambiental.

Inicialmente movidos pela procura do prazer, estes comportamentos, geralmente, com o decurso do tempo, associam-se a danos físicos, sociais ou mentais para o próprio ou para terceiros (desde familiares,

amigos, colegas, etc.), daí as dificuldades encontradas no seu término. Nessa linha, torna-se essencial, ao nível territorial, prevenir e reduzir os comportamentos aditivos e as dependências (CAD), assegurando-se, na medida dos recursos locais existentes, o tratamento, a redução de riscos e a minimização de danos, bem como a reinserção social desta população, através da capacitação e formação diferenciada.

O Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências (PNRCAD – Horizonte 2030)¹²⁹ e o Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências - Horizonte 2024 (conjuntamente designados por Planos), previstos para, de forma coordenada, articulada e em rede, dar maior robustez e eficácia no garante das respostas às pessoas que necessitam de ajuda especializada na área dos CAD, têm como objetivo de reduzir significativamente um amplo leque destes comportamentos. É preciso ter em linha de conta que, de forma inovadora, abordam-se outros comportamentos aditivos e dependências, com ou sem substâncias que, entretanto, emergiram ou se intensificaram nos últimos anos, ligados ao consumo de substâncias psicoativas (SPA) e novas formas de CAD, entre elas, as adições sem substância, designadamente o uso problemático do jogo, dos écrans e das redes sociais.

Tendo presente que a abordagem integrada neste domínio é por natureza multidimensional, os Planos tiveram em conta instrumentos estruturantes de cariz nacional, como são exemplo os dois últimos Planos Nacionais de Saúde. Salienta-se ainda a articulação estreita com a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, documento que tem por base uma abordagem global, multidimensional e transversal de articulação das políticas públicas. No domínio internacional, os Planos encontram-se alinhados com outras estratégias e programas como é o caso da Agenda 2030 e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em termos complementares, está assegurada a conformação com as três Convenções das Nações Unidas, que regem a produção, o comércio e o uso dos estupefacientes e de substâncias psicotrópicas cujo objetivo geral é limitar a produção, distribuição e uso de drogas para fins médicos e científicos. Ao nível europeu, os Planos estão ainda alinhados com a Estratégia da União Europeia em matéria de Drogas (2021-2025) e o Plano de Ação da União Europeia em matéria de Drogas (2021-2025), aprovado sob a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia e que constituem o novo quadro político da União Europeia neste domínio, reafirmando a abordagem baseada na evidência científica (DR, 2023; nº187; p.2)

Na área dos CAD, sendo certo que existem fatores de influência na iniciação, intensificação, desenvolvimento de problemas, já grandemente consolidados na literatura produzida sobre esta problemática, também é de atentar que o quadro de trabalho desenvolvido localmente em torno da monitorização e intervenção acaba por detetar uma variedade de casos, contextos, ciclos de vida e posições sociais desta população. Nesse sentido, a ação local deve implicar diferentes níveis de abrangência,

¹²⁹ O Plano encontra-se baseado em três pilares – Empoderar, Cuidar e Proteger. Foi aprovado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2023, de 26 de setembro.

incluindo aqui alguma margem de latitude e/ou especialização, embora sempre numa lógica de cooperação multisectorial.

Ao nível concelhio, o exame da informação referente aos utentes ativos com residência no concelho de Gondomar em 2023, permite traçar um breve perfil sobre os mesmos ajudando em matéria de intervenção local e de vigilância epidemiológica. Refira-se que, neste ano, havia um registo total de 973 utentes ativos (174 mulheres e 799 homens), movimento que descreu face a 2021 (n=839), e um total de 104 novos casos, valor também em queda (visto que, em 2021, eram 161) (cf. Quadro 103).

Quadro 103 – Movimento Clínico do Polo de Gondomar – CAD (2023) - (N.º)

Movimento (Novos e Ativos)	Ano	Total
Novos	2021	161
Novos	2022	176
Novos	2023	104
Ativos	2021	839
Ativos	2022	927
Ativos	2023	793

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

De acordo com a informação disponível, é possível identificar, ao nível do tecido institucional, o papel ativo da área da Saúde na identificação dos casos – veja-se que as categorias “Médico de Família/Cuidados Saúde Primários” (15,3%; n=149) e “Instituição de Saúde/outro profissional” (10,5%; n=102) surgiam, em 2023, como importantes fontes de referenciação. Em paralelo, destaca-se igualmente o papel relevante da categoria “Instituição Judicial / Instituição de Reinserção Social” (11,0%; n=107).

Ainda assim, é de salientar a prevalência dos casos de “Autorreferenciação/ Iniciativa própria” (22,2%; n=216) e “Desconhecido” (15,6%; n=152) (cf. Quadro 104). O rastreio e o encaminhamento atempado de situações de risco, constituem, portanto, vias de oportunidade junto deste grupo-alvo, sendo importante o combate ao estigma que lhe está associado num cenário de mediação entre a identificação de situações de risco e a sua referenciação quer para serviços de saúde e de intervenção especializada em dependências, quer para outros agentes do território.

Quadro 104 – Fonte de Referência dos casos ativos em Gondomar - CAD (2023) - (N.º)

Fonte de referência	Total
Autorreferenciado/ Iniciativa própria	216
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	21
Comissão Dissuasão da Toxicodependência	8
Desconhecido	152
Família/Amigos	89
Instituição de Saúde/outro profissional	102
Instituição Judicial / Inst. Reinserção Social	107
Instituto de Segurança Social (ISS)	17
Médico de Família/Cuidados Saúde Primários	149
Instituição Escolar	8
Outra unidade especializada (Adição)	22
Outros	14
Redução Danos com Metadona Baixo Limiar	7
Redução Danos sem Metadona Baixo Limiar	61
Unidade Especializada (IDT)	
Total de utentes ativos	973

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

Quanto ao perfil sociográfico, da análise do quadro seguinte (cf. Quadro 105), destaca-se que a esmagadora maioria dos utentes acompanhados pelo Polo de Gondomar tinha a nacionalidade portuguesa (98,3%; n=956), muito embora tivesse sido possível observar o registo de outras nacionalidades (1,7%; n=17). A nível territorial, estes utentes encontravam-se a residir na freguesia de Rio Tinto (n=283; 29,1%), na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (n=264; 27,1%) e na UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim (n=258; 26,5%).

Quadro 105 – Nacionalidade e Freguesias de residência dos utentes ativos - CAD (2023) - (N.º)

Nacionalidade	Total
Portugal	956
Outra	17
Freguesia de Residência	Total
Baguim do Monte (Rio Tinto)	89
Lomba	5
Rio Tinto	283
União de freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	264
União de freguesias de Foz do Sousa e Covelo	41
União de freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	258
União de freguesias de Melres e Medas	33
Total de utentes ativos	973

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

Entre as situações referenciadas por substância principal em 2023, sabe-se que 82,1% reportavam-se a utentes do sexo masculino (n=799) e 17,9% do sexo feminino (n=174), denotando, por isso, disparidades de género nos padrões de consumo reportados institucionalmente. De facto, ainda que o género masculino apresentasse uma maior prevalência de “consumo de outras substâncias psicoativas” – a principal substância de adição no total de casos reportados (53,3%; n=519) –, bem como de “consumo de álcool e/ou problemas ligados ao álcool”, essa diferença esbatia-se nitidamente no que toca a “outras tipologias de inscrição”. Com menor expressão face às restantes (11,7%; n=114), havia uma margem diferencial bastante reduzida (M: 68; F:46) (cf. Quadro 107). Este é um dado que sustenta a ideia de que é importante distinguir as intervenções em função do género, devendo-se ter em atenção particularidades como a perceção de risco, o grau de literacia em CAD, a perceção de autocontrolo que diferenciam o género em função de fatores, tais como a idade, o tipo de comportamento aditivo ou as substâncias de consumo (SICAD, 2023, p.37).

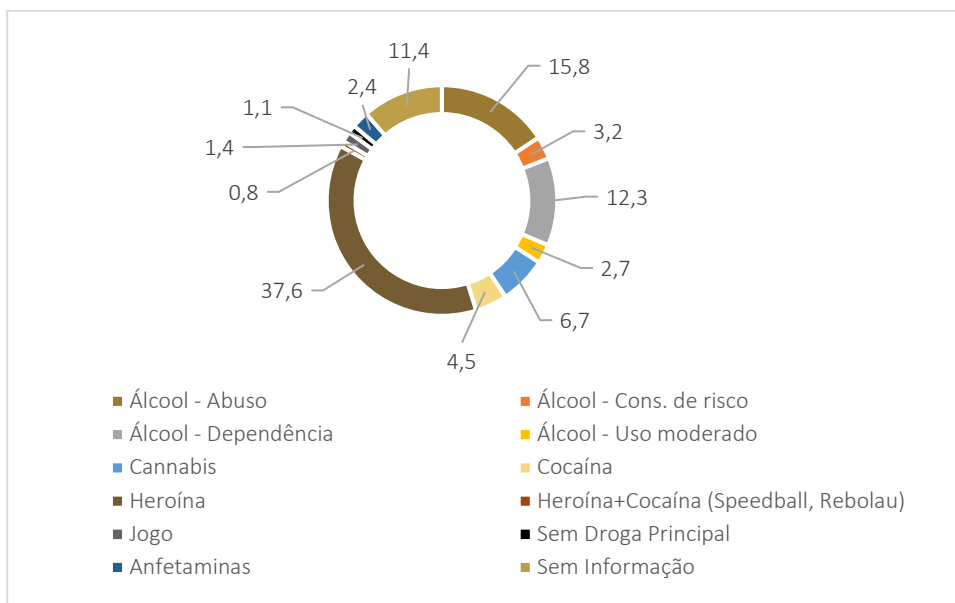
Uma análise mais desagregada por substância consumida, leva a confirmar que, em geral, o uso de heroína e o abuso e dependência de álcool reuniam, em 2023, o maior número de casos acompanhados – 37,6% (n=366), 15,8% (n=154) e 12,3% (n=120), respetivamente –, pese embora a proporção de casos “sem informação” (11,4%; n=111) (Gráfico 17). As situações de dependência diretamente relacionadas com estas substâncias traduzem, na população intervencionada, o forte desejo ou compulsão para desenvolver comportamentos aditivos, a síndrome de abstinência, a evidência de tolerância, as dificuldades de controlo e o abandono gradual de prazeres alternativos em função do comportamento aditivo, entre outros, merecendo, nesse sentido, o desenvolvimento de um conjunto de estratégias de intervenção centradas na pessoa.

Quadro 106 – Tipo de inscrição dos utentes ativos, segundo o sexo, por substância principal - CAD (2023) - (N.º)

Substância Principal	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Consumo de outras substâncias psicoativas	56	463	519
Problemas ligados ao álcool	72	268	340
Outras tipologias de inscrição	46	68	114
Total de utentes ativos	174	799	973

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

Gráfico 17 – Distribuição dos utentes ativos, segundo a substância principal - CAD (2023) - (%)



Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

Importa referir que os utentes acompanhados estavam mais concentrados no grupo etário dos “40 e 64 anos de idade” (n=712; 73,2%), em particular no escalão dos “50 aos 59 anos de idade” (n=198; 20,3%) (cf. Quadro 107). Os comportamentos aditivos assumem, nesta etapa concreta do ciclo de vida, um carácter mal adaptativo – advindo, muitas vezes, de eventos que põem em risco a estabilidade pessoal e familiar – e cujo impacto será tanto maior quanto maior for a fragilidade dos recursos pessoais e menor a efetividade rede de suporte envolvente.

Quadro 107 – Utentes ativos segundo o sexo e o escalão etário - CAD (2023) - (N.º)

Escalão Etário	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
0-14	6	7	13
15-19	10	19	29
20-24	5	16	21
25-29	0	22	22
30-34	9	42	51
35-39	12	35	47
40-44	17	75	92
45-49	26	130	156
50-54	35	163	198
55-59	22	150	172
60-64	13	81	94
>=65	19	59	78
Total de utentes ativos	174	799	973

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

Além do mais, a compreensão do significado da expressão dos comportamentos aditivos pode ser ainda mais inteligível quando cruzados com fatores como o nível de escolaridade e o enquadramento familiar e profissional (cf. Quadro 108).

Quadro 108 – Utentes ativos segundo as habilitações literárias e a situação profissional - CAD (2023) - (N.º)

Habilitações literárias	N.º
Sem escolaridade	24
Sem escolaridade, mas sabe ler e escrever	7
1.º Ciclo do Ensino Básico	238
2.º Ciclo do Ensino Básico	315
3.º Ciclo do Ensino Básico	211
Ensino Secundário	108
Frequência Universitária	18
Grau Universitário	30
Desconhecido	22
Situação Profissional	N.º
Desconhecido	37
Desocupado há menos de um ano	69
Desocupado há um ano ou mais	215
Doméstica	3
Estudante/ Formação Profissional	67
Outra situação	18
Reformado/Pensão Social por idade	37
Reformado/Pensão Social por invalidez	74
Trabalho estável/regular	417
Trabalho ocasional	36
Total de utentes ativos	973

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

Neste caso, os utentes do Polo de Gondomar detinham, em 2023, na maioria, níveis de escolaridade de carácter básico e intermédio – i.e., entre o 1.º e o 3.º ciclo do Ensino Básico (n=764; 78,5%), embora com maior predomínio para o 2.º ciclo (n=315; 32,4%). Profissionalmente, notavam-se duas situações de enquadramento: uma parte considerável dos utentes encontrava-se a trabalhar de forma regular e estável (n=417; 42,9%), mas também não são de desconsiderar os casos daqueles desocupados há um ano e mais (n=215; 22,1%) (cf. Quadro 108).

Sabendo-se que o ambiente de trabalho pode assumir-se como um fator protetor ou de risco para o desenvolvimento de comportamentos aditivos em contexto laboral, condicionando o bem-estar do trabalhador, com repercussões quer no local de trabalho, quer na sua vida pessoal e familiar, será de apostar em intervenções neste contexto que visem a minimização desta problemática. Já nas situações de desenraizamento socioprofissional, as abordagens ao nível da reinserção social e profissional devem continuar, no essencial, a nortear a ação local tendo-se em linha de consideração as características

específicas dos comportamentos aditivos em questão, trabalhando-se a gestão de expectativas quantos futuros resultados de inserção.

5.8.5. Outros Programas de Apoio Municipal

A Câmara Municipal de Gondomar presta às IPSS e demais instituições com atividades na área da ação social do concelho através do **Programa de Apoio ao Movimento Associativo - Desenvolvimento Social**, programa que visa dar continuidade ao trabalho destas instituições, contribuindo para o aumento e melhoria de respostas sociais no território, numa perspetiva clara de comparticipação no desenvolvimento de atividades, projetos ou eventos que aumentem as qualificações humanas, mas claramente sustentáveis e de reconhecido interesse municipal.

Deste modo, são contempladas com apoios todas as IPSS e Instituições do Município de Gondomar que desenvolvam um trabalho social regular, de carácter voluntário, sem fins lucrativos, num contexto de cooperação e promoção de políticas inclusivas e de combate aos fenómenos de pobreza e exclusão social.

A implementação anual do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social, obedece aos princípios de transparência, rigor e imparcialidade, sendo este programa composto pelos seguintes Sub-Programas:

1. “PADES” – Programa de Apoio à Dinamização de Equipamentos e Respostas Sociais;
2. “Resposta Mais” – Apoio a pequenas obras de beneficiação e remodelação de infraestruturas sociais e/ou aquisição de equipamentos;
3. Programa de Apoio à aquisição e cedência de Transporte;
4. Apoio Pontual à realização de iniciativas de interesse relevante.

A Câmara Municipal de Gondomar, enquanto poder local e por isso mais próxima dos cidadãos, reconhece o papel determinante da sociedade civil como mobilizadora de novas metodologias capazes de incentivar e gerar processos de participação social, de inclusão e de respeito pela cidadania, considerando que, o trabalho desenvolvido pelas Instituições enquadra-se nas medidas das designadas políticas sociais ativas capazes de contribuir para a atenuação dos fenómenos de pobreza e exclusão social.

Através da Divisão de Desenvolvimento Social, a Câmara Municipal de Gondomar assume um papel de dinamizador e facilitador junto das IPSS do Município como garante de condições de valorização do esforço, empenho, dedicação e trabalho das mesmas, visando contribuir para a construção de uma comunidade assente em princípios de desenvolvimento, inclusão, participação, igualdade, inovação e empreendedorismo.

No âmbito do **Programa de Apoio Extraordinário ao 3.º Setor** podem concorrer todas as IPSS com presença em Gondomar, assim como aquelas com intervenção preponderante no território. As entidades

devem ainda ser parceiras do Conselho Local de Ação Social (CLAS). O apoio prestado pelo Município servirá para financiar obras de conservação e reabilitação de instalações existentes e, ainda, a aquisição de viaturas, quando devidamente comprovada a necessidade de aquisição das mesmas.

Os **Contrato-Programa de Desenvolvimento Social - Paróquias do Município de Gondomar I Conferencias de S. Vicente de Paulo** têm por objeto apoiar o trabalho atento e próximo com que as Paróquias e Conferências Vicentinas pautam a sua intervenção, reconhecendo de extrema pertinência a atuação das Paróquias existentes no Município de Gondomar, bem como dos Grupos Paroquiais de carácter sócio caritativo e as Conferências Vicentinas, que se dedicam à causa da caridade, cooperando, a par do Estado, na promoção da dignidade e desenvolvimento das pessoas.

É de realçar também um outro tipo de resposta implementada, cujos parceiros do CLAS'G estão envolvidos quer como beneficiários quer como entidades parceiras – a Implementação e a Promoção do **Banco Local de Voluntariado**.

Neste caso, existe uma rede local que incentiva o acolhimento de voluntários nas Instituições do município de Gondomar e desenvolve vários programas no território, ações estratégicas que passam pela qualificação dos voluntários e pela capacitação das organizações que dinamizam projetos de voluntariado. O programa anual de formação, as ações de sensibilização e divulgação junto da comunidade e as ações de voluntariado promovidas constituem a face mais visível e as marcas distintas deste projeto.

5.9. Proteção Social

A Lei de Bases da Segurança Social em vigor (Lei 4/2007)¹³⁰ enquadra o Sistema de Proteção Social de Cidadania e tem como objetivos principais garantir direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, e promover o bem-estar e a coesão sociais. A concretização destes propósitos suporta-se nas seguintes ações: a efetivação do direito a mínimos vitais dos cidadãos em situação de carência económica; a prevenção e a erradicação de situações de pobreza e de exclusão; a compensação por encargos familiares e a compensação por encargos nos domínios da deficiência e da dependência. O sistema de proteção social de cidadania engloba o subsistema de ação social, o subsistema de solidariedade e o subsistema de proteção familiar.

Os apoios concedidos pelo subsistema de ação social destinam-se, essencialmente, à proteção dos grupos sociais mais vulneráveis da sociedade, e compete à câmara municipal assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Nesse sentido, os cidadãos podem beneficiar dos serviços e equipamentos sociais, que são promovidos e apoiados pelo Estado, através da celebração de acordos e protocolos com instituições

¹³⁰ Diário da República n.º 11/2007, Série I de 2007-01-16.

particulares de solidariedade social (IPSS) e com outros parceiros locais¹³¹. Relativamente à ação social desenvolvida pelo Município de Gondomar, a descrição e contextualização das atividades e programas encontram-se plasmadas nos capítulos deste documento relativos à sua principal área de intervenção e respetivo(s) público(s) alvo. Ademais, remete-se ainda para a leitura do Capítulo 2 «A Rede de Social de Gondomar: elementos de caracterização», assim como para o Capítulo 5.9 «Equipamentos, Respostas Sociais e Grupos Sociais Vulneráveis» do presente documento.

No âmbito do subsistema de solidariedade, a proteção concretiza-se através da concessão de prestações sociais, que têm como finalidade a redução da exposição dos cidadãos ao risco de pobreza e exclusão social e profissional. Esta proteção tem, ainda, em vista a cobertura de riscos associados à invalidez, velhice e morte, em especial no que decorre da insuficiência das prestações contributivas ou da carreira contributiva dos beneficiários. Incluem-se neste subsistema prestações como o rendimento social de inserção ou o complemento solidário para idosos, as pensões sociais de invalidez, velhice e morte, o subsídio social desemprego e de doença, que procuram garantir as necessidades vitais dos beneficiários, de modo a assegurar direitos básicos de cidadania¹³².

A análise que se segue, que enquadra Gondomar em relação ao panorama nacional e regional, dirige-se sobre as seguintes prestações do subsistema de solidariedade: rendimento social de inserção, pensões sociais de velhice, invalidez e sobrevivência, e complemento solidário para idosos. No âmbito do subsistema de proteção familiar, são apresentados dados relativos à atribuição de abono de família para crianças e jovens.

5.9.1. Subsistema de Solidariedade

5.9.1.1. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Social de Inserção (RSI) constitui o apoio que se destina a proteger pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas¹³³. Esta medida de proteção social é constituída por um contrato de inserção que tem como objetivo ajudar a população beneficiária na sua integração social e profissional, e uma prestação monetária que visa colmatar a falta de capital financeiro necessário para satisfação das suas necessidades básicas.

De acordo com os dados oficiais disponíveis, regista-se, entre 2014 e 2023, tanto à escala nacional, como à escala regional, uma diminuição do número de indivíduos beneficiários, expressa na variação

¹³¹ Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto.

¹³² Lei n.º 4/2007 - Bases gerais do sistema de segurança social.

¹³³ Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo que confira às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária (Metainformação – INE).

absoluta. No ano de 2023, Portugal registava 240.841 beneficiários, a região Norte 86.051, e a AMP 53.701 (cf. Quadro 109).

Este movimento de queda foi também notório no concelho de Gondomar. Em 2014, o território registava 4.159 beneficiários/as de RSI e, em 2023, 4.159, menos 3.003. Estes números representam uma taxa de variação de -35% e revelam uma diminuição superior relativamente ao território nacional (-25%), à Região Norte (-30%) e à AMP (-33%) (cf. Gráfico 18).

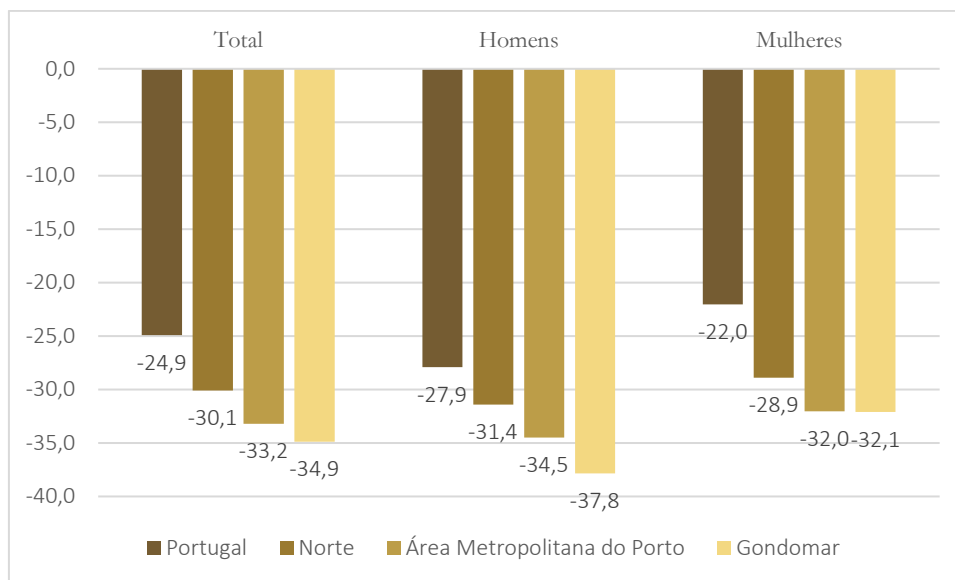
Quadro 109 – População beneficiária do RSI (segundo o sexo) em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)

Territórios	2023			2014			Variação 2014-2023		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Portugal	240841	113478	127363	320811	157436	163375	-79970	-43958	-36012
Região Norte	86051	40576	45475	123103	59147	63956	-37052	-18571	-18481
AMP	53701	25004	28697	80389	38167	42222	-26688	-13163	-13525
Arouca	209	92	117	333	146	187	-124	-54	-70
Espinho	858	392	466	1634	797	837	-776	-405	-371
Gondomar	5608	2585	3023	8611	4159	4452	-3003	-1574	-1429
Maia	3436	1527	1909	5136	2369	2767	-1700	-842	-858
Matosinhos	5238	2385	2853	8120	3765	4355	-2882	-1380	-1502
Oliveira de Azeméis	558	280	278	931	439	492	-373	-159	-214
Paredes	2197	1048	1149	3699	1797	1902	-1502	-749	-753
Porto	13868	6699	7169	18800	9111	9689	-4932	-2412	-2520
Póvoa de Varzim	1292	597	695	1431	679	752	-139	-82	-57
Santa Maria da Feira	2062	1017	1045	2877	1388	1489	-815	-371	-444
Santo Tirso	1296	616	680	2015	979	1036	-719	-363	-356
São João da Madeira	431	199	232	496	212	284	-65	-13	-52
Trofa	639	281	358	1091	495	596	-452	-214	-238
Vale de Cambra	201	92	109	268	126	142	-67	-34	-33
Valongo	3164	1396	1768	4761	2220	2541	-1597	-824	-773
Vila do Conde	1132	556	576	1415	680	735	-283	-124	-159
Vila Nova de Gaia	11512	5242	6270	18771	8805	9966	-7259	-3563	-3696

Fontes: II/MTSSS - Portugal, Dados dos Beneficiários, 2014- 2023; INE.

Uma análise desagregada por sexo permite identificar, em 2023, a preponderância do universo feminino no perfil de beneficiários deste apoio, com 3.023 beneficiárias, enquanto que os homens eram 2.585, números que correspondem a 54% e 46% do total existente. Em 2014 registou-se a mesma preponderância, contudo, menos distante do universo masculino (M:52% e F:48%). A taxa de variação acrescenta uma leitura dos dados que sublinha uma evolução menos favorável para as mulheres. Não só são estas que estão em maior número, como, observando a diminuição registada em ambos os sexos, estas registam uma taxa de variação menor entre 2014 e 2023, tendência em linha com o cenário verificado no país, na Região Norte e na AMP (cf. Gráfico 18).

Gráfico 18 – Taxa de variação da população beneficiária do RSI entre 2014 e 2013, segundo o sexo, em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar - (%)



Fontes: II/MTSSS - Portugal, Dados dos Beneficiários, 2014-2023; INE.

Por sua vez, a leitura dos dados segundo o escalão etário desta população permite-nos identificar que, no ano de 2023, em Gondomar, os/as beneficiários/as com “menos de 25 anos” (n=2242), eram o grupo mais representado, equivalendo a 40% da população beneficiária desta prestação social. Aquele que engloba o menor número é o grupo quem tem entre “25 e os 39 anos de idade” (16,4%).

O perfil encontrado no concelho de Gondomar corresponde ao perfil registado a nível nacional no que diz respeito a todos os grupos etários. A Região Norte e a AMP registavam valores ligeiramente menores no que diz respeito ao grupo etário de “menos de 35 anos” (36 e 37%, respetivamente) e ligeiramente superiores relativamente ao grupo de pessoas “com 55 e mais anos”. Em comparação com os restantes concelhos que compõem a AMP, Gondomar distanciava-se, de forma mais ou menos significativa, e a par com Vila do Conde, dos restantes como o concelho que tinha a maior proporção de jovens e a menor proporção de adultos com 55 ou mais anos (cf. Quadro 110).

Quadro 110 – População beneficiária do RSI segundo o escalão etário em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º)

Territórios	2023									
	Total		Menos de 25 anos		25-39 anos		40-54 anos		55 e mais anos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	240841	100	97549	40,5	39129	16,2	48748	20,2	55415	23,0
Região Norte	86051	100	30946	36,0	12974	15,1	18567	21,6	23564	27,4
Área Metropolitana do Porto	53701	100	19814	36,9	8280	15,4	11496	21,4	14111	26,3
Arouca	209	100	43	20,6	20	9,6	39	18,7	107	51,2
Espinho	858	100	288	33,6	132	15,4	174	20,3	264	30,8
Gondomar	5608	100	2242	40,0	920	16,4	1146	20,4	1300	23,2
Maia	3436	100	1309	38,1	513	14,9	707	20,6	907	26,4
Matosinhos	5238	100	1927	36,8	784	15,0	1101	21,0	1426	27,2
Oliveira de Azeméis	558	100	166	29,7	62	11,1	143	25,6	187	33,5
Paredes	2197	100	767	34,9	269	12,2	520	23,7	641	29,2
Porto	13868	100	5132	37,0	2364	17,0	2973	21,4	3399	24,5
Póvoa de Varzim	1292	100	436	33,7	179	13,9	307	23,8	370	28,6
Santa Maria da Feira	2062	100	691	33,5	254	12,3	443	21,5	674	32,7
Santo Tirso	1296	100	516	39,8	191	14,7	266	20,5	323	24,9
São João da Madeira	431	100	161	37,4	70	16,2	98	22,7	102	23,7
Trofa	639	100	231	36,2	88	13,8	136	21,3	184	28,8
Vale de Cambra	201	100	48	23,9	28	13,9	47	23,4	78	38,8
Valongo	3164	100	1185	37,5	484	15,3	678	21,4	817	25,8
Vila do Conde	1132	100	459	40,5	191	16,9	235	20,8	247	21,8
Vila Nova de Gaia	11512	100	4213	36,6	1731	15,0	2483	21,6	3085	26,8

Fontes: II/MTSSS - Portugal, Dados dos Beneficiários, 2023; INE.

Outro indicador que permite uma leitura suplementar acerca da preponderância desta prestação na população é o peso da população beneficiária de RSI por cada 1000 habitantes em idade ativa no território. É de notar que, entre 2014 e 2023, esse valor decresceu em todos os territórios aqui considerados. Contudo, essa diminuição não é, como já foi verificado anteriormente, uniformemente distribuída. A Região Norte e a AMP tiveram um decréscimo superior àquele registado ao nível nacional. Gondomar, por sua vez, registou uma diminuição ainda maior, de cerca de 22 beneficiários/as por cada mil habitantes. Face aos outros concelhos da AMP, era um dos cinco com um decréscimo mais acentuado, ao lado do Porto (-33), Vila Nova de Gaia (-30), Valongo e Paredes (-22) (cf. Quadro 111).

Quadro 111 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção por 1000 habitantes em idade ativa em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (‰)

Territórios	‰		Variação
	2023	2014	2014/2023
Portugal	26,13	36,07	-9,94
Região Norte	26,78	39,45	-12,67
Área Metropolitana do Porto	34,26	54,03	-19,77
Arouca	11,38	17,98	-6,60
Espinho	29,94	61,51	-31,57
Gondomar	38,12	60,09	-21,97
Maia	28,05	44,95	-16,90
Matosinhos	33,54	54,03	-20,49
Oliveira de Azeméis	9,40	15,79	-6,39
Paredes	29,63	51,26	-21,63
Porto	64,01	97,28	-33,27
Póvoa de Varzim	22,20	27,01	-4,81
Santa Maria da Feira	16,92	24,08	-7,16
Santo Tirso	21,44	32,80	-11,36
São João da Madeira	20,76	26,64	-5,88
Trofa	18,35	33	-14,65
Vale de Cambra	10,58	13,68	-3,10
Valongo	36,74	59,35	-22,61
Vila do Conde	15,54	20,98	-5,44
Vila Nova de Gaia	42,55	72,80	-30,25

Fontes: II/MTSSS - Portugal, Dados dos Beneficiários, 2014-2023; INE.

No âmbito da descentralização de competências da administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais, em matéria da administração local, o município de Gondomar, desde o dia 1 de abril de 2022, passou a assumir de forma integrada a resposta ao nível do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, assim como a contratualização e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

No âmbito desta função relativa ao RSI, o balanço feito ao Atendimento Integrado de Gondomar relativo ao período entre 2022 e 2024 dá conta de que 67% do número de processos ativos eram relativos a esta prestação, correspondendo a um total de 2082 processos. No que diz respeito à atribuição de apoios económicos eventuais, 60% dirigiram-se a agregados familiares beneficiários do RSI. Foram celebrados 4718 Contratos de inserção do âmbito desta prestação, sendo que a freguesia de Rio Tinto foi o território mais abrangido, com 38%, seguido de S. Pedro da Cova, com 18% e de São Cosme (Gondomar) e Fânzeres, com 12% (cf. Figura 15).

Figura 15 – Contratos de Inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por território inframunicipal (2022-2024) - (N.º e %)



Fonte: Atendimento Integrado de Gondomar, Núcleo Local de Inserção, 2024.

Em setembro de 2024 contabilizam-se 2086 agregados familiares beneficiários do RSI, dos quais 675 residiam em Rio Tinto. Segue-se a União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova, com 580, e Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim com 538. O menor número de agregados familiares com RSI tinha residência na freguesia de Lomba (cf. Figura 16).

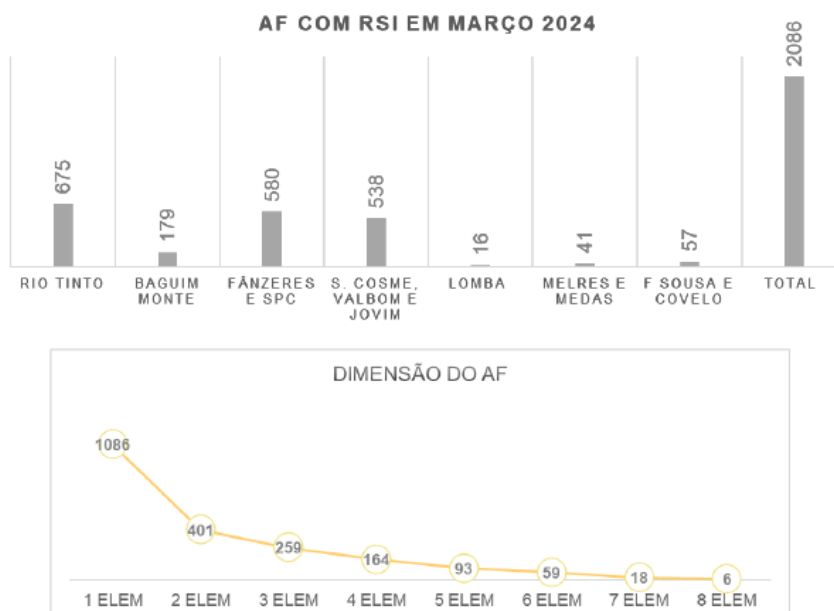
No que diz respeito à dimensão dos agregados familiares no seu total, verifica-se que 1086 eram compostos apenas por um elemento (1086). Os agregados familiares com 2 elementos correspondiam a 401 e com 3 elementos 259.

Figura 16 – Total de agregados familiares com RSI e respetiva dimensão, por freguesia/união de freguesias (2024) - (N.º)

Fonte: Atendimento Integrado de Gondomar, Núcleo Local de Inserção, 2024.

Atendimento Integrado de Gondomar

Núcleo Local de Inserção



5.9.1.2. Pensões Sociais

Na presente análise iremos ter em conta as principais pensões do regime contributivo, designadamente a pensão por velhice, por invalidez e por sobrevivência, assim como o Complemento Solidário para Idosos.

Ao considerarmos o total de pensionistas da Segurança Social no território nacional, verifica-se que, entre 2014 e 2023, o número diminuiu em 3,8%. A Região Norte não registou nenhuma alteração significativa, e a AMP, por sua vez, viu este número aumentar em 2,5%. Os vários concelhos que compõem a AMP apresentavam valores bastante distintos entre si e Gondomar posicionava-se junto daqueles que sofreram um aumento ligeiro, exibindo uma variação positiva de 4,5% (Cf. Quadro 112).

Quadro 112 – Total de pensionistas da segurança social (invalidez, velhice e sobrevivência) e taxa de variação 2014-2023 em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º e %)

Territórios	Total (N.º)		Taxa de Variação (%)
	2023	2014	2014/2023
Portugal	2908596	3024590	-3,8
Região Norte	1025088	1018172	0,7
Área Metropolitana do Porto	497923	485926	2,5
Arouca	6495	6879	-5,6
Espinho	10850	11027	-1,6
Gondomar	46604	44585	4,5
Maia	34066	31517	8,1
Matosinhos	50331	48394	4,0
Oliveira de Azeméis	21487	20314	5,8
Paredes	18714	17086	9,5
Porto	69999	82101	-14,7
Póvoa de Varzim	16862	15353	9,8
Santa Maria da Feira	41253	37428	10,2
Santo Tirso	24648	24877	-0,9
São João da Madeira	6879	6318	8,9
Trofa	10886	8527	27,7
Vale de Cambra	7657	7480	2,4
Valongo	24919	22891	8,9
Vila do Conde	22611	21395	5,7
Vila Nova de Gaia	83662	79754	4,9

Fontes: II/MTSSS - Portugal, Dados dos Beneficiários, 2014-2023; INE.

Uma análise por tipo de pensão permite fazer uma leitura mais rigorosa da evolução desta população beneficiária.

Relativamente ao contingente de pensionistas da segurança social com pensão de velhice, a evolução positiva tem vindo a acontecer nas últimas décadas, fruto do aprofundamento do processo de envelhecimento da população vivenciado no nosso país. Considerando a década entre 2014 e 2023, importa referir que o aumento registado não se expressava de forma tão acentuada como aquele observado, por exemplo, no período intercensitário 2001-2011, contudo, continua a refletir a tendência demográfica de aumento do número de idosos.

É importante referir que esta tendência não se distribui uniformemente pelo território nacional e que assim como não se mantém ao longo do tempo em determinados territórios, existindo, por isso, zonas do país com valores muito distintos, (facto que pode ser explicado, entre outras coisas, pelas variáveis demográficas de densidade populacional, taxas de envelhecimento e dinâmicas migratórias (ver subpontos 5.1.1.1. e 5.1.2.1. do Capítulo 5.1. «Demografia e Famílias»). Desde logo, a Região Norte (7,5%) e a AMP (9,4%) registavam valores superiores comparativamente com a taxa de variação quase nula registada ao nível nacional (0,9%). Ao observar os concelhos da AMP, destacam-se os dois extremos: o

concelho do Porto viu o número de indivíduos com pensão de velhice diminuir em 10,2% e a Trofa o mesmo número a aumentar em 36,8%. Já Gondomar registou um aumento de 11,9% (Cf. Quadro 113).

Num sentido evolutivo distinto, o número de beneficiários/as com pensão por invalidez registou uma redução generalizada. As taxas de variação em todos os territórios considerando variavam entre -25% (Trofa) e -59% (Porto). O concelho de Gondomar, por sua vez, apresentou uma descida na ordem dos 47%, aproximando-se dos valores registados na AMP (-46%).

Considerando agora o número de beneficiários/as com pensão por sobrevivência, verifica-se que a dinâmica evolutiva é distinta nos territórios considerados. A nível nacional nota-se uma diminuição ligeira de 4%, enquanto que a descida na Região Norte é ainda menor, de 1%. Na AMP houve um aumento muitíssimo ligeiro de 0,6%.

Dentro da AMP, os concelhos que assistiram um maior aumento do número de beneficiários/as com pensão por sobrevivência foram a Trofa (que se distancia significativamente em relação aos outros – 23,4%), a Maia (8,8%) e Santa Maria da Feira (7,7%). A tendência contrária registou-se num menor número de concelhos, sendo o Porto aquele que viu esta população diminuir de forma mais expressiva (-14,3), seguido da Trofa (-5%), de Espinho (-1,2%), de Matosinhos e de Santo Tirso (ambos com uma diminuição inferior a 1%). Por sua vez, o concelho de Gondomar aproximou-se dos valores nacionais e exibiu um aumento de 4,2% (Cf. Quadro 113).

Quadro 113 – Pensionistas da segurança social por tipo de pensão e taxa de variação em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) - (N.º e %)

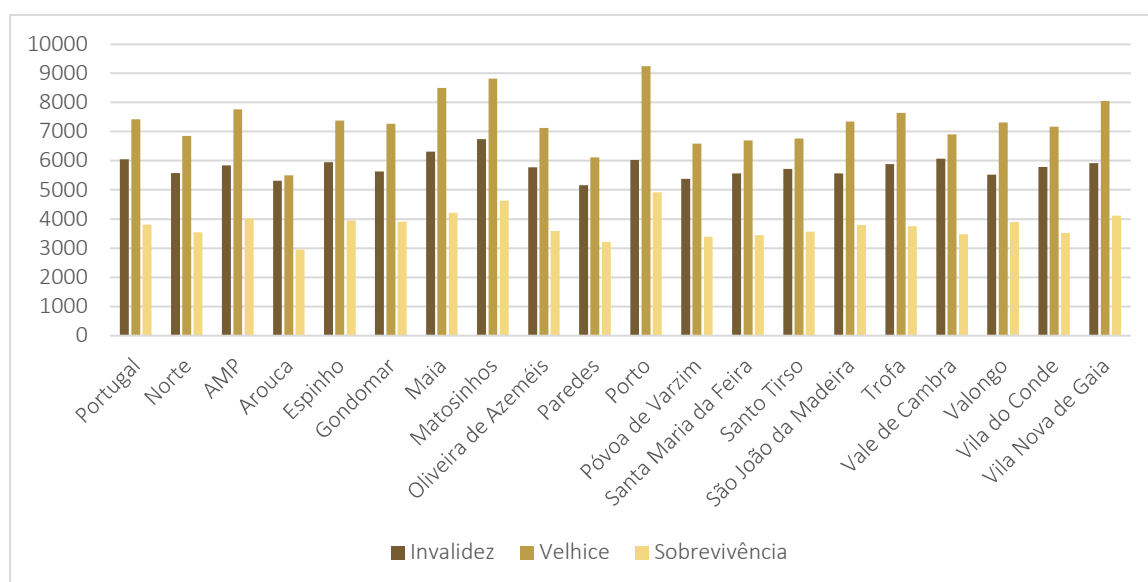
Territórios	Invalidez			Velhice			Sobrevivência		
	2023	2014	Taxa de variação	2023	2014	Taxa de variação	2023	2014	Taxa de variação
Portugal	156117	260940	-40,2	2041577	2023366	0,9	710902	740284	-4,0
Região Norte	57006	97971	-41,8	723846	673465	7,5	244236	246736	-1,0
AMP	22767	42266	-46,1	358379	327580	9,4	116777	116080	0,6
Arouca	410	744	-44,9	4584	4555	0,6	1501	1580	-5,0
Espinho	425	835	-49,1	7886	7621	3,5	2539	2571	-1,2
Gondomar	2239	4206	-46,8	33157	29624	11,9	11208	10755	4,2
Maia	1372	2597	-47,2	24672	21545	14,5	8022	7375	8,8
Matosinhos	1937	3748	-48,3	36810	33030	11,4	11584	11616	-0,3
O. Azeméis	954	1635	-41,7	15709	13998	12,2	4824	4681	3,1
Paredes	1412	2311	-38,9	12376	10165	21,8	4926	4610	6,9
Porto	2527	6084	-58,5	50427	56134	-10,2	17045	19883	-14,3
P. Varzim	885	1488	-40,5	11814	9881	19,6	4163	3984	4,5
S.M. Feira	2151	3583	-40,0	29904	25303	18,2	9198	8542	7,7
Santo Tirso	1188	2006	-40,8	18085	17465	3,5	5375	5406	-0,6
S.J. Madeira	328	538	-39,0	5037	4329	16,4	1514	1451	4,3
Trofa	625	832	-24,9	7784	5688	36,8	2477	2007	23,4
V. Cambra	400	700	-42,9	5536	5068	9,2	1721	1712	0,5
Valongo	1307	2475	-47,2	17730	14854	19,4	5882	5562	5,8
V. Conde	1148	2044	-43,8	15862	13903	14,1	5601	5448	2,8
V.N. de Gaia	3459	6440	-46,3	61006	54417	12,1	19197	18897	1,6

Fontes: II/MTSSS - Portugal, Dados dos Beneficiários, 2014-2023; INE.

No que diz respeito aos valores médios das pensões da segurança social, resta acrescentar que, de forma geral, as pensões por velhice concentravam, em 2023, a maior fatia de prestações, seguindo-se as de invalidez e a de sobrevivência (cf. Gráfico 19).

Os concelhos da AMP que registaram uma média superior relativamente à pensão de velhice eram o Porto (9.246€), Matosinhos (8.817€), Maia (8.491€) e Vila Nova de Gaia (8.050€). No sentido contrário, o valor mais baixo observou-se em Arouca (5.496€), seguido de Paredes, Póvoa do Varzim e Santa Maria da Feira (estes três com valores entre os 6.100€ e os 6.700€ anuais). Gondomar posiciona-se a um nível intermédio, registando uma média anual de 7.267€ correspondente à pensão por velhice.

Gráfico 19 – Valor médio anual das pensões da segurança social por tipo de pensão, em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2023) - (€/ N.º)



Fontes: II/MTSSS - Portugal, Dados dos Beneficiários, 2014-2023; INE.

Considerando que estamos perante valores médios, percebe-se que existe um grande número de beneficiários/as com valores muito reduzidos distribuídos mensalmente. Por exemplo, no concelho de Gondomar, a média mensal (considerando os 14 meses de prestações) é de 519€.

O complemento solidário para idosos (CSI) é um apoio em dinheiro pago mensalmente¹³⁴ aos idosos de baixos recursos (desde junho de 2024 com o valor de referência de menos de 7.208€ por ano / até 514€ por mês¹³⁵), com idade igual ou superior à idade normal de acesso à Pensão de Velhice do regime geral de Segurança Social. Está integrado no subsistema de solidariedade e visa a melhoria do nível de rendimento dos seus destinatários, sendo estes os seguintes: titulares de pensões de invalidez, velhice e

¹³⁴ O montante do complemento solidário para idosos corresponde à diferença entre o montante de recursos do requerente, determinado nos termos dos artigos anteriores, e o valor de referência do complemento, tendo como limite máximo este último valor (Artigo 8º do Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro).

¹³⁵ Valor atualizado no Decreto-Lei n.º 35/2024, de 21 de maio.

sobrevivência ou equiparadas de qualquer sistema de proteção social nacional ou estrangeiro, que residam legalmente em território nacional e satisfaçam as condições previstas no presente decreto-lei; cidadãos nacionais idosos que não reúnam as condições de atribuição da pensão social por não preencherem a condição de recursos e titulares de subsídio mensal vitalício que satisfaçam as condições de atribuição¹³⁶.

Tendo em consideração o intervalo temporal considerado até ao momento relativamente à proteção social (2014-2023), assiste-se, ao nível nacional, a uma diminuição significativa dos/as beneficiários/as do CSI entre 2014 e 2015 – este passou de 212.570 para 176.752. A partir desse ano, observa-se uma diminuição gradual, sendo que, em 2023, estes/as beneficiários/as eram 176.752. Se, por um lado, o distrito do Porto¹³⁷ acompanha a tendência de diminuição entre 2014 e 2015 (32.662 para 27.776), o mesmo não acontece considerando o período entre 2015 e 2023, intervalo em que se observa um aumento gradual. Em 2023, no distrito do Porto auferiam deste apoio 33.660 indivíduos, dos quais 70% eram do sexo feminino. As mulheres são quem mais beneficia deste apoio suplementar e esta é uma tendência verificada em todos os distritos do país (dados do Instituto de Informática, I.P.).

5.9.2. Subsistema de proteção familiar

O abono de família para crianças e jovens¹³⁸, prestação mensal de concessão continuada, visa compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens¹³⁹. É atualmente cumulável apenas com a prestação do rendimento social de inserção, no âmbito do subsistema de solidariedade. Por se considerar que esta cumulatividade é insuficiente para responder às necessidades familiares, no Plano de Ação por Público-Alvo da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza está patente uma medida dirigida aos jovens que visa contribuir para mitigar o risco de pobreza desta franja da população: “Simplificar os contratos de trabalho dos Trabalhadores-estudantes e permitir a acumulação com o abono de família, das bolsas de estudo e das pensões de sobrevivência com o salário, até ao limite de 14 vezes o salário mínimo nacional” (Medida 9)¹⁴⁰.

Ao observarmos os dados relativos ao número de beneficiários/as, verifica-se, em todos os territórios em apreço, uma tendência mais ou menos ligeira de quebra. Esta quebra é mais acentuada na Região Norte e na AMP (-14,2% e -12,1%, respetivamente) do que no panorama global nacional. À escala

¹³⁶ O Decreto-Lei n.º 126-A/2017 alarga o complemento solidário para idosos aos titulares da pensão de invalidez.

¹³⁷ Os dados disponibilizados pelo Instituto de Informática, I.P. apenas desagregam o território por distritos.

¹³⁸ Trata-se de uma prestação pecuniária mensal, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da idade do respetivo titular, visando compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e à educação das crianças e jovens (Metainformação - INE).

¹³⁹ Os rendimentos de referência a considerar na determinação do escalão de que depende a modulação do abono de família para crianças e jovens resultam da soma do total de rendimentos de cada elemento do agregado familiar a dividir pelo número de titulares de direito ao abono, inseridos no agregado familiar, acrescido de um Decreto-lei 176/2003, de 2 de Agosto.

¹⁴⁰ Neste documento está ainda expressa outra medida dirigida a esta prestação, que se prende com o aumento do valor do abono familiar (Medida 9 – Crianças).

regional, é precisamente nos concelhos de Santo Tirso (-21,7%), Arouca (-18,6%) e Trofa (-18,2%) que se observam as diminuições mais acentuadas. As quebras menos significativas registaram-se nos concelhos da Póvoa do varzim (-4%) e da Maia (-7%). O concelho de Gondomar apresenta uma diminuição na ordem dos 12%, passando de 15.404 beneficiárias/os do abono de família para crianças e jovens para 13.542 (cf. Quadro 114).

Quadro 114 – Total de beneficiárias/os do abono de família para crianças e jovens da segurança social e taxa de variação, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2023) (N.º e %)

Territórios	Total (N.º)		Taxa de Variação (%)
	2023	2014	2014/2023
Portugal	817200	847395	-3,6
Região Norte	280030	326564	-14,2
Área Metropolitana do Porto	130685	148737	-12,1
Arouca	1782	2188	-18,6
Espinho	2165	2498	-13,3
Gondomar	13542	15404	-12,1
Maia	9430	10194	-7,5
Matosinhos	11639	12883	-9,7
Oliveira de Azeméis	4680	5316	-12,0
Paredes	8660	10882	-20,4
Porto	13622	15096	-9,8
Póvoa do Varzim	5577	5784	-3,6
Santa Maria da Feira	10804	12755	-15,3
Santo Tirso	4743	6058	-21,7
São João da Madeira	1723	1866	-7,7
Trofa	3062	3743	-18,2
Vale de Cambra	1327	1493	-11,1
Valongo	8082	9128	-11,5
Vila do Conde	6411	7073	-9,4
Vila Nova de Gaia	23436	26376	-11,1

Fontes: II/MTSSS - Portugal, Dados dos Beneficiários, 2014-2023; INE

5.10. Justiça e Segurança

5.10.1. Indicadores gerais de criminalidade e sinistralidade

Criminalidade

Sabe-se que a segurança tem assumido uma importância crescente nas sociedades ocidentais modernas e inscreve-se como um direito fundamental nos conceitos de bem-estar dos cidadãos e de desenvolvimento social sustentável, exigindo uma resposta construtiva plurisectorial (Tedim & Barros, 2010, p.2). Isto porque a própria região da AMP exhibe importantes contrastes resultantes de processos sociais, económicos e demográficos também eles distintos.

Se se tiver em atenção os indicadores de justiça disponíveis no país e nas regiões em análise, entre 2013 e 2023, nota-se, primeiramente, uma diminuição da taxa de criminalidade – esta foi mais vincada na região Norte (-4,9) e na AMP (-4,4) do que a nível nacional (-1,0). Em 2023, a taxa nacional era de 35,0%, ligeiramente acima da taxa da Área Metropolitana do Porto (30,0‰) e ainda mais afastada da taxa da Região Norte (26,7‰) (cf. Quadro 116). Em termos de criminalidade total, Gondomar exibiu, em 2023, uma taxa inferior à dos territórios acima mencionados (21,2‰) e encontrava-se entre os municípios que compõem a Área Metropolitana do Porto com as taxas mais reduzidas, juntamente com Vale de Cambra (21,2‰) e Arouca (16,4‰). Esta situação contrastava com a dos concelhos do Porto (58,5%) – território com os valores mais destacados –, de Vila do Conde (31,2‰), Matosinhos (30,1‰) e Maia (28,6‰).

Olhando para o tipo de criminalidade registada, no período em apreço, torna-se notória a expressão da criminalidade contra o património¹⁴¹ e, seguidamente, embora a grande distância, a da criminalidade contra a integridade física¹⁴² (cf. Quadro 115).

A importância destes dois tipos de crimes, já diagnosticada anteriormente, deverá ser tomada em linha de conta visto abarcar o direito de os cidadãos poderem usufruir dos espaços públicos e dos próprios espaços de vivência pessoal. Veja-se que, em 2023, traduzindo um sentido de quebra, a criminalidade contra o património, à escala nacional, situava-se nos 17,8‰ e a criminalidade contra a integridade física nos 5,0‰, valores acompanhados bem de perto pelos da AMP, que registava, no primeiro caso, uma taxa de 16,2‰ e, no segundo, de 5,4‰.

Em todos os municípios da AMP, verificava-se, em 2023, um número maior de casos de criminalidade contra o património – a região, no seu conjunto, registava um total de 29270 casos –, seguido dos crimes contra as pessoas (13658 casos), contra a integridade física (8979 casos) e furto de veículo e em veículo motorizado (7824 casos). Já os crimes com menor peso eram relativos, neste ano, aos crimes contra animais de companhia (217 casos), contra a identidade cultural e integridade pessoal (83 casos) e crimes de homicídio voluntário consumado (10 casos) (cf. Quadro 116).

O certo é que, ocupando uma posição intermédia ao nível regional, Gondomar exibiu, em 2023, taxas inferiores às do país e das regiões em análise: a taxa de criminalidade contra o património era de 11,1‰ e a taxa de criminalidade contra a integridade física de 4,4‰ (cf. Quadro 115).

Ainda assim, é de destacar, que o concelho havia assinalado, em 2023, um maior número de casos nos seguintes crimes: 1864 casos de criminalidade contra o património, 1105 casos de criminalidade contra as pessoas, 747 casos de criminalidade contra a integridade física, 424 casos de furto de veículo e em veículo motorizado e 345 casos de violência doméstica contra cônjuge ou análogos. Em menor número

¹⁴¹ Os crimes contra o património englobam os crimes contra a propriedade, contra o património em geral, contra direitos patrimoniais e outros crimes contra o património

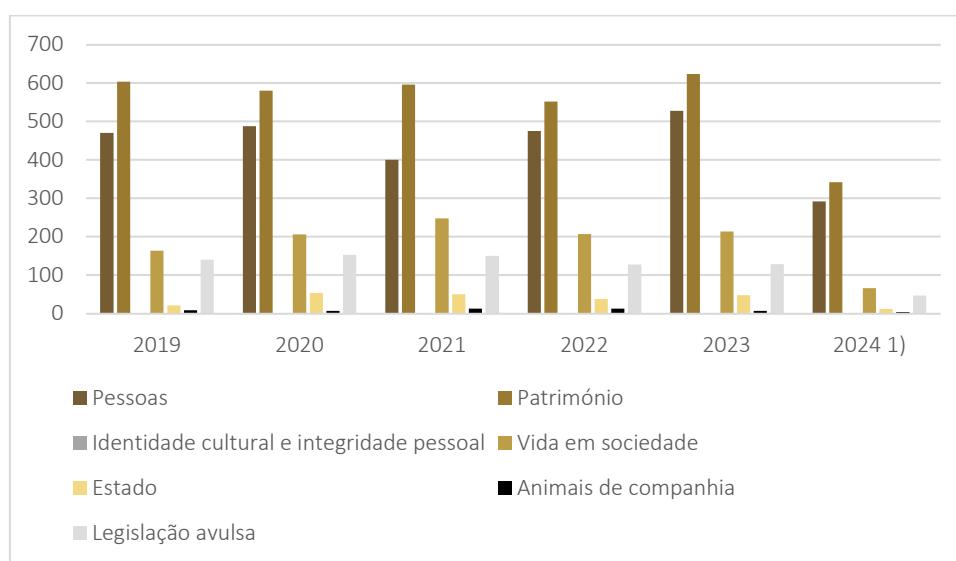
¹⁴² Aqui incluso no âmbito dos crimes contra as pessoas.

encontravam-se os crimes contra o Estado (62 casos) e contra os animais de companhia (19 casos) (cf. Quadro 116).

Atendendo a estes dados e por forma a combater a criminalidade, fica clara a necessária ligação entre as políticas sociais, a política municipal e a política de segurança, bem como a maior sensibilização dos cidadãos para os comportamentos cívicos e a partilha de informação em tempo útil numa lógica de prevenção e dissuasão da prática de crimes.

Por sua vez, a análise mais detalhada da informação fornecida pela GNR de Gondomar, entre 2019 e 2024, permite corroborar a tendência de diminuição da criminalidade no concelho (cf. Gráfico 20). Em junho de 2024, esta entidade tinha registado 764 crimes, menos 644 face a 2019 (denotando uma variação de -45,7%). Apesar da criminalidade contra o património e contra as pessoas ser mais significativa em termos absolutos ao longo do tempo, importa ver que a variação de quebra foi mais expressiva na criminalidade relativa à legislação avulsa (-66,4%) e contra a vida em sociedade (-59,8%). Por seu turno, neste ano houve registo de criminalidade contra identidade cultural e integridade pessoal, o mesmo tendo sucedido em 2020.

Gráfico 20 – Crimes participados por categoria no concelho de Gondomar (2019-2024) – (Nº)



Fonte: GNR de Gondomar, Dados de criminalidade, 2019-2024.

Nota: 1) Os dados são referentes até junho.

À escala inframunicipal, a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (de forma mais destacada) e a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim detinham o maior número de casos de criminalidade (cf. Gráfico 21).

Quadro 115 – Taxa de criminalidade por categoria de crime em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar – (2013-2023) - (‰)

Territórios	Total		Crimes contra a integridade física		Furto/roubo por esticção e na via pública		Furto de veículo e em veículo motorizado		Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l		Condução sem habilitação legal		Crimes contra o património	
	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023
Portugal	36,0	35,0	5,3	5,4	1,3	0,7	4,3	2,7	2,4	2,3	1,2	1,5	19,3	17,8
Região Norte	31,6	26,7	5,2	4,8	0,7	0,5	4,5	3,0	1,8	1,8	0,9	1,0	16,6	13,0
Área Metropolitana do Porto	34,4	30,0	5,7	5,0	1,1	0,8	6,2	4,3	2,1	1,7	1,1	1,1	19,6	16,2
Arouca	21,5	16,4	2,6	3,9	...	0,0	1,0	0,7	2,5	1,4	0,6	0,2	8,8	5,2
Espinho	30,0	25,7	6,7	6,1	0,7	0,5	3,6	1,6	1,6	0,6	1,0	0,2	15,6	12,4
Gondomar	24,6	21,2	5,0	4,4	0,7	0,4	4,4	2,5	0,4	0,6	0,6	0,7	14,1	11,1
Maia	32,5	28,6	4,4	3,8	0,8	0,4	6,6	4,5	1,6	1,3	1,3	1,0	20,5	18,0
Matosinhos	34,8	30,1	5,6	5,2	1,8	1,0	7,5	5,0	1,8	0,3	0,9	0,5	20,5	18,5
Oliveira de Azeméis	21,1	24,9	4,4	5,0	0,1	0,1	1,7	1,1	1,6	4,1	1,1	1,7	9,8	8,4
Paredes	30,6	23,7	5,2	5,2	0,5	0,2	3,4	1,8	1,3	3,3	1,4	1,6	15,9	7,5
Porto	66,7	58,5	9,0	6,8	3,5	2,7	14,9	11,7	7,2	2,0	1,9	1,8	38,6	37,2
Póvoa de Varzim	24,9	22,0	5,5	4,7	0,9	0,6	3,3	3,3	1,3	0,4	0,8	0,3	13,1	12,5
Santa Maria da Feira	31,5	22,5	4,9	4,7	0,4	0,2	4,3	1,6	1,2	3,1	0,8	0,9	18,0	8,4
Santo Tirso	19,6	21,7	3,6	4,1	0,3	0,2	1,7	1,9	0,7	1,9	0,4	0,9	9,0	8,9
São João da Madeira	34,8	26,4	7,1	5,2	0,7	0,7	4,0	1,9	5,5	1,2	2,2	0,6	14,5	12,7
Trofa	26,9	21,9	4,1	4,7	0,2	...	4,6	2,6	1,9	1,5	1,3	1,7	14,8	8,7
Vale de Cambra	22,3	21,2	4,5	3,2	2,5	0,9	1,5	5,4	0,4	0,7	11,1	7,2
Valongo	25,8	22,2	5,3	4,1	0,9	0,3	4,4	2,3	0,5	1,9	0,4	1,0	15,4	10,8
Vila do Conde	30,9	31,2	4,3	4,3	0,8	0,4	5,1	5,0	2,5	4,2	1,6	2,5	17,3	14,6
Vila Nova de Gaia	32,8	27,8	6,3	5,1	0,9	0,6	5,8	4,1	1,0	0,9	1,0	1,1	19,5	15,4

Fontes: Direção-Geral da Política de Justiça – Portugal, Indicadores de Justiça, 2013-2023; INE.

Nota: ... - Dado confidencial.

Quadro 116 – Crimes registados em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar – (2013-2023) - (N.º)

Territórios	Total		Crimes contra as pessoas		Crimes de homicídio voluntário consumado		Crimes contra a integridade física		Ofensa à integridade física voluntária simples		Violência doméstica contra cônjuge ou análogos		Crimes contra o património		Roubo por estição e na via pública	
	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023
Portugal	376403	371995	84252	90840	121	90	55493	57700	25118	24111	22930	26041	202015	189657	13062	7259
Região Norte	115039	98001	28936	27483	24	16	19015	17676	9051	7779	7929	7769	60550	47751	2675	1737
AMP	60015	54081	14270	13658	x	10	9952	8979	4571	3991	4348	3879	34264	29270	1997	1384
Arouca	470	343	117	128	x	x	58	81	36	47	18	25	192	109	...	0
Espinho	946	831	289	294	x	x	210	198	111	85	53	84	493	401	22	16
Gondomar	4100	3575	1150	1105	x	x	839	747	328	309	378	345	2356	1864	117	75
Maia	4384	4083	884	857	x	x	589	539	295	249	245	224	2771	2560	102	64
Matosinhos	6083	5399	1396	1415	x	x	978	941	494	442	420	394	3584	3318	311	183
Oliveira de Azeméis	1419	1672	435	489	x	x	296	334	120	107	152	193	660	567	9	6
Paredes	2620	2041	627	627	x	x	441	451	187	151	203	253	1359	642	43	15
Porto	15638	14552	2895	2542	x	3	2113	1697	909	844	937	620	9048	9254	828	680
Póvoa de Varzim	1573	1483	497	485	x	x	348	320	153	141	162	141	828	847	59	39
Santa Maria da Feira	4341	3146	1157	1007	x	x	680	655	410	277	241	296	2487	1181	49	28
Santo Tirso	1376	1471	396	451	x	x	251	277	127	104	101	130	631	604	21	13
São João da Madeira	758	630	215	199	x	x	155	124	63	53	52	51	316	304	16	17
Trofa	1041	875	238	268	x	x	158	189	95	67	53	97	573	346	6	...
Vale de Cambra	497	451	155	118	x	x	101	69	56	25	38	33	246	153
Valongo	2421	2226	705	667	x	x	497	408	237	204	220	152	1445	1083	88	27
Vila do Conde	2460	2647	514	541	x	x	344	361	170	166	140	161	1376	1240	60	36
Vila Nova de Gaia	9888	8656	2600	2465	x	x	1894	1588	780	720	935	680	5899	4797	261	180

Fontes: Direção-Geral da Política de Justiça – Portugal, Indicadores de Justiça, 2013-2023; INE.

Notas: ... - Dado confidencial; x - Dado não disponível.

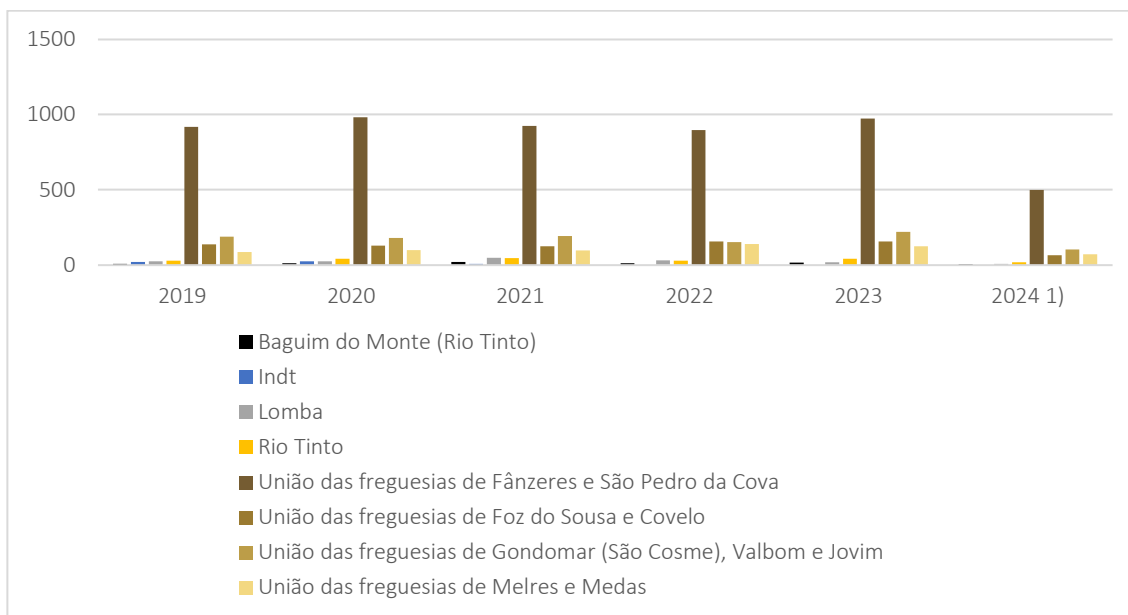
Quadro 116 – Crimes registados em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar – (2013-2023) - (N.º) – (cont.)

Territórios	Furto de veículo e em veículo motorizado		Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal		Crimes contra a vida em sociedade		Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l		Crimes contra o Estado		Crimes contra animais de companhia		Crimes previstos em legislação avulsa		Condução sem habilitação legal	
	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023
Portugal	44606	28369	13	367	50402	44439	24608	24133	6799	7713	0	1729	32922	37250	12019	15579
Região Norte	16231	10953	x	118	16222	13199	6710	6639	1574	1867	0	451	7753	7132	3192	3630
AMP	10778	7824	x	83	6671	5637	3655	3067	751	1052	0	217	4056	4164	1875	2026
Arouca	22	15	x	x	128	83	54	30	15	7	0	8	18	6	14	5
Espinho	114	52	x	x	89	75	51	20	17	...	0	...	58	40	30	7
Gondomar	736	424	x	x	338	293	62	109	21	62	0	19	235	230	96	119
Maia	888	639	x	6	396	341	210	187	34	43	0	10	299	266	171	145
Matosinhos	1303	893	x	6	619	300	311	50	70	52	0	33	413	275	161	87
Oliveira de Azeméis	116	75	x	x	198	392	107	274	22	65	0	6	104	151	75	113
Paredes	291	151	x	x	368	472	108	280	38	70	0	8	228	220	118	138
Porto	3482	2902	x	27	2176	1019	1686	504	272	256	0	30	1246	1424	438	448
Póvoa de Varzim	209	220	x	x	161	106	81	29	18	6	0	6	69	32	52	22
Santa Maria da Feira	598	229	x	x	471	602	168	428	32	121	0	19	194	215	105	124
Santo Tirso	118	126	x	x	248	251	46	132	16	31	0	17	84	117	29	60
São João da Madeira	87	46	x	x	155	65	119	28	9	12	0	11	63	37	48	15
Trofa	178	103	x	x	111	118	75	60	20	...	0	...	99	96	52	67
Vale de Cambra	56	20	x	x	62	149	34	114	7	...	0	...	27	20	8	15
Valongo	415	234	x	x	161	289	50	195	25	45	0	10	85	130	37	96
Vila do Conde	410	423	x	x	287	462	198	357	35	73	0	8	248	322	129	216
Vila Nova de Gaia	1755	1272	x	25	703	620	295	270	100	139	0	27	586	583	312	349

Fontes: Direção-Geral da Política de Justiça – Portugal, Indicadores de Justiça, 2013-2023; INE.

Notas: ... - Dado confidencial; x - Dado não disponível.

Gráfico 21 – Crimes participados por categoria no concelho de Gondomar segundo a freguesia/UF (2019-2024) - (Nº)



Fonte: GNR de Gondomar, Dados de criminalidade, 2019-2024.

Nota: ¹⁾ Os dados são referentes até junho.

O exame desagregado da criminalidade participada por categoria permitiu apurar identicamente que, entre 2019 e 2024, os crimes “contra a vida em sociedade”, “contra os animais de companhia” sofreram a variação negativa mais expressiva no concelho, sendo de enunciar igualmente a importância do movimento de quebra dos crimes “contra o património”, “contra o Estado” e “contra as pessoas”.

No entanto, olhando para os crimes mais participados será de sublinhar que, no período em apreço, a “violência doméstica contra cônjuge ou análogos”, “a ofensa à integridade física voluntária simples” e a “ameaça e coação” têm sido os mais recorrentes no território (cf. Quadro 115). Ainda assim, importa ter presente que estes três tipos de crime têm vindo a diminuir no decurso do tempo – entre 2019 e 2024 registaram uma variação, respetivamente, de -42,9%, -43,3 e -17,6%.

Não obstante a redução, percebe-se a persistência do fenómeno de violência, muitas vezes explicado pela subsistência de valores sociais que transigem com a violência física ou psicológica para amenizar as tensões sociais e familiares. A violência doméstica, sendo um problema transversal, ocorre em diferentes contextos, não estando dependente de fatores sociais, económicos, culturais e etários.

Por outro lado, há que ver que os crimes relacionados com “incêndio/fogo posto em floresta, mata, arvoredos ou seara”, com o “furto de veículo motorizado” e “condução sem habilitação legal” foram aqueles cuja quebra se fez mais sentir durante este período.

Cingindo-nos apenas à criminalidade violenta e grave e criminalidade específica (cf. Quadro 118), de acordo com informação disponibilizada pela PSP de Gondomar, é possível verificar nos últimos dois anos as seguintes tendências:

- o “roubo por esticção” e o “roubo na via pública (exceto esticção)”, no quadro da criminalidade violenta e grave, foram os mais significativos;
- o “roubo na via pública (exceto esticção)” registou uma diminuição importante (n=35; -79,5%);
- no quadro da criminalidade específica, o “furto de veículo motorizado”, “furto em residência (arrombamento, escalamento, chave falsa)” e o “furto em edifício comercial/industrial (arrombamento, escalamento, chave falsa)” foram os mais relevantes;
- o “furto em supermercado”, o “furto em veículo motorizado” e “furto em edifício comercial/industrial (arrombamento, escalamento, chave falsa)” conheceram a quebra mais expressiva (respetivamente, -55,8%, -54,9% e 40,3%);

À escala inframunicipal, a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova ganhava destaque no que toca à criminalidade violenta participada e registada em Gondomar entre 2019 e 2024 (cf. Quadro 119).

Quadro 117 – Crimes mais participados (10+) no concelho de Gondomar (2019-2024) - (N.º)

Tipo de crime	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹⁾
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	156	147	135	131	158	89
Ofensa à integridade física voluntária simples	120	140	85	140	157	68
Ameaça e coação	74	106	67	92	96	61
Outro dano	83	77	73	70	73	50
Furto em veículo motorizado	87	98	113	86	94	45
Condução sem habilitação legal	72	111	106	79	79	27
Outras burlas	37	43	71	56	56	27
Condução de veículo com taxa de álcool igual/superior a 1,2g/l e/ou sob influência de substâncias psicotrópicas, estupefacientes ou produtos análogos	50	98	120	99	103	24
Furto de veículo motorizado	68	62	64	31	54	21
Incêndio/fogo posto em floresta, mata, arvoredos ou seara	68	52	61	61	50	17
Total Geral	815	934	895	845	920	381

Fonte: GNR de Gondomar, Dados de criminalidade, 2019-2024.

Nota: ¹⁾ Os dados são referentes até junho.

Quadro 118 – Criminalidade participada e registada em Gondomar (2023-2024) - (N.º)

Criminalidade violenta e grave	Ano	Total	Esquadras		Variação	
			Gondomar	Rio Tinto	n.º	%
Roubo por esticção	2023	11	4	7	-2	-18,2
	2024	9	2	7		
Roubo na via pública (exceto esticção)	2023	44	14	30	-35	-79,5
	2024	9	2	7		
Roubo em residência	2023	3	1	2	0	0,0
	2024	3	1	2		
Roubo de viatura	2023	5	2	3	-5	-100,0
	2024	0	0	0		
Total	2023	63	21	42	-42	-66,7
	2024	21	5	16		

Criminalidade específica	Ano	Total	Esquadras		Variação	
			Gondomar	Rio Tinto	n.º	%
Furto em residência (arrombamento, escalamento, chave falsa)	2023	73	37	36	15	20,5
	2024	88	38	50		
Furto em edifício comercial/industrial (arrombamento, escalamento, chave falsa)	2023	67	21	46	27	40,3
	2024	94	29	65		
Furto em edifício comercial/industrial (sem arrombamento, escalamento, chave falsa)	2023	42	2	40	-42	-100,0
	2024	0	0	0		
Furto em supermercado	2023	129	2	127	-72	-55,8
	2024	57	3	54		
Furto em veículo motorizado	2023	162	65	97	-89	-54,9
	2024	73	35	38		
Furto de veículo motorizado	2023	113	49	64	-19	-16,8
	2024	94	41	53		
Furto por carteirista	2023	43	16	27	-7	-16,3
	2024	36	13	23		
Total	2023	629	132	315	-187	-29,7
	2024	442	92	168		

Fonte: Polícia de Segurança Pública - Comando Metropolitano do Porto, Divisão Policial de Gondomar, 2023-2024.

Nota: Dados do ano de 2023 e 1.º semestre de 2024.

Quadro 119 – Criminalidade participada e registada em Gondomar segundo a freguesia/UF (2019-2024) - (N.º)

Freguesia	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹⁾
Baguim do Monte (Rio Tinto)	0	0	1	0	0	0
Indt	1	3	0	0	0	0
Lomba	0	1	0	0	0	1
Rio Tinto	0	2	2	1	1	1
União de freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	34	47	23	31	22	10
União de freguesias de Foz do Sousa e Covelo	4	1	3	3	3	1
União de freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	5	3	9	3	5	1
União de freguesias de Melres e Medas	2	3	3	2	2	2
Total Geral	46	60	41	40	33	16

Fonte: GNR de Gondomar, Dados de criminalidade, 2019-2024.

Nota: ¹⁾ Os dados são referentes até junho.

Na análise das situações de violência doméstica denunciadas ou reportadas pelas Forças de Segurança, nomeadamente pela Polícia de Segurança Pública - Comando Metropolitano do Porto/ Divisão Policial de Gondomar entre 2023 e 2024, é de notar a ocorrência dos casos de violência em geral, mas também dos casos sinalizados pela CPCJ de Gondomar, pese embora o movimento de diminuição de crimes denunciados (cf. Quadro 120).

Quadro 120 – Crimes de violência doméstica em Gondomar (2023-2024) - (N.º)

Criminalidade específica	Ano	Total	Esquadras		Variação	
			Gondomar	Rio Tinto	n.º	%
Violência Doméstica	2023	186	58	128	-93	-50,0
	2024	93	36	57		
Sinalização de crianças e jovens para a CPCJ e outras entidades	2023	81	15	66	-58	-71,6
	2024	23	2	21		
Total	2023	267	73	194	-151	-56,6
	2024	116	38	78		

Fonte: Polícia de Segurança Pública - Comando Metropolitano do Porto, Divisão Policial de Gondomar, 2023-2024.

Nota: Dados do ano de 2023 e 1.º semestre de 2024.

À escala inframunicipal, entre 2019 e 2024, a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (de forma bem expressiva) e a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim exibiam, de acordo com a GNR de Gondomar, o maior número de casos de violência doméstica total participada (cf. Quadro 121).

Quadro 121 – Violência doméstica total participada em Gondomar por freguesia/UF (2019-2024) - (N.º)

Freguesia	2019	2020	2021	2022	2023	2024 ¹⁾
Baguim do Monte (Rio Tinto)	1	2	1	1	0	0
Lomba	4	1	7	4	1	0
Rio Tinto	4	4	3	0	3	3
União de freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	114	117	96	110	132	70
União de freguesias de Foz do Sousa e Covelo	16	15	11	14	16	7
União de freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	24	19	20	16	21	13
União de freguesias de Melres e Medas	6	9	13	11	8	6
Indt	3	3	0	0	0	0
Total Geral	172	170	151	156	181	99

Fonte: GNR de Gondomar, Dados de criminalidade, 2019-2024.

Nota: ¹⁾ Os dados são referentes até junho.

Sinistralidade e Acidentes Graves

Entre os anos de 2023 e 2024, de acordo com a Polícia de Segurança Pública - Comando Metropolitano do Porto/ Divisão Policial de Gondomar, o número de acidentes rodoviários diminuiu de modo significativo (n=-446; -48,6%) (cf. Quadro 122).

Durante este período, entre os vários tipos de acidentes, observou-se que a colisão ente veículos ocorreu com maior regularidade, seguida de despistes e atropelamentos, daí resultando, na generalidade, um número mais elevado de feridos ligeiros (em 2024, estes situavam-se nos 118).

Genericamente, foi bem notória a descida global do número de feridos, designadamente -5 no caso dos feridos graves e -141 nos feridos ligeiros.

Quadro 122 – Acidentes (e consequências pessoais decorrentes) em Gondomar (2023-2024) - (N.º)

Tipos de acidente	Ano	Total	Variação		Consequências	Ano	Total	Variação		
			n.º	%				n.º	%	
Colisão entre veículos	2023	712	-342	-48,0	Mortos	2023	0	0	—	
	2024	370				2024	0			
Atropelamento	2023	61	-33	-54,1	Feridos graves	2023	7	-5	-71,4	
	2024	28				2024	2			
Despiste	2023	72	-33	-45,8	Feridos graves	2023	259	-141	-54,4	
	2024	39				2024	118			
Outros	2023	72	-38	-52,8	Inexistentes	2023	0	0	—	
	2024	34				2024	0			
Total	2023	917	-446	-48,6	Desconhecidas	2023	0	0	—	
	2024	471				2024	0			
						Total	2023	266	-146	-54,9
							2024	120		

Fonte: Polícia de Segurança Pública - Comando Metropolitano do Porto, Divisão Policial de Gondomar, 2023-2024.

Nota: Dados do ano de 2023 e 1.º semestre de 2024.

No decorrer do ano de 2024 (até junho), é de assinalar que o concelho de Gondomar não foi afetado por nenhuma catástrofe¹⁴³ (cf. Quadro 123).

Tendo em consideração a definição de acidente grave¹⁴⁴, a Divisão da Proteção Civil e Vistorias do Município de Gondomar registou de 6 521 casos, sendo que a grande maioria se reportava à proteção e assistência a pessoas e bens (emergências médicas) (n=6004). O número de casos foi mais notório na UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim, na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova e na freguesia de Rio Tinto.

Relativamente aos restantes acidentes – riscos tecnológicos (incêndios urbanos/industriais) (n=358) e riscos mistos (florestais/rurais) (n=159) –, estes assumiram maior peso na UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim e na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova.

¹⁴³ Acidente grave ou a serie de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade concelhio.

¹⁴⁴ Acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetível de atingir pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente

Quadro 123 – Acidentes graves em Gondomar por freguesia/UF (2024) - (N.º)

Acidentes Graves	2024 ¹⁾		
Proteção e Assistência a Pessoas e Bens (Emergências Médicas)	6004		
	A		
Riscos Tecnológicos (Incêndios Urbanos/Industriais)	358		
	B		
Riscos Mistos (Florestais/Rurais)	159		
	C		
Total	6521		

Freguesia	A	B	C
Baguim do Monte (Rio Tinto)	359	21	9
Lomba	44	4	3
Rio Tinto	1227	71	19
União de freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	1778	88	43
União de freguesias de Foz do Sousa e Covelo	312	21	25
União de freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim	2010	127	45
União de freguesias de Melres e Medas	271	26	15
Total Geral	6001	358	159

Fonte: Divisão da Proteção Civil e Vistoriais do Município de Gondomar, 2024.

Nota: ¹⁾ Os dados são referentes até junho.

5.10.2. Indicadores gerais de justiça

Tendo como base a segurança jurídica nas relações do quotidiano, é possível avançar igualmente com alguma informação relativa à segurança do tráfico de bens e dos direitos pessoais e patrimoniais das pessoas.

Assim, e no que diz respeito à evolução das escrituras públicas, pode-se concluir que, entre 2013 e 2023, houve uma ampliação generalizada do número de escrituras em quase todos os territórios em análise (Quadro 124).

No interior da AMP, é de notar que o concelho da Trofa assistiu a uma variação positiva muitíssimo expressiva (destacando-se dos restantes municípios) e o concelho de Santa Maria da Feira constituiu a única exceção, num quadro global de aumento, ainda que a diminuição tenha sido neste território muito ligeira.

Centrando a atenção nos principais atos notariais celebrados por escritura pública, rapidamente percebe-se que a “compra e venda de imóveis” e a “habilitação” (por ordem de importância) assumiam o maior relevo nas regiões em análise. Por sua vez, a “constituição de sociedades comerciais e civis” era o ato com menor significado no conjunto de atos notariais.

No caso concreto de Gondomar, é de sublinhar que, em linha com a tendência observada nos restantes territórios, a “habilitação” detinha ainda um maior peso face à “compra e venda de imóveis”.

Quadro 124 – Escrituras Públicas e Principais atos notariais celebrados por escritura pública em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar – (2013-2023) - (N.º)

Territórios	Escrituras Públicas			Compra e venda de imóveis		Const. de propriedade horizontal		Const. de sociedades comerciais e civis		Doação		Habilitação		Hipoteca		Justificação		Mútuo		Partilha	
	2013	2023	2013-2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023	2013	2023
Portugal	163781	310340	146559	61232	123350	1759	2497	763	550	14516	21869	30408	88628	5775	3659	13010	18983	10533	23199	10621	15993
R. Norte	51006	93268	42262	18710	35587	528	867	236	139	4556	7166	8698	23931	1567	1025	4380	7386	2506	6512	3432	5366
AMP	20431	37307	16876	7776	16284	239	379	139	62	1538	2277	3813	9597	929	567	...	672	1206	3799	1395	1962
Arouca	365	602	237	169	271	...	5	68	84	62	134	5	4	45	29	6	19	31	42
Espinho	1061	2355	1294	398	887	6	15	8	3	80	213	203	704	22	25	21	58	84	156	62	146
Gondomar	1027	2026	999	299	552	13	20	12	3	81	120	317	829	21	16	33	37	13	51	81	159
Maia	721	2399	1678	218	1141	8	31	65	148	158	514	47	58	9	19	61	326	61	127
Matosinhos	1604	2303	699	618	795	27	25	16	...	96	149	332	736	55	18	22	25	54	145	100	117
O. Azeméis	562	1166	604	170	414	4	12	...	0	38	78	180	387	23	8	26	24	51	91	40	73
Paredes	852	1413	561	309	554	19	24	72	125	204	395	49	15	28	29	82	183	64	105
Porto	6203	11077	4874	2662	6574	76	91	49	15	349	378	904	1511	425	231	41	150	261	1611	335	355
P. Varzim	1309	1413	104	567	596	12	12	7	3	101	78	152	324	71	22	24	5	240	195	61	51
S.M. Feira	1417	1408	-9	471	434	9	8	4	...	137	80	280	466	29	18	51	39	43	127	197	114
Santo Tirso	675	827	152	245	299	8	11	8	...	79	84	117	252	34	6	25	14	43	56	70	75
S. J. Madeira	324	426	102	102	186	3	6	3	0	45	48	56	114	24	15	10	8	30	30	28	37
Trofa	64	656	592	25	220	...	5	0	12	5	33	9	173	0	13	...	14	13	25	...	36
V. Cambra	196	740	544	104	260	...	6	0	0	28	100	11	235	0	0	9	60	0	11	9	61
Valongo	769	1167	398	237	316	21	11	0	...	60	67	173	474	30	14	27	14	32	96	42	60
V. Conde	721	2488	1767	271	1027	7	41	...	0	85	255	165	736	27	52	22	56	40	205	50	161
V.N. Gaia	2561	4841	2280	911	1758	21	56	19	15	149	237	490	1613	67	52	63	91	153	472	163	243

Fontes: Direção-Geral da Política de Justiça – Portugal, Indicadores de Justiça, 2013-2023; INE.

Notas: ... Dado confidencial; Não foi possível obter resultados para os atos notariais relativos ao "arrendamento comercial" e "trespasse.

5.11. Desporto, Cultura, Lazer e Associativismo

5.11.1. Desporto, Cultura e Lazer

Para a análise deste ponto procura-se apresentar uma síntese das respostas prestadas a nível do desporto, da cultura e do lazer, atendendo à dotação de equipamentos, espaços e atividades, não descurando o facto de que, muitas vezes, estas três áreas se entrecruzam.

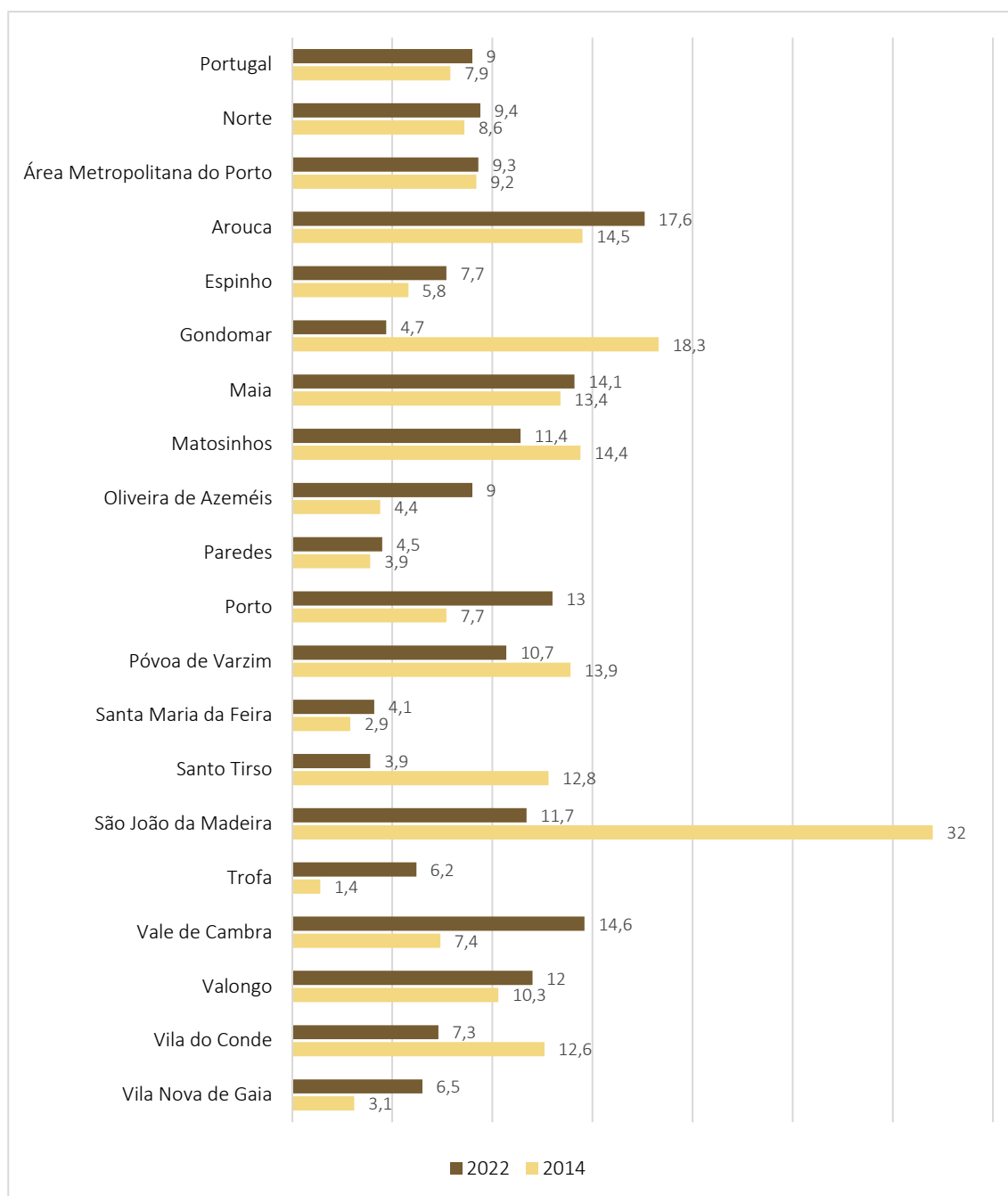
Por um lado, reconhece-se que a prática regular e orientada de atividades físicas e desportivas constitui um fator importante de promoção, de desenvolvimento e de manutenção dos índices de saúde (tanto física como mental) assim como a fruição cultural concorre para índices mais satisfatórios de educação e de cultura da sociedade contemporânea, contribuindo para o seu equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento harmonioso. Por outro, é importante também reconhecer que a própria qualidade dos serviços e equipamentos culturais, desportivos e recreativos a nível local é essencial para enriquecer a governabilidade democrática e fomentar as sociabilidades na vida pública, em torno de atividades de interesse comum.

No que diz respeito às despesas com Desporto e Cultura, pode-se observar no Gráfico 22 a forma como esta matéria se reflete em termos territoriais. A nível nacional, o aumento da despesa com Desporto e Cultura, entre 2014 e 2022, é muito pouco significativo: passa de 7,9% para 9%, percentagens estas relativas ao total de despesas dos municípios portugueses. A região Norte apresenta igualmente um aumento muito ligeiro e a AMP regista um aumento insignificante de 0,1%.

No que respeita aos vários concelhos que compõem a AMP, é possível verificar dinâmicas muito distintas, seja por se tratar de um aumento ou de uma contração, seja pela significância da própria proporção relativamente ao total de despesas. O município de Gondomar faz parte do grupo daqueles que viu diminuir a percentagem de despesas com Desporto e Cultura, juntando-se à Póvoa do Varzim, Matosinhos, Santo Tirso, São João da Madeira e Vila do Conde. Gondomar (-13,6%) é apenas ultrapassado por São João da Madeira, que apresenta uma diminuição de 20,3%. Os municípios que se destacam relativamente a um acréscimo deste tipo de despesa são o Porto e Vale de Cambra.

A quebra sentida no concelho de Gondomar pode indicar a necessidade de se reavaliar a aposta naquelas atividades, sejam do foro desportivo ou cultural, que se revelam atualmente mais desfalcadas, assim como de uma auscultação dos habitantes do concelho (públicos-alvo já consolidados ou potenciais públicos), não deixando de colocar em consideração o papel que este investimento pode trazer ao nível do incremento no número de visitantes e nas dinâmicas de turismo local.

Gráfico 22 – Despesas das câmaras municipais em Cultura e Desporto no total de despesas em Portugal, no Norte, na AMP e em Gondomar (2014-2022) - (%)



Fonte: INE - Portugal, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais, 2014-2022.

5.11.1.1. Desporto

O Município de Gondomar foi selecionado para Cidade Europeia do Desporto 2017, pela ACES Europe (Associação das Cidades Europeias do Desporto), e considerado por ser “um bom exemplo de desporto para todos como instrumento de saúde, integração e educação”¹⁴⁵. Sucede a Setúbal (2016), Loulé (2015), Maia (2014) e Guimarães (2013).

No ano de 2017 existiam, no Município de Gondomar, 150 associações e sete mil atletas federados. Registava-se, ainda, um número total significativo - de cidadãos membros de um clube ou organizados em grupos desportivos - 73720 (dos quais 46296 em associações, 16924 nas piscinas municipais e 10500 em academias/ginásios). Ao nível das infraestruturas, registavam-se sete piscinas municipais (com cerca de dois mil utentes diários), 12 pavilhões municipais, cinco pavilhões gimnodesportivos, 17 campos de futebol, quatro campos de ténis, cinco ginásios de *fitness* e um centro de alto rendimento de desportos náuticos, para além do Complexo Desportivo de Valbom e do Pavilhão Multiusos¹⁴⁶.

De acordo com a informação disponibilizada na Estratégia Municipal de Saúde de Gondomar (2024), para efeitos da candidatura de Gondomar a Cidade Europeia do Desporto para o ano de 2017, o concelho reportou a existência de 178 instalações desportivas, ressaltando-se a particularidade de que o movimento associativo era o grande suporte da oferta desportiva local¹⁴⁷. Os equipamentos de base formativa (campos de jogos, pistas de atletismo, pavilhões polidesportivos, complexo de ténis, salas de desporto e piscinas municipais) são os mais representativos, com 55% do total da oferta. Registavam-se, por sua vez, menos equipamentos desportivos especializados (ginásios, picadeiros, centro de alto rendimento de desportos náuticos, campo de tiro e *indoor soccer*) e de espetáculo desportivo (pavilhão multiusos) (cf. Quadro 125).

Relativamente ao Desporto Escolar, a autarquia assume o objetivo de incentivar a prática regular de atividade física, sendo esta a entidade promotora de Desporto Escolar a todos os níveis de ensino, assim como das Atividades de Enriquecimento Curricular, assegurando, em 2017, atividades desportivas a cerca de 1500 crianças do 1.º ciclo do Ensino Básico (CMG, 2024, p. 79). A Câmara Municipal de Gondomar é, ainda, responsável pela organização de eventos, provas desportivas, manutenção de Pavilhões Gimnodesportivos e de toda a logística inerente aos procedimentos mencionados. O Município também fez um investimento significativo em ciclovias (um total de 25,684 km), em equipamentos para atividades ao ar livre (como campos de voleibol de praia, reabilitação da zona ribeirinha para a prática de caminhadas, corrida e BTT) e incentivado a prática de desporto adaptado (Boccia e Remo).

¹⁴⁵ Informação disponível em: <https://www.cm-gondomar.pt/wp-content/uploads/2018/06/gondomarCDE2017.pdf>

¹⁴⁶ Informação disponível em: <https://www.cm-gondomar.pt/gondomar-eleita-cidade-europeia-do-desporto-2017/>

¹⁴⁷ Para mais desenvolvimento sobre o Associativismo no Município de Gondomar, ver o ponto 5.11.2. «Associativismo e Voluntariado» do presente Capítulo.

Quadro 125 – Tipos e número de instalações desportivas no Município de Gondomar (2017)

Atividade ou Serviço prestado	Iniciativas (Breve descrição)	N.º
Instalações Recreativas (n=65)	Ciclovia	1
	Circuito de Manutenção	2
	Polidesportivos (escolas/privados)	54
	Parque Público	3
	Recinto Voleibol Praia	1
	Equipamentos <i>Street Workout</i>	4
Instalações Formativas (n=98)	Grandes Campos de Jogos	25
	Pista de Atletismo	1
	Pavilhões Desportivos	29
	Polidesportivos Municipais	19
	Salas de Desporto	10
	Piscinas Municipais	7
	Complexo de Ténis	7
Instalações Especializadas (n=14)	Ginásios	8
	Picadeiros	2
	Centro de Alto Rendimento de Desporto Náutico	1
	Campo de Tiro	1
	<i>Indoor Soccer</i>	2
Instalações de espetáculo desportivo (n=1)	Multiusos	1

Fonte: CMG (2024a) - Estratégia Municipal de Saúde de Gondomar (2024-2027), p.44.

A rede de equipamentos desportivos existentes atualmente no Município de Gondomar é bastante alargada, como é possível observar-se no Quadro 126.

Quadro 126 – Rede de Equipamentos Desportivos do Município de Gondomar (2024)

Rede de Pavilhões Desportivos Municipais
Pavilhão da Escola Básica 2/3 de Gondomar Júlio Dinis
Pavilhão da Escola Básica 2/3 de Rio Tinto
Pavilhão da Escola Básica Infanta D. Mafalda
Pavilhão da Escola Secundária de Rio Tinto
Pavilhão da Escola Secundária de Valbom
Pavilhão do Centro de Multivalências de Carreiros
Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Baguim do Monte
Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Covelo
Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Fânzeres
Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Foz do Sousa
Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Jovim
Pavilhão Gimnodesportivo de Medas
Pavilhão Municipal de São Pedro da Cova
Pavilhão Municipal de Valbom
Complexo Desportivo Municipal
Complexo Desportivo de Valbom
Rede de Piscinas Municipais
Piscina Municipais de Baguim do Monte

Piscinas Municipais de Fânzeres
Piscinas Municipais de Gondomar (S. Cosme)
Piscina Municipais de Medas
Piscinas Municipais de Rio Tinto
Piscinas Municipais de S. Pedro da Cova
Piscinas Municipais de Valbom
Instalação de Espetáculo Desportivo
Multiusos de Gondomar

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

Informação disponível em: <https://www.cm-gondomar.pt/atividade-municipal/desporto/>

O Município de Gondomar, ainda no âmbito do Desporto, implementou em 2024 o programa “Gondomar em movimento”, que se destina à prática de atividade física e desportiva ao ar livre, com o objetivo de promover o bem-estar físico e mental da população, fomentar um estilo de vida saudável e dar a conhecer os percursos e trilhos existentes no concelho. Esta iniciativa divide-se em quatro subprogramas: “Aprender a pedalar” (atividades realizadas nas freguesias de Gondomar - S. Cosme, Fânzeres, Baguim do Monte e Valbom); “Caminhe e seja feliz” em S. Pedro da Cova, Valbom, Baguim do Monte, Jovim, Lomba, Melres, Foz do Sousa, Gondomar (S. Cosme) e Rio Tinto; “Passeios D’Ouro” (São Pedro da Cova, Jovim, Foz do Sousa e Melres) e “Skate 4LL” (Skate Park de Gondomar - Parque Urbano de Ramalde)¹⁴⁸.

Relativamente à evolução das despesas em atividades e equipamentos desportivos dos municípios por habitante¹⁴⁹, e considerando os anos de 2014 e 2023, Gondomar apresentava-se em dissonância relativamente que se registava ao nível nacional e regional (neste caso, houve um aumento, em ambos os territórios, em cerca de 20€) e da AMP (havendo um incremento em cerca de 9€), apresentando uma diminuição com alguma significância. Em 2014, a despesa anual concelhia foi de 34€ por habitante, enquanto que, em 2023, foi de 22,7€.

5.11.1.2. Cultura

Os principais equipamentos culturais existentes do concelho de Gondomar são o Auditório Municipal de Gondomar (AuMG), o Centro Cultural de Rio Tinto Amália Rodrigues (CCRTAR), o Anfiteatro do Largo do Souto (ALSo) e o Anfiteatro do Largo do Mosteiro (ALMo), espaços de utilização polivalente que o município pretende que sejam polos aglomeradores e dinamizadores das mais variadas vertentes culturais, nomeadamente espetáculos cénicos, musicais, cinematográficos e artísticos. Em 2024, o número total de visitantes destes quatro espaços culturais foi de 312 000.

¹⁴⁸ Informação disponível em: <https://www.cm-gondomar.pt/atividade-municipal/desporto/atividade-desportiva/programas-municipais-atividade-fisica-desportiva-gondomar-em-movimento>

¹⁴⁹ De acordo com o INE- Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais- Despesas em atividades e equipamentos desportivos dos municípios por habitante (€) por Localização geográfica (NUTS- 2013); Anual.

Merece igualmente destaque, como equipamento com um papel na dinâmica cultural do concelho, a Biblioteca Municipal de Gondomar “Camilo de Oliveira”. No Quadro 128, é possível observar que o número de exposições aumentou significativamente nos últimos três anos, e que os eventos sobre Literatura, embora tenham diminuído ligeiramente entre 2023 e 2024, sofreram um incremento significativo entre 2022 e 2023, tendência semelhante ao que aconteceu relativamente à organização de Seminários.

Quadro 127 – Evolução do número de ações culturais e número de utilizadores da Biblioteca Municipal Camilo de Oliveira
(2022-2024) - (N.º)

Cultura	2022	2023	2024
N.º total de utilizadores	8701	9004	9314
N.º total de livros requisitados	9284	11379	11431
Serviço educativo	53	73	71
Exposições	3	3	12
Literatura	6	15	12
Seminários	19	35	24
Artes (Teatro/Cinema/Música)	0	1	1
N. Total de Entradas/Utilizações	11467	21298	18423

Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

Segundo a informação partilhada na EMS, Gondomar possui locais com intervenções culturais, nomeadamente de arte urbana, em Rio Tinto, Monte Crasto, São Cosme e Valbom. O Polo de Rio Tinto tem localização central e na área do recinto da feira encontra-se a Quinta das Freiras, que acolhe a Casa da Juventude e as Piscinas Municipais. Na área circundante, com potencial turístico, existe o Parque Urbano de Rio Tinto, a Igreja Matriz, a Estação de comboios que dispõe de um painel de azulejos sobre o edifício histórico das Lavadeiras de Rio Tinto, a fundição de sinos que, apesar de encerrada, conserva os sinos que nunca chegaram a ser terminados.

O Polo de Monte Crasto oferece um espaço diversificado e multifuncional, refletindo a riqueza histórica, cultural e ambiental de Gondomar. No centro da cidade, encontram-se a Biblioteca Municipal de Gondomar e o Auditório Municipal de Gondomar, situados junto ao Parque Urbano de São Cosme, onde são desenvolvidas diversas atividades culturais. A Polis de Gondomar, localizada na zona ribeirinha do Douro, possui um percurso pedestre. A Casa Branca de Gramido, com um grande interesse patrimonial, é um espaço cultural destinado a exposições, concertos e palestras, além de albergar a loja interativa de turismo. A Fundação Júlio Resende e a Casa-Atelier do Mestre Júlio Resende apresentam uma mostra permanente e oferecem exposições temporárias e conferências.

Importa, ainda, destacar o Multiusos de Gondomar, equipamento desportivo e cultural de maior dimensão do concelho. Dispõe de uma nave central - com mais de 6 mil m² - vocacionada para acolher grandes espetáculos, concertos/eventos culturais, congressos, convenções e feiras, assim como espetáculos

desportivos. Existe, ainda, uma sala polivalente, com 600 m² - a Sala D'Ouro - a qual acolhe conferências e eventos diversos de pequena ou média dimensão.

A dinâmica cultural do Município de Gondomar também se caracteriza pelas suas festas e romarias, que constituem uma tradição popular e que têm revelado um interesse crescente juntos dos habitantes e visitantes. O Município destaca a Romaria de Nossa Senhora do Rosário, São Cosme e São Damião (que decorre na freguesia de Gondomar – S. Cosme) como a mais importante manifestação popular do concelho. A “Festa das Nozes”, nome pela qual também é conhecida, acontece há mais de 300 anos.

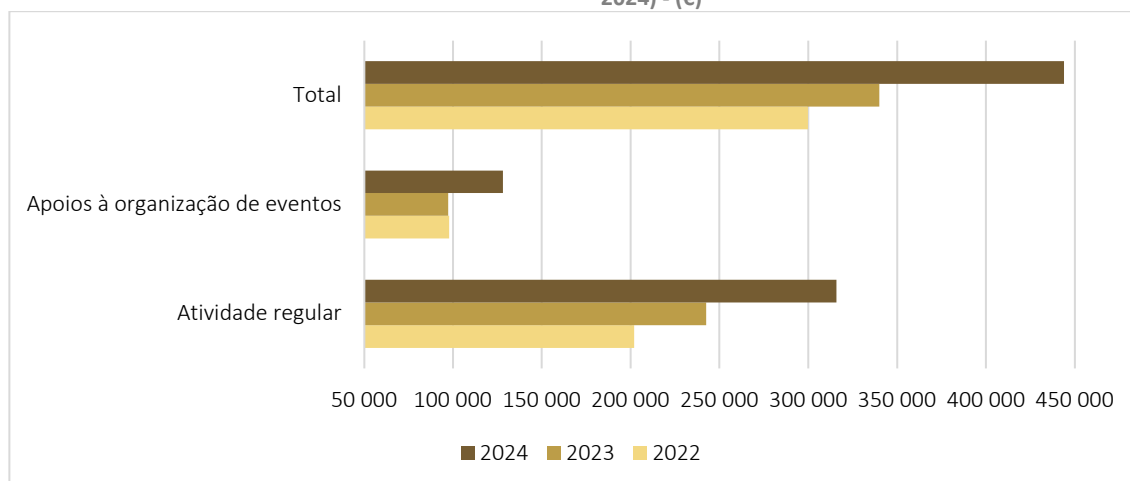
Muitas outras festas populares são conhecidas no concelho, tais como: as festas em honra de S. Bento das Pêras, S. Sebastião, Sto. António, S. Cristóvão, Sr. dos Aflitos, Nossa Sr.ª da Conceição e Sta. Luzia, em Rio Tinto; S. Vicente, St.ª Isidoro, Nossa Sr.ª Mãe dos Homens, Sto. António, Nossa Sr.ª da Atalaia (Nossa Sr.ª dos Remédios), Sr. dos Aflitos, Nossa Sr.ª de Fátima, S. Miguel e Almas, S. Cosme e S. Damião e Nossa Sr.ª do Rosário, em Gondomar (S. Cosme); S. Brás e Imaculado Coração de Jesus, em Baguim do Monte; S. Gonçalo, St.ª Isabel e Nossa Sr.ª dos Navegantes, em Covelo; Nossa Sr.ª de Fátima, Sto. António, St.ª Bárbara, S. Tiago e Divino Salvador, em Fânzeres; Sto. Amaro, S. Jorge, St.ª Helena, S. João Baptista, Nossa Sr.ª Aparecida, Nossa Sr.ª da Livração, S. Roque e Sto. Ovídio, na Foz do Sousa, Nossa Sr.ª do Ó, Sto. António, Festa do Senhor e Santa Eufémia, na Lomba; Nossa Sr.ª de Canas, Sr.ª da Hora e Divino Salvador, em Medas; Senhor dos Passos, Nossa Sr.ª de Fátima, St.ª Iria, Domingo do Senhor, Nossa Sr.ª da Piedade, Nossa Sr.ª da Assunção, S. Bartolomeu e Feira das Nozes, em Melres; S. Pedro e S. Paulo, Festas da Vila e S. Vicente, em S. Pedro da Cova; S. Pedro e Sagrada Família, em Valbom e, ainda, Sr.ª das Neves e Santa Cruz, em Jovim.

Merecem ainda destaque as Bandas de Música do concelho de Gondomar: a Banda de S. Cristóvão de Rio Tinto; a Banda Musical de Gondomar; a Banda Musical de Melres e a Banda Musical de S. Pedro da Cova. Estas têm mantido, nos últimos dois anos, uma regularidade idêntica na realização de concertos, sendo que, em 2024, ofereceram, no seu conjunto, um total de 75 espetáculos.

No que diz respeito às associações gondomarenses que desenvolvem atividades de natureza cultural e recreativa, constata-se um aumento significativo do apoio financeiro prestado pelo Município, através do Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo¹⁵⁰, nomeadamente no que concerne à atividade regular, que engloba as seguintes coletividades: Grupo/Rancho Folclórico; Banda de Música; Orfeão / Grupo Coral; Grupo de Música Popular / Tradicional; Fanfarra; Grupo de Dança; Grupo de Teatro; Movimento Escutista; Animação de Rua; Orquestra e Escola de teatro, música. O montante dispensado para a organização de eventos, naturalmente menor, também sofreu uma evolução positiva entre 2023 e 2024 (cf. Gráfico 23)

¹⁵⁰ A Câmara Municipal de Gondomar esclarece que, atendendo ao crescente número de candidaturas afetas à atividade regular e a Organização Eventos/ Atividades Pontuais, a verba disponível esgota nestas vertentes, pelo que não tem sido possível apoiar candidaturas na rubrica “Apoio a obras e a aquisição de equipamentos”.

Gráfico 23 – Evolução dos apoios financeiros no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo (2022-2024) - (€)



Fonte: Câmara Municipal de Gondomar, 2024.

No respeitante às despesas anuais em atividades culturais e criativas dos municípios por habitante, considerando a comparação dos valores registados no ano de 2014 e no ano de 2023, verifica-se uma tendência semelhante àquela descrita anteriormente relativa às despesas com equipamentos e atividades desportivas. O Município de Gondomar não acompanha a evolução positiva que se registou ao nível nacional e regional (mais cerca de 30€ e 18€, respetivamente, por habitante) nem ao nível da AMP (onde se registou um aumento em cerca de 12€), exibindo uma diminuição com alguma significância. Em 2014, a despesa anual foi de 35€ por habitante, enquanto que, em 2023, foi de 15,4€, dados que evidenciam um desinvestimento bastante significativo¹⁵¹.

5.11.1.3. Lazer

Dirigidas a vários públicos-alvo, existe no concelho de Gondomar uma diversidade de atividades municipais, algumas delas consubstanciadas em operações ou projetos que foram sendo mencionadas ao longo dos anteriores subpontos do Capítulo 5 do presente documento. Neste ponto, o foco incidirá sobre alguns espaços de lazer presentes no território¹⁵².

Os Espaços Verdes do concelho de Gondomar são geridos pelo Sector de Parques e Jardins, inserido no Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, que garante a manutenção de todos os jardins e parques públicos existentes no território, assim como a execução de novos espaços ajardinados. Estes constituem-se como locais que proporcionam momentos de lazer aos habitantes e visitantes do concelho.

¹⁵¹ De acordo com o INE- Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais- Despesas em atividades culturais e criativas dos municípios por habitante (€) por Localização geográfica (NUTS- 2013); Anual.

¹⁵² Neste caso, não havendo a pretensão de esgotar a sua elencagem, dá-se particular ênfase naqueles que proporcionam atividades ao ar livre. Considera-se que muitos espaços denominados desportivos ou culturais também proporcionam atividades que se podem igualmente associar uma dimensão de lazer. Por esse motivo, a leitura destes pontos deve ser vista como interligada.

A sede de concelho, particularmente o seu centro, sofreu uma reorganização urbana com a criação de novos espaços verdes com o objetivo de atrair os munícipes a usufruir de todo o eixo compreendido entre o Largo do Souto e a Biblioteca Municipal, até à entrada do IC 29, passando pelos jardins da Travessia Pedonal 25 de Abril e do Auditório Municipal. De resto, em todo o concelho procedeu-se à remodelação de espaços, dotando-os de sistemas de rega e relvados ou outro tipo de plantas, dependentes do objetivo e das condições do terreno¹⁵³.

Em Gondomar, os espaços verdes com utilidade de espaço público são maioritariamente áreas de lazer em zonas fluviais existentes na parte mais rural do concelho. A saber:

- A Quinta da Bandeirinha, também em Melres, junto ao edifício da Junta de Freguesia, concluído em 2006, engloba um Passeio em direção ao Rio Douro, com uma ampla zona de relvado e um laranjal, com campo de jogos e parque infantil;
- O Areio da Lomba, na freguesia com o mesmo nome dispõe de zonas de repouso e lazer e áreas destinadas a churrascos;
- O Areio de Marecos, em Jovim, que se estende por 500 metros de marginal do Rio Douro, é uma área de repouso e lazer com zonas de sombra e outras soalheiras;
- O Areio de Moreira, em Melres, é outra das marginais do Rio Douro, que se estende por 200 metros e que apresenta zonas de lazer e descanso, assim como áreas destinadas a churrascos;
- O Parque de Merendas de Covelo, com uma área de 2700 m² remodelada em 2007, possui um parque infantil, uma zona para churrascos, e uma ampla área verde de lazer e repouso marginada pelo rio e com um estrato arbóreo que faculta uma enorme zona de sombra;
- O Parque de Merendas de Travassos, na freguesia da Foz do Sousa, situado junto à foz do Rio Ferreira, apresenta-se, igualmente, como uma zona ribeirinha de lazer e repouso, com uma área de 3750m², com mesas para piqueniques.

Desde setembro de 2013, o Município de Gondomar tem investido em novos equipamentos lúdicos com acesso livre e usufruto autónomo na Quinta do Passal, que proporcionam aos visitantes jardins temáticos para observação e interpretação da natureza, parque de merendas, parques infantis, circuito de arborismo, *farm golf*, slide e parede de escalada, bicicletas para passeio.

Na zona mais urbana do concelho de Gondomar existe ainda:

¹⁵³ Informação disponível em: <https://www.cm-gondomar.pt/atividade-municipal/ambiente/espacos-verdes/>

- O Monte Crasto, na freguesia sede de Concelho (Gondomar - S. Cosme), com um conjunto arbóreo muito importante para a envolvente urbana, e um miradouro sobre as cidades de Gondomar, do Porto e de Vila Nova de Gaia;
- O Parque Urbano da Quinta das Freiras, em Rio Tinto, com um circuito de manutenção, campos de jogos e de ténis, e parque infantil, numa área aproximada a 4,5 hectares;
- O Parque Urbano de Rio Tinto, localizado no centro da cidade, que abrange 36.500 m² e conta com equipamentos de lazer, lugares de estacionamento, um anfiteatro, uma esplanada, equipamentos desportivos e equipamentos caninos.

No respeitante especificamente ao público mais jovem, o município é dotado de um número considerável de Parques Infantis (cf. Quadro 128).

Quadro 128 – Parques Infantis instalados no Município de Gondomar (2017)

Parques Infantis		
JI Aguiar	JI Vinhal	EB1 Taralhão
Largo do Souto	JI Jovim	Fânzeres (EB1 Bela Vista)
CH do Monte Crasto	Igreja Valbom	EB1 Silveirinhos
Rua Claro Fângio	CH Monte Valbom	CH Gandra
Portelinha	EB1 Aguiar	EB1 Vinhal
CH Santo António	Ramalde	Quinta do Passal
EB1 Passal (adaptado)	EB1 Boucinha/Lourinha	CH Jovim (Trás da Serra)
JI da Arroteia	EB2/3 Rio Tinto (adaptado)	Polis
Parque de Merendas do Covelo	CH Padre Vidinha	Calvário
Largo dos Navegantes	Camilo Castelo Branco	CH da Fontela
CH da Lomba	EB1 Passal	CE JI Boavista/Lourinha
JI Santegãos	Quinta do Sol	CH da Ponte
JI Boucinha	CH Padre Vaz Zorra	JI Portelinha 2
JI Portelinha Alto Soutelo	JI Areja	JI Centro Social Estrelas Silveirinhos (Mineiro)
JI Cimo de Vila	Quinta das Freiras	CH Durão Barroso
JI Branzelo	Corim	CH do Covelo
JI da Venda nova	JMercado da Areosa	Largo Padre Luiz Alberto
Campinho	CH de Medas	Pé de Moura
JI Baguim	Bandeirinha	Parque Urbano de Rio Tinto
CH Ribeira	Cais da Lixa	CH Carreiros
JI Baixinho	CE da Venda Nova	EB1 São Caetano 1
Praceta António Pedro JF	Largo de São Brás	EB1 Cimo de Vila
EB1 Alvarinha	JI Entre Cancelas	CH Branzelo
Centro Infantil dos Carregais	JI Ribeira	JI Vila Cova
Fânzeres (Rio Tinto)	JI Seixo	Cidade jovem
Centro Social Silveirinhos	Largo Júlio Dinis	CH Crasto
JI Tardariz Belo Horizonte	JI Portelinha 1	JI Jancido
JI Zebreiros	CH Areias	JI / EB1 Vila Verde
Largo da Igreja Fânzeres	Rio Tinto	CH Tardariz
CH Santa Bárbara	Fânzeres (JI Bela Vista)	JI Atães
JI Quinta do Sol	Rua Padre António Vieira	EB1 Arroteia
EB1 Gandra	CE São Cosme	CE São Cosme Adaptado

Fonte: CMG (2024a) – Estratégia Municipal de Saúde, p. 47.

5.11.2. Associativismo e Voluntariado

5.11.2.1. Associativismo

No documento oficial que descreve os princípios orientadores para o Programa de Apoio ao Movimento Associativo do Município de Gondomar (entretanto atualizado), reconhece-se que o Movimento Associativo no Município de Gondomar é um dos melhores exemplos ao nível nacional, destacando-se a grande mobilização dos habitantes em processos de participação social, cultural, recreativo e desportivo, assim como em processos de inclusão e de respeito pela cidadania. Este é descrito como um “(...) exemplo de organização e cooperação que tem vindo a desempenhar um papel fundamental na diversificação e qualificação de serviços e respostas à comunidade, mobilizando sinergias que historicamente têm contribuído para incluir, instigar e motivar as pessoas a participar ativamente na dinâmica da sua comunidade” (CMG, 2019/2021, p. 2). Os critérios para a concessão de apoio são os seguintes: fazer parte do Conselho Local de Ação Social do Município de Gondomar (CLAS`G); possuir estatuto de IPSS ou Associação de caráter social e estar devidamente registada no Cadastro Municipal do Movimento Associativo.

Em maio de 2024, o Município aprovou a proposta de princípios orientadores da nova edição do Programa de Apoio ao Movimento Associativo. O programa prevê a atribuição de apoios de 1,8 milhões de euros, valor que deverá respeitar a seguinte distribuição: 200 mil euros para a área do desenvolvimento social, 340 mil euros destinados à componente cultural e recreativa, 550 mil euros à prática desportiva, 40 mil ao apoio socioeducativo e 35 mil à proteção animal e defesa do ambiente.

O remanescente de 600 mil euros será designado para apoios pontuais: 100 mil para o desenvolvimento social, 200 mil para a atividade cultural e recreativa e 300 mil para a atividade desportiva, sendo que está ainda previsto um apoio de 35 mil euros à Federação das Coletividades do Concelho de Gondomar¹⁵⁴.

No que diz respeito a apoios específicos que se encontram disponibilizados pela Atividade Municipal direcionados ao Movimento Associativo presente no concelho de Gondomar, em 2024 foi possível a candidatura o Programa de Apoio de proteção Animal, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social, o Programa de Apoio à Prática Desportiva e o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Escuteiros.

Existem ainda, desde 2021: O Programa de Apoio Socioeducativo e o Programa de Apoio de Defesa do Ambiente. Desde 2019, estão igualmente disponíveis para candidatura a apoios municipais: o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Orquestra Ligeira ou Juvenil; o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Orfeão e Grupo Coral; o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Grupo ou Rancho Folclórico; o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Grupo Música Popular Tradicional; o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Grupo de Teatro; o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Grupo de Dança; o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa –

¹⁵⁴ Informação disponível em: <https://www.cm-gondomar.pt/programa-de-apoio-ao-movimento-associativo-com-verbas-de-18-milhoes-de-euros/>

Formulário Aquisição de Bens; o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Ficha de Caracterização da Associação; Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Fanfarra; Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Escolas; o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Banda de Música; o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Apoio a Obras; o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Apoio a Atividades Pontuais; e o Programa de Apoio à Atividade Cultural e Recreativa – Animação de Rua.

Existem, segundo as listagens que constam do Portal do Associativismo, um total de 348 Associações no Município de Gondomar. Estas distribuem-se territorialmente conforme a informação presente no Quadro 129. É possível observar-se que, entre 2014 e 2024, houve um ligeiro incremento no número de associações. A UF de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim é aquela que apresenta o aumento mais significativo. Apenas a freguesia de Lomba regista uma quebra no número de associações com sede nesse território.

Quadro 129 – Evolução do número de Associações no Município de Gondomar (2014-2024) – (N.º)

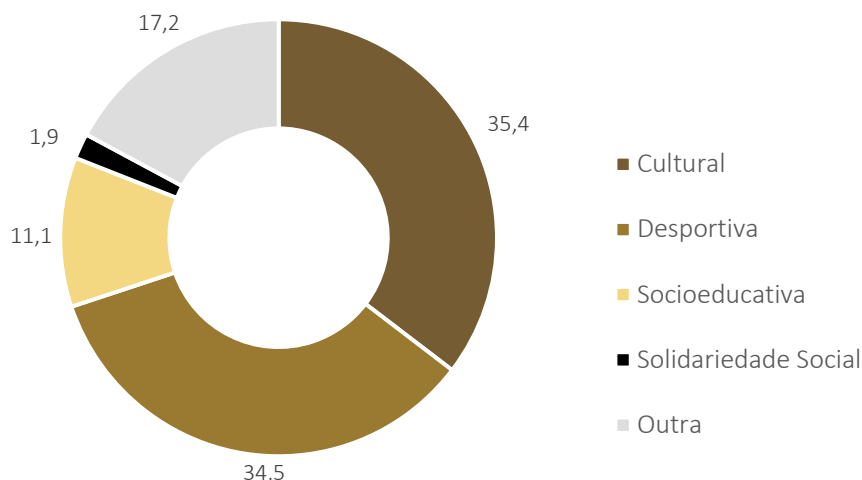
Freguesias/UF	N.º de Associações	
	2014	2024
Baguim do Monte	28	28
Lomba	8	3
Rio Tinto	69	70
UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova	69	69
UF de Foz do Sousa e Covelo	24	30
UF de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim	97	125
UF de Melres e Medas	18	23
TOTAL	313	348

Fonte: CMG (2015a). Diagnóstico Social do Município de Gondomar. e informação disponível em:

<https://associativismo.cm-gondomar.pt/associacoes/por-freguesia>

No que diz respeito à atividade das Associações, nota-se que as de cariz cultural e desportivo são as mais representadas, com cerca de 35% de associações com (pelo menos) atividade cultural e uma percentagem semelhante relativamente à atividade desportiva. De natureza associada à solidariedade social, existem apenas 1,9% de associações no concelho de Gondomar (cf. Gráfico 24).

Gráfico 24 – Associações do Município de Gondomar por atividade (2014) - (%)



Fonte: Informação disponível em: <https://associativismo.cm-gondomar.pt/associacoes/por-atividade>

5.11.2.2. Voluntariado

O Banco Local de Voluntariado (BLV) de Gondomar é uma estrutura dinamizada pelo Município de Gondomar, que permite, de forma flexível e descentralizada, facilitar o voluntariado, convergindo-se como um local de encontro entre pessoas que manifestam a sua disponibilidade e vontade para serem voluntárias e entidades que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade.

O BLV de Gondomar, segundo o respetivo regulamento interno¹⁵⁵ visa: i) criar uma estrutura devidamente organizada e de suporte a toda a intervenção voluntária, promovendo o encontro entre a oferta e a procura de voluntariado, concertando os diversos intervenientes locais; ii) divulgar projetos e oportunidades de Voluntariado; iii) apoiar continuamente as relações mútuas entre o voluntário e as organizações que o acolhem, assim como o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário, promovendo a qualidade e a gestão das instituições e voluntários e iv) valorizar, promover e incentivar a prática do Voluntariado, bem como dar a conhecer as boas práticas instituídas.

Encontram-se inscritos, atualmente, 462 voluntários/as, enquanto que, em 2014, este número era de 234¹⁵⁶. No que diz respeito ao perfil dos/as voluntários/as do concelho de Gondomar, estão aqui consideradas as seguintes variáveis: género, escalão etário, nível de escolaridade e situação no emprego.

¹⁵⁵ Informação disponível em: https://www.cm-gondomar.pt/wp-content/uploads/2017/03/10_Regulamento_Interno_Banco_Local_de_Voluntariado_de_Gondomar.pdf

¹⁵⁶ Os dados relativos ao ano de 2014 têm por base o anterior Diagnóstico Social do Município de Gondomar.

Quadro 130 – Perfil dos/as Voluntários/as inscritos no BLV de Gondomar, segundo o sexo, escalão etário e nível de escolaridade (novembro de 2024) – (N.º)

Género	Feminino	336
	Masculino	126
Escalão etário	≤ 14	0
	15 – 24	27
	25 – 44	179
	45 - 64	159
	≥ 65	93
Nível de escolaridade	Nenhum	0
	1.º Ciclo E.B.	25
	2.º Ciclo E.B.	17
	3.º Ciclo E.B.	66
	Ensino Secundário e Pós-Secundário	129
	Ensino Superior	142
	Sem Informação	83
Situação no emprego	Empregado/a	147
	Desempregado/a	88
	Inativo/a	129*
	Sem informação	98

Fonte: BLV de Gondomar, 2024.

Nota: * Este número contempla inativos/as, estudantes e reformados.

Cerca de 73% são mulheres, mantendo uma tendência semelhante ao ano de 2014. Em termos etários, 38,7% tem entre 25 e 44 anos e 34,4% entre 45 e 64 anos. Note-se que, em 2014, o voluntariado era caracterizado por uma população mais jovem, na sua maioria entre 26 e os 35 anos de idade e os 16 aos 25 anos. Existe, atualmente, um número significativo de voluntários/as com 65 anos ou mais (n=93), representando 20% desta população.

Exibindo valores idênticos aos observados em 2014, é possível observar que mais de metade, i.e. cerca de 59%, detém o nível de Ensino Secundário, Pós-Secundário e Ensino Superior, somando 271 pessoas inscritas no BLV.

Quanto à situação no emprego, a categoria que reúne mais voluntários/as é a das pessoas empregadas (n=147), havendo ainda um número significativo, muito próximo do anterior, que junta inativos/as, estudantes e reformadas (n=129) (cf. Quadro 130).

Contabilizam-se, em novembro de 2024, 35 Organizações promotoras de Voluntariado no Município de Gondomar, na sua grande maioria associações. A principal atividade de 49% destas organizações são serviços sociais (cf. Quadro 131).

Quadro 131 – Perfil das Organizações Promotoras de Voluntariado no Município de Gondomar, segundo a natureza e a atividade (novembro de 2024) – (N.º)

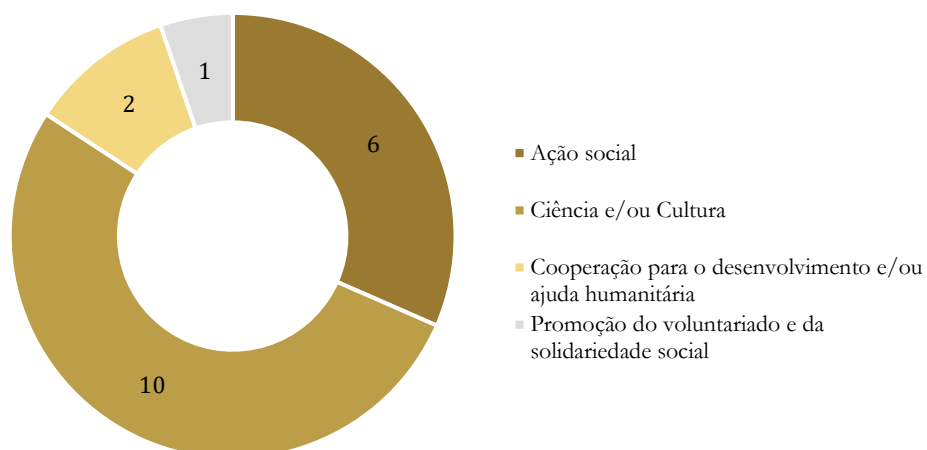
Natureza das Organizações	Associação	29
	Cooperativa	0
	Fundação	1
	Misericórdia	1
	Entidade pública	3
	Outra	1
Atividade das Organizações	Cultura, comunicação e atividades de recreio	4
	Educação	3
	Saúde	2
	Serviços sociais	17
	Atividades de proteção ambiental	0
	Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	3
	Atividades de intervenção cívica	3
	Filantropia e promoção do voluntariado	1
	Religião	1
	Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	1
	Serviços profissionais científicos e administrativos	0
	Outras atividades	0

Fonte: BLV de Gondomar, 2024.

Entre janeiro e novembro de 2024, registaram-se 19 Ações de Voluntariado, que contaram com a participação de 137 voluntários/as – apenas cerca de 30% dos/as inscritos/as –, sendo que 10 dessas ações dirigiram-se às áreas da Ciência e da Cultura e 6 a atividades/projetos de ação social (cf. Gráfico 25).

De acordo com a listagem cedida pelo BLV, não se registaram, neste período, quaisquer ações das seguintes áreas que envolvessem a colaboração de voluntários/as: Ação Cívica, Defesa do Consumidor, Defesa do Património e do Ambiente, Desenvolvimento da Vida Associativa e da Economia Social, Desporto, Educação, Emprego e Formação Profissional, Justiça, Proteção Civil e Saúde.

Gráfico 25 – Ações de Voluntariado por domínio de atividade (janeiro a novembro de 2024) - (N.º)



Fonte: BLV de Gondomar, 2024.

6. NOTAS DE SÍNTESE E PRINCIPAIS DESAFIOS

O retrato do território municipal aqui proposto sintetiza os resultados das análises realizadas a partir dos vários indicadores mobilizados para o efeito, perspetivando as dimensões fundamentais do perfil social do território com base na evolução sentida nos últimos anos e à luz do respetivo enquadramento nacional e regional.

Sempre que possível, utilizou-se, na análise, a escala inframunicipal com a finalidade de proceder à identificação e objetivação de tendências e fenómenos relevantes observáveis ao nível das freguesias e uniões de freguesia.

Em jeito de síntese conclusiva, são apresentadas neste ponto as principais tendências de evolução da situação social do concelho de Gondomar de acordo com as áreas temáticas cobertas em sede de Diagnóstico Social.

Dinâmica Populacional

- ✓ Apesar de ter vindo a perder população, em 2021, Gondomar era o 4.º concelho da região com o peso demográfico mais significativo na AMP (9,5%), tendência essa igualmente notada há uma década atrás. Entre 2011 e 2021, houve uma perda populacional em quase todas as freguesias, à exceção de Baguim do Monte e Rio Tinto.
- ✓ Gondomar revelou uma evolução favorável da taxa de crescimento efetivo face à última década - entre 2011 e 2023, a taxa passou de 0,12% para 0,79%.
O território tem vindo a aproximar-se dos valores médios da AMP, mas situava-se, ao nível regional, entre os concelhos com os valores mais baixos da taxa de crescimento migratório – em 2023, era de 0,99%.
- ✓ A população residente de nacionalidade estrangeira no concelho tem-se mantido bem abaixo dos valores médios nacionais e regionais. Em 2021, esta representava 1,9% no total do concelho, valor acima do verificado em 2011 (1,0%). Internamente, a freguesia de Rio Tinto era aquela que registava as proporções mais elevadas.
- ✓ Em 2023, Gondomar registava uma taxa de crescimento natural negativa (-0,20%), que tem vindo a recuar desde 2021 (-0,30%).
- ✓ Gondomar ocupava, em 2023, uma posição intermédia no interior da AMP no que toca aos valores de natalidade (7,3‰), confirmando uma dinâmica natural em curva descendente e cada vez mais lenta.
- ✓ Apesar da tendência generalizada de queda da taxa bruta de natalidade (-1,0 ‰ face a 2011), o concelho revelava, em 2023, um comportamento menos gravoso quando comparado com outros concelhos da região da AMP.
- ✓ Entrando em convergência com os valores da AMP, o concelho de Gondomar exibiu, em 2023, uma posição favorável no interior da região. A taxa de fecundidade geral era de 34,4‰.
- ✓ No interior da AMP, Gondomar apresentava, em 2023, a taxa mais reduzida de nupcialidade (1,6‰), registando uma quebra importante face a 2011 (-0,9‰).
- ✓ Gondomar tem assistido à diminuição da dimensão média das famílias – em 2001 era de 3,0 elementos havendo, em 2021, uma inflexão da descida para 2,6.
A proporção de famílias compostas por duas a quatro pessoas assumiu, em 2021, prevalência no território.

Gondomar encontrava-se, em 2021, entre os concelhos da região que exibiam proporções relativas mais baixas de famílias com um só elemento e entre aqueles que ainda mostravam proporções relativas importantes de famílias com cinco ou mais elementos.

Em 2021, a proporção das famílias unipessoais situava-se nos 19,8%, valor ainda abaixo da verificada à escala nacional e regional.

Em 2021, as famílias unipessoais constituídas por pessoas com mais de 65 anos representavam no concelho de Gondomar quase 10% no total de famílias clássicas unipessoais e uma parcela muito importante no conjunto de famílias unipessoais existentes (49,3%).

Envelhecimento e Dependência

- ✓ Num quadro de perda de população residente, o cenário de quebra é ainda mais gravoso na proporção de população com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos – entre 2011 e 2021, a quebra foi de 20,8%.
Em 2021, a UF de Foz do Sousa e Covelo, a UF de Melres e Medas e a freguesia da Lomba registavam as proporções mais reduzidas de população desta faixa etária.
- ✓ Gondomar assistiu, no conjunto da sua população, a um reforço importante da proporção de indivíduos com 65 e mais anos - entre 2011 e 2021 a variação de aumento foi de 39,4%, variação bem acima dos valores nacionais e regionais.
Internamente, a freguesia de Baguim do Monte e a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim sofreram as variações positivas mais significativas.
- ✓ O território tem observado índices de envelhecimento inferiores aos registados nos contextos regional e nacional (na casa dos 175 idosos por 100 jovens).
À escala inframunicipal, a freguesia da Lomba ganhava um grande destaque – em 2021, o índice de envelhecimento situava-se na casa dos 437 idosos por 100 jovens –, seguindo-se a UF de Foz do Sousa e Covelo com um índice na ordem dos 232.
- ✓ O concelho tem revelado um índice de dependência da população (dependência total) em processo de agravamento (em 2021, por cada 100 pessoas em idade ativa existiam 51 que eram dependentes), no entanto este movimento não era tão penalizante como noutros concelhos da AMP.

Educação

- ✓ O território tem visto aumentar, desde 2011, globalmente o acesso aos diferentes níveis de instrução/escolaridade, sendo os ganhos particularmente mais significativos nos patamares intermédios (3.º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário).
A proporção de população com o 1.º ciclo do Ensino Básico completo no concelho era, em 2021, ainda muito significativa (23,2%), denotando ainda certas fragilidades da população do território no processo de elevação das qualificações/títulos escolares. Gondomar revelava também, em 2021, um ritmo de convergência no acesso aos patamares de instrução superiores não tão expressivo como no país e na AMP.
- ✓ No interior da AMP, Gondomar encontrava-se no grupo de concelhos com taxas mais reduzidas de analfabetismo. O ritmo de redução foi mais intenso no universo masculino do que no feminino, continuando as mulheres a serem mais penalizadas neste indicador.
Internamente, a freguesia da Lomba e a UF de Melres e Medas eram aquelas que, em 2021, exibiam taxas de analfabetismo mais elevadas (respetivamente, 13,3% e 11,5%).
- ✓ Apesar do importante recuo, o território encontrava-se entre os concelhos da AMP com as taxas mais elevadas de retenção e de desistência do Ensino Básico, sendo mais expressiva no 3.º ciclo.
Gondomar assistiu também a um decréscimo da taxa de retenção e de desistência no Ensino Secundário (-8,1%) – de 14,7%, em 2014/2015, para 6,6% em 2022/2023.

Por tipo de oferta, nota-se que a descida foi significativa nos Cursos Gerais/Científico-Humanísticos (-10,7%) ao passo que nos Cursos Tecnológicos e Profissionais a taxa sofreu um ligeiro aumento (+0,4%).

- ✓ Em Gondomar, a frequência do Pré-Escolar teve um aumento de quase 8,6% – a taxa bruta de Pré-Escolarização situava-se, em 2014/2015, nos 78,6% e, em 2022/2023, nos 86,9%.
O concelho, no interior da região, continuava a revelar, em 2022/2023, a segunda mais baixa taxa bruta de Escolarização no Ensino Básico (91,9%).
No Ensino Secundário, Gondomar registou, entre 2014/2015 e 2022/2023, um aumento de praticamente 10% da taxa bruta de Escolarização, mas permanecia, em 2022/2023, com a segunda mais baixa taxa no interior da AMP.

Atividade Económica, Emprego e Qualificações

- ✓ Apesar de exibir uma variação negativa entre 2011 e 2021 (-1,5%), Gondomar tem mantido uma posição relativamente favorável no interior da AMP no que toca à evolução da taxa de atividade.
No concelho, as freguesias de Rio Tinto e Baguim do Monte e a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim revelavam, em 2021, as taxas de atividade mais elevadas (tanto masculinas como femininas), por oposição à freguesia da Lomba.
- ✓ Desde 2011, é perceptível uma variação bastante mais ligeira da taxa de emprego em Gondomar, sendo que, em 2021, Gondomar detinha uma taxa de emprego (49,3%) ligeiramente superior à do país (49,1%).
Em 2021, as freguesias de Baguim do Monte e Rio Tinto e a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim exibiam as taxas de emprego mais elevadas, por contraste à freguesia da Lomba.
Globalmente, as taxas locais de emprego (em especial) e de atividade femininas do concelho têm sido bastante mais reduzidas do que as masculinas.
- ✓ Gondomar tem vindo a assistir a sérios comprometimentos quer no equilíbrio necessário entre as camadas mais jovens e mais envelhecidas da população ativa, quer na sua capacidade de renovação, mas tem conseguido sustentar índices de renovação da população ativa relativamente menos desfavoráveis no quadro regional.
- ✓ Em 2021, apenas 0,4% no total da população empregada do concelho estava afeta ao setor primário, proporção essa das mais reduzidas dos concelhos que integram a AMP. A freguesia da Lomba destacava-se por deter a proporção mais elevada de ativos neste setor.
- ✓ No interior da AMP, Gondomar, juntamente com os concelhos de Matosinhos e do Porto, reunia as proporções mais reduzidas dos seus ativos no setor secundário (respetivamente, 22,3%, 18,0% e 13,6%), traduzindo um menor dinamismo deste setor, em especial tendo por referência o passado. Em 2021, a freguesia da Lomba e a UF de Melres e Medas registavam as proporções mais elevadas neste setor.
O peso do setor secundário no concelho tem permanecido em torno de certos ramos de atividade, principalmente afetos às indústrias transformadoras e (em menor grau) às atividades da construção.
- ✓ Gondomar situava-se, em 2021, entre os concelhos da região da AMP em que o processo de terciarização mais se fazia sentir (77,2% dos seus ativos estavam empregados neste setor). As freguesias de Rio Tinto e de Baguim do Monte e UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim registavam as proporções mais elevadas neste setor.
- ✓ Em 2022, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Gondomar fixava-se nos 1141,0€, encontrando-se o concelho entre aqueles que, no interior da AMP, detinham os valores mais baixos.
- ✓ À escala regional, o concelho de Gondomar registou, no último período intercensitário, uma diminuição significativa do fenómeno no conjunto dos territórios em análise (-5,9%), mas é indiscutível que o território, à semelhança dos outros municípios, como são os casos do Porto e de Vila Nova de Gaia, tem sido mais punido por este fenómeno. Em 2021, a taxa de desemprego concelhia situava-se nos 11,0%.
Superando a média concelhia, a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (12,1%) e as freguesias da Lomba (12,0%) e de Rio Tinto (11,3%) exibiam as taxas de desemprego mais elevadas.
No território continuavam a ser as mulheres a contribuir em maior número para o total dos desempregados.

No concelho, a taxa de desemprego masculina era mais significativa na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova, na freguesia de Rio Tinto e na UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim.

A taxa de desemprego feminina no território encontrava maior expressão na freguesia da Lomba, na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova e na freguesia de Rio Tinto (nestes dois últimos casos, tal como as suas congéneres masculinas).

- ✓ Atendendo ao número de pessoas inscritas nos centros de emprego e formação profissional (média anual), era claro, em 2023:

- o significado do desemprego nos grupos etários dos 45 aos 54 anos e dos 65 e mais anos e nas faixas etárias mais jovens (25-34 anos);

- o peso, em matéria de instrução, do nível de Ensino Secundário, seguindo-se o do 3.º e 1.º ciclo do Ensino Básico.

Apesar da quebra registada, em 2023, Gondomar ocupava a 4.ª posição no conjunto de municípios da AMP com o maior número de beneficiários do subsídio de desemprego.

Habitação

- ✓ Em 2021, 69,4% dos alojamentos familiares clássicos do concelho de Gondomar encontravam-se ocupados como residência habitual. As residências secundárias representavam 18,5% e os alojamentos vagos 12,1%.

No mesmo ano, 70% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual encontravam-se ocupados pelo proprietário.

- ✓ Registou-se um relativo crescimento do parque habitacional do país entre 2011 e 2021. Gondomar seguia esta tendência generalizada e apresentava valores de aumento aproximados aos da Região Norte e da AMP (4,8%, 4,5% e 5,4% respetivamente).

Entre os concelhos da AMP, Gondomar ocupa uma posição intermédia no que concerne a esta evolução.

À escala inframunicipal, as freguesias de Baguim do Monte (8%) e Rio Tinto (7%) expressaram o maior aumento, enquanto a freguesia de Lomba e UF de Foz do Sousa e Covelo eram as únicas que revelavam uma taxa de variação negativa.

- ✓ Gondomar (16,1%) é um dos dois municípios da AMP com menor percentagem de Alojamentos Familiares Clássicos construídos entre 2001 e 2021 – alojamentos de construção mais recente – apenas precedido pelo concelho do Porto, com 15,7%.

- ✓ Em 2021, Gondomar apresentava valores próximos aos da Região Norte e da AMP no que diz respeito à necessidade de reparação dos Edifícios de Alojamentos Familiares Clássicos:

- o total de edifícios com necessidades médias e profundas (que representarão situações prioritárias e urgentes) era de 15,2% na AMP e 15,8% em Gondomar (percentagens superiores às registadas a nível nacional – 14%);

- no interior da AMP, vários municípios exibiam valores superiores aos de Gondomar, sendo Oliveira de Azeméis (19,3%), Paredes (17,3%) e Porto (17,6%) os três mais significativos;

- à escala inframunicipal, a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova, com 19,3%, a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim, com 16,7%, e a freguesia de Lomba com 16,4%, eram as três freguesias/UF que mostravam as percentagens mais elevadas de edifícios com necessidades de reparação médias e profundas.

- ✓ Entre 2011 e 2021, a percentagem de alojamentos sobrelotados na AMP passou de 9,9% para 14%, aumento em convergência com o registado ao nível nacional e na Região Norte.

Gondomar, em contra tendência, não viu aumentar a percentagem de sobrelotação, contudo, já em 2011 exibia valores elevados – 14,2%, passando para 14,9% em 2021 –, denunciando um problema que não sofreu alterações positivas no último período intercensitário.

Internamente, a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova registava valores preocupantes (à semelhança daqueles verificados ao nível das necessidades de reparação) – 17,4%, em 2011, e 17,8%, em 2021. Rio Tinto evidenciava igualmente uma percentagem significativa de alojamentos nessa condição (15,3%).

- ✓ Gondomar ocupa a 3.ª posição no território da AMP no respeitante à percentagem de alojamentos familiares clássicos arrendados para residência habitual. No interior do município, a UF de Melres e Medas e a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova registavam os valores mais elevados.
- ✓ Entre 2017 e 2023, verificou-se um aumento do valor das rendas em território nacional – 2,82€ de aumento do preço médio do m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares. Ao nível regional, o aumento foi de 2,42€. A AMP teve um incremento superior (3,4€). Gondomar aproximava-se da evolução nacional, exibindo um aumento absoluto de 2,73€.
- ✓ Entre 2019 e 2023, verificou-se uma subida generalizada dos preços dos imóveis. Ao nível nacional, o aumento médio foi de 531€ por m², na Região Norte de 270€ e na AMP 682€, valor bastante superior à da sua região. Gondomar passou de 983€ por m² para 1599€, representando um incremento de 616€.
- ✓ Cerca de 7400 munícipes de Gondomar, distribuídos por 3300 fogos, encontram-se atualmente alojados em 27 Urbanizações Municipais.

O número de candidaturas ativas a habitação pública, em outubro de 2024, era de cerca de 900.

A UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova é a que conta com mais fogos (n=1230), sendo que o Conjunto Habitacional do Bairro Mineiro, em S. Pedro da Cova, era o de maior dimensão do concelho (com 404 fogos).

Acessibilidades, Mobilidade e Rede de Transportes

- ✓ Gondomar dispõe de relevantes acessos rodoviários. Destaca-se a A43, que permite o acesso rápido à principal rede de autoestradas nacionais (A20, A3 e A28 – Norte; A4 e A41 - Litoral e Interior; e A1 e A29 - Sul).

Destacam-se as estradas nacionais EN15 (entre limites do concelho de Valongo), EN108 (entre a UF de Melres e Medas e o limite do concelho de Penafiel) e EN222 (entre o limite de Santa Maria da Feira e o limite do concelho de Castelo de Paiva).
- ✓ Em matéria de rede de transportes coletivos, o concelho de Gondomar é servido por três tipos de meios - comboio, metro e autocarro.

A estação de Rio Tinto é a principal referência de prestação de serviços da CP, com acessos diretos a Braga, Guimarães e Marco de Canavezes. Através da interface com a estação de Campanhã, no Porto, estabelece ligações com o resto do país, nomeadamente através da Linha Norte e da Linha do Minho.

A cobertura de metro em Gondomar é feita através da linha F (estações de Levada, Rio Tinto, Campanha, Baguim, Carreira, Venda Nova e Fânzeres), que estabelece ligação com o Porto e com outros municípios.

As companhias rodoviárias que operam em Gondomar são a STCP e a rede UNIR (Gondomar integra o Lote 2 - Gondomar, Valongo, Paredes e Santo Tirso), que distribuem o seu serviço pelo concelho.
- ✓ Apesar de 98,8% dos gondomarenses terem uma paragem de transportes coletivos públicos acessível a 500 metros da sua residência, existem diferenças substanciais entre as freguesias e as UF, que penalizam a metade sudeste do município. A freguesia de Lomba, a UF de Melres e Medas e a UF de Foz do Sousa e Covelo têm entre 7 e 9% de habitantes que residem a uma distância superior.
- ✓ Arrancou recentemente um serviço gratuito de transporte de passageiros flexível – o GondoMOB, destinado à UF de Foz do Sousa e Covelo, à UF de Melres e Medas e à freguesia de Lomba. Complementar à rede regular de transporte rodoviário, este permite assegurar a mobilidade gratuita da população destas freguesias até à sede do concelho, centros de saúde, serviços públicos e paragens de autocarro para interligação (projeto-piloto em curso).
- ✓ No sentido de responder às necessidades das famílias, combater a exclusão e absentismo escolar, bem como atualizar os recursos relativamente a novos percursos escolares, subsidiando os alunos que frequentam

currículos alternativos/cursos de educação e formação/transição para a vida ativa, com o Plano de Transporte Escolar 2023-2024:

- aumentou a taxa de comparticipação para os estudantes do Ensino Secundário;
- introduziu-se a modalidade do transporte para alunos residentes no concelho com necessidades educativas específicas que, comprovadamente, não possam utilizar os transportes regulares ou os transportes escolares;
- criou-se circuitos especiais sempre que os meios de transporte coletivo não satisfaçam as necessidades de transporte pela extensão da rota ou pelos tempos de espera no sentido de diminuir as assimetrias face aos residentes que são fortemente condicionados e penalizados do ponto de vista espacial.

Sustentabilidade Ambiental



Gondomar enfrenta, na linha do que acontece ao nível nacional e europeu, um aumento na vulnerabilidade às alterações climáticas, sendo identificados especificamente fenómenos como cheias, inundações, incêndios florestais e perda de biodiversidade, os quais têm um impacto direto na saúde e subsistência da população.

O Município segue as metas estabelecidas pela União Europeia (EU) e pela Lei de Bases do Clima (LBC), comprometendo-se a reduzir emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em 55% até 2030, 75% até 2040 e 90% até 2050.

Na última década, o Município tem desenvolvido iniciativas estratégicas, principalmente no âmbito:

- da reconversão florestal;
- da promoção da biodiversidade;
- da melhoria de transportes coletivos e mobilidade sustentável;
- de melhorias na gestão de resíduos;
- da criação de áreas verdes;
- da transição energética.

Esses esforços, entre outros, estão integrados no Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAC) e no Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES), promovendo um equilíbrio entre desenvolvimento económico e conservação ambiental.



Na AMP, Gondomar é o 4.º município que mais resíduos urbanos recolheu em 2022. Em primeiro lugar, encontra-se Vila Nova de Gaia, seguido do Porto e Matosinhos.

Refira-se que 78% dos resíduos recolhidos eram de recolha indiferenciada e 22% de recolha seletiva; já no que diz respeito à recolha seletiva distanciava-se, por exemplo, da Maia e da Póvoa do Varzim, que apresentavam percentagens de recolha seletiva de resíduos urbanos significativamente superiores (35% e 31%, respetivamente).

O Departamento do Ambiente de Gondomar apresenta uma significativa variedade de operações e projetos neste âmbito, em que o Município está envolvido:

- “Operação Restauração 5 Estrelas”;
- Colocação de “Roupões” na via pública;
- “Missão Reciclar – Vamos Começar Pela Nossa Casa”;
- Projeto “Aqui Separamos com o Coração”;
- Colocação de “Oleões” na via pública;
- Alargamento do projeto-piloto Eco Shop em Escolas e IPSS;
- “Reciclar é Dar +”;
- Implementação da Recolha Seletiva de Resíduos Verdes através de “Mini bags” com identificador eletrónico;

- Implementação da Recolha Seletiva de Resíduos Verdes através da colocação de contentores na via pública;

- “ECO+PERTO - Ecocentro Móvel”;

- Implementação de equipamentos na via pública para a Recolha seletiva de Biorresíduos Alimentares de Acesso Condicionado com um sistema eletrónico de identificação de utilizador.



Atualmente a taxa de cobertura do sistema de abastecimento de água é de 100%.

Em 2022, no município de Gondomar, 90% dos alojamentos eram servidos por sistemas de drenagem de águas residuais, proporção superior à da Região Norte (83%) e ligeiramente inferior à registada na AMP (92%).



A Gestão do Património Arbóreo integrado em espaço público é uma competência da Divisão de Espaços Verdes do Município de Gondomar. Efetua avaliações fitossanitárias às árvores instaladas em arruamentos, praças e parques, de forma a prevenir a ocorrência de acidentes e de garantir a conservação destes seres vivos que pertencem à estrutura verde do concelho.



No que diz respeito às atividades municipais dirigidas educação ambiental, destaca-se a diversidade e o alcance de iniciativas da Quinta do Passal.

Saúde



Saúde Pública

O ACeS Grande Porto II – Gondomar (nomenclatura desde 1 de janeiro de 2024) engloba quatro Centros de Saúde - a Unidade Foz do Sousa; a Unidade Gondomar; a Unidade Rio Tinto e a Unidade São Pedro da Cova.

Gondomar dispõe de 14 Unidades de Saúde Familiares (USF); 2 Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC); 1 Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP), com 4 polos; 1 Unidade de Saúde Pública (USP); 1 Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP).

No mês de dezembro de 2023, trabalhavam no ACeS Grande Porto II – Gondomar 497 profissionais, dos quais 22,7% eram médicos, 28,6% enfermeiros e 22,5% assistentes técnicos. A rede de prestação de cuidados de saúde abrangia 166.851 utentes, dos quais 47,7% eram do sexo masculino e 52,3% do sexo feminino.

Entre 2014 e 2023, ao rácio de médicos/as por cada 1000 habitantes passou de 3,4 para 4,7. São, contudo, valores inferiores em relação à AMP, à Região Norte e a Portugal. Em 2023, Gondomar ocupava a 9.ª posição, dentro da AMP, tanto no que toca a este rácio (nos extremos, o Porto com 22 e Arouca com 1,8), como em relação ao rácio de enfermeiros/as por cada 1000 habitantes.

Entre 2020 (dez.) e 2023 (dez.), registou-se um aumento dos inscritos com atribuição de médico/a de família, culminando em 99,9% dos utentes.

Entre 2022 e 2023, o número de diligências efetuadas por médicos/as, apresentaram uma taxa de variação positiva (mais 7,1% de consultas e 7,9% de domicílios). No sentido inverso, os números em relação aos/as enfermeiros/as sofreram uma quebra (-4% de consultas e -1,6% de domicílios).

Os doentes referenciados pelos Cuidados de Saúde Primários aumentaram significativamente, entre 2022 e 2023, em todas as unidades, assim como as taxas de ocupação.

A Unidade de Cuidados Paliativos não dispõe de camas (no âmbito do internamento na RNCC) e identifica-se a necessidade de dotação de 15 camas.

Os principais diagnósticos ativos em 2021 (dez.) são (por ordem decrescente): alterações no metabolismo dos lípidos (27,2%); excesso de peso (26,1%) e hipertensão (22,7%); abuso do tabaco (17,3%); obesidade (16%) e perturbações depressivas (15,3%).

Entre 2018 e 2021, verificou-se um aumento de 20,8% na notificação de tuberculose em Gondomar, ao contrário da tendência nacional e regional.

O número de casos notificados com infeção VIH diminuiu 33,6% entre 2011 e 2021, uma quebra inferior àquela registada em Portugal (de 47,6%).

Em 2021, a maior causa de morte eram as “doenças do aparelho circulatório” e a segunda os “tumores malignos” (com destaque para o da laringe, da traqueia, dos brônquios e dos pulmões).

Relativamente a mortes consideradas prematuras (<70 anos), verifica-se que têm vindo a aumentar no concelho de Gondomar, ao contrário do observado em Portugal e na AMP. Os tumores malignos são a sua principal causa, seguida das doenças do aparelho circulatório.



Saúde Mental

O Núcleo de Psicologia ACeS Grande Porto II – Gondomar conta, atualmente, com cinco psicólogas, número manifestamente insuficiente tendo em conta o rácio recomendado de um/a psicólogo/a por 5.000 cidadãos.

As perturbações ocupavam, em 2021, a 6.ª principal causa de morbilidade do concelho (diagnósticos ativos). É de notar que 23% das mulheres inscritas apresentavam este diagnóstico como ativo, enquanto que os homens eram apenas 6,8%.

Entre 2011 e 2021, a causa de morte “transtornos mentais e comportamentais” viu o seu número aumentar exponencialmente – em todo o território nacional, passou de 181 para 6119 óbitos; na Região Norte, de 69 para 221; na AMP, de 18 para 1041 e em Gondomar de 1 para 126 óbitos.

A causa de morte “suicídios e lesões autoprovocadas voluntariamente” também registou um aumento, embora sem a mesma expressividade – em Gondomar de 5 para 11 óbitos, na AMP de 68 para 99 e no Norte de 206 para 251.

Entre 2013 e 2022, a USP de Gondomar recebeu 1.366 pedidos de avaliação de elegibilidade para condução ao Serviço de Urgência (SU) de Psiquiatria do Centro Hospitalar e Universitário de São João (CHUSJ), contudo somente 347 pedidos resultaram na emissão de mandado de condução (MC). Destes mandados emitidos, 80% correspondia a homens.

Equipamentos, Respostas Sociais e Grupos Sociais Vulneráveis



População Infantil e Juvenil

Em 2024, eram várias das estruturas existentes no território destinadas à população infantil e juvenil: 10 a nível de creche; 1 de jardim de infância; 7 na área da educação pré-escolar; 6 no que concerne às valências de atividades de tempos livres ou sala de estudo; 5 na dimensão de educação, cultura e arte e inserção no mercado de trabalho e 4 na área de acolhimento e residência.

Não obstante a capacidade de cobertura verificada, a resposta social de creche registava, no cômputo geral, uma lista de espera de 644 crianças em 2024 (jun.).

Ao nível da resposta de Jardim de infância e Educação Pré-Escolar, era de notar, em 2024 (jun.), a elevada lista de espera – um total de 248 crianças.

Em 2024, Gondomar dispunha de instituições com as valências de acolhimento residencial e familiar: 3 com Casa de Acolhimento/Casa de Acolhimento Residencial/Casa de Acolhimento Especializada e 1 com Acolhimento Familiar.



Crianças e jovens em situação de perigo/vulnerabilidade

Entre as situações sinalizadas em processos instruídos na CPCJ de Gondomar (n=634), em 2024 (jun.), 53,9% reportavam-se a crianças e jovens do sexo masculino (n=342) e 46,1% do sexo feminino (n=292), estando mais concentradas nos grupos etários dos “15 e 17 anos de idade” (n=214; 33,8%) e dos “11 aos 14 anos” (n=125; 19,7%).

Foi possível identificar 4 problemáticas predominantes: violência (em particular, a violência doméstica); negligência (em específico, relacionada com a falta de supervisão e acompanhamento familiar e a negligência ao nível psicoafetivo); comportamentos de risco (designadamente, comportamentos antissociais graves e/ou de indisciplina e outros comportamentos) e retração escolar (em especial, o absentismo escolar).



População Idosa

Os 13 SAD existentes no concelho tinham, em 2024 (jun.), uma capacidade total de 543 lugares e um número total de vagas preenchidas (em regime de acordo de cooperação com a Segurança Social) de 498 lugares, traduzindo uma taxa de cobertura de 91,7%.

Ao nível dos Centros de Dia, é de notar que, em 2024 (jun.), as 8 estruturas que providenciavam esta valência em Gondomar abrangiam 358 beneficiários. Deste universo, 332 tinham acordo de cooperação, perfazendo uma taxa de cobertura de 92,7%.

Em 2024 (jun.), as ERPI do concelho disponibilizavam, no total, 169 lugares em regime de acordo de cooperação com a Segurança Social e 14 sem regime de acordo, e uma elevadíssima lista de espera – 922 pessoas.



População com deficiência e/ou incapacidade

Em 2024 (jun.), 391 beneficiários (dos quais 337 encontravam-se sob o regime de acordo de cooperação, o que perfazia uma taxa de cobertura de 86,2%) tinham sido abrangidos pelos equipamentos/respostas destinadas a esta franja da população.

Em 2024, eram 116 os beneficiários com a resposta social de CAARPD (dos quais 110 estavam sob o regime de acordo de cooperação, denotando uma taxa de cobertura de 94,8%).

Apesar do CACI constituir a valência com um maior número de lugares em regime de cooperação com a Segurança Social em 2024 (jun.) (neste caso, 158 pessoas), era elevada a lista de espera existente nesta altura – 279 indivíduos.

Em 2024 (jun.), eram 73 as pessoas abrangidas (das quais 69 estavam em regime de acordo de cooperação com a Segurança Social) pela resposta de Lar Residencial, havendo uma lista de espera de 278 beneficiários.

Ao nível de resposta de RAI, em 2024, apenas 2 beneficiários encontravam-se em residência autónoma masculina, havendo o registo de uma lista de espera de 10 indivíduos. Além do mais, 15 pessoas encontravam-se em lista de espera para residência autónoma feminina.

O número de pessoas beneficiárias da prestação social para a inclusão no concelho de Gondomar, conheceu, entre 2019 e 2023, um aumento importante. Assistindo a um aumento de 981 beneficiários, Gondomar foi, aliás, um dos concelhos que, no interior da AMP, conheceu a maior ampliação.



Cuidadores Informais

Em 2024 (out.), eram 336 os Cuidadores Informais (com estatuto deferido e ativo) residentes no concelho de Gondomar – na sua grande maioria mulheres (n=279; 83%) e a viver na freguesia de Rio Tinto (n=84; 25,0%), na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (n=75; 22,3%) e na UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim (n=72; 22,0%). Os grupos etários com maior peso situavam-se nas faixas etárias mais envelhecidas – as dos “50-59 anos” (n=132; 39,3%) e “mais de 65 anos” (n=57; 17,0%).

O perfil da pessoa cuidada correspondia, predominantemente, a “pai/mãe/sogro(a)” (n=137; 39,4%) e a “filho/a” (n=127; 36,5%).



População Sem-Abrigo

Em 2024 (ago.), o Município de Gondomar tinha sinalizado 113 pessoas em situação sem-abrigo – 70 homens (62%) e 43 mulheres (38%) –, abrangendo 67 agregados familiares.

A maioria das pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) encontrava-se nas faixas etárias dos 50-59 anos (n=28), dos 40-49 anos (n=19) e dos 30-39 anos (n=16) e territorialmente concentradas em Rio Tinto e S. Pedro da Cova.

Os problemas identificados junto das pessoas em situação de sem-abrigo em Gondomar prendiam-se principalmente com questões associadas à rutura e/ou desestruturação familiar, a comportamentos aditivos e dependências, despejo habitacional e desemprego.



População migrante e refugiada

Os migrantes que recorreram ao CLAIM de Gondomar eram provenientes maioritariamente de países como a Ucrânia (n=574; 60,5%), o Brasil (n=95; 10,0%) e Angola (n=72; 7,6%), entrando em linha de consonância com o perfil migratório identificado no concelho.

Os principais problemas que se lhes associa têm estado ligados às barreiras de ordem sociocultural e linguísticas, mas também à sua integração sociocultural, habitacional e socioprofissional.

Entre 2018 a 2023, a Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo 31 pessoas com o estatuto de refugiado, 16 do sexo masculino e 15 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 5 e 62 anos de idade.

No seu conjunto, foram apoiados 5 agregados familiares e 4 pessoas isoladas, provenientes dos seguintes países: Costa do Marfim, Eritreia, Iraque, Nigéria, República Democrática do Congo, República Democrática da Guiné, Síria e Sudão do Sul. A nível de inserção profissional, refira-se que 12 pessoas refugiadas estavam, no período considerado, integradas no mercado de trabalho.

A Cruz Vermelha Portuguesa Gondomar-Valongo, em 2024, apoiou o acolhimento de 8 jovens menores do sexo masculino, oriundos dos seguintes países: Gâmbia (nacionalidade com mais expressão), México, Senegal e República Democrática do Congo.

Em Gondomar, foram integrados 32 processos de pessoas deslocadas ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, devido ao conflito armado na Ucrânia. Entre 2022 e 2023, foram apoiadas 74 pessoas deslocadas, 44 do sexo feminino e 30 do sexo masculino, com idades compreendidas entre 7 a 80 anos.



Pessoas vítimas de violência doméstica

Em 2023, tinham sido atendidas 303 vítimas, mais 19 face ao ano anterior, registando, por isso, uma variação positiva de 6,7%. Não obstante esta variação, registou-se uma ligeira diminuição no número de novos casos em análise (-12; -6,2%).

Os serviços da Segurança Social, os serviços da Ação Social das Câmaras e a Forças de Segurança têm assumido um papel muito ativo na deteção, no reporte e no encaminhamento dos casos encontrados.

Ao nível do perfil das vítimas do crime de violência doméstica, nota-se que estas são maioritariamente do sexo feminino; situam-se nas idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos, embora com maior predominância no escalão dos 36 a 45 anos; pertencem à população ativa dos respetivos territórios, estando geralmente empregadas; possuem, na grande maioria, o Ensino Secundário e o 3.º ciclo do Ensino Básico; e têm, na generalidade, a seu cargo crianças entre os 3 e os 10 anos de idade.

O autor do crime apresenta uma ligação direta com as vítimas visto que a relação da vítima com pessoa agressora corresponde, com frequência, ao cônjuge, companheiro/a e ex-companheiro/a, não sendo de negligenciar também a importância das figuras do/a ascendente e descendente.



Pessoas com comportamentos aditivos e dependências

Em 2023, havia um registo total de 973 utentes ativos acompanhados pelo Polo de Gondomar (174 mulheres e 799 homens), movimento que descreu face a 2021 (n=839), e um total de 104 novos casos, valor também em queda (em 2021, eram 161).

As categorias “Médico de Família/Cuidados Saúde Primários” (15,3%; n=149) e “Instituição de Saúde/outro profissional” (10,5%; n=102), juntamente com “Instituição Judicial / Instituição de Reinserção Social” (11,0%; n=107), surgiam, em 2023, como importantes fontes de referência. É de salientar, contudo, a prevalência dos casos de “Autorreferenciação/ Iniciativa própria” (22,2%; n=216) e “Desconhecido” (15,6%; n=152).

A nível territorial, estes utentes encontravam-se a residir na freguesia de Rio Tinto (n=283; 29,1%), na UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (n=264; 27,1%) e na UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim (n=258; 26,5%).

Denotavam-se disparidades de género nos padrões de consumo reportados institucionalmente: nos homens havia uma maior prevalência de “consumo de outras substâncias psicoativas” – a principal substância de adição no total de casos reportados (53,3%; n=519) –, bem como de “consumo de álcool e/ou problemas ligados ao álcool”.

Uma análise mais desagregada por substância consumida permitiu confirmar que, em geral, o uso de heroína e o abuso e dependência de álcool reuniam, em 2023, o maior número de casos acompanhados – 37,6% (n=366), 15,8% (n=154) e 12,3% (n=120), respetivamente –, pese embora a proporção de casos “sem informação” (11,4%; n=111).

Os utentes acompanhados estavam mais concentrados no grupo etário dos “40 e 64 anos de idade” (n=712; 73,2%), em particular no escalão dos “50 aos 59 anos de idade” (n=198; 20,3%). Na maioria, detinha níveis de escolaridade de carácter básico e intermédio – i.e., entre o 1.º e o 3.º ciclo do Ensino Básico (n=764; 78,5%), embora com maior predomínio para o 2.º ciclo. Profissionalmente, notavam-se duas situações de enquadramento: uma parte considerável dos utentes encontrava-se a trabalhar de forma regular e estável (n=417; 42,9%), mas também não são de desconsiderar os casos daqueles desocupados há um ano e mais (n=215; 22,1%).

Proteção Social



Entre 2014 e 2023, Gondomar acompanhou um movimento de queda generalizado do número de indivíduos beneficiários do RSI, apresentando uma taxa de variação de -35%, diminuição superior relativamente ao território nacional (-25%), à Região Norte (-30%) e à AMP (-33%).

Considerando os beneficiários por cada mil habitantes, face aos outros concelhos da AMP, Gondomar era um dos cinco que apresentava um decréscimo mais acentuado, ocupando a terceira posição, a par de Valongo e Paredes (-22) e atrás do Porto (-33), e de Vila Nova de Gaia (-30).

Em 2023, 54% dos beneficiários do RSI eram mulheres. O grupo etário mais representado era o de “menos de 25 anos” (n=2242; 40%).

À escala inframunicipal, em 2024 (set.) contabilizavam-se 2086 agregados familiares beneficiários do RSI, entre os quais 675 residiam na freguesia de Rio Tinto, seguida da UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (n=580) e da UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim (n=538).



Entre 2014 e 2023, o número total de pensionistas da Segurança Social diminuiu em 3,8% no território nacional, enquanto que a AMP viu este número aumentar em 2,5%. Os vários concelhos que compõem a AMP apresentavam valores bastante distintos entre si e Gondomar posicionava-se junto daqueles que sofreram variação positiva – à volta dos 4,5%.

A pensão de velhice vem registando cada vez mais pensionistas na Região Norte (7,5%) e na AMP (9,4%), enquanto que ao nível nacional a taxa de variação é quase nula (0,9%). Dentro da AMP, destacam-se dois extremos: o concelho do Porto viu o número de indivíduos diminuir em 10,2% e a Trofa aumentar em 36,8%. Gondomar registou um aumento de 11,9%.

As pensões por invalidez registaram uma redução generalizada, com taxas de variação entre -25% (Trofa) e -59% (Porto). O concelho de Gondomar, apresentou uma descida na ordem dos 47%, aproximando-se dos valores registados na AMP (-46%).

A evolução em Gondomar, no mesmo período, relativo à pensão de sobrevivência, aproximou-se dos valores nacionais e exibiu um aumento de 4,2%.



O complemento solidário para idosos apresenta um quadro de quebra gradual dos beneficiários ao longo da última década. Em 2023, no distrito do Porto auferiam deste apoio 33.660 indivíduos, dos quais 70% eram do sexo feminino.



O número de beneficiários do abono de família para crianças tem vindo a diminuir (2014-2023): na Região Norte -14,2% e na AMP -12,1%. Dentro da AMP, os concelhos de Santo Tirso (-21,7%), Arouca (-18,6%) e Trofa (-18,2%) registam as diminuições mais acentuadas. As quebras menos significativas registaram-se nos concelhos da Póvoa do varzim (-4%) e da Maia (-7%). Gondomar apresenta uma diminuição na ordem dos 12%, passando de 15.404 beneficiárias/os do abono de família para crianças e jovens para 13.542.

Justiça e Segurança



Em termos de criminalidade total, Gondomar exibiu, em 2023, uma taxa inferior de 21,2‰, encontrando-se entre os municípios que compõem a AMP com as taxas mais reduzidas.

Olhando para o tipo de criminalidade registada, era notória a expressão da criminalidade contra o património (11,1‰) e, seguidamente, embora a grande distância, a da criminalidade contra a integridade física (4,4‰).

Em junho de 2024, a GNR de Gondomar tinha registado 764 crimes, menos 644 face a 2019 (denotando uma variação de -45,7%).

Apesar da criminalidade contra o património e contra as pessoas ser mais significativa em termos absolutos ao longo do tempo, a variação de quebra foi mais expressiva na criminalidade relativa à legislação avulsa (-66,4%) e contra a vida em sociedade (-59,8%).

Em 2024, houve registo de criminalidade contra identidade cultural e integridade pessoal, o mesmo tendo sucedido em 2020.

À escala inframunicipal, a UF de Fânzeres e São Pedro da Cova (de forma mais destacada) e a UF de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim detinham o maior número de casos de criminalidade.

Entre 2019 e 2024, no conjunto de crimes mais participados, a “violência doméstica contra cônjuge ou análogos”, “a ofensa à integridade física voluntária simples” e a “ameaça e coação” têm sido os mais recorrentes no território.

Entre os anos de 2023 e 2024, o número de acidentes rodoviários no concelho, segundo a Polícia de Segurança Pública - Comando Metropolitano do Porto/ Divisão Policial de Gondomar, diminuiu de modo significativo (n=446; -48,6%).

A colisão ente veículos ocorreu com maior regularidade, seguida de despistes e atropelamentos, daí resultando, na generalidade, um número mais elevado de feridos ligeiros (em 2024, estes situavam-se nos 118).

Entre 2013 e 2023, houve uma ampliação generalizada do número de escrituras públicas, tendo a “habilitação” e a “compra e venda de imóveis” um forte peso entre os principais atos notariais celebrados.

Desporto, Cultura, Lazer e Associativismo



Desporto

A nível nacional, entre 2014 e 2022, o aumento da despesa com Desporto e Cultura é muito pouco significativo: passa de 7,9% para 9%. A Região Norte apresenta igualmente um aumento muito ligeiro e a AMP regista um aumento insignificante de 0,1%.

Gondomar faz parte do grupo de municípios que viu diminuir a % de despesas com Desporto e Cultura (-13,6%), juntando-se à Póvoa do Varzim, Matosinhos, Santo Tirso, São João da Madeira e Vila do Conde. É apenas ultrapassado por São João da Madeira, que apresenta uma diminuição de 20,3%. Os municípios que se destacam relativamente a um acréscimo deste tipo de despesa são o Porto e Vale de Cambra.



No ano de 2017, existiam, no concelho de Gondomar, 150 associações desportivas e sete mil atletas federados. Registava-se, ainda, um número significativo de cidadãos membros de um clube ou organizados em grupos desportivos (n=73.720). Contabilizavam-se, neste ano, 178 instalações desportivas.

Gondomar apresentou, entre 2014 e 2023, uma diminuição significativa das despesas em atividades e equipamentos desportivos dos municípios por habitante: passou de 34€ por habitante para 22,7€ (em dissonância relativamente ao que se registava ao nível nacional e regional – denotando-se um aumento de cerca de 20€ em ambos - e da AMP – que exibia um aumento em cerca de 9€).



Cultura e Lazer

Verificava-se uma tendência semelhante relativamente às despesas anuais em atividades culturais e criativas dos municípios por habitante. Em 2014, a despesa anual foi de 35€ por habitante, enquanto que, em 2023, foi de 15,4€, dados que evidenciam um desinvestimento bastante significativo.



No concelho de Gondomar, os espaços verdes com utilidade de espaço público são maioritariamente áreas de lazer em zonas fluviais existentes na parte mais rural do Concelho.

A sede de concelho, particularmente o seu centro, sofreu uma reorganização urbana com a criação de novos espaços verdes com o objetivo de atrair os munícipes a usufruir de todo o eixo compreendido entre o Largo do Souto e a Biblioteca Municipal, até à entrada do IC 29, passando pelos jardins da Travessia Pedonal 25 de Abril e do Auditório Municipal.

Em todo o concelho procedeu-se, recentemente, à remodelação de espaços verdes, dotando-os de sistemas de rega e relvados ou outro tipo de plantas, dependentes do objetivo e das condições do terreno.

O município é dotado de um número considerável de Parques Infantis (96 em 2017).

Desde setembro de 2013, o Município de Gondomar tem investido em novos equipamentos lúdicos com acesso livre e usufruto autónomo na Quinta do Passal.



Associativismo e Voluntariado

O novo Programa de Apoio ao Movimento Associativo, aprovado em maio de 2024, prevê a atribuição de apoios de 1,8 milhões de euros:

- 200 mil euros para a área do desenvolvimento social
- 340 mil euros destinados à componente cultural e recreativa
- 550 mil euros para a prática desportiva
- 40 mil ao apoio socioeducativo
- 35 mil à proteção animal e defesa do ambiente
- 600 mil euros para apoios pontuais: 100 mil para o desenvolvimento social, 200 mil para a atividade cultural e recreativa e 300 mil para a atividade desportiva;



Existem atualmente, segundo as listagens que constam do Portal do Associativismo, um total de 348 Associações no município de Gondomar. Entre 2014 e 2024, houve um ligeiro incremento neste número. A UF de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim é aquela que apresenta o aumento mais significativo. Apenas a freguesia de Lomba regista uma quebra no número de associações com sede nesse território.



Regista-se um aumento significativo do número de voluntários/as no BLV: atualmente são 462, enquanto que, em 2014, eram 234.

No que diz respeito ao perfil dos/as voluntários/as do concelho de Gondomar, é de notar que:

- cerca de 73% são mulheres, mantendo uma tendência semelhante ao ano de 2014;
- 38,7% têm entre 25 e 44 anos e 34,4% entre 45 e 64 anos (em 2014, o voluntariado era caracterizado por uma população mais jovem, na sua maioria entre 26 e os 35 anos de idade e dos 16 aos 25 anos de idade);
- existe, atualmente, um número significativo de voluntários/as com 65 anos ou mais (n=93), representando 20% desta população;

- mais de metade, cerca de 59%, (valores idênticos aos observados em 2014) detêm o nível de Ensino Secundário, Pós-Secundário e Superior (n=271);

- quanto à situação no emprego, a categoria que reúne mais voluntários/as é a das pessoas empregadas (n=147), havendo ainda um número significativo, muito próximo do anterior, que junta inativos/as, estudantes e reformadas (n=129).

Em 2024 (nov.) contabilizam-se 35 Organizações Promotoras de Voluntariado no município de Gondomar, na sua grande maioria associações. A principal atividade de 49% destas organizações são serviços sociais.

Entre janeiro e novembro de 2024, ocorreram 19 Ações de Voluntariado, que contaram com a participação de 137 voluntários/as – apenas cerca de 30% dos/as inscritos/as. Refira-se que 10 dessas ações dirigiram-se às áreas da Ciência e da Cultura e 6 a atividades/projetos de ação social.

Principais Desafios e Linhas Orientadoras



Envelhecimento e Dependência

Os desafios colocados pela **aceleração do fenómeno de envelhecimento populacional** nas últimas décadas acabaram por ter, neste domínio, impactos consideráveis nos moldes de prestação dos serviços direcionados a este grupo em específico, devendo ser considerados atentamente na reflexão acerca do futuro da base demográfica do tecido social e económico municipal.

Tornou-se perceptível o **interesse em alterar os moldes de prestação dos serviços direcionados a este grupo em específico, através da potenciação de novas respostas adequadas à sua problemática biopsicossocial, cada vez mais revestida de grande complexidade.** A nível estratégico, deverá ser tida em conta a procura na minimização, por um lado, das situações de isolamento, abandono e solidão dos idosos, com todas as consequências sociais, físicas, psicológicas que estes processos acarretam e, por outro, de aspetos de desigualdade que possam vivenciar e a maior vulnerabilidade social a que possam estar eventualmente sujeitos.



Educação

Atendendo aos índices de desistência e retenção concelhios, **ficou clara a necessidade de continuar a reforçar e atualizar as estratégias quer de incentivo do sucesso educativo nos jovens, quer de combate ao insucesso e abandono/desistência escolar,** na perspetiva de que este constitui um fator nuclear no rompimento da reprodução social da pobreza e dos riscos de exclusão social.

É importante reforçar o **aumento da qualidade e eficiência do sistema de educação/formação nas suas diferentes componentes e níveis de ensino,** sobretudo na reta final do percurso educativo de escolaridade obrigatória da população estudantil do concelho.

Importa não perder de vista também estratégias como (as de) **dar prioridade à diversificação das vias de ensino, nomeadamente através do reforço das vias vocacionais e profissionalizantes,** com um forte pendor da formação em contexto de trabalho, bem como a **aposta na orientação vocacional e profissional dos jovens para ofertas ajustadas ao seu perfil e ao mercado de trabalho** previstos na dimensão da qualidade e inovação do sistema de educação e formação.



Atividade Económica, Emprego e Qualificações

Apesar do impacto da escolarização ser progressivo e consistente no território nas últimas décadas, **é importante apostar no favorecimento dos processos de (re)qualificação profissional de cariz diverso, seja por via da capacitação/formação em geral** (com o objetivo de aumentar as qualificações dos jovens e adultos empregados com baixos níveis de instrução), seja por outras **estratégias de ativação para o emprego e de favorecimento da (re)inserção em prol de um maior envolvimento do tecido empresarial/comunitário nestes**

domínios. A adoção de práticas empresariais sustentáveis é um desafio crescente que exige investimento e adaptação.

Torna-se estratégico apostar na promoção da participação educativa e formativa das pessoas adultas, reconhecidas as maiores dificuldades de reentrada no mercado de trabalho dos segmentos mais envelhecidos da população e a exposição acrescida a situações de maior fragilidade económica e social. Mas também o combate ao insucesso e abandono/desistência escolar e o aumento das qualificações com vista a uma melhor integração dos jovens no mercado de trabalho.



Habitação

A **Estratégia Local de Habitação** (orientada para um horizonte temporal que culmina em 2026), tem como objetivo central a criação de soluções habitacionais para os habitantes do concelho que vivem em condições indignas, sem a capacidade de superarem sozinhos a situação de vulnerabilidade em que vivem devido à insuficiência financeira necessária para sustentar os custos do acesso à habitação.

Tendo em consideração as fragilidades identificadas neste diagnóstico, é do maior interesse do Município **acompanhar e monitorizar as respostas previstas neste documento estratégico**, acompanhamento esse que permite à Rede Social um **aprofundamento do conhecimento da realidade do território**, bem como a **projeção de atividades complementares**. Por outro lado, é essencial **dar continuidade à implementação de medidas de apoio à habitação no âmbito do Programa Social+**.



Saúde

A **Estratégia Municipal de Saúde de Gondomar 2024-2027** é um documento estratégico fundamental e ferramenta essencial para a definição a longo prazo das políticas municipais nesta área de atuação e, nesse sentido, da maior relevância para a **acompanhar de perto as ações/projetos que visem a concretização dos seus objetivos**: criar capital de saúde; dar visibilidade à saúde mental; prevenir para viver melhor; enfrentar as vulnerabilidades e desenhar territórios para as pessoas.

No que diz respeito à **Saúde Mental**, problemática transversal a todas as franjas da população, apresenta dados muito preocupantes, analisados neste documento. É, por isso, importante para o município **apostar em iniciativas de prevenção e investir em intervenções psicológicas não só ao nível individual, como também ao nível comunitário**. Parece ainda ser do maior interesse apostar numa **divulgação oportunidades de financiamento (no quadro comunitário) para programas inovadores** que possam complementar as respostas já existentes nesta matéria.



Equipamentos, Respostas Sociais e Grupos Sociais Vulneráveis

População Infantil e Juvenil

Será do maior interesse para o território o reforço do envolvimento da comunidade através da **criação e/ou alargamento de mecanismos articulados de suporte social, especificamente com a abertura de mais vagas de creche**, havendo assim uma extensão do número de vagas (protocoladas) e da própria lotação prestada.

Importa **apostar no aumento da cobertura da educação pré-escolar**, quer através de contratos de desenvolvimento com entidades privadas, quer no reforço da oferta da educação pré-escolar nas instituições públicas, bem como **na alocação e formação de educadores de infância especializados e na formação de docentes que acompanhavam alunos com Necessidades Específicas**.

Crianças e jovens em situação de perigo/vulnerabilidade

A comunidade escolar desempenha um papel crucial na sinalização, no acompanhamento e no combate às situações de retração escolar e comportamentos de risco desta população, sendo **necessário aumentar as respostas de parcerias locais e as abordagens integradas de desenvolvimento social**.

O **reforço do acionamento de instrumentos que definam e estabeleçam orientações para autoproteção e prevenção do risco e perigo das vítimas**, tendo em conta a caracterização dos factos, bem como toda a informação relevante recolhida noutras fontes, é crucial de forma a evitar o possível aumento de risco de violência.

De modo a minimizar os riscos associados à negligência, **parece ser necessário encontrar, ao nível territorial, através do trabalho em rede entre as várias instituições competentes, formas mais eficazes de orientar as famílias e providenciar, no imediato, recursos concretos relacionados com as necessidades básicas, e atividades terapêuticas e de estímulo ao desenvolvimento**, realizadas através de intervenções com o público-alvo e/ ou em contexto familiar.

A **conceção e execução de projetos de prevenção primária da indisciplina**, assim como a elaboração e monitorização de planos de intervenção para os casos de crianças sinalizadas à CPCJ, **numa perspetiva de promoção da inserção social e socioprofissional dos alunos**, assim como a **organização de sessões de capacitação parental**, particularmente nos casos em que está em causa o direito à educação, podem ser ativadas e reforçadas pelos vários agentes do território enquanto estratégias de inclusão ativa.

População Idosa

Será de considerar a possibilidade de **aumento e a melhoria de respostas mais adequadas no âmbito da prestação de apoio tipificado de SAD**.

O **fomento de políticas de promoção do envelhecimento ativo e saudável**, seja para adultos sénior em idade ativa, seja de apoio aos idosos não ativos e 4ª idade torna-se essencial. **A aposta na criação e na capacitação dos Centros de Dia e Centros de Convívio** é muito importante visto constituírem estruturas capazes de aumentar a importância do lazer e a ocupação do tempo em determinada fase da vida e de responder às preocupações e necessidades da população-alvo nas vertentes psicológica e social de apoio.

Para lá do **alargamento das respostas de ERPI**, é premente continuar a investir e a qualificar as respostas existentes ao nível da prestação de cuidados a esta franja populacional, **integrando, na medida do possível, os indivíduos e as famílias com base numa cultura de coesão social, realizadas a partir de parcerias e com intervenções territorializadas de vários setores em articulação** (como, por exemplo, segurança social, saúde, educação, entre outros).

Pessoas com deficiência e/ou incapacidade

É reconhecida a falta e/ou insuficiência de respostas sociais de integração desta população (nas diferentes valências). A prioridade consiste na **contínua ativação de estratégias de promoção da sua inclusão socioprofissional e de reforço da empregabilidade (CACI)**, tendo-se em vista (futuramente) o alargamento das suas lotações.

Urge a **necessidade de alargar (a médio prazo) o número de vagas de Residências de Autonomização e Inclusão (RAI)**, incluindo uma resposta concertada para beneficiários de ambos os sexos, algo que permitirá atenuar as fragilidades verificadas nesta matéria e constituir um mecanismo de igualdade de oportunidades.

Cuidadores Informais

As questões relacionadas com o envelhecimento e/ou incapacidades indiferenciadas no perfil de relação entre cuidadores e pessoas cuidadas assumem-se, de facto, como uma pertinente e recente realidade social, pelo que o efeito deste problema na sociedade está em constante análise e definição. **A sinalização sistemática dos cuidadores informais (por via dos parâmetros de avaliação e de diagnóstico)**, por forma a traçar um perfil com

base em características sociodemográficas e necessidades específicas ligadas a dimensões de relacionamento (social e interpessoal), isolamento, sobrecarga e autoavaliação de saúde, **deve ser direcionada para a definição de estratégias mais ajustadas à realidade local.**

População Sem-Abrigo

Torna-se necessário dar respostas pertinentes e ajustadas às vulnerabilidades sociais detetadas, baseadas em processos de mudança no que toca à inserção desta população, garantindo-se a **atualização permanente do conhecimento do fenómeno** pela rede social.

Partindo do acompanhamento psicossocial e o apoio técnico desenvolvidos, é igualmente indispensável aumentar as soluções de alojamento e/ou melhorar o processo de inserção das pessoas em situação de extrema vulnerabilidade habitacional, garantindo a acessibilidade e informação permanente sobre os recursos existentes na comunidade (seja nas áreas da saúde, apoio social, educação, emprego, justiça, cultura, entre outros).

População migrante e refugiada

O reforço multifacetado do acolhimento e da integração por parte do Município a certas franjas desta população deve continuar a ser muito significativo, atendendo às próprias características diferenciadas ao nível cultural, social e económico destes novos fluxos.

Importa, por isso, **continuar a garantir a operacionalidade entre as entidades competentes nesta matéria, identificando novas instituições e/ou parceiros que poderão desempenhar um papel ativo nas diversas fases de acolhimento e apoio,** e estabelecer critérios de integração que auxiliem a monitorização da autonomização desta população com vista a perceber o impacto das medidas locais públicas, entretanto, concertadas.

Pessoas vítimas de violência doméstica

Importa **continuar a apostar junto da comunidade no processo de sensibilização, consciencialização e mudança comportamental em relação à ocorrência de violência** que poderá suceder nas relações interpessoais e que se podem experienciar nos diferentes contextos quotidianos, tais como familiares, escolares e/ou nas relações de intimidade, intervindo na base estrutural dos comportamentos de violência interpessoal.

Pessoas com comportamentos aditivos e dependências

O quadro de trabalho desenvolvido localmente em torno da monitorização e intervenção na área dos CAD deve implicar diferentes níveis de abrangência, incluindo aqui alguma margem de latitude e/ou especialização, embora sempre numa lógica de cooperação multisectorial. **É importante deter e atualizar o perfil desta população, dado que a informação coligida ajuda a sustentar ações estratégicas em matéria de intervenção local e de vigilância epidemiológica.** O rastreio e o encaminhamento atempado de situações de risco constituem vias de oportunidade junto deste grupo-alvo, sendo **vital o combate ao estigma que lhe está associado num cenário de mediação entre a identificação de situações de risco e a sua referenciação** pelos vários agentes do território. Em paralelo, devem-se ter em conta as disparidades de género nos padrões de consumo e a variedade de casos, contextos, ciclos de vida e posições sociais desta população, **apostando-se no desenvolvimento de medidas centradas cada vez mais na pessoa e em prol da sua reinserção social.**

7. Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar (2025-2030)

7.1. Caracterização dos problemas identificados e necessidades de intervenção: resultados da auscultação aos elementos da Rede Social

No âmbito de um processo de construção participada, vários agentes locais da Rede Social foram chamados a participar na identificação das principais necessidades de intervenção no território por área de atuação.

Através de um processo de reflexão e discussão colaborativa, resultante das várias sessões de trabalho realizadas com a participação e envolvimento dos membros do CLAS de Gondomar e do Núcleo Executivo da Rede Social, foram definidas, primeiramente, as grandes problemáticas/principais desafios encontrados no território e as áreas de atuação mais urgentes em matéria de intervenção.

Com os propósitos de garantir uma definição conjunta e negociada, entre todos os parceiros, dos objetivos prioritários a adotar para a promoção do desenvolvimento social no concelho e recolher, por outro lado, informação primária sobre as problemáticas e os problemas existentes no território e nas áreas de intervenção das várias entidades envolvidas, foi realizada, preliminarmente, uma auscultação (via inquérito *online*) junto das entidades do CLAS de Gondomar a solicitar a definição das problemáticas/desafios a intervir no território. Fechados os dados a 12 de junho de 2024, responderam ao inquérito por questionário online 63 entidades de natureza diversa – a grande maioria instituições/associações de cariz social (n=29; 46,0%), unidades do sistema educativo (n=7; 11%) e organismos autárquicos (n=6; 9,5%).

Posteriormente, e feito esse levantamento em sede de discussão coletiva dos parceiros da Rede Social (em sede do NE do CLAS`G) durante o mês de junho de 2024, foram, assim, identificadas 6 grandes áreas temáticas de atuação, discussão na qual se elencaram, igualmente, as causas inerentes aos problemas observados (cf. Quadro 132).

Quadro 132– Temáticas e problemas prioritários selecionados da discussão coletiva dos parceiros da Rede Social de Gondomar (2024)

TERRITÓRIO, PLANEAMENTO E REDE DE TRANSPORTES	
Problemas prioritários	Causas
Inadequação/Ineficácia (cobertura e distribuição) da rede de transportes públicos	<p>Falta de cumprimento dos horários e/ou desajustamento dos horários da rede de transporte;</p> <p>Desconhecimento das operadoras das linhas/zonas;</p> <p>Falta de divulgação da alteração dos números das carreiras da rede de transportes públicos;</p> <p>Negligência das áreas periféricas do concelho e falta de ligação entre as diferentes povoações e os serviços/organismos públicos;</p> <p>Falta de sinalização das paragens de autocarro e ausência de horários;</p> <p>Alteração da empresa de rede de transportes.</p>
Degradação/danificação da rede viária e pavimentação	<p>Uso/desgaste das vias (implementação de tampas de saneamento)</p>
Fragilidades em matéria de acessibilidade (via pública, edifícios públicos e transportes) para pessoas com mobilidade reduzida	<p>Presença de estacionamento abusivos e falta de fiscalização do estacionamento;</p> <p>Inadequação das infraestruturas (dimensão reduzida dos passeios e presença de obstáculos nos passeios);</p> <p>Ausência de investimento na acessibilidade atitudinal;</p> <p>Falta de planeamento na área da mobilidade/acessibilidade;</p> <p>Antiguidade dos edifícios e ausência de normas técnicas (orientadas para a eliminação de barreiras arquitetónicas);</p> <p>Falta de transportes adaptados ao público-alvo (pessoas com mobilidade reduzida).</p>
Fragilidades na gestão e recolha de resíduos urbanos	<p>Falta de contentores de lixo nas zonas mais residenciais no território;</p> <p>Falta de sensibilização da população - depósito de veículos em estado de abandono e de equipamentos elétricos e eletrónicos e outros materiais em espaço urbano;</p> <p>Falta de sensibilização da população - separação de lixo e colocação de resíduos em locais próprios.</p>
Desaproveitamento do potencial turístico do território	<p>Fracá divulgação das redes turísticas existentes;</p> <p>Falta de aposta em pontos turísticos relevantes;</p> <p>Falta de investimento em respostas turísticas (ex.: unidades hoteleiras; unidades de alojamento local, pensões/residenciais);</p> <p>Elevada concorrência de territórios contíguos</p>

HABITAÇÃO	
Problemas prioritários	Causas
Falta de oferta habitacional privada acessível	<p>Dificuldades de acessibilidade financeira - especulação imobiliária e financeira, fraca disponibilidade de habitações e registo de casas devolutas/abandonadas;</p> <p>Dificuldades de acessibilidade física - legislação insuficiente e ausência de fiscalização no cumprimento da legislação existente;</p> <p>Falta de adequação do plano urbanístico do concelho;</p> <p>Insuficiência de políticas públicas com capacidade de regulação do mercado e de proteção na aquisição da habitação;</p> <p>Aumento de custo de vida (dificuldades no suporte das rendas e na aquisição de habitação por parte das famílias);</p> <p>Falta de disponibilidade de áreas no território e de terrenos municipais para construção (venda ou cedência por parte da autarquia);</p> <p>Falta de regulação do mercado e necessidade de intervenção do poder local.</p>
Dificuldades no acesso à habitação social	<p>Insuficiência de oferta habitacional social face às necessidades existentes;</p> <p>Excesso de lotação das habitações sociais;</p> <p>Número importante de casas devolutas/abandonadas sem rentabilização e morosidade na sua recuperação;</p> <p>Fragilidades/desajustes no programa de habitação social local;</p> <p>Registo de casos de ocupação ilegal e de vandalização nas habitações disponíveis;</p> <p>Falta de técnicos/recursos humanos nesta área;</p> <p>Tempo longo de resposta no acesso à habitação social, desconhecimento dos critérios de acesso e falta de transparência nos critérios de atribuição;</p> <p>Fraca aposta pública em políticas alternativas (ex.: cooperativas);</p> <p>Natureza atual do movimento associativo local pouco direcionado para a habitação.</p>
Dificuldades no acesso a resposta habitacional em situações de emergência	<p>Insuficiência de oferta habitacional específica para estes casos;</p> <p>Insuficiência de respostas/habitação no imediato;</p> <p>Número importante de casas devolutas/abandonadas sem rentabilização;</p> <p>Aumento de custo de vida (dificuldades no suporte das rendas por parte das famílias);</p> <p>Aumento da procura de resposta habitacional por parte de população com problemas de consumo/dependências, com doença mental e vítimas de violência doméstica.</p>

ENVELHECIMENTO E REDE DE APOIO	
Problemas prioritários	Causas
Incidência do fenómeno do envelhecimento no concelho	<p>Reduzida taxa de natalidade;</p> <p>Aumento da esperança média de vida;</p> <p>Insuficiência/ausência de respostas sociais destinadas para a infância (creches) com reflexo nos comportamentos de natalidade.</p>
Aumento do número de idosos em situação de demência	<p>Dificuldade no acesso aos serviços de saúde em geral e às especialidades clínicas;</p> <p>Crescendo das situações de isolamento (em especial durante o contexto pandémico);</p> <p>Falta de planeamento na avaliação da condição sociofamiliar desta franja da população;</p> <p>Dificuldades na conciliação entre vida pessoal, familiar e profissional (correlação com a ausência de alternativas a uma resposta social especializada).</p>
Sinalização tardia desta população para prestação de apoio	<p>Dificuldade de aceitação da necessidade de apoio por parte do/a idoso/a e falta de consciencialização do/a próprio/a;</p> <p>Dificuldade de identificação do problema por parte das famílias e da comunidade mais próxima;</p> <p>Desconhecimento das respostas existentes;</p> <p>Fator económico como obstáculo ao acesso às respostas existentes.</p>
Relevância do número de idosos dependentes sem retaguarda	<p>Precaridade dos laços/relações familiares;</p> <p>Dificuldades económicas desta franja etária e respetivas famílias;</p> <p>Inserção profissional dos membros das famílias (horários e as exigências do mercado de trabalho) com reflexos no acompanhamento/prestação de apoio dos elementos mais velhos;</p> <p>Ausência de apoio generalizado aos Cuidadores Informais;</p> <p>Insuficiência de resposta no âmbito do descanso do cuidador;</p> <p>Falta de resposta da rede de apoio aos idosos (elevadas listas de espera);</p>

<p>Escassez de respostas sociais para esta franja etária (internamento em estrutura residencial; apoio domiciliário; elevados tempos de espera na integração em ERPI)</p>	<p>Aumento da longevidade desta franja etária por força do avanço da medicina;</p> <p>Ausência de respostas (em regime de gratuidade) de combate ao isolamento/de apoio aos mais grupos vulneráveis desta franja etária (em situação precariedade socioeconómica);</p> <p>Fraca aposta na promoção de estratégias em torno da intergeracionalidade;</p> <p>Falta de visão inovadora na promoção deste tipo de respostas sociais;</p> <p>Ausência de financiamento/resposta tardia para a criação de novas respostas e infraestruturas (construção e requalificação);</p> <p>Excessiva burocracia associada ao desenvolvimento de respostas (ERPI, CD, etc.);</p> <p>Desadequação da legislação às necessidades reais desta franja da população;</p> <p>Ausência de profissionais com formação específica nesta área;</p> <p>Custo elevado nas respostas sociais privadas (sobrecarga nos serviços públicos);</p> <p>Falta de visão inovadora na promoção deste tipo de respostas sociais;</p> <p>Morosidade na obtenção do Estatuto do Cuidador Informal (medida complementar de apoio estratégica) e desconhecimento do mesmo.</p>
<p>Falta de respostas na área de intervenção familiar em contexto domiciliário</p>	<p>Aumento da população idosa;</p> <p>Ausência de retaguarda familiar;</p> <p>Aumento/Inserção das mulheres no mercado de trabalho (papel tradicional da mulher como cuidadora);</p> <p>Desresponsabilização das famílias relativamente a esta franja etária (mudança de valores e princípios);</p> <p>Insuficiência de respostas adequadas às necessidades (alargamento do horário das respostas tipificadas);</p> <p>Mudanças no mercado de trabalho com impactos na prestação dos cuidados;</p> <p>Morosidade na obtenção do Estatuto de Cuidador Informal (medida complementar de apoio estratégica) e desconhecimento do mesmo.</p>
<p>Falta de apoio para renovação de infraestruturas/equipamentos sociais</p>	<p>Desadequação da legislação;</p> <p>Excesso/diversidade burocrática nos processos de candidatura à renovação/criação infraestrutural;</p> <p>Falta de autonomia das equipas técnicas e sobrecarga de trabalho burocrático das mesmas (com impactos na prestação humanizada de apoio);</p> <p>Falta de flexibilidade entre os serviços com o poder de tomada de decisão nesta matéria e ausência de comunicação entre os técnicos de terreno e as entidades com o poder de decisão.</p>

Falta de celeridade na articulação com a área da saúde	<p>Morosidade do atendimento do serviço público de saúde;</p> <p>Falta de atribuição de médico de família;</p> <p>Escassez de recursos humanos na área da saúde;</p> <p>Falta de formação específica/especializada dos recursos humanos na área da geriatria/envelhecimento ativo;</p> <p>Falta de abertura/sensibilização das equipas médicas;</p> <p>Falta de aposta na intervenção preventiva.</p>
---	---

ATIVIDADE ECONÓMICA, EMPREGO E QUALIFICAÇÕES	
Problemas prioritários	Causas
Incidência do fenómeno do desemprego no concelho	<p>Baixos níveis de escolaridade da população ativa;</p> <p>Resistência à mudança por parte das empresas e da população ativa;</p> <p>Encerramentos de unidades industriais;</p> <p>Maior valorização de apoios e subsídios em detrimento do vencimento associado ao emprego;</p> <p>Precariedade dos vínculos laborais.</p>
Relevância da população com baixas qualificações	<p>Correlação com os fenómenos de abandono escolar, de absentismo e de falta de motivação para o percurso escolar;</p> <p>Baixos níveis de competências parentais;</p> <p>Obsolência do currículo escolar;</p> <p>Evolução do mercado de trabalho com novas áreas e exigências de especialidades;</p> <p>Relevância de áreas territoriais rurais (fraca penetração da escola/títulos escolares);</p> <p>Falta de informação das respostas e incentivos existentes.</p>
Relevância da precariedade laboral	<p>Existência de remunerações baixas;</p> <p>Incidência de contratos de trabalho precários;</p> <p>Falta de formação contínua;</p> <p>Inexistência de progressão na carreira;</p> <p>Prevalência do regime de falsos recibos verdes;</p> <p>Importância de trabalho informal (sem proteção social);</p> <p>Falta de fiscalização.</p>

Falta de mão de obra técnica/qualificada	<p>Inexistência de formação profissional à medida;</p> <p>Pouca atratividade do mercado de trabalho;</p> <p>Existência de baixas remunerações;</p> <p>Falta de motivação dos jovens para as áreas sociais;</p> <p>Aposta no critério exclusivo do 12º ano como escolaridade obrigatória limita as possibilidades de formações.</p>
Necessidade de Apoio e Incentivos ao Empreendedorismo	<p>Falta de informação sobre os apoios e incentivos ao nível do empreendedorismo;</p> <p>Elevado número de pessoas com baixas qualificações;</p> <p>Falta de condições para retenção da população com altas qualificações (competição com oferta de empregos no estrangeiro);</p>
Desafios na criação de emprego e na retenção de talentos	<p>Falta de apoio financeiro;</p> <p>Falta de conhecimento dos apoios financeiros existentes;</p> <p>Falta de aposta nas <i>soft skills</i>;</p> <p>Falta de ofertas de emprego em determinadas áreas e de acordo com as competências;</p> <p>Desvalorização salarial;</p> <p>Falta de reconhecimento dos profissionais e falta de aposta na profissão.</p>
Desconexão entre a formação profissional e as necessidades do mercado de trabalho local	<p>Desadequação entre as ofertas de formação e as necessidades das organizações;</p> <p>Falta de atratividade e prestígio das profissões com necessidade de mão de obra;</p> <p>Orientação vocacional pouco eficaz;</p> <p>Mudança muito rápida das necessidades do mercado de trabalho;</p> <p>Rigidez da legislação em relação à formação profissional;</p> <p>Desfasamento entre o mercado de trabalho e a motivação/ambição individual;</p> <p>Falta de formação à medida;</p> <p>Aumento da exigência dos empregadores;</p> <p>Aumento da competitividade entre os candidatos ao mercado laboral.</p>

SAÚDE	
Problemas prioritários	Causas
Incidência do fenómeno da doença mental	<p>Envelhecimento precoce da população;</p> <p>Contexto pandémico (COVID-19) como fator desestruturador;</p> <p>Relevância dos comportamentos aditivos;</p> <p>Emergência de novas dependências (aparelhos digitais/jogos eletrónicos/videojogos);</p> <p><i>Bullying</i>;</p> <p>Intolerância generalizada à frustração;</p> <p>Isolamento dos jovens e dos idosos;</p> <p>Inadequação da legislação da SS (apoio à problemática);</p> <p>Mudança do modelo de família;</p> <p>Perda de contacto com a natureza;</p> <p>Crise socioeconómica;</p> <p>Desemprego;</p> <p>Insegurança social;</p> <p>Falta de acesso a cuidados de saúde.</p>
Necessidade de respostas mais articuladas e em rede para pessoas com doença mental moderada a grave	<p>Falta de recursos humanos na área;</p> <p>Dificuldade no diagnóstico efetivo da doença;</p> <p>Morosidade no diagnóstico e no encaminhamento;</p> <p>Falta de sensibilidade dos profissionais de saúde;</p> <p>Falta de articulação entre o setor da saúde e as respostas sociais;</p> <p>Necessidade de formação/capacitação para tutores/cuidadores;</p> <p>Falta de conhecimento e sensibilização da comunidade em geral face à doença mental moderada;</p> <p>Insuficiência dos serviços / respostas especializados.</p>

<p>Dificuldades nos encaminhamentos de pessoas com doença mental</p>	<p>Necessidade de diagnósticos mais precoces da doença mental;</p> <p>Insuficiência das respostas;</p> <p>Insuficiente intervenção de proximidade;</p> <p>Falta de recursos humanos na área da psicologia e psiquiatria;</p> <p>Falta de valorização profissional;</p> <p>Falta de recursos humanos / estruturais interdisciplinares para atuar no terreno;</p> <p>Desconhecimento das respostas disponíveis por parte dos técnicos no terreno;</p> <p>Estruturas rígidas que dificultam a articulação entre profissionais;</p> <p>Estigma social;</p> <p>Falta de linha de apoio para crianças e jovens em risco de suicídio;</p> <p>Dificuldade de reconhecimento/aceitação da doença mental pelo próprio;</p> <p>Ausência de políticas de saúde mental;</p> <p>Insuficiência de recursos materiais específicos - falta de provas de despiste e/ou diagnóstico da doença mental com vista ao encaminhamento célere para avaliação e intervenção pelas estruturas da saúde.</p>
<p>Falta de apoios financeiros para o desenvolvimento de projetos de promoção da saúde mental para a população carenciada</p>	<p>Insuficiente financiamento municipal;</p> <p>Insuficiente financiamento indireto (contratação de recursos humanos);</p> <p>Falta de campanhas de sensibilização para a prevenção (incorporação de hábitos saudáveis, combate ao estigma e preconceito, ...) – visibilidade da problemática (e consequente apoio);</p> <p>Falta de formação e investimento nos profissionais (candidaturas);</p> <p>Falta de equipas na área da saúde mental (candidaturas).</p>
<p>Inexistência de respostas e instrumentos de intervenção na saúde mental para públicos vulneráveis</p>	<p>Recentidade do tema/ permanência de problema como “tabu” (ausência de campanhas de desmistificação);</p> <p>Respostas existentes mais voltadas para os adultos;</p> <p>Falta de formação/investimento nos profissionais;</p> <p>Aumento do número de pessoas com doença mental;</p> <p>Falta de recursos humanos para atuar no terreno;</p> <p>Falta de campanhas de intervenção para crianças e jovens;</p> <p>Debilidade das políticas de intervenção a nível nacional para a promoção da saúde e prevenção da doença.</p>

INFÂNCIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO	
Problemas prioritários	Causas
Falta de equipamentos sociais para a população infantil (creches)	Falta de investimento nesta franja da população; Procura maior do que a oferta (vagas insuficientes).
Dificuldades de integração de crianças de contextos vulneráveis em equipamentos sociais (creche ou pré-escolar)	Falta de investimento público para a criação das respostas; Desadequação da legislação para facilitar a abertura de novas respostas; Falta de equipamentos sociais com valência de creche; Falta de acompanhamento das autarquias relativamente à carência de equipamentos; Problemas de funcionamento do Programa “Creche Feliz”; Demora na agilização dos processos da Segurança Social; Fracá divulgação das Amas da Segurança Social; Baixas habilitações escolares dos pais/EE, algo que afeta a procura de soluções (Amas da SS).
Necessidade emergente de mais vagas em CAFAP, assim como de articulação com as escolas e a área da saúde	Falta de financiamento para maior alcance da resposta; Pouca disponibilidade dos técnicos para intervenções; Elevado tempo de resposta entre a sinalização e o acompanhamento; Falta de meios estruturais (instalações) e humanos (profissionais) para o acompanhamento.
Falta de técnicos para trabalhar com a população jovem	Falta de contratação de técnicos especializados; Baixas remunerações dos técnicos; Falta de formação de técnicos com especialização/conhecimentos ao nível de metodologias de educação não-formal, etc.
Absentismo, abandono escolar e desmotivação da população escolar	Fracá retaguarda familiar; Desajuste na formação de professores; Falta de articulação entre as escolas e entidades formativas para o encaminhamento em áreas necessárias para o mercado de trabalho; Falta maior intencionalidade pedagógica e adequação dos conteúdos à realidade; Baixa escolaridade/formação académica das famílias; Causas culturais/ideológicas; Escolaridade obrigatória – 12.º ano.

Falta de interesse, compromisso e colaboração dos pais/EE	<p>Baixa escolaridade dos EE / membros da família;</p> <p>Famílias desestruturadas;</p> <p>Causas culturais/ ideológicas;</p> <p>Falta de envolvimento das famílias no processo educativo;</p> <p>Desresponsabilização por parte dos EE;</p> <p>Falta de atualização do currículo e metodologias do ensino para motivação da população escolar;</p> <p>Falta de ações de formação e sensibilização para pais e encarregados de educação;</p> <p>Falta de políticas de conciliação entre a vida familiar e profissional;</p> <p>Falta de investimento público para novas oportunidades de currículo e aprendizagens.</p>
Dificuldades de integração dos alunos estrangeiros (independentemente da sua nacionalidade)	<p>Ausência de orientações específicas superiores (autarquia);</p> <p>Falta de profissionais qualificados para colmatar as barreiras linguísticas e culturais;</p>
Falta de recursos humanos, nomeadamente, terapeutas de várias especialidades, psicólogos para acompanhamento de jovens com necessidades educativas especiais e auxiliares da ação educativa com formação nesta área	<p>Falta de investimento/financiamento e apoio para a contratação de técnicos;</p> <p>Falta de formação técnica/especializada adequada para a área;</p> <p>Falta de perfil adequado, sobretudo das auxiliares de ação educativa;</p> <p>Precariedade na carreira (melhores condições salariais e incentivos);</p> <p>Rácio desajustado entre psicólogos e outros profissionais por número de alunos.</p> <p>Desinteresse por parte dos professores e auxiliares em frequentar formação;</p> <p>Constante mobilidade dos profissionais de Educação Especial;</p> <p>Necessidade de criação de Equipas Multidisciplinares residentes por agrupamento de escolas compostas por: Psicólogos, Terapeuta da Fala, Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional, Técnico de Serviço Social, Educador Social, Animador Socioeducativo.</p>

7.2. Prioridades de Intervenção: resultados da auscultação aos elementos da Rede Social

Posteriormente, após a análise cuidada e votação dos membros do Núcleo Executivo (NE) da Rede Social, estabilizaram-se 5 áreas de intervenção, no seguimento das áreas temáticas assinaladas acima, introduzindo-se 2 novas áreas, por sugestão no NE, – Deficiência e Rede Social e Comunicação – e selecionaram-se os Problemas Prioritários a considerar no Plano de Ação do Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar (2025-2030) (cf. Quadro 133).

Quadro 133 – Áreas de Intervenção e Problemas Prioritários definidos em sede final de discussão coletiva (2025-2030)

Áreas de Intervenção	Problemas Prioritários
Acessibilidades	Fragilidades em matéria de acessibilidade (via pública, edifícios públicos e transportes) para pessoas com mobilidade reduzida.
Habitação	Falta de oferta habitacional privada acessível
	Dificuldades no acesso à habitação social
	Dificuldades no acesso a resposta habitacional em situações de emergência
Atividade Económica, Emprego e Qualificações	Relevância da população com baixas qualificações
	Desconexão entre a formação profissional e as necessidades do mercado de trabalho local
Envelhecimento e Rede de Apoio	Relevância do número de idosos dependentes sem retaguarda
	Escassez de respostas sociais para esta franja etária (internamento em estrutura residencial; apoio domiciliário; elevados tempos de espera na integração em ERPI)
	Falta de respostas na área de intervenção familiar em contexto domiciliário
	Falta de apoio para renovação de infraestruturas/equipamentos sociais
Infância, Juventude e Educação	Falta de equipamentos sociais para a população infantil (creches)
	Necessidade de aposta na capacitação/educação parental (trabalho desenvolvido em CAFAP; combate ao absentismo, abandono escolar e desmotivação da população escolar, bem como falta de interesse, compromisso e colaboração dos pais/EE)
	Falta de recursos humanos, nomeadamente, terapeutas de várias especialidades, psicólogos para acompanhamento de jovens com necessidades educativas especiais e auxiliares da ação educativa com formação nesta área
Deficiência	Falta de respostas sociais de integração de população portadora de deficiência e/ou incapacidade
Rede Social e Comunicação	Necessidade de melhoria dos modelos de comunicação da Rede Social em áreas transversais de intervenção

7.3. Definição dos Eixos de Intervenção do Plano de Desenvolvimento Social

No seguimento desta discussão mais ampla com os diferentes agentes do território, e tendo-se em vista a criação do Plano de Ação, cujo como propósito central reside na implementação de estratégias integradas e eficazes que contribuam para a prevenção, mitigação e erradicação de situações de pobreza e exclusão social no Município de Gondomar, procedeu-se ao trabalho de construção propriamente dito.

Na elaboração do Plano, procurou-se não só integrar os vários contributos dados ao longo do processo das sessões colaborativas (Rever subpontos 7.1 e 7.2) com os vários setores da comunidade, desde instituições públicas e privadas até organizações da sociedade civil e os próprios cidadãos, na busca por soluções que possam melhorar as condições de vida no território, mas também alinhar as suas estratégias com os objetivos estratégicos de desenvolvimento social, tendo por referência o **Programa «Pessoas 2030»**.

Neste caso, trata-se de um programa temático do Portugal 2030 que se dedica a apoiar medidas de política pública que permitam enfrentar os desafios das qualificações da população, do emprego, da inclusão social e, transversalmente, da questão demográfica. Tem intervenções nos domínios das políticas ativas de emprego, da educação e formação profissional e ensino superior, do combate à privação material, da inclusão social e da igualdade de oportunidades, seguindo as prioridades estabelecidas no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, com intervenções que, em conjunto, também contribuem para enfrentar o desafio demográfico, dando cumprimento quase integral ao objetivo «Portugal + Social».

Os seus principais eixos de intervenção são os seguintes:

1. Educação e Qualificação:

- Aumentar o nível de qualificações da população para enfrentar os desafios da economia global e da transição digital e verde.
- Apoiar a formação ao longo da vida para promover a requalificação e atualização de competências.
- Melhorar o acesso à educação inclusiva e de qualidade, desde o ensino básico ao superior.

2. Saúde:

- Promover o acesso universal e igualitário a cuidados de saúde de qualidade.
- Reforçar a capacidade dos sistemas de saúde pública, com investimento em infraestruturas, tecnologias e recursos humanos.
- Implementar iniciativas de prevenção e promoção da saúde, incluindo saúde mental e envelhecimento saudável.

3. Emprego de Qualidade:

- Fomentar a criação de empregos sustentáveis e de qualidade, especialmente em áreas com maior vulnerabilidade económica.
- Implementar medidas para combater o desemprego jovem e promover a integração de grupos desfavorecidos no mercado de trabalho.
- Incentivar a igualdade de género e combater a discriminação no trabalho.

4. Inclusão Social:

- Apoiar iniciativas para a inclusão de grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, migrantes e comunidades desfavorecidas.
- Promover o acesso a serviços essenciais, como habitação digna, transporte acessível e apoio social.
- Combater a pobreza, incluindo a pobreza infantil, através de políticas redistributivas e programas de integração.

5. Cultura e Coesão Social:

- Fomentar o acesso à cultura como um instrumento de coesão e inclusão.
- Desenvolver iniciativas que reforcem a identidade cultural e o envolvimento das comunidades locais.

Nessa sequência, considerou-se ser fundamental desenhar medidas focadas na capacitação da comunidade, no fortalecimento da coesão social e no estímulo ao desenvolvimento sustentável a partir do reforço da ação da Rede Social quer em aspetos diretamente relacionados com a governação, quer com uma qualificação mais inovadora do trabalho colaborativo e de cooperação interinstitucional existente. Foi então definido o **EIXO 1 – Governação em Rede Social**.

De facto, a Rede Social constitui um suporte da ação ao nível local que, de forma concertada, articulada e preventiva, permite mobilizar os recursos e as competências existentes na comunidade, no sentido de resolver os problemas locais, e contribuir para a promoção de projetos de ação coletivos, uma vez identificados as necessidades encontradas, os recursos disponíveis e as potencialidades emergentes. O desafio que se coloca à Rede Social é o de ser capaz de integrar as várias medidas de política (económicas, sociais, ambientais, entre outras) e os instrumentos existentes ao nível dos vários setores, numa lógica de ação cada vez mais capacitada e diferenciadora.

Por outro lado, com a criação do **EIXO 2 – Coesão Social**, o trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades de todos os envolvidos na Rede deverá, ao tomar

em linha conta as áreas acima citadas, ser orientado para promover a inclusão social, garantir o fortalecimento dos direitos humanos e reduzir as desigualdades socioeconómicas que afetam as populações mais vulneráveis do território. Tal implica o desenvolvimento de intervenções integradas e multissetoriais para responder mais eficazmente ao carácter multidimensional dos fenómenos da pobreza e exclusão social.

8. Plano de Ação do Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar (2025-2030)

O Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar tem o propósito de estruturar o pensamento estratégico da Rede para os desafios de Desenvolvimento Social dos próximos cinco anos e, consequentemente, desenhar o Plano de Ação, atendendo a um conjunto de objetivos estratégicos (incluindo a definição das entidades responsáveis pela sua execução e os principais indicadores de execução).

Este Plano de Ação encontra-se organizado (cf. Quadro 134) em:

- **2 Eixos Estratégicos – Eixo 1 – Governação em Rede Social – e Eixo 2 – Coesão Social;**
- **4 Eixos Temáticos – Eixo 1.1. Concertação Integrada da Rede Social, Eixo 1.2. Inovação e Transformação Digital, Eixo 2.1. Coesão Socioterritorial e Eixo 2.2. Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis;**
- **21 Sub-Eixos Temáticos.**

O Plano de Ação operacionaliza-se através da concretização de **81 Medidas Estratégicas: 14 do Eixo 1 – Governação em Rede Social e 67 do Eixo 2 – Coesão Social.**

Cada Eixo Estratégico e Eixo Temático (e sub-eixo) encontra-se consubstanciado em **Objetivos Gerais e Estratégicos (um total de 21)** respondendo aos problemas e desafios contextuais levantados. Cada Eixo Estratégico é dedicado a um âmbito específico e, tendencialmente, autónomo na intervenção social, porém, dada a transversalidade da atuação, muitas das medidas estratégicas delineadas, por Eixos e Sub-Eixos Temáticos, encontram-se interligadas entre si.

Para cada Ação a desenvolver são apresentadas as entidades responsáveis, os públicos-alvo e os indicadores de execução.

O Plano de Ação inclui, para além de ações a implementar, ações em curso e de continuidade.

Nesse sentido, importa ter presente que o modelo de organização e atuação da Rede Social de Gondomar foi uma dimensão de análise considerada, originando, como vimos, à criação do **EIXO 1 – Governação em Rede Social**, por sua vez consubstanciado em 2 Eixos Temáticos: **Eixo 1.1. Concertação Integrada da Rede Social** e **Eixo 1.2. Inovação e Transformação Digital**.

Este eixo foi criado com o intuito de robustecer o património institucional já adquirido, mas sobretudo encontra-se focado em promover mecanismos de ação e reflexão mais alargados e participativos, num ciclo virtuoso de desenvolvimento.

O **Eixo 2 – Coesão Social**, assente nos Eixos Temáticos **2.1. Coesão Socioterritorial** e **2.2. Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis**, procura, a partir de uma visão multisectorial centrada na promoção da inclusão social e da coesão comunitária, responder de forma integrada e estratégica aos desafios sociais que afetam as populações mais vulneráveis do concelho. Ao mesmo tempo, toma em linha de conta os principais desafios encontrados resultantes da avaliação do Diagnóstico Social e das sessões de trabalho realizadas com a participação e envolvimento dos membros do CLAS`G e do Núcleo Executivo da Rede Social de Gondomar (já sistematizados nos pontos 6 e 7 do presente documento).

A elaboração do Plano de Ação assentou numa abordagem metodológica que integrou duas dimensões complementares: de um lado, a dimensão de carácter técnico-científica, apoiando-se na análise e caracterização do território e da realidade socioeconómica subjacente e nos Documentos Estratégicos anteriores e nos Documentos Orientadores do Município; e, do outro, uma dimensão de natureza participativa, que procurou mobilizar todos os Parceiros da Rede Social de Gondomar, através da identificação e priorização de atividades estratégicas que dessem resposta aos problemas e desafios contextuais levantados em sede de Diagnóstico (Rever Capítulos 3 e 6 do presente Documento).

A totalidade das ações inscritas no Plano de Ação está apresentada nas grelhas abaixo.

Quadro 134 – Quadro Síntese dos Eixos Estratégicos, Eixos Temáticos de Intervenção e Objetivos Gerais e Estratégicos do Plano de Ação (2025-2030)

Eixos Estratégicos	Eixos Temáticos de Intervenção	Objetivos Gerais e Estratégicos	Medidas Estratégicas
EIXO 1 – Governação em Rede Social	1.1. Concertação Integrada da Rede Social		
	1.1.1. Coordenação e Visibilidade	Reforçar a coordenação estratégica e dar visibilidade à Rede Social de Gondomar, destacando a identificação dos parceiros com a mesma.	3
	1.1.2. Capacitação e monitorização	Coordenar e monitorizar a Intervenção Social e promover a capacitação dos parceiros da Rede	3
	1.2. Inovação e Transformação Digital		
	1.2.1. Inovação organizacional, gestão e logística	Qualificar o trabalho colaborativo e de cooperação interinstitucional, fazendo recurso dos meios digitais para a atualização permanente da informação gerada	3
	1.2.2. Digitalização e transformação digital, incluindo cibersegurança e proteção de dados	Incentivar operações de qualificação e digitalização junto das entidades da Rede Social	2
	1.2.3. Capacitação para o desenvolvimento de produtos, serviços e processos	Apostar na melhoria e promoção de Processos de Inovação no quadro de trabalho da Rede Social	3
EIXO 2 - Coesão Social	2.1. Coesão Socioterritorial		
	2.1.1. Habitação	Desenvolver estratégias no âmbito do 1º Direito de Habitação	5
	2.1.2. Acessibilidades e Mobilidade	Promover a acessibilidade e a mobilidade das pessoas no espaço público	2
	2.1.3. Educação	Aumentar a qualidade e eficiência das práticas pedagógicas e de intervenção comunitária na rede escolar concelhia	2
	2.1.4. Desenvolvimento Económico, Emprego e Qualificação	Promover a competitividade empresarial e incentivar a formação para aumentar o emprego e desenvolver competências na população alinhadas com o mercado de trabalho	5

	2.1.5. Cidadania, Bem Estar e Saúde	Promover a Participação Ativa, da Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação	6
	2.1.6. Sustentabilidade Ambiental	Promover a consciência ambiental e sensibilizar a comunidade para a sustentabilidade, as alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável	2
	2.2. Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis		
	2.2.1 - Famílias vulneráveis e/ou em risco de pobreza e exclusão social	Incentivar o dinamismo e reforço de políticas no âmbito da intervenção com grupos particularmente vulneráveis	5
	2.2.2. População Idosa	Apoiar o desenvolvimento de iniciativas e práticas que visem a promoção do bem-estar e segurança das pessoas idosas	10
	2.2.3. Crianças e Jovens	Promover a inclusão social, o acesso equitativo a serviços e recursos e a reduzir as desigualdades nas crianças e jovens	5
	2.2.4. Pessoas com deficiência ou Incapacidade	Promover a inclusão e desenvolvimento de iniciativas que facilitem a autonomização das Pessoas com Deficiência/Incapacidade	4
	2.2.5. Pessoas e Saúde Mental	Promover a inclusão social das pessoas com problemas de saúde mental	4
	2.2.6. Vítimas de Violência Doméstica	Desenvolver Programas e medidas de prevenção da violência doméstica	5
	2.2.7. Cuidadores Informais	Promover a criação de respostas inovadoras de apoio aos cuidadores informais	4
	2.2.8. Migrantes	Promover o acolhimento e integração social de pessoas migrantes	2
	2.2.9. Pessoas em Situação de Sem Abrigo	Promover a proteção e inclusão social de Pessoas em Situação de Sem Abrigo	4
	2.2.10. Pessoas com comportamentos aditivos e dependências	Promover a inclusão social de Pessoas com comportamentos aditivos e dependências	2

8.1. Eixo Estratégico 1 - Governação em Rede Social

8.1.1. Eixo Temático 1.1. - Concertação Integrada da Rede Social

Sub-eixo 1.1.1.: Coordenação e visibilidade			
Objetivo Geral e Estratégico	Reforçar a coordenação estratégica e dar visibilidade à Rede Social de Gondomar, destacando a identificação dos parceiros com a mesma		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Atualizar os instrumentos municipais de planeamento estratégico de desenvolvimento social	CLAS'G	Município de Gondomar	. Instrumentos atualizados
Promover diálogos ativos entre as entidades com competências na área social			. N.º de entidades envolvidas . N.º de reuniões realizadas . N.º de divulgações
Reforçar a divulgação e a concertação territorial para o desenvolvimento de respostas sociais			. N.º de entidades envolvidas . N.º de reuniões realizadas . N.º de divulgações
Sub-eixo 1.1.2.: Capacitação e monitorização			
Objetivo Geral e Estratégico	Coordenar e monitorizar a Intervenção Social e promover a capacitação dos parceiros da Rede		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Realizar ações de formação na área da capacitação digital	CLAS'G	Município de Gondomar	. N.º de ações de capacitação digital realizadas . N.º de parceiros envolvidos
Promover sessões de aprendizagem e intercâmbio entre os parceiros da Rede			. N.º de sessões realizadas . N.º de parceiros envolvidos . N.º de profissionais capacitados
Desenvolver o Roteiro Digital			. Roteiro Digital

8.1. Eixo Estratégico 1 - Governação em Rede Social

8.1.2. Eixo Temático 1.2. - Inovação e Transformação Digital

Sub-eixo 1.2.1: Inovação organizacional, gestão e logística			
Objetivo Geral e Estratégico	Qualificar o trabalho colaborativo e de cooperação interinstitucional, fazendo recurso dos meios digitais para a atualização permanente da informação		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Divulgar oportunidades de financiamento comunitário para o desenvolvimento de programas inovadores da Rede Social	CLAS'G	Município de Gondomar	. N.º de candidaturas efetuadas . N.º de divulgações realizadas
Criar uma plataforma online municipal com vista a articular as intervenções, ampliar os recursos participativos e integrar os meios digitais de cooperação			. Plataforma criada
Monitorizar/avaliar a plataforma online com vista a fortalecer a articulação entre os agentes locais e otimizar o apoio às necessidades da comunidade			. Monitorização da Plataforma
Sub-eixo 1.2.2.: Digitalização e transformação digital, incluindo cibersegurança e proteção de dados			
Objetivo Geral e Estratégico	Incentivar operações de qualificação e digitalização junto das entidades da Rede Social		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Divulgar oportunidades de financiamento comunitário para o desenvolvimento de operações de transição digital	CLAS'G	Município de Gondomar	. N.º de candidaturas efetuadas . N.º de divulgações realizadas
Capacitar as entidades do CLAS'G para a digitalização e transformação digital			. N.º de ações de capacitação . N.º de entidades envolvidas
Sub-eixo 1.2.3.: Capacitação para o desenvolvimento de produtos, serviços e processos			
Objetivo Geral e Estratégico	Apostar na melhoria e promoção de Processos de Inovação no quadro de trabalho da Rede Social		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Divulgar oportunidades de financiamento comunitário para o desenvolvimento de programas inovadores da Rede Social	CLAS'G	Município de Gondomar	. N.º de candidaturas efetuadas . N.º de divulgações
Criar um Hub de Inovação			. Hub de Inovação criado
Promover sessões sobre inovação para as entidades da Rede Social			. BootCamps realizados . Workshops realizados

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.1. Eixo Temático 2.1. - Coesão Socioterritorial

Sub-eixo 2.1.1.: Habitação			
Objetivo Geral e Estratégico	Desenvolver estratégias no âmbito do 1º Direito de Habitação		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Acompanhar e monitorizar as respostas previstas no âmbito da Estratégia Local de Habitação	População em Geral	Município de Gondomar	. Relatório anual das situações em acompanhamento
Realizar campanhas de comunicação e sessões informativas para divulgar as políticas sociais locais de habitação e respostas disponíveis		Divisão de Desenvolvimento Social	. N. de ações/campanhas/sessões de informação desenvolvidas
Dar continuidade à implementação de medidas de apoio à habitação no âmbito do Programa Social+		Divisão de Habitação Pública	. N.º de famílias em acompanhamento . N.º de apoios atribuídos
Elaborar a Carta Municipal de Habitação de Gondomar		Divisão de Planeamento e Sistemas de Informação Geográfica	. Carta Municipal de Habitação
Atualizar continuamente os dados de Habitação na plataforma Roteiro Digital			. Atualização contínua dos dados na Plataforma

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.1. Eixo Temático 2.1. - Coesão Socioterritorial

Sub-eixo 2.1.2.: Acessibilidades e Mobilidade			
Objetivo Geral e Estratégico	Promover a acessibilidade e a mobilidade das pessoas no espaço público		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Garantir a execução e atualização do Plano das Acessibilidades 360º e do Plano de Promoção da Acessibilidade Pedonal de Gondomar.	População em Geral	Município de Gondomar	. Atualização contínua dos Planos
Assegurar a acessibilidade/mobilidade em zonas do Alto Concelho, dando prioridade aos grupos com maior vulnerabilidade social.		Juntas e Uniões de Freguesia do Alto Concelho Divisão de Planeamento e Sistemas de Informação Geográfica	. Nº. de ações desenvolvidas . Nº. de pessoas envolvidas

Sub-eixo 2.1.3.: Educação			
Objetivo Geral e Estratégico	Aumentar a qualidade e eficiência das práticas pedagógicas e de intervenção comunitária na rede escolar concelhia		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Promover a Formação Contínua no âmbito das Necessidades Específicas	Comunidade Educativa	Município de Gondomar	. Programa desenvolvido . Nº. de pessoas envolvidas . Nº. de entidades envolvidas
Implementar e dar continuidade a projetos junto da Comunidade Educativa		Divisão de Desenvolvimento Educativo Divisão de Intervenção Social Escolar	. Projetos desenvolvidos . Nº. de pessoas envolvidas . Nº. de entidades envolvidas

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.1. Eixo Temático 2.1. - Coesão Socioterritorial

Sub-eixo 2.1.4.: Desenvolvimento Económico, Emprego e Qualificação			
Objetivo Geral e Estratégico	Promover a competitividade empresarial e incentivar a formação para aumentar o emprego e desenvolver competências na população alinhadas com o mercado de trabalho		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Ajustar as ações formativas às necessidades do mercado de trabalho local	População em geral	Município de Gondomar Divisão de Promoção e Atração de Investimento Centro de Emprego de Gondomar CLDS	. Relatório com o levantamento de necessidades
Promover fóruns para aproximar empresas e entidades de formação/qualificação			. N.º de encontros desenvolvidos . N.º de empresas envolvidas . N.º de entidades de formação/qualificação
Promover iniciativas de captação de talentos			. N.º de iniciativas desenvolvidas
Facilitar o acesso a medidas de ativação para jovens, desempregados de longa duração e grupos vulneráveis			. N.º de divulgações de medidas de ativação
Monitorizar ações do CLDS para promover a inclusão social nos domínios do emprego, formação e qualificação			. Relatórios Semestrais e Anuais . N.º de ações desenvolvidas

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.1. Eixo Temático 2.1. - Coesão Socioterritorial

Sub-eixo 2.1.5.: Cidadania, Bem-Estar e Saúde				
Objetivo Geral e Estratégico	Promover a Participação Ativa, a Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação no território			
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores	
Implementar uma política de voluntariado integrada, articulada com os parceiros, para mobilizar e sensibilizar a comunidade	População em Geral	Município de Gondomar Divisão de Desenvolvimento Social Departamento da Cidadania e Estudos Estratégicos Divisão de Saúde e de Envelhecimento Ativo Organizações do Terceiro Setor	. N.º de programas de voluntariado desenvolvidos . N.º de voluntários envolvidos . N.º de atividades de voluntariado desenvolvidas . N.º de voluntários capacitados	
Promover em grupos específicos ações de capacitação sobre igualdade de género, combate à discriminação e violência, para fomentar a cidadania e a inclusão			. N.º de ações de capacitação . N.º de pessoas envolvidas	
Promover ações de Intergeracionalidade			. N.º de ações desenvolvidas . N.º de pessoas envolvidas	
Promover ações de sensibilização de profissionais na área da igualdade de oportunidades, com vista à promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva			. N.º de ações de sensibilização . N.º de pessoas envolvidas	
Planificar com <i>stakeholders</i> locais um programa de promoção da cidadania consciente no território - Cidadania em Roteiro			. Cidadania em Roteiro . N.º de reuniões com <i>stakeholders</i>	
Desenvolver ações de literacia em saúde mental			. N.º de ações desenvolvidas . N.º de participantes	

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.1. Eixo Temático 2.1. - Coesão Socioterritorial

Sub-eixo 2.1.6.: Sustentabilidade Ambiental			
Objetivo Geral e Estratégico	Promover a consciência ambiental e sensibilizar a comunidade para a sustentabilidade, as alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Divulgar as atividades realizadas no Parque de Serras do Porto	População em Geral	Município de Gondomar	. N.º de ações de divulgação
Acompanhar as ações pedagógicas de sensibilização ambiental		Divisão do Ambiente e Qualidade de Vida, Florestas e Recursos Naturais	. N.º de atividades desenvolvidas no âmbito da Quinta do Passal . N.º de pessoas envolvidas
Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável			. Plano de Mobilidade Urbana Sustentável criado

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.2. Eixo Temático 2.2. - Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis

Sub-eixo 2.2.1.: Famílias vulneráveis e/ou em risco de pobreza e exclusão social			
Objetivo Geral e Estratégico	Incentivar o dinamismo e reforço de políticas no âmbito da intervenção com grupos particularmente vulneráveis		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Reforçar a intervenção com famílias vulneráveis para melhorar a sua qualidade de vida e promover a sua inclusão social	Famílias em situação de vulnerabilidade social	Município de Gondomar	. N.º de sinalizações
Promover a inclusão social das pessoas, famílias ou grupos georreferenciados		Juntas e Uniões de Freguesia	. N.º de encaminhamentos
Implementar um sistema de georreferenciação para identificar respostas sociais e apoiar grupos socialmente vulneráveis e/ou em risco de exclusão de pobreza e exclusão social		Divisão de Desenvolvimento Social	. N.º de visitas efetuadas
Acompanhar e monitorizar as respostas de acesso à saúde oral e ao diagnóstico de patologias dentárias, reforçando a literacia nesta área		Divisão de Saúde e de Envelhecimento Ativo	. N.º de pessoas envolvidas
Promover a inclusão social através de linhas de apoio para proteger as populações vulneráveis e combater a pobreza extrema		Centros de Cuidados de Saúde Primários da ULS Santo António	. N.º de ações em literacia de cuidados de saúde oral
		ISS, IP - Equipa Local da Segurança Social de Gondomar	. N.º de intervenções realizadas ao nível da reabilitação oral
		Organizações do Terceiro Setor	. N.º de famílias acompanhadas
			. N.º de apoios atribuídos (por ano)
			. N.º de processos em acompanhamento

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.2. Eixo Temático 2.2. - Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis

Sub-eixo 2.2.2.: População Idosa			
Objetivo Geral e Estratégico	Apoiar o desenvolvimento de iniciativas e práticas que visem a promoção do bem-estar e segurança das pessoas idosas		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Divulgar oportunidades de financiamento (no quadro comunitário) para apoiar programas inovadores da Rede Social	População idosa e famílias IPSS	Município de Gondomar Divisão de Desenvolvimento Social Divisão de Saúde e de Envelhecimento Ativo Universidades Sêniores ISS, IP - Equipa Local da Segurança Social de Gondomar Organizações do Terceiro Setor	. N.º de oportunidades de financiamento divulgadas
Identificar estruturas para requalificação/adaptação de instalações e criação de novas respostas sociais			. N.º de estruturas requalificadas ou adaptadas
Monitorizar o serviço de teleassistência, com vista à manutenção da qualidade de vida e autonomia de pessoas com 60 ou mais anos em situação de isolamento social			. N.º de pessoas identificadas/encaminhadas . N.º de situações referenciadas
Implementar o Programa Idade D'Ouro			. N.º de inscritos . N.º de entidades parceiras
Dinamizar atividades desportivas regulares junto da população-alvo para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida			. Acompanhamento das atividades no âmbito da Iniciativa Idade D'Ouro Ativa . N.º de inscritos
Dinamizar espaços de convívio para pessoas idosas, promovendo competências de gestão, organização, planeamento e atividades lúdicas, culturais e de recreio			. N.º de atividades desenvolvidas . N.º de pessoas envolvidas
Promover rotas terrestres e fluviais com vista a valorizar a história, cultura e tradições locais			. N.º de atividades desenvolvidas . N.º de pessoas envolvidas
Promover espaços de reflexão participativa para definir estratégias de envelhecimento e prioridades comunitárias			. N.º de espaços criados . N.º de pessoas envolvidas
Promover a adoção animal e o voluntariado em proteção animal para incluir socialmente e melhorar o bem-estar das pessoas idosas			. N.º de pessoas envolvidas . N.º de animais adotados . N.º de integrações em atividades de voluntariado animal
Capacitar pessoas idosas em literacia financeira e inclusão digital			. N.º de pessoas envolvidas . N.º de programas de capacitação desenvolvidos

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.2. Eixo Temático 2.2. - Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis

Sub-eixo 2.2.3.: Crianças e Jovens			
Objetivo Geral e Estratégico	Promover a inclusão social, o acesso equitativo a serviços e recursos e a redução das desigualdades nas crianças e jovens		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Dinamizar o Núcleo Local de Garantia para a Infância	Crianças, Jovens e Famílias	Município de Gondomar CPCJ Gondomar Núcleo Local de Garantia para a Infância	. Relatório Anual do Núcleo Local da Garantia para a Infância . N.º de reuniões . N.º de grupos de trabalho . N.º de processos em acompanhamento
Acompanhar e monitorizar o Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens de Gondomar		CLDS	. Relatório Anual CPCJ
Promover Programas de Apoio à Parentalidade Positiva		Programas Escolhas ISS, IP - Equipa Local da Segurança Social de Gondomar	. N.º de programas dinamizados . N.º de pessoas envolvidas
Monitorizar a intervenção familiar e parental para prevenir a pobreza infantil no âmbito do CLDS		Organizações do Terceiro Setor	. N.º de ações realizadas . N.º de famílias intervencionadas
Apoiar a dinamização das atividades no âmbito do Programa Escolhas		Agrupamentos de Escolas de Gondomar	. N.º de ações realizadas . N.º de famílias intervencionadas

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.2. Eixo Temático 2.2. - Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis

Sub-eixo 2.2.4.: Pessoas com deficiência e/ou incapacidade			
Objetivo Geral e Estratégico	Promover a inclusão e desenvolvimento de iniciativas que facilitem a autonomização das pessoas com deficiência/incapacidade		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Atualizar a informação sobre as pessoas com deficiência e/ou incapacidade	Pessoas com deficiência/incapacidade População em Geral	Município de Gondomar	. Relatório de acompanhamento . N.º de entidades envolvidas
Potenciar condições para a implementação das respostas sociais de proximidade para a população com deficiência, adaptadas às suas necessidades		Divisão de Desenvolvimento Social	. N.º de respostas sociais desenvolvidas
Promover ações de sensibilização e informação sobre igualdade de oportunidades e combate à discriminação		Divisão de Desenvolvimento Educativo	. N.º de ações de sensibilização e informação
Identificar estruturas para requalificação/adaptação de instalações e criação de novas respostas sociais		Divisão de Intervenção Social Escolar	. N.º de pessoas envolvidas
		Departamento da Cidadania e Estudos Estratégicos	
		Centros de Cuidados de Saúde Primários	
		Centro de Emprego de Gondomar	. N.º de estruturas requalificadas ou adaptadas
		ISS, IP - Equipa Local da Segurança Social de Gondomar	
		Organizações do Terceiro Setor	

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.2. Eixo Temático 2.2. - Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis

Sub-eixo 2.2.5.: Pessoas e Saúde Mental			
Objetivo Geral e Estratégico	Promover a inclusão social das pessoas com problemas de saúde mental		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Desenvolver ações psicoeducativas de capacitação em saúde mental para familiares e/ou cuidadores de pessoas com doença mental	População em Geral	Município de Gondomar Divisão de Desenvolvimento Social	. N.º de ações de capacitação desenvolvidas . N.º de pessoas envolvidas
Promover a intervenção psicológica individual, grupal e comunitária através do Serviço de Intervenção Psicológica		Divisão de Saúde e de Envelhecimento Ativo ISS, IP - Equipa Local da Segurança Social de Gondomar	. Acompanhamento e monitorização do trabalho desenvolvido pelo Serviço de Intervenção Psicológica
Divulgar de oportunidades de financiamento (no quadro comunitário) para programas inovadores da Rede Social		Equipa Comunitária de Saúde Mental	. N.º de oportunidades de financiamento divulgadas
Identificar estruturas para requalificação/adaptação de instalações e criação de novas respostas sociais		Organizações do Terceiro Setor	. N.º de estruturas requalificadas ou adaptadas

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.2. Eixo Temático 2.2. - Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis

Sub-eixo 2.2.6.: Vítimas de Violência Doméstica			
Objetivo Geral e Estratégico	Desenvolver Programas e medidas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Acompanhar e monitorizar o trabalho da RVID de Gondomar	População em Geral	Município de Gondomar RVID de Gondomar	. Relatório anual da RVID . N.º de reuniões . N.º de grupos de trabalho . N.º de processos em acompanhamento
Promover ações de sensibilização e capacitação sobre violência de género e doméstica junto da comunidade			. N.º de ações desenvolvidas . N.º de pessoas envolvidas
Implementar Programas de Prevenção da Violência Interpessoal em contexto escolar			. N.º de Programas implementados . N.º de Agrupamentos de Escola . N.º de pessoas envolvidas
Implementar Programa para Intervenção com Agressores			. N.º de agressores apoiados
Promover Encontros Anuais de reflexão sobre a Violência Doméstica e Familiar, reunindo profissionais e académicos para a discussão do tema			. N.º de Encontros desenvolvidos . N.º de participantes . N.º de entidades envolvidas

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.2. Eixo Temático 2.2. - Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis

Sub-eixo 2.2.7.: Cuidadores Informais				
Objetivo Geral e Estratégico	Promover a criação de respostas inovadoras de apoio aos cuidadores informais			
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores	
Acompanhar e monitorizar o Projeto +Cuidar 2.0 - Projeto de Apoio ao Cuidador Informal de Gondomar	Cuidadores Informais Profissionais	Município de Gondomar Divisão de Desenvolvimento Social Divisão de Saúde e de Envelhecimento Ativo	. Relatório anual . N.º de Programas Psicoeducativos desenvolvidos . N.º de sessões GAM desenvolvidas . N.º. de cuidadores envolvidos	
Promover resposta no âmbito do Descanso do Cuidador		Centros de Cuidados de Saúde Primários da ULS Santo António ISS, IP - Equipa Local da Segurança Social de Gondomar	. Resposta de Descanso ao Cuidador . N.º de cuidadores apoiados	
Potenciar o acesso e acompanhamento ao Estatuto do Cuidador Informal			. N.º de sinalizações . N.º. de processos em acompanhamento	
Promover ações de capacitação para fomentar estratégias de cuidado junto da pessoa cuidada			. N.º de ações de capacitação . N.º de cuidadores capacitados . N.º de profissionais capacitados	

Sub-eixo 2.2.8.: Migrantes				
Objetivo Geral e Estratégico	Promover o acolhimento e integração social de pessoas migrantes			
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores	
Promover projetos para melhorar as condições de vida e favorecer a integração e proteção social da população migrante	Migrantes	Município de Gondomar Divisão de Desenvolvimento Social Departamento da Cidadania e Estudos Estratégicos	. N.º projetos/ ações promotoras do acolhimento e integração das pessoas migrantes . N.º de migrantes sinalizados/referenciados	
Articular regularmente com o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) de forma a caracterizar as comunidades migrantes		Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Gondomar	. Relatório de Acompanhamento	

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.2. Eixo Temático 2.2. - Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis

Sub-eixo 2.2.9.: Pessoas em Situação de Sem Abrigo			
Objetivo Geral e Estratégico	Promover a proteção e inclusão social de Pessoas em Situação de Sem Abrigo		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Monitorizar e caracterizar continuamente as Pessoas em Situação de Sem Abrigo do território	População em Situação de Sem Abrigo	Município de Gondomar NPISA de Gondomar Divisão de Proteção Civil, Segurança e Fiscalização Divisão de Habitação Pública	. Relatório de acompanhamento anual no âmbito da ENIPSSA
Promover Encontros de reflexão sobre a temática, reunindo profissionais e académicos			. N.º de Seminários . N.º de ações de capacitação destinadas a profissionais
Dinamizar o NPISA de Gondomar			. N.º de ações executadas do Plano de Ação do NPISA Gondomar . N.º de entidades envolvidas . N.º de reuniões . Nº de grupos de trabalho
Proceder ao acompanhamento e monitorização no âmbito dos grupos vulneráveis, ao abrigo do CLDS.			. Relatórios Semestrais e Anuais . N.º de ações desenvolvidas

8.2. Eixo Estratégico 2 - Coesão Social

8.2.2. Eixo Temático 2.2. - Proteção Social dos Grupos Mais Vulneráveis

Sub-eixo 2.2.10.: Pessoas com comportamentos aditivos e dependências			
Objetivo Geral e Estratégico	Promover a inclusão social de pessoas com comportamentos aditivos e dependências		
Ações/estratégias	Público-alvo	Entidade responsável	Indicadores
Manter o diálogo permanente com a estrutura responsável pela intervenção em comportamentos aditivos, definindo estratégias de combate aos comportamentos aditivos e dependências de substâncias psicoativas e outras	Pessoas com comportamentos aditivos e dependências	Município de Gondomar Divisão de Desenvolvimento Social	. Nº ações realizadas no âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI)
Implementar uma rede especializada para a intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências		Divisão de Saúde e de Envelhecimento Ativo Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P. ISS, IP - Equipa Local da Segurança Social de Gondomar Centros de Cuidados de Saúde Primários da ULS Santo António	. Rede Especializada criada

Referências Bibliográficas e Outras Fontes

- AMP (2021). *AMP 2030: Síntese, Estratégia e Domínios Prioritários de Ação*. Porto: Área Metropolitana do Porto, JPQ Consultores.
- AMP (2022). *AMP 2030 - Estratégia e Prioridades de Ação*. Porto: Área Metropolitana do Porto.
- Bandeira, M. L. (1996). *Demografia e Modernidade: família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Barrett, C., Michael, C., Munenobu, I. (2008). Poverty Traps and Social Protection. *Social Protection Discussion Paper, 0804*, 1-44.
- Candeias, A. (2009). *Educação, Estado e Mercado no século XX: Apontamentos sobre o caso português numa perspetiva comparada*. Lisboa: Edições Colibri, FCSH-UNL.
- CMG (2015a). *Diagnóstico Social do Município de Gondomar*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar.
- CMG (2015b). *Plano de Desenvolvimento Social do Município de Gondomar, 2015-2020*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar.
- CMG (2016) - *Estudo Estratégico para Definição das Linhas Orientadoras de "Gondomar 2020"*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar.
- CMG (2018). *Relatório sobre o estado do Ordenamento do Território de Gondomar*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar.
- CMG (2019/2021). *Programa de Apoio ao Movimento Associativo do Município de Gondomar – Princípios Orientadores*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar.
- CMG (2020). *Plano para a Igualdade e a Não Discriminação do Município de Gondomar, 2020-2024*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar.
- CMG (2021). *Estratégia Local de Habitação do Município de Gondomar*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar, Lisboa: EY Parthenon.
- CMG (2024a). *Estratégia Municipal de Saúde (EMS) de Gondomar, 2024-2027*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar, Porto: ISPUP.
- CMG (2024b). *Enquadramento de Dinâmica Empresarial do Município de Gondomar*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar, Divisão de Promoção e Atração de Investimento.
- CMG (2024c). *Plano Municipal de Ação Climática – Componente da Adaptação e Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar, Porto: AdEPorto.
- CNS (2019). *Sem mais tempo a perder. Saúde mental em Portugal: um desafio para a próxima década*. Lisboa: Conselho Nacional de Saúde.
- CPCJG (2024). *Relatório Anual da Atividade da CPCJ de Gondomar, 2023*. Gondomar: Câmara Municipal de Gondomar.
- CPR (2008). *Programa nacional de Reinstalação: Reflexões sobre a sua operacionalização*. Lisboa: Conselho Português para os Refugiados.
- CNGI (2023). *Plano de Ação de Prevenção e Combate à Pobreza Infantil 2022-2030*. Lisboa: Coordenação Nacional de Garantia para a Infância.

- Ferrão, J. (1996). *A Demografia Portuguesa*. Lisboa: Cadernos do Público, ICS-UL.
- GRP (2023). *Programa Nacional para a Coesão Territorial*. Lisboa: Governo da República Portuguesa/Unidade de Missão para a Valorização do Interior.
- Idãez & Ander-Egg (2007). *Diagnóstico Social: Conceitos e Metodologias*. Porto: REAPN.
- Infraestruturas de Portugal (2018). Mapa do Plano Rodoviário Nacional. Lisboa: IP.
- NRS/DIC (2002). *Plano de Desenvolvimento Social: Programa Rede Social*. Lisboa: IDS - Instituto para o Desenvolvimento Social; Núcleo da Rede Social, DIC - Departamento de Investigação e Conhecimento.
- Oliveira, C. S. (2015). (Auto) Mobilities and social identities in Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (77), 137-151.
- Pinto & Queirós (2010). *Ir e voltar: Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)*. Porto: Afrontamento.
- Portugal Inovação Social (2023). Relatório de Progresso – Saldo Final. Implementação do Plano de Desenvolvimento da IIES “+Acesso para Todos – Por comunidades mais inclusivas. Operação n.º POISE-03-4639-FSE-001050.
- SICAD (2023). *Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências - PNRCAD 2030 - versão alargada*. Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.
- Tedim & Barros (2010). A Geografia do Crime na Grande Área Metropolitana do Porto: alguns apontamentos. *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*, 6 a 9 de Outubro, Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto), 1-21.

Fontes Estatísticas:

- DGEEC/ME-MCTES – Portugal, Dados sobre alunos e Docentes (2014-2023).
- DGEEC/ME-MCTES – Portugal, Indicadores de Educação (2014-2023).
- DGEEC/ME-MCTES – Portugal, Recenseamentos Escolares (2011-2022);
- Direção-Geral da Política de Justiça – Portugal, Indicadores de Justiça (2013-2023);
- IEFP/MTSSS-MEM – Portugal, Desemprego registado (2011- 2023);
- II/MTSSS– Portugal, Dados dos Beneficiários (2011-2023);
- INE – Portugal, Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas (2022-2023).
- INE – Portugal, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local (2017-2023);
- INE – Portugal, Estatísticas Demográficas e Indicadores Demográficos (2011-2021);
- INE – Portugal, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens (2022);
- INE – Portugal, Inquérito à caracterização da habitação social (2021);
- INE – Portugal, V e VI Recenseamentos Gerais da Habitação (2011-2021);
- INE – Portugal, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População (2001-2021);
- Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/ECI) (1-10-2024);

Decretos-Lei:

Decreto-lei 176/2003, de 2 de agosto – Diário da República n.º 177/2003, Série I-A de 2003-08-02;

Decreto-Lei n.º 102/2023 – Diário da República n.º 215/2023, Série I de 2023-11-07;

Decreto-Lei n.º 115/2006 - Diário da República n.º 114/2006, Série I-A de 2006-06-14

Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro – Diário da República n.º 193/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-10-06;

Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro – Diário da República n.º 249/2005, Série I-A de 2005-12-29;

Decreto-Lei n.º 35/2024, de 21 de maio – Diário da República n.º 98/2024, Série I de 2024-05-21;

Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – Diário da República n.º 156/2020, Série I de 2020-08-12;

Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho – Diário da República n.º 115/2010, Série I de 2010-06-16;

Fontes de dados eletrónicas:

ACTUAL GEST (actualgest.pt)

Agência Portuguesa do Ambiente (apambiente.pt)

Águas de Gondomar (aguasdegondomar.pt)

Área Metropolitana do Porto (www.amp.pt)

Câmara Municipal de Gondomar (www.cm-gondomar.pt)

Centro Hospital Universitário de Santo António – CHPorto (www.chporto.pt)

Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC) (unric.org/pt)

CINDOR (www2.cindor.pt/pt)

Comissão Europeia (commission.europa.eu)

Diário da República (dre.tretas.org/dre)

EPG (epgondomar.org)

Eurocid – Informação europeia ao cidadão (eurocid.mne.gov.pt)

GEP – MTSSS (Início - Gabinete de Estratégia e Planeamento (mtsss.gov.pt))

Governo de Portugal (<https://www.portugal.gov.pt/pt>)

INE (Portal do INE)

MEC – DGEEC (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (mec.pt))

PORDATA (PORDATA - Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal e Europa)

Portal da Educação de Gondomar (educacao.cm-gondomar.pt)

Rede Social/Segurança Social (www.seg-social.pt/a-rede-social.)

Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental – SPPSM (www.sppsm.org)

